

"Ritmo de *thriller* e o alcance de uma enciclopédia. Brilhante."
New York Review of Books



PÓS-GUERRA

UMA HISTÓRIA DA EUROPA DESDE 1945

TONY JUDT



TONY JUDT

PÓS-GUERRA

UMA HISTÓRIA DA EUROPA DESDE 1945

Tradução
José Roberto O'Shea

© 2007, Tony Judt
 Todos os direitos desta edição reservados à
 Editora Objetiva Ltda. Rua Cosme Velho, 103
 Rio de Janeiro — RJ — Cep: 22241-090
 Tel.: (21) 2199-7824 — Fax: (21) 2199-7825
 www.objetiva.com.br

Título original
Postwar: A History of Europe since 1945

Capa
 Ô de casa sobre design original de Dean Nicastro

Imagens de capa
 Homem caminha pela cidade destruída de Freiburg im Breisgau,
 1945 © Werner Bischof/Magnum Photos
 Crianças brincando junto ao muro de Berlim,
 1963 © Thomas Hoepker/Magnum Photos

Preparação de texto
 Julia Michaels

Revisão
 Marta Miranda O'Shea
 Umberto Figueiredo Pinto
 Onézio Paiva
 Diogo Henriques

Conversão para e-book
 Abreu's System Ltda.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
 SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
 J85p

Judt, Tony

Pós-guerra [recurso eletrônico] : uma história da Europa desde 1945 /
 Tony Judt ; tradução José Roberto O'Shea ; revisão Marta Miranda O'Shea . - Rio de
 Janeiro : Objetiva, 2011.

recurso digital

Tradução de: *Postwar: a History of Europe since 1945*
 Formato: ePub

Requisitos do sistema:

Modo de acesso: Leitores, Internet

Inclui bibliografia

1109p. ISBN 978-85-390-0256-6 (recurso eletrônico)

1. Europa - História, 1945-. 2. Livros digitais. I. Título.

11-2948

CDD: 940.55

CDU: 94(4)“1945/...”

Para Jennifer

Não será a distância do passado mais marcante, mais lendária,
quanto mais imediata for em relação ao presente?

THOMAS MANN, *A Montanha Mágica*

Prefácio e Agradecimentos

A Europa é o menor continente. Sequer chega a ser um continente — é apenas um anexo subcontinental da Ásia. Toda a Europa (excluindo a Rússia e a Turquia) compreende não mais do que 5,5 milhões de quilômetros quadrados: menos do que dois terços da superfície do Brasil, pouco mais do que a metade da área da China ou dos Estados Unidos. É apequenada pela Rússia, que cobre 17 milhões de quilômetros quadrados. Mas, quanto à intensidade das diferenças e dos contrastes internos, a Europa é singular. Na contagem mais recente, abrangia 46 países, a maioria dos quais consistindo em Estados e nações com idiomas próprios; vários desses países incorporam outras nações e línguas desprovidas de Estados; todos têm histórias, políticas, culturas e memórias distintas e sobrepostas; e cada um deles foi estudado a fundo. Mesmo para o breve período de sessenta anos de história européia desde o fim da Segunda Guerra Mundial — na verdade, sobretudo em relação a esse período —, as fontes secundárias de pesquisa, e para mencionar apenas as de língua inglesa, são inesgotáveis.

Ninguém, portanto, pode pretender escrever a história completa ou definitiva da Europa contemporânea. Minha inadequação para a tarefa é agravada pela proximidade: nascido pouco tempo depois do fim da guerra, sou contemporâneo à maioria dos eventos descritos neste livro e posso me lembrar dos momentos em que ouvi ou assisti aos relatos (ou até tomei parte) de muito dessa história, enquanto ela acontecia. Isso facilita ou dificulta o meu entendimento da narrativa atinente à Europa no pós-guerra? Não sei. O que sei é que, por vezes, tal condição impede o distanciamento desapassionado do historiador.

O presente livro não aspira ao distanciamento de um deus do Olimpo. Sem, espero eu, abrir mão da objetividade e da justiça, *Pós-guerra* oferece uma interpretação francamente pessoal do recente passado europeu. Definido por uma expressão que, imerecidamente, adquiriu conotações pejorativas, o livro é “cheio de opiniões”. Alguns julgamentos talvez sejam controversos; outros, equivocados. Todos são falíveis. Para o bem ou para o mal, são meus — assim como quaisquer equívocos inevitáveis numa obra de tal extensão e escopo.

Porém, se equívocos foram sustados, e se ao menos algumas das avaliações e conclusões deste livro se mostrarem duráveis, devo isso, em grande medida, aos diversos estudiosos e amigos nos quais confiei durante a pesquisa e redação deste trabalho.

Em primeiro lugar, um livro deste tipo toma por base outros livros.¹ Os clássicos da historiografia moderna nos quais busquei inspiração e modelo incluem *A Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm; *A Europa no Século XX*, de George Lichtheim; *História Inglesa 1914-1945*, de A. J. P. Taylor; e *O Fim de uma Ilusão*, do falecido François Furet. Ainda que díspares entre si, esses livros e seus respectivos autores compartilham uma solidez que é fruto de vasto conhecimento e de uma autoconfiança intelectual raramente encontrada em seus sucessores — além de uma clareza de estilo que deve servir de padrão para todo historiador.

Entre os estudiosos cujos escritos sobre a história recente da Europa mais me ensinaram, devo mencionar e agradecer, de modo especial, a Harold James, Mark Mazower e Andrew Moravcsik. A marca do trabalho deles será visível nas páginas seguintes. A exemplo de todos os que estudam a Europa moderna, devo muito a Alan S. Milward, por seus estudos eruditos e iconoclastas da economia do pós-guerra.

Se posso afirmar que tenho familiaridade com a história da Europa Central e Oriental — assunto tantas vezes menosprezado em compêndios de história europeia escritos por especialistas na metade ocidental do continente —, devo isso ao trabalho de um talentoso grupo de jovens acadêmicos, a saber: Brad Abrams, Catherine Merridale, Marci Shore e Timothy Snyder, bem como a meus amigos Jacques Rupnik e István Deák. Com Timothy Garton Ash aprendi não apenas questões relacionadas à Europa Central (tópico do qual, durante tantos anos, ele se apropriou), mas também, de modo especial, às duas Alemanhas durante a era da *Ostpolitik*. Ao longo de anos de conversas com Jan Gross — e graças aos seus escritos pioneiros —, assimilei não apenas um pouco de história polonesa, mas também aprendi a entender as consequências sociais da guerra, assunto sobre o qual Jan tem escrito com discernimento e senso de humanidade incomparáveis.

Os trechos deste livro que discorrem sobre a Itália muito devem ao trabalho de Paul Ginsborg, assim como os capítulos que tratam da Espanha refletem o que aprendi ao ler e ouvir o notável Victor Perez-Diaz. A ambos, e a Annette Wieviorka — cuja análise magistral da ambivalência da França, no período pós-guerra, diante do Holocausto, no livro *Déportation et Génocide*, marcou

profundamente a minha avaliação daquela história conturbada —, expresso gratidão especial. Minhas observações finais sobre “A Europa como Estilo de Vida” foram influenciadas pelos escritos de uma brilhante advogada, especialista em Direito Internacional, Anne-Marie Slaughter, cujo trabalho sobre “Estados desagregados” defende, com contundência, a forma de governo internacional praticada pela União Européia, não porque seja basicamente melhor ou porque constitua o modelo ideal, mas porque — no mundo em que vivemos — nada mais funcionará.

Em toda a Europa, amigos, colegas e ouvintes ensinaram-me muito mais sobre o passado recente e o momento atual do continente do que eu poderia depreender de livros e arquivos. Sou grato, em particular, a Krzysztof Czyzewski, Peter Kellner, Ivan Krastev, Denis Lacorne, Krzysztof Michalski, Mircea Mihaes, Berti Musliu, Susan Neiman e David Travis, por sua hospitalidade e assistência. Agradeço a István Rév por ter insistido que eu visitasse a Casa do Terror, em Budapeste, por mais desagradável que fosse a experiência. Em Nova York, meus amigos e colegas Richard Mitten, Katherine Fleming e Jerrold Seigel foram sempre generosos, oferecendo-me tempo e idéias. Dino Buturovic, gentilmente, examinou meu relato da complexidade lingüística iugoslava.

Sou grato a sucessivos diretores da Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Nova York — Philip Furmansky, Jess Benhabib e Richard Foley —, por terem apoiado minha pesquisa, e ao Instituto Remarque, fundado por mim com o objetivo de incentivar o estudo e o debate sobre a Europa. Eu não poderia ter fomentado o Instituto Remarque — que promoveu muitas das oficinas e aulas nas quais tanto aprendi — sem o apoio generoso e o patrocínio de Yves-André Istel; e jamais poderia ter escrito este livro, ao mesmo tempo em que dirigia o Remarque, sem a colaboração ultra-eficiente e dócil do diretor administrativo, Jair Kessler.

A exemplo de tantos autores, sou imensamente agradecido pela amizade e orientação de meus agentes, Andrew Wylie e Sarah Chalfant; foram incansáveis no apoio a um projeto que levou mais tempo — e se tornou mais abrangente — do que eles poderiam supor. Agradeço também aos meus editores — Ravi Mirchandani e Caroline Knight, em Londres, e Scott Moyers e Jane Fleming, em Nova York —, pelo trabalho que desenvolveram, com o intuito de levar a termo o projeto deste livro. Graças à hospitalidade de Leon Wieseltier, algumas das avaliações e opiniões que surgem nos Capítulos 12 e 14 foram anteriormente publicadas em forma de ensaio, nas notáveis páginas

sobre arte por ele cultivadas na seção final da *New Republic*. Mas a minha maior dívida profissional é com o imbatível editor da *New York Review of Books*, Robert Silvers, que ao longo dos anos tem me incentivado a percorrer uma esfera política e histórica cada vez mais ampla, com todos os riscos e benefícios que tal aventura acarreta.

Este livro muito se valeu da contribuição de alunos da Universidade de Nova York. Alguns deles — de modo particular, a doutora Paulina Bren, o doutor Daniel Cohen (que atualmente integram os quadros da Universidade Rice) e a doutora Nicole Rudolph — ajudaram-me a compreender o período em questão através de suas próprias pesquisas históricas, pesquisas que eles verão mencionadas nas páginas deste livro. Outros — Jessica Cooperman e Avi Patt — realizaram um trabalho inestimável como assistentes de pesquisa. Michelle Pinto, ao lado de Simon Jackson, tornou-se, de bom grado, diligente pesquisadora de imagens; foi responsável pela localização de muitas das ilustrações mais interessantes, notadamente o Lenin embrulhado que decora o fim da Terceira Parte. Demonstrando competência, Alex Molot localizou e reuniu relatórios e dados estatísticos, publicados e inéditos, com os quais um livro desta natureza não pode deixar de contar. É certo que eu não poderia ter realizado este trabalho sem o aporte desses alunos.

Minha família conviveu com a Europa do pós-guerra durante muito tempo — no caso dos meus filhos, durante toda a infância. Não apenas foram tolerantes com as ausências, as viagens e as obsessões provocadas pelo meu interesse pelo assunto, mas fizeram contribuições concretas para o conteúdo do livro. A Daniel, o livro deve o título; a Nicholas, o lembrete de que nem todas as boas histórias têm final feliz. À minha esposa Jennifer o livro também deve muito — inclusive duas leituras cuidadosas e construtivas. Mas o autor deve muito, muito mais. *O Pós-guerra* é dedicado a ela.

¹ Nos capítulos que seguem, as notas, em sua maioria, são convencionais: isto é, tecem comentários ao texto, em vez de identificar fontes. A fim de não estender um livro já bastante extenso, e que se dirige ao público em geral, não é aqui oferecida a completa documentação relativa às referências. Em breve, as fontes de *Pós-guerra*, além de uma bibliografia completa, estarão disponíveis para consulta no portal do Instituto Remarque [<http://www.nyu.edu/pages/remarque/>].

Introdução

“Cada época é uma esfinge que se precipita no abismo,
tão logo o enigma é decifrado.”

Heinrich Heine

“As circunstâncias (que para alguns cavalheiros nada significam!),
na realidade, conferem a cada princípio político a sua cor peculiar
e o seu efeito especial.”

Edmund Burke

“Eventos, meu caro rapaz, eventos.”

Harold Macmillan

“A história mundial não é o solo em que germina a felicidade.
Períodos de felicidade são, na história mundial, páginas em branco.”

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Decidi escrever este livro enquanto fazia uma baldeação no terminal ferroviário de Westbahnhof, a estação central de Viena. Era dezembro de 1989, momento propício. Eu acabava de voltar de Praga, onde dramaturgos e historiadores do Fórum Cívico de Václav Havel desalojavam um Estado policial comunista e atiravam quarenta anos de “socialismo real” na lata de lixo da História. Poucas semanas antes, inesperadamente, o Muro de Berlim tinha sido derrubado. Na Hungria e na Polônia, todos se surpreendiam com os desafios das políticas pós-comunistas: o antigo regime — todo-poderoso até poucos meses antes — retrocedia a uma posição irrelevante. O Partido Comunista da Lituânia acabava de se declarar favorável à independência imediata em relação à União Soviética. E no táxi, a caminho da estação ferroviária austríaca, o rádio anunciava os primeiros relatos de um levante contra a ditadura

nepotista de Nicolau Ceaușescu, na Romênia. Um terremoto político rachava a topografia da Europa, congelada desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Uma era chegara ao fim e nascia uma nova Europa. Isso era óbvio. Mas, com o fim da velha ordem, muitos conceitos antigos seriam questionados. O que antes parecera permanente e, de certo modo, inevitável assumiria um caráter passageiro. O confronto da Guerra Fria; a divisão entre Oriente e Ocidente; a disputa entre “comunismo” e “capitalismo”; as histórias distintas e estanques da próspera Europa Ocidental e dos satélites do bloco soviético, a leste: nada disso poderia continuar a ser entendido como resultante de necessidades ideológicas ou da lógica férrea da política. Tratava-se de conseqüências acidentais da História — e a História empurrava tudo isso para o lado.

O futuro da Europa teria uma configuração bem diferente — e o passado também. Em retrospecto, o período de 1945 a 1989 passaria a ser visto não como o limiar de uma nova era, mas como um interstício: seria como parênteses abertos no período pós-guerra, compreendendo questões mal resolvidas de um conflito terminado em 1945 mas cujo epílogo perdurara por mais meio século. A despeito da forma que a Europa assumisse nos anos vindouros, o relato conhecido e bem contado sobre o que ocorrera no passado havia se alterado para sempre. Pareceu-me evidente, naquele dezembro gelado na Europa Central, que a história da Europa no pós-guerra precisava ser reescrita.

O momento era propício, e o local também. Viena, em 1989, configurava um palimpsesto dos passados sobrepostos e complexos da Europa. Nos primeiros anos do século XX, Viena *era* a Europa: o centro fértil, nervoso e autocomplacente de uma cultura e civilização às vésperas do apocalipse. Entre as duas guerras, reduzida da condição de gloriosa metrópole imperial à de capital empobrecida de um diminuto rebotelho de Estado, Viena decaíra de modo constante, acabando por se tornar um posto avançado do império nazista, ao qual a maioria dos vienenses jurou fervorosa lealdade.

Depois que a Alemanha foi derrotada, a Áustria viu-se do lado ocidental e foi agraciada com o status de “primeira vítima” de Hitler. Esse golpe de sorte, duplamente imerecido, permitiu a Viena exorcizar o passado. Esquecida, convenientemente, a aliança nazista, a capital da Áustria — cidade “ocidental” cercada pela Europa “oriental” soviética — adquiriu nova identidade, passando a ser vista como guardião e modelo do mundo livre. Na percepção dos antigos súditos, agora encurralados na Tchecoslováquia, Polônia, Hungria,

Romênia e Iugoslávia, Viena representava a “Europa Central”: uma comunidade imaginária caracterizada pela civilidade cosmopolita que os europeus tinham, de certo modo, perdido ao longo do século. Nos anos em que o comunismo agonizou, a cidade tornou-se uma espécie de posto de escuta da liberdade, um local revigorado de encontros e despedidas para cidadãos do Leste Europeu que fugiam para o Ocidente e para ocidentais que construíam pontes para o Oriente.

Viena, em 1989, era portanto um bom local onde “pensar” a Europa. A Áustria incorporava todos os atributos um tanto quanto presunçosos do Oeste Europeu no pós-guerra: prosperidade capitalista ancorada em rico Estado previdenciário; paz social obtida ao custo de empregos e benesses distribuídos generosamente aos principais grupos sociais e partidos políticos; segurança externa garantida pela proteção implícita do guarda-chuva nuclear ocidental — ao mesmo tempo que a nação austríaca se mantinha orgulhosamente “neutra”. Nesse ínterim, do outro lado dos rios Leitha e Danúbio, poucos quilômetros a leste, localizava-se a “outra” Europa, a Europa da pobreza desoladora e da polícia secreta. A distância que as separava ficava bem sintetizada no contraste entre as duas estações ferroviárias de Viena: a progressista e movimentada Westbahnhof, onde executivos e turistas embarcavam em modernos trens expressos, com destino a Munique, Zurique ou Paris, e a sombria Südbahnhof, ponto de encontro dilapidado, sujo e perigoso, onde estrangeiros necessitados desembarcavam de trens imundos provenientes de Budapeste ou Belgrado.

Assim como as duas principais estações ferroviárias da cidade, inadvertidamente, apontavam a divisão geográfica da Europa — uma das estações voltada com otimismo e esperança para o Ocidente, a outra, displicentemente, admitindo a vocação oriental de Viena —, as próprias ruas da capital austríaca testemunhavam o abismo de silêncio que separava o presente tranquilo da Europa do seu passado tão incômodo. Os prédios imponentes e seguros ao longo da grande Ringstrasse eram lembrança da antiga vocação imperial de Viena (embora a própria Ring parecesse excessivamente grandiosa para servir de simples artéria cotidiana a serviço de indivíduos a caminho do trabalho, numa capital européia de porte médio), e a cidade tinha motivos para se orgulhar de seus edifícios públicos e espaços cívicos. A bem dizer, Viena mostrava-se propensa a invocar glórias antigas. No entanto, em relação ao passado recente, a cidade era sem dúvida reticente.

E, em relação aos judeus, que tinham ocupado tantos dos prédios centrais da metrópole e que contribuíram, de modo decisivo, para a arte, a música, o teatro, a literatura, o jornalismo e as idéias que *constituíam* Viena em seu apogeu, a cidade mostrava-se mais reticente que nunca. A própria violência com que os judeus de Viena foram expulsos de seus lares, despachados para regiões situadas a leste da cidade e apagados da memória da capital ajudava a explicar a tranqüilidade culposa observada no presente. A Viena no pós-guerra — à semelhança da Europa Ocidental no pós-guerra — era um edifício imponente assentado sobre um passado indizível. Grande parte desse passado infausto ocorrera em regiões que ficaram sob o controle soviético, motivo pelo qual o período foi tão facilmente esquecido (no Ocidente) ou abafado (no Leste Europeu). Com a recuperação da Europa Oriental, o passado não seria menos indizível, mas passaria a ser, inevitavelmente, debatido. Depois de 1989, nada mais — nem o futuro, nem o presente e, muito menos, o passado — seria o mesmo.

Embora a minha decisão de lidar com a história da Europa no pós-guerra remontasse a dezembro de 1989, o livro só foi escrito muitos anos depois. As circunstâncias interferiram. Em retrospecto, foi uma sorte: muitas questões que hoje se tornaram um pouco mais claras estavam então obscuras. Arquivos foram abertos. A confusão inescapável que se observa em processos de transformação revolucionária resolveu-se por si mesma, e ao menos algumas das conseqüências de longo prazo da reviravolta de 1989 são agora inteligíveis. Mas os tremores que sucederam aos abalos sísmicos de 1989 demoraram a diminuir. Quando voltei a Viena, depois da data em questão, a cidade tentava encontrar meios de abrigar milhares de refugiados oriundos de países vizinhos, como a Croácia e a Bósnia.

Três anos mais tarde, a Áustria abandonou a autonomia cuidadosamente cultivada no período pós-guerra e ingressou na União Européia, cujo surgimento como potência em questões européias foi conseqüência direta das revoluções ocorridas no Leste Europeu. Visitando Viena em outubro de 1999, encontrei a Westbahnhof coberta de cartazes do Partido da Liberdade, de Jörg Haider, que, apesar da admiração declarada pelos “homens honrados” dos exércitos nazistas que “cumpriram seu dever” na frente oriental, obteve, naquele ano, 27% dos votos, conseguindo apelar para a preocupação e perplexidade dos compatriotas austríacos diante das mudanças ocorridas em seu mundo ao longo da década anterior. Após quase meio século de imobilidade, Viena — a exemplo do resto da Europa — voltara a entrar para a história.

Este livro narra a história da Europa desde a Segunda Guerra Mundial e, por conseguinte, inicia em 1945: *Stunde nul*, conforme diziam os alemães — a Hora Zero. Porém, ao exemplo de tudo mais no século XX, tal história já está esboçada na guerra de trinta anos que teve início em 1914, quando o continente europeu embarcou rumo à catástrofe. A Primeira Guerra Mundial, para todos os que dela participaram, foi um massacre traumático — a metade dos homens da Sérvia, com idade entre 18 e 55 anos, sucumbiu na luta —, mas o conflito nada resolveu. A Alemanha (ao contrário do que se pensava à época) não foi esmagada na guerra, nem nos acordos firmados no pós-guerra: se o tivesse sido, seria difícil explicar a escalada que permitiu àquele país o domínio quase total da Europa apenas 25 anos depois. Na realidade, porque a Alemanha não pagou as dívidas que resultaram da Primeira Guerra Mundial, o custo da vitória para os Aliados foi mais alto do que o custo da derrota para a Alemanha, que assim ressurgiu, relativamente, mais forte do que em 1913. O “problema alemão”, surgido na Europa na geração anterior com a ascensão da Prússia, continuava sem solução.

Os pequenos países que em 1918 emergiram do colapso dos velhos impérios eram pobres, instáveis, inseguros — e rancorosos em relação aos vizinhos. No período entre as duas grandes guerras, a Europa esteve repleta de nações “revisionistas”: Rússia, Alemanha, Áustria, Hungria e Bulgária foram todas derrotadas na Grande Guerra e aguardavam a oportunidade de ajuste territorial. Depois de 1918, não foi restaurada a estabilidade internacional, não foi resgatado o equilíbrio entre as potências: houve apenas um interlúdio decorrente de exaustão. A violência da guerra não se abateu. Em vez disso, transformou-se em questões domésticas — em polêmicas nacionalistas, preconceito racial, luta de classes e guerra civil. A Europa nos anos 20 e, especialmente, nos anos 30 entrou numa zona de crepúsculo, entre a pós-vida de uma guerra e a perturbadora expectativa de outra.

Durante o período entre as duas guerras mundiais, conflitos internos e antagonismos entre Estados foram exacerbados — e, em certa medida, provocados — pelo concomitante colapso da economia européia. Com efeito, a vida econômica na Europa recebeu naqueles anos um golpe triplo. A Primeira Guerra Mundial distorceu índices de emprego, destruiu o comércio e devastou regiões inteiras — além de levar nações à bancarrota. Muitos países — sobretudo na Europa Central — jamais se recuperaram dos efeitos dela. Os que conseguiram fazê-lo foram novamente derrubados pela Depressão dos anos 30, quando deflação, falências e iniciativas desesperadas para instituir tarifas

protecionistas contra a concorrência internacional resultaram não apenas em níveis de desemprego jamais vistos e na destruição da capacidade industrial, mas também no fracasso do comércio internacional (entre 1929 e 1936 o comércio franco-germânico caiu 83%), tudo acompanhado de rivalidade e ressentimentos ferrenhos entre as nações. Então, veio a Segunda Guerra Mundial, cujo impacto, sem precedentes, nas populações *civis* e nas economias domésticas dos países envolvidos é discutido na Primeira Parte deste livro.

O impacto cumulativo desses golpes haveria de destruir uma civilização. A escala do desastre que a Europa se impusera era plenamente visível aos contemporâneos, mesmo enquanto tudo acontecia. Alguns, tanto na extrema esquerda quanto na extrema direita, enxergavam na auto-imolação da Europa burguesa uma oportunidade de lutar por algo melhor. Os anos 30 foram, para Auden, “a década vil, desonesta”; mas foram também um tempo de engajamento e determinação política, culminando nas ilusões e vidas perdidas na Guerra Civil espanhola. Foram o verão tardio das visões radicais surgidas no século XIX, agora investidas dos intensos compromissos ideológicos de um tempo mais severo: “Que tremendo anseio por uma nova ordem para a humanidade houve no período entre as duas guerras mundiais, e que triste foi a incapacidade de pôr em prática tal ordem” (Arthur Koestler).

Desesperados com a situação na Europa, alguns fugiram: primeiro para as democracias liberais que ainda restavam no extremo ocidental do continente; depois — aqueles que conseguiram sair a tempo — para as Américas. E alguns, como Stefan Zweig e Walter Benjamin, acabaram com as próprias vidas. Nas vésperas da queda final do continente no precipício, parecia não haver qualquer esperança para a Europa. Seja lá o que se perdeu quando da implosão da civilização européia — perda cujas implicações tinham sido há muito intuídas por Karl Kraus e Franz Kafka na Viena de Zweig —, jamais seria recapturado. No clássico filme de Jean Renoir, produzido em 1937, a *Grande Ilusão* da época era recorrer à guerra e aos mitos de honra, casta e classe a ela atinentes. Mas, já em 1940, para os europeus mais perspicazes, a maior das ilusões da Europa — agora desacreditada a ponto de ser considerada irresgatável — era a própria “civilização européia”.

À luz dos acontecimentos progressos, é compreensível o desejo de narrar a história da inesperada recuperação da Europa, a partir de 1945, em tom de autocongratulação, ou mesmo de lirismo. E esse, deveras, tem sido o tema predominante que subjaz às histórias do pós-guerra na Europa, especialmente as escritas antes de 1989 — e esse era também o tom adotado por estadistas

européus, quando refletiam sobre seus feitos pessoais nas referidas décadas. A simples sobrevivência e o ressurgimento dos Estados independentes da Europa continental após o cataclismo da guerra total; a ausência de disputas entre nações e a intensificação das formas institucionalizadas de cooperação intra-européia; a recuperação sustentada após trinta anos de implosão econômica e a “normalização” da prosperidade, do otimismo e da paz: fatores como esses propiciaram uma reação exagerada. A recuperação da Europa era um “milagre”. A Europa “pós-nacional” aprendera as lições amargas da história recente. Havia surgido um continente conciliatório, pacífico, “qual a Fênix”, das cinzas do seu próprio passado assassino-suicida.

A exemplo de tantos mitos, essa avaliação benevolente da Europa na segunda metade do século XX contém um núcleo de verdade. Mas ignora muitas questões. A Europa Oriental — desde a fronteira austríaca até os montes Urais, de Tallinn até Tirana — aqui não se encaixa. É certo que nessas regiões as décadas do pós-guerra foram pacíficas, comparadas ao que acontecia antes, mas isso se deu ao custo da presença do Exército Vermelho: tratava-se da paz do presídio, da paz guardada pelo tanque. E se os países-satélites do bloco soviético praticavam uma cooperação internacional, superficialmente comparável à dos Estados do Oeste Europeu, era porque Moscou lhes impunha interação bem como a criação de instituições “fraternais”.

A história das duas metades da Europa no pós-guerra não pode ser contada separadamente. O legado da Segunda Guerra Mundial (e as décadas que antecederam a guerra, bem como a guerra anterior) impôs aos governos e aos povos da Europa Oriental e Ocidental escolhas difíceis quanto aos melhores meios de evitar qualquer retorno ao passado. Uma opção — seguir a agenda radical dos movimentos populares da década de 1930 — foi, a princípio, bastante aceita em *ambas* as metades da Europa (um lembrete de que, na realidade, 1945 jamais foi o novo começo que às vezes parece ser). No Leste Europeu, algum tipo de transformação radical era inevitável. Não existia qualquer possibilidade de voltar a um passado desacreditado. O que, então, haveria de substituí-lo? O comunismo talvez fosse uma solução equivocada, mas o dilema ao qual ele buscava responder era bastante real.

No Ocidente, a perspectiva de mudança radical foi afastada, graças inclusive à ajuda (e pressão) norte-americana. O apelo da agenda das frentes populares — e do comunismo — perdeu a força: ambos eram receitas para tempos difíceis e, no Ocidente, ao menos depois de 1952, os tempos já não eram tão difíceis. E assim, nas décadas seguintes, as incertezas dos primeiros anos do

pós-guerra foram esquecidas. Mas em 1945 a possibilidade de que as coisas tomassem um rumo diferente — deveras, a probabilidade de que *tomariam* um rumo diferente — parecia muito real; foi para impedir a volta de velhos demônios (desemprego, fascismo, militarismo germânico, guerra, revolução) que a Europa Ocidental seguiu a nova trilha que hoje conhecemos. Pós-nacional, praticando o Estado providenciário e a cooperação, a Europa pacífica não nasceu do projeto otimista, ambicioso e progressista imaginado com bons olhos pelos idealistas que hoje defendem o euro. A Europa foi uma filha insegura da ansiedade. Oprimidos pela história, os líderes europeus implementaram reformas sociais e criaram instituições de caráter profilático, a fim de acuar o passado.

Fica mais fácil compreender a situação quando nos lembramos de que, basicamente, as autoridades do bloco soviético estavam engajadas no mesmo projeto. Elas também buscavam, acima de tudo, construir uma barreira contra o retrocesso político — ainda que nos países sob o regime comunista tal objetivo fosse alcançado nem tanto através do progresso social mas do uso da força física. A história recente foi reescrita — e os cidadãos foram encorajados a esquecê-la — a partir da asserção de que uma revolução social liderada por comunistas havia, definitivamente, apagado não apenas as deficiências do passado mas também as condições que as propiciaram. Conforme veremos, essa reivindicação também é mito, na melhor das hipóteses, meia-verdade.

Mas o mito comunista, involuntariamente, constitui um testemunho da importância (e da dificuldade), em *ambas* as metades da Europa, de lidar com uma herança onerosa. A Primeira Guerra Mundial destruiu a velha Europa; a Segunda Guerra Mundial criou as condições para uma nova Europa. Mas, depois de 1945, todo o continente viveu durante muitos anos sob o efeito sombrio de ditadores e guerras que pertenciam ao passado europeu recente. Essa é uma das experiências que os europeus da geração pós-guerra têm em comum e que os distingue dos norte-americanos, aos quais o século XX ensinou lições bem diferentes e muito mais otimistas. É também, necessariamente, o ponto de partida para qualquer pessoa que pretenda compreender a história da Europa antes de 1989 — e constatar o quanto essa história mudou desde então.

Ao discutir a visão que Tolstoi tem da História, Isaiah Berlin estabeleceu uma influente distinção entre dois estilos de raciocínio intelectual, citando palavras célebres do poeta grego Arquíloco: “A raposa sabe muitas coisas, mas o porco-

espinho sabe uma grande coisa.” Segundo os termos de Berlin, este livro não é, absolutamente, um “porco-espinho”. Não tenho uma grande teoria a respeito da história européia contemporânea a propor nestas páginas; nenhum tema dominante a desenvolver; nenhum relato único, superabrangente, a apresentar. Isso não quer dizer, todavia, que eu ache que a história do período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial na Europa não tenha forma temática. Ao contrário: tem mais de uma. A exemplo da raposa, a Europa sabe muitas coisas.

Em primeiro lugar, trata-se do relato da redução da Europa. Depois de 1945, os Estados constituintes do continente europeu já não podiam aspirar a um status internacional ou imperial. As duas exceções a essa regra — a União Soviética e, até certo ponto, a Grã-Bretanha — consideravam-se apenas parcialmente européias e, em todo caso, no final do período aqui abordado, ambas também se encontravam bastante diminuídas. A maior parte do restante da Europa continental tinha sido humilhada pela derrota e pela ocupação. Exclusivamente através dos seus próprios esforços, a Europa não havia conseguido se libertar do fascismo; tampouco conseguira, sem auxílio externo, intimidar o comunismo. A Europa no pós-guerra foi libertada — ou imunizada — por terceiros. Somente através de grande esforço e de um processo que demorou décadas os europeus recuperaram o controle do seu próprio destino. Podados dos territórios ultramarinos, os antigos impérios marítimos europeus (da Grã-Bretanha, da Holanda, da Bélgica, de Portugal), no decorrer dos anos em questão, encolheram, voltando aos seus núcleos europeus e redirecionando a atenção para a própria Europa.

Em segundo lugar, as últimas décadas do século XX testemunharam o enfraquecimento das “narrativas-mestras” da história européia: as grandes teorias da História surgidas no século XIX, com seus modelos de progresso e mudança, de revolução e transformação, que abasteceram os projetos políticos e os movimentos sociais responsáveis pela destruição da Europa na primeira metade do século. Também esse relato só faz sentido numa tela paneuropéia: o declínio do fervor político no Ocidente (exceto entre uma minoria intelectual marginalizada) foi acompanhado — por razões bem diversas — pela perda de fé na política e pelo descrédito em relação ao marxismo oficial no Leste Europeu. Durante um breve momento nos anos 80, sem dúvida, parecia que a *direita* intelectual seria capaz de encenar um renascimento em torno de um projeto (também oitocentista) de desmantelamento da “sociedade” e da entrega das questões públicas ao livre-mercado e a um Estado

minimalista; mas o espasmo passou. Depois de 1989, não foi oferecido na Europa qualquer projeto ideológico abrangente, fosse de esquerda *ou* de direita — a não ser a perspectiva de liberdade, que para a maioria dos europeus era uma promessa agora devidamente cumprida.

Em terceiro lugar, e como substituto modesto das ambições extintas no passado ideológico europeu, surgiu, tardiamente — e bastante por acaso —, o “modelo europeu”. Nascido de uma mescla eclética de legislação socialdemocrata e democrata cristã e do crescimento institucional da Comunidade Européia e da União subsequente, o modelo era, distintamente, um mecanismo “europeu” para regular a interação social e as relações entre Estados. Abarcando tudo, desde puericultura até legislação internacional, essa abordagem européia significava mais do que meras práticas burocráticas da União Européia e dos países membros; já no início do século XXI, a abordagem tornara-se sinal e exemplo para nações aspirantes à União Européia, bem como um desafio global aos Estados Unidos e ao apelo rival representado pelo “American way of life”.

Essa transformação imprevista da Europa, de uma expressão geográfica (aliás, bastante conturbada) a modelo exemplar e pólo de atração para indivíduos e países, foi um processo lento, cumulativo. A Europa não estava, segundo a paráfrase irônica de Alexander Wat ao se referir às desilusões dos estadistas poloneses no período entre as guerras, “fadada à grandeza”. O surgimento da Europa nessa nova condição não poderia, absolutamente, ser previsto com base nas circunstâncias de 1945, nem mesmo nas de 1975. Essa nova Europa não era um projeto comum e preconcebido: ninguém se incumbiu de criá-lo. Mas, tendo ficado claro, depois de 1992, que a Europa *ocupava* essa nova posição no esquema internacional, as relações entre o continente e os EUA, em particular, assumiram um aspecto diferente — tanto para europeus quanto para norte-americanos.

Eis o quarto tema que se entrelaça neste relato da Europa no pós-guerra: as relações entre o continente e os Estados Unidos, complexas e frequentemente incompreendidas. Depois de 1945, os europeus ocidentais passaram a desejar o envolvimento dos EUA em questões européias — mas também se ressentiam desse envolvimento e do que ele pudesse sugerir quanto ao declínio da Europa. Além disso, a despeito da presença dos EUA na Europa, especialmente depois de 1949, os dois lados do “Ocidente” continuaram a ser locais bastante diferentes. A Guerra Fria era vista na Europa Ocidental de modo bastante diverso da reação alarmista que o fenômeno provocou nos EUA, e a

subseqüente e suposta “americanização” da Europa nos anos 50 e 60 foi um tanto exagerada, conforme veremos.

A Europa Oriental, evidentemente, enxergava os Estados Unidos e seus atributos de maneira bastante distinta. Mas, também nesse caso, seria errôneo exagerar a influência dos EUA sobre os europeus do leste, seja antes ou depois de 1989. Críticos dissidentes, nas duas metades da Europa — por exemplo, Raymond Aron, na França, ou Václav Havel, na Tchecoslováquia —, tinham o cuidado de enfatizar que não consideravam os EUA modelo ou exemplo para as suas respectivas sociedades. E, embora uma geração de europeus orientais pós-1989, durante algum tempo, almejasse a liberalização de seus países de acordo com o modelo norte-americano, com serviços públicos limitados, impostos baixos e livre-mercado, a moda não pegou. O “momento norte-americano” da Europa ficou no passado. O futuro das “mini-Américas” da Europa Oriental estava exclusivamente na Europa.

Finalmente, a história do pós-guerra na Europa constitui um relato marcado pelo silêncio, pela ausência. O continente europeu fora, no passado, uma intrincada tapeçaria, com idiomas, religiões, comunidades e nações sobrepostas. Muitas cidades européias — em especial, as menores, situadas nas divisas dos velhos e dos novos impérios, tais como Trieste, Sarajevo, Salonika, Cernovitz, Odessa ou Vilna — eram sociedades verdadeira e precocemente multiculturais, onde viviam católicos, gregos ortodoxos, muçulmanos, judeus e seguidores de outras religiões habituados a tal justaposição. Mas não devemos idealizar essa velha Europa. O que o escritor polonês Tadeusz Borowski chamou de “incrível, quase cômico caldeirão de povos e nacionalidades, ferendo perigosamente no coração da Europa” costumava ser lacerado em consequência de rebeliões, massacres e *pogroms* — mas era real, e sobreviveu até a memória recente.

Entre 1914 e 1945, contudo, *aquela* Europa foi esmagada por completo. A Europa mais arrumada que surgiu de olhos arregalados na segunda metade do século XX tinha menos pendências. Graças à guerra, à ocupação, aos ajustes de fronteiras, às expulsões e aos genocídios, quase todos agora viviam em seus respectivos países, entre a sua própria gente. Durante os quarenta anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, europeus nas duas metades do continente viveram em enclaves nacionais herméticos, onde minorias étnicas ou religiosas — por exemplo, os judeus na França — representavam uma percentagem diminuta da população, tendo sido inteiramente integradas às respectivas culturas e ao meio político dominante. Somente a Iugoslávia e a

União Soviética — esta um império, não um país, e, em todo caso, apenas parcialmente européia, conforme já foi observado — mantinham-se à parte dessa nova Europa, cada vez mais homogênea.

Mas, desde os anos 80, e principalmente desde a queda da União Soviética e da expansão da União Européia, a Europa tem encarado um futuro multicultural. Refugiados, trabalhadores estrangeiros, cidadãos de antigas colônias européias atraídos para a metrópole pela perspectiva de emprego ou liberdade e migrantes voluntários e involuntários provenientes de Estados fracassados ou repressivos situados às margens expandidas da Europa transformaram Londres, Paris, Antuérpia, Amsterdã, Berlim, Milão e uma dezena de outros locais em cidades globais e cosmopolitas, querendo elas ou não.

Essa nova presença dos “outros”, vivos, na Europa — por exemplo, é possível que 15 milhões de muçulmanos já estejam na União Européia, conforme hoje constituída, e mais 80 milhões aguardem admissão na Bulgária e na Turquia — fez ressaltar não apenas a atual inquietação européia diante da perspectiva de crescente variedade, mas também a facilidade com que os “outros”, mortos do passado europeu, foram obliterados do pensamento. Desde 1989, ficou mais claro do que nunca o quanto a estabilidade da Europa no pós-guerra dependeu das realizações de Josef Stalin e Adolf Hitler. Somados seus esforços, e auxiliados pelos colaboracionistas durante a guerra, os dois ditadores arrasaram a charneca demográfica sobre a qual as fundações de um continente novo e menos complicado foram então construídas.

Essa dificuldade desconcertante na tranqüila narrativa do progresso da Europa em direção ao que Winston Churchill chamou de “plagas ensolaradas” foi pouco mencionada, nas duas metades do continente — ao menos até os anos 60, quando passou a ser invocada exclusivamente em relação ao extermínio dos judeus pelos alemães. A não ser pela ocasional e controversa exceção, o registro de outros criminosos — e de outras vítimas — foi mantido em silêncio. A História e a memória da Segunda Guerra Mundial ficaram, tipicamente, restritas a um conhecido conjunto de convenções morais: o bem contra o mal, antifascistas *versus* fascistas, membros das resistências *versus* colaboracionistas etc.

Desde 1989 — com a superação de antigas inibições — tornou-se possível admitir (por vezes, mesmo diante de objeções e negações virulentas) o custo moral do renascimento da Europa. Poloneses, franceses, suíços, italianos, romenos e outros povos têm hoje melhores condições de saber — se quiserem saber — o que de fato ocorreu em seus países há poucas décadas. Até os

alemães estão revisitando a história oficial de seu país — com conseqüências paradoxais. Agora — pela primeira vez em muitas décadas — são o sofrimento *alemão* e a condição de vítima dos *alemães*, seja em conseqüência de bombardeiros britânicos, soldados russos ou expulsos tchecos, que se tornaram alvos de atenção. Os judeus, mais uma vez se pretende sugerir, em certos círculos respeitáveis, não foram as únicas vítimas...

Se tais discussões são positivas ou negativas é questão a se debater. Será toda essa memória pública um sinal de saúde política? Ou será, às vezes, mais prudente, conforme De Gaulle e outros entendiam tão bem, esquecer? Esta questão será retomada no Epílogo. Aqui, quero apenas observar que os recentes soluços de lembranças perturbadoras não precisam ser entendidos — como por vezes o são (notadamente nos Estados Unidos), quando justapostos a erupções de preconceito étnico e racial — como provas negativas do Pecado Original europeu: a incapacidade de aprender com os crimes do passado, a nostalgia amnésica, a eterna propensão de voltar a 1938. A situação não configura, nas palavras do jogador norte-americano de beisebol Yogi Berra, “outro *déjà-vu* novo”.

A Europa não está voltando ao turbulento passado guerreiro — ao contrário, está deixando esse passado para trás. A Alemanha, tanto quanto o restante da Europa, mostra-se hoje mais consciente da sua própria história no século XX do que nos últimos cinquenta anos. Mas isso não quer dizer que ela esteja sendo atraída *de volta* ao passado, pois a referida história jamais se afastou. Conforme o presente livro procura demonstrar, a grande sombra da Segunda Guerra Mundial pesou sobre toda a Europa no período pós-guerra. No entanto, tal sombra não podia ser reconhecida em toda a sua plenitude. O silêncio em relação ao passado recente da Europa foi condição necessária para a construção de um futuro europeu. Hoje em dia — no rastro de espinhosos debates públicos em quase todos os demais países europeus — parece concebível (e, em todo caso, inevitável) que também os alemães sintam-se finalmente capazes de questionar os cânones da memória oficial bem-intencionada. É possível que essa idéia nos cause desconforto; talvez nem mesmo seja um bom presságio. Mas não deixa de ser uma espécie de conclusão. Sessenta anos depois da morte de Hitler, a guerra que ele causou e as conseqüências do conflito estão entrando para a História. O pós-guerra na Europa durou muito tempo, mas, afinal, está chegando ao fim.

PRIMEIRA PARTE

Pós-guerra: 1945-1953

Punição

“Durante a guerra, belgas, franceses e holandeses cresceram aprendendo que seu dever patriota era enganar, mentir, atuar no mercado paralelo, duvidar e defraudar: esses hábitos se consolidaram depois de cinco anos.”

Paul-Henri Spaak (ex-ministro das Relações Exteriores da Bélgica)

“A vingança é um despropósito, mas havia quem não tivesse lugar no mundo que pretendíamos construir.”

Simone de Beauvoir

“Que uma sentença justa e rigorosa seja lavrada e executada, como requer a honra da nação e como bem merece seu maior traidor.”

Decisão da resistência organizada tcheca, exigindo punição severa para o padre Józef

Tiso, em novembro de 1946

A fim de que os governos da Europa libertada tivessem legitimidade, para que pudessem reivindicar a autoridade de Estados devidamente constituídos, foi necessário, primeiramente, lidar com o legado dos regimes infames instalados durante a guerra. Os nazistas e seus parceiros tinham sido derrotados, mas, em vista da escala dos crimes por eles cometidos, derrota, evidentemente, não bastava. Se a legitimidade dos governos do pós-guerra dependia apenas da vitória militar sobre os fascistas, em que medida eram melhores do que os regimes dos tempos de guerra? Era importante classificar como crimes as atividades desses últimos regimes e puni-los com o devido rigor. Havia, por trás de tudo isso, uma adequada motivação legal e política. Mas o desejo de punição visava também a uma necessidade mais premente. Para a maioria dos europeus, a Segunda Guerra Mundial não foi uma rotina de manobras e batalhas, mas de degradação diária, um processo em que homens e mulheres eram

traídos e humilhados, forçados a cometer delitos mesquinhos e degradantes, nos quais todos perderam um pouco e muitos perderam tudo.

Além disso, e em contraste marcante com a lembrança ainda viva da Primeira Guerra em vários locais, havia, em 1945, pouco do que se orgulhar e muito do que se envergonhar e se sentir culpado. Como já vimos, para a maioria dos europeus a experiência da guerra foi algo passivo — derrota e ocupação por um grupo de estrangeiros, e libertação por outro. A única fonte de orgulho nacional coletivo eram os movimentos de resistência armada aos invasores, motivo pelo qual foi na Europa Ocidental, onde a resistência efetiva tinha sido menos visível, que o mito da Resistência teve maior importância. Na Grécia, Iugoslávia, Polônia ou Ucrânia, onde números elevados de membros ativos da resistência tinham entrado em combate direto com as forças de ocupação e entre si, a situação era, como de hábito, mais complicada.

Na Polônia libertada, por exemplo, as autoridades soviéticas não viam com bons olhos as homenagens à resistência armada, cujo sentimento era tão anti-comunista quanto antinazista. Na Iugoslávia, durante o pós-guerra, como já foi visto, alguns grupos de resistência tinham mais valor do que outros — ao menos aos olhos do marechal Tito e de seus vitoriosos combatentes comunistas. Na Grécia, a exemplo da Ucrânia, em 1945, as autoridades locais caçavam, aprisionavam e executavam todos os membros da resistência identificados como tal.

Em suma, “resistência” era categoria variável, incerta e, em alguns locais, inventada. Mas “colaboracionismo” constituía algo diferente. Colaboracionistas tendiam a ser universalmente execrados. Eram homens e mulheres que trabalhavam para as forças de ocupação, que com elas mantinham relações sexuais, homens e mulheres que selavam a própria sorte com a sorte dos nazistas ou fascistas e que, com oportunismo, buscavam vantagens políticas ou econômicas valendo-se do contexto da guerra. Por vezes, tratava-se de minorias religiosas, étnicas ou lingüísticas e, portanto, já desprezadas ou temidas por outros motivos; e ainda que “colaboracionismo” não fosse considerado crime, com definições legais e punições explicitadas, colaboracionistas eram passíveis da acusação de traição, crime flagrante, com punição merecidamente rigorosa.

A punição dos colaboracionistas (verídicos e imaginados) teve início antes mesmo do fim dos combates. Na realidade, tal punição operou durante todo o período da guerra, espontaneamente ou sob instruções de organizações secretas de resistência. Mas, no intervalo entre a saída dos exércitos alemães e

o estabelecimento do controle efetivo por parte dos governos aliados, as frustrações das populações e as vinganças pessoais, muitas vezes matizadas por oportunismo político e vantagem econômica, geraram um ciclo breve mas sangrento de acerto de contas. Na França, cerca de 10 mil pessoas foram mortas em processos “extrajudiciais”, muitas das quais por grupos de resistência independentes, de modo particular as Milices Patriotiques, que caçavam colaboracionistas suspeitos, confiscavam-lhes as propriedades e, não raro, fuzilavam-nos sumariamente.

Cerca de um terço das execuções sumárias ocorreu antes do desembarque na Normandia, em 6 de junho de 1944, e a maioria das restantes foi registrada ao longo dos quatro meses seguintes de lutas travadas em solo francês. De certo modo, os números são bastante reduzidos, considerando a intensidade do ódio recíproco e a desconfiança constatada na França depois de quatro anos de ocupação e do regime do marechal Pétain, em Vichy; ninguém se surpreendeu com as represálias — nas palavras de um ex-primeiro-ministro francês, já idoso, Edouard Herriot: “A França precisa primeiro passar por um banho de sangue, antes que os republicanos possam retomar as rédeas do poder.”

Sentimento idêntico era observado na Itália, onde represálias e punições extra-oficiais, de modo especial nas regiões da Emília-Romana e da Lombardia, resultaram num número de mortos que, nos últimos meses da guerra, aproximou-se de 15 mil, e prosseguiram, esporadicamente, ao menos nos três anos seguintes. Em outros locais da Europa Ocidental o grau de derramamento de sangue foi bem mais baixo — na Bélgica, cerca de 265 colaboracionistas, de ambos os sexos foram linchados ou executados; na Holanda, menos de cem. Outras formas de represália, no entanto, eram bastante comuns. Acusações contra mulheres, que cínicos (falantes de língua francesa) tachavam de “colaboração horizontal”, eram freqüentes: “*moffenmeiden*”, na Holanda, eram lambuzadas de alcatrão e cobertas de penas, e por toda a França houve cenas de mulheres despidas e raspadas, em praças públicas, muitas vezes, no dia em que o respectivo povoado era libertado das forças de ocupação, ou pouco tempo depois.

A freqüência com que mulheres eram acusadas — não raro por outras mulheres — de ter relações com alemães é reveladora. Havia um fundo de verdade em muitas acusações: a oferta de favores sexuais em troca de comida, roupas ou algum tipo de auxílio pessoal era um caminho, muitas vezes o único, disponível a mulheres e famílias em situações desesperadoras. Mas, a

popularidade da imputação e o prazer da vingança atinente à punição constituem um lembrete de que, tanto para homens quanto para mulheres, a experiência era encarada, acima de tudo, como uma *humilhação*. Jean-Paul Sartre, mais tarde, descreveria “colaboracionismo” em termos nitidamente sexuais, como “submissão” à força do invasor, e em mais de um romance francês dos anos 40 colaboracionistas eram retratados ora como mulheres, ora como homens fracos (“efeminados”), seduzidos pelo charme teutônico dos invasores. Descarregar sentimentos de vingança em mulheres corrompidas era um meio de superar a memória desconcertante de fraqueza pessoal e coletiva.

Atos anárquicos de represálias violentas eram também comuns no Leste Europeu, mas assumiam formas distintas. No oeste, fora intensa a procura dos alemães por quem colaborasse; em terras eslavas ocupadas, os alemães governavam diretamente e por meio da força. Apenas a colaboração dos separatistas locais era incentivada de maneira sistemática, e mesmo assim somente na medida em que atendessem aos propósitos germânicos. Como resultado, depois da retirada dos alemães as primeiras vítimas de represálias espontâneas no Leste Europeu foram as minorias étnicas. As forças da União Soviética e os aliados locais nada fizeram para inibir tal ação. Ao contrário, os acertos de contas de natureza espontânea (que nem sempre deixaram de ser incitados) contribuíram para a remoção de elites e políticos locais que pudessem constituir empecilhos às aspirações comunistas no pós-guerra. Na Bulgária, por exemplo, a recém-criada Frente da Pátria incentivou represálias extra-oficiais contra colaboracionistas de todos os tipos, recorrendo de modo generalizado à acusação de “simpatizante fascista” e estimulando a denúncia de qualquer indivíduo que exibisse sentimentos a favor do Ocidente.

Na Polônia, os judeus eram o alvo principal de represálias por parte da população — 150 judeus foram mortos na Polónia libertada nos primeiros meses de 1945. Já em abril de 1946 os números beiravam 1.200. Ataques em menor escala ocorreram na Eslováquia (em Velké Topolčany, em setembro de 1945) e na Hungria (em Kunmadaras, em maio de 1946), mas o pior *pogrom* aconteceu em Kielce (Polónia), em 4 de julho de 1946, onde 42 judeus foram mortos e muitos outros feridos, em seguida ao boato do seqüestro e assassinato de uma criança da região durante um ritual religioso. Em certo sentido, essas mortes também configuravam represálias contra colaboracionistas, pois, aos olhos de muitos poloneses (inclusive de antigos guerrilheiros

antnazistas), os judeus eram suspeitos de simpatizar com as forças soviéticas de ocupação.

O número preciso de execuções na Europa Oriental sob ocupação soviética, ou na Iugoslávia, durante os primeiros meses de expurgo e matança “não-autorizada” é desconhecido. Mas em lugar nenhum o acerto de contas desregulado durou muito tempo. Não era do interesse de governos novos e frágeis, que estavam longe de ser universalmente aceitos e que eram, muitas vezes, flagrantemente provisórios, torturar e matar à vontade. A primeira tarefa das novas autoridades era garantir o monopólio da força, a legitimidade e as instituições da justiça. Qualquer detenção ou acusação referente a crimes cometidos durante a ocupação era responsabilidade das autoridades competentes. Quaisquer julgamentos deveriam transcorrer sob o domínio da lei. Qualquer derramamento de sangue era questão exclusiva do Estado. Tal transição ocorria assim que as novas forças sentiam-se poderosas o suficiente para desarmar os ex-guerrilheiros, impor a autoridade da nova polícia e reprimir a ânsia popular por punições severas e castigos coletivos.

O desarmamento das resistências mostrou-se surpreendentemente pacífico, ao menos na Europa Ocidental e Central. Fez-se vista grossa em relação a assassinatos e outros delitos cometidos durante os meses frenéticos do período de libertação: o governo provisório da Bélgica decretou anistia para todas as contravenções cometidas pela Resistência ou em nome dela, com prazo de vigência de 41 dias em seguida à data oficial da libertação do país. Porém, prevalecia o acordo tácito de que as recém-constituídas instituições governamentais assumiriam a tarefa de punir os culpados.

Aqui começavam os problemas. O que era um “colaboracionista”? Com quem teriam colaborado, e com qual propósito? Além de casos óbvios de assassinato ou furto, do que seriam os “colaboracionistas” acusados? Alguém haveria de pagar pelo sofrimento da nação, mas como definir esse sofrimento, e quem seria responsabilizado por ele? A forma desses enigmas variava de país para país, mas o dilema geral era comum: não havia precedente para a experiência europeia dos seis anos anteriores.

Em primeiro lugar, qualquer lei que contemplasse as ações de indivíduos que houvessem colaborado com os alemães seria, necessariamente, retroativa — antes de 1939, o crime de “colaboração com as forças de ocupação” era desconhecido. Houve guerras anteriores em que exércitos de ocupação buscaram e conseguiram a cooperação e assistência dos povos cujas terras tinham sido invadidas; no entanto, exceto em circunstâncias muito específicas —

como, por exemplo, o caso dos nacionalistas flamengos na Bélgica sob ocupação alemã, entre 1914 e 1918 —, a prática não era vista como um convite ao crime, mas apenas como parte dos prejuízos paralelos à guerra.

Conforme já foi observado, o único sentido em que se poderia dizer que o crime de colaboração estava contemplado na lei era quando o delito envolvia traição. Para considerar um exemplo representativo, na França, muitos colaboracionistas — quaisquer que fossem os detalhes do seu comportamento — foram julgados e condenados nos termos do Artigo 75 do Código Penal de 1939 por “passar informações ao inimigo”. No entanto, com frequência, homens e mulheres julgados pelos tribunais franceses tinham colaborado não com os nazistas, mas com o regime de Vichy, liderado e administrado por franceses e constituído, nitidamente, como herdeiro legítimo do Estado francês que funcionava antes da guerra. Aqui, tanto quanto na Eslováquia, na Croácia, no Protetorado da Boêmia, na República Social de Saló (de Mussolini), na Romênia do marechal Ion Antonescu e na Hungria, durante a guerra, colaboracionistas se defendiam alegando que trabalhavam tão-somente para as autoridades dos seus próprios Estados.

No caso de policiais de alto escalão ou funcionários do governo flagrantemente culpados de servir aos interesses nazistas através dos regimes fantoches que os empregavam, a referida defesa era, na melhor das hipóteses, insincera. Mas a situação de figuras de menor importância, sem falar nos milhares de indivíduos acusados de aceitar emprego em governos de fachada, ou em agências ou empresas que para eles trabalhavam, revelava a confusão em torno do problema. Seria correto, por exemplo, depois de maio de 1940, acusar alguém de pertencer a um partido político que gozava de representação legal no Parlamento antes da guerra, mas que passara a colaborar com os alemães durante a ocupação?

Os governos exilados franceses, belgas e noruegueses tinham procurado se prevenir em relação a esses dilemas por meio de decretos baixados durante a guerra que continham advertências acerca de punições severas depois do término do conflito. Mas o objetivo desses decretos era dissuadir a população de colaborar com os nazistas; os dispositivos não abordavam questões mais amplas, tais como jurisprudência e equidade. Acima de tudo, os decretos não podiam resolver, por antecipação, o problema de se pesar a responsabilidade individual contra a coletiva. Em 1944 e 1945, o saldo da vantagem política permitiu a atribuição, de modo generalizado, de responsabilidade por crimes de guerra e de colaboração a categorias predeterminadas de pessoas: membros

de certos partidos políticos, organizações militares e agências governamentais. Porém, tal procedimento ignorava muitos indivíduos cuja punição era amplamente exigida; isso incluía gente cuja ofensa principal fora inércia ou covardia; e, o mais importante, a prática implicava uma forma de indiciamento coletivo, algo execrado pela maioria dos juristas europeus.

Como alternativa, indivíduos foram levados a juízo, com resultados bastante variados, dependendo do tempo e lugar. Muitos homens e mulheres foram injustamente “escolhidos”. E muitos outros escaparam de qualquer punição. Houve inúmeras irregularidades e ironias processuais, e as motivações de governos, promotores públicos e jurados estavam longe de ser dignas — fosse por interesse próprio, calculismo político ou paixão. Esse resultado foi negativo. Mas, para avaliar os processos criminais (e a catarse pública a eles associada) que marcaram a transição, na Europa, de um tempo de guerra para um tempo de paz, é preciso ter sempre em mente o drama do que acabara de ocorrer. Sob as circunstâncias de 1945, é deveras extraordinário que o domínio da lei tenha sido restabelecido — afinal, jamais um continente inteiro tentara definir um novo conjunto de crimes em tamanha escala e levar os criminosos a algo que se assemelhasse à justiça.

Os números de pessoas punidas e o grau das punições variavam muito de país para país. Na Noruega, país com população de apenas 3 milhões de habitantes, todos os 55 mil membros do Nasjonal Samlung, a principal organização de colaboracionistas pró-nazistas, foram julgados, além de outros 40 mil indivíduos; 17 mil homens e mulheres receberam penas de detenção e trinta sentenças de morte foram expedidas, 25 das quais levadas a cabo.

Em nenhum outro local as proporções foram tão elevadas. Na Holanda, 200 mil pessoas foram investigadas, das quais quase a metade foi detida, algumas pelo crime de terem adotado a saudação nazista; 17.500 funcionários públicos perderam o emprego (mas quase ninguém no mundo empresarial, na área da educação ou nas profissões liberais); 154 pessoas foram condenadas à morte, quarenta das quais executadas. Na vizinha Bélgica, um número bem mais elevado de sentenças de morte foi exarado (2.940), porém um número mais reduzido de sentenças (apenas 242) foi cumprido. Um número basicamente idêntico de colaboracionistas foi para a prisão; contudo, enquanto os holandeses logo anistiarão a maioria dos detidos, o Estado belga os manteve encarcerados por mais tempo, e ex-colaboracionistas condenados por crimes graves jamais recuperaram totalmente os direitos civis. Ao contrário do que propõe um antigo mito do pós-guerra, a população flamenga não foi alvo de

punições desproporcionais, mas, ao reprimir indivíduos que durante a guerra defenderam a Nova Ordem, as elites belgas — católicos, socialistas e liberais — restabeleceram o controle tanto sobre Flandres quanto sobre a Valônia.

O contraste entre Noruega, Bélgica, Holanda (e Dinamarca), onde os governos legítimos fugiram para o exílio, e a França, onde, na visão de muita gente, o regime de Vichy constituía o *governo legítimo*, é sugestivo. Na Dinamarca, o crime de colaboracionismo era praticamente desconhecido. Porém, de cada 10 mil dinamarqueses 374 foram condenados à detenção, em julgamentos realizados no pós-guerra. Na França, onde o colaboracionismo em tempo de guerra foi generalizado, por esse mesmo motivo a prática foi punida timidamente. Uma vez que o próprio Estado atuou como o principal colaboracionista, parecia excessivo e um tanto quanto desagregador condenar cidadãos comuns pelo mesmo crime — ainda mais porque, na França, três em cada quatro juízes que presidiam os julgamentos de colaboracionistas tinham, eles próprios, servido ao Estado colaboracionista. Em todo caso, 94 indivíduos em cada 100 mil (menos de 0,1% da população) foram presos por delitos cometidos durante a guerra. Dos 38 mil detidos, a maioria foi libertada com base na anistia parcial concedida em 1947, e todos, exceto 1.500 dos remanescentes, foram soltos na anistia de 1951.

Na França, entre 1944 e 1951, os tribunais oficiais condenaram à morte 6.763 pessoas (3.910 *in absentia*) por traição e crimes afins. Dessas sentenças, apenas 791 foram cumpridas. A principal punição que pesou sobre os colaboracionistas franceses foi a chamada “degradação nacional”, introduzida em 26 de agosto de 1944, logo após a libertação de Paris, e definida, sardonicamente, por Janet Flanner: “Degradação nacional consistirá em ser privado de quase tudo que os franceses apreciam — como o direito de exibir condecorações de guerra; o direito de ser advogado, tabelião, professor de escola pública, juiz e até testemunha; o direito de dirigir editora, estação de rádio ou empresa cinematográfica; e, acima de tudo, o direito de atuar como diretor de seguradora ou banco.”

Na França, 49.723 homens e mulheres receberam essa punição. Entre os servidores públicos, 11 mil (1,3% federais, número bem inferior aos 35 mil demitidos sob o regime de Vichy) foram afastados ou penalizados, mas a maioria foi reinstituída no prazo de seis anos. Ao todo, a *épuration* (depuração, expurgo), conforme o processo ficou conhecido, envolveu 350 mil pessoas, cujas vidas e carreiras, na maioria dos casos, não foram afetadas de maneira dramática. Ninguém foi punido pelo que hoje chamaríamos de crimes contra a

humanidade. A responsabilidade por esse tipo de delito, assim como por outros crimes de guerra, foi imputada apenas aos alemães.

A experiência italiana divergiu, por várias razões. Embora fosse uma das potências ex-integrantes do Eixo, a Itália foi autorizada pelos governos aliados a realizar seus próprios julgamentos e depurações — afinal, em setembro de 1943, o país tinha mudado de lado. Mas havia muita ambigüidade quanto a quem e o que deveria ser levado a juízo. Enquanto em outros locais da Europa a maioria dos colaboracionistas foi, por definição, acusada de “fascista”, na Itália o termo abarcava um contingente por demais vasto e ambíguo. Tendo sido governado por fascistas de 1922 até 1943, o país começou a ser libertado do regime de Mussolini por um dos marechais do próprio ditador, Pietro Badoglio, cujo primeiro governo antifascista era constituído por muitos ex-fascistas.

O único crime fascista claramente condenável era colaboração com o inimigo após 8 de setembro de 1943 (data da invasão alemã). Como consequência, a maioria dos acusados encontrava-se no norte sob ocupação e tinha ligações com o Estado fantoche instalado em Saló, no lago Garda. O questionário “Foste fascista?” (o “*Scheda Personale*”), alvo de tanta zombaria, que circulou em 1944, centrava-se precisamente na diferença entre fascistas de Saló e de outros locais. As sanções contra os primeiros baseavam-se no Decreto nº 159, baixado em julho de 1944 pela Assembléia Legislativa Interina, um documento que explicitava “os atos de gravidade especial que, embora não configurassem crime, [eram] considerados contrários às normas de sobriedade e decência política”.

Essa legislação obscura destinava-se a contornar a dificuldade de se condenar homens e mulheres por atos cometidos sob as ordens de autoridades nacionais constituídas. E o Supremo Tribunal, instituído em setembro de 1944 para julgar os prisioneiros mais importantes, compunha-se de juizes e advogados que, em sua maioria, eram ex-fascistas, tanto quanto os membros dos Tribunais Especiais, estabelecidos para punir funcionários de escalões inferiores pertencentes ao regime colaboracionista. Dadas as circunstâncias, os processos judiciais dificilmente conquistariam o respeito por parte da população de modo geral.

Não é de se estranhar que o resultado não tenha deixado ninguém satisfeito. Já em fevereiro de 1946, 394 mil funcionários públicos tinham sido investigados, dos quais apenas 1.580 foram demitidos. A maioria dos questionados alegou *gattopardismo* (mudança de aparência para conservar,

oportunisticamente, intacto um privilégio), argumentando que, diante da pressão fascista, havia recorrido a um sutil jogo duplo — afinal, funcionários públicos eram obrigados a ingressar no Partido Fascista. Visto que muitos dos que comandavam os interrogatórios poderiam, perfeitamente, estar do outro lado da mesa, era grande a simpatia por essa linha de defesa. Após os julgamentos, amplamente divulgados pela mídia, de alguns generais e fascistas graduados, o prometido expurgo do governo diminuiu de intensidade.

O Alto Comissariado, cuja tarefa era dirigir o expurgo, foi extinto em março de 1946, e três meses mais tarde as primeiras anistias foram anunciadas, inclusive o cancelamento de todas as sentenças prisionais com penas inferiores a cinco anos. Praticamente todos os governadores, prefeitos e burocratas do médio escalão exonerados durante 1944 e 1945 iriam reconquistar o emprego perdido ou evitar o pagamento das multas impostas, e a maioria dos quase 50 mil italianos detidos em decorrência de atividades fascistas ficou pouco tempo em reclusão.¹³ Não mais do que cinquenta pessoas foram condenadas judicialmente e executadas em consequência de crimes praticados, mas o número não inclui 55 fascistas massacrados por guerrilheiros na Penitenciária de Schio, em 17 de julho de 1945.

Durante a Guerra Fria, a transição suspeita e indolor observada na Itália, que passou de potência do Eixo à condição de aliada democrata, foi muitas vezes atribuída à pressão internacional (norte-americana), assim como à influência política do Vaticano. Na realidade, a questão era mais complexa. É certo que a Igreja Católica saiu-se muito bem, considerando as relações amistosas do papa Pio XII com o fascismo e a vista grossa (preventiva) que fez o pontífice em relação a crimes nazistas cometidos na Itália e em outros locais. A pressão da Igreja *foi* exercida. E, enquanto procuravam restabelecer a normalidade do cotidiano na península, as autoridades militares anglo-americanas *relutaram* em remover administradores comprometidos. Além disso, de modo geral, o expurgo de fascistas foi *mais eficiente* em regiões onde prevaleciam a Resistência esquerdista e seus representantes políticos.

No entanto, foi Palmiro Togliatti, 51, líder do Partido Comunista Italiano, que, no cargo de ministro da Justiça do governo de coalizão no pós-guerra, esboçou a Anistia de junho de 1946. Após duas décadas no exílio e muitos anos exercendo um alto posto na Internacional Comunista, Togliatti tinha poucas ilusões acerca do que era possível e impossível no período subsequente à guerra na Europa. Ao retornar de Moscou, em março de 1944, ele anunciou, em Salerno, o compromisso do partido com a unidade nacional e a

democracia parlamentarista — para a perplexidade e surpresa de muitos seguidores.

Num país onde milhões de pessoas (que nem sempre pertenciam à direita) estavam comprometidas em decorrência de seu envolvimento com o fascismo, Togliatti não via muita vantagem em empurrar a nação para uma guerra civil — ou melhor, em prolongar a guerra civil que já estava em curso. Era bem melhor trabalhar pelo restabelecimento da ordem e da normalidade cotidiana, deixar para trás a era fascista e buscar o poder através das urnas. Além disso, Togliatti, a partir de sua posição privilegiada como figura importante do movimento internacional comunista, cuja perspectiva estratégica transcendia os limites da Itália, tinha em mente a situação da Grécia, como precaução e advertência.

Na Grécia, apesar do nível significativo de cooperação entre as elites burocrática e empresarial, expurgos realizados no pós-guerra não visaram à direita, mas à esquerda. O caso foi único, mas também revelador. A guerra civil de 1944 e 1945 convencera os britânicos de que somente o firme restabelecimento de um regime conservador em Atenas haveria de estabilizar aquele país pequeno porém estrategicamente vital. Expurgar ou ameaçar empresários ou políticos que haviam trabalhado com italianos ou alemães poderia ter implicações radicais num país onde a esquerda revolucionária parecia pronta a tomar o poder.

Em pouco tempo, a ameaça à estabilidade no Egeu e no sul dos Bálcãs deixou de ser o Exército alemão em retirada e passou a ser os bem entrincheirados comunistas gregos e seus guerrilheiros aliados nas montanhas. Na Grécia, poucas pessoas foram punidas com rigor por terem, durante a guerra, colaborado com as potências do Eixo, mas a pena de morte foi aplicada amplamente na luta contra a esquerda. Por não haver, em Atenas, distinção congruente entre guerrilheiros esquerdistas que lutaram contra Hitler e guerrilheiros comunistas que tentavam derrubar o Estado grego do pós-guerra (e, na verdade, muitas vezes tratava-se dos mesmos homens), foram os membros da resistência, e não seus inimigos colaboracionistas, que nos anos seguintes seriam julgados e detidos. Além disso, ficariam excluídos da vida civil durante décadas: até seus filhos e netos haveriam de pagar caro, pois ainda em plena década de 1970 não conseguiam obter emprego no inchado setor público.

Os expurgos e julgamentos na Grécia foram, portanto, flagrantemente políticos. Mas, em certo sentido, o mesmo se pode dizer dos processos mais convencionais observados no Oeste Europeu. Qualquer processo judicial

realizado em consequência direta de uma guerra ou luta política será político. A atmosfera dos julgamentos de Pierre Laval ou Philippe Pétain, na França, ou do chefe de polícia Pietro Caruso, na Itália, não foi, absolutamente, aquela que se verifica em processos judiciais comuns. Acerto de contas, sangria, represália e calculismo político desempenharam papéis cruciais nos referidos julgamentos e em muitos outros processos e expurgos. É preciso ter em mente tal noção, quando consideramos as punições oficiais aplicadas no período pós-guerra na Europa Central e Ocidental.

Não resta dúvida de que, sob o ponto de vista de Stalin e das autoridades soviéticas de ocupação que atuavam em todos os territórios controlados pelo Exército Vermelho, os julgamentos e outras penalidades impostas a colaboracionistas, fascistas e alemães constituíam sempre, e antes de tudo, um meio de desobstruir o cenário político e social local de empecilhos ao domínio comunista. O mesmo se aplicava à Iugoslávia de Tito. Muitos homens e mulheres foram acusados de delitos fascistas graves, quando seu maior crime era pertencerem ao grupo social errado, estarem associados a alguma comunidade religiosa ou partido político inoportuno, ou apenas disporem de visibilidade ou popularidade na comunidade local. Expurgos, expropriação imobiliária, expulsões, sentenças prisionais e execuções que visavam à eliminação de adversários políticos incriminados eram estágios importantes num processo de transformação política e social, conforme veremos. Mas essas medidas também atingiram e puniram fascistas convictos e criminosos de guerra.

Assim, ao atacar a Igreja Católica na Croácia, Tito aproveitou para processar o notório cardeal de Zagreb, Alois Stepinac, apologista de alguns dos piores crimes perpetrados pelo regime croata Ustase; o cardeal teve sorte por ter passado apenas 14 anos em prisão domiciliar, antes de falecer, em casa, em 1960. Draza Mihajlovic, líder da resistência chetnik, foi julgado e executado em julho de 1946. Na seqüência da execução de Mihajlovic, durante os dois anos seguintes à libertação da Iugoslávia, dezenas de milhares de outros não-comunistas foram mortos, todos vítimas de uma represália cuja motivação era política; porém, levando em conta as ações desses indivíduos, seja junto aos chetniks, ao Ustasa, à Guarda Branca Eslovênia ou como *domobranci* armados, muitos teriam recebido sentenças severas sob qualquer sistema jurídico.¹⁴ Os iugoslavos executaram e deportaram muitos indivíduos de origem húngara pela participação em massacres militares cometidos pelos húngaros em Voivodina, em janeiro de 1942, e suas terras foram entregues a partidários

do novo regime (que não tinham origem húngara). Foi um gesto político deliberado, mas em muitos casos as vítimas eram, de fato, culpadas.

O caso da Iugoslávia foi particularmente complexo. Mais ao norte, na Hungria, na decorrer de 1944, os Tribunais Populares criados no pós-guerra iniciaram seus trabalhos julgando, precisamente, criminosos de guerra, sobretudo os ativistas dos regimes pró-germânicos de Döme Sztójay e Ferenc Szálasi. No pós-guerra, o índice de fascistas e colaboracionistas condenados na Hungria não excedeu os números de condenados na Bélgica ou na Holanda — mas não resta dúvida de que cometeram crimes graves, inclusive ao antecipar e implementar, com entusiasmo, os planos alemães para arrebanhar e transportar para os campos de concentração milhares de judeus húngaros. Somente mais tarde as autoridades húngaras acrescentaram categorias como “sabotagem” e “conspiração”, cujo claro propósito era abranger um número maior de opositores e indivíduos propensos a resistir à tomada de poder pelos comunistas.

Na Tchecoslováquia, os Tribunais Populares Extraordinários, estabelecidos em 19 de maio de 1945 por decreto presidencial, exararam 713 sentenças de morte, 741 sentenças de prisão perpétua e 19.888 sentenças mais brandas a “traidores, colaboracionistas e elementos fascistas pertencentes às fileiras da nação tcheca e eslovaca”. A linguagem do decreto se assemelha ao jargão legalista soviético e, com certeza, pressagia o futuro sombrio da Tchecoslováquia. Mas houve, de fato, traidores, colaboracionistas e fascistas na Tchecoslováquia durante a ocupação; um deles, o padre Tiso, foi enforcado em 18 de abril de 1947. Se Tiso e outros foram objeto de julgamento justo — se *poderiam* ter sido objeto de julgamento justo naquela atmosfera —, é questão procedente. Mas o tratamento que tiveram não foi pior do que o tratamento dispensado, digamos, a Pierre Laval. A justiça tcheca no pós-guerra preocupava-se sobremaneira com a categoria vaga e inquietante de “crimes contra a nação”, mecanismo utilizado para conferir punição coletiva, de modo especial a alemães da região dos Sudetos. Mas, naqueles anos, o mesmo era verdade em relação à justiça francesa, talvez com menos motivos para tal.

Em se tratando do pós-guerra, é difícil avaliar o sucesso dos julgamentos e expurgos antifascistas realizados na Europa antes ocupada. O procedimento das sentenças era muito criticado à época — pessoas julgadas enquanto a guerra ainda transcorria, ou logo após a libertação de um determinado país, estavam sujeitas a penas mais severas do que indivíduos julgados posteriormente. Como resultado, na primavera de 1945, transgressores acusados de

crimes menos graves receberam sentenças prisionais bem mais longas do que colaboracionistas inveterados cujos processos só chegariam aos tribunais um ano mais tarde. Na Boêmia e na Morávia, registrou-se um percentual bastante elevado (95%) de sentenças de morte, em consequência de uma norma segundo a qual o prisioneiro devia ser executado dentro de duas horas a partir da promulgação da sentença; em outras localidades, qualquer pessoa que escapasse da execução imediata podia contemplar a possibilidade da comutação da sua própria sentença.

Penas de morte eram comuns à época e suscitavam pouca oposição: a depreciação do valor da vida durante a guerra fez com que penas capitais parecessem algo menos extremo — e mais respaldado — do que sob circunstâncias normais. O que causava mais indignação e, em alguns locais, talvez tenha mesmo comprometido a validade dos processos era a evidente falta de coerência das punições, sem falar que muitas penas eram determinadas por juízes e júrís cujo histórico pessoal durante a guerra era bastante maculado. A situação de escritores e jornalistas, pelo fato de terem deixado registros escritos de suas alianças na época da guerra, era a mais difícil. Julgamentos que eram objeto de grande publicidade — por exemplo, o processo que envolveu Robert Brasillach, em janeiro de 1945, em Paris — provocavam protestos de resistentes ferrenhos, como Albert Camus, que considerava injusto e imprudente condenar e executar indivíduos em decorrência de suas opiniões, por mais medonhas que elas fossem.

Em contrapartida, empresários e altos funcionários que tinham lucrado com a ocupação pouco sofreram, ao menos na Europa Ocidental. Na Itália, os Aliados insistiam que um homem como Vittorio Valletta, da Fiat, fosse mantido em seu posto, apesar de sua notória ligação com as autoridades fascistas. Outros executivos italianos sobreviveram, por comprovarem que haviam feito oposição à República Social de Saló — e, de fato, muitas vezes esses executivos *tinham* se oposto a Saló, precisamente por ser a república por demais “social”. Na França, processos com base em colaboração de caráter econômico foram preteridos pela nacionalização seletiva — das fábricas da Renault, por exemplo, como punição pela importante contribuição de Louis Renault para o esforço de guerra germânico. E, por toda parte, pequenas empresas, banqueiros e funcionários que haviam auxiliado na administração dos regimes de ocupação — construindo a “Muralha do Atlântico”, cujo propósito era defender a França de qualquer invasão, prestando assistência ao abastecimento das forças alemãs etc. — foram mantidos em seus postos, a fim de desempenhar

funções similares a favor das democracias subseqüentes e garantir continuidade e estabilidade.

Concessões desse tipo foram, provavelmente, inevitáveis. A própria escala de destruição e colapso moral constatados em 1945 indicava que qualquer coisa que restasse seria necessária como laje de construção para o futuro. Os governos provisórios instalados durante os meses de libertação eram quase impotentes. A cooperação incondicional (e grata) das elites econômicas, financeiras e industriais era vital para que alimentos, vestimentas e combustíveis fossem fornecidos às populações indefesas e famintas. Expurgos econômicos poderiam ser contraprodutivos, até mesmo incapacitantes.

Mas o preço disso foi o cinismo político e uma acentuada desilusão com as esperanças surgidas em torno da libertação. Já em 27 de dezembro de 1944 o escritor napolitano Guglielmo Giannini escreveu as seguintes palavras em *L'Uomo Qualunque*, jornal de um novo partido italiano homônimo que apelava, precisamente, para esse sentimento de amargo desencanto: "Sou o sujeito que, ao encontrar um ex-*gerarca* (superior), indaga: 'Como você se tornou um expurgador?' [...] Sou o sujeito que olha em volta e diz: 'Esses métodos e sistemas são fascistas' [...] Sou o sujeito que já não acredita em nada e em ninguém."

A Itália, como vimos, foi um caso difícil. Mas em fins de 1945 sentimentos como os expressos por Giannini eram comuns na Europa, e abriram caminho para uma súbita alteração do estado de espírito. Após atribuir culpa pelo passado recente e punir indivíduos cujos casos eram mais graves ou psicologicamente gratificantes, a maioria das pessoas que vivia em terras até recentemente sob ocupação alemã estava interessada em deixar para trás memórias constrangedoras ou desagradáveis e tocar para a frente as vidas sofridas. De qualquer modo, poucos homens e mulheres naquela época estavam dispostos a incriminar seus conterrâneos por crimes hediondos. Em relação a estes, segundo o consenso geral, a responsabilidade era totalmente dos alemães.

Na realidade, era tão difundida a noção de que a culpa máxima dos horrores da Segunda Guerra Mundial recaía, exclusivamente, sobre os ombros da Alemanha que até a Áustria ficou isenta. Nos termos de um acordo firmado pelos Aliados, com data de 1943, a Áustria fora declarada, oficialmente, a "primeira vítima" de Hitler e, portanto, terminada a guerra, mereceu tratamento diferenciado em relação à Alemanha. Isso convinha à insistência de Winston Churchill quanto à origem prussiana do nazismo, visão incitada a partir da obsessão da geração de Churchill pelo surgimento da ameaça

prussiana à estabilidade européia ao longo do último terço do século XIX. Mas a idéia também convinha aos demais aliados — e a localização geográfica estratégica da Áustria e a incerteza em relação ao futuro político da Europa Central sugeriam ser prudente separar o destino da Áustria do destino da Alemanha.

Contudo, não era cabível tratar a Áustria como qualquer outro país ocupado pelos nazistas, um país onde bastava punir fascistas e colaboracionistas nazistas para que a vida normal pudesse ser restabelecida. A Áustria, país com menos de 7 milhões de habitantes, tinha contado com 700 mil membros do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães: no final da guerra, ainda havia 536 mil nazistas registrados na Áustria; 1,2 milhão de austríacos tinham servido em unidades germânicas durante o conflito. A representação austríaca na SS e na gestão dos campos de concentração tinha sido desproporcional. A vida pública e a alta cultura austríaca estiveram saturadas de simpatizantes nazistas — 45 dos 117 integrantes da Orquestra Filarmônica de Viena eram nazistas (ao passo que a Filarmônica de Berlim tinha apenas oito membros do Partido Nazista entre 110 músicos).

Considerando as circunstâncias, a Áustria foi poupada, surpreendentemente poupada. Cento e trinta mil austríacos foram investigados por crimes de guerra, dos quais 23 mil foram a julgamento, 13.600 considerados culpados, 43 condenados à morte e apenas trinta executados. Cerca de 70 mil funcionários públicos foram exonerados. No outono de 1946, as quatro potências aliadas envolvidas nas ocupações concordaram em, a partir de então, deixar a Áustria lidar com seus próprios criminosos e com o processo de erradicação do nazismo. O sistema educacional, que estivera especialmente infestado, foi devidamente “desnazificado”: 2.943 professores do ensino fundamental e 447 do ensino médio foram demitidos, mas somente 27 professores universitários perderam o emprego — a despeito da notória simpatia nazista demonstrada por parte de muitos acadêmicos veteranos.

Em 1947, autoridades austríacas aprovaram uma lei que distinguia entre nazistas “mais” e “menos” incriminados. Dentre os últimos, 500 mil foram anistiados no ano seguinte, reconquistando o direito ao voto. Os primeiros — ao todo cerca de 42 mil — seriam anistiados até 1956. Depois disso, os austríacos simplesmente esqueceram seu envolvimento com Hitler. Uma razão que explica a facilidade com que a Áustria sobreviveu ao flerte com o nazismo é que convinha a todos os interesses locais ajustar seu passado recente para seu proveito: o Partido Popular (conservador), herdeiro do Partido Socialista Cristão

(que remontava ao período anterior à guerra), tinha motivos para limpar as credenciais “não-germânicas” do próprio partido e da Áustria, a fim de desviar a atenção que recaía sobre o regime corporativista imposto pelo Partido Popular em 1934. Os socialdemocratas austríacos, inquestionavelmente antinazistas, tiveram, no entanto, que superar o histórico de suas próprias reivindicações, antes de 1933, por *Anschluss* com a Alemanha. Outra razão era que todos os partidos tinham interesse em buscar os votos de ex-nazistas, um eleitorado de peso que haveria de moldar o futuro político do país. E mais, conforme veremos, havia as novas configurações delineadas pelo advento da Guerra Fria.

Ponderações como essas também se aplicavam à Alemanha. Mas ali a população local não era ouvida no que dizia respeito ao próprio destino. Na mesma Declaração de Moscou, de 30 de outubro de 1943, que isentava a Áustria de responsabilidade pela aliança com os nazistas, os Aliados advertiam os alemães de que eles seriam responsabilizados por crimes de guerra. E, de fato, o foram. Numa série de julgamentos realizados entre 1945 e 1947, as forças de ocupação presentes na Alemanha processaram nazistas e colaboracionistas por crimes de guerra, crimes contra a humanidade, assassinato e outros delitos cometidos em defesa dos objetivos nazistas.

Entre esses processos, o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, que de outubro de 1945 a outubro de 1946 julgou o alto escalão da liderança nazista, é o mais conhecido, mas houve vários outros: tribunais militares norte-americanos, britânicos e franceses, em suas respectivas zonas de ocupação, julgaram nazistas pertencentes a escalões inferiores e, ao lado da União Soviética, as referidas forças de ocupação extraditaram nazistas — primordialmente para a Polônia e França —, para que fossem julgados em foros onde os crimes haviam sido cometidos. O programa de Tribunais de Crimes de Guerra prosseguiu durante todo o período em que os Aliados ocuparam a Alemanha: nas zonas ocidentais, mais de 5 mil pessoas foram condenadas por crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, das quais quase oitocentas receberam pena capital, sendo 486 executadas — as últimas execuções ocorreram na cadeia de Landsberg, em junho de 1951, ignorando veementes apelos de clemência expressos pelos alemães.

Punir alemães *apenas* por serem nazistas era algo praticamente fora de questão, ainda que o Tribunal de Nuremberg houvesse definido o Partido Nazista como organização criminoso. Os números eram por demais elevados, e os argumentos contrários à noção de culpa coletiva por demais

contundentes. E, além disso, desconhecia-se o que poderia advir de se condenar milhões de pessoas. As responsabilidades dos líderes nazistas eram, no entanto, patentes, e jamais houve dúvida sobre o destino que lhes caberia. Nas palavras de Telford Taylor, um dos promotores públicos norte-americanos que atuaram em Nuremberg e chefe da Promotoria em julgamentos subsequentes: “Muita gente achava que tinha sido prejudicada *maliciosamente* pelos líderes do Terceiro Reich e desejava um *verdict* nesses termos.”

Desde o início, os julgamentos de crimes de guerra perpetrados por alemães tanto envolveram pedagogia quanto justiça. As sessões do Tribunal de Nuremberg foram transmitidas pela rádio alemã, duas vezes ao dia, e as provas ali acumuladas seriam expostas em escolas, cinemas e centros educacionais por todo o país; contudo, a ação exemplar dos julgamentos nem sempre era óbvia. Em vários dos primeiros processos julgados, que envolviam comandantes e guardas de campos de concentração, muitos acusados escaparam de qualquer tipo de pena. Os advogados desses indivíduos se valeram do sistema anglo-americano de justiça inquisitorial, interrogando e humilhando testemunhas e sobreviventes de campos de concentração. No Tribunal de Lüneberg, onde foram julgados os empregados de Bergen-Belsen (de 17 de setembro a 17 de novembro de 1945), foram os advogados de defesa *britânicos* que argumentaram, com algum sucesso, que seus clientes apenas obedeciam às leis (nazistas); dos 45 réus, 15 foram absolvidos.

É, portanto, difícil saber até que ponto os julgamentos dos nazistas contribuíram para a reeducação política e moral da Alemanha e dos alemães. Muitos reclamaram dos processos, definindo-os como “justiça de vencedor”, e isso é o que, de fato, eles foram. Mas foram também julgamentos legítimos de criminosos autênticos acusados de comportamentos nitidamente delituosos, e abriram precedentes vitais para a jurisprudência internacional nas décadas subsequentes. Os julgamentos e as investigações realizadas entre 1945 e 1948 (quando foi desfeito o Tribunal de Crimes de Guerra instituído pela ONU) trouxeram à tona uma quantidade extraordinária de documentação e depoimentos (em especial no que dizia respeito ao projeto germânico de extermínio dos judeus da Europa), precisamente no momento em que os alemães e outros povos estavam dispostos a esquecer o passado o quanto antes. Os referidos dados deixavam claro que crimes perpetrados com propósitos ideológicos ou de Estado tinham, apesar de tudo, responsabilidade individual e eram plausíveis de punição nos termos da lei. O argumento de obedecer a ordens não constituía defesa.

Havia, entretanto, duas deficiências inevitáveis no processo de punição imposto pelos Aliados aos alemães por crimes de guerra. A presença de promotores e juízes soviéticos era interpretada por muitos observadores na Alemanha e na Europa Oriental como evidência de hipocrisia. A conduta do Exército Vermelho e as práticas soviéticas em regiões “libertadas” não eram segredo — na realidade, tais fatos eram então mais conhecidos e divulgados do que o seriam em anos futuros. E os expurgos e massacres cometidos nos anos 30 ainda estavam impressos na memória do povo. Permitir que soviéticos julgassem nazistas — às vezes acusados de crimes que os primeiros haviam, eles mesmos, cometido — desvalorizava o Tribunal de Nuremberg (e outros tribunais) e fazia com que aquilo tudo aparentasse ser nada mais do que um exercício de represália contra os alemães. Segundo as palavras de George Kennan: “A única implicação que tais procedimentos podiam sugerir era de que, afinal de contas, os crimes em questão eram justificáveis e desculpáveis quando cometidos por líderes governamentais em determinadas circunstâncias, mas injustificáveis e indesculpáveis — e puníveis com pena de morte — quando cometidos por um outro governo em circunstâncias diferentes.”

A presença soviética em Nuremberg foi o preço pago pela aliança firmada durante a guerra e pelo papel preeminente que o Exército Vermelho desempenhou na derrota de Hitler. Mas a segunda deficiência dos julgamentos era inerente à própria natureza do processo jurídico. Precisamente porque a culpa pessoal da liderança nazista, a começar pelo próprio Hitler, era tão intensa e meticulosamente estabelecida, muitos alemães achavam-se no direito de acreditar que o restante da nação era inocente, que o povo alemão, de modo geral, era vítima passiva do nazismo, tanto quanto qualquer outra comunidade. Pode até ser que os crimes dos nazistas tenham sido “cometidos em nome da Alemanha” (para citar as palavras do ex-chanceler alemão Helmut Kohl, pronunciadas meio século mais tarde), mas era reduzida a percepção de que tais crimes haviam sido perpetrados *por alemães*.

Os norte-americanos, de modo especial, tinham ciência disso e, na zona por eles ocupada, logo deram início a um programa de reeducação e neutralização do nazismo, cujo objetivo era extinguir o Partido Nazista, arrancar-lhe as raízes e plantar as sementes da democracia e da liberdade na vida pública alemã. O Exército norte-americano era acompanhado de um grande número de psicólogos e outros especialistas cuja missão era descobrir por que os alemães tinham se desviado tanto. Os britânicos desenvolveram projetos similares, ainda que com maior ceticismo e menos recursos. Os franceses

demonstraram pouco interesse na questão. Já os soviéticos a princípio assentiram plenamente, e medidas agressivas em prol da erradicação do nazismo foram um dos poucos pontos sobre os quais as autoridades aliadas de ocupação concordaram, ao menos durante algum tempo.

Alemanha e Áustria: Setores de Ocupações Aliadas



BERLIM DIVIDIDA 1945-89



Setores aliados



VIENA DIVIDIDA 1945-55



O verdadeiro problema relativo a qualquer programa eficaz destinado a erradicar o nazismo da vida alemã é que tal erradicação simplesmente não era factível nas circunstâncias de 1945. Nas palavras do general Lucius Clay, comandante militar norte-americano: “Nosso maior problema administrativo era encontrar alemães razoavelmente competentes que não tivessem sido filiados ou associados ao regime nazista [...]. No mais das vezes, parece que os únicos homens qualificados [...] eram os servidores públicos de carreira [...] muitos dos quais foram mais do que meros participantes (segundo a nossa definição) das atividades do Partido Nazista.”

Clay não estava exagerando. Em 8 de maio de 1945, quando acabou a guerra na Europa, havia na Alemanha 8 milhões de nazistas. Em Bonn, 102 em cada 112 médicos eram ou tinham sido membros do Partido. Em Colônia, arrasada, dos 21 especialistas que trabalhavam no abastecimento de água da cidade — cuja experiência era vital na reconstrução dos sistemas de água e esgoto e na prevenção de doenças —, 18 tinham sido nazistas. A administração e a saúde pública, a reconstrução urbana e a iniciativa privada na Alemanha do pós-guerra seriam, inevitavelmente, assumidas por homens como esses, ainda que sob a supervisão dos Aliados. Deveria estar fora de questão a idéia de retirá-los do cotidiano na Alemanha.

No entanto, esforços foram envidados nesse sentido. Dezesseis milhões de *Fragebogen* (questionários) foram respondidos nas três zonas ocidentais ocupadas na Alemanha, a maioria dos quais na área sob controle norte-americano. Ali, as autoridades americanas registraram 3,5 milhões de alemães (cerca da quarta parte da população total da referida zona) como “casos plausíveis de acusação”, embora muitas dessas pessoas jamais fossem ser levadas perante os tribunais locais responsáveis pelo processo de erradicação do nazismo, instituído em março de 1946 sob responsabilidade alemã, mas com supervisão dos Aliados. Civis alemães foram conduzidos em visitas compulsórias a campos de concentração e obrigados a assistir a filmes que documentavam atrocidades nazistas. Professores nazistas foram afastados, acervos de bibliotecas foram renovados, o papel para impressão de jornais ficou sob controle direto dos Aliados e entregue a editores com credenciais genuinamente antinazistas.

Houve oposição considerável a essas medidas. Em 5 de maio de 1946, o futuro chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, em discurso proferido em Wuppertal, criticou as medidas que visavam à erradicação do nazismo, exigindo que os “companheiros de viagem nazistas” fossem deixados

em paz. Dois meses mais tarde, dirigindo-se à recém-formada União Democrática Cristã, ele voltou a tocar nesse ponto: o processo de extinção do nazismo estaria se estendendo demasiadamente, nada trazendo de útil. A preocupação de Adenauer era sincera. No seu entender, confrontar os alemães por crimes cometidos pelos nazistas — fosse por meio de processos, tribunais ou projetos de reeducação — poderia provocar uma reação nacionalista, em vez de arrependimento. Justamente porque o nazismo fixara raízes *profundas* no país, o futuro chanceler achava mais prudente permitir, e mesmo encorajar, silêncio a respeito do assunto.

Ele não estava de todo errado. Na década de 1940, os alemães tinham uma percepção limitada de como o resto do mundo os encarava. Não aquilataavam o que eles próprios e seus líderes haviam feito e estavam mais preocupados com suas dificuldades no pós-guerra — escassez de alimento e moradia e coisas do gênero — do que com o sofrimento das vítimas da Alemanha espalhadas por toda a Europa ocupada. Na realidade, mostravam-se mais propensos a ver a si mesmos no papel de vítimas e, portanto, consideravam julgamentos e confronto por crimes nazistas uma desforra dos Aliados contra um regime extinto.¹⁵ Com algumas honrosas exceções, as autoridades políticas e religiosas alemãs durante o pós-guerra pouco fizeram para desmentir tal visão, e os líderes naturais do país — nas profissões liberais, no Judiciário, no serviço público — eram os mais comprometidos.

Por conseguinte, os questionários foram tratados com desdém. No mínimo, serviram para esconder suspeitos, auxiliando-os na obtenção de “fichas limpas” (os chamados certificados “Persil”, em referência ao sabão em pó homônimo). O projeto de reeducação teve um impacto sumamente limitado. Uma coisa era exigir que os alemães assistissem a projeções de filmes documentários; outra, bem diferente, era forçá-los a prestar atenção, e mais ainda a pensar naquilo que viam. Muitos anos depois, o escritor Stephan Hermlin descreveu uma cena, registrada num cinema de Frankfurt, em que alemães eram obrigados a assistir a documentários sobre Dachau e Buchenwald antes de receber seus cartões de racionamento: “A meia-luz do projetor, eu podia ver que a maioria das pessoas virava o rosto assim que o documentário começava e permanecia naquela posição até que acabasse. Hoje penso que aquele rosto virado era, na verdade, a atitude de milhões de pessoas [...]. O povo infeliz ao qual eu pertencia estava, ao mesmo tempo, sensível e insensível. Não queria ser abalado pelos eventos, não estava interessado em coisas do tipo ‘Conhece a ti mesmo’.”¹⁶

Quando, com o advento da Guerra Fria, os Aliados abandonaram os esforços destinados à erradicação do nazismo, ficou claro que o impacto do projeto tinha sido bastante limitado. Na Bavária, já em 1946, cerca da metade dos professores do ensino médio tinha sido demitida, mas eles recuperaram os empregos dois anos depois. Em 1949, a recém-criada República Federal pôs um fim a todas as investigações de conduta pregressa de funcionários públicos e oficiais do Exército. Em 1951, na Bavária, 94% dos juízes e promotores públicos, 77% dos funcionários do Ministério da Fazenda e 60% dos funcionários públicos do Ministério Regional da Agricultura eram ex-nazistas. Em 1952, um em cada três funcionários do Ministério das Relações Exteriores, em Bonn, era ex-membro do Partido Nazista. No novo corpo diplomático da Alemanha Ocidental, 43% do quadro eram formados por ex-integrantes do Serviço Secreto (SS), e 17% tinham atuado junto ao Serviço de Segurança (SD) e à Gestapo. Hans Globke, principal assessor do chanceler Adenauer durante toda a década de 1950, tinha sido responsável pelo comentário oficial sobre as Leis de Nuremberg, editadas por Hitler em 1935. O chefe de Polícia do palatinado da Renânia, Wilhelm Hauser, fora o *Obersturmführer* responsável pelos massacres ocorridos na Bielo-Rússia durante a guerra.

O mesmo procedimento valeu para setores fora do serviço público. As universidades e a prática advocatícia foram os segmentos *menos* afetados pelo processo de erradicação do nazismo, a despeito da notória simpatia que tais segmentos nutriam pelo regime de Hitler. Empresários também pouco sofreram. Friedrich Flick, preso como criminoso de guerra em 1947, foi solto três anos mais tarde por autoridades de Bonn e reinvestido de sua antiga importância, na condição de acionista principal da Daimler-Benz. Altos executivos de conglomerados industriais incriminados, como os grupos I. G. Farben e Krupp, foram todos logo liberados e retornaram à vida pública, sem grande desgaste. Já em 1952, a Fordwerke, subsidiária alemã da Ford Motor Company, havia reconvocado toda a cúpula administrativa atuante na época do nazismo. Até juízes nazistas e médicos de campos de concentração condenados sob a jurisdição norte-americana tiveram sentenças reduzidas ou comutadas (pelo administrador americano John J. McCloy).

Pesquisas de opinião realizadas nos primeiros anos do pós-guerra confirmam o impacto limitado dos esforços aliados. Em outubro de 1946, quando foram concluídos os julgamentos de Nuremberg, apenas 6% dos alemães admitiam considerá-los “injustos”, mas, quatro anos depois, um em cada três expressava essa visão. Tal sentimento não deve surpreender, pois, de 1945 a

1949, a maioria absoluta dos alemães acreditava que “o nazismo era uma boa idéia, mal aplicada”. Em novembro de 1946, 37% dos alemães consultados numa pesquisa realizada na zona norte-americana expressaram a opinião de que “o extermínio de judeus, poloneses e outros não-arianos foi necessário para a segurança dos alemães”.

Na mesma pesquisa, com data de novembro de 1946, um alemão em cada três concordava com a proposição de que “judeus não deveriam ter os mesmos direitos que indivíduos pertencentes à raça ariana”. Isso não deve causar surpresa, uma vez que os entrevistados acabavam de sair de um regime autoritário que perdurara 12 anos, um regime comprometido com tal noção. O que surpreende é uma pesquisa realizada *seis anos* mais tarde, em que uma porcentagem ligeiramente mais elevada de alemães ocidentais — 37% — afirmou ser melhor para a Alemanha não ter judeus em seu território. Além do mais, diga-se de passagem, naquele mesmo ano (1952), 25% dos alemães ocidentais admitiam ter uma “opinião positiva” acerca de Hitler.

Na zona de ocupação soviética, o tratamento recebido pelo legado nazista foi um pouco diferente. Embora juízes e advogados soviéticos houvessem participado dos julgamentos de Nuremberg, no Leste Europeu, no que dizia respeito à erradicação do nazismo, a ênfase recaiu sobre a punição coletiva de nazistas e a extirpação do nazismo em todos os setores da sociedade. A liderança comunista local não se iludiu quanto ao que havia ocorrido. Como disse Walter Ulbricht, futuro líder da República Democrática Alemã (RDA), em discurso proferido perante representantes do Partido Comunista Alemão, em Berlim, passadas apenas seis semanas após a derrota de seu país: “A tragédia do povo alemão consiste no fato de haver obedecido a um bando de criminosos [...]. A classe operária alemã e os segmentos produtivos da população falharam diante da História.”

Isso era mais do que Adenauer ou a maioria dos políticos da Alemanha Ocidental estavam dispostos a admitir, ao menos em público. Porém, tanto quanto as autoridades soviéticas às quais respondia, Ulbricht estava menos interessado em obter punição por crimes cometidos pelos nazistas do que em garantir o poder comunista na Alemanha e eliminar o capitalismo. Por conseguinte, ainda que na zona soviética, em certos casos, a erradicação do nazismo tivesse ido mais longe do que no Ocidente, o processo baseou-se em duas distorções do nazismo: uma inerente à teoria comunista, a outra deliberadamente oportunista.

Era lugar-comum no marxismo e na doutrina soviética oficial que o nazismo não passava de fascismo e que, por sua vez, o fascismo era produto dos interesses próprios do capitalismo em momentos de crise. Por conseguinte, as autoridades soviéticas prestaram pouca atenção ao lado marcadamente racista do nazismo e às respectivas consequências genocidas, e, em vez disso, centraram as capturas e expropriações em empresários, funcionários corruptos, professores e outros indivíduos responsáveis pela defesa dos interesses da classe social que supostamente apoiava Hitler. Assim sendo, o desmantelamento que os soviéticos fizeram da herança do nazismo na Alemanha não foi fundamentalmente diferente da transformação social introduzida por Stalin em outras regiões da Europa Central e Oriental.

A dimensão oportunista da política soviética em relação aos ex-nazistas foi uma questão de fraqueza. Na Alemanha ocupada, os comunistas não constituíam um movimento forte — e sua chegada, na esteira do Exército Vermelho, não haveria de lhes garantir a simpatia dos eleitores. A única perspectiva política do grupo, além da força bruta e da fraude eleitoral, era apelar, de modo calculista, para interesses locais. No leste e no sul, os comunistas assim o fizeram, incentivando a expulsão de pessoas de origem alemã e se oferecendo como protetores dos novos ocupantes (poloneses/eslovacos/sérvios) de fazendas, empresas e apartamentos desocupados pelos alemães. Evidentemente, na própria Alemanha, tal opção não existia. Na Áustria, em eleições realizadas no final de 1945, o Partido Comunista cometeu o erro de rejeitar o apoio crucial de nazistas comuns e antigos membros do Partido. Ao fazê-lo, o partido acabou com as perspectivas do comunismo na Áustria no pós-guerra. A lição serviu para Berlim. O Partido Comunista Alemão (KPD) decidiu, então, oferecer assistência e proteção a milhões de ex-nazistas.

As duas perspectivas — doutrina e calculismo — não eram, necessariamente, conflitantes. Ulbricht e seus colegas por certo acreditavam que o meio de expurgar o nazismo da Alemanha seria pôr em prática uma transformação socioeconômica: não era grande o interesse em responsabilidade individual e reeducação moral. Mas eles sabiam que o nazismo não tinha sido apenas uma peça pregada no inocente proletariado alemão. A classe operária alemã, a exemplo da burguesia alemã, havia faltado com suas responsabilidades. Mas, justamente por isso, o proletariado melhor se adaptaria aos objetivos comunistas, considerando o potencial de cooperação. Em todo caso, as autoridades na Alemanha Oriental, tanto quanto na Alemanha Ocidental, tinham

poucas alternativas — com quem mais haveriam de gerir o país, senão com ex-nazistas?

Então, por um lado, as forças soviéticas de ocupação demitiram um número elevado de ex-nazistas — 520 mil até abril de 1948 — e apontaram “antifascistas” para assumir cargos administrativos na mencionada zona de ocupação. Por outro lado, líderes comunistas germânicos incentivaram o recrutamento de ex-nazistas cujos históricos não eram demasiadamente comprometedores. Não surpreende que tenham sido nisso muito bem-sucedidos. Ex-nazistas estavam mais do que dispostos a apagar o passado, aliando-se aos vencedores. Na condição de membros do Partido, administradores locais, informantes e policiais, os ex-nazistas se mostraram extremamente bem-adaptados às necessidades do Estado comunista.

Afinal, o novo sistema era muito semelhante ao antigo, que eles tão bem conheciam: os comunistas simplesmente assumiram o controle de instituições nazistas, tais como frentes de trabalho e milícias que operavam em áreas residenciais, e atribuíram a elas novos nomes e novos dirigentes. Mas a adaptabilidade dos ex-nazistas também resultava de sua vulnerabilidade à chantagem. As autoridades soviéticas dispunham-se a conspirar com os ex-inimigos, mentindo a respeito da natureza e extensão do nazismo no leste da Alemanha — afirmando que o legado capitalista e nazista no país estava restrito às zonas ocidentais e que a futura República Democrática Alemã era uma terra de trabalhadores, camponeses e heróis antifascistas —, mas sabiam com quem estavam lidando e, portanto, mantinham os arquivos nazistas, caso precisassem de comprovações. Pessoas envolvidas com o mercado negro, especuladores que se beneficiaram da guerra e ex-nazistas de todos os tipos tornaram-se, assim, comunistas excelentes, pois não lhes faltaram incentivos.

Já no início da década de 1950, mais de 50% dos reitores de instituições de ensino superior na Alemanha Oriental eram ex-integrantes do Partido Nazista e, na década seguinte, eram também constituídos de ex-membros do Partido mais de 10% do Parlamento da RDA. A recém-criada *Stasi* (agência de segurança estatal) não apenas assumiu o papel e as práticas da Gestapo nazista, como incorporou milhares de seus funcionários e informantes. Vítimas políticas do novo regime comunista, muitas vezes acusadas sob o rótulo genérico de “criminoso nazista”, foram capturadas por policiais ex-nazistas, julgadas por juízes ex-nazistas e detidas por guardas ex-nazistas, em penitenciárias existentes no período nazista e em campos de concentração tomados em bloco pelas novas autoridades.

A facilidade com que indivíduos e instituições passaram do nazismo ou do fascismo para o comunismo não foi exclusividade da Alemanha Oriental, a não ser, talvez, em termos de escala. Na Itália, a resistência durante a guerra acolheu muitos ex-fascistas, de vários tipos, e a moderação demonstrada pelo Partido Comunista Italiano no pós-guerra provavelmente deveu-se ao fato de que diversos possíveis defensores do Partido estavam comprometidos com o fascismo. Na Hungria, durante o pós-guerra, os comunistas flertavam abertamente com ex-integrantes da Cruz de Flechas Fascista, chegando a ponto de oferecer-lhes apoio contra judeus que tentavam retornar às suas propriedades. Em Londres, durante a guerra, os comunistas eslovacos Vlado Clementis e Eugen Löbl foram perseguidos por agentes soviéticos recrutados por partidos fascistas tchecos anteriores à guerra; os depoimentos desses agentes seriam usados contra Clementis e Löbl no julgamento montado de uma década mais tarde.

Os comunistas não foram os únicos a fazer vista grossa para o passado nazista ou fascista dos cidadãos em troca de serviços políticos no pós-guerra. Na Áustria, ex-fascistas foram muitas vezes favorecidos por autoridades ocidentais e receberam permissão para trabalhar em jornalismo e em outras atividades sensíveis: a associação desses indivíduos com o regime corporativista e autoritário da Áustria no período anterior à guerra foi neutralizada pela invasão nazista e pela antipatia sincera e cada vez mais útil do referido grupo em relação à esquerda. Na zona fronteiriça do nordeste da Itália, o governo militar aliado protegeu ex-fascistas e colaboracionistas, muitos deles procurados por iugoslavos, enquanto, por toda parte, serviços ocidentais de inteligência recrutavam ex-nazistas experientes e bem informados — até mesmo o “Açougueiro de Lyon”, o oficial da Gestapo Klaus Barbie — para uso futuro: inclusive na perseguição a ex-nazistas a serviço da União Soviética, os quais podiam ser identificados por tais recrutas.

Em seu primeiro discurso oficial diante do Parlamento da República Federal da Alemanha, em 20 de setembro de 1949, Konrad Adenauer proferiu as seguintes palavras, referindo-se ao processo de erradicação do nazismo e ao legado nazista: “O governo da República Federal, acreditando que muitos expiaram, subjetivamente, uma culpa que não pesava muito, está decidido a deixar o passado para trás, até onde for aceitável.” Não resta dúvida de que muitos alemães endossaram com entusiasmo essa asserção. Se o processo oficial de extinção do nazismo fracassou, foi porque, por motivos políticos, os

alemães haviam expurgado o nazismo espontaneamente em 8 de maio de 1945.

E o povo alemão não foi o único. Na Itália, no dia da morte de Hitler, o jornal diário publicado pelo novo Partido Democrata Cristão divulgou clamor semelhante, a favor do esquecimento: “Temos força para esquecer!”, proclamou o periódico. “Esquecer, quanto antes, melhor!” No Leste Europeu, o apelo mais contundente dos comunistas era a promessa de propiciar um novo início revolucionário em países onde todas as pessoas tinham algo a esquecer — fossem atos cometidos contra elas ou atos por elas próprias cometidos. Por toda a Europa era firme a disposição de deixar o passado para trás e recomeçar, seguir a recomendação de Isócrates aos atenienses, no fim da Guerra do Peloponeso: “Governemos coletivamente, como se nada de mau tivesse acontecido.”

Esse descrédito em relação à memória recente, a busca por mitos de anti-fascismo que pudessem ser úteis — para a Alemanha dos antinazistas, a França da Resistência ou a Polônia das vítimas — foi o legado invisível mais importante da Segunda Guerra Mundial na Europa. No seu aspecto positivo, tal legado facilitou a recuperação nacional, permitindo que homens como o marechal Tito, Charles de Gaulle e Konrad Adenauer propiciassem a seus compatriotas uma concepção plausível e até orgulhosa de si mesmos. Até a Alemanha Oriental reivindicou uma origem nobre, uma tradição inventada: o lendário e, em grande parte, construído “levante” comunista de Buchenwald, em abril de 1945. Tudo isso possibilitou às nações que haviam sofrido passivamente na guerra, como a Holanda, esquecer o histórico de suas concessões, e àquelas cujo ativismo se mostrara equivocado, como a Croácia, enterrar tudo num relato nebuloso de heroísmos dúbios.

Sem essa amnésia coletiva, a espantosa recuperação verificada na Europa no período pós-guerra não teria sido viável. É certo que muito do que foi esquecido haveria de ressurgir, causando mal-estar. Mas somente tempos depois ficaria claro o quanto a Europa no pós-guerra foi erguida sobre mitos fundadores que haveriam de rachar e deslocar com a passagem dos anos. Nas circunstâncias de 1945, num continente coberto de destroços, era extremamente benéfico agir como se o passado estivesse de fato morto e enterrado, e uma nova era prestes a iniciar. O preço pago por isso foi um certo esquecimento seletivo e coletivo, especialmente na Alemanha. Mas, vale dizer, sobretudo na Alemanha, havia muito que esquecer.

13 Ainda em 1960, 62 dos 64 governadores responsáveis pela administração das províncias italianas tinham exercido atividade funcional sob o regime fascista, e o mesmo pode ser dito de todos os 135 chefes de polícia do país.

14 A Domobran era a Guarda Nacional croata durante a guerra. É certo que o comportamento dos guerrilheiros comunistas partidários de Tito nem sempre tinha sido melhor; mas ocorre que os guerrilheiros foram vitoriosos.

15 Em 1946, o Länderrat (Conselho das Regiões) da Alemanha Ocidental recomendou às autoridades aliadas que, em vista da escassez observada na Alemanha, fossem reduzidas as rações alimentares para deslocados de guerra. O general Lucius Clay restringiu sua resposta ao lembrete de que os alimentos em questão eram fornecidos por nações européias vitimadas pela agressão bélica germânica.

16 Stephan Hermlin, *Bestimmungsorte* (Berlim, 1958), p. 46, citado por Frank Stern, em *The White-washing of the Yellow Badge* (1992), p. xvi.

A Reabilitação da Europa

“Todos sabemos agora que, dessa guerra, não há trilha de volta para uma situação de *laissez-faire* na sociedade, que a guerra em si provoca uma revolução silenciosa ao abrir caminho para um novo tipo de ordem planejada.”
Karl Mannheim

“A opinião geral parece ser a de que os métodos capitalistas ficarão aquém da tarefa de reconstrução.”
Joseph Schumpeter

“Muitos de nós nos decepçcionamos com a Grã-Bretanha para a qual regressamos [...] ninguém poderia, da noite para o dia, transformá-la na Grã-Bretanha que desejávamos.”
Sra. Winnie Whitehouse (no livro Now the War is Over, de Paul Addison)

“A solução está na quebra do ciclo vicioso e no resgate da confiança do povo europeu no futuro econômico de seus países e da Europa como um todo.”
George C. Marshall

A simples magnitude da calamidade européia abriu novas oportunidades. A guerra mudou tudo. Voltar ao estado em que a situação se encontrava antes de 1939 estava fora de cogitação. Essa era, naturalmente, a visão dos jovens e extremistas, mas era o entendimento também de observadores perspicazes pertencentes à geração mais madura. Charles de Gaulle, que tinha 54 anos quando a França foi libertada e havia nascido numa família burguesa, católica e conservadora do norte da França, expressou a questão com a objetividade característica: “Durante a catástrofe, sob o peso da derrota, uma grande

mudança ocorreu na mente dos homens. Para muitos, o desastre de 1940 pareceu ser o fracasso da classe dominante e do sistema em todos os setores.”

Mas os problemas não tinham começado em 1940, fosse na França ou em qualquer outra parte. Membros da resistência antifascista, em toda a Europa, viam-se em confronto direto não apenas com as forças de ocupação durante a guerra e seus representantes locais, mas com um sistema político e social por eles considerado diretamente responsável pelos desastres que seus países tinham sofrido. Foram os políticos, banqueiros, empresários e soldados que, no período entre as duas guerras mundiais, conduziram seus respectivos países para a catástrofe, que traíram os sacrifícios da Primeira Guerra Mundial e prepararam o terreno para a Segunda. Esses, nas palavras de um panfleto britânico que denunciava defensores da conciliação, antes de 1940, eram os “Homens Culpados”. Eles e o sistema deles eram o alvo dos planos elaborados durante a guerra e que contemplavam mudanças no pós-guerra.

A Resistência foi, portanto, em toda parte, implicitamente revolucionária. Isso era inerente à lógica de resistir. Rejeitar uma sociedade que havia produzido o fascismo levava as pessoas, naturalmente, “a um sonho de revolução que partiria de uma tábula rasa” (Italo Calvino). Em grande parte da Europa Oriental, conforme vimos, seria de fato possível começar do zero. Mas, mesmo no Oeste Europeu, a expectativa de uma transformação social rápida e dramática era generalizada: quem, afinal, haveria de impedi-la?

Sob o ponto de vista dos movimentos de resistência que operavam na época da guerra, as políticas do pós-guerra seriam a continuação da luta, a projeção e extensão natural da existência clandestina de tais grupos. Muitos jovens, de ambos os sexos, que se apresentaram para desempenhar atividades secretas durante a guerra desconheciam qualquer outro tipo de vida pública: na Itália, desde 1924, na Alemanha, na Áustria e na maior parte do Leste Europeu, desde o início dos anos 30, e por toda a Europa continental ocupada, desde 1940, procedimentos políticos normais eram desconhecidos. Partidos políticos tinham sido interditados, eleições eram manipuladas ou impedidas. Fazer oposição às autoridades, defender mudanças sociais ou mesmo reforma política era se colocar fora da lei.

Por conseguinte, para aquela nova geração, política *significava* resistência — resistência à autoridade, resistência às estruturas sociais e econômicas convencionais, resistência ao passado. Claude Bourdet, ativista da Resistência Francesa, proeminente editor de uma revista de esquerda e escritor nos anos do pós-guerra, captou a atmosfera reinante, em suas memórias, *L'aventure*

incertaine: “A Resistência”, ele escreveu, “fez de todos nós *contestataires*, em todos os sentidos da palavra, em relação aos homens e em relação ao sistema social”. Da resistência ao fascismo à resistência a um recuo pós-guerra para os erros da década de 1930 era um pequeno passo. Disso decorreu a estranha atmosfera de otimismo registrada por tantos observadores imediatamente após a Libertação. Apesar da penúria onipresente — com efeito, por causa da penúria —, algo novo e melhor haveria de surgir. “Nenhum de nós”, escreveram os editores da revista italiana *Società*, em novembro de 1945, “reconhece o próprio passado. Parece-nos incompreensível [...]. Hoje em dia, nossa vida é dominada pela sensação de estupor e pela busca instintiva de um rumo. Fomos, simplesmente, desarmados pelos fatos”.

Os reacionários ou os fascistas (que apostaram nos ditadores e ao lado deles tinham sido derrotados) não foram o principal empecilho à introdução de mudanças radicais após a derrota de Hitler, e sim os governos exilados legítimos, a maioria dos quais se mantivera longe da guerra, em Londres, planejando o retorno. Para eles, organizações locais de resistência eram um problema, não uma força aliada: tratava-se de jovens imprudentes que precisariam ser desarmados e devolvidos à vida civil, deixando as questões públicas nas mãos de uma classe política devidamente purificada de colaboracionistas e traidores. Qualquer alternativa seria vista como anarquia — ou então implicaria a ocupação por parte dos exércitos aliados por tempo indeterminado.

Por seu turno, os grupos que durante a guerra haviam atuado na resistência, e que por volta de 1944 e 1945 tinham se organizado em vários movimentos políticos, mostravam-se igualmente desconfiados. Para eles, políticos, funcionários e nobres que tinham escapado da ocupação estavam duplamente descredenciados: devido aos erros cometidos antes da guerra e por terem ficado ausentes. Na França e na Noruega, membros de órgãos legislativos eleitos em 1936 foram desqualificados em consequência dos atos praticados em 1940. Na Bélgica e na Holanda, a ausência de tais indivíduos durante os cinco anos seguintes impediu que mais tarde os governos reinstituídos pudessem compreender o sofrimento das populações locais e a mudança no estado de espírito do povo provocada pela ocupação nazista. Na Europa Central e no Leste Europeu, com a importante exceção da Tchecoslováquia, após a chegada do Exército Vermelho, os governos reconduzidos tornaram-se irrelevantes (embora, muitas vezes, demorassem a perceber tal fato).

As autoridades reinstituídas mostravam-se francamente dispostas a fazer concessões políticas — especialmente quanto às reformas sociais e

econômicas, conforme veremos. No entanto, insistiam no que De Gaulle e outros entendiam como “transição ordeira”. Uma vez que essa também era a preferência das forças aliadas de ocupação, no leste e no oeste, as ilusões da Resistência logo se desfizeram. Na Europa Oriental (à exceção da Iugoslávia), foram os soviéticos que determinaram a forma dos governos no pós-guerra e que dirigiram as suas ações. Na Europa Ocidental, autoridades interinas assumiram o poder, enquanto novas eleições eram aguardadas. Invariavelmente, os movimentos de resistência eram incentivados e, em última instância, forçados a entregar as armas e desmobilizar suas organizações.

É impressionante, em retrospecto, que a oposição à restauração do *status quo* institucional tenha sido tão tímida. Na Polônia e em regiões da União Soviética, grupos de guerrilheiros armados sobreviveram durante mais alguns anos, mas a luta desses grupos era, especificamente, nacionalista e anti-comunista. Na Noruega, Bélgica, França e Itália, no período pós-guerra, a resistência organizada incorporou-se, de modo pacífico, a partidos políticos e sindicatos, com protestos pouco audíveis. Na Bélgica, em novembro de 1944, foi estipulado o prazo de duas semanas para que ex-integrantes da Resistência entregassem as armas. A determinação gerou grande passeata de protesto em Bruxelas, em 25 de novembro, na qual a polícia abriu fogo, ferindo 45 pessoas. Mas incidentes assim foram raros.¹⁷ Típico foi o que se passou na França, onde 200 mil membros da Resistência foram integrados ao Exército, após a organização dos resistentes, as Forces Françaises de l’Intérieur, ter sido dispersada sem protestos.

A desmobilização da Resistência foi em muito facilitada pela estratégia soviética, que favorecia a restauração de regimes parlamentares na Europa Ocidental (como, em teoria, na Europa Oriental também). Líderes comunistas como Maurice Thorez, na França, e Palmiro Togliatti, na Itália, desempenharam papel fundamental na obtenção da cooperação de seus seguidores (por vezes, perplexos). Contudo, muitos se dispunham a crer que as energias e aspirações da Resistência agora seriam canalizadas para projetos políticos a favor da renovação nacional.

Contatos feitos durante a Resistência, às vezes, perduraram — a “despilarização” da sociedade holandesa no pós-guerra, por exemplo, isto é, a remoção do sectarismo que havia séculos separava as comunidades de católicos e protestantes, teve início com ligações pessoais estabelecidas durante a guerra. No entanto, os planos para um “Partido de Resistência” no pós-guerra fracassaram por toda parte. Chegaram mais perto da concretização na Itália, onde

em junho de 1945 Ferruccio Parri tornou-se primeiro-ministro e prometeu que seu Partido da Ação haveria de defender o espírito e as metas da Resistência. Mas Parri não era político, e quando, seis meses mais tarde, ele caiu, o poder passou definitivamente para as mãos dos partidos tradicionais. De Gaulle, na França, era estrategista político bem mais competente, mas também deixou o cargo (um mês após Parri), para não ter de acomodar à rotina parlamentar aspirações surgidas no tempo da guerra — deste modo prestando uma homenagem involuntária ao seu próprio sucesso no restabelecimento da continuidade da república.

Então, em vez de ser governada por uma comunidade nova e fraternal composta por ex-integrantes da Resistência, a maioria dos europeus, nos primeiros anos do pós-guerra, viu-se liderada por coalizões de políticos de esquerda e centro-esquerda bastante parecidas com as Frentes Populares dos anos 30. Fazia sentido. Dos partidos políticos existentes antes da guerra, os únicos que conseguiam funcionar normalmente no pós-guerra eram os que tinham credenciais antifascistas — ou, no Leste Europeu ocupado pelos soviéticos, partidos aos quais convinha às novas autoridades atribuir tais credenciais, ao menos durante algum tempo. Na prática, esses partidos eram compostos por comunistas, socialistas e um punhado de grupos liberais ou radicais. Ao lado dos recém-valorizados partidos democratas cristãos, esses partidos formaram os governos nos anos iniciais do pós-guerra e trouxeram consigo muitas políticas e indivíduos da era da Frente Popular.

Os partidos de esquerda ganharam imensamente com a participação na Resistência durante a guerra: de modo particular na França, onde os comunistas conseguiram converter suas façanhas de guerra (por vezes, exageradas) em capital político e convencer até os observadores desapaixonados de que os comunistas eram dotados de singular estofo moral — “os grandes heróis da Resistência”, conforme os descreveu Janet Flanner, em dezembro de 1944. Não é, portanto, de se estranhar que os programas reformistas dos governos europeus no pós-guerra ecoassem e recapitulassem questões pendentes desde os anos 30.

Se não foi difícil para políticos experientes, depois de 1945, desmobilizar ativistas dos tempos da guerra, foi porque a Resistência e seus herdeiros, embora compartilhassem do espírito antifascista e do desejo de mudança, tinham propósitos bastante vagos. Na Itália, o Partido da Ação tentou extinguir a monarquia, nacionalizar a indústria e o grande capital e implementar a reforma agrária. O Programa de Ação do Conselho Nacional Francês de

Resistência não tinha um rei a derrubar, mas suas aspirações também eram vagas. As unidades da Resistência haviam se preocupado com a luta armada, ou mesmo com a sobrevivência, e não tiveram tempo para elaborar planos de legislação para o pós-guerra.

Acima de tudo, a desvantagem dos membros da Resistência decorria de falta de experiência. Nas organizações clandestinas, somente os comunistas tinham conhecimento prático de política e, exceto no caso dos franceses, tal conhecimento era limitado. Mas os comunistas, de modo especial, relutavam em se comprometer com posições programáticas detalhadas que pudessem alienar futuros aliados táticos. Daí, a Resistência pouco legou, em termos de projetos no pós-guerra, além de nobres declarações de intenções e generalidades — e mesmo assim, conforme, em agosto de 1944, observou François Mauriac, simpatizante da causa da Resistência, o legado se constitui de “programas fantasiosos datilografados às pressas”.

Num ponto, porém, todos concordavam — tanto os membros da Resistência quanto os políticos: “planejamento.” Os desastres ocorridos nas décadas do período entre as duas guerras mundiais — as oportunidades desperdiçadas depois de 1918, a grande depressão que se seguiu à quebra da Bolsa de Valores, em 1929, o sofrimento do desemprego, as desigualdades, injustiças e deficiências de um capitalismo *laissez-faire* que conduziu tantos indivíduos à tentação do autoritarismo, a indiferença descarada de uma elite arrogante e a incompetência de uma classe política incapaz —, tudo isso parecia interligado pelo fracasso total da tentativa de melhor organização da sociedade. Se a democracia haveria de funcionar, se a democracia haveria de recuperar o seu apelo, precisava ser *planejada*.

Às vezes é sugerido que essa fé em planejamento, que foi a religião política da Europa no pós-guerra, procedeu do exemplo da União Soviética: uma economia planejada que, ostensivamente, escapara dos traumas do capitalismo europeu, resistira ao ataque nazista e vencera a Segunda Guerra Mundial graças a uma série de detalhados Planos Quinquenais. Isso é um engano total. Na Europa Ocidental e Central, durante o pós-guerra, somente os comunistas acreditavam em planos no estilo soviético (dos quais os próprios comunistas pouco sabiam), e nem eles mesmos faziam idéia de como tais planos poderiam ser adaptados às circunstâncias locais. A obsessão soviética com objetivos numéricos, cotas de produção e gestão centralizada era estranha a quase todos os contemporâneos que defendiam a idéia de planejamento na Europa

Ocidental. Estes últimos — grupo bastante diversificado — recorriam a um conjunto de fontes muito diferentes.

A moda dos planos e planeamento teve início muito antes de 1945. Durante todo o período de depressão entre as duas guerras, desde a Hungria até a Grã-Bretanha, vozes se ergueram em apoio à economia planejada, fosse qual fosse a modalidade desta. Algumas idéias apresentadas, notadamente na Áustria e entre os fabianistas britânicos, originavam-se numa antiga tradição socialista, mas muitas outras noções remontavam ao reformismo liberal pré-1914. O Estado “guardião”, cuja atenção se restringia à segurança e ao policiamento, estava ultrapassado — esse era o argumento. Ainda que apenas por prudência — para prevenir convulsão política —, seria agora necessário intervir na atividade econômica, a fim de ajustar desequilíbrios, eliminar ineficiências e compensar as iniquidades e injustiças do mercado.

Antes de 1914, a ênfase desses projetos reformistas limitava-se a reivindicações por uma escala progressiva de impostos, pela proteção ao trabalho e, ocasionalmente, pela estatização de um número restrito de monopólios naturais. No entanto, com o colapso da economia internacional e a guerra que se seguiu, a idéia de planeamento assumiu um caráter de maior urgência e aspiração. Propostas rivais de planeamento nacional, em que o Estado interviria ativamente a fim de apoiar, inibir, facilitar e, se necessário, dirigir setores econômicos essenciais, circulavam entre jovens engenheiros, economistas e funcionários públicos na França e na Alemanha.

Durante a maioria dos anos do período entre as duas guerras, indivíduos que aspiravam à condição de planejadores (e os que os apoiavam) padeceram de frustração, à margem da política. A geração de políticos mais velhos não lhes dava ouvidos: para muitos integrantes da direita conservadora e do centro, intervenção na economia era algo ainda detestável, ao passo que na esquerda socialista prevalecia a crença de que somente uma sociedade pós-revolucionária poderia planejar racionalmente seus interesses econômicos. Enquanto isso não ocorresse, o capitalismo estaria condenado a sofrer e, finalmente, ruir, em consequência de suas próprias contradições. A idéia de que alguém pudesse “planejar” uma economia capitalista parecia, para ambos os lados, uma insensatez. Os frustrados defensores do planeamento econômico, por conseguinte, viam-se freqüentemente atraídos por partidos autoritários da extrema direita, nitidamente mais favoráveis à abordagem dos planejadores.

Não foi por acaso, portanto, que Oswald Mosley e alguns outros membros do Partido Trabalhista Britânico, frustrados com a reação inadequada do Partido diante da Grande Depressão, voltaram-se para o fascismo. Na Bélgica, Hendrik de Man tampouco conseguiu convencer os companheiros socialistas da viabilidade de seu “Plano”, e passou a propor soluções mais autoritárias. Na França, vários dos jovens líderes mais brilhantes do Partido Socialista se afastaram, para formar novos movimentos, decepcionados com a incapacidade do Partido de reagir construtivamente diante da crise econômica. Muitos deles, e outros como eles, se tornaram fascistas.

Antes de 1940, entusiastas de Mussolini na França e na Grã-Bretanha invejavam o sucesso do líder italiano por ter supostamente superado a desvantagem econômica da Itália através do planejamento estatal e da criação de grandes agências responsáveis por setores inteiros da economia. Albert Speer, gestor da Nova Ordem de Hitler, era muito admirado no exterior devido ao seu programa de direção e regulação econômica. Em setembro de 1943, Speer e Jean Bichelonne, ministro da Produção Industrial do governo de Vichy, instituíram um sistema de reduções tarifárias baseado em idéias de “planejamento” surgidas no período entre as duas guerras; o referido sistema constituiu claro presságio das relações comerciais européias e da cooperação econômica franco-alemã que despontaram anos mais tarde. No âmbito do Jeune Europe, clube fundado em 1933 para atrair jovens pensadores e políticos ávidos por traçar uma nova direção à criação de políticas, o futuro estadista belga e eurófilo Paul-Henri Spaak trocava idéias sobre o crescimento da importância do papel do Estado enquanto interagia com companheiros simpáticos à sua proposta, vindos de todas as partes do continente, inclusive Otto Abetz, futuro administrador de Paris sob ocupação nazista.

Em suma, “planejamento” teve uma história complicada. Muitos defensores da idéia tiveram suas primeiras experiências afins durante a guerra, trabalhando como servidores públicos e administradores de empresas, no contexto de regimes de ocupação — na França, na Bélgica e na Tchecoslováquia, sem falar da Alemanha e da Itália. A Grã-Bretanha não esteve sob ocupação, mas ali também foi a guerra que introduziu e domesticou a noção até então bastante abstrata de “planejamento” governamental. De fato, na Grã-Bretanha, foi a guerra, acima de tudo, que posicionou o governo no centro da vida econômica. A Lei de Poderes Emergenciais, de maio de 1940, autorizou o governo a exigir que qualquer cidadão tomasse qualquer medida considerada de interesse nacional, a controlar qualquer propriedade e designar qualquer

indústria nacional para qualquer finalidade que ao governo conviesse. De acordo com Kenneth Harris, biógrafo de Clement Attlee, líder trabalhista britânico no pós-guerra, “planejamento nacional e estatização, que entre 1945 e 1951 pareciam resultar de um governo trabalhista que punha em prática princípios socialistas, eram, em grande medida, a herança de um Estado que se organizara para lutar uma guerra total”.

O fascismo e a guerra foram, portanto, a ponte de ligação entre noções heterodoxas, marginais e muitas vezes controversas de planejamento econômico e a política econômica oficial no pós-guerra. Todavia, essa herança comprometida causou pouco impacto no apelo exercido pela noção de planejamento — quaisquer que tenham sido as relações com a extrema direita, com a extrema esquerda, com a ocupação ou com a guerra, o planejamento, no período entre as duas guerras, *não estava* associado às políticas desacreditadas, ponto amplamente considerado positivo. Na verdade, planejamento significava confiança no Estado. Em muitos países, tal percepção refletia a consciência bem fundamentada (e acentuada pela experiência da guerra) de que, na falta de qualquer outra agência reguladora ou multiplicadora, somente o Estado impediria o indivíduo de cair na miséria. Mas o entusiasmo contemporâneo por um Estado intervencionista foi além do desespero ou da defesa de interesses próprios. A visão de Clement Attlee, líder trabalhista britânico cujo partido derrotou os conservadores que apoiavam Churchill no dramático revés eleitoral de 1945, captou bem a atmosfera da época: a necessidade agora era de “cidades bem construídas e bem planejadas, além de parques e campos para prática esportiva, casas e escolas, fábricas e lojas”.

Era grande a confiança na capacidade (e não apenas no dever) do governo para resolver problemas vultosos mobilizando e direcionando pessoas e recursos para empreendimentos de proveito coletivo. Evidentemente, para os socialistas, esse modo de ver era muito cativante; mas a idéia de que uma economia bem planejada implicava uma sociedade mais rica, mais justa e mais bem regulamentada foi absorvida por um vasto eleitorado, inclusive por partidos democratas cristãos então emergentes em todo o Oeste Europeu. O historiador inglês A. J. P. Taylor disse a ouvintes da BBC, em novembro de 1945, que “ninguém na Europa acredita no estilo de vida norte-americano — isto é, na iniciativa privada; ou melhor, os que acreditam formam um partido derrotado que parece não ter mais futuro na Inglaterra do que os jacobitas depois de 1688”. Como sempre, Taylor exagerou e, a longo prazo, estava equivocado (mas quem não se equivoca a longo prazo?), e talvez se surpreendesse ao

saber do afã de planejamento exibido por muitos entusiastas do New Deal que à época atuavam na administração norte-americana da Alemanha. Mas, naquele momento, de modo geral, ele tinha razão.

O que significava “Planejamento”? O termo é capcioso. O que todos os planejadores tinham em comum era a crença no aumento do papel desempenhado pelo Estado em questões sociais e econômicas. Além desse aspecto comum, havia muita variação, não raro em consequência de diferentes tradições políticas nacionais. Na Grã-Bretanha, onde pouco *planejamento*, de fato, ocorreu, a questão central era o *controle* — sobre indústrias e serviços sociais e econômicos — a ser implementado por meio da estatização como um fim em si mesmo. Assim sendo, a nacionalização — sobretudo de minas, ferrovias, transporte de cargas e empresas prestadoras de serviços públicos — e o provimento de assistência médica eram o centro do programa do Partido Trabalhista após 1945. Em suma, o “alto comando” da economia foi tomado. Mas era apenas isso.

Na Itália, a herança institucional fascista — que havia colocado grandes setores da economia sob a supervisão do Estado — ficou, em grande medida, intacta depois da guerra. O que mudou foi o matiz político de partidos que passaram a se beneficiar do apoio industrial e financeiro a eles fornecido por empresas controladoras e agências estatais. Na Alemanha Ocidental, depois de 1948, de modo geral, o setor econômico ficaria nas mãos da iniciativa privada, mas com base em acordos publicamente aprovados que tratavam da gestão de fábricas, das relações entre empregadores e empregados e das condições de trabalho e distribuição. Na Holanda, o planejamento centralizado envolvia um misto de normas preditivas e prescritivas para uso da iniciativa privada.

Na maioria dos países da Europa Ocidental, o setor público cresceu rapidamente, se aferido com base em gastos do governo ou número de funcionários públicos. Mas somente na França o entusiasmo retórico por planejamento obteve resultado concreto. A exemplo dos governos britânicos, as administrações francesas no pós-guerra nacionalizaram o transporte aéreo, bancos, 32 companhias seguradoras, serviços públicos essenciais, minas, fábricas de munição e de aeronaves, além do gigantesco complexo da Renault (em represália pela contribuição que o proprietário do conglomerado fizera para o esforço de guerra alemão). Em maio de 1946, um quinto de toda a capacidade industrial da França pertencia ao Estado.

Enquanto isso, em 4 de dezembro de 1945, Jean Monnet apresentou ao presidente De Gaulle seu Plan de Modernisation et d'Équipement. Um mês depois, foi instituído o Commissariat General du Plan, encabeçado por Monnet. Nos meses seguintes, Monnet criou Comissões de Modernização para diversos setores industriais (mineração, eletricidade, transporte, material de construção, aço e maquinaria agrícola; em tempo, seriam instituídas comissões para os setores do petróleo, produtos químicos, fertilizantes, fibras sintéticas e transporte de carga); por seu turno, as comissões apresentaram propostas e planejamento setorial. Em janeiro de 1947, exatamente um ano após ter sido criado, o Commissariat teve seu primeiro Plano Nacional aprovado pelo Conselho Ministerial francês — sem discussão.

O Plano Monnet foi algo singular, fruto do trabalho de um homem fora do comum.¹⁸ Mas foi também, e acima de tudo, o resultado de uma cultura política já inclinada a favorecer processos decisórios autoritários e construção de consenso através de sanções governamentais. Sob a chancela do Plano Monnet, a França foi o primeiro país ocidental a se comprometer inteiramente com crescimento econômico e modernização enquanto políticas públicas. O plano dependia, em grande parte, de suposições acerca do acesso que os franceses teriam a matérias-primas e mercados alemães; portanto, a história do sucesso da empreitada faz parte da narrativa das relações da França com a Alemanha e com o restante da Europa na década do pós-guerra: um relato que apresenta muitas decolagens falsas, constrangimentos e decepções.

O primeiro Plano Monnet foi, basicamente, uma medida de emergência voltada para a crise que se instalou na França no pós-guerra. Somente depois o Plano Monnet foi expandido e adaptado aos termos do Plano Marshall. Mas o desenho básico da estratégia econômica francesa no pós-guerra esteve presente desde o início. O planejamento francês nunca foi mais do que “indicativo”: sempre se limitando a estabelecer objetivos, e não cotas de produção. Nesse particular, o planejamento francês muito diferia do soviético, cujo traço característico (e principal defeito) era a insistência na fixação de metas de produção arbitrárias e rígidas, setor por setor, mercadoria por mercadoria. O Plano Monnet restringia-se a prover o governo de uma estratégia e de alavancas para estimular, ativamente, a concretização de determinados objetivos prioritizados. Ao mesmo tempo, tratava-se de uma iniciativa sumamente original.

Na Tchecoslováquia, em junho de 1946, uma Comissão de Planejamento Central, com certas características e aspirações similares às de Monnet, foi criada para orientar e coordenar o vasto setor público nacionalizado pelo

presidente Beněš, em 1945. No ano *anterior* ao golpe comunista em Praga, ocorrido em fevereiro de 1948, 93% dos empregados do setor de transportes e 78% dos operários da indústria já trabalhavam para o Estado. Bancos, minas, seguradoras, prestadoras de serviços públicos, indústrias de aço, de produtos químicos e processamento de alimentos e todas as grandes empresas tinham sido estatizadas: 2.119 empreendimentos, alcançando cerca de 75% de toda a produção industrial.

Como se vê, no caso da Tchecoslováquia, a nacionalização e o planejamento estatal da economia começaram bem antes da tomada de poder pelos comunistas e representavam políticas que contavam com a preferência da maioria do eleitorado — somente em fevereiro de 1949, um ano depois do golpe comunista, é que a Comissão de Planejamento foi expurgada e rebatizada de Secretaria do Planejamento Estatal, com um escopo bastante diverso. Em outros locais da mesma região, a nacionalização em grande escala, como a que foi determinada na Polônia, em janeiro de 1946, pela Lei de Nacionalização, resultou do trabalho de governos de coalizão dominados pelos comunistas. Mas também no caso da Polônia havia origens pré-comunistas: já em 1936, antes da guerra, o governo autoritário da República da Polônia tinha inaugurado um “Plano Quadrienal de Investimento”, com base num sistema rudimentar de planejamento diretivo centralizado.

O objetivo principal do planejamento na Europa continental durante o pós-guerra era o investimento público. Numa época de aguda escassez de capital e de imensa demanda por investimento em todos os setores, planejamento governamental envolvia escolhas difíceis: onde alocar os limitados recursos do Estado e às custas de quem? No Leste Europeu, a ênfase recaía, inevitavelmente, sobre gastos com infra-estrutura básica — rodovias, ferrovias, fábricas, serviços públicos essenciais. Mas, com isso, restavam poucos recursos para alimentação e moradia, menos ainda para serviços de saúde, educação e assistência social, e absolutamente nada para bens de consumo supérfluos. Tal programa de gastos não haveria de cativar eleitorado algum, especialmente nos países que tinham vivido anos de privação material; e não deve surpreender o fato de que esse tipo de planejamento levado a termo sob condições de pavorosa carência, mais cedo ou mais tarde, tenha sido quase sempre acompanhado de governos autoritários e Estados repressores.

Mas a situação na Europa Ocidental não era muito diferente. Os britânicos, como veremos, foram obrigados a aceitar anos de “austeridade” como o preço pago pela recuperação econômica. Na França ou na Itália, onde quase não

havia mercado de capitais a longo prazo operado pelo setor privado, todos os investimentos de vulto tinham de ser financiados pelo setor público — motivo pelo qual o primeiro Plano Monnet voltou-se para o investimento de capital em grandes indústrias, em detrimento de consumo doméstico, habitação e serviços. As consequências políticas da medida eram previsíveis: já em 1947, a França, a exemplo da Itália, estava ameaçada por greves, por violentas manifestações de protesto e pelo crescimento constante de apoio ao Partido Comunista e aos seus sindicatos. Preterir, propositadamente, o setor de bens de consumo e direcionar os recursos nacionais para um punhado de setores industriais-chave constituía medida econômica sensata, a longo termo: mas era também uma estratégia de alto risco.

A economia de planejamento seguiu de perto as lições aprendidas nos anos 30 — uma estratégia bem-sucedida para recuperação no pós-guerra deve evitar qualquer retorno à estagnação econômica, à depressão, ao protecionismo e, sobretudo, ao desemprego. Considerações idênticas pautaram a criação do moderno Estado providenciário europeu. De acordo com o saber corrente na década de 1940, as polarizações políticas dos dez anos que compreenderam o período entre as duas guerras foram geradas, diretamente, pela depressão econômica e por seu custo social. Tanto o fascismo quanto o comunismo prosperaram com o desespero social, com o abismo que separava os ricos dos pobres. Se as democracias haveriam de se recuperar, a problemática da “condição do povo” precisava ser contemplada. Nas palavras de Thomas Carlyle, cem anos antes: “Se algo não for feito, algo há de se fazer a si mesmo algum dia, e de um modo que não vai agradar a quem quer que seja.”

Mas o “Estado providenciário” — planejamento social — era mais do que um profilático contra a instabilidade política. O constrangimento que hoje sentimos diante de noções como raça, eugenia, “degeneração” e similares encobre o papel importante que tais idéias desempenharam no pensamento público europeu durante a primeira metade do século XX: os nazistas não eram os únicos que levavam a sério essas questões. Já em 1945, duas gerações de médicos, antropólogos, técnicos em saúde pública e comentaristas políticos na Europa haviam contribuído para amplos debates e polêmicas sobre “saúde racial”, crescimento populacional, bem-estar ocupacional e políticas públicas através das quais tudo isso pudesse ser aperfeiçoado e garantido. Havia

bastante consenso de que as condições físicas e morais dos cidadãos eram assunto de interesse comum e, portanto, responsabilidade do Estado.

Conseqüentemente, desde 1945, medidas rudimentares de previdência social, de diversos tipos, já eram comuns, embora a qualidade e o alcance de tais provisões variassem muito. Tipicamente, a Alemanha era o país mais evoluído, pois já entre 1883 e 1889, na época de Bismarck, havia criado sistemas previdenciários de pensão, assistência médica e seguro contra acidente. Mas outros países seguiram de perto, nos anos imediatamente antes e depois da Primeira Guerra Mundial. Esquemas embrionários de pensão e previdência pública foram introduzidos na Grã-Bretanha pelos governos liberais de Asquith, na primeira década do século XX; e tanto a Grã-Bretanha quanto a França criaram Ministérios da Saúde logo após o término da Primeira Guerra, respectivamente, em 1919 e 1920.

O seguro-desemprego obrigatório, criado na Grã-Bretanha em 1911, foi introduzido na Itália (1919), Áustria (1920), Irlanda (1923), Polônia (1924), Bulgária (1925), Alemanha e Iugoslávia (1926) e Noruega (1938). Romênia e Hungria já contavam com esquemas de seguro de saúde e contra acidente desde antes da Primeira Guerra, e todos os demais países da Europa Oriental instituíram sistemas nacionais de pensão durante o período entre as duas guerras. O auxílio financeiro às famílias era componente-chave nos planos de aumento de índices de natalidade — verdadeira obsessão, depois de 1918, em países que sofreram elevado número de baixas populacionais durante a guerra — e foi instituído pela Bélgica (1930), seguida pela França (1932) e pela Hungria e a Holanda pouco antes da eclosão da guerra.

No entanto, nenhum desses esquemas, nem mesmo os dos nazistas, configurava sistemas previdenciários abrangentes. Eram reformas cumulativas *ad hoc*, cada uma voltada para determinado problema social ou para o aperfeiçoamento de deficiências comprovadas em esquemas anteriores. Os diversos sistemas de pensão e seguro de saúde introduzidos na Grã-Bretanha, por exemplo, tinham benefícios bastante restritos e só se aplicavam a trabalhadores do sexo masculino: esposas e outros dependentes ficavam excluídos. Na Grã-Bretanha, entre as duas guerras, elegibilidade para seguro-desemprego dependia de um “Teste de Meios”, prática inspirada no princípio de “menor elegibilidade”, que remontava à Lei dos Desvalidos, promulgada no século XIX, e o solicitante precisava comprovar pobreza absoluta para poder receber o benefício. Àquela época, ainda não havia país que reconhecesse a obrigação do Estado de garantir um conjunto de serviços a todos os cidadãos,

fossem homens ou mulheres, empregados ou desempregados, velhos ou jovens.

Foi a guerra que alterou tudo isso. Assim como a Primeira Guerra Mundial, uma vez terminada, apressara o surgimento de legislação e medidas de cunho social — para lidar com viúvas, órfãos, inválidos e desempregados nos primeiros anos do pós-guerra —, a Segunda Guerra transformou o papel do Estado moderno e as expectativas que sobre ele pesavam. A transformação foi mais marcante na Grã-Bretanha, onde Maynard Keynes, corretamente, previu um pós-guerra “ávido por *previdência* social e pessoal”. Mas, em toda parte (citando as palavras do historiador Michael Howard), “guerra e previdência caminhavam de mãos dadas”. Em alguns países, nutrição e assistência médica, na verdade, melhoraram durante a guerra: mobilizar homens e mulheres para uma guerra generalizada implicava avaliar-lhes a condição física e fazer o que fosse necessário para mantê-los produtivos.

Os Estados previdenciários europeus pós-1945 variavam bastante em termos da oferta de recursos e métodos de financiamento. Mas é possível estabelecer alguns pontos gerais. A provisão de *serviços* sociais dizia respeito, principalmente, à educação, moradia e assistência médica, bem como ao provimento de áreas de recreação situadas em subúrbios, transporte público subsidiado, arte e cultura financiadas com recursos públicos e outros benefícios indiretos do Estado intervencionista. *Previdência social* consistia, primordialmente, em cobertura de seguro — contra doença, desemprego, acidente e os riscos da terceira idade. No pós-guerra, todos os Estados europeus ofereceram ou financiaram a maioria desses recursos, alguns Estados mais do que outros.

As diferenças importantes residiam nos esquemas criados para custear as novas coberturas oferecidas pelo setor público. Alguns países captavam receita através da arrecadação de impostos e ofereciam assistência e serviços gratuitos, ou amplamente subsidiados — era esse o sistema escolhido na Grã-Bretanha, onde o esquema refletia a preferência de então por monopólios estatais. Em outros países, cidadãos recebiam benefícios em espécie, de acordo com critérios de elegibilidade determinados a partir de parâmetros sociais, ficando os beneficiários livres para escolher os serviços que pretendessem adquirir. Na França e em alguns países menores, cidadãos pagavam por determinados tipos de serviços médicos, por exemplo, mas depois o Estado lhes ressarcia boa parte das despesas.

Essas diferenças refletiam sistemas distintos de financiamento e contabilidade nacionais, mas também traduziam uma opção estratégica fundamental.

Por mais generosa que fosse, a previdência social por si só não era, em princípio, politicamente radical — já vimos como o mecanismo foi introduzido relativamente cedo até nos regimes mais conservadores. Entretanto, sistemas previdenciários *universais* são inerentemente redistribuidores. A natureza universal e a grande escala em que tais sistemas operam exigem a transferência de recursos — geralmente através da cobrança de impostos — dos mais privilegiados para os menos prósperos. O Estado previdenciário foi, portanto, um projeto radical, e as variações entre os Estados previdenciários europeus depois de 1945 refletiram não apenas procedimentos institucionais, mas também considerações políticas.

No Leste Europeu, por exemplo, os regimes comunistas pós-1948, de modo geral, *nem sempre* eram favoráveis a sistemas previdenciários estatais — não precisavam ser, pois podiam impor a redistribuição de recursos sem necessitar despender em serviços públicos as escassas receitas do Estado. Por razões políticas, camponeses, por exemplo, eram freqüentemente excluídos da previdência social e dos esquemas de pensão. Na Europa Ocidental, depois de 1945, apenas seis países — Bélgica, Itália, Noruega, Áustria, República Federal da Alemanha e Reino Unido — introduziram seguro-desemprego compulsório e universal. Esquemas voluntários subsidiados continuaram a existir na Holanda até 1949, na França até 1967 e na Suíça até meados dos anos 70. Na Europa católica, antigos esquemas regionais e comunitários de cobertura contra desemprego provavelmente impediram o avanço de sistemas previdenciários universais, reduzindo-lhes a necessidade. Em países onde o desemprego no período entre as guerras tinha sido particularmente dramático — no Reino Unido e na Bélgica —, o gasto com a previdência era movido em parte pela vontade de garantir pleno, ou quase pleno, emprego. Onde o desemprego não tinha sido muito significativo — na França e na Itália, por exemplo —, tal fato se refletia na definição de prioridades bem díspares.

Embora a Suécia e a Noruega (mas não a Dinamarca) estivessem na vanguarda da provisão de benefícios, englobando vasta gama de serviços sociais, e a Alemanha Ocidental houvesse preservado medidas previdenciárias herdadas de antigos regimes (inclusive programas da era nazista que incentivavam o aumento da taxa de natalidade), foi na Grã-Bretanha que se envidaram os esforços mais ambiciosos para a construção, a partir do zero, de um autêntico “Estado previdenciário”. De certo modo, isso refletia a posição singular do Partido Trabalhista britânico, que obteve vitória total nas eleições de julho de 1945 e que — ao contrário dos governos da maioria dos demais países

europeus — tinha condições para elaborar todo o seu programa eleitoral sem precisar se preocupar com parceiros de coalizões. Mas a construção do referido Estado previdenciário também teve origem em fontes bastante específicas do reformismo britânico.

A legislação social da Grã-Bretanha no pós-guerra baseava-se no célebre relatório escrito por Sir William Beveridge, publicado em novembro de 1942, livro que logo se tornou um *best-seller*. Beveridge nasceu em 1879, filho de um juiz britânico lotado na Índia imperial, e suas sensibilidades e aspirações eram típicas dos grandes reformistas liberais da Grã-Bretanha eduardiana. O relatório constituiu, a um só tempo, denúncia de injustiças sociais na sociedade britânica pré-1939 e modelo de políticas para reformas radicais a serem implementadas depois que a guerra acabasse. Nem mesmo o Partido Conservador ousou fazer oposição às principais recomendações do relatório, e o documento se tornou a base moral dos elementos mais apreciados e duradouros do programa do Partido Trabalhista para o pós-guerra.

Beveridge partiu de quatro premissas acerca de programas previdenciários no pós-guerra, e todas as quatro seriam incorporadas às políticas britânicas praticadas pela geração seguinte: a necessidade de um serviço nacional de saúde pública, de um esquema adequado de pensão estatal, do pagamento de auxílio financeiro às famílias e de algo próximo ao pleno emprego. Esta última premissa não constituía, em si mesma, um item do programa previdenciário, mas servia de base para tudo, pois baseava-se no preceito de que no pós-guerra a situação normal de um adulto saudável era contar com trabalho remunerado em tempo integral. A partir dessa premissa, seria possível oferecer programas generosos para seguro-desemprego, pensão, auxílio financeiro para famílias, assistência médica e outros serviços, pois tudo seria pago com a arrecadação de impostos sobre ganhos salariais e com a cobrança de tributação progressiva junto à população economicamente ativa.

As implicações eram significativas. Pela primeira vez, mulheres que não trabalhavam fora e que não dispunham de seguro particular de saúde obtiveram cobertura. A humilhação e a dependência social da antiga Lei dos Desvalidos e sua prova de indisponibilidade de recursos financeiros chegaram ao fim; nas ocasiões (supostamente raras) em que precisasse de assistência pública, o cidadão ou cidadã do Estado previdenciário teria agora pleno direito ao auxílio solicitado. Serviços médicos e dentários eram oferecidos gratuitamente, o pagamento de pensão tornou-se universal, e um auxílio financeiro às famílias (na base de 5 xelins [25 pence] por semana, para cada

filho, a partir do segundo) foi introduzido. O principal projeto de lei encaminhado pelo Parlamento a respeito desses programas recebeu sanção real em novembro de 1946, e a Lei do Serviço Nacional de Saúde (NHS) — que é o pilar do sistema previdenciário — foi ratificada em 5 de julho de 1948.

O Estado previdenciário britânico foi, ao mesmo tempo, a conclusão de um ciclo anterior de reformas, com raízes nas Leis Fabris (datadas do século XIX), e uma inovação autenticamente radical. O contraste entre a Grã-Bretanha da obra de George Orwell *A Caminho de Wigan* (publicada em 1937) e a Grã-Bretanha de Harold Macmillan, primeiro-ministro conservador que vinte anos mais tarde repreendeu um manifestante com a célebre frase “O senhor nunca viveu tão bem”, é um tributo ao Serviço Nacional de Saúde (NHS) e aos programas de bem-estar social, auxílio de renda e emprego que o acompanharam. Hoje em dia, quando olhamos para trás e constatamos os erros de cálculo dos primeiros reformistas do pós-guerra, é muito fácil minimizar ou mesmo desprezar-lhes as realizações. Passados poucos anos, muitas das provisões universais do NHS mostraram-se insustentavelmente caras; a qualidade dos serviços oferecidos não pôde ser mantida, e o tempo comprovou que algumas das suposições fundamentais — inclusive a previsão otimista relativa a emprego pleno e estável — eram, no mínimo, infundadas. Mas qualquer pessoa que tenha crescido (como o presente autor) na Grã-Bretanha durante o pós-guerra tem bons motivos para ser grato ao Estado previdenciário.

O mesmo é verdadeiro em se tratando da geração pós-guerra por todo o continente europeu, embora em local algum, além da Grã-Bretanha, a previdência social universal tenha sido experimentada em escala tão generosa — e tudo de uma vez. Graças ao surgimento de Estados previdenciários, os europeus, mais do que nunca, passaram a se alimentar mais e (de modo geral) melhor, a viver mais e com mais saúde, a residir em casas melhores e a se vestir melhor. Acima de tudo, sentiam-se mais seguros. Não é por acaso que, quando perguntados sobre o que pensam dos serviços públicos, os europeus quase sempre apontam em primeiro lugar o esquema de cobertura de seguro e pensão que o Estado lhes propiciou no pós-guerra. Até na Suíça, país que segundo os padrões previdenciários europeus é deficiente em cobertura, a Lei Federal de Previdência da Terceira Idade e dos Sobreviventes, promulgada em dezembro de 1948, é considerada por muitos cidadãos um dos grandes feitos do país.

O Estado previdenciário não saiu barato. O custo, para países que ainda não tinham se recuperado da queda econômica sofrida nos anos 30, nem da

destruição da guerra, foi considerável. A França, que em 1938 destinara apenas 5% do Produto Interno Bruto (PIB) aos serviços sociais, em 1949 consignava a essa rubrica 8,2%. Na Grã-Bretanha, já em 1949, quase 17% da totalidade dos gastos públicos ficava por conta da previdência social, um aumento de 50% em relação ao nível registrado em 1938, e isso ocorreu num momento em que a nação passava por severo aperto financeiro. Até na Itália, país bem mais pobre, em que o governo procurava evitar custos elevados com previdência social, desviando serviços e benefícios para o setor privado ou para o local de trabalho, o percentual de despesas do governo com serviços sociais em relação ao PIB subiu de 3,3%, em 1938, para 5,2%, em 1949.

Por que os europeus estavam dispostos a pagar tanto por seguro e outros itens previdenciários numa época em que a vida ainda era tão difícil e as carências materiais tão endêmicas? A primeira razão é que, *precisamente* porque os tempos eram difíceis, os sistemas previdenciários no pós-guerra garantiam o mínimo de justiça. O cenário não configurava a revolução espiritual e social sonhada por muitos integrantes da Resistência durante a guerra, mas era o começo de um distanciamento em relação à desesperança e ao cinismo dos anos que antecederam o conflito.

Em segundo lugar, os Estados previdenciários do Oeste Europeu não tinham tendências politicamente desagregadoras. A propensão geral era *a favor* da redistribuição (alguns Estados mais do que outros), mas não havia, absolutamente, inclinação revolucionária — não se pretendia “explorar os ricos”. Ao contrário: embora as maiores vantagens imediatas tenham sido percebidas pelos pobres, a longo prazo foram os integrantes da classe média profissional e comercial os verdadeiros beneficiários. Anteriormente, em muitos casos, tais indivíduos não tinham direito a benefícios relacionados com saúde, desemprego ou aposentadoria e, antes da guerra, eram obrigados a obter serviços e benefícios dessa natureza junto ao setor privado. Agora dispunham de pleno acesso a tudo isso, gratuitamente ou a custo baixo. Somada à educação estatal gratuita ou subsidiada em nível médio e superior, tal provisão permitia aos profissionais assalariados e funcionários administrativos melhor qualidade de vida e mais renda disponível. Longe de promover a divisão de classes, o Estado previdenciário europeu as aproximou, mais do que nunca, defendendo o interesse comum por autopreservação e defesa.

Mas a verdadeira base de apoio à previdência e à provisão de serviço social com financiamento do Estado era o entendimento popular de que tais tarefas cabiam ao governo. No pós-guerra, em toda a Europa, o Estado era

“previdenciário”, com responsabilidade implícita (e, muitas vezes, constitucionalmente explícita) pelo bem-estar dos cidadãos. Tinha a obrigação não apenas de prover as instituições e os serviços necessários a uma nação bem regulamentada, segura e próspera, como também de *melhorar* as condições de vida da população, de acordo com uma vasta e crescente gama de índices. Se o Estado podia, na realidade, satisfazer a todas essas exigências era outra questão.

Evidentemente, era mais fácil alcançar os ideais do Estado social, “do berço ao túmulo”, no contexto da população reduzida de um país rico e homogêneo como a Suécia do que no contexto de um país como a Itália. Contudo, a confiança no Estado era igualmente marcante em regiões pobres e ricas — talvez até mais nas primeiras, pois em regiões pobres somente o Estado era capaz de oferecer esperança e salvação para as massas. E na seqüência da depressão, ocupação e guerra civil, o Estado — enquanto agente de previdência, segurança e justiça — era a força vital de coesão comunitária e social. Hoje em dia, muitos observadores mostram-se inclinados a ver a estatização e a dependência do Estado como o grande problema europeu, e consideram a “salvação que vem de cima” a grande ilusão da atualidade. Para a geração de 1945, um equilíbrio praticável entre liberdades políticas e a função distributiva racional e correta do Estado gestor constituía a rota exclusiva para sair do abismo.

Depois de 1945, o ímpeto de mudança foi muito além da questão de programas de previdência. Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial caracterizaram uma espécie de breve Era de Reformas, durante a qual muitos problemas antigos foram, finalmente, enfrentados. Um dos mais importantes foi a questão da reforma agrária, que muitas pessoas bem informadas da época consideravam o dilema mais urgente da Europa. O passado ainda pesava sobre os camponeses do continente. Somente na Inglaterra, na Holanda, na Dinamarca, na região alpina e em partes da França era possível se falar de uma classe próspera e independente de fazendeiros. A maioria arrasadora da população predominantemente rural da Europa vivia sob condições de penúria e endividamento.

Uma razão para isso era que grandes extensões das terras mais férteis e, mais ainda, de pastos continuavam nas mãos de relativamente poucos proprietários abastados, muitas vezes ausentes e em muitos casos irredutivelmente contrários a qualquer melhoria das condições da terra, dos arrendatários ou

dos lavradores. Outro fator era o já antigo declínio dos preços de produtos agrícolas em relação a manufaturados, processo que se exacerbou a partir da década de 1870 com a importação de grãos e (mais tarde) carne, a preços mais baixos, provenientes das Américas e das colônias inglesas. Já na década de 1930, os camponeses europeus conviviam há quase três gerações com a implacável deterioração de suas condições de vida. Muitos — na Grécia, no sul da Itália, nos Bálcãs, na Europa Central e Oriental — emigraram para os EUA, a Argentina e outros países. Os que permaneceram em muitos casos tornaram-se presas fáceis para demagogos nacionalistas e fascistas. Por conseguinte, depois da guerra, generalizou-se a convicção, especialmente por parte da esquerda, de que o fascismo tinha grande apelo entre os camponeses desesperados, e que qualquer ressurgimento do fascismo na Europa começaria no campo. O problema agrário era, portanto, duplo: como melhorar as perspectivas econômicas do camponês e assim livrá-lo da tentação autoritária.

O primeiro objetivo já havia sido perseguido depois da Primeira Guerra, por meio de uma série de reformas agrárias (notadamente na Romênia e na Itália, mas, em certa medida, praticamente por toda parte) cujo propósito era redistribuir grandes propriedades, reduzir o número de “microfúndios” (lotes de terra improdutivos) e oferecer aos fazendeiros melhores condições para produzir eficientemente, visando ao mercado. Mas essas reformas falharam em seus propósitos — em parte porque, sob as circunstâncias econômicas desastrosas da Europa no período entre as duas guerras, com preços em queda ainda mais acelerada do que antes de 1914, os novos camponeses, proprietários “independentes”, na realidade ficaram mais vulneráveis do que nunca.

Depois da Segunda Guerra Mundial, fez-se nova tentativa de reforma agrária. Na Romênia, em março de 1945, um milhão de hectares foram tomados das mãos de “kulaks” e “criminosos de guerra” e distribuídos a mais de 600 mil camponeses até então pobres ou sem-terra. Na Hungria, onde o governo do almirante Horthy (vigente no período entre as guerras) havia impedido qualquer redistribuição significativa de terras, a terça parte da superfície do país foi expropriada dos antigos proprietários — tudo feito nos moldes do Programa Szeged, de dezembro de 1944, criado pelo governo de coalizão interino instituído no pós-guerra. Naquele mesmo ano, e nos primeiros meses depois do fim da guerra, o governo da Frente Nacional Tcheca elaborou um programa semelhante e, prontamente, redistribuiu grandes extensões de terras — sobretudo fazendas tomadas de húngaros e indivíduos de origem alemã que viviam nos Sudetos. Entre 1944 e 1947, todos os países do Leste Europeu

assistiram ao surgimento de uma numerosa classe de pequenos proprietários que deviam a obtenção de suas terras às autoridades. Poucos anos mais tarde, esses mesmos pequenos proprietários seriam, por seu turno, expropriados pelos regimes comunistas, no ímpeto da coletivização. Mas, nesse ínterim, segmentos inteiros de elites rurais e grandes fazendeiros, na Polônia, no leste da Prússia, na Hungria, Romênia e Iugoslávia, simplesmente desapareceram.

Na Europa Ocidental, apenas o sul da Itália vivenciou algo comparável às mudanças dramáticas verificadas no Leste Europeu. Na década de 1950, uma abrangente legislação reformista anunciou a redistribuição de terras estatais por toda a Sicília e o *Mezzogiorno*, na seqüência de expropriações e invasões ocorridas em Basilicata, Abruzzi e Sicília. Mas, apesar de todo o alvoroço, pouca coisa mudou — grande parte das terras de antigos latifúndios distribuídas não tinha água, estradas ou casas. Dos 74 mil hectares redistribuídos na Sicília depois da Segunda Guerra Mundial, 95% correspondiam a terras “marginais” ou de qualidade inferior, inadequadas ao cultivo. Os camponeses depauperados aos quais os terrenos foram oferecidos não tinham recursos financeiros nem acesso ao crédito; pouco podiam fazer em benefício de suas novas propriedades. As reformas agrárias na Itália fracassaram. A meta declarada — a solução da “Questão do Sul” — só foi alcançada uma década mais tarde, e apenas em parte, quando a classe camponesa que habitava o sul abandonou o solo e partiu em busca de trabalho nas prósperas cidades do norte, localizadas na região do “milagre” italiano.

Mas o caso do sul da Itália foi particularmente difícil. Na França e em outros locais, direitos recém-adquiridos por agricultores arrendatários serviram de incentivo para investimentos em pequenas propriedades, viabilizados por sistemas de crédito inovadores e bancos rurais. Subsídios por parte do Estado contribuíram para a reversão de um declínio em preços que já remontava há várias décadas e estimularam o setor a produzir o máximo possível, mediante garantia de compra da produção por um valor mínimo previamente estabelecido. Enquanto isso, durante o pós-guerra, a demanda sem precedentes de mão-de-obra nas cidades atraía trabalhadores excedentes das zonas rurais empobrecidas, deixando uma população agrícola mais eficiente e com menos bocas a alimentar.

As dimensões políticas do problema agrário foram abordadas indiretamente pelo grande pacote de reformas políticas introduzido nos primeiros anos do pós-guerra. Muitas dessas reformas eram de natureza constitucional, mais uma vez dando seguimento a questões não resolvidas em 1918. Na Itália,

França e Bélgica, as mulheres finalmente ganharam o direito ao voto. Em junho de 1946 os italianos votaram pela república, mas a margem foi estreita (12,7 milhões de eleitores a favor do fim da monarquia e 10,7 milhões pela manutenção do sistema), e as históricas divisões observadas no país foram, no mínimo, exacerbadas pelo referido resultado: o sul, excetuando-se a região de Basilicata, votou maciçamente a favor do rei (em Nápoles, a proporção foi de quatro para um).

Em contraste, em setembro de 1946 os gregos votaram pela manutenção da monarquia. Os belgas também mantiveram o sistema, mas removeram o monarca que então ocupava o trono, o rei Leopoldo III, como punição por ele ter colaborado com os nazistas. Tal decisão, tomada em 1950 mediante pressão popular, e contrária à (pequena) maioria da população, causou profunda divisão no país, em termos comunitários e lingüísticos: valões francófonos votaram pela remoção de Leopoldo, ao passo que 72% de flamengos que falavam holandês expressaram preferência pela manutenção do governante. Os franceses não dispunham de um rei no qual extravasar a lembrança das humilhações da guerra e, em 1946, votaram apenas pela substituição da desonrada Terceira República por uma sucessora numérica. A exemplo das Leis Básicas alemãs, com data de 1949, a constituição da Quarta República destinava-se a eliminar, o máximo possível, o risco de subordinação a regimes autoritários ou cesaristas — aspiração que haveria de se mostrar muito bem-sucedida.

As Assembléias Provisórias ou Constituintes que promulgaram essas Constituições no pós-guerra, propuseram plebiscitos sobre tópicos controversos e votaram a favor de grandes reformas institucionais de modo geral demonstravam inclinações esquerdistas. Na Itália, França e Tchecoslováquia, depois da guerra, os partidos comunistas saíram-se bem. Nas eleições italianas de 1946, o Partido Comunista Italiano (PCI) obteve 19% dos votos; nas segundas eleições francesas naquele mesmo ano, o Partido Comunista Francês (PCF) conseguiu 28,6% dos votos, o melhor resultado de todos os tempos. Na Tchecoslováquia, em eleições livres realizadas em maio de 1946, os comunistas garantiram 38% do eleitorado nacional (40% em terras tchecas). Em outros locais, os comunistas não obtiveram tanto sucesso nas urnas, ainda que os resultados então alcançados jamais tenham sido superados, mantendo-se entre 13%, na Bélgica, e apenas 0,4% no Reino Unido.

A alavancagem política inicial dos comunistas na Europa Ocidental adveio da associação com partidos socialistas, a maioria dos quais, antes de 1947,

relutava em romper alianças do estilo “Frente Popular” conforme esta fora (re)formada nos movimentos de resistência. Nas primeiras eleições realizadas no pós-guerra, os partidos socialistas na França e na Itália saíram-se quase tão bem quanto os comunistas, e na Bélgica obtiveram resultados ainda melhores. Na Escandinávia, os socialdemocratas venceram com folga os demais partidos, obtendo entre 38% e 41% dos votos na Dinamarca, Noruega e Suécia nas eleições realizadas entre 1945 e 1948.

Contudo, exceto na Grã-Bretanha e nos países nórdicos, a “velha esquerda” dos comunistas e socialistas jamais conseguiu governar sozinha. Na Europa Ocidental, o equilíbrio era sempre mantido, e em muitos casos dominado por um novo ente político, os partidos democratas cristãos. Partidos católicos já eram conhecidos na Europa continental — há muito tempo vicejavam na Holanda e na Bélgica. A Alemanha de Guilherme e Weimar tivera um Partido de Centro Católico e há muito tempo a ala conservadora da política austríaca estava proximamente ligada ao Partido Popular (católico). Nem mesmo a própria “democracia cristã” era idéia inteiramente nova — suas origens remontavam ao início do século XX, ao reformismo católico e aos movimentos católicos de centro que tentaram em vão avançar durante os anos conturbados posteriores à Primeira Guerra. Mas, depois de 1945, a situação era bastante diversa, e inteiramente favorável aos mencionados movimentos.

Em primeiro lugar, esses partidos — especialmente a União Democrática Cristã (UDC), na Alemanha Ocidental, os Cristãos Democratas (CD), na Itália, e o Movimento Republicano Popular (MRP), na França — detinham agora quase o monopólio do voto católico. Em 1945, na Europa, esse fator tinha grande importância: o voto católico ainda era bastante conservador, particularmente em se tratando de questões sociais e em regiões nas quais o catolicismo era muito praticado. Eleitores católicos tradicionais, na Itália, França, Bélgica, Holanda e Alemanha (no oeste e no sul) raramente votavam nos socialistas, e quase nunca nos comunistas. Mas, e isso foi uma peculiaridade do pós-guerra, em muitos países, até os católicos conservadores muitas vezes não tinham escolha, a não ser votar nos democratas cristãos, a despeito das tendências reformistas das políticas e dos políticos da referida legenda, porque os partidos da direita convencional estavam em descrédito ou simplesmente proscritos. Até os conservadores que não eram católicos passaram a buscar os democratas cristãos, como um meio de barrar a esquerda “marxista”.

Em segundo lugar, e por razões afins, os partidos democratas cristãos foram os principais beneficiários do voto feminino — em 1952, na França, cerca de dois terços das mulheres católicas praticantes votaram no MRP. Sem dúvida, a influência do púlpito teve o seu papel. Porém, grande parte do apelo que os partidos democratas cristãos exerciam sobre as mulheres devia-se ao programa partidário. Em contraste com o persistente tom de insurreição subjacente à retórica socialista e comunista, até mesmo no caso da retórica mais domesticada, democratas cristãos proeminentes — Maurice Schumann e Georges Bidault, na França; Alcide de Gasperi, na Itália; e Konrad Adenauer, na República Federal da Alemanha — sempre enfatizavam reconciliação e estabilidade.

A democracia cristã evitava apelos voltados para determinada classe e, em vez disso, ressaltava reformas de caráter social e moral. De modo particular, essa corrente insistia na importância da *família*, tema cristão apropriado e que apresentava implicações políticas significativas, numa época em que as necessidades de famílias de um só provedor, sem-teto e carentes nunca tinham sido tão grandes. Portanto, os partidos democratas cristãos estavam numa posição ideal para tirar proveito de quase todas as condições verificadas no pós-guerra: o desejo de estabilidade e segurança, a expectativa de renovação, a ausência das tradicionais alternativas de direita e as expectativas investidas no Estado — pois, ao contrário dos políticos católicos convencionais da geração anterior, os líderes dos partidos democratas cristãos e seus seguidores mais jovens e radicais não tinham qualquer inibição diante do recrutamento do poder do Estado na busca de seus objetivos. No mínimo, durante os primeiros anos do pós-guerra, os democratas cristãos viam os liberais que defendiam o livre-mercado, e não a esquerda coletivista, como seus principais oponentes, e estavam mais do que dispostos a demonstrar que o Estado moderno poderia se adaptar a modelos não-socialistas de intervenção benevolente.

Como consequência, na Itália e na Alemanha Ocidental, durante anos, os partidos democratas cristãos (com alguma ajuda norte-americana) exerceram quase o monopólio sobre o poder político. Já na França — em consequência dos efeitos corrosivos de duas guerras coloniais, às quais se seguiu, em 1958, a volta de De Gaulle ao poder — o MRP não se saiu tão bem. No entanto, mesmo assim, o partido continuou a arbitrar poder até meados dos anos 50, sempre garantindo o comando de determinados ministérios (notadamente o das Relações Exteriores). Partidos católicos de inclinação democrata cristã

exerceram poder ininterrupto nos países do Benelux durante mais de uma geração, e na Áustria até os anos 70.

Os líderes de partidos democratas cristãos, a exemplo de Winston Churchill na Grã-Bretanha, eram homens de uma era passada: Konrad Adenauer nascera em 1876, Alcide de Gasperi cinco anos mais tarde, o próprio Churchill, em 1874. Não se tratava de mera coincidência ou curiosidade biográfica. Já em 1945, muitos países da Europa continental tinham perdido duas gerações de líderes potenciais: a primeira, devido à morte ou invalidez na Primeira Guerra; a segunda, diante da tentação do fascismo, ou exterminada pelas mãos dos nazistas e seus amigos. Esse déficit se manifestava na qualidade geralmente medíocre dos jovens políticos atuantes naqueles anos — Palmiro Togliatti (que passara boa parte dos vinte anos anteriores como agente político em Moscou) não era exceção. O atrativo especial de Léon Blum, que retornou à vida pública na França após ter sido preso pelas autoridades de Vichy e encarcerado em Dachau e Buchenwald, não era apenas o heroísmo, mas também a idade (tendo nascido em 1872).

À primeira vista, pode parecer um tanto estranho que, em grande parte, a reabilitação da Europa tenha resultado do trabalho de homens que alcançaram a maturidade e entraram para a política muitas décadas antes. Churchill, que ingressou no Parlamento em 1901, definia-se como “filho da Era Vitoriana”. Clement Attlee era, igualmente, vitoriano, nascido em 1883. Mas, afinal, isso talvez não seja tão surpreendente. Em primeiro lugar, esses homens mais maduros eram singulares, pois haviam sobrevivido ética e politicamente incólumes a trinta anos de distúrbios — e sua credibilidade política tinha aumentado devido, digamos, ao valor da necessidade. Em segundo lugar, todos pertenciam à extraordinária geração de reformistas sociais europeus que atingiram a maturidade entre 1880 e 1910 — fosse como socialistas (Blum, Attlee), liberais (Beveridge, ou o futuro presidente italiano, Luigi Einaudi, nascido em 1874) ou católicos progressistas (De Gasperi, Adenauer). Seus instintos e interesses se encaixaram muito bem na atmosfera do pós-guerra.

Mas o terceiro motivo, e talvez o mais importante, é que os velhos que reconstruíram a Europa Ocidental representavam continuidade. Entre as duas guerras, a preferência tinha sido pelo novo e moderno. Paramentos e democracias eram vistos por muitos — e não apenas fascistas e comunistas — como algo decadente, estagnado, corrupto e incapaz de levar a termo as tarefas do Estado moderno. A guerra e a ocupação afastaram essas ilusões, entre o

grande eleitorado, ainda que não entre os intelectuais. Sob a luz fria da paz, as concessões maçantes da democracia constitucional assumiram um aspecto novo, interessante. Em 1945, a maioria das pessoas ansiava por progresso e renovação social, com certeza, mas associados à confiança em formas políticas estáveis e conhecidas. Enquanto a Primeira Guerra Mundial provocou politização, radicalização, a guerra seguinte produziu o efeito oposto: um profundo desejo de normalidade.

Estadistas cuja experiência remetia a um tempo anterior às décadas turbulentas do período entreguerras, antes de 1914, a uma época de mais estabilidade e autoconfiança, eram, portanto, especialmente cativantes. Na continuidade de suas presenças, tais indivíduos podiam facilitar a transição difícil entre a política superaquecida do passado recente e uma era futura de rápida transformação social. Não obstante a filiação partidária, em 1945 os estadistas maduros da Europa eram todos adeptos pragmáticos da arte do possível. A distância pessoal mantida por esses estadistas em relação aos dogmas presunçosos da política do entreguerras refletia, fielmente, o estado de espírito do eleitorado. Tinha início a era “pós-ideológica”.

As perspectivas de estabilidade política e reforma social na Europa depois da Segunda Guerra Mundial dependiam, primeiramente, da recuperação da economia do continente. Nenhum planejamento estatal ou liderança política seria capaz de eliminar a tarefa hercúlea que se apresentava diante dos europeus em 1945. O impacto econômico mais óbvio da guerra foi na oferta de habitação. O prejuízo em Londres, onde 3,5 milhões de residências na área metropolitana foram destruídas, foi maior do que o causado pelo Grande Incêndio de 1666. Noventa por cento das moradias de Varsóvia foram arrasadas. Apenas 27% dos prédios residenciais em Budapeste eram habitáveis em 1945. Na Alemanha, 40% da oferta de casas desapareceu; na Grã-Bretanha, 30%; na França, 20%. Na Itália, 1,2 milhão de habitações foram destruídas, a maioria em cidades com população igual ou superior a 50 mil habitantes. O problema dos sem-teto, como já foi visto, foi talvez a consequência mais evidente do conflito durante os primeiros tempos do pós-guerra — na Alemanha Ocidental e na Grã-Bretanha, a escassez de habitação perduraria até meados dos anos 50. Conforme disse uma mulher de classe média, ao sair da exposição “Casas para o Pós-guerra”, organizada em Londres: “Estou tão desesperada por uma

casa que qualquer coisa me agrada. Quatro paredes e um teto é o tamanho da minha ambição.”¹⁹

O segundo setor no qual os prejuízos foram mais evidentes foi o transporte — frotas mercantes, linhas férreas, transportadoras de carga, pontes, canais e linhas de bonde. Não havia pontes sobre o Sena, entre Paris e o mar; sobre o Reno, apenas uma permanecera intacta. Como consequência, mesmo que minas e fábricas conseguissem produzir bens necessários, não conseguiriam transportá-los — em dezembro de 1945, várias minas de carvão européias voltaram a funcionar, mas Viena continuava sem carvão.

O impacto visual foi o pior: *visualmente*, parecia que muitos países tinham sido golpeados e surrados a ponto de não haver qualquer esperança de recuperação. E era verdade que, em quase todos os países europeus envolvidos na Segunda Guerra Mundial, a economia nacional estagnou ou encolheu, quando comparada ao desempenho medíocre registrado nos anos entre as duas guerras. Mas guerra nem sempre é desastre econômico — ao contrário, pode constituir forte estímulo ao crescimento acelerado de determinados setores. Graças à Segunda Guerra Mundial, os EUA elevaram-se a uma incontestável posição de liderança comercial e tecnológica, conforme ocorrera com a Grã-Bretanha durante as Guerras Napoleônicas.

E, de fato, o impacto destrutivo *econômico* da guerra contra Hitler, conforme logo verificaram os inspetores aliados, não tinha sido tão arrasador quanto inicialmente se pensava, nem mesmo na própria Alemanha. Os bombardeios, apesar das perdas com vidas humanas, haviam causado menos prejuízo econômico do que esperavam os defensores da prática. Em maio de 1945, pouco mais de 20% do parque industrial da Alemanha estavam destruídos; mesmo no Ruhr, onde grande parte do bombardeio Aliado tinha se concentrado, dois terços das fábricas e da maquinaria sobreviveram, intactos. Em outros locais, por exemplo em terras tchecas, indústria e agricultura prosperaram sob ocupação alemã e, praticamente, nada sofreram — a Eslováquia, à semelhança de partes da Hungria, passou por um processo acelerado de industrialização durante os anos da guerra e, na realidade, ressurgiu melhor que antes.

A natureza dramaticamente distorcida de grande parte dos danos, segundo os quais seres humanos e localidades tanto sofreram, enquanto fábricas e bens foram relativamente poupados, contribuiu para uma recuperação de setores econômicos básicos cuja rapidez surpreendeu (após 1945). Indústrias mecanizadas vicejaram durante a guerra. Reino Unido, União Soviética,

França, Itália e Alemanha (assim como Japão e Estados Unidos), *todos* emergiram com estoques de máquinas operatrizes superiores aos registrados no início do conflito. Na Itália, somente as indústrias aeronáutica e de construção naval sofreram sérios prejuízos. Fábricas situadas no norte do país, e portanto fora do alcance da luta mais pesada durante a Campanha da Itália, prosperaram (tanto quanto por ocasião da Primeira Guerra), e a produção e os investimentos acumulados durante o conflito compensaram qualquer prejuízo incorrido. Quanto à indústria de máquinas operatrizes, a futura Alemanha Ocidental perdeu apenas 6,5% de equipamentos em consequência de danos causados pela guerra.

Em alguns países, evidentemente, *não houve* prejuízos. Irlanda, Espanha, Portugal, Suíça e Suécia permaneceram neutros durante todo o conflito. Isso não quer dizer que não tenham sido afetados. Ao contrário, a maioria dos países europeus neutros se engajou, ainda que indiretamente, no esforço de guerra nazista. A Alemanha muito dependia da Espanha de Franco para o suprimento de manganês durante a guerra. Tungstênio chegava à Alemanha proveniente de colônias portuguesas, via Lisboa. Durante a guerra, a Alemanha supria 40% das suas necessidades de minério de ferro com produção vinda da Suécia (transportada até portos alemães por navios suecos). E tudo isso era pago em ouro, em grande parte roubado das vítimas da Alemanha e canalizado pela Suíça.

Os suíços fizeram mais do que lavar dinheiro e canalizar recursos para a Alemanha, atos que, por si só, contribuíram substancialmente para a guerra de Hitler. Em 1941 e 1942, 60% das indústrias de munição na Suíça, 50% da indústria ótica e 40% da produção em engenharia atendiam à demanda da Alemanha, tudo remunerado em ouro. Em abril de 1945, a Bührle-Oerlikon, fabricante de armas de pequeno porte, ainda vendia armas ligeiras para a Wehrmacht. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Reichsbank alemão depositou, no total, 1.638.000.000 francos suíços na Suíça. E foram as autoridades suíças que antes do início da guerra passaram a exigir que os passaportes alemães indicassem se os portadores eram judeus, a fim de dificultar a entrada de viajantes indesejados.

Em defesa das autoridades suíças, pode-se dizer que tinham bons motivos para resguardar a amizade dos nazistas. Embora o Alto Comando da Wehrmacht houvesse adiado os planos para invadir a Suíça em junho de 1940, a idéia jamais foi abandonada; a experiência da Bélgica e da Holanda era uma lembrança amarga do destino que aguardava Estados neutros que

atrapalhassem o avanço de Hitler. Por razões parecidas, os suecos também ofereceram cooperação a Berlim, pois, historicamente, dependiam da Alemanha para o abastecimento de carvão. Vender minério de ferro para a Alemanha era prática da Suécia havia muitos anos — mesmo antes da guerra, metade das importações alemãs de minério de ferro vinha do outro lado do Báltico, e três quartos das exportações suecas de minério de ferro destinavam-se à Alemanha. Além do mais, devido ao receio das ambições russas, fazia tempo que a neutralidade sueca pendia para a Alemanha. A cooperação com os nazistas — a permissão para o trânsito de 14.700 soldados da Wehrmacht no início da Operação Barbarossa, a autorização para a passagem por solo sueco de soldados alemães em gozo de licença (provenientes da Noruega, a caminho da Alemanha) e o adiamento do recrutamento militar de mineradores suecos, para garantir o abastecimento da Alemanha — não era, portanto, uma quebra de hábito.

Depois da guerra, os suíços (mas não os suecos) foram, inicialmente, alvo do ressentimento da comunidade internacional, que suspeitava que a Suíça tinha sido cúmplice do esforço de guerra alemão; nos Acordos de Washington, firmados em maio de 1946, os suíços foram pressionados a oferecer uma contribuição “voluntária” de 250 milhões de francos suíços para a reconstrução da Europa, como acerto final de contas referente a transações do Reichsbank realizadas através de bancos suíços. Mas, àquela altura, a Suíça já se reabilitara à condição de próspera ilha de retidão fiscal: seus bancos extremamente lucrativos, suas fazendas e indústrias mecanizadas prontas para fornecer alimento e maquinaria a mercados europeus necessitados.

Antes da guerra, nem a Suíça nem a Suécia se destacavam pela prosperidade — na realidade, ambas tinham regiões marcantes de pobreza rural. Mas o avanço que essas nações conseguiram no decorrer da guerra mostrou-se duradouro: ambas estão hoje no topo da liga européia, e faz quatro décadas que ali se mantêm. Em outros locais, a trilha da recuperação foi um pouco mais íngreme. Contudo, mesmo na Europa Oriental a infra-estrutura econômica foi restaurada com uma rapidez notável. A despeito dos esforços contrários da Wehrmacht em retirada e do Exército Vermelho em seu avanço, as pontes, estradas, ferrovias e cidades da Hungria, Polônia e Iugoslávia foram reconstruídas. Já em 1947, redes de transporte geral e de carga na Europa Central haviam recuperado ou superado os índices registrados antes da guerra. Na Tchecoslováquia, Bulgária, Albânia e Romênia, onde havia menos destruição resultante da guerra, esse processo levou menos tempo do que na Iugoslávia e

na Polônia. Mas até a economia polonesa se recuperou rapidamente — em parte porque os territórios ocidentais recém-tomados da Alemanha eram, na verdade, mais férteis e bem providos de cidades industriais e fábricas.

Também no Oeste Europeu prejuízos materiais foram recuperados em ritmo extraordinário — mais rapidamente, de modo geral, na Bélgica, nem tão rapidamente na França, Itália e Noruega, mais devagar na Holanda, onde os piores danos (a fazendas, diques, estradas, canais e seres humanos) tinham ocorrido nos últimos meses da guerra. Os belgas se beneficiaram da condição privilegiada da Antuérpia, o único grande porto europeu relativamente intacto ao fim da guerra, e da elevada concentração de tropas aliadas na Bélgica, que injetaram um fluxo direto de recursos numa economia há muito tempo especializada em carvão, cimento e metais semi-acabados, materiais vitais para o trabalho de reconstrução.

Por outro lado, a situação da Noruega era consideravelmente pior. A metade da frota pesqueira e mercante do país se perdera na guerra. Em consequência da destruição proposital causada pela Wehrmacht em retirada, a produção industrial norueguesa em 1945 chegou a apenas 57% do nível registrado em 1938, com perdas de quase um quinto das reservas de capital da nação. Anos mais tarde, o contraste com a Suécia marcaria os amargurados noruegueses. Mas, já no final de 1946, até a Noruega tinha sido capaz de restaurar a maior parte de suas redes ferroviária e rodoviária; no decorrer do ano seguinte, a exemplo do que acontecia no restante da Europa Ocidental e em grande parte da Europa Oriental, escassez de combustível e comunicações deficientes já não eram empecilho à recuperação econômica.

Para os observadores da época, entretanto, foi a capacidade de recuperação da *Alemanha* que pareceu mais extraordinária. Isso foi um tributo aos esforços dos habitantes, que trabalharam com uma determinação impressionante e inusitada para reconstruir o país arrasado. No dia em que Hitler morreu, apenas 10% das ferrovias alemãs operavam, e o país estava literalmente paralisado. Um ano depois, em junho de 1946, 93% das vias férreas alemãs tinham sido reabertas e oitocentas pontes reconstruídas. Em maio de 1945, a produção alemã de carvão mal chegava a um décimo da que fora registrada em 1939; um ano depois, a produtividade havia quintuplicado. Em abril de 1945, Saul K. Padover, observador do Exército dos EUA (força que então avançava pela Alemanha Ocidental), expressou a opinião de que, seguramente, seriam necessários vinte anos para que a cidade de Aachen, totalmente destruída, fosse recuperada. No entanto, em poucas semanas ele registrava a

reabertura das fábricas municipais de pneus e têxteis e o recomeço da vida econômica.

Um motivo da velocidade da recuperação inicial da Alemanha foi que, tão logo as casas dos operários foram reconstruídas e as redes de transportes voltaram a operar, a indústria ficou plenamente apta a produzir. Na fábrica da Volkswagen, 91% da maquinaria tinham sobrevivido aos bombardeios e aos saques do pós-guerra, e já em 1948 a montadora estava equipada para produzir um em cada dois carros fabricados na Alemanha Ocidental. A Ford alemã quase não sofreu danos. Graças a investimentos efetuados durante a guerra, um terço do equipamento industrial alemão tinha, em 1945, menos de cinco anos de existência, comparado ao índice de apenas 9% em 1939. E as indústrias nas quais a Alemanha mais investira durante a guerra — indústria ótica, química, engenharia leve, veículos, metais não-ferrosos — foram, precisamente, aquelas que haveriam de servir de base para o crescimento súbito ocorrido na década de 1950. No início de 1947, o principal entrave à recuperação alemã já não eram os prejuízos sofridos durante a guerra, mas a escassez de matérias-primas e outros itens — e, acima de tudo, a incerteza diante do futuro político do país.

O ano de 1947 seria crucial, o alicerce do qual dependeria o destino do continente. Até então, os europeus tinham estado absorvidos pela ânsia dos reparos e da reconstrução, ou então ocupados em implantar a infra-estrutura institucional que permitisse uma recuperação duradoura. Ao longo dos 18 meses subseqüentes à vitória aliada, o estado de espírito do continente deu uma reviravolta: passando de uma sensação de alívio diante da simples perspectiva de paz e novo começo à resignação fria e à crescente desilusão diante da magnitude das tarefas ainda por realizar. No início de 1947, ficou claro que as decisões mais difíceis ainda não tinham sido tomadas, e que não podiam mais ser adiadas.

Para começar, o problema fundamental de provisão de alimento ainda não fora sanado. A escassez de víveres era endêmica, exceto na Suécia e na Suíça. Não fossem os suprimentos da ANUAR, estocados durante a primavera de 1946, os austríacos teriam passado fome nos 12 meses seguintes. A provisão de calorias na Zona Britânica da Alemanha caiu de 1.500 por dia, por adulto, em meados de 1946, para 1.050, no início de 1947. Os italianos, que padeeceram de fome dois anos seguidos, em 1945 e 1946, apresentavam, na

primavera de 1947, níveis nutricionais médios inferiores aos de todas as populações do Oeste Europeu. Em pesquisas de opinião realizadas na França ao longo de 1946, os itens “alimentação”, “pão” e “carne” superavam todos os demais enquanto principal preocupação do povo.

Parte do problema era que a Europa Ocidental já não podia recorrer aos celeiros da Europa Oriental, com os quais, tradicionalmente, havia contado. Ocorreu que também no Leste Europeu faltava comida. Na Romênia, a safra de 1945 fora um fracasso, em decorrência de gerenciamento incompetente e do mau tempo. No outono de 1946, desde a Valáquia Ocidental e a Moldávia, passando pelo oeste da Ucrânia e pela região central do Volga, na União Soviética, safras deficientes e a seca produziram condições de quase fome; agências assistenciais registraram crianças de um ano pesando apenas 3 quilos e reportaram casos de canibalismo. Voluntários na Albânia descreveram a situação local como “sofrimento terrível”.

Então, veio o inverno brutal de 1947, o pior desde 1880. Canais congelaram, estradas ficaram intransitáveis durante semanas, pontos congelados provocaram a paralisação de sistemas ferroviários inteiros. A incipiente recuperação em andamento durante o pós-guerra foi subitamente interrompida. O carvão, ainda escasso, não foi bastante para atender à demanda doméstica e, em todo caso, não tinha como ser transportado. A produção industrial sofreu uma queda brusca — a fabricação de aço, que apenas começara a se recuperar, diminuiu 40% em relação ao ano anterior. Quando a neve derreteu, muitas regiões da Europa foram inundadas. Alguns meses depois, em junho de 1947, o continente entrou num dos verões mais quentes e secos já registrados. Ficou evidente que a safra seria insuficiente, em algumas localidades, pelo terceiro ano consecutivo: a produção agrícola caiu cerca de um terço, até em relação aos números observados na fraca colheita do ano anterior. A escassez de carvão foi compensada, em certa medida, por importações provenientes dos Estados Unidos (34 milhões de toneladas, em 1947). Gêneros alimentícios também foram comprados dos EUA e das possessões britânicas. Mas todas essas importações tinham de ser pagas em moeda forte, geralmente dólar.

Dois problemas estruturais subjaziam à crise europeia de 1947. Um foi o efetivo desaparecimento da Alemanha da economia europeia. Antes da guerra, a Alemanha era um grande mercado para a maioria dos países da Europa Central e Oriental, assim como também o era para a Holanda, a Bélgica e a região mediterrânea (até 1939, por exemplo, a Alemanha comprava 38% das exportações da Grécia e supria cerca de um terço das importações do país). O

carvão vindo da Alemanha era fonte vital para a fabricação de aço na França. Mas, enquanto o futuro político da Alemanha não era resolvido, a economia nacional — apesar do potencial resgatado — permanecia estagnada, efetivamente obstruindo a recuperação econômica do resto do continente.

O segundo problema não dizia respeito à Alemanha, mas aos EUA, embora os dois países estivessem ligados. Em 1938, 44% das importações britânicas de maquinaria partiam dos EUA, e 25% da Alemanha. Em 1947, os valores foram, respectivamente, 65% e 3%. A situação era semelhante em outros países europeus. Esse elevado crescimento da procura por bens norte-americanos, ironicamente, indicava a melhoria da atividade econômica européia — porém, para se comprar produtos ou matérias-primas americanas eram necessários dólares. Os europeus nada tinham para vender ao resto do mundo; mas, sem moeda, não podiam adquirir alimentos para impedir que milhões de pessoas passassem fome, tampouco podiam importar as matérias-primas e maquinaria necessárias para desenvolver a sua própria produção.

A crise de dólares foi grave. Em 1947, no Reino Unido, cuja dívida externa havia quadruplicado desde 1939, e onde quase metade das importações era proveniente dos EUA, os recursos financeiros estavam quase esgotados. A França, então o maior importador mundial de carvão, tinha um déficit anual com os EUA na ordem de 2,0 bilhões de dólares. A maioria dos demais países europeus sequer dispunha de moedas com as quais negociar. Na Romênia, a inflação atingiu os piores níveis em agosto de 1947. Na vizinha Hungria, a inflação, que estabeleceu o pior recorde da História, muito acima dos índices registrados em 1923 na Alemanha, chegou a 5 quintilhões de *pengos* para cada dólar — o que significa que, quando em agosto de 1946 o *pengo* foi substituído pelo *forint*, o valor em dólares de todo o papel-moeda em circulação na Hungria era apenas um milésimo de centavo.

Na Alemanha, não havia moeda corrente. O mercado negro prosperava e cigarros eram aceitos como produto de troca: nos campos de deslocados de guerra, a remuneração dos professores era de cinco maços por semana. Em Berlim, o valor de um pacote de cigarros norte-americanos variava entre 60 e 165 dólares, o que propiciou aos soldados das forças de ocupação dos EUA excelentes ganhos com a venda de suas cotas de cigarros: nos primeiros quatro meses da ocupação aliada, as tropas norte-americanas em Berlim enviaram para os EUA 11 milhões de dólares além dos valores recebidos como soldo. Em Braunschweig, seiscentos cigarros eram o valor de compra de uma bicicleta —

necessidade na Alemanha, tanto quanto na Itália, conforme, em 1948, registrou Vittorio de Sica no inesquecível *Ladrões de Bicicletas*.

A gravidade da crise européia não passou despercebida pelos norte-americanos. Conforme veremos, a crise foi uma das razões principais que levou os EUA a buscar uma solução para o problema da Alemanha, com ou sem cooperação soviética. Na opinião de assessores presidenciais bem informados, como George Kennan, a Europa, na primavera de 1947, estava à beira do abismo. As frustrações dos europeus ocidentais, que inicialmente foram levados a crer numa recuperação acelerada e na volta a condições econômicas normais, somadas à desesperança dos alemães e outros povos da Europa Central e à crise de abastecimento verificada em 1947 (e imprevisível), só poderiam fortalecer o apelo do comunismo como alternativa ao risco de um mergulho na anarquia.

O atrativo do comunismo era real. Embora os partidos comunistas da Itália, França e Bélgica (assim como os da Finlândia e Islândia) integrassem coalizões de governos até maio de 1947, por meio das atividades de sindicatos filiados e demonstrações de protesto, os referidos partidos conseguiram mobilizar a indignação do povo e capitalizar o fracasso dos governos dos quais eles mesmos participavam. Na Itália (assim como na França e na Tchecoslováquia), o sucesso de comunistas locais nas urnas, combinado com a aura do invencível Exército Vermelho, tornou viável e atraente o “caminho do socialismo”. Já em 1947, 907 mil homens e mulheres haviam ingressado no Partido Comunista Francês. Na Itália, esse número era de 2,25 milhões, bem mais do que na Polônia ou mesmo na Iugoslávia. Até na Dinamarca e na Noruega, em cada oito eleitores um sentia-se atraído pela promessa da alternativa comunista. Nas zonas da Alemanha Ocidental, as autoridades aliadas temiam que o neonazismo ou os soviéticos pudessem tirar vantagem da nostalgia pelos dias melhores do nazismo, somada à reação contra os programas de “desnazificação”, à escassez de alimento e à prática generalizada de contravenções.

Talvez tenha sido uma sorte que na primavera de 1947 os Estados da Europa Ocidental ainda trilhassem o caminho moderado, democrático, adotado em 1944. Na França, Maurice Thorez ainda encorajava os operários das minas de carvão a “produzir”. Na Itália, o embaixador britânico descreveu Togliatti como influência moderadora diante dos irascíveis companheiros socialistas. Por motivos próprios, Stalin ainda não incitava seus muitos defensores na Europa Central e Ocidental a explorar a indignação e frustração

populares. Mesmo assim, o fantasma da guerra civil e da revolução jamais se afastou. Na Bélgica, observadores aliados qualificaram como graves as tensões comunitárias e políticas e classificaram o país, ao lado da Grécia e da Itália, como “instável”.

Na França, as tribulações econômicas do inverno de 1947 já incitavam a desilusão popular com a nova república do pós-guerra. Uma pesquisa de opinião realizada no país em 1º de julho de 1947 revelou que 92% dos entrevistados pensavam que a situação nacional era “ruim ou muito ruim”. Na Grã-Bretanha, o primeiro-ministro trabalhista Hugh Dalton, refletindo sobre o esfriamento do entusiasmo verificado nos primeiros anos do pós-guerra, confidenciou em seu diário: “Jamais voltaremos a ter manhãs de luz e confiança.” O colega francês, André Philip, ministro socialista da Economia Nacional, tocou no mesmo ponto, ainda que de modo mais contundente, num discurso proferido em abril de 1947: “Estamos ameaçados”, ele declarou, “de total catástrofe econômica e financeira”.

Tal sensação de desesperança e desastre iminente existia por toda parte. “Nos últimos dois meses”, reportou Janet Flanner, de Paris, em março de 1947, “verifica-se em Paris, e talvez em toda a Europa, um indubitável e crescente clima de mal-estar, como se os franceses, ou todos os europeus, estejam esperando que algo aconteça, ou, pior, que nada aconteça”. O continente europeu, conforme a própria Flanner observara alguns meses antes, entrava, lentamente, numa nova Idade do Gelo. George Kennan concordaria com tal visão. Seis semanas mais tarde, num documento interno sobre Planejamento de Políticas, ele sugeriu que o verdadeiro problema não era o comunismo, ou, se fosse, o seria apenas de maneira indireta. A verdadeira causa do mal-estar europeu eram os efeitos da guerra, e o que Kennan diagnosticava como “profundo esgotamento da capacidade produtiva e do vigor espiritual”. Agora que o ímpeto inicial de esperança e reconstrução observado no início do pós-guerra se esvaía, os obstáculos que o continente precisava transpor pareciam grandes demais. Hamilton Fish, editor da *Foreign Affairs*, influente publicação da comunidade norte-americana ligada à política externa, assim descreve suas impressões da Europa, em julho de 1947:

Existe escassez de tudo — de trens, bondes, ônibus e automóveis para transportar pessoas até o trabalho, que dirá para transportá-las nos feriados; escassez de farinha para fazer pão sem adulterantes, e mesmo com adulterantes não há pão suficiente para prover as energias necessárias ao

trabalho pesado; escassez de papel para impressão de jornais em que é divulgada apenas uma pequena fração das notícias do mundo; escassez de sementes para plantar e escassez de fertilizantes que as fortaleçam; escassez de moradias e de vidro para fazer janelas; escassez de couro para sapatos, lã para suéteres, gás para cozinhar, tecido de algodão para fraldas, açúcar para geléia, gordura para fritar, leite para os bebês, sabão para lavar.

Nos dias de hoje, é geral o entendimento dos estudiosos de que, apesar da melancolia predominante à época, a recuperação inicial do pós-guerra e as reformas e os planos relativos ao período de 1945 a 1947 estabeleceram as bases para o futuro bem-estar da Europa. E, com certeza, ao menos no caso da Europa Ocidental, 1947 foi o ano decisivo na recuperação do continente. Mas nada disso era então óbvio. Ao contrário. A Segunda Guerra Mundial e as incertezas subseqüentes poderiam ter, de fato, precipitado o declínio irreversível da Europa. Para Konrad Adenauer e muitos outros líderes, a escala do caos europeu parecia ainda pior do que em 1918. Lembrando-se dos erros cometidos na esteira da Primeira Guerra Mundial, muitos observadores europeus e norte-americanos, na verdade, temiam o pior. Na melhor das hipóteses, segundo eles avaliavam, o continente passaria por décadas de pobreza e tribulação. Residentes germânicos da Zona Norte-americana acreditavam que levaria ao menos vinte anos até que o país conseguisse se recuperar. Em outubro de 1945, Charles de Gaulle informou, em tom imperial, ao povo francês que seriam necessários 25 anos de “trabalho insano” até que a França pudesse ressuscitar.

E na visão dos pessimistas, muito antes disso, a Europa continental voltaria a sucumbir à guerra civil, ao fascismo e ao comunismo. Quando, em 28 de abril de 1947, regressou de um encontro realizado em Moscou com ministros das Relações Exteriores aliados, decepcionado com a indisposição soviética em colaborar com uma solução para a Alemanha, e abalado pela constatação das condições econômicas e psicológicas da Europa Ocidental, o secretário de Estado norte-americano, George C. Marshall, intimamente, estava convicto de que era preciso tomar medidas drásticas — e logo. E, a julgar pelo estado de espírito abatido que prevalecia em Paris, Roma, Berlim e outros locais, a iniciativa teria de partir de Washington.

O plano de Marshall para um Programa de Recuperação Européia, discutido pelos assessores do secretário ao longo das semanas seguintes, e levado

a público num célebre discurso de colação de grau na Universidade de Harvard, em 5 de junho de 1947, era tão contumaz quanto singular. Mas não surgiu do nada. Entre o término da guerra e o anúncio do Plano Marshall, os Estados Unidos já haviam despendido muitos bilhões de dólares em auxílios e empréstimos à Europa. Os principais beneficiários tinham sido o Reino Unido e a França, que receberam 4,4 bilhões e 1,9 bilhão de dólares, respectivamente, mas nenhum país foi excluído — em meados de 1947, empréstimos para a Itália excediam 513 milhões de dólares; para a Polônia, 251 milhões; para a Dinamarca, 272 milhões; para a Grécia, 161 milhões, e muitos outros países também tomaram empréstimos dos EUA.

Mas esses empréstimos tinham servido para tapar buracos e fazer frente a emergências. Até então, o auxílio obtido junto aos Estados Unidos não era utilizado para reconstrução ou investimento a longo prazo, mas para suprimentos essenciais, serviços e reparos. Além disso, os empréstimos — especialmente os destinados aos principais Estados da Europa Ocidental — implicavam certos compromissos. Logo após a rendição japonesa, o presidente Truman, imprudentemente, cancelou os Contratos de Empréstimo e Arrendamento firmados durante a guerra, o que levou Maynard Keynes, num memorando com data de 14 de agosto de 1945, a advertir o Conselho Ministerial britânico de que o país estava diante de uma “Dunquerque econômica”. No decorrer dos meses seguintes, Keynes conseguiu negociar um empréstimo substancial com os EUA, visando ao fornecimento dos dólares de que a Grã-Bretanha precisaria para comprar bens que, com o cancelamento dos Contratos de Empréstimo e Arrendamento, já não estavam disponíveis; mas os termos propostos pelos norte-americanos eram por demais restritivos, e estavam fora da realidade — notadamente as exigências de que a Grã-Bretanha abrisse mão da preferência demonstrada pelas possessões ultramarinas, abandonasse o controle das operações de câmbio e tornasse a libra prontamente conversível. O resultado, conforme Keynes e outros previram, foi a primeira de muitas corridas pela libra esterlina, o rápido desaparecimento das reservas de dólares na Grã-Bretanha e uma crise ainda mais grave no ano seguinte.

Os termos do empréstimo negociado em Washington, em maio de 1946, entre os Estados Unidos e a França eram pouco menos restritivos. Além de uma amortização no valor de 2,25 bilhões de dólares relativos a empréstimos contraídos durante a guerra, os franceses obtiveram milhões de dólares em créditos e a promessa de futuros empréstimos a juros baixos. Em contrapartida, Paris se comprometia a abandonar a adoção de cotas de importação

protecionistas, permitindo mais liberdade à entrada de produtos norte-americanos e de outros países. À semelhança do empréstimo concedido aos britânicos, o referido contrato de empréstimo destinava-se também a defender os interesses norte-americanos por um comércio internacional mais livre, transações de câmbio mais abertas e estáveis e cooperação internacional mais intensa. Na prática, entretanto, os recursos do empréstimo acabaram em um ano, e o único legado em médio prazo foi o crescente ressentimento popular (bastante manipulado pela esquerda) diante da exploração que os EUA impunham com base em sua força econômica.

Já na primavera de 1947, portanto, a abordagem bilateral adotada por Washington para fazer frente aos problemas econômicos da Europa tinha fracassado. Em 1947, o déficit da balança comercial entre Europa e EUA chegaria a 4,7 bilhões de dólares, mais do que o dobro dos valores constatados em 1946. Se aquilo era um “espasmo de crescimento”, conforme alguns observadores mais tarde comentaram, então a Europa estava perto de expirar. Foi por isso que Ernest Bevin, ministro das Relações Exteriores britânico, definiu a fala de Marshall na colação de grau em Harvard como “um dos maiores discursos da história mundial”, e ele não estava errado.

As propostas de Marshall configuravam, nitidamente, um rompimento com práticas passadas. Para começar, exceto por certas disposições, ficaria a critério dos europeus a decisão de aceitar auxílio norte-americano e como empregá-lo, ainda que conselheiros e especialistas norte-americanos desempenhassem papel de destaque na gestão dos recursos. Em segundo lugar, o auxílio deveria se estender durante alguns anos, sendo, portanto, desde o início, um programa estratégico de recuperação e crescimento, e não um fundo emergencial de desastre.

Em terceiro lugar, os montantes em questão eram de fato substanciais. Quando, em 1952, a Ajuda Marshall chegou ao fim, os Estados Unidos haviam gasto cerca de 13 bilhões de dólares, mais do que a soma de todo o auxílio internacional previamente oferecido pelo país. O Reino Unido e a França receberam as quantias mais elevadas, em termos absolutos, mas é provável que o impacto relativo na Itália e nos receptores menores tenha sido ainda maior: na Áustria, durante o primeiro ano do Programa de Recuperação Européia (PRE), de julho de 1948 a junho de 1949, 14% da receita nacional vieram da Ajuda Marshall. Esses valores eram vultosos para a época: em termos de recursos em caixa, o PRE representava o equivalente a cerca de 100 bilhões de dólares em valores atuais (2004), mas como uma porcentagem equivalente do

Produto Interno Bruto norte-americano (entre 1948 e 1951, o plano consumia cerca de 0,5% do PIB), um Plano Marshall do início do século XXI iria custar em torno de 201 bilhões de dólares.

Logo em seguida ao discurso de Marshall, os ministros das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, França e União Soviética reuniram-se em Paris, por sugestão de Bevin, para entabular uma resposta. Em 2 de julho, o ministro das Relações Exteriores soviético, Viacheslav Molotov, retirou-se da reunião, e dois dias depois a Grã-Bretanha e a França convidaram, formalmente, representantes de 22 países europeus (excluindo apenas a Espanha e a União Soviética) para debater as propostas. Em 12 de julho, 16 Estados europeus participaram dessas discussões. Todos — Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça, Grécia, Turquia, Irlanda, Islândia, Áustria e Portugal — estariam entre os beneficiários. Porém, a despeito do interesse inicial demonstrado pela Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária e Albânia, nenhum futuro país comunista participou do Programa de Recuperação Européia ou recebeu um único dólar da Ajuda Marshall.

Vale a pena parar e considerar as implicações disso. Sem dúvida, o fato de o dinheiro se restringir ao Ocidente (sendo Grécia e Turquia países europeus ocidentais honorários) facilitou o trabalho de Truman para que o Congresso aprovasse o PRE no ano seguinte. Mas, àquela altura, muita coisa tinha mudado, e o Congresso estava disposto a aceitar a Ajuda Marshall como uma barreira econômica à expansão soviética. Em junho de 1947, entretanto, a oferta de auxílio através do novo programa Marshall foi feita a todos os países europeus, sem distinção. Stalin e Molotov, evidentemente, suspeitavam da motivação norte-americana — os termos propostos por Marshall eram incompatíveis com a fechada economia soviética —, mas os sentimentos dos dois não prevaleciam na Europa Oriental, que ainda não constituía um *bloco*.

Assim, Jan Masaryk, ministro das Relações Exteriores da Tchecoslováquia (indivíduo que não era comunista), aceitou com entusiasmo a convocação franco-britânica para o encontro em 4 de julho. No dia seguinte, o líder do Partido Comunista Tcheco e primeiro-ministro, Klement Gottwald, foi chamado a Moscou e instruído a comparecer à reunião em Paris. As ordens eram claras: sua presença em Paris serviria para “demonstrar que o plano anglo-francês era inaceitável, impedir a adoção de decisões unânimes e, então, deixar o encontro levando consigo o maior número possível de delegados de outras nações”.

Quatro dias depois, Stalin voltou atrás. Gottwald recebeu ordens para retirar a aceitação do convite para o encontro em Paris. Reunindo-se com uma delegação do governo tcheco, inclusive Masaryk, Stalin advertiu os tchecos, dizendo que considerava “a questão fundamental, da qual dependia a amizade [da Tchecoslováquia] com a URSS. Se os senhores forem a Paris, estarão demonstrando disposição de cooperar com ações que visam ao isolamento da União Soviética”. No dia seguinte, o governo de coalizão tcheco anunciou que não enviaria delegação a Paris. “A participação da Tchecoslováquia seria interpretada como ato contrário à amizade com a União Soviética e nossos demais aliados. Por isso, o governo decidiu, por unanimidade, não participar da reunião.”

Por que os tchecos cederam? Os vizinhos poloneses e búlgaros, com os comunistas já no comando e o Exército Vermelho a postos, não tiveram alternativa, exceto acatar a “orientação” soviética. Mas fazia tempo que o Exército Vermelho deixara a Tchecoslováquia, e os comunistas ainda não detinham ali o monopólio sobre o poder. No entanto, Masaryk e seus colegas se dobraram diante da primeira manifestação de desagrado por parte de Stalin. Se os partidos tchecos não-comunistas houvessem insistido em aceitar a Ajuda Marshall, teriam conseguido a adesão da grande maioria dos concidadãos (e de muitos comunistas tchecos), o que em muito dificultaria, para Stalin, fazer valer a sua vontade. No contexto mais amplo da política pós-Munique, a decisão tcheca de se voltar para a proteção soviética é compreensível; mas é provável que a atitude tenha aberto caminho para o êxito do golpe comunista em Praga, sete meses mais tarde.

A exclusão da Tchecoslováquia do programa da Ajuda Marshall foi uma catástrofe econômica e política para o país. O mesmo é verdade em se tratando da “opção” imposta aos demais países da região e, principalmente, talvez, da própria União Soviética. A decisão de ficar de fora do Programa de Recuperação Europeia foi um dos maiores equívocos estratégicos de Stalin. A despeito de qualquer calculismo, os EUA não tinham escolha senão incluir a Europa Oriental no PRE, pois a oferta fora estendida a todos, e as consequências futuras teriam sido imensuráveis. Em vez disso, a ajuda ficou restrita ao Oeste Europeu e marcou a divisão entre as duas metades do continente.

Desde o início, a Ajuda Marshall destinava-se a ser “autolimitada”. A meta, conforme estabeleceu o próprio Marshall no discurso de Harvard, era “romper o círculo vicioso e resgatar a confiança do povo europeu no futuro econômico de seus respectivos países e da Europa como um todo”. Em vez de

simplesmente oferecer auxílio financeiro, o plano propunha o suprimento de bens, gratuitamente, a ser entregues aos países europeus com base em requisições anuais formuladas num plano quadrienal elaborado por cada Estado receptor. Esses bens, a serem vendidos em cada país, gerariam as chamadas “contrapartidas financeiras”, em moeda local, que poderiam ser utilizadas com base em acordos bilaterais firmados entre Washington e cada governo nacional. Alguns países empregaram os recursos para aumentar a importação; outros, como a Itália, transferiram os valores para suas reservas nacionais, prevenindo futuras necessidades cambiais.

Esse método inusitado de oferecer auxílio trazia consigo implicações inovadoras. O programa obrigava os governos europeus a planejar com antecedência e avaliar a necessidade de investimentos futuros. Estabelecia a exigência de os governos negociarem e trocarem idéias não apenas com os Estados Unidos, mas entre eles mesmos, uma vez que o comércio e as trocas previstas destinavam-se a sair do processo bilateral para o multilateral o quanto antes. Obrigava governos, empresas e sindicatos a colaborar no planejamento dos índices de aumento de produção e das condições capazes de viabilizar o alcance desses índices. E, acima de tudo, o programa impedia qualquer retorno às tentações que haviam obstruído a economia no período entre as duas guerras: baixa produção, protecionismo mutuamente destrutivo e colapso comercial.

Embora os gestores norte-americanos do plano não escondessem as expectativas, foi deixada a cargo dos europeus a responsabilidade sobre a especificação do nível de ajuda e a maneira como esta seria distribuída. Os políticos europeus — habituados ao insensível auto-interesse anteriormente demonstrado pelos EUA em negociações financeiras bilaterais — foram pegos de surpresa. A perplexidade é compreensível. Os próprios norte-americanos sentiam-se divididos em relação aos objetivos do plano. Idealistas simpatizantes do New Deal — e havia muitos entre os administradores norte-americanos no pós-guerra — viam no plano uma oportunidade de reconstruir a Europa à imagem norte-americana, priorizando modernização, investimento em infra-estrutura, produtividade industrial, crescimento econômico e cooperação entre capital e trabalho.

Sendo assim, entre 1948 e 1952, “missões de produtividade” financiadas pelo Plano Marshall levaram aos EUA milhares de gerentes, técnicos e sindicalistas, a fim de estudar o estilo empresarial norte-americano — somente da França, vieram 5 mil (um em cada quatro do total). Em 1951, entre março e

julho, 145 “equipes européias de produtividade” chegaram aos EUA — em sua maioria formadas por homens (raramente por mulheres) que jamais tinham saído da Europa. Nesse ínterim, entusiastas do New Deal que participavam da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), estabelecida em 1948 a fim de canalizar recursos para o PRE, recomendavam aos colegas europeus as virtudes de um comércio mais livre, da colaboração internacional e da integração interestatal.

Essas recomendações, cumpre registrar, não foram prontamente aceitas. A maioria dos políticos e planejadores ainda não estava pronta para contemplar grandes projetos de integração econômica internacional. Nesse particular, a maior façanha dos idealizadores do Plano Marshall foi talvez a União Européia de Pagamentos (UEP) — proposta em dezembro de 1949 e inaugurada um ano mais tarde —, cujo objetivo específico era tornar “multilateral” o comércio europeu, criando uma espécie de câmara de compensação que processasse débitos e créditos em moedas européias. A medida destinava-se a neutralizar o risco de os países europeus pouparem dólares escassos e necessários, restringindo importações de outros países europeus, para desvantagem geral.

Valendo-se do Banco de Compensações Internacionais como agente, os Estados europeus foram estimulados a abrir linhas de crédito proporcionais às suas necessidades comerciais. Então, em vez de gastar os dólares escassos, os Estados podiam cumprir suas obrigações por meio de transferências de crédito dentro da própria Europa. O importante não era com quem se negociava, mas o saldo existente entre créditos e débitos em moedas européias. Em 1958, ao ser desativada, a União de Pagamentos havia contribuído, em surdina, não apenas para a expansão do comércio entre os países da Europa, mas para o surgimento de um inusitado grau de colaboração mutuamente vantajosa — colaboração financiada, vale observar, por uma substancial injeção de dólares para a formação da base de crédito inicial.

Sob a perspectiva convencional norte-americana, entretanto, o livre-comércio e os respectivos benefícios eram, por si só, objetivo suficiente e justificativa para o PRE. Na década de 30, os Estados Unidos haviam sofrido muito com a queda do comércio e das exportações, e não mediam esforços para convencer outros países da importância da restauração de regimes de liberação de tarifas e da instituição de moedas conversíveis no pós-guerra. A exemplo do entusiasmo dos liberais ingleses pelo livre-comércio antes de 1914, o apelo norte-

americano a favor da irrestrita circulação de mercadorias não era totalmente desinteressado.

Contudo, esse interesse era bastante lúcido. Afinal, conforme observou o diretor da CIA, Allen Dulles: “O Plano pressupõe que pretendemos colaborar em prol da restauração de uma Europa capaz de competir conosco nos mercados mundiais e que, por essa mesma razão, possa adquirir nossos produtos em grandes quantidades.” Em alguns casos, houve benefícios mais imediatos: nos EUA, o apoio sindical ao Plano Marshall foi obtido através da promessa de que toda transferência de mercadorias que partisse do país seria embarcada em navios de bandeira norte-americana, carregados por estivadores norte-americanos filiados à federação sindical americana AFL-CIO. Mas esse foi um caso raro de vantagem direta e imediata. Em grande parte, Dulles tinha razão: o Plano Marshall beneficiaria os EUA ao devolver à Europa o status de maior parceira comercial dos norte-americanos, e não ao reduzir o continente europeu à dependência imperial.

No entanto, mais do que isso estava em jogo. Ainda que à época o fato não fosse plenamente visível, em 1947 a Europa tinha opções. Uma parte da opção era reabilitar-se ou sucumbir, mas a questão-chave era se a Europa e os europeus teriam perdido o controle do destino, se trinta anos de conflitos homicidas entre os Estados europeus não haviam entregado o destino do continente nas mãos das grandes potências periféricas: os EUA e a URSS. A União Soviética aguardava com satisfação tal perspectiva — conforme registrou Kennan em suas memórias, a mortalha do medo que envolvia a Europa em 1947 era uma preparação para que o continente caísse, qual fruto maduro, nas mãos de Stalin. Mas, para os norte-americanos responsáveis pela definição de políticas, a vulnerabilidade da Europa era um problema, não uma oportunidade. Conforme argumentava um relatório da CIA com data de abril de 1947, “o maior perigo para a segurança dos Estados Unidos é o possível colapso econômico da Europa Ocidental e a conseqüente subida ao poder por parte de elementos comunistas”.

Um comitê *ad hoc* de coordenação integrado por representantes dos ministérios do Interior, da Guerra e da Marinha detalhou a questão num relatório com data de 21 de abril de 1947: “É importante manter em mãos amigas áreas que contenham ou protejam reservas de metais, petróleo e outros recursos naturais, que representem objetivos estratégicos ou que estejam estrategicamente localizadas, que demonstrem potencial industrial significativo, onde existam mão-de-obra e forças militares organizadas ou que, por razões

políticas ou psicológicas, propiciem aos EUA exercer maior influência em prol da estabilidade, segurança e paz mundiais.” Eis o contexto amplo do Plano Marshall, uma paisagem sombria no que dizia respeito à política e segurança, na qual os interesses norte-americanos estavam inextricavelmente ligados aos interesses de um subcontinente europeu fragilizado e doente.

Os receptores europeus da Ajuda Marshall que dispunham de melhores informações, especialmente Bevin e Georges Bidault, este seu colega titular do Ministério das Relações Exteriores da França, no Quai d’Orsay, compreendiam muito bem a situação. Mas, evidentemente, o interesse doméstico europeu no próprio Programa de Recuperação Européia e na utilização feita do programa variava bastante de país para país. Na Bélgica, onde a assistência dos EUA era, segundo consta, menos urgente, é possível que, em última instância, o Plano Marshall tenha causado um impacto negativo, levando o governo a despendar grandes somas em investimentos voltados para indústrias tradicionais e politicamente sensíveis, como mineração de carvão, sem levar em conta o custo a longo prazo.

Na maioria dos casos, entretanto, a Ajuda Marshall foi aplicada conforme prevista. No primeiro ano do plano, o auxílio à Itália foi direcionado, em grande medida, à importação urgente de carvão e grãos e à assistência de setores que se encontravam em dificuldades, como a indústria têxtil. Mas, a partir de então, 90% da contrapartida financeira da Itália passaram a ser destinadas, diretamente, a investimentos: construção civil, energia, agricultura e redes de transportes. Com efeito, sob a liderança de Alcide de Gasperi e dos democratas cristãos, o planejamento econômico italiano no final dos anos 40 muito se assemelhou ao verificado na Europa Oriental, em que bens não-duráveis eram propositadamente preteridos, o consumo de alimentos era mantido em níveis baixos (iguais aos registrados no período anterior à guerra) e os recursos desviados para investimentos em infra-estrutura. A situação começava a configurar um certo exagero: observadores norte-americanos mostraram-se apreensivos e tentaram em vão incentivar o governo a introduzir uma cobrança de imposto mais progressista, relaxar um pouco as medidas de austeridade, permitir que as reservas diminuíssem e evitar o advento de uma recessão. Na Itália, assim como na Alemanha Ocidental, os gestores norte-americanos do Plano Marshall teriam preferido que as políticas sociais e econômicas se inclinassem mais para o centro, distanciando-se das políticas deflacionárias tradicionais.

Na França, a Ajuda Marshall atendeu muito bem às metas dos “gestores”. Conforme Pierre Uri, um dos assistentes de Monnet, mais tarde reconheceria: “Usamos os norte-americanos para impor ao governo francês aquilo que considerávamos necessário”, ignorando o desejo americano de liberalização, mas reagindo positivamente ao estímulo dos EUA ao investimento e à modernização. Sob a égide do Plano Monnet (durante os anos do Plano Marshall), dólares do PRE — 1,3 bilhão em 1948 e 1949 e mais 1,6 bilhão nos três anos seguintes — financiaram quase 50% do investimento da França no setor público, e o país jamais teria conseguido enfrentar a crise sem tal auxílio. É, por conseguinte, um tanto irônico que precisamente na França o Plano Marshall enfrentasse as críticas mais intensas por parte da opinião pública. Em meados da década de 1950, somente um em cada três adultos admitia ter ouvido falar do Plano Marshall e, desses, 64% afirmavam que o plano era “ruim” para o país!

A imagem relativamente negativa do plano na França significava, em parte, um sucesso de relações públicas para os comunistas franceses, talvez o seu maior sucesso.²⁰ Na Áustria, os comunistas locais — apoiados pelas forças soviéticas que ainda ocupavam a região leste do país — jamais conseguiram abalar a popularidade dos norte-americanos e da ajuda dos EUA; os norte-americanos estavam provendo alimento para o povo, e isso era o mais importante. Na Grécia, a situação era ainda mais clara. No contexto de uma guerra civil brutal, a Ajuda Marshall, estendida à Grécia em abril de 1948, marcou a diferença entre sobrevivência e miséria. Os 649 milhões de dólares em auxílio norte-americano para o país (no âmbito do PRE) serviram para oferecer apoio aos refugiados e evitar a fome e a doença: o simples provimento de mulas para agricultores pobres possibilitou a sobrevivência de milhares de famílias de camponeses. Em 1950, a Ajuda Marshall correspondeu à metade do PIB grego.

Que sucesso obteve o Programa de Recuperação Européia? Não resta dúvida de que a Europa Ocidental recuperou-se, e precisamente no período do Plano Marshall (1948-1951). Já em 1949 a produção industrial e agrícola da França, pela primeira vez, excedia os níveis de 1938. Pelo mesmo critério, a recuperação sustentada foi alcançada na Holanda, em 1948; na Áustria e na Itália, em 1949; e na Grécia e na Alemanha Ocidental, em 1950. Dentre os países ocupados durante a guerra, somente Bélgica, Dinamarca e Noruega recuperaram-se mais cedo (em 1947). Entre 1947 e 1951, o total do PIB do Oeste Europeu subiu 30%.

A curto prazo, a principal contribuição do programa para esse restabelecimento foi, certamente, a oferta de crédito em dólares. Tais créditos serviram de garantia para déficits comerciais, facilitaram a importação em larga escala de matérias-primas essenciais e, por conseguinte, guiaram a Europa Ocidental através da crise ocorrida em meados de 1947. Quatro quintos de todo o trigo consumido pelos europeus entre 1949 e 1951 originaram-se de países que haviam recebido auxílio em dólares. Sem a Ajuda Marshall, não se sabe como a escassez de combustível, de alimentos, de algodão e outras mercadorias poderia ter sido superada a um custo politicamente aceitável; embora, com certeza, as economias da Europa Ocidental *pudessem* continuar crescendo sem a ajuda norte-americana, tal crescimento só poderia ter acontecido através da repressão à demanda interna, da diminuição da oferta de serviços sociais recentemente introduzidos e da redução do padrão de vida local.

Esse risco a maioria dos governos eleitos relutava em correr (o que é compreensível). Em 1947, os governos de coalizão do Oeste Europeu estavam encurralados, e sabiam disso. É fácil para nós, em retrospecto, reconhecer que a Ajuda Marshall “simplesmente” desobstruiu um bloqueio causado por uma demanda reprimida, que a abordagem de Washington superou uma escassez “temporária” de dólares. Mas, em 1947, ninguém poderia saber que o buraco de 4,6 bilhões de dólares era “temporário”. E quem, à época, poderia saber ao certo se o bloqueio não estaria desviando as frágeis democracias européias para uma catarata? Mesmo que o PRE nada fizesse além de ganhar tempo, isso já terá sido uma contribuição crucial, pois era de tempo, precisamente, que a Europa carecia. O Plano Marshall foi um programa econômico, mas a crise que ele evitou foi política.

Os benefícios do plano, a longo prazo, são mais difíceis de aferir. Alguns observadores se decepcionaram porque os norte-americanos, supostamente, não conseguiram convencer os europeus a cooperar na integração do planejamento, isto é, não no grau de intensidade que havia sido previsto. E, é verdade, quaisquer que tenham sido os hábitos de cooperação finalmente adquiridos pelos europeus, tais hábitos resultaram apenas indiretamente dos esforços norte-americanos (ou não). Mas, à luz do recente passado europeu, *qualquer* movimento nessa direção traduzia progresso; e a convocação de Marshall ao menos obrigou os Estados europeus, mutuamente desconfiados, a se reunir, coordenar suas respostas e, afinal, muita coisa mais. O *Times* não exagerava quando afirmou, em editorial publicado em 3 de janeiro de 1949, que “quando se contrasta os esforços coordenados do ano passado com o

intense nacionalismo econômico observado no entreguerras, certamente cabe a sugestão de que o Plano Marshall inicia uma nova e promissora era da história da Europa”.

Os verdadeiros benefícios foram psicológicos. Na verdade, quase se pode dizer que o Plano Marshall ajudou a melhorar a auto-imagem dos europeus. Ajudou-os a romper, definitivamente, com um legado de chauvinismo, depressão e soluções autoritárias. Fez com que coordenação de política econômica parecesse algo normal, e não estranho. Fez com que as práticas monetárias e comerciais dos anos 30, que defendiam a prosperidade de uma nação à custa da nação vizinha, parecessem, em primeiro lugar, imprudentes, depois desnecessárias e, finalmente, absurdas.

Nada disso seria viável se o Plano Marshall tivesse sido apresentado como um projeto para a “americanização” da Europa. No pós-guerra, os europeus tinham tamanha noção de sua humilhante dependência da ajuda e proteção dos EUA que qualquer pressão insensível nesse sentido teria sido, com toda certeza, contraproducente. E, ao permitir que os governos europeus adotassem políticas que haviam surgido de compromissos e experiências domésticas, e ao evitar uma abordagem do tipo “tamanho único” para os programas de recuperação, Washington, na realidade, teve de desistir de determinadas esperanças de integrar a Europa Ocidental, ao menos a curto prazo.

Pois o PRE não caiu de pára-quedas num vazio. A Europa Ocidental pôde se beneficiar da ajuda norte-americana porque há muito tempo era uma região onde predominavam a propriedade privada, a economia de mercado e, exceto em anos recentes, regimes de governo estáveis. Mas, por essa mesma razão, o Oeste Europeu precisava tomar as suas próprias decisões, e no fim das contas insistiria em fazê-lo. Conforme disse o diplomata inglês Oliver Franks: “O sentido do Plano Marshall era depositar dólares norte-americanos nas mãos dos europeus, para que estes pudessem comprar as ferramentas da recuperação.” O restante — moedas conversíveis, boas relações trabalhistas, orçamentos equilibrados e comércio liberalizado — dependeria dos próprios europeus.

A comparação óbvia, entretanto, não era entre visões americanas e práticas européias, mas entre 1945 e 1918. Em mais aspectos do que hoje somos capazes de recordar, os dois pós-guerras foram incrivelmente distintos. Em 1920, os norte-americanos já incentivavam os europeus a adotar técnicas de produção e relações trabalhistas americanas. Na década de 1920, muitos observadores norte-americanos viam a salvação da Europa na integração

econômica e no investimento de capital. E, na mesma década, os europeus olhavam para o outro lado do Atlântico em busca de orientação para o futuro e auxílio concreto para o presente da Europa.

Mas a grande diferença era que, depois da Primeira Guerra Mundial, os EUA fizeram apenas empréstimos, não doações; e os empréstimos eram quase sempre concedidos através do mercado de capitais. Como resultado, levavam consigo uma etiqueta de preço e, geralmente, venciam a curto prazo. Quando, no início da Depressão, as dívidas foram cobradas, o efeito foi desastroso. O contraste, nesse particular, é impressionante — depois de tropeços iniciais, entre 1945 e 1947, os norte-americanos responsáveis pela formulação de políticas procuraram, até certo ponto, corrigir os erros cometidos no pós-guerra anterior. O Plano Marshall foi importante não apenas pelo que fez, mas pelo que teve o cuidado de evitar.

Havia um problema europeu, entretanto, que o Programa de Recuperação Européia não podia resolver nem evitar, embora tudo mais dependesse da resolução desse impasse. Tratava-se da Questão Alemã. Sem a recuperação alemã o planejamento francês resultaria nulo: a França planejava utilizar contrapartidas financeiras do Plano Marshall para construir grandes usinas de aço na região de Lorena, por exemplo, mas sem o carvão proveniente da Alemanha tais usinas seriam inúteis. Era bom poder contar com o crédito viabilizado pelo Plano Marshall para a compra de carvão alemão, mas e se *não existisse* carvão? Na primavera de 1948, a produção industrial alemã ainda era a metade da de 1936. A economia britânica jamais se recuperaria enquanto a Grã-Bretanha gastasse somas inauditas (317 milhões de dólares somente em 1947) apenas para cuidar da subsistência da população indefesa da Zona de Ocupação Britânica no nordeste da Alemanha. Sem as compras feitas pela Alemanha, as economias comerciais da Holanda e da Dinamarca agonizavam.

A lógica do Plano Marshall exigia a suspensão de todas as restrições impostas à produção na Alemanha (Ocidental), para que o país pudesse dar novamente a sua contribuição indispensável para a economia européia. Na realidade, o secretário de Estado, Marshall, deixou claro desde o início que o plano implicava o fim das esperanças francesas de receber da Alemanha indenizações de guerra — afinal, a idéia era desenvolver e integrar a Alemanha, e não torná-la um pária dependente. Mas, a fim de evitar uma reprise trágica dos eventos dos anos 20 — em que, conforme parecia em retrospecto, esforços frustrados de arrancar de uma Alemanha prostrada indenizações de guerra resultaram, diretamente, na insegurança francesa, no ressentimento alemão e

no surgimento de Hitler —, era patente para americanos e aliados que o Plano Marshall só funcionaria como parte de um acordo político abrangente, no qual franceses e alemães pudessem contemplar vantagens concretas e duradouras. Nisso não havia mistério — no pós-guerra, um acordo com a Alemanha era a chave para o futuro da Europa, e a idéia era tão óbvia em Moscou quanto em Paris, Londres ou Washington. Mas o formato que esse acordo deveria assumir era questão bem mais controversa.

17 Os últimos guerrilheiros armados italianos foram capturados numa série de operações militares realizadas nas cercanias de Bolonha no outono de 1948.

18 Jean Monnet nasceu em Cognac, em 1888, filho de um comerciante de *brandy*. Ao sair da escola, viveu e trabalhou muitos anos no exterior, especialmente em Londres; depois da Primeira Guerra Mundial, foi nomeado secretário-geral da recém-criada Liga das Nações. Durante grande parte da Segunda Guerra Mundial, ficou nos EUA, negociando o suprimento de armas em nome do governo britânico e dos Franceses Livres. Sua dedicação ao planejamento econômico e a contribuição que mais tarde fez para o Plano Schuman de cooperação européia, portanto, baseavam-se numa familiaridade com gerenciamento em grande escala e colaboração internacional que naquela época eram extremamente raras num francês de sua classe social.

19 Citado no livro de Maureen Waller intitulado *London 1945* (2004), p. 150.

20 Convém observar, no entanto, que quatro em cada dez eleitores comunistas na França eram favoráveis à aceitação da Ajuda Marshall, a despeito da oposição do partido. A desconfiança francesa em relação ao Plano Marshall não era tanto de ordem política, mas de ordem cultural; supõe-se que muita gente se ofendesse com o que ficou conhecido por “*des questionnaires insipides et nombreux*”, procedentes da burocracia norte-americana — um lembrete irritante da subordinação francesa a uma civilização inferior.

O Advento da Guerra Fria

“Imaginemos o Império Austríaco fragmentado numa série de repúblicas maiores e menores. Que bela base para a monarquia russa universal!”

František Palacký (abril de 1848)

“Os iugoslavos querem tomar a Macedônia grega. Querem a Albânia também, e até mesmo partes da Áustria e da Hungria. Isso não é razoável.

Não me agrada o modo como estão agindo.”

Josef Stalin, 1945

“Para chegar até o mar do Norte, o Exército Vermelho só precisava de botas.”

Dennis Healey

“A idéia de uma ordem européia não é uma criação artificiosa da Alemanha, mas uma necessidade.”

Paul-Henri Spaak (abril de 1942)

“Isso é algo que, no fundo do nosso ser, estamos cientes de que não podemos fazer.”

Anthony Eden (janeiro de 1952)

“Esta guerra não é como ocorria no passado; quem ocupa um território impõe sobre ele o sistema social da força de ocupação. Todos impõem o seu próprio sistema, até onde o seu Exército chegar. Não pode ser de outro modo.” O célebre aforismo de Stalin — segundo o relato de Milovan Djilas, no livro *Conversações com Stalin* — não é tão original quanto parece. A Segunda Guerra Mundial não foi, absolutamente, a primeira guerra européia em que resultados militares determinaram sistemas sociais: as guerras religiosas do século

XVI acabaram em 1555, com o advento da Paz de Augsburg, em que o princípio de *cuius regio eius religio*³³ autorizou os governantes a estabelecer em seus territórios a religião de sua preferência; e nos estágios iniciais das conquistas napoleônicas, no começo do século XIX na Europa, sucesso militar traduzia-se, prontamente, em revolução social e institucional, segundo o modelo francês.

Contudo, a posição de Stalin era clara — e foi colocada para Djilas muito antes de os comunistas tomarem o poder no Leste Europeu. Na perspectiva soviética, a guerra tinha sido travada para derrotar a Alemanha e restaurar o domínio e a segurança da Rússia em suas fronteiras ocidentais. A despeito do que acontecesse com a Alemanha, não podia pairar qualquer incerteza na região que separava a Alemanha da Rússia. Os territórios que formavam um arco, no sentido norte-sul, desde a Finlândia até a Iugoslávia, compreendiam Estados pequenos, vulneráveis, cujos governos do período entreguerras (à exceção, até certo ponto, da Tchecoslováquia) tinham sido hostis à União Soviética. De modo especial, Polônia, Hungria e Romênia tinham sido sempre inamistosas com Moscou e desconfiadas das intenções soviéticas. A única saída aceitável para Stalin — em regiões que, por prevenção, não houvessem sido absorvidas pela URSS — era a instalação de governos que inspirassem a certeza de que jamais constituiriam uma ameaça à segurança soviética.

Mas a única maneira de garantir tal saída era alinhar o sistema político desses Estados da Europa Oriental ao da União Soviética, e foi isso, desde o começo, que Stalin quis e buscou. De um lado, tal propósito parecia ser bastante simples: as antigas elites, em países como a Romênia ou a Hungria, estavam desacreditadas, e não seria difícil removê-las, a favor de um novo começo. Em muitos locais, as forças soviéticas de ocupação foram, a princípio, recebidas como libertadoras, arautos de mudança e reforma.

Por outro lado, no entanto, a União Soviética quase não exercia influência sobre assuntos domésticos dos países vizinhos, a não ser pela autoridade de sua esmagadora presença militar. Em muitos pontos da região, nos 25 anos anteriores, os comunistas tinham sido banidos da vida pública e de atividades políticas legais. Mesmo onde os partidos comunistas eram legalizados, a identificação com a Rússia e as táticas severas e sectárias impostas por Moscou pós-1927 reduziram-nos a uma condição marginal e irrelevante no cenário político da Europa Oriental. A União Soviética tornou os partidos ainda mais enfraquecidos, ao aprisionar e expurgar muitos comunistas poloneses, húngaros e iugoslavos que haviam se refugiado em Moscou; no caso polonês,

a liderança do Partido Comunista no período entre as duas guerras foi quase totalmente aniquilada.

Portanto, quando Mátyás Rákosi, líder do Partido Comunista Húngaro, foi devolvido por Moscou a Bucareste, em fevereiro de 1945, só pôde contar com o apoio de 4 mil comunistas na Hungria. Na Romênia, de acordo com a líder comunista romena Ana Pauker, o partido tinha menos de mil integrantes, numa população de quase 20 milhões. A situação na Bulgária não era muito melhor: em setembro de 1944, os comunistas somavam cerca de 8 mil indivíduos. Somente nas regiões industriais da Boêmia e da Iugoslávia, onde o partido se identificava com a resistência vitoriosa, o comunismo tinha alguma base nas massas.

Sempre cauteloso e, em todo caso, mantendo relações de trabalho com as potências ocidentais, Stalin adotou uma tática já empregada durante os anos da Frente Popular, na década de 1930, e durante a Guerra Civil espanhola: o apoio à formação de governos de “Frente”, coalizões de comunistas, socialistas e outros partidos “antifascistas”, que excluíam e puniriam os antigos regimes e seus defensores, mas que seriam prudentes e “democráticos”, reformistas e não revolucionários. Já no fim da guerra, ou pouco tempo depois, todos os países da Europa Oriental dispunham de um desses governos de coalizão.

Diante da contínua discórdia entre os estudiosos quanto à responsabilidade pela divisão da Europa, talvez valha a pena ressaltar que nem Stalin nem seus representantes locais tinham qualquer dúvida em relação ao objetivo a longo prazo. Em regiões onde os partidos comunistas eram historicamente fracos, as coalizões constituíam o caminho para o poder; eram sempre o meio para se alcançar tal objetivo. Como Walter Ulbricht, líder comunista da Alemanha Oriental, explicou, falando em particular a seus seguidores quando, em 1945, eles expressaram preocupação com a política do partido: “É muito claro — a coisa deve parecer democrática, mas precisamos ter tudo sob o nosso controle.”

Controle, na realidade, era muito mais importante do que política. Não por acaso, em todos os governos de coalizão — “Frente pela Pátria”, “Governo de Unidade” ou “Bloco de Partidos Antifascistas” — da Europa Oriental os comunistas buscavam o controle de ministérios essenciais: o Ministério do Interior, que garantia ao partido autoridade sobre a polícia e as forças de segurança, bem como poderes para conceder ou sustar licenças para o funcionamento de jornais; o Ministério da Justiça, que controlava tribunais e juízes; o Ministério da Agricultura, que administrava reformas agrárias e, portanto, podia oferecer favores e comprar a adesão de milhões de camponeses. Os

comunistas também se posicionavam em funções-chave nos comitês de “desnazificação”, em comissões distritais e sindicatos.

Por outro lado, na Europa Oriental, os comunistas não tinham pressa de aspirar aos cargos de presidente, primeiro-ministro ou ministro das Relações Exteriores, muitas vezes preferindo deixá-los para seus aliados em partidos liberais, socialistas ou agrários. Essa atitude refletia a disposição inicial dos cargos governamentais no pós-guerra — com os comunistas em minoria — e tranquilizava os observadores ocidentais. As populações locais não se deixaram enganar e tomaram precauções — a filiação ao Partido Comunista Romeno subiu para 800 mil membros, em fins de 1945 —, mas, sob muitos aspectos, a estratégia comunista foi, de fato, bastante moderada. Longe de coletivizar a terra, o partido defendia a distribuição de lotes entre os sem-terra. Além do confisco de propriedade “fascista”, o partido não exercia pressão em nome da nacionalização ou da propriedade estatal — nesse sentido, por certo, não exercia mais pressão (geralmente, bem menos) do que os parceiros de coalizão. E pouco se falava de “socialismo” enquanto meta.

Em 1945 e 1946, o objetivo expresso dos comunistas era “completar” as revoluções burguesas inacabadas de 1848, redistribuir a propriedade privada, garantir a igualdade e afirmar os direitos democráticos numa região da Europa na qual esses três elementos sempre foram escassos. Tais objetivos eram viáveis, ao menos superficialmente, e agradavam a muita gente na região e na Europa Ocidental, gente disposta a ver com bons olhos Stalin e seus propósitos. O apelo desses mesmos objetivos aos próprios comunistas, entretanto, diminuiu consideravelmente, conforme demonstrado em eleições locais e nacionais realizadas na Alemanha Oriental, Áustria e Hungria. Nesses países, logo ficou patente (no caso da Hungria, nas eleições municipais de Budapeste, em novembro de 1945) que, por mais bem-sucedidos ao se inserirem em postos de influência local, os comunistas jamais conquistariam o poder público através das urnas. Apesar das vantagens inerentes à ocupação militar e ao apoio econômico, os candidatos comunistas eram sempre derrotados por representantes dos antigos partidos liberais, socialdemocratas e agrários.

O resultado foi que os partidos comunistas passaram a adotar uma estratégia de pressão velada, seguida de terrorismo e repressão. No decorrer de 1946 e também em 1947, candidatos concorrentes foram difamados, ameaçados, espancados, presos, julgados como “fascistas” ou “colaboracionistas” e até mesmo fuzilados. Milícias “populares” contribuíram para a criação de um clima de medo e insegurança provocado, segundo os porta-vozes comunistas,

pelos seus adversários. Políticos vulneráveis e impopulares que pertencessem a outros partidos eram transformados em alvo de execração pública, e os colegas consentiam esses procedimentos escusos porque tinham a esperança de que tais medidas não se aplicariam a eles. Assim sendo, na Bulgária, já no verão de 1946, sete em cada 22 membros do Praesidium e 35 dos oitenta membros do Conselho Administrativo do Sindicato dos Agricultores tinham sido encarcerados. Era típica a acusação feita contra o jornalista Kunev, membro do Partido Agrário, de que, num de seus artigos, ele havia “chamado os integrantes do governo búlgaro de sonhadores políticos e econômicos, de maneira verdadeiramente criminosa”.

Partidos agrários, liberais e similares (geralmente hegemônicos) eram alvos fáceis, sendo tachados de fascistas ou traidores do sentimento nacional. O empecilho mais sério às ambições comunistas eram os partidos socialistas e socialdemocratas locais, que compartilhavam as ambições reformistas do próprio comunismo. Na Europa Central, não era fácil acusar socialdemocratas de “fascismo” ou colaboracionismo — os membros desses partidos tinham sido vítimas de repressão, tanto quanto os comunistas. E, até onde existia um eleitorado composto por uma classe operária industrial num Leste Europeu predominantemente rural, a aliança dessa classe era com o socialismo, não com o comunismo. Por conseguinte, já que os socialistas não seriam facilmente derrotados, os comunistas preferiram a eles se unir.

Ou melhor, optaram por fazer com que os socialistas se unissem *a eles*. Tratava-se de um venerável procedimento comunista. A tática inicial de Lenin, de 1918 a 1921, tinha sido rachar os Partidos Socialistas da Europa, separando a esquerda radical em novos movimentos comunistas, e denunciar os demais integrantes como reacionários e retrógrados. Porém, quando ao longo das duas décadas seguintes os partidos comunistas se viram em minoria, Moscou mudou a abordagem, e os comunistas passaram a oferecer aos partidos socialistas (geralmente mais numerosos) a perspectiva de “união” da esquerda — mas sob a égide comunista. Nas circunstâncias da Europa Oriental pós-libertação, para muitos socialistas, a proposta parecia sensata.

Mesmo na Europa Ocidental, alguns integrantes dos Partidos Socialistas da França e da Itália com tendências de esquerda foram seduzidos pelo apelo comunista, a favor de uma fusão que consolidasse o poder político. Na Europa Oriental, a pressão se mostrou, literalmente, irresistível. O processo começou na Zona Soviética da Alemanha, onde (numa reunião secreta realizada em Moscou, em fevereiro de 1946) os comunistas deliberaram a favor da fusão

com seus “aliados” socialistas, bem mais numerosos. Tal fusão foi consumada dois meses mais tarde, com o nascimento do Partido de Unidade Socialista (era típico dessas fusões que o termo “comunista” fosse evitado pelo novo partido unido). Diversos ex-líderes dos socialdemocratas na Alemanha Oriental mostraram-se favoráveis à fusão e receberam cargos honorários no novo partido e, subseqüentemente, no governo da Alemanha Oriental. Socialistas que protestassem ou se opusessem ao novo partido eram denunciados, expulsos e, no mínimo, expurgados da vida pública ou exilados.

No restante do bloco soviético essas “uniões” entre comunistas e socialistas, com estruturas similares, surgiram um pouco mais tarde, no decorrer de 1948: na Romênia, em fevereiro do referido ano; na Hungria e na Tchecoslováquia, em junho; na Bulgária, em agosto; e na Polônia, em dezembro. Àquela altura, os partidos socialistas já haviam rachado, precisamente em torno do problema das fusões, de maneira que, muito antes de desaparecerem, eles já tinham deixado de constituir poderes políticos efetivos em seus respectivos países. E, a exemplo da Alemanha, antigos socialdemocratas que ficaram do lado dos comunistas foram devidamente recompensados com títulos vazios: o primeiro chefe de Estado na Hungria comunista — nomeado em 30 de julho de 1948 — foi Árpád Szakasits, ex-socialista.

No Leste Europeu, os socialdemocratas achavam-se numa posição absurda. Socialistas ocidentais os incentivavam a se unir aos comunistas, fosse na crença inocente de que todos se beneficiariam, fosse na esperança de moderar o comportamento comunista. Ainda em 1947, partidos socialistas independentes na Europa Oriental (i.e., socialistas que se recusavam a cooperar com os camaradas comunistas) eram impedidos de ingressar em organizações socialistas internacionais, sob a alegação de que tais partidos eram um impedimento à aliança de forças “progressistas”. Nesse ínterim, em seus próprios países, esses partidos eram submetidos à humilhação e violência. Mesmo depois de aceitarem a proteção comunista, sua situação pouco melhorou: em fevereiro de 1948, durante um congresso realizado para promover a “fusão” dos dois partidos na Romênia, a líder comunista Ana Pauker acusou os antigos colegas socialistas de praticar sabotagem sistemática, ser submissos a governos reacionários e divulgar “calúnias” anti-soviéticas.

Depois de dizimar, aprisionar ou cooptar os seus principais opositores, os comunistas saíram-se bem melhor nas eleições de 1947, e dali em diante; mas isso ocorreu também devido aos violentos ataques desferidos contra oponentes que ainda restassem, devido à intimidação nas zonas eleitorais e à

contagem de votos escandalosamente fraudulenta. Seguiu-se, então, a formação de governos nos quais o Partido Comunista (ou os recém-formados “Partido do Trabalhador” ou “Partido da União”) passou a ser absolutamente dominante: parceiros de coalizão, se é que existiam, ficavam reduzidos a funções triviais, esvaziadas. Condizendo com essa transição — de coalizões de frente a monopólio comunista de poder —, a estratégia soviética, ao longo de 1948 e 1949, reverteu para uma política radical de controle por parte do Estado, coletivização, destruição da classe média e expurgo e punição de adversários reais e imaginados.

Esse relato da tomada de poder pelos soviéticos no Leste Europeu descreve um processo comum a todos os países da região. Os planos de Stalin eram, tipicamente, indiferentes a particularidades nacionais. A preferência de Stalin, ao menos até o outono de 1947, era por locais onde os comunistas esperavam conquistar o poder através de meios legais, ou pretensamente legais. E a questão era o poder, não a legalidade, motivo pelo qual, no momento em que ficou claro que o sucesso nas urnas lhes escaparia, os comunistas adotaram táticas cada vez mais confrontadoras e menos preocupadas com limitações jurídicas ou políticas, mesmo que para isso fosse necessário alienar a simpatia internacional.

No entanto, as particularidades locais eram significativas. Na Bulgária e na Romênia, a mão soviética foi mais pesada — isso porque os dois países tinham guerreado contra a URSS e por causa da debilidade comunista local, mas acima de tudo porque, geograficamente, ambos estavam consignados à esfera soviética, desde o início. Na Bulgária, o líder comunista (e ex-secretário do Comintern) Georgi Dimitrov declarou, rispidamente, já em outubro de 1946, que qualquer indivíduo que votasse a favor da oposição anticomunista seria considerado traidor. Mesmo assim, na eleição seguinte, a oposição aos comunistas conquistou 101 dos 465 assentos no Parlamento. Mas a oposição estava condenada: o único fator que impedia o Exército Vermelho de ocupação e seus aliados locais de destruírem toda dissensão, direta e imediatamente, era a necessidade de cooperar com os Aliados na assinatura de um Tratado de Paz com a Bulgária e de conseguir que os EUA e a Grã-Bretanha reconhecessem um governo comunista na Bulgária como autoridade legítima.

Depois que os tratados de paz foram assinados, os comunistas nada ganhavam se continuassem a procrastinar, e a cronologia dos eventos é, portanto,

reveladora. Em 5 de junho de 1947, o Senado dos EUA ratificou os Tratados de Paz de Paris, firmados com a Bulgária, Romênia, Hungria, Finlândia e Itália, não obstante os receios dos diplomatas norte-americanos em Sófia e Bucareste. No dia seguinte, o principal político anticomunista da Bulgária, o líder do Partido Agrário Nikola Petkov (que se recusara a seguir os Agrários mais cordatos e ingressar na Frente Nacional integrada pelos comunistas), foi detido. Seu julgamento durou de 5 a 15 de agosto. Em 15 de setembro, o Tratado de Paz da Bulgária entrou, oficialmente, em vigor, e quatro dias depois os EUA se dispuseram a oferecer reconhecimento diplomático ao governo de Sófia. Noventa e seis horas mais tarde, Petkov foi executado, a sentença tendo sido adiada até que saísse o anúncio do reconhecimento por parte dos EUA. Com a execução de Petkov, os comunistas búlgaros não tinham por que temer outros impedimentos. Conforme mais tarde observou o general soviético Biriuzov, ao discutir o apoio do Exército Vermelho aos comunistas búlgaros no combate aos partidos “burgueses”: “Não tínhamos o direito de negar assistência aos esforços do povo búlgaro para esmagar aquele réptil.”

Na Romênia, a posição dos comunistas era ainda mais fraca do que na Bulgária, onde ao menos havia um histórico de sentimento pró-russo, do qual o partido podia se valer.³⁴ Embora os soviéticos garantissem que a região norte da Transilvânia seria devolvida à Romênia (área que havia sido designada, sob coação, à Hungria em 1940), Stalin não tinha a menor intenção de devolver a Bessarábia ou a Bucovina, ambas incorporadas à URSS, tampouco a região sul da Dobrudja, situada no sudeste da Romênia, então pertencente à Bulgária; como consequência, os comunistas romenos foram obrigados a defender grandes perdas territoriais, e durante os anos entre as duas guerras já haviam sido enfraquecidos pela reivindicação soviética da Bessarábia, então território romeno.

O que era pior, muitos dos líderes comunistas romenos sequer eram nativos da Romênia, ao menos segundo critérios tradicionais romenos. Ana Pauker era judia, Emil Bodnaras era ucraniano, Vasile Luca era de origem germano-transilvana. Outros eram húngaros ou búlgaros. Vistos como presença estrangeira, os comunistas romenos dependiam, inteiramente, das forças soviéticas. A sobrevivência doméstica desses romenos não dependia da vitória do voto popular — objetivo jamais considerado prático —, mas da rapidez e eficiência com que eram capazes de ocupar o Estado e dividir e destruir os oponentes que integravam partidos “históricos” do centro liberal, tarefa na qual os comunistas romenos se mostraram peritos: já em março de 1948, nas

eleições nacionais, a chapa do governo conquistou 405 dos 414 assentos. Na Romênia, assim como na Bulgária (ou na Albânia, onde Enver Hodxa mobilizou as comunidades sulinas de Tosk contra a resistência tribal dos Ghegs, ao norte), subversão e violência não eram uma opção entre outras — eram o único meio de chegar ao poder.

Também os poloneses estavam condenados à esfera soviética depois da Segunda Guerra Mundial. Isso se devia à localização do país, em plena rota Berlim-Moscou; à história da Polônia, como antigo obstáculo para as ambições imperiais russas no Ocidente; e ao fato de que também na Polônia as perspectivas de que um governo pró-soviético surgisse espontaneamente, por escolha popular, eram mínimas. A diferença entre a Polônia e os países balcânicos, entretanto, era que a primeira tinha sido vítima de Hitler, não aliada; centenas de milhares de soldados poloneses tinham lutado com os Exércitos aliados nas frentes orientais e ocidentais; e os poloneses tinham expectativas próprias em relação ao pós-guerra.

Conforme se pôde perceber, tais expectativas não eram das piores. Os comunistas poloneses que integravam o chamado “Comitê Lublin” — criado em julho de 1944 pelas autoridades soviéticas, para contar com um governo encomendado que pudesse assumir o comando tão logo os soviéticos chegassem a Varsóvia — não tinham qualquer base de apoio nas massas, mas dispunham de algum apoio local, especialmente entre a juventude, e podiam apontar alguns benefícios concretos da “amizade” soviética: a efetiva garantia contra o revanchismo territorial alemão (consideração procedente à época) e uma política de troca de cidadãos por meio da qual a Polónia foi “expurgada” da minoria ucraniana que ainda restava em território polonês e indivíduos de origem polonesa que viviam no Leste Europeu foram reassentados no interior das novas fronteiras nacionais. Essas considerações permitiram aos comunistas poloneses, a despeito de sua marginalidade (muitos deles tinham origem judaica), reivindicar uma posição nas tradições políticas nacionais e nacionalistas polonesas.

Apesar disso, em termos eleitorais, também os comunistas poloneses seriam sempre minoria. Na Polónia, em dezembro de 1945, o Partido dos Camponeses, de Stanisław Mikolajczyk, contava com cerca de 600 mil membros, dez vezes mais do que o número de ativistas no Partido dos Trabalhadores Poloneses (que se tornou Partido dos Trabalhadores Poloneses *Unidos*, depois do ingresso dos socialistas, em dezembro de 1948). Contudo, Mikolajczyk, primeiro-ministro do governo exilado na época da guerra, foi prejudicado,

fatalmente, pela insistência do partido (tipicamente polonesa) em ser *ao mesmo tempo* antinazista e anti-soviético.

Stalin era um tanto indiferente ao sucesso do “socialismo” na Polônia, conforme revelariam eventos posteriores. Mas não era nada indiferente à tendência geral da política polonesa, especialmente da política externa polonesa. Na realidade, juntamente ao impasse germânico, tal política era para Stalin o que havia de mais importante, ao menos na Europa. Por conseguinte, o Partido dos Camponeses foi pressionado, seus seguidores foram ameaçados, os líderes, atacados, a credibilidade do partido contestada. Nas eleições legislativas polonesas realizadas em janeiro de 1947 — flagrantemente manipuladas —, o “bloco democrático” comandado pelos comunistas obteve 80% dos votos e o Partido dos Camponeses apenas 10%.³⁵ Nove meses depois, ameaçado de morte, Mikolajczyk fugiu do país. Durante alguns anos, remanescentes do “Exército de Casa” continuaram a combater as autoridades comunistas através de guerrilha, mas a causa dos guerrilheiros estava igualmente perdida.

Na Polônia, era tão óbvio o interesse da União Soviética no tecido político do país que as ilusões dos poloneses observadas durante a guerra — antes e depois de Yalta — podem parecer quixotescas. Na Hungria, entretanto, noções tais como “o caminho húngaro para o socialismo” não eram consideradas fantasiosas. O principal interesse de Moscou na Hungria era garantir uma via segura para as tropas do Exército Vermelho, caso fosse necessário um deslocamento para o oeste, Áustria adentro (ou, mais tarde, para o sul, através da Iugoslávia). Se houvesse amplo apoio popular aos comunistas locais, os conselheiros soviéticos talvez se dispusessem a encenar a tática “democrática” durante mais tempo.

Mas também na Hungria os comunistas se mostraram bastante impopulares, mesmo em Budapeste. Apesar de ser tachado de reacionário e até de fascista, o Partido dos Pequenos Proprietários (versão húngara do Partido Agrário) obteve maioria absoluta nas eleições nacionais realizadas em novembro de 1945. Com o apoio dos socialistas (cuja líder Anna Kéthly se recusava a crer que os comunistas decaíssem a ponto de manipular eleições), os comunistas conseguiram expulsar do Parlamento alguns dos representantes dos Pequenos Proprietários e, em fevereiro de 1947, acusaram-nos de conspiração, sendo que, no caso do líder do grupo, Béla Kovács, a acusação foi de espionagem contra o Exército Vermelho (Kovács foi enviado à Sibéria, de onde retornaria em 1956). Em nova eleição, realizada em agosto de 1947,

vergonhosamente fraudada pelo ministro do Interior, o comunista László Rajk, os comunistas só conseguiram garantir 22% dos votos, embora os Pequenos Proprietários ficassem reduzidos a uma cota de 15%. Nessas circunstâncias, o caminho húngaro para o socialismo convergiu, rapidamente, com o dos vizinhos do Leste Europeu. Na eleição seguinte, em maio de 1949, a “Frente Popular” foi creditada com 95,6% dos votos.

Em retrospecto, é fácil perceber que depois de 1945 as esperanças relativas a uma Europa Oriental democrática foram sempre frustradas. A Europa Centro-Oriental tinha pouca tradição democrática ou liberal. No período entre as guerras, os regimes daquela região do continente tinham sido corruptos, autoritários e, em alguns casos, sanguinários. As antigas castas dominantes eram, freqüentemente, venais. A verdadeira classe governante na Europa Oriental no entreguerras foi a burocracia, recrutada junto aos mesmos grupos sociais que proviam a estrutura administrativa dos Estados comunistas. Não obstante a retórica do “socialismo”, a transição de um estágio de atraso autoritário para uma “democracia popular” comunista configurou processo rápido e fácil. Não é tão surpreendente que a História tenha dado a guinada que deu.

Além do mais, na Romênia, Polônia ou Hungria, a alternativa de uma volta aos políticos e às políticas anteriores a 1939 enfraqueceu substancialmente a causa anticomunista, ao menos até que a força do terror soviético começasse a ser sentida, depois de 1949. Afinal, conforme indagou, com malícia, o líder comunista francês Jacques Duclos, no diário comunista *l'Humanité*, em 1º de julho de 1948, não era a União Soviética a maior garantia desses países, não apenas contra a volta aos tempos ruins, mas quanto à própria possibilidade de independência? Era assim mesmo que parecia a muita gente à época. Conforme observou Churchill: “Um dia os alemães haverão de querer seu território de volta, e os poloneses não conseguirão impedi-los.” A União Soviética agora havia se intitulado protetora das novas divisas da Romênia e da Polônia, sem falar das terras redistribuídas que haviam pertencido a alemães e outros povos em toda a região.

Isso era um lembrete da onipresença do Exército Vermelho (como se tal lembrança fosse necessária). Em setembro de 1944, o 37º Exército da Terceira Frente Ucraniana foi destacado das forças que ocupavam a Romênia e posicionado na Bulgária, onde permaneceu até a assinatura dos Tratados de Paz, em 1947. As forças soviéticas ficaram na Hungria até meados dos anos 50 (e, novamente, depois de 1956), e na Romênia, até 1958. A República Democrática Alemã esteve sob ocupação militar soviética durante os quarenta anos de

sua existência, e tropas soviéticas transitavam regularmente pela Polônia. A União Soviética não se via inclinada a deixar aquela região da Europa, cujo futuro se tornou intimamente ligado ao destino do vizinho gigantesco, conforme os eventos haveriam de demonstrar.

A exceção foi, evidentemente, a Tchecoslováquia. Muitos tchecos receberam os russos como libertadores. Graças a Munique, os tchecos tinham poucas ilusões acerca das potências ocidentais, e o governo de Edvard Beněš, exilado em Londres, foi o único a apresentar propostas inequívocas a Moscou, muito antes de 1945. Conforme o próprio Beněš expressou, em dezembro de 1943, dirigindo-se a Molotov: “No que disser respeito a questões de grande importância, [nós] [...] sempre falaremos e agiremos em conformidade com os representantes do governo soviético.” Talvez Beněš não fosse tão consciente quanto o seu mentor, o falecido presidente Tomáš Masaryk, dos riscos inerentes à proteção russa ou soviética, mas também não era nenhum tolo. Praga seria afável com Moscou pelo mesmo motivo que a levava a se aproximar de Paris antes de 1938: porque a Tchecoslováquia era um país pequeno e vulnerável, situado em plena Europa Central, e precisava de um protetor.

Portanto, apesar de ser, em vários sentidos, o mais ocidentalizado dos países do “Leste” europeu — com uma cultura política historicamente pluralista, um importante setor industrial e urbano, uma próspera economia capitalista (antes da guerra) e uma política socialdemocrata ocidentalizada (depois da guerra) —, a Tchecoslováquia, após 1945, foi também a maior aliada da União Soviética na região, embora houvesse perdido o seu distrito mais oriental (a Rutênia Cárpata), em decorrência dos “ajustes” territoriais soviéticos. Foi por isso que, de todos os primeiros-ministros do leste e do sudeste europeu exilados durante a guerra, Beněš foi o único que conseguiu levar o governo de volta ao país de origem — onde, em abril de 1945, ele reestruturou o referido governo, incluindo sete comunistas e 11 ministros provenientes dos outros quatro partidos.

Os comunistas tchecos, sob a liderança de Klement Gottwald, acreditavam, sinceramente, que as chances de chegar ao poder através das urnas fossem boas. Tinham exibido um desempenho respeitável nas últimas eleições tchecas antes da guerra, somando 849 mil votos (10% do total) em 1935. Não dependiam do Exército Vermelho, que se retirou da Tchecoslováquia em novembro de 1945 (embora em Praga, tanto quanto em outros locais, a União Soviética mantivesse marcante presença de serviços de inteligência e polícia secreta, através de sua representação diplomática). Nas eleições tchecas de

maio de 1946, legítimas embora psicologicamente carregadas, o Partido Comunista obteve 40,2% dos votos nos distritos tchecos da Boêmia e da Morávia, e 31% na Eslováquia, predominantemente rural e católica. Somente o Partido Democrata Eslovaco se saiu melhor, e o apelo deste ficava, por definição, restrito ao terço eslovaco da população.³⁶

Os comunistas tchecos previam a continuação do sucesso, razão pela qual, inicialmente, aceitaram a perspectiva de Ajuda Marshall e realizaram recrutamento partidário, a fim de reforçar as próprias chances em eleições futuras — a filiação ao partido, que em maio de 1945 beirava 50 mil, subiu para 1,22 milhão, em abril de 1946, chegando a 1,31 milhão em janeiro de 1948 (numa população total de apenas 12 milhões). Para obter apoio, os comunistas, sem dúvida, não deixavam de oferecer “proteção” e exercer pressão. E, conforme ocorrera em outros locais, por precaução, eles ocuparam os ministérios vitais, posicionando membros do partido em funções cruciais na polícia e em outros setores. Tendo em vista as eleições de 1948, os comunistas da Tchecoslováquia preparavam-se para alcançar o poder por um “caminho tcheco” que ainda era bem diferente dos caminhos trilhados mais a leste.

Se a liderança soviética acreditava nas declarações de Gottwald de que o Partido Comunista Tcheco venceria sem qualquer auxílio, é assunto que permanece obscuro. Mas, ao menos até o outono de 1947, Stalin deixou a Tchecoslováquia em paz. Os tchecos tinham expulsado dos Sudetos os cidadãos de origem alemã (fato que expôs a Tchecoslováquia à hostilidade alemã, e assim tornou o país ainda mais dependente da proteção soviética) e, em maio de 1947, a ênfase que o governo de Benéš no pós-guerra conferiu ao planejamento econômico, à propriedade estatal e à dedicação ao trabalho fez lembrar a pelo menos um jornalista francês a retórica e o estado de espírito dos primórdios do stakhanovismo soviético. Cartazes em Praga exibiam retratos de Stalin ao lado dos do próprio presidente Benéš, muito antes de os comunistas instituírem um governo seu, portanto bem antes do estabelecimento de um monopólio de poder. Já vimos que no verão de 1947 o ministro das Relações Exteriores, Jan Masaryk, e seus companheiros não hesitaram em recusar a Ajuda Marshall, sob ordens de Moscou. Em suma, Stalin não tinha do que se queixar, em se tratando da conduta tcheca.

No entanto, em fevereiro de 1948, os comunistas engendraram um golpe político em Praga, aproveitando as demissões imprudentes de ministros não-comunistas (em protesto contra uma questão importante, mas obscura: a infiltração comunista na polícia) para tomar o poder no país. O golpe de Praga

teve grande significado, precisamente porque ocorreu num país mais ou menos democrático, e que parecia ser tão amistoso em relação a Moscou. O golpe alarmou os Aliados ocidentais, que a partir daquele momento deduziram que o comunismo estava em marcha, rumo ao Ocidente.³⁷ É provável que o ocorrido em Praga tenha salvo os finlandeses: graças aos problemas que o golpe na Tchecoslováquia lhe causara na Alemanha e em outros locais, Stalin, em abril de 1948, foi obrigado a ceder a Helsinque e assinar um Tratado de Amizade (depois de tentar impor à Finlândia uma solução no estilo do Leste Europeu, rachando os socialdemocratas, forçando-os a uma união com os comunistas, criando uma “Liga de Defesa do Povo Finlandês”, cujo propósito era chegar ao poder).

No Ocidente, Praga fez com que os socialistas despertassem para a realidade da vida política no Leste Europeu. Em 29 de fevereiro de 1948, já idoso, Léon Blum publicou no jornal socialista francês *Le Populaire* um artigo sumamente influente, criticando a omissão dos socialistas ocidentais que se calaram diante do destino dos camaradas na Europa Oriental. Graças a Praga, um segmento significativo da esquerda não-comunista na França, na Itália e em outros locais passou a se posicionar, com firmeza, no campo ocidental, evolução que consignou ao isolamento e a uma crescente impotência os partidos comunistas de países que se situavam além do alcance soviético.

Se Stalin arquitetou o golpe de Praga sem prever tais conseqüências, não foi apenas porque pretendia fazer valer a sua vontade de um modo específico em todo o bloco. Tampouco seria porque a Tchecoslováquia tivesse grande importância no grandioso esquema geral. O que aconteceu em Praga — e o que estava acontecendo na mesma época na Alemanha, onde a política soviética se modificava agilmente, passando de táticas de obstrução e da divergência para o confronto com os antigos aliados — foi o retrocesso de Stalin ao estilo e à estratégia de uma era passada. De modo geral, tal mudança decorreu da inquietação de Stalin diante de sua própria incapacidade de moldar as questões européias e germânicas à sua vontade; mas também, e acima de tudo, da sua crescente irritação diante da Iugoslávia.

Em 1947, o governo comunista da Iugoslávia, sob o comando de Josip Broz Tito, tinha uma condição singular. Entre os partidos comunistas da Europa, os iugoslavos eram os únicos que haviam ascendido ao poder por meio de seus próprios esforços, sem depender de aliados locais nem de ajuda externa. É

verdade que em dezembro de 1943 os britânicos suspenderam o envio de auxílio à resistência rival chetnik e passaram a apoiar Tito e que, nos primeiros anos do pós-guerra, a Administração das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) destinou mais recursos (415 milhões de dólares) à Iugoslávia do que a qualquer outra região da Europa, sendo que 72% dos recursos provinham dos EUA. Mas, na visão dos contemporâneos, o que importava era que os guerrilheiros comunistas iugoslavos tinham levado a termo a única resistência eficaz contra as forças de ocupação alemãs e italianas.

Animados com a vitória, os comunistas que seguiam Tito não quiseram saber de coalizões como as que estavam sendo formadas em outros locais da Europa Oriental libertada, e logo procederam à eliminação de todos os adversários. Nas primeiras eleições realizadas no pós-guerra, em novembro de 1945, foi apresentada aos eleitores uma escolha inequívoca: a “Frente Popular” de Tito... ou uma urna rotulada, publicamente, de “oposição”. Em janeiro de 1946, o Partido Comunista da Iugoslávia introduziu uma Constituição inspirada diretamente na Constituição da URSS. Tito levou a cabo detenções em massa e execuções de seus opositores, além da coletivização forçada da terra, num momento em que os comunistas das vizinhas Hungria e Romênia ainda se esforçavam para manter uma imagem cordata. A Iugoslávia, segundo parecia, era a frente mais agressiva do comunismo europeu.

Aparentemente, o radicalismo iugoslavo e o sucesso do Partido Comunista da Iugoslávia, ao assumir o firme controle de uma região estrategicamente crucial, eram vantajosos para a União Soviética, e as relações entre Moscou e Belgrado mostravam-se amistosas. Moscou rasgava elogios para Tito e seu partido, demonstrava grande entusiasmo por seus feitos revolucionários e exibía a Iugoslávia como exemplo a ser seguido. Em contrapartida, os líderes iugoslavos aproveitavam qualquer oportunidade para afirmar o respeito que sentiam pela União Soviética e acreditavam estar introduzindo nos Bálcãs o modelo bolchevique de revolução e governo. Conforme relembra Milovan Djilas, “todos nós tínhamos o espírito voltado para [a URSS]. E todos teríamos mantido a nossa dedicação, mas por seus próprios padrões de lealdade de Grande Potência”.

Mas, sob o ponto de vista de Stalin, a dedicação iugoslava ao bolchevismo era sempre entusiasmada *demais*. Stalin, como já vimos, interessava-se menos por revolução do que por poder. Cabia a Moscou determinar a estratégia dos partidos comunistas, decidir quando uma abordagem moderada era recomendável e quando uma ação radical deveria ser adotada. Como origem e

fonte da revolução mundial, a União Soviética não era *um* modelo, mas o modelo. Dependendo das circunstâncias, partidos comunistas menores podiam seguir os soviéticos, mas não era aconselhável ultrapassá-los. Na visão de Stalin, nisso residia a fraqueza inoportuna de Tito. Ao querer implantar o padrão comunista no sudeste europeu, o ex-general da resistência estava correndo à frente dos planos soviéticos. O sucesso da revolução lhe subira à cabeça: Tito se tornava mais real do que o rei.

Stalin não chegou a essas conclusões de uma só vez, ainda que sua frustração com o “inexperiente” Tito já apareça registrada em janeiro de 1945. Além da crescente noção, em Moscou, de que Tito estava se excedendo e estabelecendo a revolução iugoslava como um modelo a ser contrastado com o soviético, divergências entre Stalin e Tito surgiram em relação a questões práticas de política regional. Sob a liderança de Tito, os iugoslavos alimentavam ambições (enraizadas na antiga história dos Bálcãs) quanto à anexação da Albânia, Bulgária e partes de Grécia, formando uma grande Iugoslávia, uma nova “Federação Balcânica”. Essa idéia exercia algum apelo além das fronteiras da Iugoslávia — em termos econômicos, fazia sentido para a Bulgária, na visão de Traicho Kostov, um dos líderes comunistas em Sófia, e implicava maior distanciamento em relação ao nacionalismo dos pequenos Estados que tanto prejudicava os intentos dos mencionados países antes da guerra.

O próprio Stalin, de início, não era avesso a discutir a Federação Balcânica, e Dimitrov, seu conselheiro no Comintern e primeiro líder comunista da Bulgária, ainda falava abertamente da idéia em janeiro de 1948. Mas, apesar de atraente, o plano de reunir todo o sudeste da Europa num único esquema federal comunista apresentava dois problemas. O que era, a princípio, uma base de cooperação mútua entre comunistas localizados logo pareceu, sob o olhar desconfiado de Stalin, uma tentativa de conquista de hegemonia regional por uma das partes. Só isso, com o tempo, provavelmente, já faria Stalin pôr um basta às ambições de Tito. Mas, para completar (e acima de tudo), Tito estava criando problemas para Stalin no Ocidente.

Os iugoslavos apoiavam e incitavam, abertamente, a revolta grega já em 1944 e, o que foi mais significativo, quando a guerra civil grega irrompeu três anos depois. Esse apoio condizia com o ativismo bastante narcisista de Tito — a idéia de ele ajudar os comunistas gregos a copiar-lhe o sucesso — e era matizado também pelos interesses iugoslavos nas disputadas regiões “eslavas” da Macedônia grega. A Grécia, porém, pertencia à esfera de interesse ocidental,

conforme Churchill e depois Truman deixaram claro. Stalin não pretendia provocar uma rixa com o Ocidente por causa da Grécia, questão para ele secundária. Ingenuamente, os comunistas gregos supunham que uma revolta ensinaria a ajuda soviética, talvez até a intervenção de forças soviéticas, mas isso não estava nas cartas. Ao contrário, Stalin os considerava aventureiros indisciplinados que defendiam uma causa perdida e que corriam o risco de provocar uma intervenção norte-americana.

Portanto, a incitação que Tito dirigia aos rebeldes gregos incomodava Stalin — que, com razão, inferia que, sem a assistência iugoslava, a confusão na Grécia já teria se resolvido pacificamente³⁸ — e o afastou ainda mais do acólito iugoslavo. Mas não era apenas no sul dos Balcãs que Tito constrangia Stalin e irritava britânicos e norte-americanos. Em Trieste e na península Istriana as ambições territoriais iugoslavas constituíam uma obstrução à anuência aliada relativa a um Tratado de Paz com a Itália: quando, em setembro de 1947, foi finalmente assinado, o tratado deixou incerto o futuro da região de Trieste, e tropas aliadas ainda guarneciam a área, a fim de impedir uma invasão iugoslava. Na vizinha Caríntia, o distrito mais meridional da Áustria, Tito exigia um acordo territorial favorável à Iugoslávia, enquanto Stalin preferia manter a região como estava (com a vantagem de permitir aos soviéticos a manutenção de um exército no leste da Áustria e, do mesmo modo, na Hungria).

A combinação do irredentismo iugoslavo com o fervor revolucionário que caracterizava Tito era, portanto, motivo de crescente constrangimento para Stalin. De acordo com a *Official British History of the Second World War*, depois de maio de 1945 era geral a crença nos círculos militares ocidentais que, se uma Terceira Guerra Mundial eclodisse brevemente, seria na região de Trieste. Mas Stalin não tinha interesse em provocar a Terceira Guerra, e certamente não o faria por causa de um canto obscuro do nordeste da Itália. E tampouco lhe agradava ver o Partido Comunista Italiano constrangido pelas impopulares ambições territoriais do vizinho comunista da Itália.

Por todos esses motivos, já no verão de 1947, Stalin, no íntimo, exasperava-se em relação à Iugoslávia. Devem tê-lo desagradado os fatos de que a estação ferroviária na capital búlgara estivesse coberta de cartazes de Tito (ao lado dos dele próprio e de Dimitrov) e que os comunistas húngaros começassem a falar em seguir o regime comunista segundo o modelo iugoslavo — até o submisso e leal Rákosi, segundo consta, elogiou Tito, em conversa com o próprio Stalin, durante uma reunião realizada em Moscou, em fins de 1947. Tito não apenas

representava um constrangimento diplomático para a União Soviética em suas relações com os Aliados ocidentais; ele criava caso dentro do próprio movimento comunista internacional.

Para observadores externos, o comunismo era uma entidade política única, moldada e gerida a partir do “Centro”, em Moscou. Porém, sob a perspectiva de Stalin, a questão era mais complicada. Do final dos anos 20 até o início da guerra, Moscou, de fato, conseguiu impor certo controle ao movimento comunista mundial, exceto na China. Mas a guerra tinha mudado tudo. Para resistir aos alemães, a União Soviética fora obrigada a apelar para patriotismo, liberdade, democracia e muitos outros objetivos “burgueses”. O comunismo perdera o seu lado revolucionário e se tornara, por opção, parte de uma ampla coalizão antifascista. Evidentemente, a tática havia sido também empregada pelas Frentes Populares antes da guerra, mas nos anos 30 Moscou conseguia controlar de perto as sucursais do partido no exterior — por meio de auxílio financeiro, intervenção pessoal e terrorismo.

No decorrer da guerra esse controle foi perdido — fato simbolizado pelo fechamento do Comintern, em 1943. E o controle não seria totalmente recuperado nos primeiros anos do pós-guerra: o partido iugoslavo foi o único na Europa que chegou ao poder sem intervenção soviética, mas mesmo na Itália e na França os partidos comunistas, embora sempre professassem fidelidade a Moscou, funcionavam no dia-a-dia sem orientação ou instrução vinda do exterior. Nesses países, os líderes do partido não compartilhavam das intenções de Stalin. À semelhança dos tchecos, porém com ainda menos orientação da URSS, essas nações trilhavam o que por elas era descrito como “o caminho do socialismo” francês ou italiano, trabalhando no âmbito de coalizões de governo e tratando objetivos nacionais e comunistas como se fossem naturalmente compatíveis.

Tudo isso começou a mudar no verão de 1947. Em maio de 1947, ministros comunistas foram expulsos dos governos na França e na Itália. O fato foi um tanto surpreendente, e Maurice Thorez, líder comunista francês, durante algum tempo nutriu esperanças de que o partido logo voltasse a integrar a coalizão do governo; no congresso do partido, realizado em Estrasburgo em junho de 1947, Thorez definiu como “aventureiros” os que defendiam uma oposição radical. Comunistas no Oeste Europeu não sabiam ao certo como reagir diante do Plano Marshall e só se posicionaram depois de inspirados pela rejeição de Stalin ao referido plano. De modo geral, a comunicação entre Moscou e os partidos comunistas ocidentais era deficiente. Depois que os

comunistas franceses deixaram o governo, Andrei Zdanov enviou uma carta confidencial a Thorez (com cópia para o líder comunista tcheco Gottwald, detalhe importante): “Muitos pensam que as ações dos comunistas franceses foram orquestradas [com a nossa colaboração]. Você sabe que isso não é verdade, e que as medidas que você tomou foram uma surpresa para o Comitê Central.”

Evidentemente, os comunistas na Europa Ocidental estavam ficando para trás. Poucas semanas depois da carta a Thorez, em 2 de junho, Moscou já firmava tratados comerciais com os vizinhos no Leste Europeu, como parte da reação engendrada contra o Plano Marshall e a ameaça que o esquema representava para a influência soviética na região. A política de cooperação, adotada em Praga, Paris e Roma, e até então aceita tacitamente por Stalin, estava sendo substituída por um retrocesso à estratégia de confronto embasada pela teoria de Zdanov relativa aos dois “campos” irreconciliáveis.

Para implementar a nova abordagem, Stalin convocou uma reunião em Szklarska Poręba, na Polônia, em fins de setembro de 1947. Foram convidados os partidos comunistas da Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Iugoslávia, França, Itália e, obviamente, da União Soviética. O motivo expresso do encontro era a criação da “Cominform” — Agência de Informação Comunista: sucessora da Internacional Comunista, cuja tarefa era “coordenar” a atividade comunista internacional e melhorar a comunicação entre Moscou e os partidos satélites. Mas o verdadeiro objetivo da reunião e da Cominform (que só se reuniu três vezes e foi desativada em 1956) era restabelecer o domínio soviético no movimento internacional comunista.

Assim como fizera no âmbito do Partido Bolchevique vinte anos antes, Stalin visava penalizar e desabonar qualquer desvio “direitista”. Em Szklarska Poręba, os delegados iugoslavos Edvard Kardelj e Milovan Djilas, cujo “esquerdismo” exemplar foi motivo dos elogios de Zdanov e Malenkov (delegados soviéticos), sujeitaram os representantes franceses e italianos a preleções condescendentes. Os comunistas ocidentais (ao lado dos representantes dos partidos comunistas tcheco e eslovaco, aos quais a crítica era claramente também dirigida) foram surpreendidos. Uma coexistência pacífica, como a que vinha sendo buscada na política interna, chegava ao fim. Um “campo democrático antiimperialista” (segundo as palavras de Zdanov) estava se formando e uma nova linha deveria ser seguida. A partir daquele momento, Moscou esperava que os comunistas ficassem mais atentos e subordinassem considerações locais aos interesses soviéticos.

Depois de Szklarska Poręba, comunistas em toda parte passaram a adotar táticas de confronto: greves, protestos, campanhas contrárias ao Plano Marshall e — no Leste Europeu — a aceleração do processo de tomada de poder. O Comitê Central do Partido Comunista Francês reuniu-se em Paris, em 29 e 30 de outubro de 1947, e inaugurou oficialmente uma campanha de difamação dirigida aos antigos aliados socialistas. Os comunistas italianos demoraram um pouco mais para fazer a transição, mas no congresso de janeiro de 1948 o Partido Comunista Italiano (PCI) também adotou um “novo curso”, cujo foco seria “a luta pela paz”. A consequência disso foi que os comunistas da Europa Ocidental certamente sofreram — ficaram marginalizados em relação aos assuntos domésticos e, no caso da Itália, perderam feio nas eleições gerais de abril de 1948, nas quais o Vaticano e a Embaixada dos EUA intervieram maciçamente no lado anticomunista.³⁹ Mas isso já não importava. Segundo a teoria dos “dois campos” defendida por Zdanov, os comunistas do campo ocidental estavam restritos a um papel secundário.

Caberia a suposição de que o fervor revolucionário dos iugoslavos, que até então representava um impedimento à diplomacia de Stalin, agora seria uma vantagem — e assim pareceu em Szklarska Poręba, onde ao Partido Comunista Iugoslavo fora atribuído o papel principal. É certo que os delegados franceses, italianos e de outros países nunca perdoaram os iugoslavos por seu condescendente ar de superioridade e pelo privilégio de que desfrutaram em Szklarska Poręba: depois do cisma soviético-iugoslavo, comunistas de todos os lugares, de bom grado, condenaram o desvio “titoísta” e não precisaram de muito incentivo soviético para insultar e menosprezar os infelizes camaradas dos Bálcãs.

Ocorreu, no entanto, que a desavença entre Tito e Stalin surgiu publicamente em fevereiro de 1948, quando Stalin condenou a idéia da Federação Balcânica e os soviéticos efetivaram o cancelamento de negociações comerciais, atos que, no mês seguinte, foram seguidos pela retirada de Belgrado de conselheiros soviéticos civis e militares. A desavença foi acirrada pela troca de correspondência oficial e acusações, nas quais os dois lados afirmavam as melhores intenções, e culminou com a recusa de Tito em participar da segunda reunião da Cominform. A ruptura foi efetivada na referida reunião, em 28 de junho de 1948, por meio de uma resolução que expulsava a Iugoslávia da organização, por não reconhecer o papel de liderança do Exército Vermelho e da URSS na libertação e na transformação socialista do país. Oficialmente, Belgrado foi acusada de conduzir uma política externa nacionalista e

uma política interna equivocada. Na realidade, diante do monopólio de poder instituído por Stalin, a Iugoslávia representava o equivalente internacional a uma “oposição”, e o conflito era inevitável: Stalin precisava dobrar Tito, a fim de deixar bem claro aos companheiros comunistas do líder iugoslavo que Moscou não toleraria dissensão.

Tito, evidentemente, não foi dominado. No entanto, ele e a Iugoslávia estavam mais vulneráveis do que pareciam e, se não fosse o crescente apoio do Ocidente, teria sido difícil para Tito sobreviver ao boicote econômico soviético — em 1948, 46% do comércio iugoslavo dependia do bloco soviético, nível que caiu para 14% um ano depois — e às ameaças concretas de intervenção soviética. Os iugoslavos certamente pagaram um elevado preço retórico por insistir tanto em suas ações obstinadas. Nos dois anos seguintes, os ataques da Cominform aumentaram sistematicamente. No vocabulário azeitado dos insultos leninistas, Tito se tornou “Tito-Judas e seus cúmplices”, “o novo tsar dos pansérvios e de toda a burguesia iugoslava”. Seus seguidores eram “traidores desprezíveis e mercenários imperialistas”, “sinistros arautos do campo da guerra e da morte, traidores instigadores de guerra e herdeiros dignos de Hitler”. O Partido Comunista Iugoslavo foi condenado como “gangue de espões, agitadores e assassinos”, “cães atrelados a correias americanas, roendo ossos imperialistas e ladrando por capital americano”.

É significativo que os ataques a Tito e seus adeptos tenham coincidido com o auge do culto à personalidade de Stalin, com os expurgos e os julgamentos forjados que ocorreram nos anos seguintes. Não restam grandes dúvidas de que Stalin via em Tito uma ameaça e um desafio, e temia o efeito corrosivo causado por Tito na fidelidade e obediência de outros regimes e partidos comunistas. A insistência da Cominform, expressa em periódicos e publicações a seu cargo, no “agravamento da luta de classes inerente à transição do capitalismo ao socialismo” e no “papel de destaque” encarnado pelo partido, corria o risco de fazer lembrar à população que tais políticas tinham sido, precisamente, aquelas empregadas pelo Partido Comunista Iugoslavo desde 1945. Daí a ênfase constante na lealdade à União Soviética e a Stalin, a rejeição a caminhos “nacionais” ou “exclusivos” para o socialismo e a exigência de “vigilância redobrada”. Começava a segunda Idade do Gelo stalinista.

Se Stalin se deu todo esse trabalho para afirmar e reafirmar sua autoridade na Europa Oriental foi porque, em grande medida, perdia terreno na

Alemanha.⁴⁰ Em 1º de junho de 1948, os Aliados ocidentais, reunidos em Londres, anunciaram planos para estabelecer um Estado alemão ocidental. Em 18 de junho, uma nova moeda, o *Deutschemmark*, foi anunciada; três dias depois, foi posta em circulação (as notas tinham sido impressas secretamente, nos EUA, e transportadas até Frankfurt sob escolta do Exército norte-americano). O velho Reichsmark foi retirado de circulação, e cada residente alemão pôde trocar apenas 40 Reichsmark pelos novos marcos à taxa de 1 para 1; para qualquer valor superior, a taxa era 10 para 1. Apesar de ser inicialmente impopular (porque destruiu a poupança, fez subir os preços e deixou as mercadorias além do alcance da maioria das pessoas), a moeda foi logo aceita, pois as lojas se encheram de itens de consumo que os fazendeiros e comerciantes estavam agora dispostos a vender a preços fixos, recebendo em troca uma moeda confiável.

Em 23 de junho, as autoridades soviéticas responderam criando na Alemanha Oriental um novo *Mark* e interrompendo as linhas férreas entre Berlim e a Alemanha Ocidental (três semanas mais tarde, fechariam também os canais). No dia seguinte, o governo militar ocidental de Berlim bloqueou os esforços soviéticos no sentido de estender a Berlim Ocidental a nova moeda adotada na zona oriental — importante questão de princípio, pois a cidade de Berlim era governada por quatro potências e a zona ocidental jamais fora tratada como se integrasse a Alemanha Oriental sob ocupação soviética. Uma vez que as tropas soviéticas apertavam o controle das ligações de superfície que davam acesso à cidade, os governos norte-americano e britânico decidiram abastecer suas respectivas zonas por via aérea, e em 26 de junho o primeiro avião de transporte de carga aterrissou no aeroporto de Tempelhof, em Berlim (Ocidental).

A ligação aérea com Berlim durou até 12 de maio de 1949. No decorrer daqueles 11 meses, os Aliados ocidentais transportaram cerca de 2,3 milhões de toneladas de alimentos, realizando 277.500 vôos, que custaram a vida de 73 aeronautas aliados. A intenção de Stalin com o bloqueio de Berlim (valendo-se da ausência nos protocolos de Postdam de qualquer garantia de acesso aliado à cidade por superfície) era forçar o Ocidente a optar entre desistir de Berlim ou então abandonar os planos relativos a um Estado alemão ocidental. Era isso o que Stalin realmente queria — Berlim era para ele sempre um ponto de negociação —, mas, no final, o líder soviético não conseguiu concretizar nenhum dos dois objetivos.

Ocorreu não apenas que os Aliados ocidentais persistiram com a presença na sua parte de Berlim (o que, até certo ponto, foi uma surpresa para os próprios Aliados e ensejou a gratidão dos berlinenses ocidentais), mas o bloqueio soviético, na sequência do golpe de Praga, fez com que os Aliados ficassem mais decididos a prosseguir com os planos para a criação da Alemanha Ocidental e tornou a divisão do país mais aceitável aos próprios alemães. Em abril de 1949, a França se uniu à Bizona, o que significou a criação de uma unidade econômica para toda a Alemanha Ocidental, com 49 milhões de habitantes (contra apenas 17 milhões na Zona Soviética).

A exemplo da maioria das aventuras diplomáticas de Stalin, o bloqueio de Berlim foi uma improvisação, e não parte de um desígnio agressivo e premeditado (embora o Ocidente não possa ser culpado de não sabê-lo à época). Stalin não estava prestes a entrar em guerra por causa de Berlim.⁴¹ Por conseguinte, quando o bloqueio fracassou, o líder soviético mudou o rumo. Em 31 de janeiro de 1949, ele propôs publicamente a suspensão do bloqueio em troca do adiamento dos planos relativos a um Estado alemão ocidental. Os Aliados ocidentais não pretendiam fazer tal concessão, mas marcaram uma reunião para discutir o assunto e, em 12 de maio, a União Soviética pôs um fim ao bloqueio, em troca de nada além de um encontro de ministros das Relações Exteriores, convocado para 23 de maio.

De fato, o encontro ocorreu e teve a duração de um mês, mas, como era previsível, não se chegou a qualquer acordo. Na verdade, as discussões mal haviam começado quando, em Bonn, o Conselho parlamentar alemão ocidental aprovou a “Lei Básica” que estabelecia um governo para a Alemanha Ocidental; uma semana mais tarde, Stalin respondeu, anunciando os planos para um Estado complementar — a Alemanha Oriental —, criado formalmente em 7 de outubro.⁴² Quando, em 20 de junho, o encontro chegou ao fim, o governo militar da Alemanha Ocidental já havia sido substituído por Altos Comissários dos EUA, da Grã-Bretanha e da França. Tinha nascido a República Federal da Alemanha, embora os Aliados reservassem para si alguns poderes de intervenção e até o direito de reassumir o comando direto, se assim julgassem necessário. Em 15 de setembro de 1949, na sequência do sucesso do Partido Democrata Cristão nas eleições realizadas um mês antes, Konrad Adenauer tornou-se o primeiro chanceler da República.

A crise de Berlim teve três resultados significativos. Em primeiro lugar, ensejou, diretamente, a criação de dois Estados alemães, desfecho que nenhum dos Aliados esperava quatro anos antes. Para as potências ocidentais, o fato se

tornara um objetivo atraente e realizável; na realidade, a despeito de toda a retórica que desde a época clamava a unificação alemã, ninguém teria pressa de concretizar tal feito. Conforme o primeiro-ministro britânico, Harold Macmillan, respondeu ao presidente Charles de Gaulle, nove meses mais tarde, quando este lhe perguntou o que achava de uma Alemanha unificada: “Teoricamente. Teoricamente, devemos sempre apoiar a reunificação. Não há nisso perigo algum.” Para Stalin, tão logo ficou patente que ele não podia competir com os Aliados no que dizia respeito à lealdade dos alemães, tampouco forçá-los a abandonar seus planos, um Estado alemão oriental comunista era o menor dos males.

Segundo, a crise de Berlim comprometeu os Estados Unidos, pela primeira vez, a manter uma substancial presença militar na Europa, por tempo indefinido. Isso foi um feito de Ernest Bevin, ministro das Relações Exteriores britânico — foi Bevin que convenceu os americanos a comandar uma ponte aérea para Berlim, depois que Truman obteve de Marshall e do general Clay (comandante norte-americano em Berlim) a garantia de que valia a pena correr o risco. Os franceses envolveram-se menos na crise de Berlim porque, de 18 de julho a 10 de setembro de 1948, o país esteve em meio a uma crise política, sem maioria na Assemblée Nationale que pudesse governar.

Mas, em terceiro lugar, e como decorrência dos dois primeiros resultados, a crise de Berlim propiciou, diretamente, uma reavaliação dos planos militares ocidentais. Se o Ocidente pretendia proteger os clientes alemães contra uma agressão soviética, seria necessário prover os meios de fazê-lo. Os norte-americanos haviam posicionado bombardeiros estratégicos na Grã-Bretanha, no início da crise de Berlim, e tais aeronaves estavam equipadas para transportar bombas atômicas; à época, os EUA dispunham de 56. Mas Washington não tinha uma política definida acerca do uso de bombas atômicas (o próprio Truman relutava muito em considerar a utilização das bombas) e, no caso de um avanço soviético, a estratégia norte-americana na Europa ainda presumia a retirada do continente.

O novo ideário militar surgiu com o golpe tcheco, que provocou na Europa um período de grande insegurança, originando muita discussão sobre a guerra. Até o general Clay, que não era chegado a exageros, compartilhava do medo reinante: “Durante muitos meses, com base em análise lógica, pensei e sustentei que a guerra não aconteceria nos próximos dez anos, pelo menos. Nas últimas semanas, percebi uma alteração sutil na atitude soviética cuja definição me escapa, mas agora tenho a sensação de que a guerra pode vir

com uma brevidade dramática.” Foi nessa atmosfera que o Congresso dos EUA aprovou a legislação do Plano Marshall e os Aliados europeus assinaram o Pacto de Bruxelas, em 17 de março de 1948. O Pacto de Bruxelas, no entanto, foi um tratado convencional, com validade de cinquenta anos, através do qual Grã-Bretanha, França e os países do Benelux se comprometiam a “colaborar em medidas de assistência mútua, na eventualidade de nova agressão alemã”, mas os políticos europeus estavam cada vez mais cientes da sua fragilidade diante da pressão soviética. Nesse particular, esses políticos se mostravam vulneráveis como sempre: como mais tarde observou Dirk Stikker, ministro das Relações Exteriores holandês: “Na Europa, em se tratando do apoio dos americanos, tínhamos apenas a promessa verbal do presidente Truman.”

Foram os britânicos que iniciaram uma nova abordagem diante de Washington. Em 22 de janeiro de 1948, em discurso ao Parlamento, Bevin comprometera a Grã-Bretanha a se engajar ao lado dos vizinhos continentais numa estratégia de defesa comum, uma “União Européia Ocidental”, baseando-se na hipótese de que as necessidades de segurança da Grã-Bretanha já não podiam ser diferenciadas das do continente — mudança significativa em relação ao pensamento britânico do passado. Essa União Européia Ocidental foi inaugurada oficialmente com o Pacto de Bruxelas, mas, conforme Bevin explicou a Marshall em mensagem com data de 11 de março, o acordo ficaria incompleto a não ser que abrangesse o conceito de segurança do Atlântico Norte como um todo — ponto que Marshall via com bons olhos porque, na ocasião, Stalin pressionava a Noruega, para fazê-la assinar com a União Soviética um pacto de “não-agressão”.

Por insistência de Bevin foram, portanto, realizadas discussões secretas em Washington, entre representantes britânicos, norte-americanos e canadenses, com o intuito de esboçar um tratado de defesa do Atlântico. Em 6 de julho de 1948, dez dias após o início da ponte aérea para Berlim, e logo em seguida à expulsão da Iugoslávia da Cominform, as discussões foram abertas para outros membros do Pacto de Bruxelas, sendo que os franceses não gostaram muito de saber que mais uma vez os “anglo-americanos” haviam estado “arrumando” o globo à revelia da França. Em abril do ano seguinte, estava criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo o acordo assinado por EUA, Canadá e dez Estados europeus.

A OTAN foi um acontecimento notável. Em 1947, poucos observadores previam que os Estados Unidos se comprometessem com uma aliança militar

européia. Na realidade, no Congresso norte-americano, muitos relutavam em aprovar o Artigo V do tratado (que obrigava os participantes da OTAN a oferecer ajuda recíproca, em caso de agressão), e este só obteve a aprovação do Congresso depois de três meses de debate, porque o documento foi apresentado como um pacto de defesa do *Atlântico*, e não uma aliança européia-americana. A bem dizer, quando apresentou ao Senado a proposta do governo, Dean Acheson teve o cuidado de ressaltar que os EUA *não manteriam* uma presença militar substancial em solo europeu.

E essa era de fato a intenção norte-americana. Se os Estados Unidos, pela primeira vez, estavam se envolvendo numa complicada aliança européia, era porque muita gente em Washington via a OTAN assim como via o Plano Marshall: um mecanismo que auxiliaria os europeus a se sentir mais confiantes e a gerir as suas próprias questões — nesse caso, a sua própria defesa. Por si só, a OTAN nada alterou no equilíbrio militar europeu: das 14 divisões posicionadas na Europa Ocidental, somente duas eram americanas. Os Aliados ocidentais ainda estavam em desvantagem numérica: 12 para 1. Em 1949, os chefes de Estado-maior nos EUA calculavam que somente a partir de 1957 poderia estar implantada a defesa efetiva do Reno. Não foi, absolutamente, inadequado que durante a cerimônia de assinatura do tratado que criou a OTAN, no Constitution Hall, em Washington, em 9 de abril de 1949, a orquestra tenha tocado *I've Got Plenty of Nothing*.⁴³

Do lado europeu, entretanto, as coisas pareciam bem díspares. Os norte-americanos não davam muita importância para alianças militares, mas os europeus, como disse Walter Bedell Smith aos colegas do Conselho de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado, “atribuem muito mais importância do que nós ao pedaço de papel que promete apoio”. Mas isso não deve surpreender — os europeus não tinham mais nada. Os britânicos, ao menos, habitavam uma ilha. Mas os franceses, tanto quanto os demais, estavam vulneráveis como sempre: em relação aos alemães *e agora* aos russos também.

Para a França, portanto, a OTAN era duplamente interessante: a organização traçaria a linha de defesa contra as forças soviéticas mais a leste do que até então era o caso; como observou Charles Bohlenn, alguns meses antes da assinatura do tratado, “o único resquício de confiança ao qual [os franceses] se agarram é o fato de que as tropas americanas, a despeito do número de soldados, estão posicionadas entre [os franceses] e o Exército Vermelho”. E, talvez mais importante, a OTAN serviria de política de anteparo ao

OTAN era inútil, a menos que pudesse evitar outra guerra; ninguém queria lutar.” A originalidade do tratado não estava tanto no que seria capaz de realizar, mas no que representava; à semelhança do Plano Marshall — e do Tratado de Bruxelas, do qual resultou —, a OTAN exemplificou a mudança mais significativa verificada na Europa (e nos EUA) em decorrência da guerra: a disposição de dividir informações e cooperar em defesa, segurança, comércio, regulação monetária e muito mais. Afinal, um comando integrado aliado em tempo de paz representava um desvio sem precedentes em relação às práticas estabelecidas.

Mas a OTAN não nasceu pronta dos acordos de 1949. Na primavera de 1950, Washington ainda se preocupava com a explicação a ser dada aos franceses e demais europeus para o argumento de que a única esperança realista de defesa para a Europa Ocidental era rearmar a Alemanha, tópico que causava desconforto geral e provavelmente provocaria uma reação imprevisível por parte de Stalin. Em todo caso, ninguém queria despender recursos preciosos em rearmamento. O apelo à neutralidade — como alternativa a um confronto desprotegido — crescia, tanto na Alemanha quanto na França. Se a Guerra da Coreia não tivesse estourado exatamente naquele momento (razoável noção contrafactual, pois a guerra quase não aconteceu), o contorno da história europeia recente talvez fosse bastante diverso.

O apoio à invasão da Coreia do Sul por Kim Il Sung, em 25 de junho de 1950, foi o pior erro de cálculo cometido por Stalin. Imediatamente, norte-americanos e europeus ocidentais chegaram à conclusão (equivocada) de que a Coreia era um ensaio, um prelúdio, e que a Alemanha seria a próxima — inferência reforçada pela bravata de Walter Ulbricht de que a República Federal seria a próxima a tombar. A União Soviética havia realizado um teste bem-sucedido com a bomba atômica fazia apenas oito meses, o que levou especialistas militares norte-americanos a pensar que a preparação soviética para a guerra era bem maior do que na realidade; mesmo assim, é provável que os aumentos no orçamento solicitados no ofício número 68 pelo Conselho de Segurança Nacional (apresentado em 7 de abril de 1950) não fossem aprovados, não fosse o ataque à Coreia.

O risco de uma guerra europeia, embora bastante exagerado, não era de todo inexistente. Stalin *contemplou* a possibilidade de um ataque — à Iugoslávia, não à Alemanha Ocidental —, mas abandonou a idéia diante do rearmamento ocidental. E, assim como o Ocidente se confundiu diante do propósito soviético na Coreia, Stalin — aconselhado pelos serviços de

inteligência sobre a rápida escalada militar dos EUA — supôs, equivocadamente, que os norte-americanos tinham as suas próprias intenções agressivas em relação à esfera soviética no Leste Europeu. Mas nenhuma dessas suposições ou erros de cálculo era evidente à época, e políticos e generais faziam o melhor que podiam, baseando-se em informações limitadas e na análise de precedentes.

A escalada do rearmamento ocidental foi bastante intensa. O orçamento militar dos EUA subiu de 15,5 bilhões de dólares, em agosto de 1950, para 70 bilhões, em dezembro do ano seguinte, na sequência da declaração de Emergência Nacional feita pelo presidente Truman. Em 1952 e 1953, os gastos com defesa consumiram 17,8% do PIB norte-americano, comparados a apenas 4,7% em 1949. Em resposta a uma solicitação de Washington, os aliados dos EUA na OTAN também aumentaram o dispêndio com defesa: após decrescer continuamente desde 1946, os gastos britânicos com o setor militar em 1951 e 1952 elevaram-se a quase 10% do PIB, crescendo em ritmo ainda mais acelerado do que durante o auge de rearmamento constatado nos anos que precederam o início da guerra. A França também aumentou a despesa com defesa em níveis comparáveis. Em todos os países membros da OTAN, os gastos com defesa alcançaram os índices mais elevados do pós-guerra entre 1951 e 1953.

O impacto econômico desse aumento súbito em investimento militar foi inusitado. Especialmente na Alemanha houve uma inundação de pedidos de maquinária, ferramentas, veículos e outros produtos que a República Federal tinha plenas condições de fornecer, ainda mais porque a Alemanha Ocidental estava proibida de fabricar armas e podia, portanto, concentrar-se na produção de tudo mais. A produção de aço da República Democrática, que era de 2,5 milhões de toneladas em 1946 e 9 milhões em 1949, elevou-se a quase 15 milhões de toneladas em 1953. O déficit em dólares com a Europa e o resto do mundo caiu 65% em um ano, enquanto os Estados Unidos gastavam somas imensas no exterior, em armas, estoques de equipamentos, instalações militares e tropas. Em Turim, a Fiat obteve os primeiros contratos com os EUA, para prestar assistência em solo a aeronaves a jato (contrato que a Embaixada norte-americana em Roma, por motivos políticos, defendeu junto a Washington).

Mas nem todas as notícias econômicas eram positivas. O governo britânico foi forçado a desviar receitas públicas previamente destinadas a serviços de bem-estar social a fim de fazer frente a compromissos de defesa, decisão que dividiu o Partido Trabalhista, que então comandava o país, e contribuiu para a

derrota dos trabalhistas nas eleições de 1951. O custo de vida na Europa Ocidental subiu, pois os gastos do governo alimentaram a inflação — na França, os preços para o consumidor se elevaram em 40% em dois anos, depois do início da guerra na Coréia. Os europeus ocidentais, que apenas começavam a colher os benefícios da Ajuda Marshall, não tinham a menor condição de suportar por muito tempo o que havia se tornado uma economia de guerra, e em 1951 a Lei de Segurança Mútua, promulgada nos EUA, reconheceu tal fato, desativando o Plano Marshall e transformando-o em programa de assistência militar. Em fins de 1951, os EUA transferiram aproximadamente 5 bilhões de dólares em apoio militar ao Oeste Europeu.

De simples reforço psicológico à confiança européia, a OTAN passou a constituir um grande comprometimento militar, recorrendo aos recursos aparentemente ilimitados da economia norte-americana e empenhando os americanos e seus aliados numa escalada de homens e equipamentos sem precedentes em tempo de paz. O general Eisenhower voltou para a Europa como comandante aliado supremo, e quartéis-gerais e sedes administrativas aliadas foram estabelecidos na Bélgica e na França. A Organização do Tratado do Atlântico Norte passou a ser, abertamente, uma *aliança*. A principal tarefa da OTAN era o que os estrategistas militares chamavam de “defesa avançada” da Europa: i.e., confronto com o Exército Vermelho no meio da Alemanha. Para desempenhar esse papel, ficou decidido, na reunião do Conselho da OTAN realizada em Lisboa em fevereiro de 1952, que a aliança precisaria reunir ao menos 96 novas divisões militares em dois anos.

Porém, mesmo com a significativa e crescente presença militar norte-americana, só havia um meio de a OTAN atingir seus objetivos: rearmar os alemães ocidentais. Graças à Coréia, os americanos viam-se obrigados a tocar nesse assunto delicado (a questão foi abordada formalmente, pela primeira vez, por Dean Acheson, numa reunião de ministros das Relações Exteriores realizada em setembro de 1950), apesar da relutância inicial do presidente Truman. De um lado, ninguém queria pôr armas nas mãos dos alemães, passados apenas cinco anos da libertação da Europa; de outro, e por analogia às dificuldades econômicas observadas na Bizona três anos antes, havia algo de perverso em se gastar bilhões de dólares para defender os alemães ocidentais de um ataque russo sem solicitar-lhes qualquer contribuição. E se a Alemanha se tornaria, conforme alguns previam, uma espécie de zona intermediária e futuro campo de batalha, então o risco de se alienar a simpatia alemã e incentivar sentimentos neutros não poderia ser ignorado.

Moscou, evidentemente, não aceitaria de bom grado o rearmamento da Alemanha Ocidental. Mas, depois de junho de 1950, as suscetibilidades soviéticas já não representavam uma consideração fundamental. Os britânicos, por mais que relutassem, não viam alternativa senão encontrar um mecanismo que permitisse o rearmamento da Alemanha, mas que a mantivesse sob firme controle aliado. Eram os *franceses* os oponentes mais contumazes da idéia de se armar a Alemanha, e a França não tinha se unido à OTAN apenas para ver a organização se tornar uma cobertura para a remilitarização alemã. A França conseguiu obstruir e adiar o rearmamento da Alemanha até 1954. Porém, muito antes disso, a política francesa já sinalizava uma transição, permitindo que Paris aceitasse com algum grau de serenidade uma restauração contida da Alemanha. Infeliz e frustrada por se ver reduzida à condição de menor das Grandes Potências, a França abraçara uma nova vocação: de iniciadora de uma nova Europa.

A idéia de uma União Européia, de uma forma ou de outra, não era nova. O século XIX havia experimentado na Europa Central uma variedade de uniões alfandegárias, com diferentes graus de sucesso, e mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, ocasionalmente, falava-se com idealismo a respeito da noção de que o futuro da Europa estava na convergência das diversas partes. A própria Primeira Guerra Mundial, longe de dissipar essas visões otimistas, parece ter-lhes conferido mais vigor: conforme Aristide Briand — estadista francês e autor entusiasmado de pactos e projetos europeus — insistia, chegara o momento de superar rivalidades passadas e pensar e falar como europeu, sentir-se europeu. Em 1924, o economista francês Charles Gide uniu-se a outros signatários por toda a Europa para o lançamento de um Comitê Internacional em prol da União Alfandegária Européia. Três anos mais tarde, um jovem ministro do Ministério das Relações Exteriores britânico se diria “perplexo” diante da extensão do interesse continental na idéia “pan-européia”.

E o que é até prosaico, a Grande Guerra levava franceses e alemães, curiosamente, a uma melhor apreciação de sua dependência mútua. Quando findou o transtorno do pós-guerra e Paris abandonou os esforços inúteis para obter à força indenizações junto à Alemanha, foi assinado o chamado Pacto do Aço, em setembro de 1926, entre França, Alemanha, Luxemburgo, Bélgica e a região da Saarlândia (então autônoma), visando à regulamentação da produção de aço e à prevenção de estoques excedentes. Embora, no ano

seguinte, Tchecoslováquia, Áustria e Hungria tenham assinado o pacto, o esquema jamais passou de um cartel típico; mas o primeiro-ministro alemão, Gustav Stresemann, com certeza, viu no pacto o modelo embrionário de futuros acordos transnacionais. Ele não era o único que pensava assim.

A exemplo de outros projetos ambiciosos da década de 1920, o Pacto do Aço mal conseguiu sobreviver à crise de 1929 e à depressão subsequente. No entanto, o acordo reconhecia algo que em 1919 já se tornava evidente para os magnatas do ferro: que a indústria do aço francesa, depois que teve a sua dimensão duplicada em consequência da reintegração da Alsácia-Lorena, ficaria totalmente dependente do coque e do carvão originários da Alemanha e, portanto, precisaria encontrar bases para uma colaboração duradoura. A situação era igualmente óbvia para os alemães, e quando, em 1940, os nazistas ocuparam a França e chegaram a um acordo com Pétain sobre um sistema de pagamentos e entregas que se traduzia na aplicação de recursos franceses ao esforço de guerra alemão, muita gente, de ambos os lados, viu nessa recente “colaboração” franco-germânica o embrião de uma nova ordem econômica “européia”.

Assim, Pierre Pucheu, veterano gestor da administração de Vichy, que mais tarde foi executado pelos Franceses Livres, contemplava uma ordem européia no pós-guerra em que barreiras alfandegárias fossem eliminadas e uma economia européia única que abrangesse todo o continente, com uma só moeda. A visão de Pucheu — compartilhada por Albert Speer e muitos outros — representava uma espécie de atualização do Sistema Continental de Napoleão sob a égide de Hitler, e agradava a uma geração mais jovem de burocratas e profissionais continentais que na década de 1930 tinham sofrido decepções decorrentes de formulação de política econômica.

O que tornava tais projetos especialmente tentadores era o fato de serem, tipicamente, apresentados em termos do interesse comum, pan-europeu, e não como projeções egoístas de planos nacionais estanques. Eram projetos “europeus”, e não alemães ou franceses, e eram muito admirados durante a guerra por aqueles que se esforçavam para crer que algo de bom poderia advir da ocupação nazista. O fato de que os próprios nazistas, a rigor, haviam unificado grande parte da Europa — removendo fronteiras, realizando expropriações, integrando redes de transportes etc. — tornou a idéia ainda mais plausível. E o atrativo de uma Europa liberada do passado e dos antagonismos mútuos era reconhecido também no exterior. Quatro anos após a derrota nazista, em outubro de 1949, George Kennan confessaria a Dean Acheson que,

embora compreendesse a apreensão quanto à crescente importância da Alemanha em questões do Oeste Europeu, “sempre me pareceu, enquanto lá morei durante a guerra, que o que havia de errado com a nova ordem de Hitler era o fato de ser de Hitler”.

A observação de Kennan foi feita em particular. Em público, depois de 1945, poucos se dispunham a dizer algo positivo acerca da Nova Ordem proposta durante a guerra — cuja ineficiência e má-fé Kennan subestimara um tanto. O argumento a favor da cooperação intra-européia, evidentemente, não arrefeceu — Jean Monnet, por exemplo, continuou a acreditar, depois da guerra (e já em 1943), que para usufruir “prosperidade e progresso social [...] os Estados da Europa devem formar [...] uma ‘entidade européia’, que os transforme em unidade”. E havia entusiastas do Movimento pela Unidade Européia, formado em janeiro de 1947, a partir do incentivo de Churchill.

Winston Churchill foi um dos primeiros e mais influentes defensores de algum tipo de assembléia européia. Em 21 de outubro de 1942, escreveu a Anthony Eden: “Devo admitir que meus pensamentos estão, primeiramente, na Europa, no renascer da glória da Europa [...]. Seria um desastre imensurável se o bolchevismo russo encobrisse a cultura e a independência dos veneráveis Estados da Europa. Por mais difícil que seja agora prever, espero que a família européia possa agir com união, sob um Conselho da Europa.” Mas as circunstâncias políticas do pós-guerra pareciam inadequadas a esses ideais. O melhor que se podia esperar era a criação de uma espécie de fórum europeu de debates, proposta formulada durante o Congresso do Movimento de Unidade Européia, realizado em Haia em maio de 1948. O “Conselho da Europa”, que nasceu dessa sugestão, foi inaugurado em Estrasburgo, em maio de 1949, e reuniu-se, pela primeira vez, naquela mesma cidade, em agosto do mesmo ano, com a participação de delegados vindos da Grã-Bretanha, Irlanda, França, dos países do Benelux, da Itália, Suécia, Dinamarca e Noruega.

O Conselho não tinha poder nem autoridade, e tampouco status jurídico, legislativo ou executivo. Os “delegados” não representavam ninguém. O maior trunfo do Conselho era o simples fato da sua existência, mas, em novembro de 1950, o órgão expediu a “Convenção Européia dos Direitos Humanos”, cuja importância se tornaria mais marcante nas décadas seguintes. Conforme o próprio Churchill havia reconhecido, num discurso feito em Zurique, em 19 de setembro de 1946: “O primeiro passo na recriação da família européia deve ser uma sociedade entre a França e a Alemanha.” Mas nos anos do pós-guerra

os franceses, como já vimos, não estavam dispostos a vislumbrar tal sociedade.

Contudo, ao norte da França, os vizinhos menores não perdiam tempo. Mesmo antes do fim da guerra, os governos exilados de Bélgica, Luxemburgo e Holanda assinaram o “Acordo do Benelux”, que eliminava barreiras tarifárias e contemplava o trânsito livre de trabalho, capital e serviços entre os países signatários. A União Alfandegária do Benelux entrou em vigor em 1º de julho de 1948, sendo seguida por discussões esporádicas com a França e a Itália acerca de projetos que ampliassem a área de cooperação. Contudo, esses projetos embrionários relativos a uma “Pequena Europa” encalharam no problema alemão.

Todos concordavam, conforme concluíram os negociadores do Plano Marshall, reunidos em Paris em julho de 1947, que a “economia alemã deveria ser integrada à economia da Europa de modo a contribuir para a elevação do padrão de vida”. A pergunta era — como? A Alemanha Ocidental, mesmo depois de 1949, quando se tornou um Estado, não tinha ligações orgânicas com o restante do continente, a não ser através dos mecanismos do Plano Marshall e da ocupação aliada — ambos temporários. A maioria dos europeus ocidentais ainda considerava a Alemanha uma ameaça, não uma parceira. No setor econômico, os holandeses sempre tinham dependido da Alemanha — 48% dos ganhos “invisíveis” da Holanda antes de 1939 vinham do comércio com a Alemanha, transportados pelos portos e canais da Holanda —, e o renascimento econômico germânico era vital para a região. Porém, em 1947, apenas 29% da população holandesa tinham uma atitude “amigável” em relação aos alemães, e para a Holanda era importante que uma Alemanha economicamente restabelecida fosse política e militarmente fraca. Essa visão era endossada pela Bélgica com veemência. Nem a Bélgica nem a Holanda contemplavam um acordo com a Alemanha, a menos que fosse contrabalançado pela garantia do envolvimento da Grã-Bretanha.

O impasse foi desfeito pelos eventos internacionais de 1948 e 1949. Com o golpe de Praga, o acordo para um Estado alemão ocidental, o bloqueio a Berlim e os planos para a formação da OTAN, ficou evidente para estadistas franceses, como Georges Bidault e Robert Schuman, que a França precisava repensar a abordagem a ser adotada diante da Alemanha. Haveria agora uma entidade política, a Alemanha Ocidental, que incluía o Ruhr e a Renânia — somente a pequenina Saarlândia tinha sido separada, temporariamente, do território da Alemanha, e o carvão da região não se prestava à fabricação de

coque. Como seriam os recursos dessa nova República Federal, a um só tempo contidos e mobilizados a favor da França?

Em 30 de outubro de 1949, Dean Acheson apelou a Schuman para que a França tomasse a iniciativa de incorporar o novo Estado alemão ocidental aos assuntos de interesse europeu. Os franceses estavam bem a par da necessidade de *agir* — como Jean Monnet mais tarde lembraria a George Bidault, os EUA, certamente, incentivariam uma nova e independente Alemanha Ocidental a incrementar a produção de aço, o que provavelmente saturaria o mercado, forçando a França a proteger a sua própria indústria siderúrgica e, por conseguinte, provocando uma volta às guerras comerciais. Conforme vimos no Capítulo III, o plano de Monnet — e, com o plano, o restabelecimento da França — dependia de uma solução eficaz para esse dilema.

Foi nessas circunstâncias que Jean Monnet propôs ao ministro de Relações Exteriores da França o que ficou conhecido como “Plano Schuman”. A medida constituiu verdadeira revolução diplomática, embora o processo já estivesse se desenvolvendo havia cinco anos. A essência do plano era bastante simples. Nas palavras de Schuman: “O governo francês propõe que a totalidade da produção franco-germânica de carvão e aço fique sujeita a uma Alta Autoridade Conjunta, inserida na estrutura de uma organização que também ficasse aberta à participação dos demais países da Europa.” Mais do que um cartel de carvão e aço, mas muito, muito menos do que um projeto de integração europeia, a proposta de Schuman representou uma solução prática para um problema que afligia a França desde 1945. No esquema de Schuman, a Alta Autoridade Conjunta tinha poderes para estimular a competição, fixar política de preços, direcionar investimentos e comprar e vender em nome dos países participantes. Mas, acima de tudo, a Alta Autoridade tomaria de mãos estritamente alemãs o controle do Ruhr e de outros recursos vitais germânicos. Representava uma solução europeia para um — para o — problema francês.

Robert Schuman anunciou seu plano em 9 de maio de 1950, informando Dean Acheson a respeito um dia antes. Os britânicos não foram avisados previamente. O Quai d’Orsay obteve com essa atitude uma certa satisfação: foi a primeira de uma série de pequenas represálias contra decisões anglo-americanas tomadas anteriormente sem consulta a Paris. A mais recente dessas decisões tinha sido a desvalorização unilateral de 30% da libra esterlina, promovida pela Grã-Bretanha oito meses antes, ocasião em que somente os norte-americanos foram notificados com antecedência, o restante da Europa tendo se visto obrigado a seguir a Grã-Bretanha.⁴⁴ Ironicamente, foi a

lembrança dos riscos de um renovado egoísmo econômico e da falta de comunicação entre os Estados europeus que levava Monnet e outros a pensar num meio de avançar rumo à solução por eles proposta.

O governo alemão acolheu, imediatamente, a proposta de Schuman, o que poderia parecer improvável: na exultante resposta a Schuman, Konrad Adenauer declarou que “esse plano do governo francês conferiu às relações entre nossos dois países, que estavam ameaçadas de paralisação devido a desconfianças e diferenças, um novo ímpeto em prol de uma cooperação construtiva”. Ou, conforme ele disse, de modo mais direto, a seus assessores: “*Das ist unser Durchbruch*” — isto é o nosso grande avanço. Pela primeira vez, a República Federal da Alemanha entrava numa organização internacional nas mesmas bases que outros Estados independentes — e o país estaria agora comprometido com a aliança ocidental, como Adenauer desejava.

Os alemães foram os primeiros a ratificar o Plano Schuman. A Itália e os países do Benelux seguiram a Alemanha, embora os holandeses, a princípio, relutassem em se comprometer sem a adesão dos britânicos. Mas os britânicos declinaram o convite de Schuman e, sem a Grã-Bretanha, não havia a menor hipótese de os escandinavos assinarem. Portanto, apenas seis Estados da Europa Ocidental assinaram (em abril de 1951) o Tratado de Paris, fundando a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA).

Talvez valha a pena parar um instante para destacar uma característica da Comunidade que à época não passou despercebida. Todos os seis ministros das Relações Exteriores que assinaram o tratado em 1951 pertenciam aos partidos democratas cristãos dos respectivos países. Os três estadistas dominantes dos principais países membros — Alcide de Gasperi, Konrad Adenauer e Robert Schuman — eram egressos de regiões marginais de seus países: De Gasperi era de Trentino, no nordeste da Itália; Adenauer era da Renânia; Schuman, da Lorena. Quando De Gasperi nasceu — e ainda quando já era adulto —, Trentino fazia parte do Império Austro-húngaro, e De Gasperi estudou em Viena. Schuman cresceu numa Lorena que tinha sido incorporada ao Império Germânico. Na juventude, a exemplo de Adenauer, ele pertencera a associações católicas — na verdade, às mesmas associações a que Adenauer pertencera dez anos antes. Quando se encontravam, os três conversavam em alemão, seu idioma comum.

Para os três, assim como para os colegas democratas cristãos nativos de Luxemburgo (país bilíngüe), da Bélgica (bilíngüe e bicultural) e da Holanda, um projeto de cooperação européia fazia sentido tanto em termos culturais

quanto econômicos: era razoável que tal projeto fosse visto como um aporte para a superação da crise de civilização que havia rachado a Europa cosmopolita do tempo da juventude desses homens. Originários das regiões marginais de seus respectivos países, onde identidades eram múltiplas e fronteiras fungíveis, Schuman e seus colegas não se perturbavam muito diante da perspectiva de certo grau de fusão da soberania nacional. Pouco tempo antes, os seis países membros da CECA tinham visto a sua soberania ignorada, pisoteada pela guerra e pela ocupação; restava-lhes pouca soberania que pudesse ser perdida. E a preocupação comum (de democratas cristãos) quanto à coesão social e responsabilidade coletiva os predispunha a aceitar a idéia de uma “Alta Autoridade” transnacional que exercesse poderes executivos pelo bem comum.

Porém, mais ao norte, a perspectiva era bem diferente. Nas terras protestantes da Escandinávia e da Grã-Bretanha (ou sob o ponto de vista protestante de um alemão do norte, como Schumacher), a Comunidade Européia do Carvão e do Aço exalava um pouco de incenso autoritário. Tage Erlander, primeiro-ministro socialdemocrata sueco de 1948 a 1968, na verdade atribuiu à presença da maioria católica na nova comunidade o motivo da ambivalência da Suécia em aderir à CECA. Em 14 de maio de 1950 — cinco dias após tomar conhecimento do Plano de Schuman —, Kenneth Younger, veterano conselheiro de Bevin, registrou em seu diário que, embora, de modo geral, fosse favorável à integração econômica européia, as novas propostas, “por outro lado, [... talvez pudessem constituir] um passo rumo à consolidação de uma ‘internacional negra’ católica, força que sempre achei que estivesse por trás do Conselho da Europa”. Na ocasião, esse ponto de vista não era considerado extremo, tampouco era incomum.

A CECA não era uma “internacional negra”. Não era sequer uma alavanca econômica eficaz, uma vez que a Alta Autoridade nunca exerceu o tipo de poder pretendido por Monnet. Antes, e a exemplo de tantas outras inovações institucionais daqueles anos, a Comunidade propiciava o espaço psicológico para a Europa avançar com renovada autoconfiança. Conforme Adenauer explicou a Macmillan dez anos mais tarde, a CECA nem mesmo era uma organização econômica (e a Grã-Bretanha, em sua opinião, bem fizera em não aderir). Não se tratava de um projeto de integração européia, a despeito das fantasias de Monnet; era uma espécie de mínimo denominador comum do interesse mútuo que havia na Europa Ocidental na ocasião da assinatura do

acordo, um veículo político disfarçado de mecanismo econômico, um artifício para superar a hostilidade franco-germânica.

Nesse ínterim, os problemas que a Comunidade Européia do Carvão e do Aço se destinava a tratar começaram a se resolver sozinhos. No último trimestre de 1949, a República Federal da Alemanha recuperou os níveis de produção industrial observados em 1936; já em fins de 1950, os níveis de 1936 haviam sido ultrapassados em um terço. Em 1949, a balança comercial da Alemanha Ocidental com a Europa baseava-se na exportação de matérias-primas (basicamente carvão). Um ano depois, em 1950, o saldo estava negativo, pois a Alemanha consumia as suas próprias matérias-primas, para alimentar a indústria local. Já em 1951, o saldo voltou a ser positivo e assim permaneceria por muitos anos, graças à exportação alemã de itens *industrializados*. No final de 1951, as exportações germânicas já superavam em mais de seis vezes o nível de 1948, e carvão, produtos manufaturados e o comércio da Alemanha abasteciam uma renascença econômica na Europa — na verdade, em fins dos anos 50, a Europa Ocidental sofria os efeitos de uma saturação de carvão. O quanto disso pode ser atribuído à CECA é questão um tanto duvidosa — foi a Coréia, e não Schuman, que acelerou a máquina industrial da Alemanha Ocidental. Mas, em última análise, a questão não teve grande importância.

Se a Comunidade Européia do Carvão e do Aço foi algo bem menor do que se julgava — se o comprometimento francês com os organismos supranacionais era apenas um mecanismo para controlar uma Alemanha da qual os franceses continuavam a desconfiar, e se o crescimento econômico europeu deveu pouco às ações de uma Alta Autoridade cujo impacto na competição, no emprego e nos preços foi mínimo —, por que, então, os britânicos se recusaram a aderir à CECA? Por que parecia ser algo tão importante que justificasse a opção britânica?

Os britânicos nada tinham contra uma união alfandegária na Europa — eram bastante favoráveis à união, ao menos no que se referia a outros europeus. O que os deixou pouco à vontade foi a idéia de uma instância executiva supranacional, implicada na instituição da Alta Autoridade, ainda que esta dirigisse apenas a produção e a fixação de preços de duas mercadorias. Já fazia algum tempo que Londres esclarecera esse ponto — em 1948, quando Bevin debateu com o Conselho Ministerial do governo trabalhista propostas relativas a uma futura Organização Européia de Cooperação Econômica, sua principal

preocupação era que “o controle efetivo deveria ficar nas mãos das delegações nacionais [...] a fim de impedir que o colegiado (ou algum alto executivo ‘independente’) agisse sozinho [...]. Estava fora de questão que instruções fossem dadas pela organização a um determinado país membro, separadamente”.

Essa relutância britânica em abrir mão de um controle em nível nacional era, evidentemente, incompatível com o propósito de Monnet em relação à CECA. Mas os britânicos consideravam a Comunidade uma ponta de interferência continental em assuntos britânicos, uma interferência cujas implicações eram ainda mais arriscadas por serem obscuras. Conforme Bevin explicou a Acheson, ao justificar a recusa da Grã-Bretanha em aderir à Comunidade, “quando estão em jogo questões de importância vital, não podemos comprar gato por lebre, e [tenho] certeza de que, se estivessem numa posição similar, os americanos pensariam o mesmo”. Ou, como ele disse aos assessores, de modo mais expressivo, quando lhes falou das dúvidas que tinha acerca do Conselho da Europa: “Ao se abrir essa Caixa de Pandora, nunca se sabe que cavalos de Tróia pularão para fora.”

Em parte, o raciocínio britânico era de natureza econômica. A economia britânica — especialmente o segmento que dependia do comércio — parecia estar bem mais saudável do que a dos vizinhos continentais. Em 1947, as exportações britânicas representavam, em valores, a soma das exportações da França, Itália, Alemanha Ocidental, dos países do Benelux, da Noruega e Dinamarca. Enquanto, naquela época, os Estados europeus negociavam sobretudo entre si, a Grã-Bretanha mantinha relações comerciais com o mundo inteiro — na realidade, em 1950, o comércio da Grã-Bretanha com a Europa era bem *inferior* ao que fora em 1913.

Aos olhos das autoridades britânicas, portanto, o país tinha mais a perder do que a ganhar comprometendo-se com uma participação em acordos econômicos restritivos e firmados com países cujos panoramas pareciam um tanto indefinidos. Um ano antes da proposta de Schuman, a posição do Reino Unido, expressa em particular por funcionários do alto escalão, era a de que, “a longo prazo, não é atraente para nós a cooperação econômica com a Europa. Na melhor das hipóteses, será um desperdício de recursos. Na pior, pode causar sérios danos à nossa economia”. Ao que deve ser acrescentada a apreensão do Partido Trabalhista diante da idéia de aderir a acordos continentais cuja natureza pudesse limitar a liberdade do partido para adotar políticas “socialistas” em âmbito doméstico, políticas intimamente relacionadas aos interesses dos antigos sindicatos da indústria que haviam fundado o

Partido Trabalhista cinquenta anos antes: conforme, em 1950, o primeiro-ministro interino, Herbert Morrison, explicou ao Conselho Ministerial, no momento em que o convite feito por Schuman era (brevemente) considerado: “Não adianta; não podemos fazer isso; os mineradores de Durham não vão vestir essa camisa.”

E havia também a Comunidade das Nações Britânicas. Em 1950, a Comunidade incluía grandes extensões de terras na África, no sul da Ásia e nas Américas, muitas das quais ainda se encontravam em mãos britânicas. Territórios coloniais, da Malásia à Costa do Ouro (Gana), possuíam reservas em dólares e mantinham depósitos elevados em Londres — os notórios “saldos em libras esterlinas”. A Comunidade (ou Império, termo ainda empregado pela maioria das pessoas) era grande fonte de matérias-primas e alimentos, e fazia parte da identidade nacional britânica, ou assim parecia à época. Para a maioria dos formuladores de políticas, era uma imprudência flagrante — além de ser praticamente impossível — integrar a Grã-Bretanha a qualquer sistema europeu continental que separasse o país dessa sua outra dimensão.

A Grã-Bretanha, então, fazia parte da Europa, mas também integrava uma comunidade imperial anglófona que se espalhava por todo o mundo. E tinha com os Estados Unidos uma ligação bastante peculiar. O povo britânico tendia a uma certa ambivalência em relação aos EUA: enxergava o país, à distância, como um “paraíso de esplendores de consumo” (Malcolm Bradbury), em contraste com a vida apertada dos britânicos, mas, pelo mesmo motivo, ressentia-se. Os dois governos, entretanto, continuavam a professar fé no que mais tarde seria chamado de “relação especial” entre os dois países. Em certa medida, isso decorreu da presença da Grã-Bretanha durante a guerra na “mesa principal”, como uma das Três Grandes Potências em Yalta e Potsdam, e como a terceira potência nuclear, depois do sucesso do teste da bomba britânica, em 1952. Decorreu também da colaboração intensa entre os dois países durante a própria guerra. E apoiou-se um pouco na sensação de superioridade tipicamente inglesa em relação ao país que substituíra a Grã-Bretanha no ápice imperial.⁴⁵

Os americanos sentiam-se decepcionados em face à relutância do Reino Unido diante da idéia de unir o seu destino à Europa, e irritados com a insistência da Grã-Bretanha em preservar seu status imperial. Entretanto, a atitude de Londres, em 1950, traduzia mais do que auto-engano imperial ou teimosia. A Grã-Bretanha, conforme mais tarde admitiria Jean Monnet em suas memórias, não tinha sido invadida ou ocupada: “Não sentia a

necessidade de exorcizar a História.” Os britânicos vivenciaram a Segunda Guerra Mundial como um momento de reconciliação nacional, de união de esforços, e não como um rasgão na malha do Estado e da nação (como a guerra era lembrada do outro lado do canal). Na França, o conflito revelou tudo o que havia de errado na cultura política da nação; na Grã-Bretanha, a luta pareceu confirmar tudo o que havia de certo e positivo nas instituições e nos hábitos nacionais. A Segunda Guerra Mundial, para a maioria dos britânicos, fora travada entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, e os britânicos tinham saído triunfantes e devidamente vingados.⁴⁶

Esse orgulho contido diante da capacidade de sofrer, resistir e vencer marcou a Grã-Bretanha, em contraste com o continente. E isso também modelou a cultura política dos anos do pós-guerra. Nas eleições de 1945, pela primeira vez na História, o Partido Trabalhista obteve ampla maioria no Parlamento e, conforme vimos, fez avançar uma vasta gama de nacionalizações e reformas sociais, culminando com a implantação do primeiro Estado previdenciário do mundo. As reformas introduzidas pelo governo foram, de modo geral, bem recebidas pelo povo — apesar de causarem poucas mudanças nos hábitos e afinidades mais arraigados da nação. Nas palavras de J. B. Priestley, escrevendo para o periódico *New Statesman*, em julho de 1949: “Somos uma monarquia socialista que na realidade é o último monumento ao liberalismo.”

Na Grã-Bretanha do pós-guerra, a política interna ocupou-se de questões de justiça social e das reformas institucionais necessárias à concretização dessa justiça. Em grande medida, a situação resultou da soma de equívocos por parte de governos anteriores quanto à maneira de abordar as desigualdades sociais; na opinião de muitos observadores, a retomada tardia do debate acerca de gastos públicos urgentes — para saúde, educação, transporte, habitação, pensões etc. — constituía uma merecida recompensa pelos sacrifícios recentemente feitos pelo país. Mas significava também que a maioria dos eleitores britânicos (e muitos parlamentares) não fazia a menor idéia do grau de pobreza que existia no país, nem do quanto custara à população a vitória na luta épica travada contra a Alemanha.

Em 1945, a Grã-Bretanha estava insolvente. Os britânicos recrutaram mais indivíduos (e durante mais tempo) para as Forças Armadas do que qualquer outro país: em 1945, 10 milhões de homens e mulheres empunhavam armas, ou as fabricavam, isso num universo de 21,5 milhões de adultos empregados. Em vez de ajustar o esforço de guerra britânico aos recursos limitados do país, Winston Churchill gastou todas as fichas — tomando empréstimos aos

americanos e vendendo patrimônio britânico no exterior, para manter o fluxo de verbas e equipamentos. Como disse um ministro da Fazenda do tempo da guerra, naqueles anos observou-se “a transição da Inglaterra, do status de maior nação credora do mundo ao de maior nação devedora do mundo”. O custo da Segunda Guerra Mundial para a Grã-Bretanha foi duas vezes maior do que o da Primeira Guerra; o país perdeu a quarta parte da riqueza nacional.

Isso explica as recorrentes crises monetárias da Grã-Bretanha no pós-guerra, pois a nação se esforçava para pagar dívidas imensas em dólares, recorrendo a uma receita drasticamente reduzida. Esse é um motivo pelo qual, na Grã-Bretanha, o Plano Marshall quase não teve impacto em termos de investimento ou modernização industrial: 97% da contrapartida de recursos (mais do que em qualquer outro lugar) foram utilizados para pagar a gigantesca dívida do país. Para qualquer nação européia de porte médio, as circunstâncias difíceis observadas no pós-guerra na Grã-Bretanha seriam bastante problemáticas; mas, no caso britânico, os problemas ficavam evidentemente exacerbados pela escala global das responsabilidades imperiais do país.

Para a Grã-Bretanha, o custo da manutenção do status de Grande Potência aumentara muito desde 1939. Entre 1934 e 1938, os gastos totais do país com atividades militares e diplomáticas contabilizaram 6 milhões de libras esterlinas por ano. Em 1947, somente para a rubrica de gastos com o setor militar, o governo orçou 209 milhões de libras. Em julho de 1950, às vésperas da Guerra da Coreia — i.e., *antes* que as despesas com defesa, após o início da guerra, aumentassem —, a Grã-Bretanha tinha uma esquadra completa no Atlântico, outra no Mediterrâneo e uma terceira no oceano Índico, além de uma “Estação-China” permanente. O país mantinha 120 esquadrões da Real Força Aérea pelo mundo inteiro, e dispunha de exércitos ou setores de exércitos lotados em bases permanentes em Hong Kong, na Malásia, no Golfo Pérsico e no Norte da África, em Trieste e na Áustria, na Alemanha Ocidental e no próprio Reino Unido. Além do mais, havia uma extensa e dispendiosa rede diplomática, consular e de inteligência espalhada mundo afora, aliada ao serviço público que operava junto às colônias, o que, por si só, já constituía um peso burocrático e administrativo, ainda que tivesse sido recentemente reduzido, em decorrência da saída britânica da Índia.

Dadas as circunstâncias extenuantes, o único meio de o país honrar os pagamentos era impor a si mesmo medidas de austeridade e penúria sem

precedentes — o que, em parte, explica uma característica tão comentada quando se fala daqueles anos: a altiva e vitoriosa Grã-Bretanha parecia mais sovina, mais pobre, mais cinzenta e sombria do que qualquer das terras derrotadas, ocupadas e arrasadas que ficavam do outro lado do canal. Tudo era racionado, restringido, controlado. O editor e ensaísta Cyril Connolly, apesar de ser reconhecidamente pessimista (mesmo nos melhores tempos), captou muito bem o estado de espírito da época, numa comparação que fez entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, em abril de 1947:

Aqui o ego está um tanto sob pressão; a maioria de nós não é constituída de indivíduos, mas de integrantes de uma numerosa classe neutra, abatida, exausta, submetida a um número excessivo de leis, com nossas roupas desmazeladas, nossos cartões de racionamento e nossas histórias de suspense, nossa apatia invejosa, severa, típica do velho mundo — um povo exaurido. E o símbolo desse estado de espírito é Londres, hoje em dia a maior, mais triste e mais suja das grandes cidades, com quilômetros de casas sem pintura, sem habitantes, restaurantes sem comida, pubs sem cerveja, bairros outrora vivos ora perdendo a personalidade, praças desprovidas de elegância [...] multidões vagueando pelo vime verde manchado das lanchonetes, com suas capas de chuva surradas, sob um céu sempre sombrio e pesado como uma tampa metal de travessa.

Foi um tempo de austeridade. Com o intuito de aumentar os níveis de exportação do país (e assim obter moeda estrangeira), quase tudo era racionado ou, simplesmente, indisponível: carne, açúcar, roupas, carros, gasolina, viagens internacionais, até doces. O racionamento de pão, jamais imposto durante a guerra, foi introduzido em 1946 e somente abandonado em julho de 1948. Em 5 de novembro de 1949, o governo comemorou, com alarde, o “fim das restrições”; mas com o aperto do cinto causado pela Guerra da Coréia, muitas daquelas mesmas restrições tiveram de ser reinstituídas, e o racionamento básico de comida só acabou na Grã-Bretanha em 1954 — muito depois do restante da Europa Ocidental. Cenas urbanas na Grã-Bretanha do pós-guerra pareceriam rotineiras aos cidadãos do bloco soviético — segundo as palavras de uma dona de casa inglesa, lembrando aqueles anos: “Era fila para tudo [...], mesmo que desconhecêssemos o motivo da fila [...], entrávamos na fila, porque sabíamos que haveria algo nos esperando no final dela”.

Os britânicos se mostraram extremamente tolerantes diante das privações — em parte devido à crença de que tais privações eram, ao menos, vivenciadas por toda a comunidade; mas o acúmulo de frustração decorrente do racionamento e das restrições, bem como um certo ar de paternalismo puritano observado em alguns ministros do Partido Trabalhista (especialmente o chanceler do Erário, sir Stafford Cripps), contribuiu para a recuperação eleitoral dos conservadores, na década de 1950. A sensação de que não havia escolha e de que o governo sabia o que estava fazendo tornou a primeira geração do pós-guerra na Inglaterra, conforme relembra o romancista David Lodge, falando de sua juventude, “cautelosa, hesitante, grata por pequenos favores e modesta em ambição”, estabelecendo um contraste marcante com a geração seguinte. E, ao que parece, os favores não eram tão pequenos. Conforme Sam Watson, veterano líder do sindicato dos mineradores de Durham, fez lembrar aos colegas, durante a convenção anual do Partido Trabalhista, em 1950: “A pobreza está extinta. A fome é algo desconhecido. Os doentes têm assistência, os idosos, carinho; nossos filhos crescem numa terra de oportunidades.”

A Grã-Bretanha continuava a ser uma sociedade reverente, dividida em classes — e o Estado previdenciário, conforme vimos, beneficiou o “cidadão mediano”, acima de tudo. E, na realidade, renda e riqueza *foram* redistribuídas como resultado da legislação do pós-guerra — o quinhão da riqueza nacional nas mãos do segmento mais rico da população (1%) caiu de 56%, em 1938, para 43%, em 1954; e o efetivo desaparecimento do desemprego apon- tou um contraste otimista em relação à sombria década que antecedeu a guerra. Entre 1946 e 1948, 150 mil britânicos migraram para Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e muitos outros contemplaram migração; porém, a partir de 1951, parecia que os piores momentos dos anos de austeridade já haviam passado, e o país pôde oferecer a si mesmo o espetáculo otimista do “Festival da Grã-Bretanha”, em comemoração ao centenário da grande Exposição de 1851, promovida pelo príncipe Albert.

Os sentimentos daquele momento foram bem captados pelo documentário cinematográfico que Humphrey Jennings produziu a respeito da Inglaterra, em 1951, intitulado *Retrato de Família*. O próprio título já aponta algo característico do país — documentarista algum na França, Itália, Alemanha ou Bélgica pensaria em tal formulação. O filme celebra a “inglesidade”, fortemente colorida por lembranças comuns de sofrimento e glória na guerra recente, e é imbuído de indisfarçável orgulho das peculiaridades locais. É grande a ênfase em ciência e progresso, propósito e trabalho. E não há qualquer referência a

vizinhos ou aliados da Inglaterra. Em 1951, o país é apresentado sozinho, conforme a situação na qual já se achava em 1949. Já em 1828, o poeta alemão Heinrich Heine fez o comentário de que “raramente é possível, para os ingleses, em seus debates parlamentares, expressarem princípios. Limitam-se a discutir a utilidade ou inutilidade de algo, e a apresentar fatos a favor e contra”. Os britânicos recusaram o convite feito por Robert Schuman, em 1950, porque julgavam inútil a adesão a um projeto econômico europeu, e por causa de um antigo incômodo em relação às trapalhadas continentais. Mas a decisão britânica de ficar de fora da CECA foi, acima de tudo, instintiva, psicológica, fruto da extrema peculiaridade da experiência britânica recente. Falando para uma platéia de nova-iorquinos, em janeiro de 1952, Anthony Eden assim resume a decisão britânica: “Isso é algo que sabemos, no íntimo, que não podemos fazer.”

A decisão não foi definitiva; porém, tomada naquele momento, mostrou-se profética. Com a ausência da Grã-Bretanha (e dos escandinavos, na esteira da Grã-Bretanha), o poder na “pequena Europa” Ocidental caiu, automaticamente, nas mãos da França. Os franceses, então, fizeram o que os britânicos teriam feito em outras circunstâncias, e forjaram a “Europa” à imagem francesa, moldando instituições e políticas de acordo com um formato baseado em precedentes franceses. Naquele momento, foram os europeus continentais, não os britânicos, que lamentaram o curso dos acontecimentos. Muitos líderes europeus ilustres desejavam, sinceramente, a adesão da Grã-Bretanha. Conforme mais tarde observou Paul-Henri Spaak, estadista belga, em tom pesaroso: “A liderança moral — viria de bandeja.” Também Monnet, mais tarde, indagaria como teria sido se a Grã-Bretanha tivesse tomado a iniciativa num momento em que a autoridade britânica era inigualável. Dez anos depois, é verdade, os britânicos reconsiderariam. Mas, na Europa do pós-guerra, dez anos era muito tempo, e àquela altura os dados já tinham sido lançados.

33 Isto é, “De acordo com sua região, sua religião”. (N. do T.)

34 Os búlgaros, na verdade, tinham oscilado bastante ao longo dos anos, desde o apoio entusiasmado ao germanismo até o culto ao eslavismo. Nenhum dos dois serviu bem à Bulgária. Como comentou um comandante local à época: “A Bulgária sempre escolhe a carta errada [...] e bate com ela na mesa!”

35 Não foi a primeira vez que tropas russas armadas supervisionaram eleições cruciais na Polônia: durante a eleição parlamentar de 1772, na qual os poloneses tiveram de escolher representantes que haveriam de ratificar a divisão do país, tropas estrangeiras assumiram uma postura ameaçadora, a fim de garantir o resultado desejado.

- 36** O Partido Agrário em terras tchecas e seu parceiro, o Partido Popular, na Eslováquia, foram banidos depois da guerra, por convivência com a política nazista.
- 37** A opinião pública ocidental foi influenciada também pela morte de Masaryk, em 10 de março de 1948 — constou que ele tivesse “caído” da janela, no pátio interno do Ministério das Relações Exteriores. As circunstâncias exatas da morte jamais foram elucidadas.
- 38** Quando, em julho de 1949, em seguida ao rompimento com Stalin, Tito fechou a fronteira terrestre entre a Iugoslávia e a Grécia, a resistência comunista grega desmoronou quase imediatamente.
- 39** O PCI, na realidade, recebeu mais votos nas eleições de 1948, mas à custa dos socialistas, que perderam de muito. Os democratas cristãos, vitoriosos, bateram as esquerdas unidas por mais de 4 milhões de votos.
- 40** Não foi coincidência o fato de os conselheiros soviéticos terem sido chamados da Iugoslávia, em 18 de março de 1948, quando faltavam apenas 48 horas para que o general Sokolovski se retirasse da reunião do Conselho de Controle Aliado, na Alemanha.
- 41** Se ele desejasse o contrário, poucos seriam os impedimentos. Na primavera de 1948, a União Soviética tinha trezentas divisões ao alcance de Berlim. Os EUA tinham apenas 60 mil soldados em toda a Europa, e menos de 7 mil em Berlim.
- 42** A Lei Básica foi criada em cunho *experimental* — “a fim de fornecer uma nova ordem para a vida política, durante um período de transição”: i.e., até que o país fosse reunificado.
- 43** Canção de autoria de George Gershwin, cujo título significa, literalmente: “Eu tenho muito de nada.” (N. do T.)
- 44** O ministro da Fazenda francês, Henri Queuille, queixou-se ao embaixador dos EUA na França, referindo-se à “total falta de lealdade da Grã-Bretanha”.
- 45** Ponto de vista captado com sutileza nestes versos anônimos, escritos durante as negociações do empréstimo concedido à Grã-Bretanha no pós-guerra: “Em Washington, lorde Halifax / Certa vez sussurrou a lorde Keynes: / É verdade, eles têm mais dinheiro / Mas somos *nós* que pensamos primeiro.”
- 46** É compreensível que os alemães *não* recordassem a guerra nesses termos e, nas décadas seguintes, tenham ficado atônitos diante de canções de torcedores ingleses de futebol e manchetes de jornais britânicos em que alemães eram chamados de “Hans”, “Krauts” etc.

Entrando no Furacão

“Digam o que quiserem — os comunistas foram mais inteligentes.

Tinham um programa grandioso, planos para um mundo novo em folha, em que todos teriam o seu lugar [...]. Desde o início, houve quem percebesse que carecia de natureza idílica e desejasse deixar o país. Mas, uma vez que, por definição, idílio é um mundo para todos, os indivíduos que queriam emigrar negavam, implicitamente, a validade do idílio. Em vez de irem para o exterior, foram parar detrás das grades.”
Milan Kundera

“E, portanto, foi necessário ensinar às pessoas a não pensar e não julgar, induzi-las a ver o que não existia e a defender o oposto do que era óbvio para todos.”
Boris Pasternak, Doutor Jivago

“Conheci muita gente no campo capaz de combinar um arguto entendimento do que se passava no país como um todo com o culto religioso a Stalin.”
Eugenia Ginsburg, Journey into the Whirlwind (Jornada ao Furacão)

“Stalinismo significa matar o homem interior. A despeito do que dizem os sofistas, a despeito das mentiras dos intelectuais comunistas, essa é a questão básica. O homem interior precisa ser morto para que o Decálogo comunista seja alojado na alma.”
Alexander Wat

“Aqui, eles primeiro enforcam o sujeito, depois o julgam.”
Molière, Monsieur de Pourceaugnac

Para os observadores ocidentais, nos anos subseqüentes a 1945, a União Soviética apresentava características assustadoras. O Exército Vermelho se deslocava a pé e arrastava armas e suprimentos em carroças puxadas por animais de carga; os soldados não tinham direito a licença e, se vacilassem, não contavam com clemência nenhuma: apenas em 1941 e 1942, 153.593 soldados foram executados por “covardia”. Porém, depois de um início titubeante, a URSS produziu mais e lutou mais do que o colosso nazista, arrancando o coração da magnífica máquina militar alemã. Tanto para os amigos quanto para os inimigos, a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial prestou testemunho dos feitos dos bolcheviques. A política de Stalin foi justificada, e os crimes por ele cometidos antes da guerra, em grande medida, esquecidos. O sucesso, conforme Stalin bem sabia, é uma fórmula que dá certo.

Mas a vitória soviética custou muito caro. De todos os vencedores da Segunda Guerra Mundial — na verdade, de todas as nações que participaram do conflito (vencedores e vencidos) —, a URSS foi a única que sofreu danos econômicos permanentes. As perdas em vidas humanas e recursos foram imensas, e seriam sentidas durante décadas. Zdeněk Mlynář, comunista tcheco que em 1951 estudava em Moscou, relembra a capital atolada em “pobreza e atraso [...] um imenso vilarejo de casebres de madeira”. Longe das cidades, a situação era bem pior. Estradas, pontes, ferrovias tinham sido deliberadamente destruídas em quase toda a Bielo-Rússia, na Ucrânia e no oeste da Rússia. No início dos anos 50, a safra de grãos foi menor do que a de 1929, a qual, por sua vez, havia sido bem inferior à última safra colhida em tempo de paz, na época dos tsares. A guerra tinha sido travada em algumas das terras soviéticas mais férteis, e centenas de milhares de cavalos, vacas, porcos e outros animais foram mortos. A Ucrânia, que jamais se recuperara da fome propositada e punitiva dos anos 30, deparava-se com nova fome — agora não planejada — no inverno de 1946 e na primavera de 1947.

Mas os anos da guerra também testemunharam o que viria a ser uma duradoura semimilitarização da vida soviética. A administração centralizada e o foco implacável na produção de tanques, canhões e aviões tinham transformado a URSS, no decorrer da guerra, em máquina bélica extremamente eficaz, negligente quanto à vida e ao bem-estar humano, mas bem preparada para enfrentar a guerra generalizada. O grupo de burocratas do partido formado durante a guerra — a geração de Brejnev — acreditava que força e sucesso dependiam da produção em larga escala por parte de indústrias ligadas à defesa, e tal grupo haveria de dirigir o país ao longo dos quarenta anos

seguintes, tendo sempre em mente esse modelo. Antigas metáforas leninistas de luta e confronto de classes podiam agora ser relacionadas a nobres lembranças de uma guerra real. O Estado-Partido Soviético adquiriu um novo mito fundador: a Grande Guerra Patriótica.

Graças ao tratamento que os nazistas davam às terras e aos povos subjugados, a luta de 1941 a 1945 na Rússia *foi* uma guerra patriótica. Stalin encorajava expressões autônomas de sentimento nacional e religioso da população russa, permitindo que o partido e seus objetivos fossem, temporariamente, substituídos por uma aura de propósito comum na batalha titânica contra os invasores germânicos. E a ênfase nas raízes soviéticas do passado imperial russo também serviu aos objetivos de Stalin durante a investida soviética sobre a Europa Central.

O que Stalin queria na Europa, mais do que tudo, como vimos, era segurança. Mas ele também tinha interesse nos benefícios econômicos que decorriam das vitórias no Ocidente. Os pequenos Estados da Europa Central, desde a Polônia até a Bulgária, já viviam sob a ameaça do domínio germânico muito antes da Segunda Guerra Mundial: especialmente na década de 1930, a Alemanha nazista era o principal parceiro comercial desses países e fonte de capital estrangeiro. Durante a guerra, essa relação foi simplificada, transformada na relação semelhante à que existe entre senhor e escravo, na qual a Alemanha, em seu esforço de guerra, arrancava o máximo possível da terra e da população. O que aconteceu depois de 1945 foi que a União Soviética assumiu o controle, literalmente, a partir do ponto em que os alemães tinham deixado, anexando a Europa Oriental à economia da URSS, como uma fonte a ser explorada à vontade.

A União Soviética recebeu indenizações da Hungria e da Romênia, ex-alias de Hitler. Essas indenizações, assim como as que foram extraídas da Zona Soviética na Alemanha, pouco recompensaram as perdas da Rússia, mas representaram grandes sacrifícios por parte dos países pagadores: em 1948, as indenizações pagas pela Romênia à URSS somaram 15% da renda nacional; na Hungria, esse valor foi de 17%. Em relação aos países que não haviam lutado contra ele, Stalin não foi menos exigente, mas o fez em termos “fraternais” e não punitivos.

Estima-se que até o final da década de 1950 a União Soviética tenha retirado da RDA, Romênia e Hungria muito mais do que despendeu para controlá-las. Na Tchecoslováquia as despesas se equipararam às receitas. Entre 1945 e 1960, o auxílio à Bulgária e, especialmente, à Polônia deve ter

custado bem mais a Moscou do que esses países propiciaram à metrópole em termos de comércio e produção industrial. Esse modelo de benefícios inconstantes nas relações econômicas entre metrópole e colônia é conhecido por historiadores que estudam o colonialismo, e nesse particular a relação entre a URSS e suas terras a oeste era convencionalmente “imperial” (exceto que, no caso soviético, o centro imperial era, na verdade, mais pobre e mais atrasado do que a periferia subjugada).

A diferença entre Stalin e outros construtores de impérios, inclusive os tsares, era a insistência de Stalin em reproduzir nos territórios sob seu controle formas de governo e sociedade *idênticas* àquelas verificadas na União Soviética. Assim como fizera no leste da Polônia entre 1939 e 1941, e nos Estados bálticos, em 1940 e, novamente (depois que a região foi reconquistada dos nazistas), em 1945, Stalin dispôs-se a remodelar a Europa Oriental à imagem soviética, a reproduzir a História, as instituições e práticas soviéticas em cada um dos pequenos Estados agora controlados pelos partidos comunistas.

Albânia, Bulgária, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e a República Democrática Alemã destinavam-se a se tornar, na expressão bem escolhida de um estudioso, “réplicas do Estado [soviético], geograficamente contíguas”.⁴⁷ Cada um desses países deveria ter a sua Constituição inspirada na Constituição soviética (a primeira dessas Constituições foi adotada na Bulgária, em dezembro de 1947; a última, na Polônia, em julho de 1952). Todos deveriam implementar “reformas” econômicas e adotar Planos Quinquenais a fim de alinhar suas instituições e práticas às da União Soviética. Todos deveriam se tornar Estados policiais, segundo o modelo soviético. E todos deveriam ser governados através do aparato de um Partido Comunista subserviente (de fato, se não de direito) ao Partido Comunista que governava em Moscou.⁴⁸

Os motivos que levaram Stalin a reproduzir a sociedade soviética nos Estados-satélites eram, mais uma vez, bastante simples. Na Europa Oriental do pós-guerra, o desejo generalizado por paz, terra, alimento e um novo começo talvez tenha facilitado o caminho dos comunistas até o poder, mas não era uma garantia de apoio local à política soviética. A preferência por comunistas, em relação a fascistas ou a alguma forma de socialdemocracia, não bastava para se sobreviver à experiência concreta de um domínio comunista. Até mesmo o apelo da garantia soviética contra o revanchismo alemão talvez declinasse com o passar do tempo.

Stalin precisava assegurar a aliança inabalável dos vizinhos satélites, e só conhecia um meio de fazê-lo. Primeiro, o partido precisava conquistar o

monopólio do poder. De acordo com a Constituição húngara de agosto de 1949, o partido deveria reservar para si o “papel principal”, extinguindo ou absorvendo todas as demais entidades políticas. O partido se tornou o único veículo de mobilidade social, a única fonte de patrocínio, e ministrador de justiça — através do controle exercido sobre os tribunais. Inseparável do Estado, cujas instituições eram por ele mobilizadas, e recebendo instruções diretamente de Moscou, o partido local e seu aparato de segurança estatal eram a alavanca mais direta à disposição do comando soviético.

Segundo, o partido-Estado exerceria o monopólio sobre as decisões econômicas. Essa não era uma questão simples. As economias dos Estados do Leste Europeu variavam consideravelmente. Algumas eram modernas, urbanas e industriais, com uma classe operária considerável; outras (a maioria) eram rurais e empobrecidas. Algumas, como a Polônia e a Hungria, contavam com setores estatais bastante desenvolvidos, que remontavam a um período anterior à guerra, ocasião em que foram adotadas estratégias de proteção contra a invasão econômica alemã. Em outras, como a Tchecoslováquia antes da guerra, propriedade e atividade empresarial tinham estado, primordialmente, em mãos do setor privado. Alguns países e regiões tinham um setor comercial próspero; outros faziam lembrar regiões da própria União Soviética. A maior parte da região havia sofrido amargamente os efeitos da Depressão e das políticas protecionistas autárquicas adotadas para combatê-la; porém, durante a guerra, como vimos, determinados setores industriais — especialmente na Hungria e na Eslováquia — tinham, na realidade, se beneficiado do investimento germânico em produção bélica.

Apesar dessa variedade, as tomadas de controle pelos comunistas foram logo seguidas da imposição de uniformidade econômica em toda a região. Primeiramente, em consonância com a redefinição leninista de “socialismo” como questão de propriedade e não de relações sociais, o Estado expropriou grandes empresas de serviços, comércio e indústria, nos casos em que essas ainda não estivessem nas mãos do setor público. Em seguida, o Estado tomou, tributou ou levou à falência todas as empresas que empregavam mais do que cinquenta pessoas. Na Tchecoslováquia, já em dezembro de 1948, quase não existia empresa privada com mais de vinte empregados. Na mesma data, 83% da indústria húngara estavam em mãos do Estado, 84% da indústria polonesa, 85% da indústria romena e 98% da indústria búlgara.

Um dos procedimentos utilizados para a eliminação da classe média detentora de propriedade privada no Leste Europeu foi a reforma monetária. O

mecanismo se mostrou eficaz na destruição das poupanças financeiras de camponeses e empresários, constituindo uma espécie de atualização de imposições antigas como a tributação forçada sobre o capital. Na Romênia houve duas reformas, uma em agosto de 1947 (cujo objetivo legítimo era acabar com a hiperinflação) e a outra em janeiro de 1952, ocasião em que camponeses que acumularam poupanças nos quatro anos anteriores (havia pouco em que gastar dinheiro) tiveram as suas economias anuladas.

Tanto quanto na União Soviética, no Leste Europeu, sob o domínio soviético, a classe camponesa estava condenada. Nas zonas rurais, as primeiras reformas implementadas no pós-guerra promoveram a distribuição de pequenos lotes de terra a um grande número de agricultores. Porém, ainda que politicamente populares, as reformas apenas exacerbaram na região a antiga crise agrária: investimentos insuficientes em maquinaria e fertilizantes, elevados índices de subemprego e cinco décadas de contínuo declínio de preços de produtos agrícolas. Enquanto não se viram firmemente investidos de poder, os Partidos Comunistas do Leste Europeu estimularam, ativamente, uma redistribuição ineficiente de terras. Porém, a partir de 1949, com crescente urgência e agressividade, os partidos promoveram a destruição dos “*nepmen*” e “*kulaks*”.⁴⁹

Nos primeiros estágios da coletivização rural, pequenos proprietários de terras — àquela altura eram poucos os grandes proprietários — foram penalizados com tributação pesada (muitas vezes superior à renda desses mesmos camponeses), com preços e cotas diferenciadas que favoreciam as novas fazendas coletivas e estatais, com a retenção de cartões de racionamento e discriminação contra seus filhos, aos quais era negado estudo além do nível fundamental. Mesmo sob tais condições, um número inesperado de camponeses independentes continuou fixado à terra, embora, no mais das vezes, em “mini-fúndios” de 2 hectares ou menos, economicamente insignificantes.

Na Romênia, onde no outono de 1950 dezenas de milhares de camponeses foram compulsoriamente registrados em fazendas coletivas, e onde o regime exercia a força sem qualquer inibição, em 1962 o futuro presidente Nicolau Ceaușescu pôde anunciar, orgulhosamente, a completude da coletivização rural “três anos antes do prazo”. Na Bulgária, no decorrer dos dois primeiros Planos Quinquenais, com início em 1949, as terras férteis foram inteiramente removidas do setor privado. Na Tchecoslováquia, onde a coletivização teve um começo bastante tardio (em 1956, a maior parte das terras aráveis ainda era propriedade privada), 95% das terras agrícolas seriam apropriados nos dez

anos seguintes, e pouco menos (85%) em regiões retrógradas e inacessíveis da Eslováquia. Mas ali, assim como na Hungria e por toda a região, fazendeiros independentes mal sobreviviam. As medidas adotadas contra eles e a destruição de mercados e redes de distribuição eram a garantia do seu empobrecimento e da sua ruína.

A natureza irracional, por vezes surreal, das práticas econômicas soviéticas era fielmente reproduzida em todo o bloco. Em 30 de setembro de 1948, Gheorghe Gheorghiu-Dej, membro do Partido Comunista Romeno, anunciou: “Pretendemos realizar um acúmulo socialista à custa dos elementos capitalistas presentes na zona rural” — isso num país onde “elementos capitalistas” na economia rural eram notoriamente inexistentes. Na Eslováquia, ao longo de 1951, constatou-se até mesmo um esforço de enviar trabalhadores urbanos e funcionários públicos para o campo. A chamada “Operação Setenta Mil Devem Ser Produtivos” foi desastrosa, e logo abandonada; mas esse exercício de maoísmo *avant l'heure*, a apenas 80 quilômetros a leste de Viena, revela muito da atmosfera da época. Nesse ínterim, em terras bálticas recém-sovietizadas, a consequência da reforma agrária comunista foi uma escassez duradoura e institucionalizada, em países onde até então comida era farta e de baixo custo.⁵⁰

Para lidar com o fracasso de tal política, as autoridades introduziram leis no estilo soviético que condenavam “parasitismo”, “especulação” e “sabotagem”. Nas palavras da Dra. Zdenka Patschová, juíza e integrante da Assembléia Nacional Tchecoslovaca, dirigindo-se, em 27 de março de 1952, aos colegas legisladores: “Desmascarar os ricos dos vilarejos é a tarefa principal dos processos jurídicos [...]. A falha no embarque e o descumprimento do plano de produção [agrícola] devem ser punidos severamente, como sabotagem.” Conforme esse eco da retórica soviética dos anos 30 sugere, a antipatia pelo camponês e a implementação da coletivização rural eram provas cabais da ortodoxia stalinista.

A curto prazo, a implementação de planos de inspiração soviética para a *indústria* foi um desastre bem menos óbvio: há certas coisas que economias hegemônicas podem fazer muito bem. A coletivização da terra e a destruição da pequena empresa liberaram um excedente de homens e mulheres para o trabalho em minas e fábricas; a obstinada ênfase comunista em investimentos na produção de maquinaria pesada, em vez de bens de consumo, garantiu níveis de produção sem precedentes. Planos Quinquenais foram adotados por toda parte, com objetivos extremamente ambiciosos. Em termos de produção

bruta, os índices de crescimento observados durante a primeira fase de industrialização impressionam, notadamente em países como Bulgária e Romênia, que começaram praticamente do nada.

O número de pessoas empregadas na agricultura, mesmo na Tchecoslováquia, o país mais urbanizado da região, caiu 18% entre 1948 e 1952. Na Zona Soviética da Alemanha, a produção de aço bruto subiu de 120 mil toneladas, em 1946, para mais de 2 milhões, em 1953. Regiões da Europa Oriental (o sudoeste da Polônia e o cinturão industrial a noroeste de Bucareste) transformaram-se, quase da noite para o dia: cidades inteiras foram construídas — por exemplo, Nowa Huta, perto de Cracóvia — para abrigar os milhares de trabalhadores empregados na fabricação de ferro, aço e ferramentas. Numa escala devidamente menor, a industrialização semimilitarizada, monolítica e de primeira geração que ocorrera na União Soviética no entreguerras estava sendo repetida em todo o bloco soviético. Assim como haviam feito na Rússia, no Leste Europeu os comunistas produziam uma versão reduzida e acelerada da revolução industrial vivida pelo Oeste Europeu no século XIX.

Vista sob essa luz, a história econômica do Leste Europeu, após 1945, relembra o modelo de recuperação da Europa Ocidental naqueles mesmos anos. Também na Europa Ocidental, investimentos em produtividade e crescimento tiveram prioridade sobre a provisão de serviços e bens de consumo, embora o Plano Marshall atenuasse a severidade dessa estratégia. Também na Europa Ocidental, determinados setores industriais e locais partiram de índices baixos, e uma transição dramática, do campo para a cidade, ocorreu ao longo dos anos 50, especialmente na Itália e na França. Mas aí acabam as semelhanças. A característica marcante da história econômica do Leste Europeu comunista é que, além de carvão, aço, fábricas e prédios residenciais, a primeira fase da industrialização soviética produziu distorções grotescas e contradições, mais até do que na própria URSS.

Depois da criação, em janeiro de 1944, do Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua),⁵¹ as regras aplicáveis ao comércio entre os Estados comunistas foram estabelecidas. Cada país tinha de negociar bilateralmente com a União Soviética (outro eco de exigências que remontavam à era nazista, com Moscou, novamente, substituindo Berlim) e era obrigado a desempenhar um papel não-negociável na economia comunista internacional. Assim, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Hungria forneceriam produtos industriais acabados para a URSS (a preços fixados por Moscou), enquanto Polônia e Romênia se especializariam na produção e exportação de alimentos

e produtos industriais primários. Em troca, a União Soviética forneceria matérias-primas e combustíveis.

A não ser pela estranha inversão aqui previamente destacada — na qual a potência imperial fornecia matérias-primas e as colônias exportavam produtos acabados —, a estrutura é remanescente da colonização européia ultramarina. E, conforme se deu no caso de colônias não-europeias, assim foi no Leste Europeu: as economias nativas padeceram de deformações e subemprego. Alguns países foram proibidos de fabricar produtos acabados, outros instruídos a manufaturar determinados itens em larga escala (sapatos na Tchecoslováquia, caminhões na Hungria) e vendê-los para a URSS. Não se prestava atenção à economia de vantagens comparativas.

O modelo soviético dos anos 30, improvisado para se adequar às circunstâncias nacionais específicas — grandes distâncias, fatura de matérias-primas e infinita mão-de-obra de baixo custo e não-especializada —, não fazia o menor sentido em países pequeninos como a Hungria e a Tchecoslováquia, carentes de matérias-primas, mas dotados de força de trabalho especializada e mercados internacionais consolidados para produtos de alto valor agregado. O caso tcheco é particularmente interessante. Antes da Segunda Guerra Mundial, as regiões tchecas da Boêmia e da Morávia (que antes de 1914 já eram o coração industrial do Império Austro-húngaro) tinham produção *per capita* mais elevada do que a da França, sendo especializadas na fabricação de artigos de couro, veículos motorizados, armas de alta tecnologia e uma vasta gama de itens de luxo. Com base em índices de especialização industrial, produtividade, padrão de vida e participação em mercados internacionais, a Tchecoslováquia pré-1938 comparava-se à Bélgica e estava bem à frente da Áustria e da Itália.

Em 1956, a Tchecoslováquia comunista não apenas estava *atrás* da Áustria, Bélgica e do restante da Europa Ocidental, mas tornara-se bem menos eficiente e mais pobre do que vinte anos antes. Em 1938, o índice de carros por habitante na Tchecoslováquia e na Áustria registrava níveis similares; em 1960, o índice relativo era um para três. Nem mesmo os produtos em que o país ainda era competitivo — especialmente as armas de baixo calibre — propiciavam aos tchecos quaisquer benefícios, devido à obrigatoriedade de direcionar a exportação exclusivamente para os senhores soviéticos. Quanto à criação de indústrias gigantescas, como a Siderúrgica Gottwald, em Ostrava (semelhante às siderúrgicas existentes na Polônia, República Democrática Alemã, Hungria, Romênia, Bulgária e URSS), estas não significavam para os

tchecos uma industrialização acelerada, mas um atraso compulsório (programas intensivos de industrialização baseados na produção de aço eram implementados a despeito dos recursos limitados da Tchecoslováquia em minério de ferro). Depois de um ímpeto inicial, com benefícios obtidos em virtude de um crescimento industrial básico sem precedentes, observou-se um processo idêntico em todos os demais Estados-satélites. Já em meados dos anos 50, o Leste Europeu soviético mostrava sinais de declínio, em direção a uma obsolescência “planejada”.

Há duas exceções (parciais) nesse breve relato das economias do bloco soviético. Embora o processo de industrialização na Polônia tenha sido realizado com o entusiasmo observado em outros locais, o mesmo não pode ser dito quanto à coletivização da terra. Parece que Stalin percebeu que era impraticável forçar os camponeses da Polônia a trabalhar em fazendas coletivas, mas tal consideração, por si só, dificilmente o levaria a hesitar. O cuidado soviético no trato com a Polônia (teremos oportunidade de um novo encontro a esse respeito) era basicamente instrumental. Em contraste marcante com os demais povos subjugados do Leste Europeu, os poloneses constituíam uma população numerosa, e a sua capacidade e inclinação para se rebelar contra a servidão diante da Rússia eram conhecidas por gerações de oficiais e burocratas russos; reconhecidamente, o domínio soviético era objeto de mais ressentimento na Polônia do que em qualquer outro lugar.

Sob o ponto de vista soviético, a oposição polonesa era inoportuna — remanescentes do movimento secreto polonês de resistência continuaram a guerrilha contra o regime comunista pelo menos até fins da década de 1940 — e, supostamente, imerecida. Não tinham os poloneses ganhado 104 mil quilômetros quadrados de terras férteis em troca de 180 mil quilômetros quadrados de charcos na parte oriental do país, transferidos para a URSS depois da guerra? E não foi Moscou a (única) segurança dos poloneses contra uma Alemanha cujo ressurgimento todos previam? Além disso, a Polónia agora estava livre das minorias ali existentes antes da guerra: os judeus tinham sido mortos pelos alemães e os alemães e os ucranianos tinham sido expulsos pelos soviéticos. Se, em toda a sua complexa história, a Polónia estava agora mais “polonesa” do que nunca, deveria agradecer a Moscou.

Mas as relações entre Estados, sobretudo no bloco soviético, não dependiam de gratidão nem de ingratidão. Para Moscou, a utilidade da Polónia residia no seu potencial de servir de anteparo à agressão alemã ou ocidental. Era desejável que a Polónia se tornasse socialista, mas era imperativo que o

país se mantivesse estável e confiável. Em troca da tranqüilidade doméstica polonesa, Stalin estava disposto a tolerar uma classe de agricultores independentes (por mais ineficientes e ideologicamente desalinhados que fossem), bem como uma Igreja Católica publicamente ativa, algo que seria impensável mais ao sul ou a leste. As universidades polonesas também foram deixadas praticamente em paz, em contraste com os expurgos que esvaziaram o corpo docente de instituições de ensino superior na vizinha Tchecoslováquia e em outros locais.

A outra exceção, evidentemente, foi a Iugoslávia. Até ocorrer a ruptura entre Stalin e Tito, a Iugoslávia era, conforme vimos, o mais “avançado” dos Estados europeus no caminho do socialismo. O primeiro Plano Quinquenal de Tito superou o de Stalin, ao vislumbrar um índice de investimento industrial mais elevado do que em qualquer outro local do bloco soviético. Sete mil fazendas coletivas já haviam sido estabelecidas antes que a coletivização sequer tivesse começado nos demais Estados-satélites; e durante o pós-guerra a Iugoslávia encaminhava-se para ultrapassar Moscou, no que dizia respeito à eficiência e onipresença do aparato repressor. Os serviços de segurança empregados pelos partisanos no decorrer da guerra foram expandidos para uma rede policial de grande escala, cuja tarefa, nas palavras de Tito, era “instalar o terror nos corações daqueles que não gostam de uma Iugoslávia assim”.

A renda *per capita* na Iugoslávia por ocasião da ruptura com Stalin era a mais baixa da Europa, com exceção da vizinha Albânia; uma terra já empobrecida tinha sido surrada até a miséria, ao longo de quatro anos de ocupação e guerra civil. Para a Iugoslávia, o legado amargo da experiência da guerra tornou-se ainda mais complicado devido à composição étnica do país, o último Estado da Europa genuinamente multinacional: de acordo com o censo de 1946, a população da Iugoslávia — 15,7 milhões de habitantes — era composta de 6,5 milhões de sérvios; 3,8 milhões de croatas; 1,4 milhão de eslovenos; 800 mil muçulmanos (a maioria na Bósnia); 800 mil macedônios; 750 mil albaneses; 496 mil húngaros; 400 mil montenegrinos; 100 mil valáquios e um número não especificado de búlgaros, tchecos, alemães, italianos, romenos, russos, gregos, turcos, judeus e ciganos.

Desses, somente sérvios, croatas, eslovenos, montenegrinos e macedônios eram reconhecidos pela Constituição de 1946, embora fossem incentivados a considerar a si mesmos e aos demais “iugoslavos”.⁵² Na condição de iugoslavos, esses cidadãos tinham perspectivas que pareciam realmente soturnas.

Escrevendo de Belgrado a um amigo grego, no final da década de 1940, Lawrence Durrell disse o seguinte, referindo-se ao país: “As condições aqui são bastante deprimentes — é quase uma situação de guerra, superpovoamento, pobreza. Quanto ao comunismo, meu caro Teodoro, uma breve visita aqui será o bastante para fazer qualquer pessoa concluir que vale a pena lutar pelo capitalismo. Por mais negro que seja, com todas as manchas de sangue, é menos deprimente, menos árido, menos desesperador do que este Estado policial inerte e pavoroso.”

Nos meses que se seguiram à ruptura com Stalin, Tito, na verdade, tornou-se *mais* radical, mais “bolchevique”, como se quisesse provar a autenticidade de suas reivindicações e a falsidade dos críticos soviéticos. Mas a postura dele jamais poderia ser mantida por muito tempo. Sem auxílio externo, e confrontado pela possibilidade real de uma invasão soviética, Tito voltou-se para o Ocidente, em busca de ajuda. Em setembro de 1949, o US Export-Import Bank emprestou a Belgrado 20 milhões de dólares. No mês seguinte, a Iugoslávia tomou emprestados 3 milhões de dólares ao Fundo Monetário Internacional e, em dezembro daquele mesmo ano, assinou um contrato comercial com a Grã-Bretanha, recebendo 8 milhões de dólares em créditos.

A ameaça soviética obrigou Tito a aumentar os gastos com defesa (em relação à minguada renda nacional iugoslava), de 9,4% em 1948 para 16,7% em 1950; por motivo de segurança, as fábricas de munição do país foram transferidas para as montanhas da Bósnia (questão que teve conseqüências nas guerras da década de 1990). Em 1950, o Congresso dos EUA, agora convencido da possível relevância da Iugoslávia na Guerra Fria global, ofereceu mais 50 milhões de dólares como ajuda, nos termos da Lei de Assistência Emergencial à Iugoslávia, promulgada em 1950, e em novembro de 1951 firmou um acordo que permitia à Iugoslávia receber ajuda militar nos termos da Lei de Segurança Mútua. Em 1953, o déficit nacional iugoslavo já havia sido inteiramente coberto pelo auxílio norte-americano; de 1949 a 1955, o auxílio recebido por Tito, vindo de diversas fontes ocidentais, somava 1,2 bilhão de dólares, dos quais somente 55 milhões foram pagos. O impasse em relação a Trieste, que atormentara as relações da Iugoslávia com a Itália e o Ocidente desde 1945, foi finalmente resolvido através de um Memorando de Entendimento assinado pela Iugoslávia, Itália, Grã-Bretanha e os EUA, em 5 de outubro de 1954.

A assistência fornecida pelo Ocidente permitiu ao regime iugoslavo prosseguir priorizando a indústria pesada e a defesa, conforme já fazia antes

da ruptura de 1948. Mas, embora a Liga dos Comunistas Iugoslavos detivesse as rédeas do poder autoritário, o bolchevismo radical verificado nos anos do pós-guerra foi abandonado. Já na primavera de 1951, somente o serviço postal e o sistema de transportes ferroviário, aéreo e fluvial permaneciam sob controle federal (i.e., do governo central). Outros serviços e a totalidade dos empreendimentos econômicos estavam nas mãos das repúblicas constituintes. Em 1954, 80% das terras agrícolas tinham sido devolvidas ao setor privado, depois de um decreto de 30 de março de 1953 que permitia aos camponeses se retirarem das fazendas coletivas. Das 7 mil fazendas coletivas, apenas mil restaram.

Stalin saiu da vitória sobre Hitler bem mais forte do que antes, iluminado pela glória do “seu” Exército Vermelho, no país e no exterior. O culto à personalidade do ditador soviético, já bastante desenvolvido antes da guerra, agora chegava ao apogeu. Documentários soviéticos sobre a Segunda Guerra Mundial exibiam Stalin vencendo a guerra praticamente sozinho, planejando estratégias e comandando batalhas sem qualquer general ao seu lado. Em quase todos os campos da experiência humana, da dialética à botânica, Stalin era declarado autoridade suprema e incontestável. Biólogos soviéticos receberam instruções para pôr em prática as teorias do charlatão Lysenko, que prometera a Stalin melhorias na agricultura jamais sonhadas, se suas teorias acerca da hereditariedade de características adquiridas fossem adotadas oficialmente e aplicadas ao setor agrícola soviético — o que, de fato, aconteceu, com resultados desastrosos.⁵³ Em dezembro de 1949, na comemoração dos 70 anos de Stalin, a imagem do ditador, focalizada por holofotes pendurados em balões, iluminou o céu sobre o Kremlin. Poetas competiam entre si, cantando louvores ao líder — um dístico do poeta letão V. Lukss, composto em 1951, é típico:

Em vermelho tecemos no coração,
Teu nome, Stalin, nosso pai, nosso
irmão.

Essa obsequiosa e neobizantina unção do déspota, essa atribuição a Stalin de poderes quase mágicos, despontava diante de um pano de fundo de tirania e terror cada vez mais lúgubre. Nos últimos anos da guerra, sob o manto do

nacionalismo russo, Stalin expulsou para o leste (para a Sibéria e Ásia Central) vários pequenos povos oriundos de regiões fronteiriças do oeste e sudoeste, especialmente do Cáucaso: tchetchenos, ingush, karachays, nalkars, kalmyks, tártaros da Criméia e outros, após a deportação, em 1941, dos habitantes de origem alemã que viviam na região do Volga. Esse tratamento brutal de nações pequenas não era, absolutamente, novidade — poloneses e bálticos tinham sido exilados no leste, às centenas de milhares, entre 1939 e 1941; ucranianos, na década de 1930, e outras nacionalidades, antes dos ucranianos, desde 1921.

Os primeiros julgamentos de colaboracionistas e traidores realizados por toda a região no pós-guerra também reverberavam o sentimento nacionalista. Entre 1945 e 1947, líderes de partidos de camponeses, na Polônia, Hungria e Bulgária, foram detidos, julgados e executados, com base numa mescla de acusações de crimes verdadeiros e falsos, abrangendo desde simpatias fascistas, passando por colaboracionismo em tempo de guerra e chegando à espionagem sob mando ocidental; e, em todos os processos, os promotores se empenharam em impugnar o patriotismo e a credibilidade dos acusados na condição de representantes do povo búlgaro/húngaro/polônês. Socialistas que recusavam o abraço do Partido Comunista, como o búlgaro Krastyn Partakhov (julgado em 1946 e condenado à prisão, onde morreu três anos depois), também eram punidos como inimigos do povo.

O que é impressionante a respeito das vítimas não-comunistas daqueles primeiros julgamentos públicos é que — à exceção dos que realmente tinham ficado do lado dos alemães e cujas atividades eram, portanto, do conhecimento geral — elas se recusavam a admitir qualquer culpa ou a confessar os supostos crimes “antinacionais”. No julgamento forjado, visivelmente manipulado, do líder do Partido Agrário, Nikola Petkov, e de seus parceiros “conspiradores”, ocorrido em Sófia, em agosto de 1947, quatro dos cinco acusados insistiram em proclamar inocência, apesar de submetidos à tortura e a falsos testemunhos.⁵⁴

Com a crise iugoslava de 1948, Stalin mudou de atitude. Como alternativa a Moscou, Belgrado agradava a muita gente. Ao contrário de Stalin, Tito não era uma ameaça imperial (a não ser no contexto local dos Bálcãs); e, ao libertar seu país e conduzi-lo ao comunismo sem a ajuda de Moscou, o líder iugoslavo estabelecera um precedente interessante para qualquer comunista no Leste Europeu ainda tentado a basear a revolução no sentimento nacional. Era notória a paranóia de Stalin diante de ameaças ao seu monopólio do poder;

mas isso não significa que ele estivesse de todo errado, ao ver em Tito e no “titoísmo” um perigo real. Por conseguinte, a partir de então, o nacionalismo (“nacionalismo de Estado pequeno”, “nacionalismo burguês”) deixou de ser um valor local e passou a ser o principal inimigo. O termo “nacionalista” foi empregado pejorativamente pela primeira vez na retórica comunista como censura ao “desvio” iugoslavo no encontro da Cominform realizado em junho de 1948.

Mas, com todos os adversários domésticos do comunismo mortos, presos ou exilados, a que perigo real estaria exposto o monopólio soviético do poder? Os intelectuais estavam vendidos ou intimidados. Os militares estavam sob as rédeas das forças soviéticas de ocupação. Os protestos por parte das massas populares eram a única ameaça mais séria aos regimes comunistas, pois desgastavam as credenciais do Estado do “operário e do camponês”. E, nos seus primeiros anos, as democracias populares não eram absolutamente malvistas pelo proletariado do qual se diziam representantes. Ao contrário: a destruição das classes médias e a expulsão das minorias étnicas abriram perspectivas para a ascensão social de camponeses, operários e seus filhos.

As oportunidades eram muitas, especialmente em níveis inferiores e no emprego público: havia cargos a ocupar; apartamentos a habitar (com aluguéis subsidiados); vagas reservadas nas escolas para os filhos dos operários e indisponíveis para os filhos da “burguesia”. Competência contava menos do que confiança política, trabalho era algo garantido, e a crescente burocracia comunista buscava homens e mulheres confiáveis para o desempenho de todo tipo de função, desde administrador de quarteirão até interrogador policial.⁵⁵ A maioria da população do Leste Europeu soviético, particularmente em regiões mais atrasadas, aceitava o destino sem protestar, ao menos durante os anos em questão.

As duas exceções mais célebres a essa generalização ocorreram nos pontos mais urbanizados e desenvolvidos do bloco: na Boêmia industrial e nas ruas de Berlim sob ocupação soviética. A “reforma monetária” de 31 de maio de 1953, na Tchecoslováquia, supostamente “um golpe arrasador contra os antigos capitalistas”, representou um efetivo corte de 12% nos salários pagos pela indústria (em decorrência da elevação dos preços depois da reforma). Somado à constante deterioração das condições de trabalho, num cenário onde um dia existira uma avançada economia industrial alicerçada em mão-de-obra especializada e bem remunerada, o referido corte desencadeou o protesto de 20 mil trabalhadores, na fábrica da Škoda, em Pilsen, importante centro

industrial no oeste da Boêmia, seguido de uma passeata até a Prefeitura municipal, em 1º de junho de 1953, formada por milhares de trabalhadores que carregavam retratos de Benéš e do presidente Tomáš Masaryk, cujo mandato fora antes da guerra.

Os protestos em Pilsen, restritos a uma cidade provinciana, logo perderam força e pararam. Mas, poucos dias depois, um protesto maior foi deflagrado a algumas dezenas de quilômetros ao norte, em decorrência do enrijecimento (não-remunerado) das normas oficiais de trabalho na República Democrática Alemã. Tais normas foram impostas por um regime impopular, mais severo do que o dos senhores soviéticos em Moscou, cujo conselho, para a liderança comunista da Alemanha Oriental, no sentido de aceitar reformas e fazer concessões que detivessem o êxodo de operários especializados para o Ocidente, foi ignorado. Em 16 de junho, cerca de 400 mil trabalhadores entraram em greve em toda a Alemanha Oriental, e as maiores manifestações ocorreram na própria Berlim.

A exemplo do que tinha acontecido com os manifestantes em Pilsen, os trabalhadores alemães foram facilmente reprimidos pela *Volkspolizei*, mas não sem um custo. Cerca de trezentos manifestantes foram mortos, depois que os tanques do Exército Vermelho foram chamados; milhares foram detidos, dos quais 1.400 receberam sentenças prisionais longas. Duzentos líderes foram executados. O Levante de Berlim ocasionou a única dissensão literária explícita de Bertolt Brecht em relação ao regime comunista com o qual ele — com certa ambivalência — havia se comprometido:

Em seguida ao levante de 17 de junho,
o secretário da Liga dos Escritores
mandou distribuir panfletos na avenida Stalin,
onde se lia que o povo havia traído a
confiança do governo
e só a recuperaria com esforços redobrados.
Não seria mais simples, nessas circunstâncias,
o governo dissolver o povo e eleger
outro?

Na fronteira ocidental industrializada do império soviético, operários revoltados constituíam uma propaganda negativa para o comunismo, mas não chegavam a representar ameaça ao poder soviético — e não foi coincidência que tanto o levante de Pilsen quanto o de Berlim ocorreram depois da morte de Stalin. No tempo de Stalin, o verdadeiro desafio vinha, segundo parecia, de dentro do próprio aparato comunista. Era essa a implicação real da ruptura com a Iugoslávia, e foi como resposta direta ao “titoísmo” que Stalin retornou aos métodos antigos, atualizados e adaptados às circunstâncias. De 1948 a 1954, o mundo comunista viveu uma segunda onda de prisões, expurgos e, acima de tudo, julgamentos políticos “montados”.

O principal precedente para os expurgos e julgamentos realizados naqueles anos foi, evidentemente, o Terror Soviético dos anos 30. Também naquela ocasião, as maiores vítimas tinham sido os próprios comunistas, pois a meta era expurgar do partido “traidores” e outras ameaças às políticas e à pessoa do secretário-geral. Na década de 1930, o suposto líder era Lev Trotski — a exemplo de Tito, autêntico herói comunista que nada devia a Stalin e defensor de idéias próprias sobre estratégias e práticas comunistas. O terror dos anos 30 serviu para confirmar e ilustrar o poder e a autoridade total de Stalin, e os expurgos durante o pós-guerra serviram a um objetivo similar na Europa Oriental.

Mas se os julgamentos realizados em Moscou na década de 1930, especialmente o julgamento de Nikolai Bukharin, em 1938, tinham sido muito originais, inovações cênicas cujo impacto residia no espetáculo medonho da Revolução, consumindo não apenas os seus filhos, mas os seus próprios arquitetos, os julgamentos e expurgos ocorridos em décadas posteriores foram cópias descaradas, propositadamente modeladas a partir de práticas soviéticas do passado, como se os regimes satélites não merecessem qualquer esforço em termos de verossimilhança. E os referidos julgamentos, afinal, aconteceram no fim de uma longa série de expurgos judiciais.

Além dos julgamentos realizados no pós-guerra por motivo de traição e dos julgamentos de políticos anticomunistas, os regimes comunistas da Europa Oriental valeram-se dos tribunais para punir e fechar igrejas em todo lugar, exceto na Polônia, onde um confronto aberto com a Igreja Católica era considerado por demais arriscado. Em 1949, na Bulgária, os líderes da Igreja Protestante Unida foram julgados por conspirar o “retorno do capitalismo”. No ano anterior, a Igreja Uniata da Romênia fora obrigada pelo novo regime comunista a se fundir com a mais maleável Igreja Ortodoxa Romena, em

consonância com a antiga tradição de perseguição que remontava aos tsares russos do século XVIII. Em Praga, padres católicos foram julgados em duas ocasiões distintas, acusados de espionagem para o Vaticano (e para os EUA), tendo recebido sentenças que variaram entre dez anos de detenção e prisão perpétua; no início da década de 1950, havia nas prisões da Tchecoslováquia 8 mil frades e freiras. O monsenhor Grosz, que em janeiro de 1949 sucedeu ao cardeal Mindszenty na liderança da Igreja Católica da Hungria (depois que o cardeal foi encarcerado), foi acusado e condenado por trabalhar em prol da restauração dos Habsburgo e por tramar com partidários de Tito o armamento dos fascistas húngaros.

Os julgamentos dos próprios comunistas eram divididos em dois grupos distintos. O primeiro, iniciado em 1948 e vigorando até 1950, constituiu uma resposta imediata à ruptura entre Tito e Stalin. Na Albânia, o comunista e ministro do Interior Koçi Xoxe foi julgado de maio a junho de 1949, condenado e enforcado no mês seguinte. Acusado de ser seguidor de Tito, Xoxe distinguia-se por ter sido, *de fato*, partidário de Tito e dos planos deste voltados aos Bálcãs, numa época em que tais planos contavam com o apoio de Moscou. Nesse particular, o caso de Xoxe era um tanto raro, assim como foi raro o fato de o processo ter sido conduzido secretamente.

O julgamento do albanês foi seguido, na Bulgária, da detenção, processo e execução de Traicho Kostov, um dos fundadores do Partido Comunista Búlgaro. Kostov, fisicamente incapacitado em consequência do que havia sofrido nas mãos dos governantes búlgaros no período entre as guerras,⁵⁶ era na realidade conhecido oponente de Tito e crítico dos planos deste para absorver a Bulgária à Federação Balcânica (Tito não gostava de Kostov, e o sentimento era mútuo). Mas, ainda assim, Stalin não confiava em Kostov — que cometera a imprudência de criticar um acordo econômico entre a União Soviética e a Bulgária, declarando-o desvantajoso ao seu país —, e Kostov era o candidato ideal para um julgamento destinado a ilustrar os crimes do nacionalismo.

Em dezembro de 1949, Kostov e seu “grupo” (“O Traíçoeiro Grupo de Espionagem e Pilhagem de Traicho Kostov”) foram acusados de colaboração com búlgaros fascistas antes da guerra, de espionagem para o serviço britânico de inteligência e de conspiração com Tito. Depois de ser torturado e ceder à assinatura de uma “confissão”, Kostov recusou-se a verbalizar diante do tribunal o texto previamente acordado, revogou publicamente as afirmações que havia feito aos interrogadores e foi retirado da sala do tribunal afirmando inocência. Dois dias mais tarde, em 16 de dezembro de 1949, Kostov foi

enforcado, e os companheiros “conspiradores” condenados a longos períodos de detenção, de acordo com decisões tomadas por Stalin e seu chefe de polícia Lavrenti Beria antes mesmo do início do julgamento. O caso de Kostov foi raro, visto ter sido ele o único comunista do Leste Europeu a retirar uma confissão e clamar a própria inocência num julgamento público. O fato causou certo constrangimento internacional para o regime (o julgamento de Kostov foi transmitido por rádio e divulgado no Ocidente), e foram dadas instruções para que aquilo jamais voltasse a ocorrer. E não mais ocorreu.

Pouco tempo antes da execução de Kostov, os comunistas húngaros haviam encenado um julgamento do pretense “Tito” da Hungria, o comunista e ministro do Interior László Rajk. O texto foi idêntico ao utilizado na Bulgária — literalmente, apenas os nomes foram trocados. Acusações, detalhes, confissões eram absolutamente as mesmas, o que não surpreende, pois ambos os julgamentos foram roteirizados em Moscou. Rajk não tinha nada de inocente; na função de ministro do Interior do regime comunista, ele mandou muita gente para a cadeia — e fez pior. Mas no caso de Rajk, o indiciamento ressaltava sua “ação de traidor”, como “agente pago por uma potência estrangeira”; a ocupação soviética era particularmente antipatizada na Hungria, e Moscou não queria correr o risco de transformar Rajk em herói do “comunismo nacional”.

Conforme demonstraram os acontecimentos, tal risco não chegou a existir. Rajk falou o texto corretamente, admitiu haver trabalhado como agente anglo-americano, com o propósito de derrubar o comunismo na Hungria, informou ao tribunal que seu nome verdadeiro era Reich (portanto, de origem germânica e não húngara), e que fora recrutado em 1946 pelo serviço de inteligência iugoslavo, o qual ameaçou divulgar sua atuação como colaboracionista dos nazistas húngaros, “se ele não realizasse todas as ordens dos iugoslavos”. Os trabalhos no tribunal em que foram julgados Rajk e seus companheiros de “conspiração”, inclusive a confissão de Rajk (feita em 16 de setembro de 1949), foram transmitidos ao vivo pela Rádio Budapeste. O veredicto predefinido foi anunciado em 24 de setembro: Rajk e outros dois foram condenados à morte. As execuções, por enforcamento, foram levadas a cabo em 15 de outubro.

Os julgamentos públicos de Rajk e Kostov eram apenas a ponta do iceberg dos processos e julgamentos secretos deflagrados pela caça aos titoístas infiltrados em partidos comunistas e governos da região. Os mais afetados foram os Estados comunistas mais próximos da Iugoslávia: Bulgária, Romênia, Albânia e Hungria. Somente na Hungria — onde o receio de Stalin diante do

titoísmo crescente tinha mais fundamento, dada a proximidade da Iugoslávia, a numerosa minoria húngara situada na região de Voivodina (na Sérvia) e o alinhamento das políticas externas da Hungria e da Iugoslávia em 1947 —, cerca de 2 mil grupos comunistas foram sumariamente executados, outros 150 mil indivíduos condenados à reclusão e cerca de 350 mil expulsos do partido (o que muitas vezes significava perda de emprego, moradia, privilégios e do direito à educação superior).

As perseguições na Polônia e na Alemanha Oriental, embora tenham levado milhares de homens e mulheres para o cárcere, não resultaram em grandes julgamentos forjados. *Havia* na Polônia um candidato ao papel de Tito-Kostov-Rajk: Władisław Gomułka, secretário-geral do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos e vice-presidente do Conselho de Ministros da Polônia. Gomułka havia criticado abertamente os planos de coletivização de terras na Polônia, e era associado pelo público ao discurso de um “caminho nacional” polonês para o socialismo. Na verdade, por esse motivo, Gomułka tinha sido criticado por stalinistas convictos que integravam o partido na Polónia e, em agosto de 1948, foi substituído no cargo de secretário-geral por Bolesław Bierut. Cinco meses mais tarde, ele se demitiu da função ministerial; em novembro de 1949, foi expulso do partido e, em dezembro daquele mesmo ano, Bierut acusou Gomułka e seu “grupo”, publicamente, de nacionalismo e titoísmo.

Reduzido ao cargo de administrador da Previdência Social em Varsóvia, Gomułka foi finalmente detido, em julho de 1951, só sendo libertado em setembro de 1954. Contudo, não sofreu fisicamente, e não houve em Varsóvia julgamento baseado em acusação de titoísmo. *Houve* julgamentos na Polónia — um deles, em que um grupo de oficiais foi acusado de tramar contra o Estado, teve início no dia em que Gomułka foi detido, em 1951. E, de acordo com um esquema montado pelo serviço secreto em Moscou, Gomułka deveria ter sido incriminado por vínculo com Rajk, Tito *et al.*, através de uma intrincada rede de contatos (reais e fictícios) centrados num cidadão norte-americano, Noel Field, diretor da campanha assistencial da Igreja Unitarista na Europa durante o pós-guerra. Sediada em Budapeste, a suposta rede de mestres espíões e titoístas comandada por Field já havia sido arrolada nas acusações contra Rajk e outros e, segundo o esquema, serviria de prova principal contra Gomułka.

Mas os poloneses conseguiram resistir à pressão soviética para a realização de uma grande caçada às bruxas, ao estilo húngaro. O aniquilamento do Partido Comunista Polonês exilado, perpetrado dez anos antes em Moscou

pelas mãos de Stalin, agora permitia a Bierut prever o seu destino provável se a Polônia entrasse num vórtice de detenções, expurgos e julgamentos. Além disso, os poloneses tiveram sorte: a preparação do dossiê sobre Gomulka atrasou — ele se recusara a ceder durante os interrogatórios, bem como a assinar qualquer confissão forjada —, Stalin morreu e Beria, seu homem de confiança, foi morto antes de se instituir um julgamento na Polônia. Finalmente, naqueles anos iniciais, alguns líderes soviéticos, sem dúvida, achavam imprudente destruir a liderança comunista polonesa diante dos olhos do público.

Esse tipo de inibição não se aplicava à Tchecoslováquia, entretanto, onde em Praga, em novembro de 1952, foi encenado o maior de todos os julgamentos montados. Um grande espetáculo dessa natureza estava planejado para a Tchecoslováquia desde 1950, na seqüência imediata dos expurgos de Rajk e Kostov. Quando o julgamento foi finalmente encenado, a ênfase já não era a mesma. Tito ainda era o inimigo e as acusações de espionagem a mando do Ocidente ainda figuravam nos indiciamentos. Mas, dos 14 réus do “Julgamento dos Líderes do Centro de Conspiração contra o Estado”, 11 eram judeus. Logo na primeira página do processo ficava evidente que tal fato não era mera coincidência. Os “trotskistas, titoístas, burgueses, nacionalistas, traidores e inimigos do povo tcheco” eram também, e acima de tudo, “sionistas”.

Stalin, desde sempre, fora anti-semita. Mas até o advento da Segunda Guerra Mundial sua antipatia pelos judeus estava tão bem inserida na destruição de outros tipos de seres humanos — antigos bolcheviques, trotskistas, dissidentes de esquerda e direita, intelectuais, burgueses etc. — que a origem judaica representava quase um fator secundário no destino desses indivíduos. Em todo caso, era dogma do comunismo não se imiscuir em preconceito racial ou religioso; e, uma vez que a causa soviética estava associada à bandeira do “anti-fascismo”, conforme foi o caso desde 1935 até agosto de 1939 e, novamente, a partir de junho de 1941, os judeus da Europa não tinham um amigo melhor do que o próprio Josef Stalin.

Essa última asserção é irônica apenas em parte. Os partidos comunistas europeus, de modo especial os da Europa Central e Oriental, contavam com elevado número de judeus entre seus membros. No período entre as duas guerras, os judeus da Polônia, Tchecoslováquia, Hungria e Romênia eram uma minoria oprimida e malquista. Judeus jovens, sem inclinação religiosa,

tinham poucas opções políticas: sionismo, bundismo,⁵⁷ socialdemocracia (onde esta era legal) ou comunismo. Sendo o mais antinacional e ambicioso desses movimentos, o comunismo tinha um apelo especial. Apesar dos defeitos, a União Soviética oferecia uma alternativa revolucionária numa época em que a Europa Central e a Oriental pareciam confrontar uma escolha entre um passado autoritário e um futuro fascista.

O apelo da URSS foi acentuado pela experiência da guerra. Muitos judeus que estavam na Polônia ocupada pelos soviéticos depois do ataque dos alemães em 1939 foram deportados para o leste, e muitos pereceram em consequência de doenças e privações. Mas não foram, sistematicamente, exterminados. O avanço do Exército Vermelho pela Ucrânia e Bielo-Rússia, entrando pelos Estados bálticos, pela Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Alemanha, salvou os judeus que restavam nessas regiões. Foi o Exército Vermelho que libertou Auschwitz. É certo que na Segunda Guerra Stalin *não* lutou pelos judeus; mas se Hitler tivesse vencido — se os alemães e seus colaboradores permanecessem no controle dos territórios por eles capturados até a Batalha de Stalingrado —, outros milhões de judeus teriam sido exterminados.

Quando os partidos comunistas assumiram o poder no Leste Europeu, muitos dos grupos de liderança tinham origem judaica. Tal fato era mais marcante no segundo escalão: os chefes de polícia comunistas na Polônia e na Hungria eram judeus, assim como eram judeus os formuladores de política econômica, secretários administrativos, jornalistas de destaque e teóricos do partido. Na Hungria, o líder do partido (Mátyás Rákosi) era judeu; na Romênia, Tchecoslováquia e Polônia, o líder do partido não era judeu, mas a maioria dos integrantes dos grupos de liderança era. Judeus comunistas por todo o bloco soviético deviam tudo a Stalin. Não eram muito bem-vindos nem como comunistas nem como judeus nos países aos quais haviam retornado, muitas vezes após longo período de exílio. A experiência da guerra e da ocupação provocou nas populações locais ainda mais ressentimento em relação aos judeus (“Por que você voltou?”, perguntou uma vizinha a Heda Margolius, quando esta escapou da marcha da morte até Auschwitz e conseguiu voltar a Praga no final da guerra);⁵⁸ os judeus comunistas do Leste Europeu, talvez mais do que qualquer outro grupo, cumpriam fielmente os ditames de Stalin.

Nos primeiros anos do pós-guerra, Stalin não demonstrou hostilidade aos subordinados judeus. Nas Nações Unidas, a União Soviética apoiou com entusiasmo o projeto sionista, sendo favorável à criação de um Estado judeu

no Oriente Médio, como obstáculo às ambições imperialistas britânicas. No âmbito doméstico, Stalin via com bons olhos o trabalho do Comitê Antifascista Judaico, formado durante a guerra com o propósito de mobilizar a opinião judaica na URSS e (especialmente) no exterior a favor da luta soviética contra os nazistas. Os judeus soviéticos, a exemplo de tantos outros sob o comando de Moscou, supunham, credulamente, que o espírito ecumênico que prevaleceu durante os anos da guerra, quando Stalin buscava e aceitava toda e qualquer ajuda, implicaria tempos mais fáceis depois da vitória.

Na realidade, aconteceu o oposto. Antes mesmo do fim da guerra, Stalin, como já vimos, exilava nações inteiras no leste da Europa e, sem dúvida, tinha planos semelhantes para os judeus. O que ocorria na Europa Central ocorria também nos territórios da União Soviética: embora os judeus houvessem perdido mais do que qualquer outro povo, era fácil e de praxe culpá-los pelo sofrimento de todos. Durante a guerra, o apelo à bandeira do nacionalismo russo aproximou a retórica soviética da linguagem eslava exclusivista, típica dos velhos anti-semitas russos; isso, certamente, convinha ao regime. Para Stalin, representava a volta a um terreno conhecido, seus instintos antijudaicos reforçados pela observação do proveito que Hitler havia tirado do anti-semitismo popular.

Por vários motivos, sempre conviera aos propósitos soviéticos diminuir a natureza claramente *racista* da brutalidade dos nazistas: o massacre dos judeus ucranianos em Babi Yar foi honrado oficialmente como “o assassinato de pacíficos cidadãos soviéticos”, assim como o memorial construído em Auschwitz no pós-guerra limitava-se a referências gerais às “vítimas do fascismo”. Racismo não tinha lugar no léxico marxista; judeus mortos foram positivamente assimilados pelas mesmas comunidades locais que tanto os rejeitaram quando vivos. Mas agora as presumíveis qualidades cosmopolitas dos judeus — as ligações internacionais das quais Stalin quis se beneficiar durante os meses sombrios que se seguiram ao ataque germânico — voltavam a pesar contra eles, à medida que as linhas de batalha da Guerra Fria se posicionavam e os contatos e comunicações internacionais que remontavam ao tempo da guerra tornavam-se uma desvantagem aos olhos de Stalin.

As primeiras vítimas foram os líderes judeus que durante a guerra tinham dirigido o próprio Comitê Antifascista. Solomon Mikhoels, principal incentivador do comitê e figura proeminente do teatro iídiche da Rússia, foi assassinado em 12 de janeiro de 1948. A chegada em Moscou da embaixadora de Israel, Golda Meir, em 11 de setembro de 1948, ocasionou manifestações

espontâneas de entusiasmo judaico, com demonstrações públicas no Rosh Hashana e no Yom Kippur, bem como brados de “Ano-novo em Jerusalém”, em frente ao local onde estava a delegação israelense. Para Stalin, isso configuraria uma provocação inaceitável. E com rapidez ele perdia o entusiasmo pelo novo Estado de Israel: embora apresentasse leves inclinações socialistas, Israel não tinha qualquer intenção de se tornar um aliado soviético na região; pior, e alarmante: o Estado judeu demonstrava simpatia pelos EUA, num momento delicado. O bloqueio de Berlim apenas começara e o rompimento soviético com Tito entrava em sua fase aguda.

Em 21 de setembro de 1948, o *Pravda* publicou um artigo de Ilya Ehrenburg que indicava, claramente, mudança de linha em relação ao sionismo. A partir de janeiro de 1949, o jornal passou a publicar artigos que atacavam os “cosmopolitas apátridas”, chamando-os de “grupos de críticos teatrais que não têm amor à pátria” e “viajantes sem passaporte”. Escolas e teatros iídiches tiveram suas portas cerradas; jornais iídiches e bibliotecas foram fechados. Em 20 de novembro de 1948, o próprio Comitê Antifascista Judaico foi suprimido. Os líderes, artistas, escritores e funcionários públicos que pertenciam ao comitê foram detidos no mês seguinte e mantidos em reclusão durante três anos. Pressionados, mediante tortura, a confessar conspirações “anti-soviéticas”, os integrantes do comitê, flagrantemente, estavam sendo preparados para um julgamento forjado.

O coronel das forças de segurança que conduziu a investigação, Vladimir Komarov, tentou ampliar as acusações, a fim de configurar uma grande trama judaica contra a URSS, dirigida por Washington e Tel Aviv. Conforme disse o coronel a Solomon Lozovski, um dos prisioneiros: “Judeus são uma gente baixa, suja; todos os judeus são canalhas nojentos; toda a oposição ao partido é constituída por judeus; judeus por toda a União Soviética estão realizando uma velada campanha anti-soviética. Os judeus querem aniquilar os russos.”⁵⁹ No entanto, anti-semitismo assim tão explícito talvez fosse constrangedor até para Stalin; no final, 15 réus (todos judeus) foram julgados secretamente por um tribunal militar no verão de 1952. Só um deles não foi executado; a única sobrevivente, Lina Shtern, foi condenada a dez anos de prisão.

Enquanto isso, a maré anti-semita ganhava força nos Estados-satélites. Na Romênia, onde uma parte significativa da população judaica tinha sobrevivido à guerra, uma campanha anti-sionista foi deslançada, no outono de 1948, e mantida, com grau variável de intensidade, no decorrer dos seis anos

seguintes. Mas o tamanho da comunidade judaica romena e suas ligações com os Estados Unidos inibiam ataques diretos; na verdade, durante algum tempo, os romenos brincaram com a idéia de deixar os judeus ir embora — pedidos de visto foram autorizados, a começar na primavera de 1950, sendo suspensos só em abril de 1952, quando, somente para Israel, 90 mil judeus romenos já tinham partido.

Os planos para um julgamento encenado na Romênia centravam-se no líder comunista romeno (não-judeu) Lucretius Pătrașcanu. As dúvidas de Pătrașcanu acerca da coletivização rural, expressas publicamente, fizeram dele um candidato natural para a versão romena do “julgamento de Rajk”, baseado em acusações de pró-titoísmo, e Pătrașcanu foi detido em abril de 1948. Porém, quando os interrogadores estavam prontos para levá-lo a julgamento, o cenário já havia sido manipulado, e Pătrașcanu viu seu processo ser envolvido com o de Ana Pauker. Pauker *era* judia; filha de um *shochet* (açougueiro *Kosher*) judeu da Moldávia, foi a primeira ministra de Estado judia na história da Romênia (e a primeira mulher no mundo a ser ministra das Relações Exteriores). Em questões doutrinárias e políticas, era também conhecida como linha-dura, o que a tornou alvo exemplar da liderança romena que tentava conquistar a simpatia da população local.

A morte de Stalin frustrou os planos do líder comunista romeno Gheorghe Gheorghiu-Dej para a encenação de um julgamento que incluísse Pauker e outros. Em vez disso, ao longo de 1953 e no início de 1954, o Partido Comunista Romeno conduziu uma série de julgamentos secretos de indivíduos menos importantes acusados de espionagem sionista financiada por “agentes imperiais”. As vítimas, que iam desde membros fiéis ao grupo Sionistas Revisionistas (de direita) até comunistas judeus manchados pelo pincel do sionismo, foram acusadas de relações ilícitas com Israel e colaboração com os nazistas durante a guerra. Os indiciados foram condenados e receberam sentenças cujos períodos de detenção variaram de dez anos à prisão perpétua. Finalmente, em abril de 1954, Pătrașcanu foi julgado, depois de mofar na cadeia por seis anos; acusado de ser espião britânico, foi condenado e executado.

Pauker teve mais sorte: protegida por Moscou (primeiramente por Stalin, depois por Molotov), ela jamais foi acusada diretamente de “sionista”, e sobreviveu à expulsão do partido, ocorrida em setembro de 1952; Pauker desapareceu do cenário político e faleceu no ostracismo, em 1960. O Partido Comunista Romeno, o menor e mais isolado dos partidos do Leste Europeu,

sempre fora rachado por brigas internas, e a derrota do “direitista” Pătrașcanu e da “esquerdista” Pauker foi, acima de tudo, uma vitória para a facção do cruel e eficaz ditador Gheorghiu-Dej, cujo estilo de governo (a exemplo do sucessor Nicolau Ceaușescu) era um lembrete mórbido do antigo autoritarismo da região dos Bálcãs.

Nos anos em questão, judeus foram expurgados do partido e de cargos no governo da Romênia, assim como o foram na Alemanha Oriental e na Polônia, dois outros países onde uma facção do partido tinha condições de mobilizar o sentimento popular anti-semita e utilizá-lo contra os “cosmopolitas” do próprio partido. A Alemanha Oriental era um território sumamente fértil. Em janeiro de 1953, enquanto a “Conspiração dos Doutores” se desenrolava em Moscou, judeus ilustres da Alemanha Oriental e judeus comunistas fugiram para o Ocidente. Um integrante do Comitê Central da Alemanha Oriental, Hans Jendretski, exigiu que os judeus — “inimigos do Estado” — fossem excluídos da vida pública. Todavia, por sorte, senso de oportunidade ou prudência, os três Estados evitaram um julgamento anti-semita forjado em grande escala, do tipo do que fora planejado em Moscou e realizado em Praga.

O Julgamento de Slánský, conforme ficou conhecido, é o clássico julgamento comunista forjado. Foi meticulosamente preparado ao longo de três anos. Os primeiros “investigados” foram um grupo de líderes comunistas eslovacos, notoriamente o ministro das Relações Exteriores da Tchecoslováquia, Vladimir Clementis, detido em 1950 e acusado de “nacionalismo burguês”. Foram acrescentados ao grupo vários comunistas tchecos do escalão intermediário, acusados ao lado dos eslovacos de participar de uma conspiração titoísta-trotskista nos termos já conhecidos desde o caso Rajk. Porém, nenhum dos implicados e detidos em 1950 e 1951 era suficientemente graduado para servir de autoridade simbólica, ou cabeça, no grande julgamento público exigido por Stalin.

Na primavera de 1951, Beria, chefe da Polícia soviética, instruiu os tchecos a alterar a ênfase das investigações, desviando-as de uma trama titoísta para uma trama sionista. A partir de então, o projeto ficaria nas mãos do serviço secreto soviético — o coronel Komarov e outro oficial foram enviados a Praga, para tomar as rédeas da investigação, e a polícia de segurança tcheca bem como a liderança comunista passaram a receber ordens dos dois. A necessidade de uma vítima importante fez com que a atenção soviética focalizasse a segunda figura da hierarquia tcheca, depois do presidente Klement Gottwald: o secretário-geral do partido, Rudolf Slánský. Ao contrário de Gottwald,

marionete leal ao partido e manipulável, Slánský, embora stalinista convicto (tanto quanto Rajk, antes dele), era judeu.

A princípio, Gottwald hesitou em mandar prender Slánský — os dois haviam trabalhado juntos no expurgo dos próprios colegas, ao longo dos últimos três anos, e se o secretário-geral estivesse implicado, o próprio Gottwald talvez fosse o próximo. Mas os soviéticos insistiram, apresentando provas forjadas que ligavam Slánský à CIA, e Gottwald cedeu. Em 23 de novembro de 1951, Slánský foi detido; nos dias seguintes, ilustres judeus comunistas que ainda estavam em liberdade também foram presos. Os serviços de segurança agora se imbuíram da tarefa de arrancar confissões e “provas” dos muitos prisioneiros, com o intuito de construir um grandioso processo contra Slánský e seus colaboradores. Graças a um certo grau de resistência por parte das vítimas (especialmente o próprio ex-secretário-geral), mesmo diante de tortura bárbara, a mencionada tarefa levou quase um ano.

Finalmente, já em setembro de 1952, o indiciamento foi concluído. O texto das confissões, a indicição, as sentenças previamente determinadas e o roteiro do julgamento foram então encaminhados a Moscou, para a aprovação pessoal de Stalin. Enquanto isso, em Praga, um “ensaio geral” do julgamento foi realizado — e gravado. A idéia era ter em mãos uma versão alternativa, para ser “transmitida ao vivo”, na remota hipótese de que algum réu retirasse a própria confissão diante do tribunal, conforme fizera Kostov. Isso não foi preciso.

O julgamento transcorreu de 20 a 27 de novembro de 1952, seguindo precedentes consolidados: os réus foram acusados de terem feito e dito coisas das quais eram inocentes (com base em confissões extraídas à força de testemunhas, inclusive outros réus no mesmo processo); foram considerados culpados de atos que *havi*am praticado, mas aos quais se acrescentaram novos significados (três dos réus foram acusados de favorecer Israel em transações comerciais, numa época em que tal procedimento ainda fazia parte da política soviética); e os promotores acusaram Clementis de ter se encontrado com Tito (“carrasco do povo iugoslavo e lacai do imperialismo”) — numa época em que Clementis era vice-ministro das Relações Exteriores da Tchecoslováquia e Tito ainda contava com a simpatia soviética.

Duas características diferenciaram esse julgamento de todos os que o precederam. Promotores e testemunhas ressaltaram várias vezes a origem judaica da maioria dos acusados — “o cosmopolita Rudolf Margolius”, “Slánský [...] a grande esperança dos judeus no Partido Comunista”, “representantes do

sionismo internacional” etc. “Origem judaica” (por vezes, “origem sionista”) servia de suposição de culpa, de intenções anticomunistas, antitcheças. E a linguagem dos promotores, transmitida pela rádio tcheca, ecoava e ainda aperfeiçoava a injúria vulgar praticada pelo promotor Vishinski por ocasião dos Julgamentos de Moscou: “traidores nojentos”, “cães”, “lobos”, “sucessores selvagens de Hitler” e outras expressões desse quilate. Tal linguagem foi também recapitulada pela imprensa tcheca.

No quarto dia do julgamento, o diário comunista de Praga, *Rudé Právo*, publicou em editorial: “Qualquer pessoa estremece de asco e repulsa diante desses seres frios, insensíveis. O Judas Slánský”, prosseguia o jornal, apostara “nesses elementos estrangeiros, nessa ralé de passado dúbio”. Tcheco nenhum, explicava o redator, poderia cometer tais crimes: “Apenas sionistas cínicos, apátridas [...] cosmopolitas espertalhões vendidos ao dólar. Foram guiados nessa atividade criminosa pelo sionismo, pelo nacionalismo burguês e judaico, pelo fanatismo racial”.

Dos 14 acusados, 11 foram condenados à morte e executados, os outros três, à prisão perpétua. Um mês depois, discursando diante da Conferência Nacional do Partido Comunista da Tchecoslováquia, Gottwald disse o seguinte acerca dos antigos camaradas: “Normalmente, banqueiros, industriais, ex-*kulaks* não entravam no nosso Partido. Mas, se tivessem origem judaica e inclinação sionista, prestávamos pouca atenção às suas origens sociais. Aquele estado de coisas decorreu da nossa repulsa ao anti-semitismo e do nosso respeito pelo sofrimento dos judeus.”

O julgamento de Slánský foi uma espécie de mascarada criminosa, um assassinato judicial teatralizado em público.⁶⁰ À semelhança do julgamento do Comitê Antifascista, que os precedeu em Moscou, os processos de Praga também se destinavam a compor um prelúdio à detenção dos doutores judeus soviéticos cuja “conspiração” fora anunciada pelo *Pravda* em 13 de janeiro de 1953. Os médicos judeus — “uma gangue de terroristas sionistas” acusada de assassinar Andrei Zdanov, de tramar com a “burguesia anglo-americana” e de defender a causa do “nacionalismo judaico”, em convivência com o Comitê de Distribuição da União Judaico-americana (e com o falecido “nacionalista judeu burguês” Solomon Mikhoels) — deveriam ser julgados dentro de três meses após os veredictos do julgamento de Slánský.

Existem indicações de que, por seu turno, o “Julgamento dos Doutores” foi planejado pelo Kremlin como preâmbulo à captura em massa de judeus soviéticos e à sua subsequente deportação para Birobidjan (“pátria” a leste

designada aos judeus) e para a Ásia Central soviética, para onde muitos judeus poloneses tinham sido enviados entre 1939 e 1941: a gráfica do Ministério do Interior havia imprimido e preparado para distribuição um milhão de cópias de um panfleto que explicava “Por que os Judeus Devem ser Deslocados das Regiões Industriais do País”. Mas até Stalin parece ter hesitado (Ilya Ehrenburg o advertiu sobre o impacto devastador que um julgamento montado dos doutores judeus teria na opinião pública ocidental); em todo caso, em 5 de março de 1953, antes de tomar uma decisão, Stalin morreu.

Os preconceitos de Stalin não precisam de explicação: na Rússia e na Europa Oriental o anti-semitismo falava por si mesmo. Mais interessantes são os objetivos de Stalin, ao montar o esquema de expurgos, indiciamentos, confissões e julgamentos. Por que, afinal, o ditador soviético precisaria de julgamentos? Moscou tinha condições para eliminar quem quisesse, em qualquer local do bloco soviético, por meio de “processos administrativos”. Julgamentos talvez fossem contraproducentes; depoimentos e confissões obviamente falsos, perseguições descaradas a determinados indivíduos e categorias sociais não haveriam de convencer os observadores estrangeiros de que os procedimentos judiciais soviéticos eram fidedignos.

Mas os julgamentos forjados realizados no bloco comunista nada tinham a ver com justiça. Antes, eram uma forma de pedagogia pública, ministrada através de exemplos, uma venerável instituição comunista (o primeiro desses julgamentos na URSS ocorreu em 1928), cujo propósito era ilustrar e exemplificar as estruturas de autoridade do sistema soviético. Os julgamentos diziam ao povo quem estava certo e quem estava errado; atribuíam culpabilidade pelos erros cometidos em relação às políticas; conferiam crédito por lealdade e subserviência; chegavam a definir um roteiro, um vocabulário oficial a ser empregado na discussão de questões públicas. Depois que foi detido, Rudolf Slánský passou a ser identificado como “o espião Slánský” — o rótulo ritualístico servia como meio de exorcismo político.⁶¹

Julgamentos montados — ou tribunais, conforme os definiu Vishinski, no *Manual Soviético de Investigação Criminal*, publicado em 1936 — eram realizados, explicitamente, visando à “mobilização da opinião pública do proletariado”. Conforme a Lei de Organização da Justiça, promulgada na Tchecoslováquia em janeiro de 1953, sintetizou cruamente, a função desses tribunais era “educar os cidadãos no que toca à devoção e à lealdade à

República da Tchecoslováquia etc.”. Robert Vogeler, réu num julgamento realizado em Budapeste em 1948, observou à época: “A julgar pelo modo como nossos roteiros foram escritos, era mais importante estabelecer nossas identidades alegóricas do que estabelecer a nossa ‘culpa’. Cada um de nós, em seu depoimento, era obrigado a se ‘desmascarar’, em benefício da Imprensa da Cominform e do rádio.”

Os acusados foram reduzidos do status de supostos críticos ou adversários políticos a um bando de conspiradores desprovidos de princípios, com propósitos venais e traiçoeiros. Às vezes, a falta de jeito do estilo imperial soviético mascarava tal objetivo — como compreender uma retórica destinada a mobilizar a opinião pública na metrópole de Budapeste reiterando os erros dos que se opuseram “à luta contra os *kulaks*”? Mas ao “povo” não se pedia que acreditasse naquilo que ouvia; o povo era treinado apenas para repetir o que ouvia.

Uma das utilidades dos julgamentos públicos era identificar bodes expiatórios. Se a política econômica comunista não estava alcançando o sucesso previamente anunciado e se a política externa soviética estava bloqueada ou obrigada a fazer concessões, alguém precisava levar a culpa. Não fosse assim, como explicar os passos em falso do Líder Infalível? Havia muitos candidatos: Slánský era amplamente antipatizado dentro e fora do Partido Comunista da Tchecoslováquia. Rajk tinha sido um ministro do Interior stalinista bastante severo. E precisamente por terem posto em prática políticas impopulares que passaram a ser vistas como fracassadas, os líderes e ministros comunistas eram vítimas em potencial. Assim como nas guerras revolucionárias francesas os generais derrotados costumavam ser acusados de traição, os ministros comunistas confessavam sabotagem quando as políticas por eles implementadas deixavam de produzir os resultados esperados.

A vantagem da confissão, além do uso simbólico como exercício de transferência de culpa, é que o procedimento confirmava a doutrina comunista. No universo de Stalin não havia discordâncias, somente heresias; não havia críticos, somente inimigos; não havia erros, somente crimes. Os julgamentos serviam para ilustrar as virtudes de Stalin e identificar os crimes do inimigo. Também ilustravam a extensão da paranóia de Stalin e a cultura de desconfiança que o cercava. Uma parte dessa paranóia consistia numa profunda ansiedade em relação à inferioridade russa (“oriental”, na verdade), num medo da influência ocidental e da sedução exercida pela riqueza do Ocidente. Durante o julgamento de “Espíões Americanos na Bulgária”, realizado em Sófia

em 1950, os réus foram acusados de propagar a noção de que “as raças eleitas vivem no Ocidente, apesar de geograficamente todas terem se originado no Oriente”. A denúncia prosseguia, afirmando que os acusados exibiam “uma queda pela subestimação servil” da qual os espiões ocidentais tinham se aproveitado.

O Ocidente, portanto, era uma ameaça que precisava ser exorcizada repetidas vezes. É claro que *havia* espiões vindos do Ocidente. No início dos anos 50, na seqüência da eclosão da Guerra da Coréia, Washington considerou a possibilidade de desestabilizar a Europa Oriental, e o serviço de inteligência dos EUA fez uma série de tentativas infrutíferas para penetrar no bloco soviético, emprestando alguma credibilidade às confissões de comunistas que, segundo constava, haviam trabalhado para a CIA ou espionado para o Serviço Secreto Britânico. E no final da vida Stalin parece ter mesmo esperado o advento de uma guerra; conforme explicou em “entrevista” ao *Pravda* publicada em fevereiro de 1951, um confronto entre o capitalismo e o comunismo era inevitável, e agora cada vez mais provável. Desde 1947 até 1952, o bloco soviético esteve em permanente pé de guerra: a produção de armas na Tchecoslováquia aumentou sete vezes entre 1948 e 1953, enquanto mais tropas soviéticas eram destacadas para a RDA e planejava-se um esquadrão especializado em bombardeios.

Sendo assim, prisões, expurgos e julgamentos constituíam um lembrete ao público do confronto iminente; uma justificativa para o medo que os soviéticos tinham da guerra e uma estratégia (conhecida de décadas anteriores) para deixar o partido leninista em boa forma e prepará-lo para o combate. A acusação de 1949, de que Rajk havia tramado com os EUA e com a Grã-Bretanha para derrubar os comunistas parecia crível a muitos comunistas e seus simpatizantes no Ocidente. Até mesmo as acusações estapafúrdias contra Slánský e colaboradores baseavam-se na verdade amplamente reconhecida de que a Tchecoslováquia possuía mais ligações com o Ocidente do que quaisquer outros Estados do bloco. Mas por que Rajk? Por que Slánský? Como eram escolhidos os bodes expiatórios?

Aos olhos de Stalin, qualquer comunista que tivesse permanecido no Ocidente, fora do controle soviético, deveria ficar sob suspeita — a despeito do que tivesse feito por lá. Comunistas que haviam participado da Guerra Civil na Espanha nos anos 30 — e houve muitos egressos da Europa Oriental e da Alemanha — eram os primeiros a cair sob suspeita. László Rajk tinha servido na Espanha (na função de comissário político do “batalhão Rákosi”); Otto Sling,

rêu no mesmo processo que Slánský, também servira na Espanha. Após a vitória de Franco, muitos veteranos espanhóis fugiram para a França, onde acabaram em campos de internação franceses. Dali, um número significativo de veteranos entrou para a Resistência Francesa, juntando-se a comunistas alemães e de outras nacionalidades que haviam se refugiado na França. O número de homens e mulheres nessa condição era tão elevado que o Partido Comunista Francês pôde organizá-los numa subseção do movimento secreto comunista, o *Main d'Oeuvre Immigré* (MOI). Comunistas ilustres, como Artur London (que também foi acusado no processo de Slánský), fizeram muitos contatos no Ocidente enquanto trabalhavam para o MOI durante a guerra, fato que também provocou a desconfiança de Stalin e que, mais tarde, pesou contra eles.

Durante a guerra, o Comitê Antifascista Judaico da URSS fora instruído a estabelecer contatos com o Ocidente e documentar as atrocidades nazistas — precisamente, atividades que mais tarde serviram de base às acusações apresentadas contra os próprios integrantes do comitê. Comunistas alemães, como Paul Merker, que viveu no México durante a guerra; comunistas eslovacos, como o futuro ministro das Relações Exteriores (Clementis), que trabalhava em Londres; qualquer um que permanecesse na Europa sob ocupação nazista — todos estavam sujeitos a acusações de terem contatado agentes ocidentais e trabalhado ao lado de adversários dos comunistas. Josef Frank, comunista tcheco que sobreviveu à reclusão em Buchenwald, foi acusado no julgamento de Slánský de ter se aproveitado do tempo em que esteve no campo de concentração para fazer contatos suspeitos com “inimigos da classe”.

Os únicos comunistas que escapavam das suspeitas de Stalin eram os que tinham vivido muito tempo em Moscou, sob a vigilância do Kremlin. Esses eram duplamente confiáveis: tendo passado anos sob o olhar das autoridades soviéticas, tinham pouco (ou nenhum) contato com o estrangeiro; e se haviam sobrevivido aos expurgos dos anos 30 (nos quais a maioria da liderança exilada dos partidos comunistas da Polônia, Iugoslávia e de outros países tinha sido eliminada), obedeceriam ao ditador soviético, indubitavelmente. Por outro lado, comunistas “nacionais”, homens e mulheres que tinham permanecido em suas pátrias, eram considerados não-confiáveis. De modo geral, tais indivíduos contavam com um histórico mais heróico em termos de resistência doméstica do que os confrades moscovitas (que voltaram da guerra por cortesia do Exército Vermelho) e, portanto, mais prestígio local. E tinham

propensão a formar suas próprias opiniões quanto a um “caminho para o socialismo”, a ser trilhado regional ou nacionalmente.

Pelas razões expostas, os comunistas “nacionais” eram quase sempre as principais vítimas dos julgamentos forjados realizados no pós-guerra. Sendo assim, Rajk era um comunista “nacional”, ao passo que Rákosi e Gerö — líderes do Partido Comunista Húngaro que dirigiram o julgamento encenado — eram “moscovitas” (embora Gerö houvesse lutado na Espanha). Fora isso, havia entre eles poucas diferenças. Na Tchecoslováquia, os homens que tinham organizado o levante eslovaco contra os nazistas (inclusive Slánský) eram vítimas fáceis da desconfiança soviética; Stalin não gostava de dividir o crédito pela libertação da Tchecoslováquia. O Kremlin preferia moscovitas confiáveis, desprovidos de heroísmo e imaginação, homens conhecidos, como Klement Gottwald.

Traicho Kostov havia liderado os guerrilheiros comunistas búlgaros durante a guerra, até ser preso; após a guerra, assumiu a segunda posição (depois de Georgi Dimitrov, recém-chegado de Moscou) até que, em 1944, seu histórico de guerra foi utilizado contra ele próprio. Na Polônia, durante a ocupação nazista, Gomulka tinha organizado a resistência armada, ao lado de Marian Spychalski; depois da guerra, Stalin favoreceu Bierut e outros poloneses baseados em Moscou. Spychalski e Gomulka foram mais tarde detidos e, conforme vimos, por pouco não protagonizaram seus próprios julgamentos montados.

Houve exceções. Na Romênia, foi um comunista “nacional”, Dej, que arquitetou a queda de outro comunista “nacional”, Pătraşcanu, bem como o ocaso da moscovita e stalinista ferrenha Ana Pauker. E até Kostov havia passado os primeiros anos da década de 1930 em Moscou, no escritório do Comintern responsável pelos Bálcãs. Kostov era também conhecido crítico de Tito (ainda que por motivos pessoais: Kostov via em Tito um herdeiro das ambições territoriais sérvias à custa da Bulgária). Entretanto, longe de salvá-lo, tal fato apenas contribuiu para agravar o crime por ele cometido — Stalin não tinha interesse em acordo ou consentimento, apenas em obediência inabalável.

Finalmente, havia um forte componente de revanche pessoal e manipulação cínica na escolha das vítimas para julgamentos e das acusações arroladas. Conforme Karol Bacílek afirmou, diante da Conferência Nacional do Partido Comunista Tcheco, em 17 de dezembro de 1952: “A questão de quem tem culpa e quem é inocente, em última instância, será decidida pelo partido

com a ajuda dos Órgãos de Segurança Nacional.” Em alguns casos, tais órgãos inventavam acusações por acaso ou fantasia; em outros, propositadamente, afirmavam o oposto do que sabiam ser a verdade. Assim, dois réus no processo de Slánský foram acusados de superfaturar produtos tchecos vendidos para Moscou. Tipicamente, mercadorias fabricadas nos Estados-satélites tinham o preço depreciado para favorecer a União Soviética; somente Moscou podia autorizar exceções. Entretanto, no caso tcheco, o superfaturamento era prática soviética consolidada, conforme os promotores bem sabiam: um meio de direcionar recursos ao Ocidente, via Praga, para serem utilizados em operações de inteligência.

Igualmente cínico — e parte de uma campanha de difamação — foi o indiciamento de Ana Pauker, acusada de “desvio” de direita e esquerda (ao mesmo tempo): primeiro ela havia “criticado” a coletivização rural; depois, tinha obrigado os camponeses a praticar a coletivização. Rajk foi acusado de dissolver a rede do Partido Comunista instalada no interior da polícia húngara, em 1947; de fato, ele havia feito isso (nas vésperas das eleições de 1947 e com aprovação oficial), para esconder a dissolução do componente socialdemocrata na polícia, que era bem mais forte. Mais tarde, secretamente, ele havia restabelecido a rede comunista, enquanto mantinha a proibição a outros partidos. Mas suas ações, impecavelmente ortodoxas à época, serviram de combustível para a máquina soviética quando chegou a hora de removê-lo.

Nos principais julgamentos forjados os acusados eram todos comunistas. Outros comunistas foram expurgados sem julgamento público ou qualquer tipo de processo judicial. Mas a grande maioria das vítimas de Stalin, na União Soviética e nos Estados-satélites, evidentemente, não era comunista. Na Tchecoslováquia, entre 1948 e 1951, os comunistas representavam apenas 0,1% dos condenados à reclusão ou aos campos de trabalho forçado, e, destes, não mais do que um em cada vinte foi condenado à morte. Na RDA, em 8 de fevereiro de 1950, foi criada a Stasi, com a missão de fiscalizar e controlar não apenas os comunistas mas toda a sociedade. Stalin não desconfiava somente dos comunistas que tivessem contatos ou experiências no Ocidente, mas de *qualquer pessoa* que tivesse vivido fora do bloco soviético.

É, portanto, desnecessário dizer que naqueles anos, para o Kremlin, praticamente toda a população da Europa Oriental estava sob suspeita. E no pós-guerra, no *interior* da União Soviética, a repressão não era menos generalizada: assim como, de 1813 a 1815, a vulnerabilidade russa à influência ocidental fora vista como a causa do Levante Decembrista de 1825, Stalin receava

contaminação e protestos como resultado de contatos estabelecidos durante a Segunda Guerra. Qualquer cidadão ou soldado soviético que houvesse sobrevivido à ocupação nazista ou à prisão era, portanto, alvo de suspeitas. Quando o Parlamento soviético aprovou uma lei, em 1949, que punia soldados que cometessem estupro com penas de dez a 15 anos de trabalho forçado, a menor das preocupações era com a condenação das loucuras cometidas pelo Exército Vermelho por toda a Europa Oriental e na Áustria. O verdadeiro motivo era a criação de um mecanismo de punição para os soldados soviéticos que retornavam à pátria.

A escala das punições distribuídas aos cidadãos da URSS e da Europa Oriental na década que se seguiu ao fim da Segunda Guerra foi gigantesca — e, fora da própria União Soviética, sem qualquer precedente. Os julgamentos eram pequenas ilhas num arquipélago de repressão: cadeia, exílio, trabalho forçado. Em 1952, no auge da segunda onda de terror stalinista, 1,7 milhão de prisioneiros encontravam-se detidos em campos de trabalho soviéticos, outros 800 mil em colônias penais e 2.753.000 em “assentamentos especiais”. A sentença típica num Gulag era de 25 anos, geralmente seguida (para os sobreviventes) de exílio na Sibéria ou na Ásia Central soviética. Na Bulgária, numa força de trabalho industrial com pouco menos de meio milhão de pessoas, dois em cada nove indivíduos eram trabalhadores escravos.

Na Tchecoslováquia, nos primeiros anos da década de 1950, estima-se que havia 100 mil prisioneiros políticos numa população de 13 milhões, número que não incluía as dezenas de milhares de trabalhadores forçados (embora assim não fossem chamados) que atuavam nas minas do país. “Eliminações administrativas”, nas quais homens e mulheres levados para a cadeia eram fuzilados secretamente, sem publicidade ou julgamento, eram uma outra forma de punição. Por vezes, a família da vítima aguardava um ano ou mais, até ser informada do “desaparecimento” do parente. Três meses depois de desaparecer, a pessoa era legalmente considerada morta, embora sem qualquer confirmação ou reconhecimento oficial. No auge do terror na Tchecoslováquia, entre trinta e quarenta anúncios dessa natureza apareciam diariamente na imprensa local. Dezenas de milhares de pessoas assim desapareceram; centenas de milhares perderam privilégios, apartamentos, empregos.

Na Hungria, entre 1948 e 1953, estima-se que cerca de um milhão de pessoas (numa população total de menos de 10 milhões) foram presas, perseguidas ou deportadas. Uma em cada três famílias húngaras foi afetada diretamente. Parentes também sofriam. Fritzi Loeb, esposa de um dos

“conspiradores” do grupo de Slánský, ficou detida durante um ano na penitenciária de Ruzyn, fora de Praga, e foi interrogada por russos que a chamaram de “fedorenta prostituta judia”. Ao ser libertada, foi exilada numa fábrica no norte da Boêmia. Esposas de prisioneiros e deportados perdiam seus empregos, apartamentos e objetos de uso pessoal. Na melhor das hipóteses, e se tivessem sorte, eram deixadas em paz, como Josephine Langer, cujo marido Oskar Langer, testemunha no julgamento de Slánský, foi mais tarde condenado num julgamento secreto a 22 anos de reclusão. Ela e as filhas viveram num porão durante seis anos.

Talvez a pior perseguição tenha ocorrido na Romênia — certamente, foi a mais duradoura. Além de mais de um milhão de detidos, em penitenciárias, campos de trabalho forçado e trabalho escravo na construção do canal de ligação entre o Danúbio e o mar Negro, dos quais dezenas de milhares sucumbiram e cujas estatísticas não incluem os deportados para a União Soviética, a Romênia se destacou pela severidade das condições nas várias “penitenciárias experimentais”, especialmente a de Pitești, onde durante três anos (de dezembro de 1949 até fins de 1952) os prisioneiros foram incentivados a se “reeducarem” mutuamente, recorrendo à tortura física e psicológica. A maioria das vítimas era de estudantes, “sionistas” e presos políticos não-comunistas.

O Estado comunista vivia permanentemente em guerra não-declarada contra os seus próprios cidadãos. Tanto quanto Lenin, Stalin sabia que precisava ter inimigos, e fazia parte da lógica do Estado leninista a mobilização constante contra os oponentes externos, mas acima de tudo contra os internos. Nas palavras de Stephan Rais, ministro da Justiça da Tchecoslováquia, diante da Conferência de Advogados Tchechos, em 11 de junho de 1952:

[o advogado] precisa [...] confiar na ciência mais amadurecida, correta e verdadeira do mundo, na ciência jurídica soviética, e se valer inteiramente das experiências da prática jurídica soviética [...]. Uma necessidade inevitável do nosso período é a crescente luta de classes.

O vocabulário marcial tão cultivado pela retórica dos comunistas ecoava essa condição de conflito. Metáforas militares proliferavam: o conflito de classes exigia coalizões, alianças com as massas, manobras, ataques frontais. A afirmação de Stalin, de que a luta de classes se intensificava com a aproximação do socialismo, era invocada para explicar o fato curioso de que, embora

as eleições gerais apontassem 99% de apoio ao partido, os inimigos do regime se multiplicavam, a batalha ficava cada vez mais dura e a história interna da URSS precisava ser reproduzida a duras penas por todo o bloco soviético.

Os principais inimigos eram supostamente os camponeses e os burgueses. Mas, na prática, os intelectuais costumavam ser o alvo mais fácil, conforme tinham sido para os nazistas. O ataque venenoso desferido por Andrei Zdanov contra Anna Akhmatova — “freira ou meretriz, ou melhor, freira e meretriz, capaz de combinar prostituição e oração. A poesia de Akhmatova está totalmente distante do povo”⁶² — faz ecoar a maioria dos temas stalinistas contrários aos intelectuais: religião, prostituição, alienação em relação às massas. Se Akhmatova fosse judia, como era o caso de grande parte da intelectualidade da Europa Central, a caricatura teria sido completa.

A repressão política, a censura e até mesmo a ditadura não eram, absolutamente, desconhecidas no Leste Europeu antes do advento do stalinismo, embora as pessoas abalizadas a fazer a comparação concordassem amplamente que os interrogadores e as prisões da Hungria, Polônia e Romênia no período entre as duas guerras fossem preferíveis aos das “democracias populares”. Os instrumentos de controle e terror através dos quais o Estado comunista operou depois de 1947 foram aperfeiçoados pelos homens de Stalin, mas, em sua maioria, não precisaram ser importados do Ocidente; já existiam no local. Não foi por acaso que, sob a égide da Polícia Secreta Comunista, a penitenciária Pitești foi instituída e dirigida por um tal Eugen Turcanu, que numa encarnação anterior fora ativista estudantil na Universidade de Iași, tendo abraçado a causa da Guarda de Ferro, movimento fascista romeno atuante no entre guerras.

O que distinguia o Estado-partido dos comunistas dos Estados autoritários que o precederam, contudo, não era tanto a eficiência do aparato repressor; antes, o fato de o poder e os recursos estarem agora sujeitos ao monopólio e ao abuso em benefício quase exclusivo de uma potência *estrangeira*. A ocupação soviética sucedeu à ocupação nazista, numa transição pouco conturbada, e atraiu a metade oriental da Europa cada vez mais para o interior da órbita soviética (para os cidadãos da Alemanha Oriental, saindo de 12 anos de ditadura nazista, a transição foi ainda mais suave). A situação teve consequências — a “sovietização” e a “Russificação” de tudo no Leste Europeu, desde processos fabris até títulos acadêmicos — que, cedo ou tarde, provocariam a alienação geral, exceto dos stalinistas mais inveterados.

E o processo surtiu também o efeito colateral de turvar a lembrança que muita gente tinha de uma ambivalência inicial diante da transformação comunista. Anos depois, seria fácil esquecer que o tom anti-semita e tantas vezes xenófobo da linguagem pública stalinista encontrara uma recepção favorável em grande parte do Leste Europeu, assim como na própria União Soviética. O nacionalismo econômico também tinha raízes locais populares, de modo que expropriação, nacionalização, controle e regulação estatal do trabalho não eram, absolutamente, desconhecidos. Na Tchecoslováquia, por exemplo, nos termos do Plano Bienal introduzido em 1946, operários recalcitrantes podiam ser banidos para campos de trabalho (embora seja verdade também que entre 1946 e 1948 a maioria dos juízes tchecos se recusasse a aplicar tal penalidade).

Em suas fases iniciais, portanto, o domínio soviético sobre o Leste Europeu não foi uma transição tão unilateral e agressiva como talvez pareça, visto da perspectiva atual, mesmo se descontarmos as grandes esperanças depositadas no futuro comunista por uma minoria de jovens em Varsóvia e Praga. Todavia, assim como a brutalidade dos nazistas havia afastado qualquer simpatia local existente nos territórios por eles “libertados” da URSS em 1941 e 1942, Stalin logo eliminou ilusões e expectativas que perduravam nos Estados-satélites.

O resultado da imposição de uma versão acelerada da sombria história econômica da União Soviética às terras mais desenvolvidas a oeste já foi aqui comentado. O único recurso com o qual os gestores comunistas podiam sempre contar era a produção proveniente de mão-de-obra intensa, pressionada a operar em capacidade máxima. Foi por isso que o terror stalinista de 1948 a 1953 na Europa Oriental tanto se assemelhou ao equivalente soviético de vinte anos antes: ambos estavam ligados a uma política de industrialização coerciva. As economias de planejamento centralizado eram, na verdade, bastante eficientes na exploração do trabalho de mineradores e operários de fábrica, mas isso era tudo o que elas conseguiam fazer. A agricultura do bloco soviético regredia cada vez mais, sendo as ineficiências surreais do sistema ilustradas na URSS pelos burocratas de Frunze (hoje Bizkek, no Quirguistão) que em 1960 incentivaram os camponeses locais a alcançar as cotas (arbitrárias e inatingíveis) de produção de manteiga comprando estoques nas lojas locais...

Julgamentos e expurgos, bem como o coro de comentários falaciosos que os acompanhou, contribuíram para degradar o que havia sobrado da esfera

pública na Europa Oriental. Política e governo tornaram-se sinônimos de corrupção e repressão arbitrária praticadas por uma facção venal em benefício próprio, ela mesma dividida pela desconfiança e pelo medo. É claro que esse tipo de experiência não era, absolutamente, novo na região. Mas havia uma qualidade marcadamente cínica no desgoverno *comunista*: abusos à moda antiga eram agora cuidadosamente revestidos de um jargão retórico que falava de igualdade e progresso social, hipocrisia da qual nem as oligarquias videntes no período entre as guerras nem as forças nazistas de ocupação tinham se valido. E, mais uma vez, tratava-se de um tipo de desgoverno adaptado em benefício quase exclusivo de uma potência estrangeira, motivo pelo qual o domínio soviético era tão malquisto fora das divisas da União Soviética.

O efeito causado pela sovietação na Europa Oriental foi o afastamento gradual do Leste Europeu em relação à metade ocidental do continente. No momento em que a Europa Ocidental estava prestes a ingressar numa era de transformação dramática e prosperidade sem precedentes, a Europa Oriental entrava em coma: um inverno de inércia e resignação (pontuado por ciclos de protesto e opressão) que haveria de durar quase quatro décadas. É sintomático e até certo ponto razoável que exatamente nos mesmos anos em que o Plano Marshall injetou cerca de 14 milhões de dólares na recuperação da economia do Oeste Europeu, Stalin — através de indenizações, produção forçada e imposição de distorções comerciais brutalmente desvantajosas — houvesse extraído aproximadamente a mesma quantia da Europa Oriental.

A Europa Oriental sempre fora diferente da Europa Ocidental. Mas a distinção entre Europa Oriental e Ocidental não era a única por meio da qual o continente entendia a si mesmo, nem mesmo era a distinção mais importante. A Europa mediterrânea tinha características muito diferentes do noroeste Europeu; religião era fator bem mais destacado do que política, nas fronteiras históricas dentro e entre Estados. Na Europa, antes da Segunda Guerra Mundial, as diferenças entre norte e sul, rico e pobre, urbano e rural contavam mais do que as diferenças entre leste e oeste.

Portanto, o impacto do domínio soviético nas terras a leste de Viena foi, sob certos aspectos, mais marcante do que na própria Rússia. O Império Russo, afinal, sempre fora apenas parcialmente europeu, e a identidade européia da Rússia pós-Petrine foi muito contestada ao longo do século que precedeu o golpe de Lenin. Ao cortarem, brutalmente, as amarras que ligavam a União Soviética à história e à cultura européia, os bolcheviques causaram danos severos e perenes à Rússia. Mas as suspeitas dos bolcheviques diante do

Ocidente e o receio da influência ocidental tinham precedentes, bem como raízes profundas em escritos e práticas eslavófilos que remontavam a períodos anteriores a 1917.

Na Europa Central e na Oriental não havia esse tipo de precedente. Na verdade, fazia parte do nacionalismo de país pequeno típico dos poloneses, romenos, croatas etc. não se ver na condição de marginalizado em relação à civilização européia; em vez disso, esses povos se consideravam os defensores não reconhecidos da essência do legado europeu — assim como tchecos e húngaros achavam, com toda razão, que viviam no coração do continente. Intelectuais romenos e poloneses voltavam-se para Paris, com o intuito de seguir o que estava em voga na filosofia e nas artes, assim como a intelectualidade de língua alemã, no final do Império dos Habsburgo, desde a Rutênia Cárpata até Trieste, sempre se voltara para Viena.

Evidentemente, aquela Europa integrada e cosmopolita só havia existido para uma minoria — e morreu em 1918. Mas os novos Estados criados em Versalhes eram frágeis e de certo modo efêmeros, desde o começo. As décadas do entreguerras, portanto, foram uma espécie de interregno, nem paz nem guerra, em que o destino da Europa Central e da Oriental pós-imperial permaneceu um tanto indefinido. O resultado mais provável — que uma Alemanha renascente seria a efetiva herdeira dos velhos impérios cujo território se expandia desde Stettin até Istambul — só foi evitado (por pouco) devido aos erros do próprio Hitler.

O que ocorreu foi que a imposição de uma solução russa, em vez de uma solução alemã, separou a metade oriental e vulnerável da Europa do corpo do continente. À época, isso não foi questão de grande monta para os europeus ocidentais. À exceção da Alemanha, nação mais diretamente afetada pela divisão da Europa, mas também mal situada para expressar descontentamento com a mencionada divisão, os europeus ocidentais, de modo geral, reagiram com indiferença ao desaparecimento da Europa Oriental. Com efeito, a tal ponto logo se acostumaram com a divisão (e estavam tão preocupados com as extraordinárias mudanças que ocorriam em seus próprios países) que lhes pareceu natural a existência de uma barreira armada e intransponível, desde o Báltico até o Adriático. No entanto, para os povos situados a *leste* da barreira, encurralados no que parecia ser um canto sujo e esquecido do continente, à mercê de uma Grande Potência semi-estrangeira, que não era muito mais próspera do que eles e que lhes sugava os recursos cada vez mais limitados, a História lentamente estacionou.

47 Professor Kenneth Jowett, da Universidade da Califórnia, em Berkeley.

48 As instituições da República Democrática Alemã eram um tanto diferentes, o que refletia a condição da RDA aos olhos soviéticos. Mas o espírito das leis e das práticas na RDA era, impecavelmente, ortodoxo.

49 Respectivamente, “novos burgueses” e “fazendeiros ricos”. (N. do T.)

50 Os Estados bálticos, inteiramente incorporados à União Soviética, ficaram em condições ainda piores do que o restante do Leste Europeu. Em 1949, *kolkhozi* (propriedades coletivas) no norte da Estônia foram obrigados a começar o embarque de grãos antes mesmo do início da colheita, a fim de seguir o ritmo da Letônia, 400 quilômetros ao sul. Já em 1953, as condições rurais na Estônia, antes próspera, haviam deteriorado a tal ponto que o gado era derrubado pelo vento e não tinha forças para se levantar sem ajuda.

51 Os primeiros participantes do Comecon foram Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia e URSS, logo seguidos da Albânia e da RDA. Anos depois, Iugoslávia, Mongólia, China, Coreia do Norte e Vietnã do Norte também ingressaram no Conselho. Em 1963, a participação de países do Comecon no comércio internacional era de 12%; já em 1979, esse índice era de 9%, mantendo a tendência de queda.

52 De acordo com a Constituição de 1946, as repúblicas constituintes — Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia, Macedônia e Montenegro — estavam livres para se separar da Federação, direito que lhes foi revogado sete anos mais tarde.

53 É significativo o fato de ter deixado os físicos nucleares soviéticos em paz, jamais lhes criticando os planos. Stalin pode ter sido louco, mas não era tolo.

54 Mas, mesmo assim, eles foram executados. Três semanas depois da morte de Petkov, o regime publicou a “confissão” póstuma do líder camponês. O documento era tão obviamente falso que em breve se tornou motivo de constrangimento até na Bulgária comunista. As autoridades pararam de mencioná-lo e o chefe da polícia secreta búlgara responsável pela insensata publicação do documento foi devidamente executado.

55 Ainda em 1966, 80% dos servidores públicos federais poloneses tinham cursado apenas o ensino fundamental. Dirigia o país uma casta administrativa cuja educação formal era surpreendentemente reduzida.

56 Em 1924, aos 27 anos, Kostov foi preso e torturado pela polícia búlgara. Com medo de trair os comunistas (da resistência secreta), ele pulou de uma janela no quarto andar da central de polícia em Sófia e quebrou as duas pernas.

57 O *Bund* era um movimento trabalhista judaico com raízes na Rússia tsarista e cujas atividades no entreguerras restringiam-se à Polônia.

58 Ver Heda Margolius Kovaly, *Under a Cruel Star* (Sob uma Estrela Cruel) (1986). Nos 18 meses que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, mais judeus foram mortos na Polónia, na Hungria e na Tchecoslováquia do que nos dez anos que antecederam a guerra.

59 *Stalin's Secret Pogrom: The Postwar Inquisition of the Jewish Anti-Fascist Committee* (O Pogrom Secreto de Stalin: A inquisição do Comitê Antifascista Judaico no pós-guerra) (Yale University Press, 2002), organizado por Joshua Rubenstein e Vladimir Naumov, p. 52. Não constituindo uma exceção, o próprio Komarov seria mais tarde preso e executado — afirmando, até o fim, suas credenciais anti-semitas.

60 Alguns anos mais tarde, todos os sobreviventes foram libertados, mas só seriam inteiramente reabilitados e isentados em 1968.

61 O roteiro era bastante preciso. Quando, em dezembro de 1952, André Marty foi “julgado” extra-oficialmente pelo Comitê Central do Partido Comunista Francês, o “promotor”, Leon Mauvais, acusou-o de usar expressões como “a Internacional Trotskista”, em vez de “escória trotskista” ou “bando de espíritos trotskistas”, termos que os comunistas costumavam empregar “natural e habitualmente”,

quando se referiam aos trotskistas. Essa “escorregada” lingüística, por si só, já fazia pesar sobre Marty grandes suspeitas.

[62](#) Catherine Merridale, *Night of Stone: Death and Memory in 20th-Century Russia* (Noite de Pedra: Morte e Memória na Rússia do Século XX) (2000), p. 249.

Guerras de Culturas

“Todos rejeitamos a era anterior. Eu a conhecia, principalmente, através das
letras,
e ela me parecia uma era de estupidez e barbárie.”
Milan Šimečka

“Qualquer ação, no meio do século XX, pressupõe e envolve a adoção
de uma atitude diante da empresa soviética.”
Raymond Aron

“Eu estava certo quando dizia estar errado, ao passo que você e os seus
estavam errados quando diziam estar certos.”
Pierre Courtade (dirigindo-se a Edgar Morin)

“Queira ou não queira, a construção do socialismo é privilegiada, visto que,
para entendê-lo, é preciso abraçar o movimento e adotar-lhe os objetivos.”
Jean-Paul Sartre

“É inevitável que as pessoas estejam certas pelas razões erradas [...]. Esse re-
ceio de se ver em
má companhia não é indicação de pureza política; é indicação de falta de
autoconfiança.”
Arthur Koestler

Com uma rapidez que deixaria perplexas futuras gerações, a luta na Europa entre fascismo e democracia mal havia terminado e já fora substituída por uma nova ruptura: a que separava comunistas e anticomunistas. O patrulhamento de posições políticas e intelectuais favoráveis e contrárias à União Soviética não teve início com a divisão da Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Mas foi naqueles anos do pós-guerra, entre 1947 e 1953, que a linha

divisória entre Oriente e Ocidente, esquerda e direita, foi marcada na vida cultural e intelectual da Europa.

As circunstâncias eram extremamente propícias. No período entre as guerras, a extrema direita tinha recebido tamanho apoio que a maioria das pessoas preferia nem se lembrar do fato. De Bruxelas a Bucareste, a literatura e o jornalismo polêmico da década de 1930 transbordavam racismo, anti-semitismo, ultranacionalismo, clericalismo e reacionarismo político. Intelectuais, jornalistas e professores que antes e durante a guerra haviam demonstrado sentimentos fascistas ou ultra-reacionários, depois de 1945 tinham bons motivos para afirmar veementemente as credenciais recém-descobertas de progressistas ou radicais (ou então haveriam de recuar a um ostracismo temporário ou permanente). Visto que a maioria dos partidos e periódicos de tendências fascistas ou ultraconservadoras estava agora proscrita (exceto na península Ibérica, onde o oposto era verdade), as expressões públicas de aliança política restringiam-se ao centro e à esquerda. Pensamento e opiniões de direita na Europa estavam eclipsados.

Porém, embora o *conteúdo* da escrita e da atuação pública tivesse sido transformado, espetacularmente, pela queda de Hitler, Mussolini e seus partidários, o *tom* permaneceu inalterado. A urgência apocalíptica dos fascistas; o seu clamor por soluções violentas, “definitivas”, como se mudanças genuínas *só pudessem* ser efetuadas através de desenraizamento e destruição; o desagrado quanto às concessões e a “hipocrisia” da democracia liberal e o entusiasmo em relação às escolhas maniqueístas (tudo ou nada, revolução ou decadência): tais impulsos podiam servir também à extrema esquerda e, depois de 1945, assim aconteceu.

Em sua preocupação com nação, decadência, sacrifício e morte, os escritores fascistas, no entreguerras, voltaram o olhar para a Primeira Guerra Mundial. Depois de 1945, a esquerda intelectual também foi moldada pela experiência da guerra, mas desta vez como um choque entre alternativas morais incompatíveis, excluindo qualquer possibilidade de acordo: o Bem versus o Mal, Liberdade versus Servidão, Resistência versus Colaboração. O fim da ocupação nazista ou fascista foi amplamente acolhido como ocasião para mudanças sociais e políticas radicais, uma oportunidade para tirar proveito revolucionário da devastação causada pela guerra e construir um novo começo. E quando, conforme já foi visto, tal oportunidade foi aparentemente impedida e a vida “normal” retomada, as expectativas frustradas logo

resultaram em cinismo — ou então na opção pela extrema esquerda, num mundo novamente polarizado em campos políticos irreconciliáveis.

Intelectuais europeus no pós-guerra mostravam-se impacientes com acordos, e neles não se detinham. Tratava-se de intelectuais jovens. Na Primeira Guerra, uma geração de jovens foi morta. Depois da Segunda Guerra, porém, quem desapareceu de cena foi um grupo mais velho, desacreditado. Em seu lugar surgiram escritores, artistas, jornalistas e ativistas políticos jovens demais para terem vivenciado a guerra de 1914 a 1918, mas ávidos por recuperar os anos perdidos na guerra seguinte. A educação política desses jovens transcorrera no tempo das Frentes Populares e dos movimentos antifascistas; e quando eles alcançaram reconhecimento público e status influente, não raro em resultado de atividades desempenhadas durante a guerra, ainda eram extremamente jovens, considerando os padrões europeus.

Na França, Jean-Paul Sartre tinha 40 anos quando a guerra acabou; Simone de Beauvoir, 37; Albert Camus, o mais influente de todos os intelectuais, tinha apenas 32. Da velha geração, somente François Mauriac (nascido em 1885) a eles se comparava em capacidade de influência, precisamente porque não tinha o passado manchado por Vichy. Na Itália, apenas o filósofo napolitano Benedetto Croce (nascido em 1866) restava de uma velha geração de figuras públicas. Na Itália pós-fascista, Ignazio Silone, nascido em 1900, era uma das figuras mais veneráveis entre os intelectuais influentes; o romancista e analista político Alberto Moravia tinha 38 anos e o editor comunista e escritor Elio Vittorini era um ano mais novo. Na Alemanha, onde a simpatia pelo nazismo e a guerra haviam feito as maiores baixas entre os intelectuais e escritores, Heinrich Böll — o mais talentoso de uma nova geração de escritores que se reuniu dois anos após a derrota de Hitler para formar o “Grupo 47” — tinha somente 28 anos quando a guerra terminou.

No Leste Europeu, onde as elites intelectuais nos anos que precederam a guerra estavam infectadas pelo ultraconservadorismo, pelo nacionalismo místico ou por coisa pior, a projeção social da juventude era ainda mais acentuada. Czesław Miłosz, cujo influente ensaio *A Mente Cativa* foi publicado em 1951, quando ele tinha apenas 40 anos e já estava em exílio político, não era figura atípica. Jerzy Andrzejewski (que aparece no livro de Miłosz sob um olhar nada lisonjeiro), quando tinha cerca de 30 anos, publicou *Cinzas e Diamantes*, seu aplaudido romance sobre a Polônia no pós-guerra. Tadeusz Borowski, nascido em 1922, tinha vinte e poucos anos quando publicou suas memórias de Auschwitz: *Para o Gás, Senhoras e Senhores*.

Os líderes de partidos comunistas do Leste Europeu eram, tipicamente, homens um pouco mais maduros que haviam sobrevivido ao período entre as duas guerras na condição de prisioneiros políticos ou no exílio em Moscou, ou em ambas as situações. Porém, logo abaixo deles havia um grupo de rapazes e moças cujo compromisso idealista com as ações de tomada de poder apoiadas pelos soviéticos teve papel importante no êxito destas ações. Na Hungria, Géza Losonczy, que se tornaria vítima da repressão soviética depois do levante húngaro de 1956, tinha apenas cerca de 20 anos quando, ao lado de centenas de jovens como ele, ajudou a levar o Partido Comunista Húngaro ao poder. O marido de Heda Kovaly, Rudolf Margolius, um dos acusados no processo de Slánský (em dezembro de 1952), tinha 35 anos quando foi nomeado ministro no governo comunista da Tchecoslováquia; Artur London, outro acusado no mesmo processo, era ainda mais jovem, com 33 anos, quando os comunistas tomaram o poder. London recebera sua formação política na Resistência Francesa; a exemplo de muitos integrantes dos movimentos secretos comunistas, aprendeu a assumir responsabilidades políticas e militares ainda bem jovem.

Um entusiasmo juvenil pelo futuro comunista era comum entre os intelectuais da classe média, tanto no Oriente quanto no Ocidente. E costumava vir acompanhado de um nítido complexo de inferioridade em relação ao proletariado, a classe operária de “colarinho azul”. Nos primeiros anos do pós-guerra, trabalhadores especializados valiam muito — devido ao contraste com os anos da Depressão, ainda vivos na memória coletiva. Havia carvão a ser escavado; estradas, ferrovias, edifícios e redes elétricas a ser reconstruídas ou substituídas; ferramentas a ser fabricadas e utilizadas na montagem de outros itens. Para todas essas tarefas havia escassez de trabalho especializado; conforme já vimos, nos campos de deslocados de guerra, homens jovens e fisicamente capacitados não tinham dificuldade em encontrar trabalho e asilo, ao contrário de mulheres acompanhadas de famílias — ou qualquer tipo de “intelectual”.

Uma consequência desse quadro foi a exaltação universal do trabalho e dos trabalhadores da indústria — marcante trunfo político para os partidos que reivindicavam a representação dos operários. Homens e mulheres de classe média, com inclinação esquerdista e formação acadêmica, envergonhados de sua própria origem social, podiam extravasar o constrangimento entregando-se ao comunismo. E mesmo que não chegassem a ingressar no partido, muitos artistas e escritores, especialmente na França e na Itália, “prostravam-se

diante do proletariado” (Arthur Koestler) e elevavam a “classe trabalhadora revolucionária” (sob uma luz socialista-realista/fascista, tipicamente, imaginada como séria, masculina e musculosa) a uma condição quase icônica.

Embora o fenômeno tivesse um escopo pan-europeu e fosse além da política comunista (o intelectual mais conhecido como defensor do “trabalhismo” na Europa era Jean-Paul Sartre, que jamais entrou para o Partido Comunista Francês), foi no Leste Europeu que esse tipo de sentimento acarretou consequências concretas. Estudantes, professores, escritores e artistas, egressos da Grã-Bretanha, França, Alemanha e de outros países, convergiram para a Iugoslávia (antes do rompimento) a fim de trabalhar diretamente na reconstrução de ferrovias. Em agosto de 1947, entusiasmado, Italo Calvino escreveu sobre os jovens voluntários italianos engajados nesse mesmo tipo de atividade na Tchecoslováquia. A devoção a um novo começo, a uma comunidade operária real ou imaginária e à admiração aos soviéticos (e ao Exército Vermelho, que tudo conquistava) separava a jovem geração pós-guerra de suas raízes sociais e do passado nacional.

A decisão de se tornar comunista (ou “marxista”, que nas circunstâncias da época geralmente significava comunismo) costumava ser tomada na juventude. Nas palavras de Ludek Pachman, um tcheco: “Tornei-me marxista em 1943. Tinha 19 anos, e a idéia de que, subitamente, eu compreendia tudo e podia explicar tudo me encantou tanto quanto a idéia de poder marchar com proletários do mundo inteiro, primeiro contra Hitler, depois contra a burguesia internacional.” Até aqueles que, a exemplo de Czesław Miłosz, não se prostravam diante dos dogmas, acolhiam sem restrições as reformas sociais do comunismo: “Foi para mim uma satisfação ver a estrutura semifeudal da Polônia finalmente destruída, as universidades abertas a jovens operários e a camponeses, a reforma agrária implementada e o país finalmente trilhando o caminho da industrialização.” Conforme observou Milovan Djilas, lembrando suas experiências como assessor direto de Tito: “No começo, o totalitarismo é entusiasmo e convicção; somente mais tarde se transforma em organizações, autoridade, carreirismo.”

A princípio, os partidos comunistas agradaram aos intelectuais, para os quais as aspirações do comunismo tinham o apelo de contrastar com o provincianismo de pequeno Estado que prevalecia em suas respectivas pátrias e com o violento antiintelectualismo dos nazistas. Para muitos jovens intelectuais, o comunismo era menos convicção do que fé — conforme observaria Alexander Wat (outro polonês ex-comunista), a intelectualidade secular da Polônia

ansiava por um “catecismo refinado”. Embora apenas uma minoria de estudantes, poetas, dramaturgos, romancistas, jornalistas e professores do Leste Europeu houvesse se tornado ativa em partidos comunistas, muitas vezes tais homens e mulheres eram os mais talentosos de sua geração.

Assim, Pavel Kohut, que décadas mais tarde alcançaria fama internacional como dissidente e ensaísta pós-comunista, primeiro atraiu a atenção do público em seu país de origem, a Tchecoslováquia, como grande entusiasta do novo regime. Em 1969, repensando o passado, Kohut fala de uma “sensação de certeza”, ao ver o líder do partido, Klement Gottwald, na praça central da Cidade Velha, em Praga, no dia do golpe tcheco, em fevereiro de 1948. Ali, “naquela massa humana, decidida a buscar a justiça, e naquele homem [Gottwald], que liderava a massa na batalha decisiva”, Kohut, aos 20 anos de idade, identificou “o *Centrum Securitatis* que Comenius buscara em vão”. Quatro anos depois, abraçado à fé, Kohut escreveu a “Cantata para o nosso Partido Comunista”:

Saudemos todos o partido!
Sua juventude é marcada por trabal-
hadores;
Ele tem a razão de um milhão de
mentes,
E a força de milhões de mãos human-
as;
E seu batalhão são as palavras de Stal-
in e Gottwald.

Em pleno maio florido,
Nos locais mais distantes,
Acima do velho Castelo, tremula a
bandeira,
Com as palavras: “A verdade preval-
ece!”
Palavras concretizadas em glória:
Trabalhadores, a verdade prevaleceu!
Para um futuro glorioso nosso país se
levanta.
Glória ao partido de Gottwald!

Glória!

Glória!

Esse tipo de fé era comum à geração de Kohut. Conforme Milosz observaria, o comunismo baseava-se no princípio de que os escritores não precisavam *pensar*, precisavam apenas *entender*. E mesmo o entendimento requeria pouco mais do que compromisso, precisamente o que os jovens intelectuais da região buscavam. “Éramos filhos da guerra”, escreveu Zdeněk Mlynář (que entrou para o Partido Comunista da Tchecoslováquia em 1946, aos 15 anos), “e, embora não tivéssemos participado da luta, trazíamos conosco, naqueles primeiros anos do pós-guerra, a mentalidade da guerra, quando finalmente se apresentava para nós a oportunidade de lutar por algo”. A geração de Mlynář conhecia apenas os anos da guerra e a ocupação nazista, durante os quais “ou era um lado ou o outro — não havia meio-termo. Por conseguinte, a nossa experiência única nos imbuíu da noção de que a vitória da concepção certa significava, simplesmente, a aniquilação, a destruição da outra”.⁶³

O entusiasmo inocente com o qual alguns jovens europeus ocidentais mergulharam no comunismo (“Sinto o ânimo revolucionário!”, exclamou o escritor Ludvík Vaculík para sua namorada, ao entrar para o Partido Comunista Tcheco) não diminui a responsabilidade pelo que foi, enfim, a apropriação soviética de seus países. Mas ajuda a explicar o grau de desencanto e desilusão que se seguiu. Comunistas um pouco mais maduros, como Djilas (nascido em 1911), provavelmente sempre compreenderam, conforme ele mesmo diz, que “a manipulação do fervor é o germe da servidão”. Porém, os adeptos mais jovens, especialmente os intelectuais, ficaram espantados ao constatar os rigores da disciplina comunista e a realidade do poder stalinista.

Portanto, depois de 1948, a imposição do dogma das “duas culturas” de que falava Zdanov, com a insistência na adoção de posições “corretas” em relação a tudo, desde botânica até poesia, foi um choque para as democracias populares da Europa Oriental. A adesão intelectual servil aos mandos do partido, de longa data consolidada na União Soviética, onde na realidade já existia uma herança de repressão e ortodoxia anterior aos soviéticos, foi mais difícil para países que apenas recentemente haviam saído do regime um tanto benigno dos Habsburgos. Na Europa Central oitocentista, intelectuais e poetas tinham adquirido o hábito e a responsabilidade de falar em nome da nação. Sob o comunismo, seu papel era diferente. Enquanto no passado haviam representado um “povo” abstrato, eles eram agora pouco mais do que porta-vozes

culturais de tiranos (concretos). Pior, em breve seriam alvos — na condição de cosmopolitas, “parasitas” ou judeus — desses mesmos tiranos, na busca de bodes expiatórios para seus erros.

Assim, a maior parte do entusiasmo dos intelectuais do Leste Europeu pelo comunismo — mesmo na Tchecoslováquia, onde tal entusiasmo era mais forte — evaporou com a morte de Stalin, embora resquícios desse ardor perdurassem alguns anos, na forma de projetos de “revisão” ou de “comunismo de reforma”. A divisão no âmbito dos Estados comunistas já não recaía entre comunismo e oponentes. A diferença importante passou a ser, mais uma vez, entre os que detinham autoridade — o Estado-partido, com sua política, burocracia e intelectualidade interna — e o restante dos indivíduos.

Nesse sentido, a “falha geológica” da Guerra Fria não se localizava *entre* Oriente e Ocidente, mas *dentro* da Europa Oriental e da Europa Ocidental. No Leste europeu, conforme foi visto, o Partido Comunista e seu aparato viviam em estado de guerra não-declarada com o restante da sociedade, e a crescente familiaridade com o comunismo havia estabelecido novas linhas de batalha: entre aqueles aos quais o comunismo tinha trazido algum tipo de vantagem social e aqueles para os quais o regime significava discriminação, decepção e repressão. Na Europa *Ocidental*, a mesma “falha geológica” atingia muitos intelectuais, dos dois lados; mas, de modo geral, o entusiasmo pela teoria comunista existia na proporção inversa da experiência prática do regime.

Essa ignorância generalizada acerca do destino da Europa Oriental contemporânea, somada à crescente indiferença ocidental, foi fonte de perplexidade e frustração para muita gente no leste. O problema para os intelectuais (e outras pessoas) no Leste Europeu não era a sua situação periférica — a esse destino eles estavam resignados havia muito tempo. O que os incomodava, depois de 1948, era a exclusão *dupla*: da sua própria história, graças à presença soviética, e da consciência do Ocidente, cujos intelectuais mais célebres ignoravam-lhes a experiência e o exemplo. Nos escritos sobre o Oeste Europeu produzidos no Leste Europeu no início dos anos 50, verifica-se um tom constante de mágoa e estardalhaço: de “decepção amorosa”, conforme define Miłosz, em *A Mente Cativa*. Será que a Europa não percebe, escreveu o romeno exilado Mircea Eliade, em abril de 1952, que ela teve uma parte do seu corpo amputado? “Porque [...] todos esses países *situam-se* na Europa, todos esses povos pertencem à comunidade européia.”

Mas os povos já não pertenciam à comunidade européia, e essa era a questão. O sucesso de Stalin ao expandir o seu perímetro de defesa até o

centro da Europa removera a Europa Oriental da equação. Após a Segunda Guerra Mundial, a vida intelectual e cultural europeia transcorreu sobre um palco drasticamente reduzido, do qual poloneses, tchecos e outros povos tinham sido sumariamente retirados. E, apesar do fato de o desafio do comunismo estar no centro de debates e disputas ocorridas na Europa Ocidental, a experiência prática do “verdadeiro comunismo”, situada a alguns quilômetros a leste, era alvo de pouca atenção — e por parte dos admiradores mais ardentes do comunismo, nenhuma atenção.

A condição intelectual do Oeste Europeu no pós-guerra teria sido irreconhecível para um visitante que chegasse do passado, mesmo do passado mais recente. A Europa Central de língua alemã — sala de máquinas da cultura europeia durante a primeira terça parte do século XX — deixara de existir. Viena, que depois da queda dos Habsburgos, em 1918, representava mera sombra da sua antiga identidade, estava dividida, como Berlim, entre as quatro potências aliadas. A cidade mal conseguia alimentar e vestir seus cidadãos, muito menos contribuir para a vida intelectual do continente. Filósofos, economistas, matemáticos e cientistas austríacos, a exemplo dos contemporâneos na Hungria e no restante da antiga Monarquia Dupla, haviam fugido para o exílio (para a França, Grã-Bretanha, para as possessões britânicas ou para os EUA), colaborado com as autoridades ou então tinham sido mortos.

A própria Alemanha estava em ruínas. Depois de 1933, a emigração intelectual germânica não deixara para trás quase ninguém importante que não estivesse comprometido por ligações com o regime. O célebre flerte de Martin Heidegger com os nazistas foi atípico somente quanto às implicações controversas dessa simpatia nos seus influentes textos filosóficos; dezenas de milhares de Heideggers menores, em escolas, universidades, burocracias locais e nacionais, jornais e instituições culturais também se comprometeram em decorrência do entusiasmo com que adaptaram seus escritos e suas ações às exigências nazistas.

O cenário alemão durante o pós-guerra ficou mais complicado por causa da existência de *duas* Alemanhas, uma das quais reivindicava monopólio sobre a herança do “bom” passado germânico: antifascista, progressista, racional. Muitos intelectuais e artistas sentiam-se tentados a apostar na Zona Soviética e na sua sucessora, a República Democrática Alemã. Ao contrário da República Federal de Bonn, que não fora totalmente “desnazificada” e

relutava em encarar o passado recente, a Alemanha Oriental insistia orgulhosamente em suas credenciais antinazistas. As autoridades comunistas acolhiam historiadores, dramaturgos ou cineastas que quisessem lembrar ao público os crimes da “outra” Alemanha — desde que respeitassem certos tabus. Alguns dos melhores talentos que haviam sobrevivido aos dias da República de Weimar migraram para o leste.

Um motivo para isso era que, sendo a Alemanha Oriental, sob ocupação soviética, o único Estado do bloco que tinha um “duplo” no Ocidente, os intelectuais tinham ali acesso a um público ocidental, algo não disponível a escritores romenos ou poloneses. E, caso a censura e a pressão se tornassem intoleráveis, havia sempre a opção de retornar para o lado ocidental, através das barreiras posicionadas em Berlim, ao menos até 1961 e a construção do Muro. Assim, Bertolt Brecht optou por viver na RDA; jovens escritoras, como Christa Wolf, optaram por ficar na Alemanha Oriental; e escritores ainda mais jovens, por exemplo, o futuro dissidente Wolf Biermann, chegaram a migrar para o leste, a fim de estudar e escrever (no caso de Biermann, aos 17 anos, em 1953).⁶⁴

O que agradava aos intelectuais radicais originários do Ocidente “materialista” era a imagem de Estado progressista, igualitário e antinazista que a RDA transmitia, uma alternativa austera e sensata à República Federal. Esta parecia, a um só tempo, oprimida por uma história da qual preferia não falar e estranhamente frouxa, carente de raízes políticas e dependente culturalmente dos aliados ocidentais, sobretudo dos EUA, que a inventaram. A vida intelectual nos primórdios da RFA carecia de direcionamento político. Opções radicais, nos dois extremos políticos, estavam expressamente excluídas da vida pública, e autores jovens, como Böll, relutavam em se engajar em política partidária (em contraste marcante com a geração seguinte).

É certo que não faltavam canais de circulação cultural: já em 1948, depois que se superou a escassez de papel e as redes de distribuição foram reconstruídas, mais de duzentos periódicos literários e políticos estavam em circulação na zona ocidental da Alemanha (embora muitas dessas publicações viessem a desaparecer após a reforma monetária), e a nova República Federal podia se gabar de ter uma gama de jornais de qualidade, notadamente o novo semanário *Die Zeit*, publicado em Hamburgo. No entanto, a Alemanha Ocidental situava-se, e continuaria a se situar, durante anos, na periferia da vida intelectual europeia. Em 1950, Melvin Lasky, jornalista ocidental e editor radicado em Berlim, assim se referiu à condição intelectual alemã: “Jamais na

História Moderna, penso eu, uma nação e um povo se mostraram tão exaustos, tão desprovidos de inspiração e talento.”

O contraste com a antiga preeminência cultural germânica explica, em parte, a decepção de muitos observadores domésticos e estrangeiros ao contemplar a nova república: Raymond Aron não foi o único indivíduo a se lembrar que nos primeiros anos parecia que aquele seria o século da Alemanha. Com tanto da herança cultural da Alemanha poluída e desqualificada por ter sido apropriada pelo nazismo, já não estava claro o que os alemães poderiam agora dar em contribuição à Europa. Escritores e pensadores alemães estavam obcecados (o que era compreensível) com dilemas especificamente *germânicos*. É significativo que Karl Jaspers, a única grande figura do mundo intelectual pré-nazista a participar ativamente dos debates ocorridos após 1945, seja mais conhecido por um aporte ao debate alemão *interno*: o ensaio *A Questão da Culpabilidade Alemã*, de 1946. Mas foi a deliberada esquiva em relação à política ideológica que mais contribuiu para marginalizar esses intelectuais na primeira década do pós-guerra, numa época em que o debate público na Europa Ocidental era politicamente intenso e discordante.

Também os britânicos eram bastante periféricos em relação à vida intelectual europeia naqueles anos, ainda que por razões muito diferentes. As discussões políticas que dividiam a Europa não eram desconhecidas na Grã-Bretanha — confrontos acerca de pacifismo no entreguerras, a Depressão e a Guerra Civil espanhola haviam rachado o Partido Trabalhista e a esquerda intelectual, e a divisão não foi esquecida em anos posteriores. Porém, na Grã-Bretanha, no período entre as duas guerras, nem os fascistas nem os comunistas tinham conseguido transformar dissidência social em revolução política. Na década de 1930, os fascistas, de modo geral, ficavam restritos aos bairros mais pobres de Londres, onde se envolveram com anti-semitismo; o Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) nunca obteve grande apoio fora dos seus primeiros redutos na indústria naval escocesa, em algumas comunidades de mineradores e num punhado de fábricas na região centro-oeste da Inglaterra. Mesmo por ocasião do breve apogeu eleitoral, em 1945, o partido angariou apenas 102 mil votos (0,4% do total nacional) e elegeu apenas dois parlamentares — sendo que ambos perderam os assentos nas eleições de 1950. E nas eleições de 1951, o PCGB atraiu apenas 21 mil eleitores, numa população de cerca de 49 milhões.

O comunismo no Reino Unido, portanto, era uma abstração política. Tal fato não inibia, absolutamente, a afinidade com o marxismo verificada junto à

intelectualidade londrina e às universidades. Desde o início, o bolchevismo exercia certo atrativo para socialistas-fabianistas britânicos, como H. G. Wells, que reconheciam na política de Lenin e até de Stalin algo familiar e positivo: engenharia social vinda de cima e praticada pelos mais esclarecidos. E a esquerda da elite britânica, à semelhança dos contemporâneos no Ministério das Relações Exteriores, tinha pouca paciência com as tribulações dos pequenos países situados entre a Alemanha e a Rússia, sempre vistos como um estorvo.

Porém, enquanto essas questões provocavam debates calorosos do outro lado do canal da Mancha, na Grã-Bretanha o comunismo não mobilizou nem dividiu os intelectuais com intensidade comparável. Conforme observou George Orwell em 1947, “os ingleses não se interessam tanto por questões intelectuais a ponto de serem intransigentes em relação a elas”. Em vez disso, o debate intelectual e cultural na Inglaterra (e no resto da Grã-Bretanha, embora em menor grau) focalizava uma preocupação doméstica: as primeiras indicações de uma ansiedade acerca de “declínio nacional” que haveria de durar décadas. É sintomático da ambivalência de ânimo que existia na Inglaterra no pós-guerra o fato de o país ter acabado de lutar e vencer uma guerra de seis anos contra seu inimigo mortal e ter embarcado na experiência de um capitalismo previdenciário sem precedentes — mas os analistas culturais detinham-se nas indicações de fracasso e deterioração.

Deste modo, T. S. Eliot, no livro *Notas para uma Definição de Cultura* (1948), afirmou, com certa confiança, que o “período em que vivemos é de declínio; que os padrões de cultura são inferiores àqueles de cinquenta anos atrás e que as evidências desse declínio são visíveis em todos os setores da atividade humana”. Motivada por preocupações afins, a BBC, em 1946, levou ao ar o Terceiro Programa: um produto de alto nível e alta cultura, destinado exclusivamente ao incentivo e à disseminação de “qualidade” (e direcionado a um público que na Europa continental seria definido como a “intelectualidade”), mas cuja mescla de música clássica, palestras e debates era inequivocamente inglesa, ao evitar assuntos controversos ou politicamente delicados.

Não é que os britânicos pouco se interessassem por questões européias. A política e as letras européias eram alvo de cobertura semanal nos periódicos, e os leitores podiam ser bem informados, se quisessem. Tampouco estavam os britânicos alienados em relação à escala do trauma que a Europa acabara de sofrer. Cyril Connolly, escrevendo em seu próprio periódico, *Horizon*, em

setembro de 1945, disse o seguinte acerca da situação européia contemporânea: “Sob o ponto de vista moral e econômico, a Europa perdeu a guerra. O grande toldo da civilização européia, sob cuja luz amarela crescemos, lemos ou escrevemos, amamos ou viajamos, desabou; o cordame está puído, a estaca central se partiu, as cadeiras e mesas estão quebradas, a tenda está vazia, as rosas murcharam nos arranjos.”

Mas, não obstante essa preocupação com a situação da Europa continental, os analistas britânicos (especialmente os ingleses) se colocavam um tanto à margem, como se os problemas da Europa e da Grã-Bretanha, ainda que reconhecidamente relacionados, divergissem em pontos cruciais. Com certas notáveis exceções,⁶⁵ os intelectuais britânicos não desempenhavam papéis influentes nos grandes debates travados nos países da Europa continental, mas os observavam da coxia. De modo geral, assuntos que na Europa eram urgentemente *políticos*, na Grã-Bretanha suscitavam apenas interesse intelectual; enquanto tópicos que no continente eram de interesse intelectual, no Reino Unido ficavam geralmente restritos a círculos acadêmicos — quando eram percebidos.

A situação na Itália era quase, precisamente, oposta. Dentre todos os países do Oeste Europeu, a Itália foi o que *vivenciou* mais diretamente os males da era. O país havia sido governado durante vinte anos pelo primeiro regime fascista do mundo. Tinha sido ocupado pelos alemães, depois libertado pelos aliados ocidentais, numa guerra lenta, desgastante e destruidora que havia durado quase dois anos, atingindo três quartos do território nacional e reduzindo grande parte da terra e da população quase à miséria. Além disso, entre setembro de 1943 e abril de 1945, o norte da Itália foi convulsionado por algo que na prática foi uma guerra civil em grande escala.

Na condição de Estado ex-integrante do Eixo, a Itália era alvo da desconfiança do Ocidente e do Oriente. Até a ocasião do rompimento de Tito com Stalin, a fronteira indefinida entre Itália e Iugoslávia era a mais instável e potencialmente explosiva da Guerra Fria, e a relação difícil do país com o vizinho comunista ficava mais complicada devido à presença na Itália do maior Partido Comunista fora do bloco soviético: 4,35 milhões de eleitores (19% do total), em 1946, subindo para 6,12 milhões (23% do total) em 1953. Nesse mesmo ano, o Partido Comunista Italiano (PCI) vangloriava-se de contar com 2,14 milhões de membros pagantes. E mais, a influência local do partido foi reforçada pelo quase monopólio do poder em determinadas regiões (sobretudo na Emília-Romana, nos arredores da cidade de Bolonha); pelo apoio

oferecido pelo Partito Socialista Italiano (PSI), de Pietro Nenni;⁶⁶ e pela grande popularidade do seu líder perspicaz e ponderado, Palmiro Togliatti.

Por todos esses motivos, a vida intelectual na Itália durante o pós-guerra era extremamente politizada e intimamente ligada ao problema do comunismo. A grande maioria dos jovens intelectuais italianos, inclusive aqueles atraídos pelo fascismo, tinha sido formada na esteira de Benedetto Croce. A mescla típica crociana de idealismo hegeliano, na filosofia, e liberalismo oitocentista, na política, havia ensejado a referência ética para uma geração de intelectuais antifascistas; porém, nas circunstâncias do pós-guerra, tal mescla parecia algo insuficiente. A verdadeira escolha diante dos italianos surgia como alternativas implacáveis: o clericalismo politizado — a aliança entre o Vaticano conservador (sob o pontificado de Pio XII) e os democratas cristãos (apoiados pelos EUA) — ou o marxismo político.

No Oriente e no Ocidente, o PCI tinha uma qualidade que o distinguia de outros partidos comunistas. Desde o início, o PCI fora liderado por intelectuais. Togliatti, a exemplo de Antonio Gramsci e de outros jovens fundadores do partido vinte anos antes, era bem mais inteligente — e cioso de inteligência — do que os líderes da maioria dos demais partidos comunistas da Europa. Na década que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, o partido acolheu abertamente os intelectuais — na condição de membros e aliados — e cuidou para mitigar determinados elementos que pudessem desagradá-los na retórica partidária. Na realidade, Togliatti, conscientemente, talhou o apelo do comunismo aos intelectuais italianos aplicando uma fórmula por ele mesmo inventada: “Metade Croce, metade Stalin.”

A fórmula foi um sucesso ímpar. A trilha que ia do antifascismo liberal ao marxismo político foi seguida por alguns dos jovens líderes mais talentosos do Partido Comunista Italiano: homens como Giorgio Amendola, Lucio Lombardo Radice, Pietro Ingrao, Carlo Cassola e Emilio Sereni, todos os quais chegaram à política comunista egressos do mundo da filosofia e da literatura. A eles, depois de 1946, uniram-se homens e mulheres desiludidos com a incapacidade do Partido da Ação de pôr em prática as aspirações da Resistência atuante durante a guerra, o que sinalizou o fim das esperanças de uma alternativa secular, radical e não-marxista para a vida pública italiana. “Crocianos acanhados”, assim os chamou um escritor à época.

Apresentado como a voz do progresso e da modernidade numa terra estagnada, e como a melhor esperança de uma reforma social e política de natureza prática, o PCI cercou-se de uma corte de estudiosos e escritores de ideário

comum que conferiam ao partido e às suas políticas uma aura de respeitabilidade, inteligência e até ecumenismo. Porém, com a divisão da Europa, a estratégia de Togliatti passou a sofrer crescente pressão. A crítica dirigida pelos soviéticos ao PCI na primeira reunião da Cominform, em setembro de 1947, revelava a determinação de Stalin de intensificar o controle sobre os comunistas italianos (e os franceses também); as táticas políticas desses grupos deveriam passar a ser mais coordenadas com Moscou, e a abordagem libertária em relação a questões culturais deveria ser substituída pela tese inflexível de Zdanov acerca das “duas culturas”. Nesse ínterim, com a descarada (mas bem-sucedida) intervenção norte-americana a favor dos democratas cristãos nas eleições de 1948, a política de Togliatti no pós-guerra, de trabalhar no interior das instituições da democracia liberal, começou a parecer ingênua.

Por conseguinte, a despeito de suas opiniões, Togliatti não teve opção, sendo obrigado a exercer um controle mais rígido e impor normas stalinistas. Isso provocou dissidência, publicamente, entre alguns intelectuais do partido que até então tinham liberdade para distinguir entre a autoridade política do partido, que eles não questionavam, e a área da “cultura”, na qual valorizavam a autonomia. Conforme Vittorini, editor do periódico cultural comunista *Il Politecnico*, fez lembrar a Togliatti, em Carta Aberta publicada em janeiro de 1947, a “cultura” não pode ficar subordinada à política, exceto à sua própria custa e ao preço da verdade.

Togliatti, que vivera em Moscou na década de 1930 e desempenhara papel de destaque nas operações do Comintern na Espanha, em 1937 e 1938, estava ciente da situação. Num Partido Comunista todos recebiam instruções das esferas superiores, tudo se subordinava à política. “Cultura” não era uma zona protegida na qual o mandado soviético não precisasse vigorar. Vittorini e seus companheiros teriam de aceitar a linha do partido na literatura, na arte e nas idéias, ou então deixar o PCI. Ao longo dos anos seguintes, na Itália, o partido apegou-se mais à autoridade soviética e, por conseguinte, Vittorini e muitos outros intelectuais se afastaram. Contudo, apesar da lealdade inabalável de Togliatti a Moscou, o PCI jamais deixou de ter uma certa “aura” não-dogmática, como o único grande partido comunista que tolerava e até acolhia a dissensão inteligente e a autonomia de pensamento; essa reputação seria útil ao PCI em décadas futuras.

Na verdade, os críticos de Togliatti pertencentes à esquerda não-comunista sentiam-se confusos diante da percepção generalizada, no país e (especialmente) no exterior, de que o PCI não era como os demais partidos

comunistas. Conforme Ignazio Silone mais tarde admitiria, os socialistas italianos só podiam culpar a si mesmos. As relações próximas entre comunistas e socialistas na Itália, ao menos até 1948, e a relutância conseqüente de marxistas não-comunistas em criticar a União Soviética inibiram o surgimento de uma alternativa esquerdista ao comunismo na política italiana.

Mas, se a Itália era singular na Europa Ocidental devido à relativa tolerância dos seus comunistas, era também atípica, por outra razão. A derrubada de Mussolini, em 1943, não foi capaz de encobrir a cumplicidade de muitos intelectuais italianos durante as duas décadas em que o ditador deteve o poder. O ultranacionalismo de Mussolini voltava-se, entre outras questões, contra a cultura e a influência estrangeira; e o fascismo havia favorecido, abertamente, os intelectuais “nacionais”, aplicando à literatura e às artes mecanismos de proteção e substituição similares àqueles impostos a produtos estrangeiros comuns.

Inevitavelmente, muitos intelectuais italianos (especialmente os mais jovens) haviam aceitado apoio e subsídios do Estado fascista: a alternativa era o exílio ou o silêncio. O próprio Elio Vittorini recebera prêmios em concursos literários fascistas. Vittorio de Sica era conhecido por sua atuação em filmes da era fascista, antes de se tornar o maior expoente do neo-realismo no pós-guerra. Seu companheiro neo-realista, o diretor de cinema Roberto Rossellini, cujos filmes no pós-guerra apresentavam inclinações nitidamente comunistas, poucos anos antes havia produzido documentários e longas-metragens na Itália de Mussolini, com o apoio das autoridades, e o caso de Rossellini não era isolado. Em 1943, o regime de Mussolini era a ordem natural para milhões de italianos que, na sua vida adulta, não tinham lembrança de qualquer outro governo em tempo de paz.⁶⁷

A postura moral da grande maioria dos intelectuais italianos nos anos do pós-guerra, portanto, espelhava o posicionamento internacional ambivalente do país como um todo, tão comprometido em seu passado autoritário a ponto de não querer assumir qualquer papel central em questões européias durante o pós-guerra. Em todo caso, havia muito tempo que a Itália era estranhamente periférica à cultura européia moderna, talvez em decorrência de sua própria história e de “arranjos” autocentrados: Nápoles, Florença, Bolonha, Milão e Turim constituíam mundos em si, com suas próprias universidades, academias, seus jornais e sua intelectualidade. Roma era o centro da autoridade, fonte de patronagem e sede do poder. Mas nunca monopolizou a vida cultural da nação.

Enfim, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, só poderia haver uma localidade adequada para a vida intelectual européia: somente uma cidade, uma capital nacional cujas obsessões e divisões podiam refletir e definir a condição cultural do continente como um todo. As concorrentes estavam ocupadas, destruídas, ou tinham se tornado provincianas. Desde a década de 1920, à medida que os Estados europeus tombavam diante de ditadores, os refugiados políticos e intelectuais exilados dirigiam-se à França. Durante a guerra, alguns ali permaneceram e ingressaram na Resistência, onde muitos foram vitimados por Vichy e pelos nazistas. Alguns haviam escapado para Londres, Nova York ou para a América Latina, mas voltariam depois da Libertação. Outros, a exemplo de Czesław Miłosz ou do historiador e jornalista político húngaro François Fejtő, só emigraram quando os golpes soviéticos no Leste Europeu os obrigaram a fugir — àquela altura era absolutamente natural que fossem direto para Paris.

O resultado foi que, pela primeira vez desde a década de 1840, quando Karl Marx, Heinrich Heine, Adam Mickiewicz, Giuseppe Mazzini e Alexander Herzen viviam no exílio em Paris, a França voltou a ser o lar europeu do intelectual deserdado, um lugar de intercâmbio para a reflexão e a política européia moderna. A vida intelectual parisiense no pós-guerra era, portanto, duplamente cosmopolita: homens e mulheres de toda a Europa participavam — e Paris era o único cenário europeu onde opiniões e disputas locais eram ampliadas e transmitidas a um público mais abrangente, internacional.

E assim, apesar da derrota arrasadora da França em 1940, da humilhante sujeição a quatro anos de ocupação alemã, da ambigüidade moral (ou pior) do regime do marechal Pétain, em Vichy, e da embaraçosa subordinação aos EUA e à Grã-Bretanha na diplomacia internacional nos anos do pós-guerra, a cultura francesa tornou-se, mais uma vez, o centro da atenção internacional: intelectuais franceses adquiriram relevância internacional como porta-vozes da era, e o teor do debate político francês tipificava o cisma ideológico mundial. Novamente — e pela última vez — Paris era a capital da Europa.

A ironia desse desfecho não passou despercebida. Foi o acaso histórico que naqueles anos colocou em evidência os intelectuais franceses, cujas preocupações eram tão provincianas quanto as de qualquer um. No pós-guerra, a França estava tão envolvida com seus próprios problemas de acertos de conta, escassez e instabilidade política quanto qualquer outro país. Intelectuais franceses reinterpretavam a política do resto do mundo à luz das suas próprias obsessões, e a importância narcisista de Paris no âmbito da França

projetava-se sem qualquer autocrítica sobre o mundo como um todo. Na memorável definição de Arthur Koestler, os intelectuais franceses no pós-guerra (“Os Charmosos de Saint Germain-des-Prés”) eram “*voyeurs* que espreitam a libertinagem da história por um buraco na parede”. Mas a história lhes reservara um poleiro privilegiado.

As divisões que anos mais tarde haveriam de caracterizar a comunidade intelectual francesa ainda não eram evidentes. Quando Jean-Paul Sartre fundou *Les Temps Modernes*, em 1945, o conselho editorial incluía não apenas Simone de Beauvoir e Maurice Merleau-Ponty, mas também Raymond Aron, refletindo um grande consenso em torno de política de esquerda e filosofia “existencialista”. Este último rótulo incluía (para incômodo seu) Albert Camus, à época amigo íntimo de Sartre e de Beauvoir, e, devido à sua coluna nas páginas editoriais do diário *Combat*, o escritor mais influente do pós-guerra na França.

Todos esses intelectuais compartilhavam uma certa atitude “*résistantialiste*” (embora somente Camus houvesse participado ativamente da Resistência — Aron estivera ao lado dos Franceses Livres, em Londres, e os demais sobreviveram aos anos de ocupação, mais ou menos constrangidos). Nas palavras de Merleau-Ponty, para os intelectuais franceses a luta travada durante a guerra tinha propiciado a superação do dilema “ser versus fazer”. A partir daquele momento, eles passaram a estar “na” história e precisaram nela *se engajar* plenamente. A situação já não permitia aos intelectuais o luxo de recusar o comprometimento com opções políticas; a verdadeira liberdade consistia em aceitar essa verdade. Nas palavras de Sartre: “Ser livre não é fazer o que se quer, mas querer fazer o que se pode.”

Outra lição que Sartre e sua geração afirmavam ter aprendido com a guerra foi a inevitabilidade — e, portanto, em certa medida, a utilidade — da violência política. Essa interpretação da experiência recente não era, em absoluto, exclusividade francesa: já em 1945, muitos europeus haviam vivenciado três décadas de violência militar e política. Jovens por todo o continente estavam imunes a determinados níveis de brutalidade pública, em palavras e ações, que teriam escandalizado seus antepassados no século XIX. E a retórica política moderna propiciava uma “dialética” pela qual era possível domesticar clamores por violência e conflito: Emmanuel Mounier, editor da revista *Esprit* e presença influente na esquerda cristã, sem dúvida falava em nome de muitos quando, em 1949, declarou ser hipocrisia fazer oposição à violência ou à luta

de classes, uma vez que a “violência branca” era praticada contra as vítimas do capitalismo todos os dias.

Todavia, na França, o atrativo por soluções violentas representava mais do que uma simples projeção da experiência recente. Era também o eco de um velho legado. Acusações de colaboracionismo e traição, pressões a favor de punição e de um novo começo não tiveram início com a libertação. Eram a lembrança de uma antiga tradição francesa. Desde 1792, os pólos revolucionário e contra-revolucionário da vida pública francesa exemplificavam e reforçavam a divisão binária do país: a favor ou contra a monarquia, a favor ou contra a revolução, a favor ou contra Robespierre, a favor ou contra as Constituições de 1830 e 1848, a favor ou contra a Comuna. Nenhum outro país tinha uma experiência tão longa e ininterrupta com política bipolar, sublinhada pela historiografia costumeira do mito revolucionário nacional, inculcado em colegiais franceses havia muitas décadas.

Além disso, a França, mais do que qualquer outro Estado-nação ocidental, era um país cuja intelectualidade aprovava e até reverenciava a violência enquanto ferramenta de políticas públicas. George Sand registra uma caminhada às margens do Sena, ao lado de um amigo que defendia, urgentemente, a hipótese de uma sangrenta revolução do proletariado: “somente quando o Sena correr vermelho”, ele explicava, “quando Paris arder e os desvalidos ocuparem o lugar que lhes cabe de direito, a justiça e a paz hão de prevalecer”. Quase um século mais tarde, exatamente, o ensaísta inglês Peter Quennell registrou, no periódico *New Statesman*, “a quase patológica veneração da violência que parece dominar tantos autores franceses”.

Portanto, quando o político do Partido Radical, o ancião Edouard Herriot, que presidiu a Assembléia Nacional Francesa até falecer, em 1957, aos 85 anos, anunciou à época da libertação que uma vida política normal só seria possível depois que “a França passasse por um banho de sangue”, esse tipo de linguagem não causou estranheza aos ouvidos franceses, mesmo sendo verbalizado por um parlamentar provinciano e barrigudo, defendendo uma posição política de centro. Fazia tempo que leitores e escritores franceses tinham se familiarizado com a idéia de que mudanças no curso da história e matanças “purificadoras” caminham lado a lado. Quando Sartre e seus contemporâneos insistiam que a violência comunista era uma forma de “humanismo proletário”, era a “parteira da história”, estavam sendo mais convencionais do que supunham.

A familiaridade da violência revolucionária para o *imaginaire* francês somada às lembranças tingidas de sépia da antiga aliança franco-russa predispueram os intelectuais franceses a acolher, com simpatia, as desculpas apresentadas pelos comunistas para a brutalidade soviética. A dialética também ajudou o processo. Comentando o julgamento de Slánský nas páginas do *Temps Modernes*, de Sartre, Marcel Péju fez lembrar aos leitores que não há nada errado em matar inimigos políticos. O que estava errado em Praga era que a “cerimônia com que eles eram mortos [i.e., o julgamento montado] parece constituir uma caricatura do que poderia ser, se tal violência fosse justificada sob perspectiva comunista. Afinal, evidentemente, as acusações não são implausíveis”.

Intelectuais franceses em visita ao bloco soviético ficaram mais liricamente entusiasmados do que a maioria dos colegas ao contemplar o comunismo em construção. Assim, o poeta e surrealista Paul Eluard, dirigindo-se a uma platéia (sem dúvida, confusa) em Bucareste, em outubro de 1948, disse o seguinte: “Venho de um país onde ninguém mais ri, onde ninguém canta. Mas vocês descobriram o raio de sol da Felicidade.” Eis o mesmo Eluard, no ano seguinte, falando na Hungria sob ocupação soviética: “Basta a um povo ser o senhor da sua própria terra e, em poucos anos, a Felicidade será a lei suprema e o Júbilo o horizonte de cada dia.”

Eluard era comunista, mas seus sentimentos eram comuns mesmo entre muitos intelectuais e artistas que jamais ingressaram no partido. Em 1948, depois do golpe tcheco, Simone de Beauvoir expressou certeza de que os comunistas caminhavam para a vitória em todos os locais: conforme, muitos anos antes, escrevera seu contemporâneo, Paul Nizan, um filósofo revolucionário só pode ser eficaz se optar pela classe que promove a revolução, e os comunistas haviam ungido a eles próprios como representantes de tal classe. Intelectuais engajados tinham de se posicionar ao lado do progresso e da História, não obstante as esporádicas vicissitudes morais.[68](#)

A importância da questão comunista para os intelectuais na França foi também consequência da presença ubíqua do Partido Comunista Francês (PCF). Embora jamais fosse tão grande quanto o partido italiano (com 800 mil membros, no auge), o PCF, nos primeiros anos do pós-guerra, alcançou seu maior sucesso eleitoral, obtendo 28% dos votos, em 1946. E, diferentemente dos italianos, os comunistas franceses não tiveram de enfrentar um Partido Católico unificado de centro-esquerda. Ao contrário, o Partido Socialista Francês, graças à longa experiência com táticas comunistas no período entre

as duas guerras, não se alinhou, incondicionalmente, aos comunistas nos primeiros estágios da Guerra Fria (ainda que a maioria dos membros do partido desejasse o contrário). E assim o PCF era, a um só tempo, mais forte e mais isolado do que qualquer outro Partido Comunista.

Era também bastante avesso a intelectuais. Estabelecendo marcante contraste com o PCI, o PCF sempre fora comandado por burocratas teimosos e obtusos, a exemplo do ex-minerador Maurice Thorez, que liderou o partido desde 1932 até morrer, em 1964. Para Stalin, a qualidade mais importante de Thorez — assim como Gottwald, na Tchecoslováquia — era obedecer às ordens sem fazer perguntas. Não foi coincidência que, tendo desertado do Exército francês durante a Guerra Falsa de 1939 e 1940, Thorez passou os cinco anos seguintes em Moscou. Portanto, o Partido Comunista Francês era um partido-satélite confiável, embora rígido, um veículo útil para a proclamação e prática da linha stalinista.

Para a geração estudantil do pós-guerra, em busca de liderança, disciplina e promessa de ação ao lado dos “trabalhadores”, essa rigidez do PCF foi um certo atrativo, ao menos durante alguns anos: assim como os companheiros tchecos e poloneses, inicialmente, inspiraram entusiasmo entre os parceiros do Leste Europeu. Porém, para os intelectuais franceses mais estabelecidos, o fervor com que os comissários culturais do PCF defendiam a imposição da ortodoxia nas páginas bombásticas do diário do partido — *L’Humanité* — e em outros meios de comunicação constituía um desafio constante às convicções progressistas da classe. Autores e estudiosos que tinham ficado do lado do PCF, como Vittorini, na Itália, ou o Grupo dos Historiadores do Partido, em Londres, não podiam contar com qualquer liberdade de ação.⁶⁹

Por essa razão, as afinidades da intelectualidade parisiense são o guia mais acertado às fissuras de convicção e opinião na Europa durante a Guerra Fria. Em Paris, melhor do que em qualquer outro lugar, as diferenças intelectuais delineavam o contorno das diferenças políticas, internas e externas. Os julgamentos forjados realizados no Leste Europeu eram debatidos na cidade com um vigor especial, porque muitas vítimas do comunismo tinham vivido e trabalhado na França: László Rajk fora mantido na França, após a Guerra Civil Espanhola; Artur London se engajara na Resistência, era casado com uma ilustre comunista francesa e futuro sogro de outra; “André Simone” (Otto Katz, outra vítima do julgamento de Slánský) era famoso nos círculos jornalísticos parisienses por seu trabalho na cidade durante os anos 30; Traicho Kostov era bem lembrado pelo tempo em que trabalhara para o Ministério das

Relações Exteriores da Bulgária, em Paris — a notícia da sua prisão, em Sófia, chegou a ser estampada na primeira página do *Combat*, de Camus.

Paris foi até local de dois influentes julgamentos políticos. Em 1946, Victor Kravchenko, burocrata soviético de médio escalão que desertou para os EUA em abril de 1944, publicou suas memórias, *Eu Prefiro a Liberdade*. Quando, em maio do ano seguinte, apareceu na França, sob o título *J'ai Choisi la Liberté*, a obra causou sensação devido ao relato dos expurgos e massacres soviéticos, e especialmente à descrição do sistema soviético de campo de concentração, o Gulag. Em novembro de 1947, dois meses depois da reunião da Cominform na Polônia, em que líderes do PCF foram interpelados por terem deixado de seguir a nova linha-dura soviética, a revista intelectual do partido, *Les Lettres françaises*, publicou uma série de artigos declarando que o livro de Kravchenko era uma enfiada de mentiras inventadas pelos serviços secretos norte-americanos. Quando, em abril de 1948, o jornal reiterou e ampliou as acusações, Kravchenko processou o periódico por difamação.

No julgamento, que durou de 24 de janeiro a 4 de abril de 1949, Kravchenko apresentou em seu favor uma série de testemunhas um tanto obscuras; mas os acusados conseguiram reunir depoimentos prestados por grandes intelectuais franceses que não eram comunistas: Vercors, o romancista da Resistência; Frédéric Joliot-Curie, médico e vencedor do Prêmio Nobel; Jean Cas-sou, crítico de arte, herói da Resistência e diretor do Museu de Arte Moderna de Paris, e muitos outros. Todos afirmaram o passado impecável do Partido Comunista Francês junto à Resistência, as indiscutíveis credenciais revolucionárias da União Soviética e as implicações inaceitáveis das declarações de Kravchenko — mesmo que fossem verdadeiras. No julgamento, Kravchenko foi indenizado com um franco simbólico, por danos e perdas.

Essa vitória “moral” da Esquerda Progressista coincidiu com a primeira rodada dos grandes julgamentos montados no Leste Europeu e com a adoção de posicionamentos de intelectuais a favor ou contra a União Soviética; conforme Sartre começara a insistir alguns meses antes: “É preciso escolher entre a URSS ou o bloco anglo-saxônico.” Todavia, para muitos críticos da União Soviética, Kravchenko tinha sido um porta-voz inadequado. Antigo burocrata soviético que optara pelo exílio nos EUA, Kravchenko não agradava àqueles intelectuais europeus anticomunistas (que talvez constituíssem a maioria) igualmente desejosos de se manter distantes de Washington e negar a Moscou o monopólio de credenciais progressistas. Em relação a esse indivíduo, escreveram Sartre e Merleau-Ponty, em janeiro de 1950, não podemos ter qualquer

sentimento fraternal: ele fora a prova cabal do declínio “dos valores marxistas na própria Rússia”.

Mas o outro julgamento foi mais difícil de ser ignorado. Em 12 de novembro de 1949, quatro semanas após a execução de László Rajk, em Budapeste, David Rousset publicou no *Le Figaro littéraire* um chamado a ex-internos de campos nazistas para que o auxiliassem num inquérito sobre os campos de concentração *soviéticos*. Baseando-se no Código do Trabalho Corretivo da própria União Soviética, Rousset argumentava que os locais não eram centros de reeducação, conforme afirmavam as autoridades, mas um esquema de campos de concentração integrados à economia e ao sistema penal soviético. Uma semana depois, na revista *Les Lettres françaises*, os escritores comunistas Pierre Daix e Claude Morgan acusaram-no de inventar suas fontes e caricaturar a URSS valendo-se de uma calúnia mesquinha. Rousset abriu processo por difamação.

O elenco envolvido nesse confronto era extremamente interessante. Rousset não era um desertor do Kremlin. Era francês; socialista veterano; ex-trotskista; herói da Resistência e sobrevivente de Buchenwald e Neuengamme; amigo de Sartre, com quem fundara, em 1948, um movimento político de vida curta, o *Rassemblement Démocratique Révolutionnaire*. O fato de um homem com tal perfil acusar a União Soviética de operar campos de trabalho ou de concentração foi uma completa novidade para as alianças políticas convencionais da época. Também Daix fora detido e deportado (neste caso, para Mauthausen), em consequência de atividades junto à Resistência. Que dois esquerdistas, ex-combatentes da Resistência e sobreviventes de campos de concentração, se confrontassem constituía uma ilustração do grau em que antigas alianças políticas estavam agora subordinadas à questão única do comunismo.

A lista de testemunhas a favor de Rousset incluía uma gama de especialistas sumamente confiáveis que haviam vivenciado em primeira mão o sistema prisional soviético, culminando com o depoimento dramático de Margarete Buber-Neumann, que relatou suas experiências não apenas em campos soviéticos mas também em Ravensbrück, aonde fora enviada em 1940, depois de ter sido devolvida por Stalin aos nazistas, como “troco”, em função do Pacto Molotov-Ribbentrop. Rousset obteve ganho de causa. Chegou até a provocar algum impacto na consciência dos contemporâneos. Após o anúncio do veredicto, em janeiro de 1950, Maurice Merleau-Ponty confessou que “os fatos põem em xeque o sentido do sistema russo”. Simone de Beauvoir ficou tão

constrangida que inseriu em seu novo romance, *Os Mandarins*, uma série de debates angustiantes entre os protagonistas acerca da notícia sobre os campos soviéticos (e, para agradar a Sartre e seus amigos, fez ajustes na cronologia, a fim de dar a entender que tinham ciência do fato já em 1946).

Com o intuito de rebater Rousset e companheiros — e manter na linha os intelectuais “progressistas” —, os partidos comunistas recorreram à alavanca moral do “antifascismo”. O procedimento era atrativo por ser familiar. Para muitos europeus, a primeira experiência com mobilização política ocorrera no âmbito das ligas das Frentes Populares antifascistas, na década de 1930. Para a maioria das pessoas, a Segunda Guerra Mundial era lembrada como a vitória sobre o fascismo, e assim celebrada na França e na Bélgica, especialmente no pós-guerra. “Antifascismo” representava um elo seguro e ecumênico com uma época mais simples.

No cerne da retórica antifascista, conforme aplicada pela esquerda oficial, havia uma visão simples e binária sobre a lealdade política: somos o que eles não são. Eles (fascistas, nazistas, franquistas, nacionalistas) são a direita; nós somos a esquerda. Eles são reacionários; nós somos progressistas. Eles apóiam a guerra; nós apoiamos a paz. Eles são forças do mal; nós estamos do lado do bem. Nas palavras de Klaus Mann, registradas em Paris, em 1935: seja o que for o fascismo, não somos fascistas, somos contrários ao fascismo. De vez que a maioria dos adversários do anti-fascismo fazia questão de definir sua própria política como, acima de tudo, anticomunista (durante a guerra, isso fez parte do apelo do nazismo às elites conservadoras, em países tão distantes quanto a Dinamarca e a Romênia), esse tipo de simetria beneficiou a polêmica dos comunistas. O “filocomunismo”, ou ao menos o antianticomunismo, era a essência lógica do antifascismo.⁷⁰

No pós-guerra, a União Soviética, evidentemente, tinha todo o interesse em chamar a atenção para suas credenciais antifascistas, especialmente depois que os EUA substituíram a Alemanha na condição de inimigo. A retórica antifascista passou a ser dirigida aos Estados Unidos, sendo o país, de início, acusado de defender fascistas que buscavam revanche e, na sequência, definido como verdadeira ameaça protofascista. O que tornou essa tática comunista particularmente eficaz, é claro, foi o medo generalizado que havia na Europa do ressurgimento do fascismo, ou ao menos de uma onda de simpatia neofascista advinda das ruínas do fascismo.

“Antifascismo”, com seu subtexto de resistência e aliança, também estava relacionado à duradoura e favorável imagem da União Soviética durante a

guerra e à simpatia que muitos europeus ocidentais sentiam pelos vencedores heróicos de Kursk e Stalingrado. Conforme registrou Simone de Beauvoir em suas memórias, numa declaração tipicamente arrebatadora: “Não havia reservas na nossa amizade com a URSS: os sacrifícios do povo russo demonstraram que os líderes encarnavam-lhe os anseios”. Stalingrado, segundo Edgar Morin, dirimia todas as dúvidas, todas as críticas. Contava também o fato de Paris ter sido libertada pelos aliados *ocidentais*, cujos pecados pesavam mais na memória local.

Mas a “russofilia” intelectual ia além disso. É importante lembrar o que estava acontecendo a poucos quilômetros a leste. No Ocidente, o entusiasmo intelectual pelo comunismo tendia a se exacerbar, não como nos tempos do “comunismo do *goulash*” ou do “socialismo humanizado”, mas nos momentos mais cruéis do regime: entre 1935 e 1939 e 1944 e 1956. Escritores, artistas, professores e jornalistas costumavam admirar Stalin não apesar de seus defeitos, mas *por causa* dos defeitos. Era quando Stalin exterminava pessoas em escala industrial, quando os julgamentos forjados mostravam o lado mais teatral e macabro do comunismo soviético, que homens e mulheres que estavam fora do alcance do líder soviético sentiam-se mais fascinados por ele e por seu culto. Era o abismo absurdo que havia entre a retórica e a realidade que tornava tudo tão irresistível a homens e mulheres de boa vontade em busca de uma causa.⁷¹

O comunismo empolgava os intelectuais de um modo que nem Hitler nem (especialmente) a democracia liberal poderiam jamais fazê-lo. O comunismo era exótico em localização e heróico em escala. Raymond Aron, em 1959, observou a sua “surpresa ridícula [...] que a esquerda européia havia aceitado um construtor de pirâmides como se fosse Deus”. Mas seria mesmo uma surpresa? Jean-Paul Sartre, ao menos, sentiu-se mais atraído pelos comunistas precisamente no momento em que o “construtor de pirâmides” embarcava em seus últimos projetos, os mais alucinados. A idéia de que a União Soviética estava engajada numa missão extrema cujas aspirações justificavam e desculpavam as deficiências do país era particularmente interessante aos intelectuais racionalistas. O perturbador pecado do fascismo haviam sido seus objetivos paroquiais. Mas o comunismo direcionava-se para metas impecavelmente universais e transcendentais. Os crimes do regime eram desculpados por muitos observadores não-comunistas, como o preço, por assim dizer, a ser pago para se negociar com a História.

Mas, mesmo assim, nos primeiros anos da Guerra Fria, muita gente no Oeste Europeu teria sido mais crítica em relação a Stalin, à União Soviética e aos comunistas locais não fosse o receio de ajudar e amparar adversários políticos. Isso, também, era legado do “antifascismo”: a insistência de que “não havia inimigos na esquerda” (regra à qual o próprio Stalin, vale dizer, não prestava atenção). Conforme explicou o abade Boulier a François Fejtö, ao tentar impedi-lo de escrever sobre o julgamento de Rajk: chamar a atenção para os pecados comunistas é “fazer o jogo dos imperialistas”.⁷²

Esse medo de servir aos interesses anti-soviéticos não era novo. Mas no início dos anos 50 tal fator se tornara crucial nos debates intelectuais europeus, principalmente na França. Mesmo depois que os julgamentos forjados realizados no Leste Europeu finalmente fizeram com que Emmanuel Mounier e muitos integrantes da equipe da revista *Esprit* se afastassem do Partido Comunista Francês, estes cuidavam ao máximo para negar qualquer sugestão de que haviam se tornado “anticomunistas” — ou, pior, que tinham deixado de ser “antiamericanos”. O antianticomunismo se tornava um objetivo político e cultural em si mesmo.

De um lado da divisória cultural, portanto, ficavam os comunistas, seus amigos e apologistas: progressistas e “antifascistas”. Do outro lado, muito mais numerosos (fora do bloco soviético), mas também bastante heterogêneos, ficavam os anticomunistas. Uma vez que os anticomunistas compreendiam uma gama, desde trotskistas até neofacistas, críticos da URSS freqüentemente se viam compartilhando alguma plataforma ou petição ao lado de gente cuja política, em outros aspectos, eles abominavam. Essas alianças profanas eram um alvo fundamental para a polêmica soviética, e, por vezes, ficava difícil convencer críticos liberais do comunismo a expressar suas opiniões em público, pois receavam ser tachados de reacionários. Como explicou Arthur Koestler diante de uma grande platéia no Carnegie Hall, em Nova York, em 1948: “Não podemos ajudar as pessoas se estivermos certos pelas razões erradas [...]. Esse medo de nos vermos em má companhia não é expressão de pureza política; é expressão de falta de autoconfiança.”

Intelectuais genuinamente reacionários eram escassos na primeira década depois da guerra. Mesmo estes — por exemplo, Jacques Laurent ou Roger Nimier, na França, que se apresentavam abertamente como de direita — tinham certo prazer em admitir o desespero de sua causa, demonstrando uma espécie

de nostalgia neoboêmia pelo passado desacreditado e exibindo a sua irrelevância política como distintivo de honra. Se a esquerda ia de vento em popa e contava com a história do seu lado, uma nova geração de intelectuais de direita se orgulharia de ser perdedora rebelde, transformando a decadência autêntica e o solipsismo agonizante de escritores ativos no entreguerras, como Drieu la Rochelle e Ernst Jünger, em estilo pessoal sociável e elegante — assim antecipando os “jovens conservadores” da Grã-Bretanha de Mrs. Thatcher.

Mais representativos, na França e na Grã-Bretanha, ao menos, eram os intelectuais conservadores cujo desafeto pelo comunismo pouco mudara em trinta anos. Em ambos os países, assim como na Itália, intelectuais católicos atuantes desempenharam papel de destaque na polêmica anticomunista. Evelyn Waugh e Graham Greene sucederam Hilaire Belloc e G. K. Chesterton no espaço reservado na vida cultural inglesa para católicos retrógrados e pessimistas. No entanto, se os conservadores ingleses criticavam o vazio da vida moderna, ou dela se isolavam por completo, um católico *francês* como François Mauriac sentia-se naturalmente atraído pelo debate com a esquerda política.

Durante a longa vida pública de Mauriac no pós-guerra (ele escreveu, regularmente, para *Le Figaro* até os oitenta e tantos anos — falecendo em 1970, com 85 anos), seus argumentos eram quase sempre formulados através de uma veia ética. Primeiramente, o debate foi com Albert Camus, acerca da adequação de expurgos no pós-guerra; depois, debateu com os companheiros conservadores a guerra na Argélia — que ele desaprovava —, e sempre com os comunistas, que ele abominava. Conforme Mauriac explicou aos leitores de *Le Figaro*, em 24 de outubro de 1949, a justificativa dos comunistas franceses para o julgamento montado em Budapeste — então em curso — era “*une obscénité de l'esprit*”. Mas, naqueles anos, a clareza moral de Mauriac acerca dos crimes do comunismo era acompanhada por uma antipatia igualmente moralizada pelos “valores estranhos” da sociedade norte-americana: a exemplo de muitos conservadores europeus, Mauriac sentia um permanente desconforto perante a aliança com os EUA imposta pela Guerra Fria.

Isso não era problema para realistas liberais como Raymond Aron. À semelhança de muitos outros “Guerreiros Frios” do centro político europeu, Aron demonstrava uma simpatia limitada pelos Estados Unidos — “a economia dos EUA”, ele escreveu, “parece-me não constituir modelo nem para a humanidade nem para o Ocidente”. Mas Aron compreendia a verdade central

referente à política européia depois da guerra: conflitos domésticos e estrangeiros passaram a se mesclar. “Em nosso tempo”, escreveu, em julho de 1947, “tanto para indivíduos quanto para nações, a escolha que determina todas as demais é de natureza global, com efeito, uma escolha geográfica. Ou estamos no universo dos países livres, ou então em terras submetidas à severa ordem soviética.” Ou como disse em outra ocasião: “Nunca se trata de uma luta entre o bem e o mal, mas entre o preferível e o detestável.”

Intelectuais liberais, portanto, fossem no estilo continental, como Aron ou Luigi Einaudi, ou no estilo britânico, como Isaiah Berlin, sentiam-se bem mais à vontade do que a maioria dos conservadores aos quais a História havia imposto uma relação com os EUA. Podia se dizer o mesmo, por estranho que pareça, dos socialdemocratas. Isso ocorria porque a memória de Roosevelt ainda estava viva, e muitos diplomatas e formuladores de políticas norte-americanos com os quais a Europa lidava naqueles anos eram adeptos do New Deal, defensores do papel ativo do Estado na definição das políticas econômicas e sociais, e indivíduos cuja tendência política era de centro-esquerda.

Mas ocorria também como consequência direta da política norte-americana. A federação sindical americana AFL-CIO, o serviço de inteligência dos EUA e o Departamento de Estado viam os partidos trabalhistas e socialdemocratas (moderados e formados a partir de sindicatos) como a melhor barreira ao avanço comunista, especialmente na França e na Bélgica (na Itália, onde a configuração política era diferente, as entidades norte-americanas investiam esperança e o grosso dos recursos nos democratas cristãos). Até meados de 1947, tal palpite era incerto. Porém, na primavera daquele ano, após a expulsão dos partidos comunistas das coalizões de governo na França, Bélgica e Itália, e especialmente depois do golpe de Praga, ocorrido em fevereiro de 1948, socialistas e comunistas no Oeste Europeu se separaram. Confrontos violentos entre sindicatos de trabalhadores comunistas e socialistas e entre grevistas liderados por comunistas e tropas sob o comando de ministros socialistas, somados à notícia da detenção de socialistas na Europa Oriental, transformaram muitos socialdemocratas do Ocidente em inimigos declarados do bloco soviético e potenciais receptores de dinheiro norte-americano canalizado secretamente.

Para socialistas, como Léon Blum, na França, ou Kurt Schumacher, na Alemanha, a Guerra Fria impunha escolhas políticas conhecidas ao menos sob um aspecto: esses socialistas conheciam os comunistas do passado e se lembravam das terríveis batalhas fratricidas nos anos amargos antes do advento

das alianças das Frentes Populares. Os mais jovens não tinham esse consolo. Albert Camus — que na década de 1930 abraçara e logo deixara o Partido Comunista da Argélia — surgiu da guerra, a exemplo de tantos contemporâneos, acreditando piamente numa coalizão de Resistência entre comunistas, socialistas e reformistas radicais de todos os matizes. “O anticomunismo”, ele escreveu em Argel, em março de 1944, “é o início da ditadura”.

Camus começou a ter dúvidas durante os julgamentos e expurgos ocorridos na França no pós-guerra, quando os comunistas adotaram uma linha dura como o único Partido da Resistência e exigiram exclusões, detenções e penas de morte para milhares de colaboracionistas, autênticos ou não. Então, a partir de 1947, à medida que as artérias de lealdade política e intelectual começaram a enrijecer, Camus se viu cada vez mais propenso a duvidar da boa-fé dos seus aliados políticos — dúvidas que, a princípio, ele reprimira, por hábito e pelo bem da unidade. Em junho de 1947, ao entregar o controle do jornal *Combat*, Camus estava menos confiante ou otimista (politicamente) do que três anos antes. Em seu maior romance, *A Peste*, publicado naquele mesmo ano, fica evidente o mal-estar do autor em relação ao realismo político linha-dura de seus camaradas. Conforme disse, através das palavras de Tarrou, um de seus personagens: “Decidi rejeitar tudo que direta ou indiretamente faz as pessoas morrerem ou justifica os causadores de mortes.”

No entanto, Camus ainda relutava em ir a público e romper com os antigos parceiros. Publicamente, ele ainda procurava equilibrar uma crítica sincera ao stalinismo com referências “objetivas” ao racismo norte-americano e outros crimes cometidos no campo capitalista. Mas o processo de Rousset e os julgamentos montados no Leste Europeu acabaram com quaisquer ilusões que ele ainda pudesse ter. Aos seus cadernos, confidenciou: “Um dos meus arrependimentos foi ter dado crédito excessivo à objetividade. Objetividade, por vezes, é acomodação. Hoje em dia as coisas estão claras, e devemos definir algo como ‘*concentrationnaire*’, se assim, de fato, o for, mesmo que seja o socialismo. Em certo sentido, jamais voltarei a ser bem-educado.”

Existe aqui, talvez, o eco involuntário de um discurso proferido no Encontro Internacional do Pen Clube, dois anos antes, em junho de 1947, quando Ignazio Silone — falando de “La Dignité de l’Intelligence et l’Indignité des Intellectuels” — lamentou, em público, o seu próprio silêncio e o silêncio dos outros intelectuais de esquerda: “Tiramos de circulação, como tanques estacionados numa garagem, os princípios de liberdade para todos, dignidade humana e todo o resto.” A exemplo de Silone, que mais tarde, em 1950, escreveria um

dos melhores ensaios da coletânea organizada por Richard Crossman sob o título *O Deus que Falhou*, Camus se tornou um crítico cada vez mais cáustico das ilusões “progressistas”, culminando na condenação da violência revolucionária, em seu ensaio *O Homem Revoltado* (1951), que provocou o rompimento final com os antigos amigos da esquerda intelectual parisiense. Para Sartre, o primeiro dever do intelectual radical era não trair os trabalhadores. Para Camus, assim como para Silone, o mais importante era não trair a si mesmo. Estavam traçadas as linhas de batalha da Guerra Fria cultural.

É difícil, contemplando as décadas passadas, recapturar plenamente os contrastes marcantes e a retórica da Guerra Fria naqueles primeiros anos. Stalin ainda não era uma vergonha — ao contrário. Conforme expressou Maurice Thorez, em julho de 1948: “As pessoas acham que podem nos insultar, a nós comunistas, atirando contra nós a palavra ‘stalinista’. Bem, para nós esse rótulo é uma honra que fazemos o possível por merecer”. E muitos não-comunistas talentosos, conforme vimos, também relutavam em condenar o líder soviético, procurando meios de minimizar-lhe os crimes ou desculpá-los inteiramente. Ilusões esperançosas acerca do império soviético eram acompanhadas por dúvidas generalizadas — e pior — sobre os Estados Unidos.⁷³

Os EUA, ao lado da nova República Federal da Alemanha, agüentaram o tranco da violência retórica do comunismo. Foi uma tática esperta. Os EUA não eram muito populares no Oeste Europeu, apesar (e em alguns locais em decorrência) da generosa ajuda na reconstrução econômica européia. Em julho de 1947, somente 38% dos franceses acreditavam que a Ajuda Marshall não constituía séria ameaça à independência francesa, uma desconfiança em relação às intenções norte-americanas insuflada pelo medo da eclosão de nova guerra, em 1948, e pela luta na Coréia, dois anos mais tarde. Acusações inventadas pelos comunistas, de que o Exército dos EUA estava utilizando armas biológicas na Coréia, contavam com um público receptivo.

Em se tratando de assuntos culturais, os comunistas sequer precisavam tomar a iniciativa. O receio do domínio norte-americano, da perda de iniciativa e da autonomia nacional trouxe, para o lado “progressista”, homens e mulheres de todas as inclinações políticas (e sem inclinações políticas também). Comparados aos dependentes empobrecidos do Oeste Europeu, os Estados Unidos pareciam ser economicamente carnívoros e culturalmente ignorantes: uma combinação mortífera. Em outubro de 1949 — no segundo ano do Plano Marshall, e no momento em que o projeto para a criação da OTAN era finalizado —, o crítico cultural francês Pierre Emmanuel informou aos leitores de *Le*

Monde que o maior presente dado pelos EUA à Europa no pós-guerra tinha sido... o falo; até na terra de Stendhal “o falo está a caminho de se tornar um deus”. Três anos depois, os editores cristãos da *Esprit* lembrariam a seus leitores que, “desde o início, fizemos advertências quanto aos riscos impostos ao bem-estar da nação por uma cultura americana que ataca as raízes da coesão mental e moral dos povos da Europa”.

Enquanto isso, um insidioso artefato norte-americano se espalhava pelo continente. Entre 1947 e 1949, a Coca-Cola Company abriu fábricas na Holanda, Bélgica, em Luxemburgo, na Suíça e Itália. Cinco anos após ter sido criada, a Alemanha Ocidental contava com 96 dessas fábricas e se tornara o maior mercado fora dos Estados Unidos. Porém, ainda que algumas vozes de protesto tenham se elevado na Bélgica e na Itália, foi na França que os planos da Coca-Cola provocaram turbulências públicas. Quando *Le Monde* revelou que a companhia havia estabelecido a meta de 240 milhões de garrafas a serem vendidas na França em 1950, houve objeções veementes — incentivadas, mas não orquestradas, pelos comunistas, que se limitavam a advertir que os serviços de distribuição da Coca-Cola funcionariam também como rede de espionagem norte-americana. Conforme escreveu *Le Monde*, em editorial publicado em 29 de março de 1950: “A Coca-Cola é a Danzig da cultura européia.”

O furor da “Coca-colonização” teve um toque de humor (corriam boatos de que a companhia planejava afixar seu logo, em néon, à Torre Eiffel...), mas o sentimento subjacente era sério. A insensibilidade da cultura norte-americana, dos filmes às bebidas, bem como o interesse próprio e as ambições imperialistas que estavam por trás da presença dos EUA na Europa eram noções comuns a muitos europeus, de esquerda e de direita. A União Soviética talvez representasse uma ameaça imediata à Europa, mas eram os EUA que representavam um desafio mais perigoso a longo prazo. Essa percepção ganhou crédito depois da erupção da guerra na Coreia, quando os EUA começaram a fazer pressão pelo rearmamento dos alemães ocidentais. Os comunistas podiam agora mesclar seus ataques aos “ex-nazistas” de Bonn à imputação de que os EUA apoiavam o “revanchismo fascista”. A hostilidade nacionalista contra os “anglo-americanos”, estimulada durante o período de ocupação, mas silenciosa após a libertação, foi resgatada e posta em ação na Itália, França e Bélgica — e também na Alemanha, por Brecht e outros autores da Alemanha Oriental.

Na tentativa de se beneficiar desse medo incipiente em relação à guerra, e da suspeita das elites européias em relação a questões norte-americanas, Stalin desencadeou um movimento internacional pela paz. De 1949 até a morte do líder soviético, “Paz” foi o ponto central da estratégia cultural soviética. O Movimento pela Paz teve início em Vratislávia, Polônia, em agosto de 1948, durante um Congresso Mundial de Intelectuais. O encontro de Vratislávia foi seguido, em abril de 1949, pelos primeiros Congressos de Paz, realizados mais ou menos ao mesmo tempo, em Paris, Praga e Nova York. Sendo um protótipo de organização de “frente”, o movimento pela Paz foi ostensivamente liderado por cientistas e intelectuais como Frédéric Joliot-Curie; mas os comunistas controlavam os diversos comitês, e as atividades do movimento eram coordenadas de perto pela Cominform, cujo periódico, publicado em Bucareste, passou a se chamar *Pela Paz Duradoura, Rumo à Democracia Popular*.

A julgar pelos seus próprios objetivos, o Movimento pela Paz foi bem-sucedido. Um abaixo-assinado surgido em Estocolmo, em março de 1950, por iniciativa do Comitê Permanente do Congresso Mundial dos Defensores da Paz, recolheu milhões de assinaturas na Europa Ocidental (além de dezenas de milhões de signatários recrutados no bloco soviético). Na verdade, recolher tais assinaturas era a atividade principal do movimento, especialmente na França, onde o apoio à organização era mais forte. Porém, sob a égide do Movimento pela Paz, outras organizações de frente divulgavam a mesma mensagem: a União Soviética estava do lado da paz, enquanto os norte-americanos (e seus amigos nos governos da Coréia, Iugoslávia e do Oeste Europeu) eram o grupo da guerra. Escrevendo de Paris para a revista *New Yorker*, em maio de 1950, Janet Flanner mostrou-se impressionada: “A propaganda comunista vive o seu momento de maior sucesso até hoje na França, especialmente entre os não-comunistas.”

A postura dos comunistas diante dos movimentos de massa era rigidamente utilitária — o Movimento pela Paz não passava de um veículo para a política soviética, motivo pelo qual abraçou, subitamente, em 1951, o tema da “coexistência pacífica”, devido a uma alteração na estratégia internacional de Stalin. No íntimo, não passava de desprezo o que os comunistas — especialmente no bloco oriental — tinham quanto às ilusões de seus simpatizantes. Durante visitas organizadas às democracias populares, partidários do Movimento pela Paz (sobretudo os egressos da França, Itália e Índia) eram festejados pelo apoio oferecido; pelas costas, eram desprezados como “bobos”, uma nova geração de “idiotas úteis” dos quais falara Lenin.

O sucesso dos comunistas em garantir ao menos a simpatia condicional de muita gente no Oeste Europeu e as vantagens que os partidos comunistas na França e Itália, especialmente, obtiveram com o apoio de uma elite cultural desconfiada em relação aos EUA provocaram a resposta tardia, mas decidida, de um grupo de intelectuais no Ocidente. Preocupados com a possibilidade de que, na batalha cultural, Stalin vencesse por desistência do adversário, esses intelectuais se dispuseram a estabelecer a sua própria “frente” cultural. A reunião que inaugurou o Congresso para Liberdade Cultural (CLC) foi realizada em Berlim, em junho de 1950. O congresso foi planejado como resposta ao Movimento pela Paz, criado por iniciativa de Moscou no ano anterior, mas coincidiu com o início da guerra na Coreia, o que conferiu mais significado ao encontro. A decisão de realizar a reunião em Berlim, em vez de Paris, foi propositada: desde o início, o congresso se dispusera a levar a batalha cultural até os soviéticos.

O Congresso para Liberdade Cultural foi formado sob a chancela oficial de Bertrand Russell, Benedetto Croce, John Dewey, Karl Jaspers e Jacques Maritain, o filósofo católico francês. Esses homens maduros conferiram respeitabilidade e autoridade à nova empreitada, mas o ímpeto político e a energia intelectual que a moviam originavam-se numa geração intermediária e brilhante de intelectuais liberais ou ex-comunistas — Arthur Koestler, Raymond Aron, A. J. Ayer, Margarete Buber-Neumann, Ignazio Silone, Nicola Chiaromonte e Shirley Hook. Estes, por seu turno, eram assessorados por um grupo mais jovem, em sua maioria norte-americanos, que se responsabilizava pela rotina e administração das atividades do CLC.

O CLC abriria escritórios em 35 países, em todo o mundo, mas o foco da atenção se voltava para a Europa, especificamente França, Itália e Alemanha. A meta era recrutar, energizar e mobilizar intelectuais e acadêmicos para a luta contra o comunismo, primordialmente através da publicação e circulação de periódicos culturais: *Encounter*, na Grã-Bretanha; *Preuves*, na França; *Tempo Presente*, na Itália; e *Der Monat*, na Alemanha. Nenhuma dessas publicações chegou a alcançar um grande público leitor — *Encounter*, a que se saiu melhor, vangloriava-se de uma tiragem de 16 mil exemplares, em 1958; no mesmo ano, *Preuves* tinha apenas 3 mil assinantes. Mas os conteúdos eram quase sempre de alta qualidade, os articulistas os melhores escritores das décadas do pós-guerra, e os periódicos preenchiam um nicho crucial — especialmente na França, onde a revista *Preuves* era o único fórum liberal e

anticomunista numa paisagem cultural dominada por periódicos neutros, pacifistas, simpatizantes ou abertamente comunistas.

O congresso e suas várias atividades tinham o apoio oficial da Fundação Ford e extra-oficial da CIA — algo que quase todos os ativistas e articulistas envolvidos desconheciam, até que o fato viesse a público anos depois. As implicações — de que o governo dos EUA estava subsidiando, secretamente, entrepostos culturais anticomunistas na Europa — talvez não fossem tão sérias quanto hoje possam parecer. Numa época em que periódicos comunistas e de “frentes”, bem como todo tipo de produto cultural, eram patrocinados secretamente por Moscou, o apoio norte-americano, certamente, não haveria de constranger alguns dos escritores filiados ao CLC. Arthur Koestler, Raymond Aron ou Ignazio Silone não precisavam de incentivo oficial americano para se posicionar contrariamente ao comunismo, e não existe evidência de que a visão crítica desses indivíduos acerca dos EUA tenha sido atenuada ou censurada para agradar aos patrocinadores em Washington.

Os EUA eram novatos em guerras culturais dessa natureza. A União Soviética estabelecera a Sociedade para Relações Culturais com Nações Estrangeiras em 1925; franceses, alemães e italianos já praticavam, ativamente, “diplomacia cultural” no exterior antes de 1914. Os norte-americanos só começaram a custear essas atividades pouco antes do início da Segunda Guerra, e somente em 1946, com a criação do Programa Fulbright, o país entrou nesse campo para valer. Até o outono de 1947, projetos culturais e educacionais norte-americanos na Europa direcionavam-se para a “reorientação democrática”; somente então o anticomunismo se tornou a principal meta estratégica.

Já em 1950, a Agência de Informação dos Estados Unidos assumiu plena responsabilidade pelo intercâmbio cultural norte-americano e pelos programas de informação na Europa. Ao lado do Departamento de Serviços de Informação que servia às autoridades norte-americanas encarregadas da ocupação da Alemanha Ocidental e da Áustria (e que detinha controle absoluto da mídia e de toda a produção cultural da Zona Norte-americana nesses países), a Agência via-se em condições de exercer grande influência sobre a vida cultural européia. Já em 1953, no auge da Guerra Fria, os programas culturais dos EUA no exterior (excluindo subsídios secretos e fundações particulares) empregavam 13 mil pessoas e custavam 129 milhões de dólares, recursos gastos principalmente na batalha para conquistar corações e mentes da elite intelectual do Oeste Europeu.

A “luta pela paz”, conforme a denominação da imprensa comunista, foi conduzida na “frente” cultural através da “Batalha dos Livros” (observe-se a linguagem leninista, tipicamente militarizada). Os primeiros embates foram travados na França, Bélgica e Itália, no começo da primavera da 1950. Ilustres autores comunistas — Elsa Triolet, Louis Aragon — viajavam para diversas cidades provincianas, onde proferiam palestras, assinavam livros e exibiam credenciais literárias do mundo comunista. Na prática, a estratégia pouco promoveu a causa comunista — dois dos livros mais vendidos na França no pós-guerra foram *O Zero e o Infinito*, de Arthur Koestler (que vendeu 420 mil exemplares na década de 1945-1955) e *Eu Prefiro a Liberdade*, de Viktor Kravchenko (503 mil exemplares, no mesmo período). Mas a questão não era tanto vender livros, e sim lembrar aos leitores e não-leitores que os comunistas defendiam a cultura — a cultura francesa.

A resposta norte-americana foi estabelecer Casas da América (com bibliotecas, salas de leitura de jornais), organizar palestras, encontros e oferecer aulas de língua inglesa. Em 1955 havia 69 dessas Casas da América na Europa. Em algumas regiões, o impacto foi notável: na Áustria, onde durante os anos do Plano Marshall foram distribuídos 134 milhões de exemplares de livros escritos em inglês, um percentual significativo da população de Viena e Salzburgo (a primeira sob a administração das Quatro Potências, a segunda inserida na Zona de Ocupação dos EUA) visitava a Casa da América local para fazer empréstimos de livros e ler jornais. O estudo do inglês substituiu o francês e as línguas clássicas como primeira opção dos alunos austríacos no ensino médio.

À semelhança das redes de estações de rádio subvencionadas pelos EUA (a Rádio Europa Livre foi inaugurada em Munique um mês após o início da Guerra da Coreia), os programas das Casas da América eram solapados pelos rudes ditames da propaganda vinda de Washington. No auge da era McCarthy os diretores das casas passavam a maior parte do tempo *retirando* livros das prateleiras. Entre dezenas de autores cujas obras eram vistas como inadequadas incluíam-se não apenas os suspeitos mais óbvios — John Dos Passos, Arthur Miller, Dashiell Hammett e Upton Sinclair —, mas também Albert Einstein, Thomas Mann, Alberto Moravia, Tom Paine e Henry Thoreau. Na Áustria, ao menos, muitos observadores pensavam que, na Batalha dos Livros, os EUA eram por vezes, eles próprios, o seu pior inimigo.

Para a sorte do Ocidente, a cultura popular norte-americana tinha um apelo que a inépcia política do país mal conseguia empanar. Os comunistas

levavam grande desvantagem, visto que a censura oficial do regime ao jazz e ao cinema norte-americanos (considerados decadentes) refletia de perto a visão de Joseph Goebbels. Enquanto os Estados comunistas do Leste Europeu proibiam o jazz, considerando-o decadente e estrangeiro, a Rádio Europa Livre transmitia para aquela mesma região três horas de música popular todas as tardes, de segunda a sexta-feira, intercaladas com noticiários com duração de dez minutos, indo ao ar de hora em hora. O cinema, que à época era a outra mídia universal, podia ser controlado em Estados sob o domínio comunista; porém, por todo o *Oeste Europeu*, a atração por filmes norte-americanos era universal. Ali, a propaganda soviética não era competitiva nem os progressistas ocidentais, freqüentemente atraídos pela música e pelo cinema dos EUA, simpatizavam com a linha do partido.

A competição cultural nos primeiros anos da Guerra Fria foi assimétrica. Entre as elites culturais européias, ainda era geral o desejo de compartilhar, a despeito de fronteiras ideológicas, inclusive no caso da Cortina de Ferro, uma cultura à qual os EUA representavam uma ameaça. Os franceses, de modo especial, seguiam essa linha, fazendo ecoar esforços envidados no início do pós-guerra por diplomatas do país para delinear uma política internacional independente do controle norte-americano. É sintomático que o chefe da Missão Cultural Francesa na Berlim ocupada (Félix Lusset) se relacionasse bem melhor com o colega russo (Alexander Dymshitz) do que com os representantes britânicos ou norte-americanos lotados na cidade e que, a exemplo dos seus superiores em Paris, sonhasse com o revigoramento do eixo cultural que unia Paris, Berlim e Leningrado.

Os EUA gastaram centenas de milhões de dólares tentando conquistar a simpatia dos europeus, mas muitas das publicações e dos produtos resultantes desse investimento se mostraram crassos e contraproducentes, apenas confirmando as suspeitas da intelectualidade européia. Na Alemanha, a atenção exagerada dos EUA aos crimes comunistas era vista por muita gente como manobra para esquecer ou relativizar os crimes dos nazistas. Na Itália, as lúgubres campanhas anticomunistas do Vaticano minavam os argumentos anti-stalinistas de Silone, Vittorini e outros. Apenas na arte e na literatura, nas quais os absurdos da política cultural stalinista afetavam diretamente os pintores e poetas, os intelectuais do Ocidente mantinham-se distanciados de Moscou — e mesmo nesse caso a oposição era silenciada devido ao receio de beneficiar a “propaganda” norte-americana.[74](#)

Por outro lado, na luta pela conquista da simpatia da massa populacional do Oeste Europeu, os soviéticos perdiam terreno em ritmo acelerado. Em toda parte, exceto na Itália, a partir do final dos anos 40, o voto comunista caiu de modo constante, e — se podemos confiar em pesquisas de opinião — até aqueles que votavam a favor do comunismo muitas vezes encaravam o voto como um protesto simbólico ou então como expressão de solidariedade classista ou comunal. Muito antes dos cataclismos de 1956, quando as simpatias da maioria dos intelectuais europeus se desviou radicalmente do bloco soviético, a orientação atlântica da maioria dos europeus ocidentais estava decidida.

63 Zdeněk Mlynář, *Night Frost in Prague* (Geadá Noturna em Praga) (Londres, 1980), p. 2.

64 Brecht, tipicamente, precaveu-se, guardando consigo um passaporte austríaco.

65 O mais famoso, certamente, foi Arthur Koestler — mas Koestler pode ser definido como húngaro, austríaco, francês ou judeu.

66 Naqueles anos o PSI era singular entre os partidos socialistas da Europa Ocidental, em decorrência da sua proximidade e subordinação aos comunistas — modelo bem mais comum na Europa Oriental.

67 Em *Vítimas da Tormenta* (rodado em 1946, com a ação se passando naquele mesmo ano), o diretor de um presídio para meninos não apenas faz a saudação fascista — hábito do qual ele não consegue se livrar — mas refere-se com uma nostalgia indisfarçável aos baixos índices criminais no tempo de Mussolini.

68 A despeito de suas dúvidas em relação à política cultural soviética, Paul Eluard recusava-se a criticar o zdanovismo diante dos camaradas da classe operária na unidade do partido à qual ele pertencia. Conforme explicou a Claude Roy: “Coitados, isso os desanimaria. Não devemos perturbar os que participam da luta; eles não compreenderiam.”

69 François Fejtő, vivendo em Paris, observou alguns anos mais tarde que, enquanto os comunistas italianos receberam bem (embora na defensiva) a sua *História da Europa Oriental*, o PCF condenou a obra como produto de mais um renegado.

70 Daí, Emmanuel Mounier escreve na revista *Esprit*, em fevereiro de 1946: “O anticomunismo [...] é a força cristalizadora necessária e suficiente para a volta do fascismo”.

71 De modo semelhante, no Ocidente, o culto a Mao atingiu o apogeu no auge da Revolução Cultural, exatamente quando e *exatamente porque* Mao perseguia escritores, artistas e professores.

72 Naqueles anos, “ser progressista”, conforme observou Raymond Aron mordazmente, consistia em “apresentar argumentos comunistas como se decorressem, com espontaneidade, de especulações independentes”.

73 Tais sentimentos aparecem caricaturados (inadvertidamente) neste relato do primeiro dia de aula, em Praga, em abril de 1948, quando uma professora primária comunista diz: “Crianças, vocês sabem que nos Estados Unidos as pessoas vivem em buracos cavados no solo e são escravas de uns poucos capitalistas que ficam com o lucro. Mas na Rússia todos são felizes, e nós em Praga também somos muito felizes, graças ao governo de Klement Gottwald. Então, crianças, repitam comigo, em voz alta: ‘Estamos muito contentes e aprovamos o governo de Gottwald.’”

74 “Éramos intolerantes com idiotices nas áreas que conhecíamos bem”, escreveu o poeta francês Claude Roy, que ingressou no PCF durante a guerra após um romance inicial com a Ação Francesa, de extrema direita, “mas desculávamos crimes quando se tratava de questões que poucos conhecíamos”.

A Política da Estabilidade

“A maioria das pessoas deve ter percebido, mesmo antes que a Segunda Guerra Mundial deixasse patente, que terminou o tempo em que as nações européias podiam brigar entre si pelo domínio mundial. A Europa já não tem ao que aspirar nesse sentido, e qualquer europeu que ainda anseie por poder mundial será vítima do desespero ou do ridículo, como Napoleões em manicômios.”
Max Frisch (julho de 1948)

“Porque mantivemos nossas tropas lá, os europeus não fizeram a parte deles. Não se sacrificam para prover os soldados necessários à sua própria defesa.”
Dwight Eisenhower

“O principal argumento contrário ao repasse de informação nuclear aos franceses é o efeito que isso surtiria nos alemães, incentivando-os a fazer o mesmo.”
John F. Kennedy

“Tratados são como garotas e rosas: duram enquanto durarem.”
Charles de Gaulle

“Somente as instituições políticas são capazes de formar o caráter de uma nação.”
Madame de Stael

Em seu clássico estudo sobre o aumento da estabilidade política na Inglaterra no início do século XVIII, o historiador inglês J. H. Plumb escreveu: “Existe uma crença popular geral, originada em Burke e historiadores do século XIX, de que estabilidade política cresce lentamente, como coral — resultado de tempo, circunstâncias, prudência, experiência, sabedoria, gradativamente se consolidando ao longo de séculos. Nada é, penso eu, menos verdadeiro [...]. Estabilidade política, quando surge, chega de supetão a uma sociedade, tão subitamente quanto a água se torna gelo.”⁸⁴

Algo semelhante ocorreu na Europa, de modo inesperado, na primeira metade da década de 1950.

De 1945 até o início de 1953, conforme vimos, os europeus viveram sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, prevendo, ansiosamente, a Terceira. O fracasso dos acordos de 1919 ainda estava presente nas mentes dos estadistas e do público. A imposição do comunismo na Europa Oriental era uma lembrança contumaz da instabilidade revolucionária subsequente à Primeira Guerra Mundial. O Golpe de Praga, as tensões em Berlim e a Guerra da Coreia no Extremo Oriente eram lembretes constrangedores da série de crises internacionais dos anos 30. Em julho de 1951, os aliados ocidentais declararam o fim do “estado de guerra” com a Alemanha, mas, no contexto de uma Guerra Fria cada vez mais intensa, ainda não havia um tratado de paz, e pouca perspectiva de que isso viesse a ocorrer. Tampouco havia qualquer confiança de que o fascismo não voltasse e encontrasse solo fértil no problema não-resolvido da Alemanha, ou mesmo em qualquer outro local.

A crescente rede de alianças, agências e acordos internacionais propiciava pouca garantia de harmonia internacional. Tirando proveito da perspectiva histórica, podemos hoje perceber que o Conselho da Europa, a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, a União Européia de Pagamentos e, principalmente, a Organização do Tratado do Atlântico Norte foram o embrião de um sistema novo e estável de relações interestatais. Documentos como a Convenção pela Proteção dos Direitos Humanos, instituído pelo Conselho da Europa em 1950, haveriam de adquirir um significado duradouro nas décadas seguintes. Porém, na época em questão, esses documentos, tanto quanto as agências que os publicavam, assemelhavam-se às alianças e ligas bem-intencionadas (e condenadas ao fracasso) da década de 1920. Os contemporâneos mais céticos tinham motivos para prestar pouca atenção em tais documentos.

Todavia, com a morte de Stalin e o fim da Guerra da Coreia, a Europa Ocidental se viu, subitamente, numa era de extraordinária estabilidade

política. Pela primeira vez em quatro décadas os Estados da metade ocidental do continente não estavam em guerra, nem sob ameaça de guerra iminente, ao menos entre si. A contenda política doméstica diminuiu. Partidos comunistas em toda parte, exceto na Itália, iniciaram a lenta retirada em direção à margem da política. E a ameaça do ressurgimento do fascismo já não era uma convicção, a não ser talvez em manifestações políticas comunistas.

Os europeus ocidentais deviam aquele recém-descoberto bem-estar às incertezas da Guerra Fria. A internacionalização dos confrontos políticos e o subsequente envolvimento dos Estados Unidos contribuíram para diminuir o ímpeto dos conflitos políticos internos. Questões políticas que em épocas anteriores teriam, provavelmente, provocado violência e guerra — o problema pendente da Alemanha, conflitos territoriais entre a Iugoslávia e a Itália, o futuro da Áustria ocupada — ficaram inseridas (e assim haveriam de ser tratadas) no contexto de embates e negociações entre as Grandes Potências, sobre os quais os europeus tinham pouco a dizer.

A Questão Alemã permaneceu sem resposta. Mesmo depois que o pânico de 1950 diminuiu e os líderes ocidentais admitiram que Stalin não tinha planos imediatos para “criar uma Coréia” na Europa Central, os dois lados não se aproximaram de um acordo. A posição oficial do Ocidente era de que as duas Alemanhas que surgiram em 1949 deveriam ser reunidas num único Estado democrático. Mas até que todos os alemães tivessem liberdade para escolher o regime político sob o qual deveriam viver, a reunificação era impossível. Nesse ínterim, a República Federal da Alemanha (Ocidental) seria tratada como representativa de todos os cidadãos alemães. *Extra-oficialmente*, os norte-americanos, a exemplo dos europeus do oeste, não estavam insatisfeitos em ver a Alemanha dividida por tempo indefinido. Conforme John Foster Dulles diria ao presidente Eisenhower, em fevereiro de 1959, havia “muito que dizer em defesa do *status quo*”, mas não era “possível assumir tal posição publicamente”.

A posição soviética, ironicamente, era bastante similar. Nos últimos anos de vida, Stalin manteve a postura oficial soviética de que Moscou queria uma Alemanha unida e estava até disposto a aceitar que tal Alemanha fosse neutra, desde que permanecesse desarmada. Na primavera de 1952, numa série de notas, Stalin propôs que as quatro potências de ocupação elaborassem um Tratado de Paz visando ao estabelecimento de uma Alemanha unida, neutra e desmilitarizada, em que todas as forças de ocupação fossem removidas e o governo escolhido por meio de eleições livres, para toda a Alemanha. Os

historiadores criticam Washington por não ter aceitado essas propostas de Stalin — uma “oportunidade perdida” de acabar com a Guerra Fria, ou ao menos de tirar o ímpeto do ponto de confronto mais perigoso.

É bem verdade que os líderes ocidentais não levaram muito a sério as notas de Stalin e se recusaram a aceitar a oferta da União Soviética. A experiência mostrou, no entanto, que eles estavam certos. Os próprios líderes soviéticos atribuíam pouca importância às suas propostas e, na realidade, não esperavam que americanos, britânicos e franceses retirassem as tropas de ocupação e permitissem que uma Alemanha neutra e desarmada navegasse livremente no meio de um continente dividido. Afinal, Stalin e seus sucessores não viam com desagrado a presença militar norte-americana em solo alemão; sob o ponto de vista dos líderes soviéticos da geração de Stalin, a presença de tropas dos EUA na Alemanha Ocidental era uma das garantias mais confiáveis contra o revanchismo germânico. Valia a pena arriscar tal garantia em troca de uma Alemanha desmilitarizada que ficasse à sombra da União Soviética (objetivo pelo qual Moscou teria com prazer abandonado os clientes alemães orientais e sua República Democrática), mas não por menos do que isso.

O que os russos, decididamente, *não* queriam era uma Alemanha Ocidental remilitarizada. O propósito das políticas soviéticas não era chegar a um acordo com o Ocidente sobre a reunificação alemã, mas impedir a possibilidade iminente do rearmamento germânico. Os norte-americanos haviam levantado a questão, como consequência direta da Guerra da Coreia, passados apenas cinco anos da derrota de Hitler. Para que o Congresso concordasse com as solicitações da administração de Truman, relativas ao aumento de ajuda militar no exterior, era preciso fazer com que os aliados americanos — inclusive os alemães — parecessem estar colaborando com a defesa do continente.

Quando, em setembro de 1950, o secretário de Estado norte-americano Dean Acheson iniciou com a Grã-Bretanha e com a França as discussões sobre o rearmamento alemão, os franceses se opuseram veementemente à idéia. A noção confirmava todas as antigas suspeitas da França de que a OTAN, longe de representar o compromisso americano com a proteção do flanco oriental do país, era apenas uma nuvem de fumaça para encobrir a remilitarização da Alemanha. Até os alemães relutavam, por seus próprios motivos. Konrad Adenauer compreendeu perfeitamente bem a oportunidade que lhe foi propiciada pelas inauditas circunstâncias: longe de decidir agarrar a chance de se rearmar, a República Federal haveria de se conter. Em troca de uma contribuição

alemã para a defesa ocidental, Bonn insistiria no pleno reconhecimento internacional da RFA e na anistia para criminosos de guerra alemães mantidos sob custódia aliada.

Os franceses, prevendo que alguma negociação desse tipo fosse realizada à sua revelia, esvaziaram o debate sobre a contribuição alemã à OTAN, apresentando uma contraproposta francesa. Em outubro de 1950, René Pleven, primeiro-ministro francês, sugeriu a criação de uma Comunidade Européia de Defesa, análoga ao Plano Schuman. Além de uma Assembléia, um Conselho de Ministros e um Tribunal de Justiça, tal comunidade teria a sua própria Força Européia de Defesa (FED). Os norte-americanos, tanto quanto os britânicos, não gostaram da idéia, mas aceitaram-na como segunda melhor solução para o problema da defesa da Europa.

O Tratado de Defesa da Comunidade Européia foi então assinado, em 27 de maio de 1952, com os documentos contingentes que declaravam que, depois que todos os países signatários ratificassem o tratado, os EUA e a Grã-Bretanha cooperariam plenamente com a FED e que a ocupação militar da Alemanha chegaria ao final. *Esse fora o acordo que a União Soviética tentara em vão obstruir com suas propostas de um Tratado de Paz que desmilitarizasse a Alemanha.* A Bundestag da Alemanha Ocidental ratificou o tratado em março de 1953, e os países do Benelux fizeram o mesmo logo em seguida.⁸⁵ Restava apenas que a Assembléia Nacional francesa sancionasse o tratado para que a Europa Ocidental passasse a contar com algo semelhante a um exército europeu, provido de contingentes integrados e internacionais, inclusive um contingente alemão.

Os franceses, entretanto, ainda estavam descontentes. Conforme observou Janet Flanner, com perspicácia, em novembro de 1953: “Para os franceses, de modo geral, o problema da CED é a Alemanha — não a Rússia, que é o problema dos americanos.” A hesitação da França contrariou os norte-americanos: durante uma reunião do conselho da OTAN realizada em dezembro de 1953, John Foster Dulles, o novo secretário de Estado de Eisenhower, ameaçou pôr em prática “uma reavaliação dolorosa” da política norte-americana caso a CED fracassasse. Mas, ainda que o Plano Pleven fosse fruto de um primeiro-ministro francês, o debate público havia revelado a extensão da relutância francesa em aprovar o rearmamento germânico, fossem quais fossem as condições. Além disso, as propostas para o rearmamento alemão e para um exército europeu não poderiam ter surgido em pior momento: o Exército francês estava sendo derrotado e humilhado no Vietnã e o novo primeiro-ministro

francês, Pierre Mendès-France, pensava, com razão, que seria imprudente arriscar o futuro de seu frágil governo de coalizão com uma proposta impopular em benefício do rearmamento do inimigo.

Por conseguinte, quando o tratado da CED chegou à Assembléia Nacional para ser sancionado, Mendès-France absteve-se de declarar a sua confiança e o documento foi rejeitado, em 30 de agosto de 1954, por 319 votos contra 264. O plano para uma Comunidade Européia de Defesa e, junto com ele, uma Alemanha rearmada (no âmbito de um exército europeu) estava acabado. Em conversa particular com o ministro das Relações Exteriores belga, Paul-Henri Spaak, e o primeiro-ministro de Luxemburgo, Joseph Bech, Adenauer, contrariado, atribuiu o comportamento de Mendès ao fato de ele ser judeu — fato este que, segundo o chanceler alemão, Mendès tentava compensar aderindo ao sentimento nacionalista francês. De modo mais plausível, o próprio Mendès assim explicou o fracasso da CED: “Na CED havia integração demais e Inglaterra de menos.”

Os europeus e o aliado norte-americano tinham voltado ao ponto inicial. Mas as circunstâncias agora eram diferentes. A Guerra da Coréia acabara, Stalin estava morto e a OTAN era um apêndice do cenário internacional. Os franceses haviam conseguido adiar a questão da defesa da Europa durante algum tempo, mas não poderiam continuar a fazê-lo. Poucas semanas antes da votação que a Assembléia Nacional realizaria acerca da CED, as potências aliadas ocidentais — EUA, Grã-Bretanha e França — reuniram-se duas vezes, às pressas, em Londres e Paris. Por iniciativa do ministro das Relações Exteriores britânico, Anthony Eden, um conjunto de propostas⁸⁶ — os chamados Acordos de Londres — foram aprovadas sem mais delongas, propostas que, uma vez ultimadas nos Tratados de Paris, serviriam de alicerce da política de defesa européia ao longo dos cinquenta anos seguintes.

Para superar o problema de “Inglaterra de menos”, Eden ofereceu engajar forças britânicas (quatro divisões) numa presença permanente na Europa continental (pela primeira vez desde a Idade Média). O Tratado de Bruxelas, de 1948, seria desdobrado numa União Européia Ocidental (UEO), e Alemanha e Itália entrariam para a União (embora o tratado de 1948, conforme vimos, tivesse sido elaborado com o propósito explícito de proteção *contra* a Alemanha). Em contrapartida, os franceses permitiriam que a República Federal tivesse um exército de não mais do que meio milhão de homens; e a Alemanha entraria na OTAN como Estado soberano.⁸⁷

Quando esses tratados fossem ratificados e passassem a vigorar, os estatutos da ocupação alemã prescreveriam e, na prática, os aliados ocidentais firmariam a paz com o seu antigo inimigo. Tropas aliadas permaneceriam na República Federal a fim de evitar a reincidência germânica, mas como parte de uma presença européia, e com mútuo consentimento. Os franceses não eram absolutamente unânimes quanto à aceitação desses novos planos, mas, tendo esvaziado as suas próprias propostas alternativas, não estavam em condições de protestar, ainda que a Alemanha Ocidental, nos tratados de 1954, tivesse sido agraciada com termos mais generosos do que seria o caso no Plano Pleven. Não era a primeira vez que, nas disputas internacionais envolvendo a Alemanha, a França atuava como a pior inimiga dela mesma. É compreensível que o apoio francês aos Tratados de Paris fosse mais do que ambivalente. Quando em 30 de dezembro de 1954 ocorreu a votação, a Assembléia Nacional aprovou os tratados por 287 votos contra 260, apenas 27 votos de diferença.

Se os franceses relutavam, os russos demonstravam franco desagrado. Em 15 de maio de 1955, dez dias após o ingresso oficial da Alemanha Ocidental na OTAN e a extinção do Alto Comissariado Aliado na República Federal, a União Soviética anunciou a formação do Pacto de Varsóvia. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia e União Soviética constituíam uma aliança de “amizade, cooperação e assistência mútua” sob um comando unificado. Moscou anulava os tratados de aliança firmados em tempo de guerra com a Grã-Bretanha e com a França e, aceitando o inevitável, afirmava a soberania plena da República Democrática Alemã, incorporando o país ao Pacto de Varsóvia. A bem dizer, a Questão Alemã não tinha sido resolvida; porém, com ambas as partes totalmente integradas em suas respectivas alianças internacionais, a problemática seria agora posta de lado durante algum tempo, seu lugar sendo então ocupado pelo dilema ainda não resolvido da antiga capital dividida, Berlim.

Agora que o futuro imediato da Alemanha estava equacionado, ambos os lados se apressaram em atacar conflitos e tensões secundárias. Em particular, o novo líder no Kremlin, Nikita Krushev, levou a sério a agenda soviética que definia uma “coexistência pacífica” com a Europa e compartilhou do desejo norte-americano de minimizar o risco de confrontos futuros. No dia seguinte ao anúncio do Pacto de Varsóvia, as quatro potências envolvidas na ocupação assinaram o Tratado do Estado Austríaco. A Áustria deveria ser independente e neutra, nem ligada à OTAN, nem ao Pacto de Varsóvia, e livre para escolher

o próprio caminho.⁸⁸ Os quatro exércitos de ocupação deveriam se retirar — mas a União Soviética, que já havia extraído cerca de 100 milhões de dólares da zona por ela ocupada no leste da Áustria, ainda conseguiu agarrar mais uma fatia do bolo, obrigando a Áustria a “comprar” os interesses econômicos soviéticos no setor oriental do país ao custo de mais 150 milhões de dólares.

Enquanto isso, um pouco ao sul, a Iugoslávia e a Itália haviam concordado em pôr um fim ao impasse em relação a Trieste. Em outubro de 1954, num acordo intermediado por americanos e britânicos, a cidade de Trieste ficou com a Itália, ao passo que as cercanias, predominantemente habitadas por eslovenos, ficaram com a Iugoslávia. Os acordos de Trieste, a exemplo de tantas outras decisões tomadas naqueles anos, foram facilitados pelo entendimento de que seriam considerados “provisórios”: nas palavras do embaixador italiano nos EUA, Alberto Tarchiani, o acordo sobre Trieste “parecia provisório, mas, na realidade, era definitivo”.

Os acordos que envolviam a Áustria, a Iugoslávia e a Itália foram viabilizados por causa de uma nova atmosfera de relaxamento da tensão entre as nações da Europa, simbolizada pelo Encontro de Genebra, em julho de 1955 (o primeiro desde Potsdam) e pela admissão de 16 novos países membros nas Nações Unidas, rompendo um impasse entre Oriente e Ocidente que já durava dez anos. Numa atmosfera de troca de amabilidades entre Eisenhower, Krushev e Eden, a questão mais importante resolvida em Genebra foi o destino de cerca de 10 mil prisioneiros de guerra alemães que ainda estavam nas mãos dos soviéticos. Em contrapartida à visita de Adenauer a Moscou, em setembro de 1955, e ao estabelecimento de relações diplomáticas, os líderes soviéticos consentiram na volta desses homens: 9.626 prisioneiros foram libertados ainda naquele ano e o restante até o fim de janeiro de 1956. Nesse ínterim, os pequenos vizinhos ocidentais da Alemanha também conseguiram uma certa aproximação com Bonn. Em 1955, os dinamarqueses chegaram a um acordo quanto às questões fronteiriças de menor importância e à indenização alemã por crimes de guerra; um ano depois, os belgas firmaram acordo similar (o Grã-ducado de Luxemburgo, entretanto, só chegou a um acordo com os alemães em 1959, e os holandeses apenas em 1960). Sem que ninguém precisasse dizer coisa alguma, o livro dos crimes e castigos relacionados à guerra e às conseqüências da guerra na Europa estava sendo fechado.

Esses acontecimentos descortinavam-se diante de uma grande corrida armamentista internacional. Tal paradoxo — de que um acordo de paz na Europa era formulado ao mesmo tempo que duas Grandes Potências da época se armavam até os dentes e se preparavam para a eventualidade de uma guerra termonuclear — não foi tão estranho quanto possa parecer. A ênfase crescente no pensamento estratégico dos EUA e da URSS, no que dizia respeito às armas nucleares e aos mísseis intercontinentais que as deslançariam, dispunha os Estados europeus da necessidade de competir numa arena em que estes não tinham condições de medir forças com os recursos das superpotências, ainda que a Europa Central continuasse a ser o terreno mais provável onde qualquer guerra futura seria travada. Por essa razão, nos anos aqui focalizados, a Guerra Fria na Europa Ocidental foi vivenciada de maneira bem distinta daquela observada nos Estados Unidos ou mesmo na União Soviética.

O arsenal nuclear dos EUA cresceu rapidamente ao longo dos anos 50. De nove unidades, em 1946, a cinquenta, em 1948, e 170, no início da década seguinte, o estoque de armas nucleares à disposição das Forças Armadas norte-americanas chegou a 841, em 1952, antes de se expandir a cerca de 2 mil por ocasião do ingresso da Alemanha na OTAN (alcançaria o número de 28 mil às vésperas da crise com Cuba, sete anos mais tarde). Para transportar essas bombas, a Força Aérea dos EUA contava com uma frota de bombardeiros B-29 que cresceu, de cerca de cinquenta unidades, no início do bloqueio de Berlim, em 1948, a mais de mil, cinco anos depois; os primeiros bombardeiros intercontinentais B-52 começaram a operar em junho de 1955. Diante da grande vantagem da União Soviética em termos de efetivo humano e armamento convencional na Europa, essas armas nucleares transportadas por via aérea haveriam de se tornar centrais à estratégia de Washington, especialmente depois da ordem secreta expedida pelo presidente Truman, em 10 de março de 1950, para que se acelerasse o desenvolvimento da bomba de hidrogênio.

A decisão de Truman foi movida pelo teste que a União Soviética realizou, em agosto de 1949, com a bomba atômica. A distância entre a capacidade nuclear americana e a soviética diminuía: o primeiro teste termonuclear realizado pelos EUA ocorreu no atol de Elugelab, no Pacífico, em 1º de novembro de 1952; o primeiro teste soviético congênere, em Semipalatinsk, foi anunciado passados apenas dez meses, em 12 de agosto de 1953. Armas nucleares começaram a chegar à Alemanha Ocidental no mês seguinte; em janeiro, Dulles anunciou a política do “New Look”, de Eisenhower. A OTAN haveria de

ser “nuclearizada”: a ameaça da utilização de armas nucleares no campo de batalha europeu passaria a integrar a estratégia de defesa da Aliança. Para que a União Soviética acreditasse que o Ocidente, de fato, dispararia contra ela, era preciso eliminar a diferença entre armas nucleares e convencionais. Conforme Dulles explicou ao conselho da OTAN, reunido em abril de 1954: “Os EUA consideram que a capacidade de empregar armas atômicas seja essencial à defesa da área afeta à OTAN, diante da ameaça presente. Em suma, tais armas devem agora ser tratadas como se, de fato, houvessem se tornado convencionais.”

A coincidência entre a nuclearização da OTAN e a estabilização do continente europeu não foi acidental. Também sob o ponto de vista soviético, a guerra convencional na Europa Central e Ocidental era algo cujo interesse estratégico diminuía cada vez mais. Moscou também estocava armamento nuclear — a partir de apenas cinco unidades, em 1950, o estoque chegara a 1.700 no final da década. Mas a ênfase principal dos soviéticos era no desenvolvimento de meios de transportar essas armas através do oceano (e não até os campos de batalha europeus), a fim de compensar os planos norte-americanos para basear armas nucleares na Alemanha, a poucas centenas de quilômetros da própria Rússia.

A notória *missile gap*, ou disparidade de mísseis entre os EUA e a URSS, de que falava John F. Kennedy durante a campanha pela presidência dos EUA, em 1960, era um mito, resultado positivo da propaganda soviética; o mesmo era verdadeiro em se tratando dos relatos que circulavam à época a respeito da superioridade educacional e técnica soviéticas. Duas décadas antes de o chanceler alemão Helmut Schmidt fazer o comentário, Krushev e alguns de seus colegas mais veteranos compreendiam, intuitivamente, que o império por eles comandado era, basicamente, o “Alto Volta, com mísseis”. Mas é certo que a URSS *estava* empregando grandes esforços no desenvolvimento de capacidade balística. O primeiro teste soviético bem-sucedido com um míssil balístico intercontinental ocorreu em agosto de 1957, cinco meses antes dos americanos. O lançamento do Sputnik, em 4 de outubro de 1957, evidenciou o poderio soviético (para horror dos EUA).[89](#)

Armas balísticas — mísseis intercontinentais capazes de lançar ogivas nucleares a partir do interior da URSS e alcançar alvos nos EUA — despertavam em Nikita Krushev um interesse especial. Tinham custo mais baixo do que as armas convencionais. Propiciavam a Krushev boas relações com a indústria pesada e os militares, ao mesmo tempo que recursos podiam ser desviados

para a produção de bens de consumo. E tinham uma conseqüência curiosa, conforme ambos os lados haveriam de perceber: tornar uma grande guerra bem menos provável do que até então. Na teoria, armas nucleares tornavam Moscou e Washington mais beligerantes — era importante parecer estar de prontidão e disposto a utilizá-las; na prática, as armas os tornavam bem mais contidos.

Para os americanos, tais armas tinham um interesse ainda maior. Os EUA ainda procuravam um meio de escapar da confusão européia na qual haviam sido envolvidos, a despeito das melhores intenções dos líderes nacionais. A nuclearização da Europa era uma forma de atingir tal objetivo. Não seria mais necessário prever uma grande presença militar norte-americana estabelecida indefinidamente no coração da Europa — estadistas e estrategistas militares ansiavam pelo dia em que a Europa poderia se defender sozinha, apoiada tão-somente pela firme promessa de uma arrasadora retaliação americana, no caso de um ataque soviético. Conforme Eisenhower havia reiterado em 1953, a presença dos EUA na Europa deveria ser apenas uma “operação temporária, a fim de gerar confiança e segurança a nossos amigos do outro lado do oceano”.

Várias são as razões pelas quais os norte-americanos jamais conseguiram pôr em prática os planos para sair da Europa. Próximo ao final dos anos 50, os EUA faziam pressão por uma força nuclear européia para impedir os soviéticos, sob um comando coletivo europeu. Mas nem os britânicos nem os franceses gostaram da idéia. Não porque os respectivos governos, por princípio, se opusessem às armas nucleares. Os britânicos detonaram a primeira bomba de plutônio no deserto australiano em agosto de 1952; 14 meses depois, a primeira bomba atômica britânica foi entregue para a Real Força Aérea. Por motivos militares e econômicos, os governos britânicos da época inclinavam-se a substituir uma estratégia de defesa continental por outra de força nuclear: na realidade, a pressão exercida pelos britânicos tinha contribuído para convencer Eisenhower a criar a estratégia do “New Look”, e os britânicos não fizeram objeções à presença em solo britânico de bombardeiros capazes de transportar ogivas nucleares.⁹⁰

Os franceses também contavam com um programa de armas nucleares, aprovado por Mendès-France, em dezembro de 1954, embora a primeira bomba francesa independente só fosse detonada em fevereiro de 1960. No entanto, nem os britânicos nem os franceses pretendiam entregar o controle das armas nucleares a uma entidade de defesa européia; os franceses, especialmente, desconfiavam que os americanos talvez permitissem aos alemães o

acesso a dispositivos nucleares. Relutantemente, os norte-americanos admitiram que sua presença na Europa era indispensável — isso era exatamente o que os aliados europeus queriam ouvir.⁹¹

Uma segunda questão que ligava os norte-americanos à Europa era o problema de Berlim. Graças à derrota do bloqueio, em 1948 e 1949, a antiga capital da Alemanha permaneceu uma espécie de cidade aberta; Berlim Oriental e Ocidental estavam ligadas por linhas telefônicas e redes de transportes que se entrecruzavam nas diversas zonas de ocupação. A cidade era também a única rota de trânsito do leste para o Oeste Europeu. A partir de qualquer local da República Democrática, alemães em fuga para o Ocidente vinham até Berlim Oriental, atravessavam a Zona Russa de ocupação, entravam nas Zonas Ocidentais e prosseguiram pelo corredor de estradas e ferrovias que ligavam Berlim Ocidental ao restante da República Federal. Chegando lá, automaticamente, tinham direito à cidadania na Alemanha Ocidental.

A jornada não deixava de ser arriscada, e os refugiados levavam consigo apenas o que podiam carregar; mas nenhuma dessas considerações inibia os jovens alemães orientais de realizar a viagem. Entre a primavera de 1949 e agosto de 1961, algo entre 2,8 e 3 milhões de alemães orientais, cerca de 16% da população do país, passaram por Berlim rumo ao Ocidente. Muitos tinham educação formal, homens e mulheres com profissão definida — o futuro da Alemanha Oriental; mas esse percentual incluía também milhares de camponeses que fugiam da coletivização rural, em 1952, e operários que abandonaram o regime depois da violenta repressão de junho de 1953.

A estranha situação de Berlim era, portanto, um constrangimento permanente e um desastre em termos de relações públicas para o regime comunista da Alemanha Oriental. Conforme o embaixador soviético na República Democrática Alemã, com o devido tato, advertiu Moscou, em dezembro de 1959: “A presença em Berlim de uma fronteira aberta e, para falar com objetividade, sem controle entre o mundo socialista e o mundo capitalista, inadvertidamente induz a população a estabelecer comparações entre os dois lados da cidade, o que, infelizmente, nem sempre favorece a Berlim democrática.” A situação em Berlim, evidentemente, era útil a Moscou e a outros centros de poder — a cidade se tornara o principal posto de escuta e espionagem da Guerra Fria; por volta de 1961, cerca de setenta agências operavam em Berlim, e foi em Berlim que as agências soviéticas de espionagem lavraram os seus maiores tentos.

Entretanto, agora que haviam aceitado a divisão da Alemanha e elevado a zona oriental à condição de Estado soberano, os líderes soviéticos não mais podiam continuar a ignorar indefinidamente a hemorragia de recursos humanos. Apesar disso, quando Moscou voltou a direcionar a atenção internacional a Berlim e provocou uma crise internacional (que durou três anos) a respeito do status da cidade, não o fez em consideração às suscetibilidades feridas dos governantes da Alemanha Oriental. Já em 1958, a União Soviética voltava a se preocupar com a possibilidade de os EUA armarem a Alemanha Ocidental, desta feita com armas nucleares. Isso, conforme já vimos, não era um receio totalmente infundado — alguns europeus ocidentais tinham a mesma sensação. E, assim, Krushev se dispôs a utilizar Berlim — cidade cujo destino era, de modo geral, indiferente para os russos — como alavanca para bloquear a nuclearização de Bonn, fator que muito o preocupava.

A primeira ação relativa à “crise de Berlim” aconteceu em 10 de novembro de 1958, quando Krushev fez um discurso em Moscou dirigido às potências ocidentais:

Os imperialistas transformaram a questão germânica numa fonte permanente de tensão internacional. Os círculos de liderança da Alemanha Ocidental estão fazendo de tudo para incitar paixões militares contra a República Democrática Alemã [...]. Os discursos proferidos pelo chanceler Adenauer e pelo ministro da Defesa Strauss, o armamento atômico do Bundeswehr e diversos exercícios militares revelam uma nítida tendência das políticas adotadas pelos círculos de liderança da Alemanha Ocidental [...]. Evidentemente, é chegada a hora de os signatários do Acordo de Potsdam desistirem dos resquícios do regime de ocupação em Berlim e, por conseguinte, possibilitarem a criação de uma situação de normalidade na capital da República Democrática Alemã. A União Soviética, por seu turno, entregaria à soberana RDA as funções em Berlim que ainda são exercidas por agências soviéticas.

O aparente objetivo da ofensiva de Krushev, que se tornou mais urgente quando o líder soviético, duas semanas depois, exigiu que o Ocidente se retirasse de Berlim dentro de seis meses, era conseguir que os americanos deixassem Berlim, e que esta se tornasse uma “cidade livre”. Se eles assim procedessem, a credibilidade do compromisso dos EUA com a defesa da Europa Ocidental ficaria seriamente abalada, e o sentimento neutralista e

antinuclear na Alemanha Ocidental e em outros locais provavelmente cresceria. Porém, mesmo que as potências ocidentais insistissem em permanecer em Berlim, a URSS talvez pudesse barganhar o consentimento para tal, em troca de um compromisso da parte do Ocidente no sentido de negar a Bonn qualquer armamento nuclear.

Quando os líderes ocidentais se recusaram a fazer concessões que envolvessem Berlim, alegando que a própria União Soviética havia desfeito as combinações de Potsdam ao integrar Berlim Oriental ao governo e às instituições do Estado alemão oriental antes da assinatura de um tratado final, Krushev fez nova tentativa. Em seguida a uma série de discussões malfadadas entre ministros das Relações Exteriores realizadas em Genebra no verão de 1959, o líder soviético reiterou suas exigências, primeiramente em 1960, depois em junho de 1961. A presença militar ocidental em Berlim precisava acabar. Caso contrário, a União Soviética faria uma retirada unilateral da cidade, ultimaria um Tratado de Paz exclusivo com a RDA e deixaria o Ocidente negociar o destino de suas zonas de ocupação com um Estado alemão oriental independente. De novembro de 1958 até o verão de 1961, a crise de Berlim fermentava, os nervos da diplomacia ficavam à flor da pele e o êxodo de alemães orientais se tornava um dilúvio.

O ultimato feito por Krushev, em junho de 1961, surgiu durante uma reunião de cúpula com John F. Kennedy, o novo presidente dos EUA, realizada em Viena. A reunião anterior, entre Krushev e Eisenhower, em maio de 1960, fora abandonada quando os soviéticos derrubaram o avião U2, pilotado por Gary Powers, da Força Aérea dos EUA, e os norte-americanos se viram obrigados a admitir que estavam praticando espionagem aérea (após, inicialmente, negarem qualquer conhecimento do fato). Nas conversas com Kennedy, Krushev ameaçou “liquidar” os direitos ocidentais em Berlim caso não houvesse acordo até o final do ano.

Em público, Kennedy, seguindo o exemplo de Eisenhower, adotou a linha-dura, afirmando que o Ocidente jamais abandonaria seus compromissos. Washington haveria de defender seus direitos, nos termos dos Acordos de Potsdam, e aumentaria o orçamento da defesa nacional, especificamente para fortalecer a presença militar dos EUA na Alemanha. Todavia, oficiosamente, os Estados Unidos procediam de maneira mais cordata. Os americanos — ao contrário da Alemanha Ocidental — aceitavam a realidade de um Estado alemão oriental, e compreendiam a apreensão soviética diante do tom agressivo dos recentes pronunciamentos de Adenauer e, sobretudo, do ministro da

Defesa alemão, Franz Josef Strauss. Algo precisava ser feito para que a Questão Alemã avançasse; conforme Eisenhower disse a Macmillan, em 28 de março de 1960, o Ocidente não podia, “na realidade, ficar no mesmo lugar sem se mexer pelos próximos cinquenta anos”. Em vez de similar, na reunião de Viena, Kennedy garantiu a Krushev que os Estados Unidos não “queriam agir de modo a privar a União Soviética de suas ligações com a Europa Oriental”: admissão tácita de que os russos podiam ficar com o que já estava em suas mãos, incluindo a zona oriental da Alemanha e os antigos territórios germânicos agora situados na Polônia, na Tchecoslováquia e na União Soviética. [92](#)

Pouco tempo depois de Kennedy voltar para Washington, as autoridades da Alemanha Oriental começaram a impor restrições de trânsito a possíveis emigrantes. Como resposta direta, o presidente dos EUA reafirmou, publicamente, o compromisso do Ocidente com Berlim *Ocidental* — deste modo admitindo, implicitamente, que o lado oriental da cidade se situava na esfera de influência soviética. O índice de êxodo através de Berlim se tornou mais intenso do que nunca: 30.415 pessoas partiram para o Ocidente em julho; na primeira semana de agosto de 1961, outras 21.828 foram embora, a metade delas com menos de 25 anos de idade. Nesse ritmo, a República Democrática Alemã logo estaria vazia.

A reposta de Krushev foi cortar o nó górdio de Berlim. Depois que os ministros das Relações Exteriores aliados, reunidos em Paris em 6 de agosto, rejeitaram mais uma nota em que os soviéticos ameaçavam assinar um Tratado de Paz exclusivo com a RDA caso um acordo não fosse firmado, Moscou autorizou os alemães orientais a traçar uma linha divisória, literalmente, separando os dois lados para sempre. Em 19 de agosto de 1961, as autoridades de Berlim Oriental designaram soldados e operários para a tarefa de dividir a cidade. Em três dias foi erguido um muro improvisado, mas que bastava para impedir o movimento casual entre as duas metades de Berlim. Nas semanas seguintes, o muro ficou mais alto e fortalecido. Holofotes, arame farpado e guaritas foram acrescentados; portas e janelas de edifícios que integravam o muro foram inicialmente bloqueadas e, depois, fechadas com tijolos. Ruas e praças foram cortadas ao meio e todas as comunicações entre os dois lados da cidade ficaram sujeitas à monitoração policial ou então foram, simplesmente, interrompidas. Berlim tinha agora o seu Muro.

Oficialmente, o Ocidente ficou horrorizado. Durante três dias, em outubro de 1961, tanques soviéticos e norte-americanos se confrontaram na barreira que separava as respectivas zonas — um dos últimos elos restantes entre as

duas potências —, enquanto as autoridades da Alemanha Oriental testavam as potências ocidentais quanto à disposição destas em afirmar e defender seu direito de acesso à zona oriental, nos termos do Acordo das Quatro Potências. Diante da intransigência do comandante militar norte-americano — que se recusava a reconhecer qualquer direito de a *Alemanha Oriental* impedir a movimentação dos Aliados —, os soviéticos, relutantemente, cederam; no decorrer dos próximos trinta anos as quatro potências de ocupação permaneceram onde estavam, embora ambos os lados delegassem a administração de suas respectivas zonas de controle às autoridades alemãs locais.

Extra-oficialmente, muitos líderes ocidentais sentiam-se aliviados com o surgimento do Muro. Durante três anos, Berlim ameaçara se tornar o ponto de ignição de um confronto internacional, assim como o fora em 1948. Kennedy e outros líderes ocidentais concordavam, secretamente, que um muro através de Berlim era desfecho bem melhor do que uma guerra — a despeito do que fosse dito em público, poucos políticos ocidentais podiam se imaginar pedindo aos soldados que “morressem por Berlim”. Conforme Dean Rusk (secretário de Estado no governo de Kennedy) observou, com perspicácia, o Muro tem a sua utilidade: “É provável que, em termos realistas, [o Muro] facilite um acordo em relação a Berlim.”

O resultado da crise de Berlim demonstrou que as duas Grandes Potências tinham mais em comum do que elas próprias admitiam. Se Moscou pretendia não mais levantar a questão do status dos Aliados em Berlim, Washington aceitaria a realidade do governo da Alemanha Oriental e resistiria à pressão da Alemanha Ocidental para obter armas nucleares. Ambos os lados tinham interesse na estabilidade da Europa Central; porém, e mais importante, os EUA e a URSS estavam cansados de atender às solicitações e ouvir as queixas de seus respectivos Estados-clientes alemães. A primeira década da Guerra Fria havia conferido aos políticos alemães (em ambos os lados da linha divisória) um poder de alavancagem sem precedentes diante dos patronos em Washington e Moscou. Receosas de perder credibilidade perante seus respectivos asseclas alemães, as Grandes Potências permitiram que Adenauer e Ulbricht as chantageassem, para que “agüentassem firme”.

Moscou, que, conforme vimos, jamais tivera a intenção de estabelecer um Estado-cliente na zona oriental da Alemanha ocupada, mas que aceitara tal desfecho como a segunda melhor opção, envidou grandes esforços no sentido de apoiar um regime comunista que era tão fraco quanto malquisto em Berlim. Os comunistas da Alemanha Oriental, por seu turno, sempre recebiam

ser vendidos pelos patronos soviéticos.⁹³ O Muro, portanto, oferecia-lhes relativa tranquilidade, embora eles ficassem decepcionados com a recusa de Krushev em manter a pressão por um Tratado de Paz depois que a barreira foi construída. Em Bonn, o antigo receio era de que os “Amis” (americanos) simplesmente fossem embora. Washington sempre fizera de tudo para garantir a Bonn o apoio inabalável dos EUA, mas, depois que o Muro foi construído (com a aquiescência explícita dos norte-americanos), a ansiedade da Alemanha Ocidental só aumentou. Daí as promessas reiteradas por Washington, pós-Muro, de que os EUA nunca abandonariam a zona por eles ocupada — eis o contexto da célebre declaração de Kennedy, em junho de 1963: “*Ich bin ein Berliner*” (sic). Com 250 mil soldados na Europa em 1963, os norte-americanos, a exemplo dos russos, evidentemente, estavam ali para ficar.

O Muro pôs um ponto final à carreira de Berlim como zona de crise no que tocava às questões européias e mundiais. Embora fossem necessários dez anos para se chegar a acordos formais sobre problemas relacionados a acesso, depois de novembro de 1961, Berlim deixou de ser importante, e Berlim Ocidental iniciou um processo de declínio constante, rumo à irrelevância política. Até os russos perderam o interesse pela cidade. Curiosamente, o Ocidente demorou para perceber esse fato. Quando a crise de Cuba surgiu no ano seguinte, Kennedy e seus conselheiros convenceram-se de que Krushev estava envolvido num esquema complexo, maquiavélico, para atingir objetivos de longa data em relação à Alemanha. As lições de 1948-1950 tinham sido bem assimiladas.

Assim como Truman e Acheson viram a incursão coreana como um possível prelúdio a um avanço soviético na fronteira dividida da Alemanha, Kennedy e seus colegas viram a colocação de mísseis em Cuba como um mecanismo soviético para pressionar os Estados Unidos (agora vulneráveis) a ceder terreno em Berlim. Nos primeiros dez dias da crise com Cuba, a cada hora os líderes norte-americanos voltavam ao assunto de Berlim Ocidental e à necessidade de se “neutralizar” a suposta reação de Krushev na cidade dividida. Conforme Kennedy explicou, em 22 de outubro de 1962, ao primeiro-ministro britânico Harold Macmillan: “É desnecessário apontar a relação possível entre esse ato secreto e arriscado de Krushev e Berlim”.

O problema era que Kennedy levava muito a sério a recente propaganda e agitação soviéticas e construíra seu entendimento das relações entre os EUA e a URSS em torno da questão de Berlim. Isso exacerbou, dramaticamente, a

suposta relevância da crise com Cuba, levando Kennedy a informar aos seus assessores mais próximos, em 19 de outubro: “Não creio que tenhamos alternativas satisfatórias [...]. Nosso problema não é apenas Cuba, mas também Berlim. É reconhecendo a importância de Berlim para a Europa, bem como a importância dos nossos Aliados; é isso que tem criado este dilema que temos hoje. Não fosse isso, a resposta seria bem fácil.” Três dias antes, quando teve início a crise de Cuba, o secretário de Estado Dean Rusk resumira a sua interpretação das ações soviéticas: “Acho também que Berlim está muito envolvida nisso. Pela primeira vez, começo a indagar se Krushev age de maneira racional em se tratando de Berlim.”

Mas Krushev, conforme ficou claro, *agia* de maneira racional em se tratando de Berlim. A União Soviética tinha deveras mantido grande superioridade de forças na Europa e poderia ter ocupado Berlim Ocidental (e a maior parte do Oeste Europeu) quando bem quisesse. Porém, agora que os EUA tinham prometido defender a liberdade de Berlim Ocidental a qualquer custo (o que, na prática, significava uso de armas nucleares), Krushev não tinha a menor intenção de arriscar uma guerra nuclear envolvendo a Alemanha. Conforme, mais tarde, em suas memórias, observou o embaixador soviético em Washington: “Kennedy superestimou a disposição de Krushev e seus aliados em realizar ações decisivas que visassem Berlim, pois a ação mais agressiva foi, de fato, a construção do Muro.”⁹⁴

Superadas as questões que envolviam Berlim e Cuba, as superpotências moveram-se com rapidez surpreendente rumo à resolução das dúvidas da primeira Guerra Fria. Em 20 de junho de 1963 foi estabelecida uma “linha direta” entre Washington e Moscou; um mês depois, conversações em Moscou entre os EUA, a URSS e o Reino Unido culminaram no Tratado de Proibição Limitada de Testes Nucleares. Esse tratado, que passou a vigorar em 10 de outubro, tinha grande significado para a Europa — nem tanto devido aos objetivos explícitos quanto ao “subtexto” do acordo.

As duas Grandes Potências queriam manter as armas nucleares longe das mãos da China e da Alemanha Ocidental, e era esse o verdadeiro propósito do tratado. A promessa de uma Alemanha sem armas nucleares era a contrapartida que Moscou esperava do compromisso com Berlim; para tal, os americanos estavam dispostos até a tomar medidas impopulares em Bonn. Os alemães ocidentais aceitaram com ressentimento o veto às armas nucleares alemãs, assim como tinham aceitado a divisão de Berlim como o preço a ser pago pela continuação da presença norte-americana. Nesse ínterim, o tratado

confirmava um claro desvio nos interesses estratégicos soviéticos, que se afastavam da Europa e se direcionavam a outros continentes.

A estabilização da Guerra Fria na Europa, a redução das probabilidades de o confronto “esquentar” e o fato de que tais questões estavam, em grande medida, fora do alcance dos europeus ocidentais provocaram a convicção um tanto reconfortante de que o conflito armado convencional era obsoleto. A guerra, segundo parecia a muitos observadores entre 1953 e 1956, era impensável, ao menos no continente europeu (jamais deixaria de ser a abordagem preferida para resolver conflitos em outros locais). Se houvesse guerra, os imensos arsenais nucleares das Grandes Potências indicavam que o embate acarretaria conseqüências terríveis, inimagináveis e, portanto, só poderia resultar do erro de cálculo de alguém. Nesse caso, os europeus pouco poderiam fazer para atenuar as conseqüências.

Nem todos assim enxergavam a situação. Para uma minoria, esses mesmos indícios inspiravam movimentos que conclamavam, urgentemente, o desarmamento nuclear. A Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CDN) foi iniciada pelos britânicos, em Londres, em 17 de fevereiro de 1958. Desde o princípio, o movimento se encaixou na grande tradição de dissidência da política radical britânica: a maioria dos envolvidos tinha educação formal, tendência ao esquerdismo e à não-violência e dirigia suas reivindicações, em primeiro lugar, ao próprio governo britânico, e não aos russos ou aos americanos (os dois principais partidos da Grã-Bretanha estavam convencidos da necessidade de um programa britânico independente de força nuclear, embora estivesse claro, no final dos anos 50, que sem os mísseis e submarinos fornecidos pelos EUA a bomba britânica nunca atingiria o alvo).

No auge, a CDN conseguiu recrutar 150 mil pessoas para a marcha anual de protesto até o Centro de Armas Atômicas, em Aldermaston. Porém, à semelhança de iniciativas em prol do desarmamento na Alemanha Ocidental e nos países do Benelux, a campanha britânica decaiu ao longo dos anos 60. Os defensores do desarmamento nuclear se tornaram irrelevantes depois do Tratado de Proibição de Testes; ficava cada vez mais difícil afirmar, com algum grau de confiabilidade, que a Europa se via diante de sua iminente extinção, e novos assuntos desbancaram da agenda política a questão do desarmamento. Até na União Soviética o físico atômico dissidente Andrei Sakharov mostrava-se menos preocupado com o risco de um holocausto nuclear — e se voltara, conforme ele mesmo disse, “dos problemas mundiais para a defesa dos indivíduos”.

Não resta dúvida de que a maioria dos europeus ocidentais, quando se lembrava do assunto, era favorável ao desarmamento nuclear: pesquisas de opinião realizadas em 1963 demonstraram que os italianos, de modo especial, viam com bons olhos a extinção de armas nucleares. Os franceses eram bem menos favoráveis, enquanto alemães e britânicos se dividiam, embora, em ambos os casos, a maioria das pessoas fosse contrária aos armamentos nucleares. Porém, em contraste com os intensos debates sobre desarmamento ocorridos na década de 1920 e no início dos anos 30, a questão nuclear na Europa não instigava muito as populações. Era por demais abstrata. Apenas os britânicos e (supostamente) os franceses tinham armas nucleares, e, entre os demais, somente uma minoria do establishment político da Alemanha Ocidental aspirava por tais armas.

Italianos, dinamarqueses e holandeses, em dadas ocasiões, mostravam-se preocupados com a presença de bases militares norte-americanas em seu solo, fato que os expunha a perigo, no caso da explosão de uma guerra. Mas as armas que causavam apreensão pertenciam às superpotências, e a maioria dos europeus, com bons motivos, percebia nada poder fazer para influenciar decisões tomadas em Moscou e Washington. Na realidade, o afiado aspecto *ideológico* da retórica norte-americana relacionada à Guerra Fria levava muitos europeus ocidentais (uma vez superada a ameaça imediata de guerra nuclear) a se convencer de que prestavam um favor aos EUA, ao permitir que aquele país os defendesse. E assim, em vez de se engajarem em debates sobre desarmamento, esses europeus cuidavam de seus jardins.

O aspecto mais notável do cenário político europeu na década de 1950 não foram as mudanças ocorridas, mas as mudanças *não-ocorridas*. O ressurgimento de Estados democráticos autônomos na Europa no pós-guerra — desprovidos de recursos e vontade para entrar em guerra e governados por homens maduros cuja convicção política comum e tácita pode ser traduzida pelas palavras “Nada de experiências” — foi um tanto surpreendente. A despeito das expectativas contrárias, a temperatura política no Oeste Europeu diminuiu em relação aos piques febris observados nos quarenta anos anteriores. Com as calamidades do passado recente ainda vivas na memória do público, a maioria dos europeus, aliviada, voltou as costas para as políticas de mobilização de massa. A provisão de administração e serviços substituiu as esperanças revolucionárias e o desespero econômico e passou a constituir a principal

preocupação dos eleitores (que, em muitos locais, agora incluíam mulheres): governos e partidos políticos responderam à altura.

Na Itália, em especial, a mudança foi marcante. Ao contrário dos demais Estados europeus mediterrâneos — Portugal, Espanha e Grécia —, a Itália se tornou uma democracia, ainda que imperfeita, e assim permaneceu ao longo das décadas do pós-guerra. Esse feito não era desprezível. A Itália era um país profundamente dividido. Na verdade, a própria existência da Itália enquanto país era antiga controvérsia — e voltaria a sê-lo em anos posteriores. Estudos realizados no início da década de 1950 sugerem que menos de um italiano adulto em cada cinco se comunicava exclusivamente em língua italiana: muitos italianos continuavam a se identificar com sua localidade ou região e empregavam o dialeto local no cotidiano. Isso era verdadeiro, especialmente em se tratando de pessoas que não tinham cursado o ensino médio — naqueles anos, a grande maioria da população.

O atraso do sul da Itália, o Mezzogiorno, era notório — Norman Lewis, oficial do Exército britânico lotado durante algum tempo em Nápoles durante a guerra, ficou perplexo diante dos onipresentes carregadores de água napolitanos: “Que pouco diferiam das representações encontradas nos afrescos de Pompéia.” Carlo Levi, médico piemontês exilado por Mussolini como punição por suas atividades junto à Resistência, registra observações semelhantes no livro *Cristo Parou em Eboli* (publicado pela primeira vez em 1945), clássico relato da vida num vilarejo remoto nas regiões montanhosas do sul da Itália. Mas o sul não estava apenas estagnado, estava empobrecido. Um inquérito parlamentar de 1954 revelou que 85% das famílias italianas mais pobres viviam ao sul de Roma. Um trabalhador rural em Apulia, no sudeste da Itália, ganhava a metade dos vencimentos de um trabalhador rural na província da Lombardia. Se atribuirmos à renda *per capita* média italiana, naquele mesmo ano, o valor 100, o índice do Piemonte, situado no rico noroeste da Itália, era 174; o índice da Calábria, no extremo sul, era apenas 52.

A guerra tinha exacerbado históricas divisões na Itália: enquanto o norte, a partir de setembro de 1943, vivenciara quase dois anos de domínio germânico e resistência política, seguidos de ocupação militar aliada nas cidades radicalizadas, o sul, com a chegada das tropas ocidentais aliadas, ficara efetivamente fora da guerra. Portanto, no Mezzogiorno, as estruturas sociais e administrativas herdadas dos fascistas escaparam ilesas do golpe pacífico que substituiu Mussolini por um de seus generais. Aos antigos contrastes políticos e

econômicos entre o norte e o sul da Itália agora se somavam lembranças bastante distintas da guerra.

O fracasso das reformas agrárias no pós-guerra levou os governos italianos a adotar uma nova abordagem para a aflitiva “Questão do Sul”. Em agosto de 1950, o Parlamento italiano criou a Cassa per il Mezzogiorno, um sistema de poupança para canalizar a riqueza nacional para o sul empobrecido. A idéia em si não era nova — os esforços de Roma para lidar com a pobreza e a desesperança da região remontavam, pelo menos, ao início do século XX, ao governo de Giovanni Giolitti, cioso de reforma. No entanto, esforços anteriores pouco alcançaram, e a única solução eficaz para o sofrimento dos italianos do sul ainda era, desde os tempos do surgimento da Itália moderna, a emigração. Todavia, a Cassa representava um comprometimento de recursos muito maior do que até então registrado e tinha melhores perspectivas de sucesso, pois se amoldava muito bem aos mecanismos políticos da nova república italiana.

A função do Estado republicano não era muito diversa do predecessor fascista — de quem o referido Estado herdara a maioria dos seus burocratas: [95](#) o papel de Roma era oferecer emprego, serviços e previdência aos muitos cidadãos italianos para os quais o Estado era o único refúgio. Através de uma série de intermediários e órgãos — alguns dos quais, como o IRI (Instituto de Reconstrução Industrial) ou o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), fundados por Mussolini, outros, como a ANH (Agência Nacional do Hidrocarboneto), criados na década de 1950 — o Estado italiano era proprietário ou detinha o controle de grandes setores da economia nacional: especialmente, energia, transporte, construção civil, indústria química e alimentícia.

A despeito dos argumentos econômicos contrários a essa estratégia (cujas raízes remontavam, em parte, ao pendor fascista por autonomia econômica), as vantagens sociais e políticas eram evidentes. No início da década de 1950, o IRI empregava 216 mil pessoas; outras agências, incluindo as diversas ramificações da burocracia nacional, empregavam outras centenas de milhares. Obras contratadas pela Cassa — para construção de estradas, habitação urbana, projetos de irrigação rural — e subsídios estatais para novas fábricas e serviços comerciais eram outras vantagens, além de serem fontes substanciais de financiamento centralizado; outra vantagem era o próprio emprego público: em meados dos anos 50, quase três servidores públicos em cada cinco eram do sul, embora a região representasse pouco mais do que a terça parte da população do país.

As oportunidades que tais medidas propiciavam para a corrupção e o crime eram consideráveis; também nesse particular a República se apoiava numa tradição que remontava aos primeiros anos do Estado unificado. Quem controlava o Estado italiano estava em ótima posição para dispensar favores, direta ou indiretamente. Por conseguinte, na Itália do pós-guerra, a política, a despeito do verniz de fervor religioso e político, representava acima de tudo a luta para ocupar o Estado e obter acesso aos mecanismos do privilégio e da proteção estatal. E quando se tratava de conquistar e operar tais alavancas, os democratas cristãos, sob a liderança de Alcide de Gasperi e seus sucessores, demonstravam talento e disposição incomparáveis.

Em 1953, e novamente em 1958, os democratas cristãos conquistaram mais de 40% dos eleitores (o quinhão do grupo só ficou abaixo de 38% no final dos anos 70). Em coalizão com pequenos partidos de centro, os democratas cristãos governaram o país, sem interrupção, até 1963, quando se associaram aos partidos minoritários da esquerda comunista. Fora os eleitores tradicionalmente católicos de Veneza e da região do Vêneto, o maior apoio aos democratas cristãos ficava no sul: em Basilicata, Mosile, na Calábria e nas ilhas da Sardenha e da Sicília. Nessas regiões, não era a convicção, e sim a provisão de serviços que atraía para os democratas cristãos os eleitores de pequenas cidades e garantia a lealdade desse eleitorado durante sucessivas gerações. Um prefeito democrata cristão numa prefeitura do sul, ou um deputado no Parlamento nacional, era eleito e reeleito com base em promessas de oferta de eletricidade, encanamento interno, financiamento para compra de terras, construção de estradas, escolas e fábricas, bem como emprego — e graças ao monopólio que o partido detinha sobre o poder, o referido político conseguia cumprir as promessas.

A democracia cristã italiana assemelhava-se, sob vários aspectos, a partidos congêneres da Alemanha Ocidental, Holanda e Bélgica. O partido carecia de bagagem ideológica. É certo que De Gasperi e seus sucessores tinham o cuidado de se reunir periodicamente com autoridades do Vaticano e de jamais propor ou apoiar legislação que o Vaticano desaprovasse; em certa medida, o pós-guerra na Itália foi o momento de revanche da Igreja contra o agressivo secularismo anticlerical do novo Estado italiano após 1861. Mas o papel atuante da Igreja Católica na política italiana era menor do que tanto os defensores quanto os críticos gostavam de afirmar. O principal veículo de controle social eram os poderosos ministérios centrais — é significativo que De Gasperi, a exemplo dos partidos comunistas do Leste Europeu nos primeiros

anos do pós-guerra, fizesse questão de manter o Ministério do Interior sob a direção dos democratas cristãos.

Com o tempo, o sistema clientelista de proteção e benesses instituído pelos democratas cristãos passou a caracterizar a política nacional italiana como um todo. Outros partidos foram induzidos a fazer o mesmo: em cidades e províncias controladas pelo PCI, sobretudo na “Bolonha vermelha” e na região circundante da Emília, os comunistas apoiavam *seus* amigos e favoreciam *seus* clientes, i.e., trabalhadores urbanos e pequenos proprietários rurais que viviam na parte baixa do vale do rio Pó. Se existia alguma diferença, seria a ênfase que os comunistas depositavam na retidão e honestidade da administração municipal por eles exercida, em contraste com a amplamente reconhecida corrupção e as tão faladas ligações das municipalidades dos democratas cristãos do sul com a Máfia. Na década de 1950, a corrupção em larga escala era quase monopólio dos democratas cristãos; em décadas posteriores, os socialistas que governavam as grandes cidades do norte os imitariam com sucesso considerável. Na política, corrupção é, em grande parte, subproduto da oportunidade.

Governar em estilo italiano não era muito edificante, mas funcionava. Com o tempo, setores inteiros de atividades públicas e cívicas foram transformados em verdadeiras famílias políticas. Indústrias inteiras foram “colonizadas” pelos democratas cristãos. O controle e a oferta de emprego em jornais e no rádio — e mais tarde na televisão — foram divididos entre democratas cristãos, socialistas e comunistas; esporadicamente, era feita uma concessão para a reduzida clientela de liberais da velha-guarda que fazia oposição ao clero. Empregos e favores eram distribuídos em proporção ao prestígio político local, regional e nacional. Todas as organizações sociais, desde sindicatos até clubes desportivos, estavam divididas entre grupos de democratas cristãos, socialistas, comunistas, republicanos e liberais. Sob o ponto de vista do Homem Econômico, o sistema era totalmente perdulário e inimigo da iniciativa privada e da eficiência fiscal. O “milagre econômico” italiano (conforme veremos) aconteceu apesar desse sistema, não por causa dele.

Contudo, a estabilidade da Itália no pós-guerra foi a condição crucial para o desempenho econômico do país e a subsequente transformação social. E essa estabilidade estava alicerçada, por paradoxal que pareça, sobre os estranhos esquemas institucionais que acabam de ser descritos. O país carecia de maior estabilidade que favorecesse determinado partido ou programa, e o complexo sistema eleitoral de representação proporcional gerava Parlamen-

demais divididos para concordar em legislação substancial ou controversa: só a partir de 1956 a Constituição republicana do pós-guerra passou a contar com um Tribunal Constitucional que deliberasse o cumprimento das leis, e a tão debatida necessidade de autonomia regional só foi votada no Parlamento 14 anos mais tarde.

Por conseguinte, conforme ocorreu com a Quarta República francesa, e por algumas razões idênticas, a Itália era comandada por administradores não-eleitos que trabalhavam no governo central ou por uma das muitas agências para-estatais. Esse resultado flagrantemente antidemocrático tem levado historiadores a tratar o sistema político italiano com certo desdém. As oportunidades de falcaturas, suborno, corrupção, favoritismo político e roubo descarado eram muitas e beneficiavam primordialmente o suposto monopólio unipartidário dos democratas cristãos.⁹⁶ Todavia, sob o guarda-chuva desses esquemas, o Estado e a sociedade italiana mostraram-se muito resistentes diante de desafios herdados e futuros. Comparada a padrões do Canadá ou da Dinamarca, a Itália na década de 1950 talvez parecesse deficiente em probidade pública e transparência institucional. Mas, de acordo com padrões do conturbado passado italiano, ou padrões prevaletentes em outros Estados da Europa mediterrânea aos quais o país costumava ser comparado, a Itália dera um grande salto à frente.

Sob aspectos importantes, a condição da Itália depois da guerra comparava-se à da Áustria. Os dois países haviam lutado ao lado da Alemanha e sofrido no pós-guerra (a Itália pagou, no total, 360 milhões de dólares a título de indenização à União Soviética, Grécia, Iugoslávia, Albânia e Etiópia). A exemplo da Itália, a Áustria era um país pobre e instável, cuja renascença no pós-guerra dificilmente poderia ser prevista com base no passado recente. Durante o período entre as duas guerras, os dois grupos políticos dominantes do país tinham entrado em conflitos penosos. A maioria dos socialdemocratas austríacos considerava um contra-senso econômico e político o surgimento, em 1918, de um Estado austríaco truncado, a partir das ruínas do Império Habsburgo. Na visão dos socialdemocratas, os falantes de língua alemã que restaram da antiga monarquia dupla deveriam, logicamente, ter se unido aos companheiros alemães, formando uma *Anschluss* (união), e o teriam feito se as cláusulas de autodeterminação dos acordos de Versalhes tivessem sido aplicadas de modo consistente.

A esquerda austríaca sempre obtivera o seu apoio mais forte junto à classe operária de Viena e aos centros urbanos do leste da Áustria. Durante os anos do entreguerras, na Primeira República austríaca, a maior parte do país — rural, alpina e católica — votou nos cristãos sociais, um partido provinciano e conservador que desconfiava de mudanças e de estranhos. Ao contrário dos socialdemocratas, os cristãos sociais não tinham aspirações pangermânicas de serem absorvidos por uma Alemanha urbana e predominantemente protestante. Mas tampouco tinham simpatia pelas políticas socialdemocratas do movimento trabalhista vienense; em 1934, um golpe orquestrado pela direita destruiu o bastião da socialdemocracia na “Viena vermelha” e, assim, a própria democracia austríaca. Desde 1934 até a invasão nazista, a Áustria foi governada por um regime autoritário clericalista em que o partido católico monopolizava o poder.

O legado da primeira experiência infeliz da Áustria com a democracia pesou sobre a República no pós-guerra. Os cristãos sociais, renascidos como Partido Popular Austríaco, vangloriavam-se de ter feito oposição à tomada de poder pelos alemães, em 1938; mas se mantiveram calados no tocante à contribuição singular que haviam feito para a destruição da democracia austríaca apenas quatro anos antes. Os socialistas, como eram conhecidos os socialdemocratas, tinham razões para se considerar duplamente vitimados: primeiro, em consequência da guerra civil, em 1934; depois, nas mãos dos nazistas. O que isso obscureceu, entretanto, foi o antigo entusiasmo do grupo pela *Anschluss*. O Dr. Karl Renner, líder socialista e primeiro presidente da República independente estabelecida em 1955 pelo Tratado do Estado Austríaco, ainda em 1938 demonstrava entusiasmo por uma união entre a Áustria e a Alemanha.

Ambos os partidos, portanto, tinham interesse em deixar o passado para trás — já vimos o que resultou das primeiras tentativas de “desnazificação” na Áustria durante o pós-guerra. Os socialistas eram o partido majoritário em Viena (que continha a quarta parte da população do país), ao passo que o Partido Popular contava com a aliança dos eleitores em regiões rurais e lugarejos dos vales alpinos. Em termos políticos, o país dividia-se quase ao meio: nas eleições de 1949, o Partido Popular venceu os socialistas por apenas 123 mil votos; em 1953, os socialistas ficaram em vantagem por 37 mil votos; em 1956, o Partido Popular voltou a vencer, por 126 mil votos; em 1959, o resultado favoreceu os socialistas, por 25 mil votos; e, em 1962, houve nova

reversão, e o Partido Popular saiu vitorioso, com apenas 64 mil votos de vantagem, num total de mais de 4,25 milhões.

Essas margens marcadamente estreitas faziam lembrar as eleições realizadas na República no período entre as duas guerras. A Áustria católica e a Áustria socialista, portanto, viam-se mais uma vez diante da perspectiva de uma política parlamentar que se degenerava em guerra civil cultural. Mesmo com a ajuda de um terceiro partido — os Liberais, que muito dependiam do voto vergonhoso de ex-nazistas e cujo eleitorado diminuía a cada nova eleição —, nenhum dos dois partidos austríacos tinha esperança de formar um governo estável, e qualquer legislação controversa arriscaria ressuscitar memórias amargas. O prognóstico para a democracia austríaca não era promissor.

Contudo, a Áustria não apenas conseguiu evitar a repetição da História, mas, num breve espaço de tempo, foi capaz de se reorganizar como modelo de democracia alpina: neutra, próspera e estável. Em parte, isso se deveu à proximidade perturbadora do Exército Vermelho, que ocupou a Baixa Áustria até 1955 e de lá se retirou para apenas alguns quilômetros a leste — um lembrete de que os vizinhos da Áustria agora incluíam três Estados comunistas (Iugoslávia, Hungria e Tchecoslováquia) e de que a localização vulnerável do país indicava ser prudente a busca de políticas conciliatórias e pacíficas interna e externamente. Além disso, a Guerra Fria atribuiu à Áustria uma identidade por associação — ocidental, livre, democrática —, uma identidade que dificilmente seria construída dentro do país.

Mas a fonte principal da estabilização política da Áustria no pós-guerra decorreu da necessidade amplamente reconhecida de se evitar confrontos ideológicos como os que haviam dividido o país antes da guerra. Uma vez que a Áustria precisava ter uma existência própria — depois de 1945, anexar o país à vizinha Alemanha era algo fora de questão —, as comunidades políticas do país precisavam encontrar um meio de coexistir. A solução encontrada pelos líderes da nação foi eliminar a possibilidade de confronto, dirigindo o país em coalizão permanente. Em se tratando de política, os dois partidos principais concordaram em cooperar: de 1947 até 1966, a Áustria foi governada por uma “Grande Coalizão” de socialistas e integrantes do Partido Popular. Os ministérios eram cuidadosamente divididos, com o Partido Popular geralmente indicando o primeiro-ministro, os socialistas apontando o ministro das Relações Exteriores e assim por diante.

Na administração pública — que na Áustria no pós-guerra incluía todos os serviços públicos, a maior parte da mídia e grande parte da economia, desde o

setor financeiro até a indústria madeireira —, também foi acordada uma divisão de responsabilidades, conhecida como *Proporz*. Em quase todos os escalões, cargos foram preenchidos mediante acordo, com candidatos apontados por um dos dois partidos dominantes. Com o passar do tempo, esse sistema de “cabide de empregos” marcou profundamente a vida austríaca, formando uma cadeia de patronos e clientes que resolviam praticamente todas as discussões por negociação ou por troca de favores e indicação de nomes. Demandas trabalhistas eram solucionadas por arbitragem, e não por confronto, enquanto o Estado bicéfalo procurava evitar a dissensão incorporando as partes conflitantes ao sistema de divisão de benefícios e recompensas. A prosperidade sem precedentes desses anos permitiu à Grande Coalizão encobrir desavenças e conflitos de interesse e, com efeito, comprar o consenso no qual se apoiava o equilíbrio do país.

Alguns grupos da sociedade austríaca ficaram, inevitavelmente, excluídos — pequenos lojistas, artesãos independentes, agricultores isolados, quaisquer indivíduos cuja atividade ou opiniões inconvenientes os colocassem fora do esquema de distribuição de benefícios e cargos. E nas províncias em que um lado ou o outro contasse com ampla vantagem, a proporcionalidade era às vezes ignorada, a favor do monopólio de cargos e benesses para os membros do partido que gozasse de tal vantagem. No entanto, a pressão para se evitar o confronto costumava triunfar sobre o auto-interesse local. Do mesmo jeito que a recém-descoberta neutralidade austríaca foi adotada, com entusiasmo, como uma espécie de crachá de identidade, substituindo memórias desagradáveis de antigas identidades beligerantes — “Habsburgo”, “alemão”, “socialista”, “cristão” —, as implicações pós-ideológicas (na verdade, pós-políticas) de um governo de coalizão e de uma administração através da *Proporz* passaram a definir a vida pública austríaca.

À primeira vista, tal fato parece estabelecer a diferença entre a solução austríaca para a instabilidade política e a variante italiana; afinal, a principal divisão política na Itália separava comunistas e católicos, justaposição que dificilmente pode ser descrita como “pós-ideológica”.⁹⁷ Mas, na realidade, os dois casos eram muito similares. A singularidade de Togliatti e seu partido era a importância atribuída, ao longo das décadas do pós-guerra, à estabilidade política, à preservação e ao fortalecimento das instituições da vida pública democrática, ainda que às custas da credibilidade dos próprios comunistas como vanguarda revolucionária. E também a Itália era administrada através

de um sistema de favores e empregos um tanto semelhante à *Proporz*, embora pendendo visivelmente para um dos lados.

Se o preço que a Itália pagou pela estabilidade política foi um nível intolerável de corrupção pública, o custo pago pelos austríacos foi menos tangível, mas igualmente pernicioso. Um diplomata ocidental certa vez descreveu a Áustria no pós-guerra como “uma ópera cantada pelos solistas substitutos”, e a observação procede. Como resultado da Primeira Guerra Mundial, Viena perdeu a razão de ser enquanto capital de um império; no decorrer da ocupação nazista e da Segunda Guerra Mundial, a cidade perdeu seus judeus, uma proporção significativa dos cidadãos mais educados e cosmopolitas.⁹⁸ Quando os russos se foram, em 1955, Viena não tinha sequer o atrativo dúbio que caracterizava a Berlim dividida. Na realidade, a medida do sucesso notável da Áustria na superação do seu conturbado passado era que, na opinião de muitos visitantes, o traço mais marcante do país era a sua tranqüila natureza simplória.

Contudo, detrás do apelo tranqüilo de uma “República Alpina” cada vez mais próspera, também a Áustria era corrupta ao seu modo. A exemplo da Itália, a Áustria conquistou a recém-descoberta segurança às custas de uma certa amnésia nacional. Porém, enquanto a maioria dos demais países europeus — especialmente a Itália — podia se vangloriar ao menos de um mito de resistência nacional às forças germânicas de ocupação, os austríacos não tinham como fazer esse tipo de uso da sua experiência de guerra. E, ao contrário dos alemães ocidentais, os austríacos não tinham sido obrigados a admitir, ao menos em público, os crimes por eles praticados ou permitidos. Curiosamente, a Áustria se assemelhava à Alemanha *Oriental*, e não apenas na monótona natureza burocrática de suas instalações cívicas. Ambos os países constituíam expressões geográficas arbitrárias cuja vida no pós-guerra baseava-se num acordo tácito de construir, para o consumo geral, uma identidade nova e positiva — a diferença foi que o exercício resultou bem mais eficaz no caso austríaco.

Um Partido Democrata Cristão com mentalidade reformista, uma esquerda parlamentar, um grande consenso em não perseguir velhas divisões ideológicas ou culturais até o ponto em que pudessem gerar polarização e desestabilização política, e cidadãos despolitizados — eis as características singulares dos acordos estabelecidos na Europa Ocidental depois da Segunda Guerra. Em diferentes configurações, os modelos italiano e austríaco podem ser localizados em quase todas as regiões. Até na Escandinávia verificou-se

um declínio contínuo, desde o apogeu da mobilização política, alcançado em meados dos anos 30; na Suécia, a venda anual de distintivos comemorativos do Dia do Trabalho diminuiu marcadamente, de 1939 a 1962 (com exceção de um breve momento, no final da guerra), voltando então a subir, devido ao entusiasmo de uma nova geração.

Nos países do Benelux, as diversas comunidades presentes (católicos e protestantes, na Holanda; valões e flamengos, na Bélgica) havia muito estavam organizadas em estruturas comunitárias separadas — *zuilen* ou *pillars* —, onde se realizava a maioria das atividades cotidianas dos integrantes. Os católicos, na Holanda predominantemente protestante, não apenas rezavam de modo diferente e freqüentavam uma igreja diferente; eles também votavam de modo diverso, liam um jornal diferente e escutavam os seus próprios programas de rádio (e, em anos posteriores, sintonizariam canais de televisão diferentes). Em 1959, entre as crianças católicas holandesas, 90% freqüentavam escolas primárias católicas; 95% dos agricultores católicos holandeses naquele mesmo ano pertenciam a sindicatos de agricultores católicos. Os católicos viajavam, nadavam e jogavam futebol em associações católicas; faziam seguro com firmas católicas e, chegada a hora, eram, por certo, sepultados separadamente.

Diferenças parecidas moldavam a rotina dos falantes de língua holandesa que viviam no norte da Bélgica e os distinguiam flagrantemente dos francófonos da Valônia, embora, nesse caso, as duas comunidades fossem primordialmente católicas. Na Bélgica, entretanto, os *pillars* definiam não apenas comunidades lingüísticas, mas também políticas: havia sindicatos católicos e sindicatos socialistas, jornais católicos e jornais socialistas, estações de rádio católicas e estações de rádio socialistas — cada instituição, por sua vez, dividida em segmentos que atendiam à comunidade que falava holandês e àquela que falava francês. Como seria de esperar, a pequena tendência liberal presente nos dois países tinha raízes bem menos comunitárias.

A experiência da guerra e da ocupação e a lembrança de desavenças cívicas em décadas passadas incentivaram a tendência à cooperação, superando as divisões comunitárias. Os movimentos mais extremos, notadamente os idealistas flamengos, ficaram desacreditados em consequência do seu colaboracionismo oportunista com os nazistas; e, de modo geral, a guerra serviu para diminuir a identificação do povo com os partidos *políticos* estabelecidos, embora não com os serviços comunitários a eles associados. Tanto na Bélgica quanto na Holanda, partidos católicos — o Partido Social Cristão, na Bélgica, e

o Partido Popular Católico, na Holanda — estabeleceram-se como uma espécie de acessório do governo, desde o final da década de 1940 até o fim dos anos 60 e depois.⁹⁹

Os partidos católicos dos países do Benelux eram moderadamente reformistas em retórica e tinham funções semelhantes às dos partidos democratas cristãos de outros países: proteger os interesses da comunidade católica, colonizar o governo em cada nível (desde a União até o município) e, através do Estado, atender às necessidades de suas amplas bases eleitorais. Exceto a referência à fé religiosa, essa descrição se aplica também aos principais partidos de oposição — o Partido Trabalhista, na Holanda, e o Partido dos Trabalhadores (mais tarde, Partido Socialista) belga. Ambos se aproximavam mais do modelo de movimento trabalhista sindical típico do norte da Europa do que dos partidos socialistas mediterrâneos, com sua tradição mais radicalizada e freqüente retórica anticlerical, e não demonstravam grande constrangimento em competir pelo poder (e dividir os espólios) com os católicos.

Essa mescla típica do pós-guerra, de comunidades auto-suficientes e partidos reformistas de centro-esquerda e centro-direita, estabeleceu o equilíbrio político da Holanda e da Bélgica. Nem sempre fora assim. A Bélgica, de modo especial, experimentara grave violência política na década de 1930, quando os separatistas flamengos e os rexistas fascistas liderados por Léon Degrelle ameaçaram o regime parlamentar; e o país haveria de passar por outra onda de tensão intercomunitária a partir do início dos anos 60. No entanto, as velhas elites políticas e administrativas (e a hierarquia católica local), cujo domínio fora momentaneamente ameaçado em 1945, reconquistaram o poder, enquanto permitiam grande latitude para as reformas previdenciária e outras. Os *pillars*, portanto, sobreviveram até a década de 1960 — ecos anacrônicos de uma era pré-política que durou o suficiente para servir de estabilizador cultural e institucional durante um período de intensa transformação econômica.

O exemplo mais dramático de estabilização política na Europa durante o pós-guerra, e certamente o mais importante, é também, em retrospecto, o menos surpreendente. Quando, em 1955, entrou para a OTAN, a República Federal da Alemanha (Ocidental) já caminhava rumo ao *Wirtschaftswunder* (milagre econômico), pelo qual o país queria ficar conhecido. Mas a República de Bonn

era ainda mais renomada por confundir os muitos observadores, em ambos os lados, que haviam previsto o pior. Sob a direção de Konrad Adenauer, a Alemanha Ocidental tinha navegado com segurança entre os rochedos de Cila (o neonazismo) e Caribde (o neutralismo filosoviético) e ancorara sã e salva na aliança ocidental, a despeito das dúvidas de críticos no país e no exterior.

As instituições da Alemanha no pós-guerra foram moldadas, propositalmente, para minimizar o risco de uma reprise de Weimar. O governo era descentralizado: a responsabilidade principal pela administração e provisão de serviços foi transferida para as *Länder*, unidades regionais em que o país era dividido. Algumas delas, a exemplo da Bavária e de Schleswig-Holstein, correspondiam a antigos Estados germânicos independentes que haviam sido absorvidos pela Alemanha Imperial ao longo do século XIX. Outras, como a Renânia-Vestfália (a noroeste), eram arranjos administrativos que combinavam ou dividiam antigas unidades territoriais.

Berlim Ocidental tornou-se uma *Land* em 1955 e passou a ser devidamente representada na Bundesrat, a Câmara Superior em que se reuniam os delegados das regiões (embora seus deputados, eleitos diretamente para a Câmara Inferior, a Bundestag, não pudessem votar nas sessões plenárias). Os poderes do governo central eram, por um lado, consideravelmente restritos, se comparados aos poderes das administrações anteriores — os aliados ocidentais atribuíam a culpa da ascensão de Hitler à tradição prussiana de governo autoritário e se dedicaram a impedir o ressurgimento desse tipo de regime. Por outro lado, a Bundestag não podia, gratuitamente, remover o chanceler e seu governo depois de eleitos; para fazê-lo, precisava ter, de antemão, um candidato à sucessão que contasse com um número suficiente de votos parlamentares que garantisse a sua eleição. O objetivo dessa restrição era evitar a instabilidade política constante e o governo débil que haviam caracterizado os últimos anos da República de Weimar; mas a restrição também contribuiu para a permanência e autoridade de chanceleres fortes, tais como Konrad Adenauer e, mais tarde, Helmut Schmidt e Helmut Kohl.

Essa preocupação de desviar ou conter conflitos modelou a cultura pública da República de Bonn. A legislação relativa ao “mercado social” destinava-se a reduzir a politização das disputas econômicas e o risco de confrontos trabalhistas. Nos termos da Lei de Co-determinação, de 1951, grandes empresas do setor de indústrias pesadas de carvão, aço e ferro eram obrigadas a incluir em suas diretorias representantes dos empregados, prática mais tarde estendida a outros setores e a empresas menores. O governo federal e as *Länder* eram

ativos em vários setores econômicos; e apesar de, por questão de princípio, fazer objeção aos monopólios nacionalizados, o Estado dos anos 50 dirigido pelos democratas cristãos detinha ou controlava 40% de toda a produção de carvão e aço, dois terços das usinas de energia elétrica, três quartos da produção de alumínio e, o que era decisivo, a maioria dos bancos alemães.

Descentralização do poder, em outras palavras, não significava governo omissivo. Ao manter uma presença econômica ativa, direta ou indiretamente (por meio de companhias controladoras), os governos regionais e nacional da Alemanha Ocidental colocavam-se numa posição de estimular políticas e práticas conducentes à paz social e também ao lucro do setor privado. Os bancos, atuando como intermediários entre o governo e empresas de cujas diretorias os banqueiros muitas vezes participavam, tinham um papel fundamental. Antigas práticas econômicas alemãs ressurgiram, notadamente a fixação de preços e a divisão consensual do mercado. Especialmente em nível local, foi muito reduzido o expurgo de burocratas, empresários e banqueiros cujas atividades remontavam à era nazista, e no final da década de 1950 a maior parte da economia da Alemanha Ocidental era conduzida de acordo com um modelo que teria parecido bastante familiar aos gigantescos cartéis de décadas passadas.

Esse corporativismo *de facto* talvez não fosse o que os “supervisores” norte-americanos contemplavam para a nova república germânica — acreditava-se amplamente que a força dos cartéis tinha contribuído para a ascensão de Hitler, e, em todo caso, tal força era inimiga do livre-mercado. Se a vontade do economista Ludwig Erhard — que havia muito atuava junto a Adenauer, como ministro de Assuntos Econômicos — tivesse prevalecido, a economia da Alemanha Ocidental e com ela as relações sociais do país talvez houvessem sido bastante diferentes. Todavia, mercados regulados e relações próximas entre governo e empresas se ajustavam bem ao esquema cristão democrático, tanto em termos de princípios sociais gerais quanto de planejamento pragmático. Sindicatos e grupos empresariais, no mais das vezes, cooperavam — o bolo econômico cresceu num ritmo suficientemente acelerado para permitir que a maioria das reivindicações fosse atendida sem conflito.

A União Democrata Cristã governou, sem interrupção, desde as primeiras eleições realizadas na RFA, em 1944, até 1966; e Konrad Adenauer, até se exonerar, em 1963, aos 87 anos de idade, manteve-se, ininterruptamente, no comando da República de Bonn. Muitas eram as razões pelas quais a UDC, com Adenauer como chanceler, usufruiu um período tão longo no poder. Uma

delas era a forte posição da Igreja Católica na Alemanha Ocidental durante o pós-guerra: com as regiões de Brandemburgo, da Prússia e da Saxônia, predominantemente protestantes, agora em mãos comunistas, os católicos representavam pouco mais da metade da população alemã ocidental. Na Bavária, onde católicos conservadores constituíam a grande maioria dos eleitores, a União Social Cristã local possuía uma base de poder inexpugnável, e a utilizava para garantir uma posição permanente como parceira secundária nas coalizões dos governos de Adenauer.

Adenauer tinha idade para se recordar dos primeiros anos do império guilhermino, quando a Igreja Católica fora alvo da *Kulturkampf* de Bismarck; Adenauer procedia com cautela em relação ao excesso de ganhos auferidos com o novo equilíbrio de forças e ao conseqüente risco do ressurgimento de conflito em torno das relações entre Igreja e Estado, sobretudo depois do histórico nada heróico das Igrejas alemãs sob o regime nazista. Desde o início, portanto, ele procurou fazer do próprio partido, em todo o país, um veículo eleitoral *cristão*, não apenas católico, enfatizando o apelo ecumênico social da democracia cristã. Nesse particular, Adenauer saiu-se muito bem: a UDC/USC venceu os socialdemocratas por pequena margem, nas primeiras eleições de 1949, mas já em 1957 o número de votos quase dobrou e a margem dos vitoriosos chegou a 50%.

Outra razão para o sucesso da aliança UDC/USC (somados, os dois partidos, a partir de então, haveriam de garantir 44% ou mais dos votos no país) era que, a exemplo dos democratas cristãos na Itália, a aliança tinha apelo para um vasto eleitorado. Os socialistas cristãos da Bavária, assim como os colegas na Holanda e na Bélgica, exerciam um apelo restrito, atraindo os votos de uma comunidade conservadora e religiosa, numa única região. Mas a UDC de Adenauer, embora tradicionalmente conservadora em questões culturais — em muitas cidades pequenas e comunidades rurais os ativistas da UDC aliavam-se à Igreja Católica e a outros grupos cristãos para controlar e censurar a exibição de filmes, por exemplo —, era, de modo geral, ecumênica: sobretudo em se tratando de políticas sociais.

Assim, os democratas cristãos da Alemanha estabeleceram uma política de base transregional e ecumênica. Podiam contar com votos originários de áreas rurais e urbanas, de empregadores e empregados. Enquanto na Itália os democratas cristãos colonizavam o Estado, na Alemanha, a UDC colonizava questões. Em termos de política econômica, serviços sociais e previdência, e especialmente em relação aos tópicos ainda delicados atinentes à divisão entre

Oriente e Ocidente e ao destino dos indivíduos banidos da Alemanha, a UDC sob o comando de Adenauer firmou-se como o grande partido do centro majoritário — uma novidade na cultura política alemã.

A maior vítima do sucesso da UDC foi o Partido Socialdemocrata, o PSD. À primeira vista, o PSD merecia uma posição melhor, mesmo se descontarmos a perda do eleitorado tradicionalmente socialista do norte e do leste da Alemanha. O histórico antinazista de Adenauer era irregular: ainda em 1932, ele acreditava que Hitler poderia ser levado a adotar uma conduta responsável, e talvez tenha sido para Adenauer uma sorte ser alvo da desconfiança dos nazistas em 1933 (quando perdeu o cargo de prefeito de Colônia) e nos últimos meses da guerra, quando esteve temporariamente preso, por ser contrário ao regime. Sem esses pontos a seu favor, dificilmente os aliados ocidentais teriam apoiado a escalada de Adenauer ao poder.

O líder socialista Kurt Schumacher, por outro lado, sempre fora antinazista. Era conhecido o fato de, no Reichstag, em 23 de fevereiro de 1932, Schumacher haver denunciado o nacional-socialismo como “apelo constante ao suíno que existe dentro dos seres humanos”, um fenômeno singular na história da Alemanha, em se tratando do sucesso obtido pelo movimento “na incessante mobilização da estupidez humana”. Detido em julho de 1933, ele passou a maior parte dos 12 anos seguintes em campos de concentração, o que lhe causou danos permanentes à saúde e lhe abreviou a vida. Magro e curvado, Schumacher, com seu heroísmo e sua insistência em que a Alemanha tinha a obrigação de admitir os crimes cometidos durante a guerra, não era apenas o líder natural dos socialistas, mas o único político do país no pós-guerra capaz de propiciar aos concidadãos um rumo claramente moral.

No entanto, apesar das muitas qualidades, curiosamente, Schumacher demorou a se dar conta do novo regime internacional que existia na Europa. Nascido em Kreisstadt, na Prússia, Schumacher relutou em abandonar a perspectiva de uma Alemanha unida e neutra. Não gostava e desconfiava de comunistas, e sobre eles não alimentava ilusões; mas parecia acreditar, piamente, que uma Alemanha desmilitarizada seria deixada em paz para determinar o próprio destino, e que tais circunstâncias seriam propícias aos socialistas. Era, portanto, cáustico oponente das tendências ocidentais de Adenauer e da aparente disposição deste em aceitar a divisão permanente da Alemanha. Para os socialistas, a restauração de uma Alemanha soberana, unificada e politicamente neutra era mais importante do que quaisquer embaraços internacionais.

Schumacher contrariava-se sobremaneira com o entusiasmo de Adenauer pelo projeto de integração do Oeste Europeu. Na visão de Schumacher, o Plano Schuman (de 1950) destinava-se a criar uma Europa “conservadora, capitalista, clerical e dominada por cartéis”. Não cabe aqui discutir se ele estava certo ou não. O problema era que os socialdemocratas de Schumacher nada tinham de prático a oferecer como alternativa. Ao combinar o programa socialista de nacionalização e garantias sociais com a reivindicação por unificação e neutralidade, os socialdemocratas se saíram razoavelmente bem nas primeiras eleições da RFA, em 1949, obtendo 29,2% dos votos, o que correspondia ao apoio de 6,935 milhões de eleitores (442 mil a menos do que a UDC/USC). Porém, em meados dos anos 50, com a Alemanha Ocidental bem atada à Aliança Ocidental, com os primórdios do projeto de uma união européia e as malfadadas profecias econômicas dos socialistas já desmascaradas, o avanço do PSD foi inibido. Nas eleições de 1953 e 1957, o voto socialista pouco aumentou e a fração do respectivo eleitorado estagnou.

Somente em 1959, sete anos após a morte prematura de Schumacher, uma nova geração de socialistas alemães abandonou, formalmente, o compromisso do partido com o marxismo (que datava de 70 anos) e se voltou para a necessidade de aceitar a realidade da Alemanha Ocidental. No pós-guerra, a função do marxismo no socialismo alemão sempre fora retórica — já em 1914, o PSD deixara de alimentar ambições autenticamente revolucionárias, se é que um dia as tivera. Mas a decisão de renunciar às antigas fórmulas do bolchevismo socialista também permitiu que os socialistas alemães introduzissem adaptações à essência do seu ideário. Embora lhes desagradasse o papel da Alemanha na nova Comunidade Econômica Européia, os socialistas alemães admitiram a participação da Alemanha na Aliança Ocidental e a necessidade de se tornarem um *Volkspartei* multiclassista — em vez de depender da base operária —, se pretendiam desafiar o monopólio que Adenauer mantinha sobre o poder.

Finalmente, os reformistas do PSD tiveram êxito: o melhor desempenho do partido nas eleições de 1961 e 1965 ensejou, em 1966, um “grande” governo de coalizão com os socialdemocratas (agora liderados por Willy Brandt), no comando pela primeira vez desde os dias de Weimar. Mas o PSD pagaria um preço irônico pela melhoria de suas perspectivas. Enquanto mantiveram, por questão de princípio, a oposição à política de Adenauer, os socialdemocratas alemães contribuíram, inadvertidamente, para a estabilidade política da República da Alemanha Ocidental. O Partido Comunista nunca se saíra bem

na RFA (em 1947, obteve apenas 5,7% dos votos; em 1953, 2,2%; e em 1956 foi proscrito pelo Tribunal Constitucional da Alemanha Ocidental). O PSD manteve assim o monopólio sobre a esquerda política e absorveu toda e qualquer dissensão jovem e radical existente à época. No entanto, depois que se uniu aos democratas cristãos no governo e adotou uma agenda reformista moderada, o PSD perdeu a aliança da extrema esquerda. Um espaço agora se abria *fora* do Parlamento para uma nova e desestabilizadora geração de radicais políticos.

Os líderes políticos da Alemanha Ocidental não precisavam se preocupar com a ascensão de um novo sucessor dos nazistas, pois, de acordo com a Lei Básica da República, partidos similares ao nazista eram proibidos. Havia, entretanto, milhões de antigos eleitores nazistas, muitos deles presentes em vários dos principais partidos. E existia agora mais um eleitorado: os *Vertriebene* — indivíduos de origem germânica expulsos do leste da Prússia, Polônia, Tchecoslováquia e outros locais. Dos quase 13 milhões de alemães banidos, cerca de 9 milhões tinham, inicialmente, se fixado nas zonas ocidentais; em meados dos anos 60, com o fluxo constante de refugiados que buscavam o Ocidente através de Berlim, outro 1,5 milhão de alemães expulsos de terras no Leste Europeu chegou à Alemanha Ocidental.

Sendo a maioria constituída de pequenos agricultores, lojistas e empresários, os *Vertriebene* eram por demais numerosos para serem ignorados — na condição de “indivíduos de origem germânica” (*Volksdeutsche*), seus direitos de cidadãos e refugiados ficaram resguardados pela Lei Básica de 1949. Nos primeiros anos da República, mais do que quaisquer outros alemães, os *Vertriebene* careciam de moradia e emprego adequados e tinham grande motivação para participar de eleições, sendo que, acima de tudo, o seu interesse político era caracterizado por um fator: o direito de voltar às suas terras e propriedades nos países do bloco soviético, e, se isso não fosse possível, reivindicar indenização pelas perdas sofridas.

Além dos *Vertriebene*, havia os muitos milhões de ex-combatentes — ainda mais depois que, em 1955, Krushev concordou em devolver os prisioneiros de guerra remanescentes. À semelhança dos expulsos, os ex-combatentes e seus porta-vozes se viam, acima de tudo, como vítimas da guerra e dos acordos firmados no pós-guerra. Qualquer sugestão de que a Alemanha, e sobretudo as Forças Armadas alemãs, havia se conduzido de maneira a precipitar-lhes ou causar-lhes sofrimento era descartada com rispidez. A auto-imagem predileta da Alemanha de Adenauer era de tripla vítima: primeiro pelas mãos de Hitler

— o imenso sucesso de filmes como *Die Letzte Brücke* (A Última Ponte, 1954), sobre uma médica que resistia aos nazistas, e *Almirante Canaris* (1955) contribuíram para disseminar a noção de que a maioria dos alemães passara a guerra inteira resistindo a Hitler; segundo, pelas mãos dos inimigos — as paisagens urbanas da Alemanha no pós-guerra, com cidades arrasadas por bombardeios, promoviam a idéia de que, tanto na frente interna quanto no campo de batalha, os alemães haviam sofrido barbaramente nas mãos dos inimigos; e, finalmente, graças às “distorções” maliciosas da propaganda política no pós-guerra, que — conforme crença geral — havia exagerado, propositadamente, os “crimes” da Alemanha e minimizado os prejuízos do país.

Nos primeiros anos da República Federal, havia alguns indícios de que tais sentimentos talvez prenunciassem um significativo retrocesso político. Já nas eleições de 1949, 48 assentos parlamentares — três vezes mais do que os comunistas e quase o mesmo número dos democratas livres — foram obtidos pelos vários partidos populistas da direita nacionalista. Quando os refugiados obtiveram permissão para se organizar politicamente, surgiu o Grupo dos Expulsos e Destituídos de Direitos Cíveis: nas eleições locais realizadas em Schleswig-Holstein (anteriormente um baluarte do Partido Nazista), o Grupo, em 1950, obteve 23% dos votos. No ano seguinte, na vizinha Baixa Saxônia, o *Sozialistische Reichspartei* — apelando a um eleitorado similar — conseguiu 11%. Tendo em mente esse eleitorado nada insignificante, Konrad Adenauer evitava fazer críticas ao passado recente da Alemanha e culpava, explicitamente, a União Soviética e os aliados ocidentais pelos problemas constantes do país, acima de tudo aqueles decorrentes dos acordos de Potsdam.

A fim de satisfazer as reivindicações dos refugiados e seus simpatizantes, Adenauer e a UDC mantinham uma linha-dura em relação ao leste. Em se tratando de relações internacionais, Bonn insistia que as divisas da Alemanha, em 1937, permanecessem legalmente inalteradas até a realização de uma Conferência de Paz conclusiva. Nos termos da Doutrina de Hallstein, proposta em 1955, a República Federal rejeitava o estabelecimento de relações diplomáticas com qualquer país que reconhecesse a RDA (e, por conseguinte, de maneira implícita, negava a alegação de Bonn, segundo a Lei Básica de 1949, de representar *todos* os alemães). A única exceção era a União Soviética. A rigidez de Bonn foi demonstrada em 1957, quando Adenauer rompeu relações diplomáticas com a Iugoslávia depois que Tito reconheceu a Alemanha Oriental. Ao longo dos dez anos seguintes, as relações da Alemanha com o Leste Europeu permaneceram efetivamente congeladas.

Em assuntos domésticos, além de destinar recursos consideráveis para auxiliar refugiados e prisioneiros que voltavam para casa no processo de integração à sociedade da Alemanha Ocidental, os governos da década de 1950 incentivavam uma atitude marcadamente apática diante do passado recente. Em 1955, o Ministério das Relações Exteriores expediu um protesto formal contra a exibição do documentário de Alain Resnais, *Noite e Neblina*, no Festival de Cannes. Com a República Federal prestes a ingressar na OTAN, na condição de parceira plena, o filme poderia prejudicar as relações do país com outros Estados; segundo o texto do protesto oficial, o documentário “perturbaria a harmonia internacional do festival por invocar enfáticas lembranças de um passado sofrido”. O governo francês aquiesceu, e o filme foi retirado do festival.¹⁰⁰

Isso não foi uma aberração passageira. Até 1957, o Ministério do Interior da Alemanha Ocidental proibiu a exibição do filme *O Súdito* (1951), de Wolfgang Staudte (alemão oriental), baseado no romance homônimo de Heinrich Mann — por se opor à sugestão presente na película de que o autoritarismo na Alemanha tem raízes históricas profundas. Isso parece confirmar a visão de que a Alemanha no pós-guerra sofria as consequências de um grave caso de amnésia coletiva; mas a realidade era mais complexa. Não é que os alemães se esquecessem, é que sua memória era seletiva. No decorrer dos anos 50, o oficialato da Alemanha Ocidental estimulava uma visão conveniente do passado nacional, em que a Wehrmacht era heróica, enquanto os nazistas eram minoria e tinham sido devidamente punidos.

Por meio de uma série de anistias, criminosos de guerra que se encontravam presos foram libertados e devolvidos à vida civil. Enquanto isso, a maioria dos piores crimes de guerra alemães — cometidos no Leste Europeu e nos campos — jamais foi investigada. Embora, em 1956, um Escritório Central para os Departamentos de Justiça regionais fosse instituído em Stuttgart, os promotores locais se abstiveram de abrir inquéritos até 1963, quando Bonn começou a pressioná-los a fazê-lo — e, de modo mais eficaz, a partir de 1965, quando o governo federal estendeu o tempo de prescrição de homicídios, que até então era de vinte anos.

A atitude do próprio Adenauer diante dessas questões era complicada. Por um lado, ficava óbvio que ele achava que o silêncio prudente era melhor do que uma provocadora exposição pública da verdade — os alemães daquela geração estavam por demais comprometidos moralmente para que a democracia funcionasse, a não ser a um custo como esse. Adotar qualquer outra

abordagem era arriscar o renascimento da direita. Ao contrário de Schumacher, que falava publicamente, e com emoção, do sofrimento dos judeus nas mãos dos alemães, ou do presidente alemão Theodor Heuss, que em novembro de 1952 declarou em Bergen-Belsen que “*Diese Scham nimmt uns niemand ab*”,¹⁰¹ Adenauer pouco falava a respeito do assunto. Na verdade, ele só se referia às vítimas judaicas, jamais aos criminosos alemães.

Por outro lado, Adenauer levava a sério a forte pressão a favor das indenizações. Em setembro de 1952, Adenauer chegou a um acordo com o primeiro-ministro israelense Moshe Sharett acerca do pagamento aos judeus sobreviventes cujo valor, ao longo dos anos, alcançaria a cifra de mais de 100 bilhões de marcos. Ao firmar tal acordo, Adenauer correu riscos políticos na seara doméstica: em dezembro de 1951, apenas 5% dos alemães ocidentais entrevistados admitiam sentimento de “culpa” em relação aos judeus. Outros 29% reconheciam que a Alemanha devia algum tipo de indenização ao povo judeu. O restante dividia-se entre os que achavam que somente as pessoas “que, de fato, cometeram algo” eram responsáveis e deveriam pagar (cerca de dois quintos dos entrevistados) e os que pensavam que “os próprios judeus eram, em parte, responsáveis pelo que lhes ocorrera durante o Terceiro Reich” (21%). Quando, em 18 de março de 1953, o acordo de indenização foi debatido na Bundestag, os comunistas votaram contra, os democratas livres se abstiveram e a União Social Cristã, bem como a UDC do próprio Adenauer, se dividiu, com muitos votos contrários a quaisquer *Wiedergutmachung* (indenizações). Para conseguir aprovar o acordo, Adenauer dependeu dos votos dos adversários, os representantes da socialdemocracia.

Em mais de uma ocasião, Adenauer explorou o nervosismo internacional em relação à possibilidade de ressurgimento do nazismo na Alemanha para suavemente empurrar os aliados da Alemanha Ocidental na direção que lhe convinha. Se os aliados ocidentais quisessem a cooperação alemã na defesa da Europa, sugeria Adenauer, era melhor que se abstivessem de criticar a conduta alemã ou de relembrar os problemas do passado. Se quisessem impedir recaídas domésticas, deveriam ficar do lado de Adenauer e rejeitar os planos soviéticos para a Alemanha Oriental. E assim por diante. Os aliados ocidentais compreendiam perfeitamente as intenções de Adenauer. Mas também acompanhavam as pesquisas de opinião realizadas na Alemanha. E, portanto, cediam bastante terreno, aceitando a insistência de Adenauer, que dependia de concessões estrangeiras para sustar perturbações domésticas. Em janeiro de 1951, até Eisenhower foi levado a declarar que se equivocara ao confundir a

Wehrmacht com os nazistas — “o soldado alemão lutou brava e honradamente pela pátria”. Com disposição similar, o general Ridgeway, sucessor de Eisenhower como comandante aliado supremo na Europa, pediu ao Alto Comissariado Aliado, em 1953, que perdoasse todos os oficiais alemães previamente condenados por crimes de guerra na frente oriental.

O comportamento de Adenauer não gerou a simpatia dos interlocutores — Dean Acheson, em especial, não gostava da insistência de Bonn em estabelecer condições antes de concordar em ingressar na comunidade das nações civilizadas, como se a Alemanha Ocidental estivesse prestando um favor aos aliados ocidentais vitoriosos. Porém, nas raras ocasiões em que Washington e Londres demonstravam insatisfação publicamente, ou sempre que havia indicações de que estavam falando com Moscou pelas costas de Bonn, Adenauer logo tirava alguma vantagem política da situação — lembrando aos eleitores alemães que os aliados do país eram volúveis e que somente ele era confiável e capaz de zelar pelos interesses nacionais.

Na década de 1950, o apoio interno ao rearmamento germânico não era especialmente forte, e a criação de uma nova força militar alemã ocidental, a *Bundeswehr*, em 1956 — apenas 11 anos depois da derrota —, não provocou entusiasmo geral. O próprio Adenauer mostrava-se ambivalente, insistindo — com um pinga de sinceridade — que cedia à pressão internacional. Um dos feitos do Movimento pela Paz, promovido pelos soviéticos no início da década de 1950, foi conseguir convencer muitos alemães ocidentais de que o país poderia obter reunificação e segurança caso se declarasse “neutro”. Mais de um terço dos adultos entrevistados no começo dos anos 50 favorecia uma Alemanha neutra, unificada sob quaisquer circunstâncias, e quase 50% queriam que a República Federal se declarasse neutra em caso de guerra.

Considerando que o pavor mais provável, no caso de uma Terceira Guerra Mundial na Europa, era a própria situação alemã, tais aspirações podem parecer estranhas. Mas uma das peculiaridades da Alemanha Ocidental no pós-guerra era que a posição privilegiada do país como um protetorado norte-americano constituía, para alguns cidadãos, ao mesmo tempo, uma fonte de ressentimento e também de segurança. E tais sentimentos foram fortalecidos quando, a partir do final dos anos 50, ficou claro que uma guerra na Alemanha talvez envolvesse o uso de armas nucleares — armas que se achavam sob o controle exclusivo de terceiros.

Já em 1956, Adenauer advertira que a República Federal não poderia ficar para sempre na condição de “protetorado nuclear”. Quando, no princípio da

década de 1960, transpareceu que os aliados ocidentais haviam chegado a um acordo com Moscou a respeito dessa questão delicada, e que tais potências jamais permitiriam à Alemanha o acesso às armas *nucleares*, ele ficou furioso.¹⁰² Durante um breve momento, pareceu que a aliança entre a República de Bonn e Washington seria transferida para a Paris de De Gaulle, com a qual Bonn compartilhava ressentimento diante da arrogância anglo-americana e da desconfiança de que os EUA estavam se desvencilhando das obrigações para com os clientes europeus.

É certo que a aspiração francesa por uma força nuclear independente representava para a Alemanha Ocidental um precedente tentador, algo que De Gaulle explorou com perspicácia, no esforço de afastar Bonn dos amigos norte-americanos. Conforme disse De Gaulle, na mesma entrevista coletiva, em 14 de janeiro de 1963, em que respondeu “Não!” ao ingresso britânico na CEE, ele “simpatizava” com as aspirações da Alemanha Ocidental ao status nuclear. E, na semana seguinte, De Gaulle traduziu essa “simpatia” num tratado de amizade franco-germânica. Mas o tratado, a despeito da fanfarra que o cercou, não tinha substância. A aparente troca de lealdade de Adenauer foi repudiada por muita gente do seu próprio partido; mais tarde naquele mesmo ano colegas tramaram-lhe a remoção do poder e reafirmaram lealdade à OTAN. Quanto a De Gaulle, mais do que ninguém, não alimentava ilusões acerca dos alemães. Seis meses antes, em Hamburgo, o presidente francês dissera a uma multidão frenética: “*Es lebe die Deutsch-französische Freundschaft! Sie Sind ein grosses Volk!*” (Vida longa para a amizade franco-germânica! Vocês são um grande povo!); mas, comentou com um assessor: “Se ainda fossem de fato um grande povo, não estariam me aplaudindo assim!”

Em todo caso, por mais frias que estivessem as relações, nenhum líder alemão ocidental se atreveria a romper com Washington a favor de uma ilusória alternativa francesa. No entanto, as intrigas da política externa de Adenauer mobilizavam um ressentimento oculto diante da inevitável subserviência alemã aos EUA. Em retrospecto, nós nos precipitamos ao supor que, no pós-guerra, a República Federal aceitasse de bom grado tudo o que fosse americano; que os soldados rasos espalhados pelo centro e pelo sul da Alemanha naqueles anos, com suas instalações militares, bases, comboios, filmes, músicas, comidas, roupas, chicletes e dinheiro, eram universalmente benquistos e adotados pelo povo cuja liberdade eles ali estavam para garantir.

A realidade era mais complexa. Os soldados norte-americanos (e britânicos) eram, de modo geral, vistos com bons olhos. Mas, depois que o alívio

inicial causado pela libertação trazida pelo Ocidente (e não pelo Exército Vermelho) passou, outras sensações afloraram. Os anos difíceis da ocupação aliada durante o pós-guerra estabeleciam um contraste desfavorável com a vida no período nazista. Durante a Guerra Fria, houve quem culpasse os EUA por colocar a Alemanha no centro do conflito entre norte-americanos e soviéticos, expondo o país a riscos. Muitos conservadores, sobretudo no sul católico, atribuíam a ascensão de Hitler à influência ocidental “secular” e argumentavam que a Alemanha deveria seguir um “caminho central”, evitando os três males da modernidade: o nazismo, o comunismo e o “americanismo”. E a crescente importância da República Federal no extremo leste da aliança ocidental, subliminarmente, remetia ao papel ao qual se arrogara a Alemanha nazista, de baluarte cultural da Europa, capaz de intimidar as hordas soviéticas asiáticas.

Além disso, a americanização da Alemanha Ocidental — e a onipresença das forças estrangeiras de ocupação — contrastava de modo revelador com a Alemanha sanitizada no que dizia respeito aos desejos populares, alimentada, no início dos anos 50, à base de uma dieta de nostálgicos filmes domésticos. O chamado cinema “*Heimat*” (pátria) tinha como cenário típico as paisagens montanhosas do sul da Alemanha e retratava histórias de amor, lealdade e sentimento comunitário, com figurino de época ou trajes típicos regionais. Assumidamente brega, esse divertimento tão popular configurava, com frequência, quase cópias de filmes da era nazista, às vezes com títulos idênticos (e.g., *A Jovem da Floresta Negra*, de 1950, refilmagem de uma película homônima, com data de 1933); tratava-se do trabalho de diretores como Hans Deppe, que se distinguira no regime nazista, ou de jovens como Rudolf Schündler, treinados por cineastas veteranos.

Os títulos — *Verdes São os Campos* (1951), *Terra de Sorrisos* (1952), *Quando os Lilases Brancos Voltarem a Florescer* (1953), *Vitória e Seu Hussardo* (1954), *O Hussardo Leal* (1954), *O Vilarejo Feliz* (1955), *Quando Florescem as Rosas Alpinas* (1955), *Rosa da Floresta Negra* (1956) e dezenas de outros nessa mesma linha — evocam uma terra e uma gente livres de preocupações com bombas e refugiados; tratava-se da “verdadeira Alemanha”: saudável, rural, descontaminada, feliz e loura. E a sensação de perenidade traduzia confortantes insinuações relativas a um país e um povo livres não apenas das forças de ocupação no leste e no oeste, mas livres também de culpa e inabalados pelo passado recente alemão.

O cinema *Heimat* refletia o provincianismo e o conservadorismo dos primórdios da República Federal, o desejo sincero de ser deixado em paz. É

possível que essa desmobilização dos alemães tenha sido facilitada pela presença desproporcional de mulheres na população adulta. No primeiro censo realizado no pós-guerra (em 1950), a terça parte do total de lares na Alemanha Ocidental era encabeçada por mulheres divorciadas ou viúvas. Mesmo depois que os ex-prisioneiros de guerra voltaram da URSS, em 1955 e 1956, o desnível continuou: em 1960, na Alemanha Ocidental, o número de mulheres superava o de homens na proporção de 126 para 100. A exemplo da Grã-Bretanha e da França, embora ainda mais que nesses dois países, questões domésticas e familiares eram a principal preocupação do público, em geral. Nesse mundo de mulheres, muitas das quais trabalhando em tempo integral e criando filhos¹⁰³ — mulheres que tinham lembranças terríveis dos últimos meses da guerra e do começo do pós-guerra —, a retórica de nação, nacionalismo, rearmamento, glória militar e confronto ideológico não oferecia grande apelo.

A adoção de objetivos comunitários em substituição às aspirações descredenciadas do passado era um tanto proposital. Conforme Konrad Adenauer explicou aos integrantes do seu ministério, em 4 de fevereiro de 1952, ao descrever a importância do Plano Schuman para os cidadãos alemães: “O povo precisa de nova ideologia. E só pode ser uma ideologia européia”. A Alemanha Ocidental era singular, na medida em que haveria de *resgatar* a soberania entrando para organizações internacionais; e a idéia de Europa podia, por si só, preencher o vazio constatado na vida pública alemã em decorrência da evisceração do nacionalismo germânico — sendo essa a esperança explícita de Schuman.

Para as elites intelectuais e políticas, esse desvio de energias se mostrou eficaz. Mas, para a cidadã comum, a verdadeira substituta das velhas políticas não era uma nova “Europa”, mas a questão da sobrevivência — e da prosperidade. No final da guerra, segundo o político trabalhista britânico Hugh Dalton, Winston Churchill expressara o desejo de que a Alemanha ficasse “gorda e impotente”. E foi o que aconteceu, antes e em maior escala do que Churchill previra. A atenção dos alemães ocidentais nas duas décadas após a derrota de Hitler não precisava ser *desviada* da política rumo à produção e ao consumo: tal atenção já se voltava enfática e obstinadamente nessa direção.

Fabricar, poupar e gastar tornaram-se não apenas a atividade principal da maioria dos alemães ocidentais, mas também o objetivo da vida nacional, publicamente afirmado e aprovado. Refletindo, muitos anos depois, sobre essa curiosa transformação coletiva e sobre a dedicação com que muitos

cidadãos da República Federal se desincumbiam de seus trabalhos, o escritor Hans-Magnus Enzensberger observou que “não se pode compreender a enigmática energia dos alemães sem se aceitar a idéia de que eles transformaram seus defeitos em virtudes. Os alemães, num sentido bastante literal, perderam a cabeça, e isso se tornou a condição do seu futuro sucesso”.

Condenados internacionalmente após a queda de Hitler por obedecerem cegamente a ordens imorais, os alemães transformaram em virtude nacional o defeito de sua diligente obediência. O impacto destruidor da derrota total sofrida pelo país e a ocupação subsequente tornaram os alemães ocidentais propensos à imposição da democracia de um modo que poucos poderiam ter imaginado uma década antes. Em vez da “devoção aos governantes” que Heine constataria no povo germânico um século antes, os alemães, na década de 1950, passaram a merecer o respeito internacional por sua igualmente intensa devoção à eficiência, ao detalhe e à qualidade na fabricação de produtos acabados.

Por parte dos alemães mais idosos, sobretudo, essa nova devoção à construção da prosperidade foi muito bem-vinda. Em plena década de 1960, muitos alemães com mais de 60 anos — o que incluía quase todas as pessoas em cargos de autoridade — ainda achavam que a vida tinha sido melhor na época do cáiser. Mas, diante do que acontecera a seguir, a segurança e a tranquilidade que o cotidiano na República Federal lhes oferecia eram um substituto mais do que aceitável. Os cidadãos *mais jovens*, entretanto, mostravam-se mais desconfiados. A “geração cética” — homens e mulheres nascidos nos últimos dias da República de Weimar, e portanto com idade suficiente para terem vivenciado o nazismo e ainda assumir a responsabilidade pelos crimes do regime — desconfiava sobremaneira da nova ordem germânica.

Para indivíduos como o escritor Günter Grass, ou o teórico social Jürgen Habermas, ambos nascidos em 1927, a Alemanha Ocidental era uma democracia sem democratas. Com uma facilidade assustadora, os cidadãos alemães haviam saltado de Hitler para o consumismo; haviam se livrado das memórias culposas, tornando-se prósperos. Na guinada germânica — da política para o acúmulo de bens materiais —, Grass e outros viam a negação de responsabilidades civis passadas e presentes. E apoiavam, ardentemente, a dissensão relativa ao aforismo de Bertolt Brecht — “*Erst kommt das Fressen, dann kommt die Moral*” (Primeiro vem a comida, depois a moralidade), expressa por Ernst Reuter, prefeito de Berlim Ocidental, em março de 1947: “Não existe frase mais perigosa do que ‘Primeiro vem a comida, depois a moralidade’. Estamos

com fome e frio porque aprovamos a doutrina equivocada que tal sentença expressa.”

Mais tarde, Habermas ficaria identificado com a busca do *Verfassungspatriotism* (patriotismo constitucional), o único tipo de sentimento nacional que ele considerava adequado — e prudente — para ser inculcado em seus concidadãos. Mas já em 1953 Habermas foi alvo da atenção pública devido a um artigo publicado no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* em que atacava Martin Heidegger por permitir que suas conferências de Heidelberg fossem reeditadas com as antigas alusões à “grandeza interior” do nazismo. À época, foi um incidente isolado, suscitando pouca atenção internacional. Mas, em todo caso, estabeleceu um precedente, prenunciando as amargas indagações que surgiriam numa década posterior.

Em 1978, no filme *O Casamento de Maria Braun*, Rainer Werner Fassbinder (nascido em 1945) dissecou, causticamente, a série de defeitos da República Federal, conforme tais defeitos pareciam aos críticos mais jovens. A heroína que empresta seu nome ao título resgata a própria vida em meio aos destroços da derrota, numa Alemanha em que “todos os homens parecem encolhidos”, e, friamente, deixa para trás o passado, anunciando que “o momento não é propício a emoções”. Com uma obstinação inabalável, Maria se entrega à preocupação nacional com o acúmulo de dinheiro, atividade na qual ela se mostra extremamente capaz. Ao longo do caminho, a protagonista, agora com sua vulnerabilidade inicial petrificada em cinismo, explora os recursos, os afetos e a credulidade dos homens — inclusive um soldado (negro) norte-americano —, enquanto se mantém “fiel” a Hermann, marido e soldado alemão encarcerado na União Soviética e cujos feitos realizados durante a guerra permanecem propositadamente vagos.

Todas as relações, façanhas e benesses de Maria são medidas com dinheiro, culminando numa casa nova, cheia de utensílios domésticos, onde ela planeja receber de volta o marido. O casal está prestes a se reconciliar, em êxtase conjugal, quando os dois e seus bens materiais voam pelos ares em consequência de um descuido: um bico de gás aberto, na cozinha ultramoderna. Enquanto isso, o rádio aclama, histericamente, a vitória da Alemanha Ocidental na Copa do Mundo de Futebol, em 1954. Para Fassbinder e uma futura geração de alemães ocidentais composta de dissidentes inflamados, as novas qualidades da nova Alemanha na nova Europa — prosperidade, concessão, desmobilização política e o acordo tácito de não cutucar a memória nacional — não

desviaram a atenção dos velhos defeitos. As qualidades *eram* os velhos defeitos, em novos disfarces.

84 J. H. Plumb, *The Growth of Political Stability in Early Eighteenth-Century England 1675-1725* (O crescimento de estabilidade política na Inglaterra do começo do século XVIII 1675-1725) (Londres, 1967), p. xvii.

85 Em março de 1951, sob pressão dos EUA, os holandeses, passando por cima de um considerável sentimento doméstico favorável à neutralidade, haviam concordado em dobrar o orçamento de defesa e preparar cinco divisões de combate para serem utilizadas a partir de 1954.

86 Baseadas, segundo Eden, numa idéia que lhe ocorrera durante o banho matinal.

87 A única restrição explícita imposta ao rearmamento alemão era a proibição total de qualquer programa nuclear germânico, “agora e sempre”.

88 A neutralidade austríaca não constava do texto original; foi inserida pelo Parlamento austríaco durante o debate sobre o Tratado do Estado.

89 Os norte-americanos não foram os únicos a entrar em pânico diante das demonstrações da aparelhagem soviética. Em 1960, o primeiro-ministro conservador britânico, Harold Macmillan, concluiu, confidencialmente, que “Eles [a URSS] já não temem a agressão. Têm forças nucleares tão poderosas quanto o Ocidente. Têm linhas interiores [de comunicação]. Têm uma economia vibrante e logo haverá de superar a sociedade capitalista na corrida por riquezas materiais”.

90 Não ficou claro se os britânicos seriam ouvidos no que tocava à utilização desses bombardeiros. À época (1952), um comunicado conjunto assinado por Churchill e Truman declarava, de modo um tanto obscuro, que “o uso dessas bases em caso de emergência será objeto de decisão conjunta [...], à luz das circunstâncias prevalentes no momento”.

91 A pressão que os EUA exerceram para que britânicos e franceses se retirassem do Suez, em novembro de 1956 (ver Capítulo 9), gerou entre os países da OTAN o receio de que, em caso de guerra, os EUA se retirassem para o seu hemisfério, abandonando os europeus. Daí a necessidade vista por Washington de “manter o pé firme”, primeiro em relação a Berlim e, mais tarde, a Cuba, com o intuito de tranquilizar os vulneráveis aliados dos Estados Unidos.

92 A observação de Kennedy teve caráter confidencial não apenas à época, sendo excluída dos documentos do encontro quando estes foram publicados pela primeira vez, trinta anos mais tarde.

93 Conforme descobririam em 1990, tal receio não era infundado.

94 Anatoli Dobrinin, *In Confidence* (Confidências) (Time Books, 1995), p. 46. A aversão de Krushev pela guerra era autêntica. Conforme ele escreveu a Kennedy, em 26 de outubro, no auge da crise de Cuba: “Se a guerra, de fato, explodir, não teremos condições de detê-la, pois assim é a lógica da guerra. Participei de duas guerras, e sei que a guerra só acaba depois que rola por cima de cidades e vilarejos, semeando morte e destruição por toda parte.”

95 Ainda em 1971, 95% dos funcionários públicos italianos mais idosos haviam iniciado a carreira antes da queda do fascismo.

96 Embora, à luz da história pregressa da Itália, não seja justo culpar a política externa norte-americana pela corrupção institucional no país. Ver Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Extremos: o Breve Século XX, 1914-1991*.

97 Nas eleições de 1945, os comunistas austríacos obtiveram apenas 174 mil votos — 5% — e elegeram quatro deputados para o Parlamento. Depois disso, não desempenharam papel algum na política nacional.

98 Às vésperas da *Anschluss* de 1938, havia 189 mil judeus em Viena. Quando a cidade foi libertada, em 1945, restavam menos de mil.

99 Na Bélgica, o já antigo Partido *Católico* mudou de nome, para *Cristão*, a fim de ressaltar o apelo a católicos e protestantes e demonstrar aspirações mais modernas, reformistas. Na Holanda, onde as distinções entre os cristãos eram relevantes, o Partido Católico manteve o nome antigo.

100 Ao que Resnais respondeu: “Naturalmente, eu não imaginava que o regime nacional-socialista estaria representado em Cannes. Agora, é claro, sei que está”.

101 “Ninguém pode tirar essa vergonha de nós.”

102 Por meio de uma hipérbole involuntariamente reveladora, Adenauer descreveu o Tratado de Não-proliferação Nuclear como o “Plano de Morgenthau elevado ao quadrado”.

103 Muitas das personalidades maduras da Alemanha moderna (inclusive o chanceler federal e ministro das Relações Exteriores atuais — 2005) eram crianças na época aqui em discussão e foram educadas por mães solteiras que trabalhavam fora.

Ilusões Perdidas

“Indië verloren, rampspoed geboren.”

[Se as Índias estão perdidas, estamos acabados.]

Ditado holandês, muito citado na década de 1940

“Os ventos da mudança sopram neste continente e, queiramos ou não, esse aumento de consciência [africana] é um fato político.”

Harold Macmillan, discurso em Cape Town, 3 de fevereiro de 1960

“A Grã-Bretanha perdeu um Império e ainda não encontrou um papel.”

Dean Acheson, discurso em West Point, 5 de dezembro de 1962

“Aqui fala Imre Nagy, presidente do Conselho Ministerial da República Popular Húngara.

Nas primeiras horas dessa madrugada, tropas soviéticas lançaram um ataque contra a nossa capital, com a clara intenção de derrubar o governo legítimo e democrático da Hungria.

Nossas tropas estão lutando. O governo está a postos. É o que informo à população do país e à opinião pública mundial.”

Imre Nagy, na rádio húngara, às 5h20 de 4 de novembro de 1956

“É erro grave convocar tropas estrangeiras para dar uma lição ao nosso próprio povo.”

Josip Broz Tito, 11 de novembro de 1956

No fim da Segunda Guerra Mundial, os povos do oeste da Europa — que passavam por dificuldades em se governar e até em se alimentar — continuavam a comandar grande parte do mundo não-europeu. Esse estranho paradoxo,

cujas implicações não escapavam às elites nativas das colônias européias, teve péssimas conseqüências. Para muitas pessoas, na Grã-Bretanha, França e Holanda, as colônias e possessões imperiais de seus respectivos países, na África, Ásia, no Oriente Médio e nas Américas, eram um bálsamo para o sofrimento e as humilhações impostas pela guerra na Europa; as colônias tinham demonstrado seu valor material na referida guerra como provedoras de recursos nacionais de vital importância. Não fosse o acesso aos longínquos territórios, suprimentos e homens que pertenciam às colônias, os britânicos e os franceses, de modo especial, ficariam em desvantagem ainda maior na luta contra a Alemanha e o Japão.

A situação parecia óbvia, sobretudo no caso dos britânicos. Para qualquer pessoa que cresceu (como o presente autor) na Grã-Bretanha durante o pós-guerra, “Inglaterra”, “Grã-Bretanha” e “Império Britânico” eram termos quase sinônimos. Nas escolas de ensino fundamental, os mapas mostravam um mundo todo pintado de vermelho imperial; livros escolares de História dedicavam grande atenção ao relato das conquistas britânicas, primordialmente na Índia e na África. Tudo fazia lembrar a presença central da Inglaterra no coração histórico e geográfico de um império ultramarino internacional: cine-jornais, boletins de notícia transmitidos pelo rádio, jornais, revistas ilustradas, histórias infantis, histórias em quadrinhos, eventos esportivos, latas de biscoito, rótulos de frutas em conserva, vitrines de açougues. Nomes de cidades, rios e figuras políticas das colônias e possessões eram tão conhecidos quanto os da própria Grã-Bretanha.

Os britânicos haviam perdido o seu “primeiro” império na América do Norte; o império seguinte, ainda que não fosse conquistado num “acesso de distração”, era tudo exceto o resultado de planejamento. Era caro demais para ser devidamente policiado, mantido e administrado; e — à semelhança do império francês no norte da África — era muito querido e bem defendido por uma pequena classe de colonos composta por fazendeiros e rancheiros, em locais como o Quênia e a Rodésia. As possessões “brancas” — Canadá, Austrália, Nova Zelândia — e a África do Sul eram independentes; mas a aliança formal à Coroa, os laços afetivos com a Grã-Bretanha, os vícios, as matérias-primas por elas fornecidas e as Forças Armadas desses países eram consideradas, na prática, bens nacionais. O valor material do restante do Império Britânico era menos evidente do que a utilidade estratégica dessas regiões: bases britânicas no leste da África — a exemplo dos diversos territórios e portos sob o controle britânico no Oriente Médio, na península Arábica e no oceano Índico — eram

consideradas, acima de tudo, secundárias ao maior trunfo imperial da Grã-Bretanha: a Índia, que à época incluía o que mais tarde se tornaria o Paquistão e Bangladesh, além de Sri Lanka e Birmânia.

Todos os impérios europeus foram conquistados em caráter esporádico, episódico e (à exceção das rotas terrestres e marítimas que serviam à Índia britânica) com pouca atenção dedicada à coerência logística ou aos ganhos econômicos. Os espanhóis já haviam perdido a maior parte do seu império, primeiro para os britânicos, depois como resultado das reivindicações de independência apresentadas pelos próprios colonos e, mais recentemente, em decorrência do crescente poderio dos Estados Unidos — motivo de duradouro sentimento antiamericano na Espanha, à época e ainda hoje. Restaram apenas enclaves no Marrocos e na Guiné Equatorial, que seriam abandonados por Franco (sempre realista) entre 1956 e 1968.

Mas grande parte da África e da Ásia ainda se achava em mãos européias: eram áreas governadas diretamente pelas capitais imperiais, através de uma casta de administradores recrutados localmente (intelectuais educados na Europa) ou então de governantes nativos que se mantinham subservientes aos mestres europeus. Políticos europeus da época do pós-guerra que só conheciam pessoas dessas classes desconheciam o crescimento acelerado do sentimento nacionalista entre uma nova geração de ativistas onipresentes nos impérios (exceto talvez na Índia, embora, mesmo ali, tais políticos subestimassem durante muito tempo a escala e a determinação desses indivíduos).

Portanto, nem os britânicos nem qualquer outra potência colonial européia percebiam o colapso iminente de suas bases ou de sua influência ultramarinas. Conforme atestou o historiador britânico Eric Hobsbawm, o fim dos impérios coloniais europeus parecia muito distante em 1939, até para alunos que participavam de um seminário para jovens comunistas egressos da Grã-Bretanha e de suas colônias. Seis anos mais tarde, o mundo ainda estava dividido entre governantes e governados, poderosos e fracos, ricos e pobres, e a distância entre eles era tamanha que dificilmente seria eliminada no futuro próximo. Ainda em 1960, muito depois que o movimento internacional em prol da independência já se tornara forte, 70% da produção bruta mundial e 80% do valor econômico agregado da indústria estavam localizados na Europa Ocidental e na América do Norte.

Portugal — a menor e mais pobre das potências coloniais européias — extraía matérias-primas a preços extremamente favoráveis nas colônias de Angola e Moçambique; essas colônias, por seu turno, eram uma espécie de

mercado cativo para as exportações portuguesas, que não eram competitivas no mercado internacional. Assim, Moçambique cultivava algodão para o mercado português, em vez de plantar o que comer, para o bem da própria população, uma distorção que gerava grandes lucros e muita fome. Sob tais circunstâncias, e apesar das rebeliões malsucedidas nas colônias e golpes militares na metrópole, a descolonização portuguesa foi adiada o máximo possível.¹⁰⁴

Mesmo que pudessem passar sem seus impérios, poucos Estados europeus poderiam imaginar as colônias sobrevivendo sozinhas, sem o apoio de um governo externo. Até os liberais e socialistas favoráveis à autonomia e à eventual independência para os súditos da Europa no ultramar achavam que muitos anos seriam necessários até que tais objetivos fossem alcançados. É salutar recordar que, ainda em 1951, o ministro das Relações Exteriores britânico, Herbert Morrison (membro do Partido Trabalhista), considerava a independência das colônias africanas algo comparável a “dar a chave da porta, uma conta de banco e uma espingarda a uma criança de 10 anos”.

A guerra mundial, no entanto, causara mais mudanças nas colônias do que a maioria dos europeus podia perceber. A Grã-Bretanha havia perdido seus territórios no Leste asiático, em decorrência da ocupação japonesa durante a guerra, e embora tais territórios fossem recuperados após a derrota do Japão, a posição da antiga potência colonial fora radicalmente abalada. A rendição britânica em Singapura, em 1942, foi uma humilhação da qual o Império Britânico na Ásia nunca se recuperou. Embora as forças britânicas houvessem impedido que a Birmânia e depois a Índia se rendessem aos japoneses, o mito da invencibilidade européia ruiu para sempre. Depois de 1945, as potências coloniais na Ásia enfrentariam uma pressão crescente para abrir mão de suas reivindicações habituais.

Para a Holanda, a potência colonial mais antiga da região, as conseqüências foram especialmente traumáticas. As Índias Orientais Holandesas e a companhia comercial que as desenvolvera faziam parte do mito nacional, uma ligação direta com a Era de Ouro e um símbolo da glória comercial e marítima holandesas. Era também crença geral, sobretudo nos anos difíceis e sombrios do pós-guerra, que as matérias-primas das Índias — principalmente a borracha — seriam a salvação econômica da Holanda. Porém, dois anos após a derrota japonesa, os holandeses estavam novamente em guerra: os territórios holandeses do sudeste da Ásia (que hoje correspondem à Indonésia) estavam engajando 140 mil soldados holandeses (mercenários, recrutas e voluntários), e a revolução pela independência da Indonésia gerava admiração e imitação

por todo o restante do Império Holandês, no Pacífico, no Caribe e na América do Sul.

A guerrilha na região durou quatro anos e custou à Holanda mais de 3 mil baixas militares e civis. A independência da Indonésia, declarada unilateralmente pelo líder nacionalista Sukarno, em 17 de novembro de 1945, foi finalmente aceita pelas autoridades holandesas (e por uma chorosa rainha Juliana), numa conferência realizada em Haia, em dezembro de 1949. Um fluxo contínuo de europeus (muitos dos quais nascidos nas Índias, sem jamais terem pisado em solo holandês) voltou para “casa”. No final de 1957, quando o presidente Sukarno fechou a Indonésia aos empresários da Holanda, os “repatriados” holandeses somavam dezenas de milhares.

A experiência da descolonização surtiu efeito amargo na vida pública holandesa, já marcada pelo sofrimento da guerra. Muitos ex-colonos e seus amigos promoveram o que ficou conhecido como “o Mito do Bom Governo”, culpando a esquerda pelo fracasso holandês em reafirmar a autoridade colonial após o interregno da ocupação japonesa. Por outro lado, a grande maioria dos soldados recrutados sentia-se feliz meramente por voltar para casa ilesa, depois de uma guerra colonial da qual ninguém sentia orgulho e cujo sucesso militar muita gente achava que tinha sido impedido pela insistência da ONU numa transferência de poder negociada, e que logo foi consignada a um buraco na memória nacional.

A longo prazo, a retirada forçada dos holandeses das colônias facilitou um crescente sentimento nacional a favor da “Europa”. A Segunda Guerra Mundial demonstrou que a Holanda não podia ficar alheia às questões internacionais, principalmente aquelas que envolvessem os grandes vizinhos, e a perda da Indonésia foi um lembrete oportuno da verdadeira condição do país, um Estado europeu pequeno e vulnerável. Impelidos pelas necessidades, os holandeses se reorganizaram como ultra-entusiasmados proponentes da integração econômica e, mais tarde, política da Europa. Mas o processo não foi indolor, e tampouco mudou, da noite para o dia, a sensibilidade coletiva da nação. Até a primavera de 1951, os planos e as despesas militares dos governos holandeses no pós-guerra não visavam à defesa européia (a despeito da participação do país no Tratado de Bruxelas e na OTAN), mas a segurar as colônias. Muito lentamente, e com um arrependimento contido, os políticos holandeses passaram a dedicar sua total atenção às questões européias e a abandonar as antigas prioridades.

O mesmo aconteceu, em graus variados, com todas as potências coloniais e ex-coloniais do Oeste Europeu. Estudiosos norte-americanos, projetando sobre o restante do Ocidente a experiência e as preocupações de Washington, por vezes deixam escapar essa característica marcante da Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Nos Estados Unidos, a Guerra Fria era o que importava, e as prioridades e a retórica interna e externa refletiram isso. Mas em Haia, Londres ou Paris, esses mesmos anos foram caracterizados por onerosos conflitos com guerrilhas, travados em colônias distantes e cada vez mais ingovernáveis. Movimentos de independência nacional foram a dor de cabeça dos estrategistas durante grande parte da década de 1950, e não Moscou e suas ambições — embora, em alguns casos, as duas questões ficassem sobrepostas.

Depois de 1919, o império francês, assim como o britânico, tinha se beneficiado da redistribuição de territórios asiáticos e africanos tomados das potências centrais derrotadas. Assim sendo, em 1945, a França libertada voltou a comandar a Síria e o Líbano, bem como grandes extensões de terra na África subsaariana e algumas ilhas do Caribe e do Pacífico. Mas as “jóias” da coroa imperial francesa eram os territórios na Indochina e, sobretudo, as antigas colônias francesas ao longo da costa mediterrânea do norte da África: Tunísia, Marrocos e, principalmente, a Argélia. Nos livros de história francesa, entretanto, a posição das colônias talvez fosse mais ambígua do que era o caso do outro lado do canal da Mancha — por um lado porque a França era uma república na qual o domínio imperial não cabia; por outro, porque várias das primeiras conquistas da França tinham sido há muito tempo tomadas por governantes cujo idioma era o inglês. Em 1950, ainda havia milhões de francesas e franceses que se recordavam do “Incidente de Fashoda”, ocorrido em 1898, quando a França recuou de um confronto com a Grã-Bretanha em que estava em jogo o controle do Egito, Sudão e da região do Alto Nilo. Falar de império na França era relembrar tanto a derrota como a vitória.

Enquanto isso, nas escolas francesas, as crianças eram insistentemente expostas a uma imagem da “França” como algo contínuo, transoceânico, onde as características cívicas e naturais da essência francesa ficavam disponíveis a todos; onde escolas do ensino fundamental, desde Saigon até Dakar, ensinavam conteúdos sobre “*nos ancêtres les Gallois*” (“nossos ancestrais os gauleses”) e proclamavam — ainda que apenas em princípio — as virtudes de uma assimilação cultural total que seria impensável para os administradores de colônias britânicas, holandesas, belgas, espanholas ou portuguesas.¹⁰⁵ Somente na

França podiam as autoridades metropolitanas tratar com seriedade as mais valiosas possessões coloniais não como solo estrangeiro, mas como extensões administrativas da própria França. Portanto, “Argélia” configurava apenas uma expressão geográfica; a área denotada era gerida como três departamentos da França (onde, entretanto, somente os residentes *europeus* gozavam de plenos direitos civis).

Durante a guerra, os franceses, a exemplo dos britânicos e dos holandeses, perderam as valiosas colônias do Sudeste Asiático para os japoneses. Mas, no caso francês, a ocupação japonesa foi tardia — até março de 1945 a Indochina francesa permaneceu sob a tutela das autoridades de Vichy — e, em todo caso, muito menos traumática do que a derrota da França, em seu próprio território, em 1940. A humilhação da França na Europa acentuou o significado simbólico do seu império ultramarino: se os franceses, segundo a sua auto-imagem, não estavam reduzidos à “massa de protoplasma, impotente e desesperada” (segundo a descrição de Eisenhower, em 1954), isso se devia, em larga medida, à continuada credibilidade do país enquanto potência colonial, o que era uma condição importante.

Na África, De Gaulle havia restabelecido a presença francesa na Conferência de Brazzaville, realizada no início de fevereiro de 1944. Ali, na capital da África Equatorial Francesa, tendo-se o Congo Belga do outro lado do rio, o líder dos Franceses Livres expressara, tipicamente, sua visão do futuro colonial da França:

Na África francesa, assim como em qualquer terra onde seres humanos vivem sob a nossa bandeira, não pode haver progresso autêntico a menos que seres humanos possam se beneficiar dele, moral e materialmente, em seu próprio solo, a menos que possam se elevar, aos poucos, a um nível que lhes permita participar da gestão de seus próprios interesses. É dever da França realizar isso.

O que, exatamente, De Gaulle quis dizer é — como de hábito — obscuro, talvez proposadamente. Mas é certo que o que se entendia das palavras era que se referiam à emancipação colonial e, no futuro, à autonomia. As circunstâncias eram propícias. A opinião pública francesa não era avessa às reformas coloniais — no período que antecedeu a guerra, o ataque de André Gide às práticas de trabalho forçado, no livro *Viagem ao Congo* (1927), elevara a consciência pública a respeito de crimes europeus na África Central —,

enquanto os americanos produziam ameaçadores ruídos anticoloniais. O secretário de Estado dos EUA, Cordell Hull, havia pouco falara em tom de aprovação sobre a perspectiva de controle internacional para as colônias européias menos avançadas e governo autônomo, dentro em breve, para as demais.¹⁰⁶

Na empobrecida e isolada África francófona, o discurso reformista era um tanto fácil, principalmente antes que a própria França fosse libertada. O Sudeste da Ásia era outra questão. Em 2 de setembro de 1945, Ho Chi Minh, líder nacionalista vietnamita (e membro fundador do Partido Comunista Francês, graças à sua jovem presença no Congresso do Partido, em Tours, em 1920), proclamou a independência do país. Duas semanas depois, forças britânicas começaram a chegar à cidade de Saigon, ao sul, seguidas, um mês mais tarde, por forças francesas. Nesse ínterim, os distritos do norte do Vietnã, até então sob o controle chinês, foram devolvidos aos franceses, em fevereiro de 1946.

Aquela altura, havia uma grande possibilidade de negociar a autonomia, ou mesmo de acontecer a independência, pois as autoridades em Paris abriram conversações com os representantes nacionalistas. Porém, em 1º de junho de 1946, o almirante francês e plenipotenciário local Thierry d'Argenlieu proclamou, unilateralmente, que a Cochinchina (parte sul do país) estava separada do norte dominado pelos nacionalistas, sabotando os esforços do próprio governo francês para chegar a um acordo e interrompendo as conversações com Ho. Já no outono daquele mesmo ano os franceses haviam bombardeado o porto de Haiphong, tropas nacionalistas do movimento comunista vietnamita tinham atacado os franceses em Hanói e a primeira Guerra do Vietnã estava em curso.

A luta da França no pós-guerra para restabelecer a sua autoridade na Indochina constituiu uma catástrofe política e militar. Ho Chi Minh foi duplamente apoiado pela esquerda doméstica francesa, na condição de guerreiro pela independência nacional e como revolucionário comunista — duas identidades tão interligadas em seu próprio pensamento quanto estampadas na sua imagem internacional.¹⁰⁷ Enviar jovens para lutar e morrer numa “guerra suja” na Indochina não tinha muito sentido para a maioria dos eleitores franceses; e permitir que Hanói tomasse o poder não era, por certo, pior do que apoiar o visivelmente inadequado Bao Dai, instituído pelos franceses como o novo “imperador” do país em março de 1949.

O corpo de oficiais franceses, por outro lado, estava disposto a prosseguir com o embate no Vietnã; ali, assim como mais tarde na Argélia, a tradição marcial francesa (ou o que restava dela) parecia estar em jogo, e o Alto Comando francês tinha algo a provar. Mas a economia francesa jamais poderia suportar uma guerra demorada numa colônia distante sem substancial auxílio externo. A guerra da França na Indochina foi financiada pelos norte-americanos. A princípio, a contribuição de Washington se deu de maneira indireta: graças a empréstimos e auxílios oferecidos pelos EUA os franceses puderam destinar recursos consideráveis numa luta cada vez mais dispendiosa e mal-fadada para derrotar as tropas do movimento comunista vietnamita. Com efeito, os EUA bancaram a modernização econômica da França no pós-guerra enquanto ela dedicava seus escassos recursos próprios à guerra.

Em 1950, a ajuda americana assumiu uma forma mais direta. A partir de julho daquele ano (um mês após o início da guerra na vizinha Coréia), os EUA aumentaram drasticamente o auxílio militar às forças francesas no Sudeste Asiático. Os franceses barganharam muito antes de concordar em oferecer apoio ao condenado projeto de defesa européia e conceder à Alemanha Ocidental um assento na OTAN: o que eles conseguiram em troca (por permitir que os EUA os protegessem, conforme parecia a *insiders* em Washington descontentes com a situação) foi um substancial auxílio militar norte-americano. De todos os Estados europeus, a França, já em 1953, era, de longe, o que mais dependia da ajuda dos EUA, tanto em relação a recursos financeiros quanto a mercadorias.

Somente em 1954 Washington deu um basta, rejeitando as solicitações (cada vez mais desesperadas) da França de apoio aéreo para salvar a guarnição francesa encurralada em Dien Bien Phu. Após quase oito anos de luta infrutífera e sangrenta, ficou claro para Washington que os franceses, além de não serem capazes de restabelecer sua autoridade na Indochina, não eram páreo para as forças oficiais e guerrilheiras de Ho Chi Minh. Na visão dos EUA, os franceses tinham desperdiçado o dinheiro emprestado e configuravam um investimento cada vez mais arriscado. Quando, em 7 de maio de 1954, Dien Bien Phu rendeu-se e os franceses pediram o cessar-fogo, ninguém se surpreendeu.

A queda da Indochina francesa precipitou o colapso do último dos governos franceses de coalizão que tentaram manter a região sob o domínio francês, e precipitou também a sucessão de Pierre Mendès-France ao cargo de primeiro-ministro. Sob a liderança de “PMF”, os franceses negociaram um acordo,

assinado em Genebra em 21 de julho de 1954, que estabelecia a sua saída da região, deixando duas entidades separadas — o Vietnã do “Norte” e do “Sul” —, cujas instituições e relações políticas seriam determinadas em eleições futuras. Tais eleições jamais ocorreram, e o peso da manutenção da metade meridional da ex-colônia francesa agora recaía exclusivamente sobre os americanos.

Poucos na França lamentaram a perda da Indochina. Ao contrário dos holandeses, os franceses não haviam estado muito tempo na região; e embora os Estados Unidos custeassem a primeira Guerra do Vietnã (o que poucos franceses sabiam à época), foram os soldados franceses que lá lutaram e morreram. Políticos franceses, principalmente os de direita, criticavam Mendès-France e seus predecessores pela falta de estratégias de guerra mais eficazes, mas ninguém apresentava uma proposta melhor, e, no íntimo, quase todos se sentiram aliviados ao deixar o Vietnã para trás. Somente o Exército francês — ou, mais precisamente, o corpo profissional de oficiais — guardava uma certa mágoa permanente. Alguns oficiais mais jovens, em especial aqueles que haviam servido à Resistência, ou aos Franceses Livres, e ali adquirido o hábito do juízo político independente, começavam a nutrir ressentimentos incipientes porém perigosos. Mais uma vez, resmungavam eles, tropas francesas no campo de batalha tinham sido mal servidas pelos chefões da política em Paris.

Com a perda da Indochina, a atenção francesa se voltou para o norte da África. Sob certo aspecto, isso foi quase uma verdade literal — a insurreição argelina teve início em 1º de novembro de 1954, apenas 14 semanas após a assinatura dos acordos de Genebra. Mas fazia muito tempo que o norte da África era alvo das preocupações de Paris. Desde 1830, quando os franceses chegaram à região hoje chamada Argélia, a colônia ali estabelecida fizera parte de uma ambição maior, que remontava a um período anterior: o domínio da África do Saara, do Atlântico ao Suez. Impedidos pelos britânicos no Oriente, os franceses buscaram consolação na hegemonia do Mediterrâneo ocidental e do Saara até o centro-oeste da África.

Além de Quebec (muito mais antiga) e algumas ilhas do Caribe, a África Setentrional (sobretudo a Argélia) era a única colônia francesa em que europeus haviam se fixado em grande número e de modo permanente. No entanto, muitos desses europeus não eram de origem francesa, e sim espanhola, italiana, grega etc. Mesmo um emblemático franco-argelino, como Albert Camus, tinha sangue espanhol e sangue francês, e seus antepassados franceses haviam chegado recentemente. Estava longe o tempo em que a

França tinha um excesso populacional; e, ao contrário de Rússia, Polônia, Grécia, Itália, Espanha, Portugal, Escandinávia, Alemanha, Irlanda e Escócia (e até a Inglaterra), a França não fora, durante sucessivas gerações, uma terra de emigrantes. Os franceses não eram colonizadores inatos.

Contudo, se havia uma “outra França”, tal local seria a Argélia — fato confirmado, como foi visto, pela presença técnica da Argélia *dentro* da França, como parte da estrutura administrativa metropolitana. A analogia mais próxima era a região de Ulster, outro enclave numa ex-colônia, incorporado institucionalmente ao “continente”, e com uma antiga e bem fixada comunidade colonial para a qual a ligação com o poder central do império era muito mais importante do que para a maioria metropolitana. A idéia de que a Argélia pudesse, um dia, se tornar independente (e, portanto, governada pelos árabes, devido à grande superioridade numérica de árabes e berberes em sua população) era impensável para a minoria européia.

Por conseguinte, fazia muito tempo que os políticos franceses evitavam pensar no assunto. Nenhum governo francês, exceto a efêmera Frente Popular de Léon Blum, em 1936, levava muito a sério o desgoverno atroz praticado pelos administradores coloniais franceses no norte da África. Nacionalistas argelinos moderados, como Ferhat Abbas, eram figuras bem conhecidas dos políticos e intelectuais franceses antes e depois da Segunda Guerra Mundial, mas, na realidade, ninguém esperava que Paris permitisse a concretização dos tímidos objetivos de governo autônomo num futuro próximo. Todavia, a princípio, a liderança árabe esperava com otimismo que a derrota de Hitler levasse a reformas há muito tempo esperadas, e quando, em 10 de fevereiro de 1943, na seqüência do desembarque aliado no norte da África, essa mesma liderança expediu um manifesto, o documento ressaltava a lealdade aos ideais de 1789 e o afeto pela “cultura da França e do Ocidente, recebida e valorizada pela comunidade local”.

O apelo não foi atendido. O governo da França libertada prestou pouca atenção às opiniões dos árabes, e quando tal indiferença resultou num levante na região de Kabylia, a leste de Argel, em maio de 1945, os insurgentes foram rechaçados com firmeza. Ao longo da década seguinte, a atenção de Paris esteve voltada para outras questões. Quando, em 1º de novembro de 1954, aqueles anos de revolta reprimida e expectativas frustradas culminaram na explosão de um levante organizado, os meios-terminos já não faziam parte da agenda. A FLN — Front de Libération Nationale — argelina era liderada por uma nova geração de nacionalistas árabes que desprezavam as estratégias

moderadas e francófilas da geração anterior. O objetivo dessa nova geração não era a instituição de um governo autônomo local ou de reformas, e sim a independência, meta que os sucessivos governos franceses não puderam contemplar. O resultado foi uma sangrenta guerra civil que durou oito anos.

Tardiamente, as autoridades francesas propuseram reformas. O novo governo socialista de Guy Mollet, em março de 1956, concedeu independência às colônias francesas vizinhas (Tunísia e Marrocos) — foi a primeira entrega de poder colonial no continente africano. Mas, quando Mollet visitou Argel, uma multidão de colonos europeus atirou frutas podres nele. Paris se viu dividida entre as exigências implacáveis da FLN (organização clandestina) e a recusa dos residentes europeus na Argélia, agora liderados por um Comitê pela Defesa da Argélia Francesa (*l'Algérie française*), em aceitar qualquer acordo com os vizinhos árabes. Agora, a estratégia francesa, se é que o procedimento merece assim ser chamado, era derrotar a FLN à força, antes de pressionar os colonos a aceitar reformas políticas e algumas medidas que visavam à divisão de poder.

O Exército francês entrou em combate ferrenho com os guerrilheiros da FLN, ambos os lados recorrendo, regularmente, à truculência, tortura, ao assassinato e franco terrorismo. Após uma série sangrenta de assassinios cometidos por árabes e de represálias por parte dos europeus em dezembro de 1956, o representante político de Mollet, Robert Lacoste, deu carta branca ao coronel pára-quedista Jacques Massu para destruir os insurgentes nacionalistas em Argel, custasse o que custasse. Já em setembro de 1957, Massu foi vitorioso, conseguindo acabar com uma greve geral e esmagar os rebeldes na Batalha de Argel. A população árabe pagou um preço alto, mas a reputação da França ficou para sempre manchada. E os colonos europeus continuaram a desconfiar das intenções de Paris a longo prazo.[108](#)

Em fevereiro de 1958, o recém-instalado governo de Felix Gaillard foi submetido a constrangimento em virtude de um bombardeio imposto pela Força Aérea francesa a Sakhiyet, vilarejo situado do outro lado da fronteira, na Tunísia, suspeito de servir de base aos nacionalistas argelinos. O subsequente protesto internacional e as ofertas anglo-americanas de “bons préstimos” para ajudar a resolver o problema argelino provocaram nos europeus que residiam na Argélia o receio de que Paris pretendia abandoná-los. Policiais e soldados em Paris e Argel começavam a demonstrar simpatia pela causa dos colonos. O governo de Gaillard, o terceiro da França em 11 meses, se demitiu em 15 de abril. Dez dias depois, ocorreu em Argel uma manifestação gigantesca,

exigindo a perpetuação da Argélia francesa e a volta de De Gaulle ao poder; os organizadores do protesto constituíram um Comitê de Segurança Pública, fazendo ecoar, de maneira provocadora, a homônima instituição revolucionária francesa.

Em 15 de maio, 48 horas depois de um novo governo francês (sob o comando de Pierre Pflimlin) ser empossado em Paris, o general Raoul Salan — comandante militar francês na Argélia — gritou o nome de De Gaulle, diante de uma multidão entusiasmada, no Fórum de Argel. O próprio De Gaulle, que se mantivera notavelmente calado desde que se retirara da vida pública, passando a viver em seu vilarejo natal, em Colombey, no leste da França, reapareceu em público, concedendo entrevista coletiva à imprensa, em 19 de maio. Rebeldes armados tomaram o poder na ilha de Córsega, e Paris foi surpreendida por boatos de uma iminente invasão de pára-quedistas. Em 28 de maio, Pflimlin pediu demissão, e o presidente René Coty convocou De Gaulle a formar um governo. Sem sequer fingir hesitação, De Gaulle assumiu o cargo em 1º de junho e, no dia seguinte, mediante resultado de votação, a Assembléia Nacional concedeu-lhe plenos poderes. O primeiro ato de De Gaulle foi voar para Argel, onde, em 4 de junho, anunciou, em tom de oráculo, para uma multidão de soldados e europeus agradecidos: *“Je vous ai compris”* (Eu vos compreendi).

O novo primeiro-ministro francês tinha, de fato, compreendido os argelinos que o apoiavam, melhor do que eles supunham. De Gaulle era imensamente popular junto aos europeus da Argélia, que o viam como salvador: no plebiscito de setembro de 1958, ele obteve 80% dos votos na França, mas 96% dos votos na Argélia.¹⁰⁹ Porém, entre as muitas facetas típicas de De Gaulle, uma era a sua inabalável valorização da ordem e da legitimidade. Herói dos Franceses Livres, crítico implacável de Vichy, o homem que resgatara a credibilidade do Estado francês depois de agosto de 1944 não era amigo dos rebeldes argelinos (muitos dos quais eram ex-defensores de Pétain), muito menos dos jovens oficiais rebeldes, livres-pensadores que haviam ficado do lado dos insurgentes. Para De Gaulle, a primeira tarefa era restaurar a autoridade do governo na França. O segundo objetivo, relacionado ao primeiro, era resolver o conflito argelino que havia corroído tal autoridade.

Um ano depois, parecia evidente que Paris e Argel estavam em rota de colisão. A opinião internacional mostrava-se cada vez mais favorável à FLN e ao clamor desta por independência. Os britânicos concediam independência às colônias africanas. Até os belgas, finalmente, em junho de 1960, libertaram o

Congo (embora de modo irresponsável, com resultados desastrosos).¹¹⁰ A Argélia colonial se tornava, rapidamente, um anacronismo, como De Gaulle bem sabia. Ele já havia criado uma “Communauté Française”, o primeiro passo rumo à formação de uma “comunidade” que reunisse as ex-colônias francesas. Ao sul do Saara, em breve, seria concedida independência formal às elites de formação francesa em países demasiadamente fracos para caminhar sozinhos e que, portanto, dependeriam totalmente da França durante décadas. Em setembro de 1959, tendo passado apenas um ano desde que assumira o poder, o presidente francês propôs “autodeterminação” para a Argélia.

Enfurecidos diante de algo que, a seu ver, evidenciava uma iminente traição, oficiais e colonos na Argélia começaram a planejar um grande levante. Havia conspirações, golpes e boatos acerca de revolução. Em janeiro de 1960, barricadas foram construídas no país e “ultrapatriotas” dispararam contra soldados franceses. Mas, devido à intransigência de De Gaulle, a rebelião fracassou, e oficiais veteranos considerados não-confiáveis (inclusive Massu e seu superior, o general Maurice Challe) foram, cuidadosamente, remanejados da Argélia. Os distúrbios, no entanto, prosseguiram, culminando num golpe militar fracassado, em abril de 1961, inspirado pela recém-formada OAS (Organisation de l'Armée Secrète). Os conspiradores, porém, não conseguiram mover De Gaulle, que falou em rede nacional de rádio, denunciando o “manifesto militar expedido por um punhado de generais reformados”. As principais vítimas do golpe foram a moral e a imagem internacional (o que dela ainda restava) do Exército francês. A grande maioria dos franceses e francesas, muitos com filhos servindo na Argélia, concluiu que a independência argelina não era apenas inevitável, mas também desejável — e, pelo bem da França, quanto antes, melhor.¹¹¹

De Gaulle, sempre realista, entrou em negociação com a FLN num encontro realizado na estância hidromineral de Evian, no lago de Genebra. As conversas iniciais, conduzidas em junho de 1960 e, novamente, em julho de 1961, não chegaram a uma base geral. Nova tentativa, em março de 1962, foi mais bem-sucedida; passados apenas dez dias de discussão, os dois lados chegaram a um acordo, e em 19 de março, depois de quase oito anos de luta ininterrupta, a FLN declarou o cessar-fogo. Com base nos termos acordados em Evian, De Gaulle, em 1º de julho, um domingo, realizou um plebiscito, e o povo francês votou em massa para se ver livre do grilhão argelino. Dois dias depois, a Argélia se tornou um Estado independente.

A tragédia argelina não acabou ali. A OAS se desenvolveu numa grande organização clandestina, inicialmente determinada a preservar a Argélia francesa e, depois que tal empreitada fracassou, a punir aqueles que haviam “traído” a causa. Somente em fevereiro de 1962 membros da OAS e suas bombas mataram 553 pessoas. Espetaculares tentativas de assassinato do ministro da Cultura francês, André Malraux, e do próprio De Gaulle falharam, embora ao menos um plano para emboscar o carro do presidente, no subúrbio parisiense de Petit Clamart, por pouco não tenha alcançado o objetivo. No início dos anos 60, a França se viu envolvida numa constante e desesperada ameaça terrorista. Finalmente, os serviços franceses de inteligência desbarataram a OAS — mas a memória perdurou.

Nesse ínterim, milhões de argelinos foram forçados a se exilar na França. Os *pieds-noirs* europeus se fixaram, principalmente, no sul do país; os integrantes da primeira geração demonstraram grande ressentimento em relação às autoridades francesas, por terem estas traído a causa e os obrigado a deixar suas propriedades e seus empregos. Os judeus argelinos também abandonaram o país, alguns por Israel, muitos — a exemplo dos judeus marroquinos no passado — pela França, onde, com o passar do tempo, haveriam de constituir a maior comunidade judaica (predominantemente sefardita) da Europa Ocidental. Muitos árabes também deixaram a Argélia após a independência. Alguns se foram porque previram a ordem repressiva e dogmática da FLN. Outros, notadamente aqueles que haviam trabalhado com os franceses ou servido como auxiliares da polícia e das autoridades militares francesas — os chamados *harkis* —, fugiram da fúria previsível dos nacionalistas vitoriosos. Muitos foram pegos e submetidos a castigos terríveis; mas mesmo os que conseguiram chegar à França sãos e salvos não encontraram a gratidão dos franceses, recebendo pouco reconhecimento ou recompensa pelos sacrifícios feitos.

A França tinha pressa de esquecer o trauma argelino. Os Acordos de Evian, firmados em 1962, puseram fim a quase cinco décadas de guerra e medo de guerra no cotidiano francês. A população estava farta — de crises, de lutas, de ameaças, boatos e conspirações. A Quarta República existira durante apenas 12 anos. Não-amada e não-lamentada, via-se cruelmente enfraquecida, desde o início, pela ausência de um Executivo eficiente — um legado da experiência de Vichy, que levava os legisladores no pós-guerra a relutar em estabelecer uma presidência forte. Foi prejudicada pelos seus próprios sistemas parlamentar e eleitoral, que favoreciam partidos múltiplos e produziam coalizões

governamentais instáveis. A Quarta República geriu mudanças sociais sem precedentes, mas que provocaram divisão política. Pierre Poujade, livreiro de St. Céré, no longínquo sudoeste da França, formou o primeiro partido político europeu de plataforma única, com o propósito de defender “*des petits, des matraqués, des spoliés, des laminés, des humiliés*”: os pequenos, enganados, explorados, humilhados e rejeitados pela História. Cinquenta e dois deputados “poujadistas” conseguiram se eleger para o Parlamento nas eleições nacionais de 1956.

Mas, acima de tudo, a primeira república francesa do pós-guerra foi derubada em consequência das lutas coloniais. À semelhança do Ancien Régime, a Quarta República foi debilitada pelos custos da guerra. Entre dezembro de 1955 e dezembro de 1957, a França perdeu dois terços de suas reservas monetárias, apesar do crescimento constante da economia. Controle de câmbio, taxas de câmbio múltiplas (comparáveis às praticadas pelo bloco soviético em décadas posteriores), dívida externa, déficits orçamentários e inflação crônica eram todos atribuíveis às despesas descontroladas com as guerras coloniais, de 1947 a 1954, e, novamente, a partir de 1955. Diante de tais obstáculos, governos de todos os matizes se dividiam e tombavam. Mesmo sem um exército descontente, a Quarta República teria grande dificuldade em enfrentar tais desafios, que se impunham não mais do que uma década após a pior derrota militar da história da nação e um humilhante período de ocupação de quatro anos. É incrível que a Quarta República tenha durado o tempo que durou.

As instituições da Quinta República francesa formada por De Gaulle destinavam-se, precisamente, a evitar as falhas das repúblicas predecessoras. A Assembléia e os partidos políticos tiveram a sua importância reduzida, e o Executivo foi dramaticamente fortalecido: a Constituição concedeu ao presidente controles consideráveis, iniciativa na formulação de políticas e poder total sobre os primeiros-ministros, que podiam ser por ele nomeados e dispensados, quase à vontade. Após o sucesso em dar fim ao conflito argelino, De Gaulle propôs que o presidente da República passasse a ser eleito por voto universal direto (em vez de indireto, através da Assembléia, como era o caso até então); o respectivo adendo à Constituição foi devidamente aprovado em plebiscito realizado em 28 de outubro de 1962. Apoiado pelas suas instituições, pelo seu histórico e pela sua personalidade — e por lembranças francesas da alternativa —, o presidente francês tinha agora mais poder do que qualquer outro chefe de Estado no mundo escolhido por meio de eleições livres.

Em se tratando de questões domésticas, De Gaulle, de modo geral, preferia deixar a rotina para os primeiros-ministros. A reforma econômica radical que teve início com a emissão do franco novo em 27 de dezembro de 1958 estava de acordo com recomendações anteriores apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional, e a medida contribuiu diretamente para a estabilização das conturbadas finanças francesas. A despeito de seu fascínio de mandarim, De Gaulle era um radical, e não tinha medo de mudanças; conforme ele definira em *Vers l'armée de métier* (Por um Exército Profissional), tratado sobre reforma militar escrito em sua juventude: “Nada é durável, a não ser que seja incessantemente renovado.” Portanto, não surpreende que, na França, muitas das transformações mais significativas em infra-estrutura de transportes, planejamento urbano e investimento industrial promovidas pelo governo tenham sido concebidas e iniciadas sob a autoridade de De Gaulle.

Porém, a exemplo de muitos outros fatores relacionados à busca de De Gaulle pela modernização doméstica, sobretudo os planos ambiciosos de Malraux para restaurar e limpar todos os prédios públicos históricos da França, as já mencionadas mudanças sempre faziam parte de um objetivo maior, de natureza política: o resgate da *grandeur* francesa. Tanto quanto o general Franco na Espanha (com o qual ele nada mais tinha em comum), De Gaulle via a estabilização econômica e a modernização, em grande parte, como armas na luta da recuperação da glória nacional. Ao menos desde 1871, a França estivera em declínio acentuado, uma trajetória sombria marcada por derrota militar, humilhação diplomática, perdas coloniais, deterioração econômica e instabilidade doméstica. A meta de De Gaulle era encerrar o período de decadência francesa. “Por toda a minha vida”, ele escreveu em suas memórias de guerra, “trago comigo uma certa idéia de França”. Agora ele haveria de pôr em prática tal idéia.

A arena escolhida pelo presidente francês foi a política externa, ênfase definida tanto por questão de gosto pessoal como por *raison d'état*. Fazia tempo que De Gaulle era sensível à série de humilhações sofridas pela França — menos pelo inimigo germânico, em 1940, do que pelas mãos dos aliados anglo-americanos desde então. De Gaulle nunca esqueceu o seu vexaminoso isolamento, em Londres, durante a guerra, na condição de porta-voz empobrecido e amplamente ignorado da França. Seu entendimento da realidade militar o impedia de expressar a dor que compartilhava com outros franceses, por ter a Grã-Bretanha afundado a orgulhosa frota do Mediterrâneo, em Mers-el-Kebir, em julho de 1940, mas o simbolismo do ato ainda causava dor.

De Gaulle tinha motivos especiais para ter sentimentos ambivalentes em relação a Washington, onde Franklin Roosevelt jamais o levou a sério. Os Estados Unidos mantiveram boas relações com o regime de Vichy durante a guerra, por mais tempo do que recomendava a decência ou a prudência. A França ficou ausente das negociações aliadas durante a guerra; e embora isso tenha permitido a De Gaulle, anos mais tarde, se eximir, cinicamente, de qualquer responsabilidade por um acordo de Yalta que ele, no íntimo, aprovava, a lembrança ainda doía. Mas as piores humilhações ocorreram depois que a guerra foi vencida. A França, para todos os efeitos, ficou excluída das principais decisões que diziam respeito à Alemanha. A partilha de dados de inteligência entre a Grã-Bretanha e os EUA jamais era estendida à França (com razão, considerada perigosamente “faladeira”). O “clube” nuclear não incluía a França, ficando o país, portanto, reduzido a uma condição irrelevante no planejamento militar internacional.

Pior ainda, a França dependera inteiramente dos EUA na sua guerra colonial asiática. Em outubro de 1956, quando Grã-Bretanha, França e Israel conspiraram para atacar o Egito de Nasser, foi o presidente Eisenhower quem pressionou os britânicos a se retirarem, o que causou à França sentimentos de indignação e impotência. Um ano depois, em novembro de 1957, diplomatas franceses se indignaram à toa, quando armas britânicas e norte-americanas foram entregues à Tunísia, apesar do receio francês de que tais armas fossem parar nas mãos de rebeldes argelinos. Em 1958, logo após assumir o cargo, o próprio De Gaulle foi informado rispidamente pelo general Norstad, comandante americano da OTAN, que De Gaulle não tinha direito a conhecer os detalhes da distribuição de armas nucleares norte-americanas em solo francês.

Eis o pano de fundo para a política externa de De Gaulle, depois que ele assumiu plenos poderes presidenciais. Dos norte-americanos ele esperava pouco. Desde armas nucleares até o privilegiado status internacional do dólar como moeda de reserva, os EUA tinham condições de impor os seus interesses aos demais membros da aliança ocidental, e haveriam de fazê-lo. Os EUA não mereciam confiança, mas eram ao menos previsíveis; o importante era não depender de Washington, ao contrário do que ocorrera com a política francesa na Indochina e, novamente, em Suez. A França devia assegurar seu lugar na distribuição mundial de poder — por exemplo, ao adquirir sua própria arma nuclear. A atitude de De Gaulle diante da Grã-Bretanha, entretanto, era mais complicada.

A exemplo da maioria dos observadores, o presidente francês, com sensatez e correção, supunha que a Grã-Bretanha procuraria se manter numa posição intermediária entre a Europa e os EUA — e que, se forçada a escolher, Londres optaria pelo aliado atlântico, em detrimento dos vizinhos europeus. Isso ficou bem claro, em dezembro de 1962, quando o primeiro-ministro britânico Harold Macmillan se encontrou com o presidente Kennedy, em Nassau, nas Bahamas, e aceitou um acordo segundo o qual os EUA forneceriam à Grã-Bretanha mísseis nucleares Polaris, baseados em submarinos (como parte de uma força multilateral que, na prática, submeteu as armas nucleares britânicas ao controle norte-americano).

De Gaulle ficou furioso. Antes de viajar para Nassau, Macmillan havia conversado com o presidente francês, em Rambouillet, mas não lhe dera qualquer indício do que estava por ocorrer. Nassau, portanto, era mais um esquema “anglo-americano” construído à revelia da França. O desagravo ficou mais patente quando os mesmos mísseis Polaris, sob as mesmas condições, foram oferecidos a Paris, sendo que o governo francês não participara das conversas anteriores. Foi nesse contexto que o presidente De Gaulle anunciou, em entrevista coletiva concedida em 14 de janeiro de 1963, que a França vetaria a candidatura da Grã-Bretanha para ingresso na Comunidade Econômica Européia. Se a Grã-Bretanha pretendia ser um satélite dos EUA, muito bem. Mas o país não poderia, ao mesmo tempo, ser “europeu”. Enquanto isso, conforme vimos, De Gaulle se voltou para Bonn e assinou um tratado sumamente simbólico e sem conteúdo com a República Federal.

A idéia de que a França poderia compensar certa vulnerabilidade diante da pressão anglo-americana aliando-se com a antiga inimiga do outro lado do Reno nada tinha de nova. Já em junho de 1926 o diplomata francês Jacques Seydoux havia rascunhado uma nota confidencial dirigida aos superiores políticos, dizendo: “É preferível trabalhar com os alemães, visando ao domínio da Europa, a nos vermos em oposição a eles [...]. Uma aproximação franco-germânica nos permitirá escapar mais rapidamente do controle anglo-americano.”¹¹² Um pensamento semelhante esteve por trás dos planos dos diplomatas conservadores que apoiaram Pétain em 1940. Porém, nas circunstâncias de 1963, na prática, o tratado com a Alemanha fazia pouca diferença. Os franceses não tinham intenção de abandonar a aliança ocidental, e De Gaulle não queria, absolutamente, ser arrastado para qualquer esquema alemão que contemplasse a revisão dos acordos firmados no Oriente durante o pós-guerra.

O que, na verdade, o tratado de 1963 e o novo consórcio franco-germânico confirmaram foi a guinada decisiva da França em direção à Europa. Para Charles de Gaulle, a lição do século XX era que a França só poderia ter esperanças de recuperar a glória perdida investindo no projeto europeu e moldando-o às metas francesas. A Argélia se fora. As colônias estavam indo. Os anglo-americanos mostravam-se arredios como sempre. A série de derrotas e perdas registradas nas últimas décadas não deixavam à França outra opção, se o país pretendia recuperar alguma influência passada; conforme Adenauer havia afirmado ao primeiro-ministro francês, Guy Mollet, no dia em que os franceses foram forçados, sob pressão dos EUA e com a conivência britânica, a interromper as operações no Suez, “a Europa vos vingará”.

Com uma exceção importante, o recuo britânico em relação ao império foi bastante diverso do francês. O legado colonial britânico era maior e mais complexo. O Império Britânico, a exemplo do soviético, sobreviveu intacto à guerra, ainda que combalido. A Grã-Bretanha dependia, em grande medida, da produção das colônias no que dizia respeito a gêneros alimentícios básicos (ao contrário da França, que era auto-suficiente nesse particular e cujos territórios imperiais, primordialmente situados nos trópicos, produziam artigos bastante diferentes); além disso, em determinados teatros de guerra — em especial o norte da África —, as tropas da Comunidade das Nações eram mais numerosas do que os soldados britânicos. Os residentes da Grã-Bretanha, como já foi visto, eram muito mais ciosos do império do que os franceses — uma razão pela qual Londres era tão maior do que Paris é que a capital inglesa prosperou no papel de porto, entreposto comercial, bem como centro industrial e financeiro imperiais. Em 1948, as diretrizes da BBC advertiam os locutores a levar em conta o público ouvinte no exterior, predominantemente não-cristão: “Referências desrespeitosas e, muito menos, derogatórias a budistas, hindus, muçulmanos etc. [...] podem ser profundamente ofensivas e devem ser de todo evitadas.”

Contudo, depois de 1945, os britânicos não alimentavam esperanças realistas de preservar o legado imperial. Os recursos do país estavam extremamente escassos, e os custos de manutenção, até mesmo do império índico, já não eram contrabalançados por vantagens econômicas ou estratégicas: enquanto, em 1913, as exportações destinadas ao subcontinente índico chegavam a quase

um oitavo do total das exportações britânicas, depois da Segunda Guerra Mundial estas representavam apenas 8,3%, com tendência à queda. Em todo caso, era evidente que a pressão em prol da independência se tornara irresistível. A Comunidade das Nações Britânicas, criada em 1931 pelo Estatuto de Westminster, se propunha a evitar a necessidade de medidas rápidas que visassem à independência colonial, oferecendo a alternativa de um arcabouço para que os territórios autônomos e semi-autônomos permanecessem fiéis e obedientes à Coroa inglesa; em contrapartida, tais territórios ficariam livres dos incômodos protocolos inerentes ao domínio imperial. Entretanto, a Comunidade agora passaria a ser uma espécie de clube das antigas colônias, Estados independentes cuja participação na Comunidade das Nações Britânicas os compelia apenas em função dos seus próprios interesses e sentimentos.

Em 1947, foi concedida independência à Índia, ao Paquistão e à Birmânia; no ano seguinte, foi a vez do Ceilão. O processo não deixou de ser sangrento — milhões de hindus e muçulmanos foram massacrados em faxinas étnicas e nos subseqüentes deslocamentos populacionais —, mas a potência colonial em si recuou relativamente ilesa. Um levante comunista na vizinha Malásia, no entanto, levou o governo britânico, em junho de 1948, a declarar um estado de emergência que só seria suspenso 12 anos mais tarde, com a derrota final dos rebeldes. Mas, de modo geral, e apesar da retirada de milhares de residentes e administradores coloniais da Índia e de países vizinhos, a saída da Grã-Bretanha do sul da Ásia foi mais ordeira e menos traumática do que se podia esperar.

No Oriente Médio, a situação foi mais complicada. No território da Palestina, sob Mandato Britânico, a Grã-Bretanha, em 1948, abandonou as suas responsabilidades em circunstâncias humilhantes, embora (do lado britânico) sem grande derramamento de sangue — somente depois que os britânicos saíram de cena árabes e judeus se antagonizaram com força. No Iraque, onde a Grã-Bretanha e os Estados Unidos tinham interesses comuns relacionados ao petróleo, os EUA, progressivamente, ocuparam o lugar do Reino Unido na condição de influência imperial dominante. Mas foi no Egito, paradoxalmente, país que jamais tinha sido colônia britânica (no sentido convencional do termo), que a Grã-Bretanha vivenciou as ironias e o drama da descolonização e sofreu uma derrota de proporções históricas. Em 1956, na Crise do Canal de Suez, a Grã-Bretanha, pela primeira vez, foi submetida ao

tipo de humilhação internacional (fato que ilustrou e acelerou o declínio do país) tão conhecida pelos franceses.

O interesse britânico no Egito decorria, diretamente, da importância da Índia, ao que, posteriormente, seria acrescentada a necessidade de petróleo. As tropas britânicas tomaram o Cairo em 1882, 13 anos após a abertura do canal de Suez, administrado em Paris pela Companhia do Canal de Suez. Até a Primeira Guerra Mundial, o Egito era comandado, de fato, se não de direito, por um residente britânico (durante a maior parte do período em questão, pelo temível lorde Cromer). De 1914 a 1922, o Egito foi protetorado britânico, antes de se tornar independente. As relações entre os dois países permaneceram estáveis por algum tempo, sendo formalizadas através de um tratado em 1936. Todavia, em outubro de 1952, o novo governo do Cairo, liderado por oficiais do Exército que haviam derrubado o rei Farouk, revogou o referido tratado. Em resposta, os britânicos, receosos de perder o acesso privilegiado a um curso de água estrategicamente crucial, reocuparam a Zona do Canal.

Dentro de dois anos, um dos oficiais revoltosos, Gamal Abdul Nasser, tornara-se chefe de governo e reivindicava a saída dos soldados britânicos do solo egípcio. Os britânicos estavam dispostos a transigir — precisavam da cooperação dos egípcios. O Reino Unido se via cada vez mais dependente do petróleo barato importado através do canal de Suez e pago em libras esterlinas. Se tal fornecimento fosse interrompido, ou se os árabes recusassem o pagamento em libras, a Grã-Bretanha precisaria utilizar as suas preciosas reservas monetárias para adquirir dólares e comprar petróleo em outro local. Além disso, conforme Anthony Eden, então ministro das Relações Exteriores, em fevereiro de 1953, advertira o Conselho Ministerial britânico: “A ocupação militar pode ser mantida à força, mas, no caso do Egito, a base que apóia tal ocupação será de pouca utilidade se não houver mão-de-obra local que a sustente.”

Por conseguinte, em outubro de 1954, Londres assinou um acordo para evacuar a base de Suez até 1956 — mas perante o entendimento de que a presença militar britânica no Egito poderia ser “reativada” caso os interesses britânicos fossem ameaçados por ataques ou pela ação de Estados naquela área. O acordo foi mantido e, em 13 de junho de 1956, os últimos soldados britânicos foram devidamente evacuados do Suez. Àquela altura, o próprio coronel Nasser — que em novembro de 1954 havia se declarado presidente do Egito — tornara-se um problema. Nasser desempenhava papel fundamental no recém-formado movimento dos Estados independentes da Ásia e da África,

que se reuniu em Bandung (Indonésia) em abril de 1955 e condenou o “colonialismo em todas as suas manifestações”. Para os radicais árabes em toda aquela região, Nasser era um sinalizador carismático. E começava a atrair o interesse soviético: em setembro de 1955, o Egito anunciou uma grande transação de armas com a Tchecoslováquia.

Já em 1956, os britânicos consideravam Nasser uma ameaça crescente — por ser um déspota, aboletado num curso de água vital, e por servir de exemplo a terceiros. Eden e seus assessores comparavam-no, freqüentemente, a Hitler: uma ameaça diante da qual era preciso se impor, e não se curvar. Paris tinha a mesma visão, embora a insatisfação francesa em relação a Nasser resultasse menos da ameaça que o coronel representava ao Suez, ou da crescente amizade entre ele e os soviéticos, do que da influência negativa que o líder egípcio exercia sobre os súditos franceses no norte da África. Tampouco os Estados Unidos simpatizavam com o presidente do Egito. Durante uma reunião com Tito, na Iugoslávia, em 18 de julho de 1956, Nasser — apoiado pelo primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru — expediu uma declaração conjunta de “Não-aliança”, explicitamente desassociando o Egito de qualquer dependência do Ocidente. Os norte-americanos sentiram-se ofendidos; embora houvesse iniciado conversações, em novembro de 1955, acerca do financiamento americano para a grande represa Aswan a ser construída no Nilo, o secretário de Estado norte-americano, Dulles, em 19 de julho, interrompeu as discussões. Uma semana depois, Nasser nacionalizou a Companhia do Canal de Suez.¹¹³

A reação inicial das potências ocidentais foi o estabelecimento de uma frente unida: Grã-Bretanha, Estados Unidos e França convocaram uma reunião em Londres a fim de decidir como responder a Nasser. A reunião foi efetivamente realizada e em 23 de agosto foi elaborado um “plano”, a ser apresentado a Nasser pelo primeiro-ministro australiano, Robert Menzies. Mas Nasser rejeitou a proposta. Os delegados que haviam comparecido ao encontro em Londres voltaram a se reunir entre 19 e 21 de setembro, ocasião em que ficou acordada a criação da Associação dos Usuários do Canal de Suez. Nesse ínterim, britânicos e franceses anunciaram que encaminhariam às Nações Unidas a disputa sobre o Suez.

Até aquela altura, os britânicos (em especial) procuravam alinhar a sua reação aos atos de Nasser à reação de Washington. O débito da Grã-Bretanha com os Estados Unidos ainda era grande, e o Reino Unido pagava juros por empréstimos ainda a saldar; em 1955, a pressão sobre a libra esterlina levou

Londres a considerar um pedido de suspensão temporária dos mencionados pagamentos. Londres sempre suspeitara das motivações norte-americanas referentes àquela região: acreditava-se que Washington pretendia suplantar a Grã-Bretanha no Oriente Médio, motivo pelo qual os porta-vozes americanos, de quando em vez, recorriam à retórica anticolonialista, com o intuito de melhor seduzir as elites locais. Mas as relações entre os dois países eram, de modo geral, boas. A Coréia — bem como a dinâmica da Guerra Fria — tinha encoberto os ressentimentos mútuos da década de 1940, e os britânicos achavam que podiam contar com a simpatia dos EUA em se tratando dos interesses e compromissos internacionais da Grã-Bretanha. E assim, embora o próprio Eisenhower lhes dissesse que se preocupavam demasiadamente com Nasser e com a ameaça que ele representava, os líderes britânicos confiavam no apoio norte-americano caso a situação evoluísse para uma crise.

Foi nesse contexto que o primeiro-ministro britânico, Anthony Eden (que no ano anterior sucedera a Churchill, bastante idoso), resolveu lidar de uma vez por todas com o egípcio difícil. A despeito da postura assumida publicamente, britânicos e franceses estavam perdendo a paciência com a ONU e seus procedimentos morosos. *Não queriam* uma solução diplomática. Enquanto os diversos encontros e planos internacionais provocados por Nasser estavam sendo realizados, elaborados e discutidos, o governo britânico deu início a negociações secretas com a França para planejar a invasão do Egito, em operação conjunta. Em 21 de outubro, os planos foram ampliados, com a inclusão dos israelenses, reunidos em Sèvres com franceses e britânicos, a fim de levar adiante as negociações secretas. O interesse israelense era bastante claro: a divisa entre Egito e Israel havia sido fixada, em fevereiro de 1949, através de um armistício, mas ambos os lados consideravam tal fronteira temporária, e os ataques eram freqüentes, principalmente na região de Gaza. Já em julho de 1951, os egípcios haviam bloqueado o golfo de Aqaba, restrição ao comércio e à liberdade de locomoção dos israelenses que Jerusalém estava decidida a erradicar. Israel pretendia reduzir a esfera de ação de Nasser e garantir os interesses territoriais e de segurança nacional israelenses no Sinai e nas áreas circunvizinhas.

Em Sèvres, o grupo reunido secretamente chegou a um acordo. Israel atacaria o Exército egípcio no Sinai, avançando para ocupar toda a península, inclusive o canal de Suez, no limite ocidental. Franceses e britânicos expediriam um ultimato, exigindo que os dois lados recuassem e, então, como forças neutras agindo em nome da comunidade internacional, atacariam o Egito:

primeiramente pelo ar, depois por mar. Assumiriam o controle do canal, afirmariam que o Egito não tinha competência para dirigir com justeza e eficiência um recurso tão importante, restaurariam o antigo *status quo* e, fatalmente, debilitariam Nasser. O plano foi mantido em absoluto segredo — na Grã-Bretanha, somente Eden e quatro ministros veteranos tinham ciência do protocolo assinado em Sèvres após três dias de discussão, de 21 a 24 de outubro.

A princípio, tudo correu de acordo com os planos. Em 29 de outubro, duas semanas depois que o Conselho de Segurança da ONU falhou na definição de uma saída para Suez (graças ao veto soviético), e apenas uma semana após o encontro em Sèvres, as forças israelenses avançaram pelo Sinai. Ao mesmo tempo, da base em Malta, navios britânicos zarparam para o leste. No dia seguinte, 30 de outubro, a Grã-Bretanha e a França vetaram uma moção da ONU que determinava o recuo de Israel e expediram um ultimato a Israel e ao Egito, exigindo que *ambos* cessassem a luta e aceitassem a ocupação militar anglo-francesa da Zona do Canal. No outro dia, aviões britânicos e franceses atacaram campos de aviação egípcios. Em 48 horas os israelenses concluíram a ocupação do Sinai e de Gaza, ignorando a determinação de cessar-fogo expedida pela Assembléia Geral da ONU; por seu turno, os egípcios afundaram navios no canal de Suez, impedindo qualquer navegação. Dois dias depois, em 5 de novembro, as primeiras tropas anglo-francesas de Infantaria desembarcaram no Egito.

E então a trama começou a se deslindar. Em 6 de novembro, Dwight Eisenhower foi re-eleito presidente dos Estados Unidos. Em Washington, o governo reagiu com indignação ao conluio anglo-francês, demonstrando profundo ressentimento diante das mentiras propagadas acerca das verdadeiras intenções dos Aliados: Londres e Paris haviam flagrantemente ignorado a carta e o espírito da Declaração Tripartite de 1950, que comprometia Grã-Bretanha, França e EUA a agirem contra o agressor, na eventualidade de qualquer conflito entre Israel e os árabes. Os EUA passaram a exercer pressão sobre a Grã-Bretanha (em público e em particular) para que o país sustasse a invasão do Egito, chegando a ameaçar suspender o apoio à libra esterlina. Melindrado com a oposição direta dos EUA, mas incapaz de suportar a desvalorização da libra, Eden hesitou, mas acabou cedendo. Em 7 de novembro, apenas dois dias após a descida de pára-quedistas britânicos em Porto Said, as forças britânicas e francesas cessaram as hostilidades. No mesmo dia, a ONU autorizou o embarque de uma Força de Paz para o Egito, aceita por Nasser, em 12 de

novembro, desde que a soberania egípcia não fosse violada. Três dias depois, a Força de Paz da ONU chegou ao Egito, e em 4 de dezembro avançou para o Sinai.

Enquanto isso, britânicos e franceses anunciaram sua retirada de Suez, recuo este concluído em 22 de dezembro. A Grã-Bretanha, cujas reservas em libras e dólares haviam diminuído em 279 milhões de dólares no decorrer da crise, foi agraciada com a promessa de auxílio financeiro (concretizado através de uma linha de crédito no valor de 500 milhões de dólares, oferecida pelo US Export-Import Bank); em 10 de dezembro, o FMI anunciou a aprovação de um empréstimo de 561,47 milhões de dólares para a Grã-Bretanha e a possibilidade de disponibilizar outros 738 milhões. Israel, depois de obter o apoio (anunciado publicamente) dos EUA ao direito de navegar as águas do golfo de Aqaba e dos estreitos de Tiran, retirou suas tropas de Gaza, na primeira semana de março de 1957. O processo de liberação do canal de Suez teve início uma semana após o término da retirada anglo-francesa, e o canal foi reaberto em 10 de abril de 1957, permanecendo sob o domínio egípcio.

Cada país aprendeu a sua lição com o fiasco em Suez. Os israelenses, a despeito da dependência dos armamentos franceses, perceberam, claramente, que o futuro dependia do alinhamento de seus interesses aos interesses de Washington — ainda mais após janeiro de 1957, quando o presidente dos EUA anunciou a “Doutrina Eisenhower”, afirmando que os EUA empregariam a força armada na eventualidade de uma agressão “comunista internacional” no Oriente Médio. A posição de Nasser no mundo não-aliado ficou bastante fortalecida em decorrência do aparente sucesso demonstrado pelo líder egípcio no confronto com as antigas potências coloniais — como os franceses temiam, a influência moral e o exemplo de Nasser alcançaram novos patamares para os nacionalistas árabes e seus seguidores. O fracasso no Egito pressagiava mais problemas para os franceses na Argélia.

Para os Estados Unidos, a aventura no Suez constituía um lembrete das responsabilidades norte-americanas, bem como uma oportunidade para demonstração de força. Eisenhower e Dulles ressentiam-se do modo como Mollet e Eden contavam com o apoio incondicional dos EUA. Sentiam-se incomodados com franceses e britânicos, não apenas por terem estes, secretamente, levado a termo um esquema tão mal concebido e mal executado, mas também pela má escolha do momento. A crise de Suez coincidiu quase exatamente com a ocupação soviética da Hungria. Ao se envolverem numa trama claramente imperialista contra um Estado árabe que apenas pretendia exercer

sua soberania territorial, Londres e Paris tinham desviado a atenção mundial da invasão perpetrada pela União Soviética contra um Estado independente e da destruição do governo desse mesmo Estado. Londres e Paris haviam colocado os seus próprios interesses — na visão de Washington, interesses anacrônicos — acima dos interesses da Aliança Ocidental como um todo.

O que era pior, Londres e Paris haviam propiciado um presente inusitado para a propaganda de Moscou. A URSS quase não teve papel na crise de Suez — uma nota soviética, datada de 5 de novembro, ameaçando ação militar contra a França, a Grã-Bretanha e Israel, a menos que tais países aceitassem o cessar-fogo, não interferiu muito nos acontecimentos, e Krushev e seus colegas não dispunham de planos para levar a ameaça adiante. Porém, ao permitir que Moscou atuasse, ainda que simbolicamente, como protetora da parte fraca, a França e a Grã-Bretanha permitiram que a União Soviética estresse num papel que seria desempenhado com vigor nas décadas seguintes. Graças à crise de Suez, as divisões e a retórica da Guerra Fria seriam importadas até o Oriente Médio e a África.

Foi na Grã-Bretanha que o impacto do fracasso dos planos relativos a Suez ficou mais evidente. Muitos anos se passaram até que a magnitude da conspiração contra Nasser chegasse ao conhecimento do público, embora muita gente suspeitasse da trama. No entanto, em poucas semanas, Eden foi forçado a se exonerar, humilhado pela incompetência da estratégia militar por ele aprovada e pela recusa (publicamente anunciada) norte-americana em apoiar tal estratégia. Ainda que o Partido Conservador, então no poder, não tenha sofrido muito nas urnas — sob a liderança de Harold Macmillan, que um tanto a contragosto havia participado do planejamento da expedição ao Suez, os conservadores venceram as eleições gerais de 1959 com boa margem —, o governo britânico foi obrigado a proceder a uma reavaliação radical da sua política externa.

A primeira lição deixada pelos acontecimentos em Suez foi que a Grã-Bretanha já não podia manter uma presença colonial global. O país carecia de recursos militares e econômicos, conforme evidenciado pela crise de Suez; e, na sequência daquela demonstração concreta das carências britânicas, o país enfrentaria crescentes reivindicações de independência. Após uma pausa de quase uma década, em que apenas o Sudão (em 1956) e a Malásia (em 1957) haviam rompido os laços com a Grã-Bretanha, este país entrou em fase acelerada de descolonização, primordialmente na África. A Costa do Ouro tornou-se independente em 1957, como Estado independente de Gana, o primeiro de

uma série. Entre 1960 e 1964, outras 17 colônias britânicas realizaram cerimônias de independência, e as autoridades britânicas viajavam mundo afora, arriando a bandeira do Reino Unido e estabelecendo novos governos. A Comunidade das Nações, que em 1950 era composta de apenas oito membros, em 1956 contava com 21 países, e outras nações estavam por aderir.

Comparado ao trauma da Argélia ou às conseqüências catastróficas do abandono ao qual a Bélgica relegou o Congo, o desmantelamento do Império Britânico foi relativamente pacífico. Mas houve exceções. Na África Oriental, e especialmente na África Meridional, o final do império mostrou-se mais controverso do que na África Ocidental. Quando, em célebre discurso proferido na Cidade do Cabo, em 1960, Harold Macmillan informou à população da África do Sul que “os ventos da mudança sopram neste continente e, queiramos ou não, este aumento de consciência [africana] é um fato político”, o líder britânico não esperava encontrar boa acolhida e, com efeito, as palavras não foram bem recebidas. Para preservar o sistema de *apartheid*, em vigor desde 1948, os colonizadores brancos da África do Sul, em 1961, declararam-se uma república e abandonaram a Comunidade das Nações. Quatro anos depois, na vizinha Rodésia do Sul, os colonizadores brancos, em medida unilateral, pronunciaram-se independentes e administrativamente autônomos. Nos dois países, a minoria se manteve no poder em meio a uma cruel oposição ao seu governo.

Mas o caso da África Meridional foi atípico. Em outras regiões — na África Oriental, por exemplo —, comunidades de colonizadores brancos igualmente privilegiados aceitaram seu destino. Depois que ficou claro que Londres não dispunha nem de recursos nem de ânimo para garantir o domínio colonial diante de uma oposição majoritária — fato que até o início dos anos 50 não era evidente, ocasião em que as forças britânicas conduziram uma guerra secreta e suja contra a rebelião Mau-Mau, no Quênia —, os colonizadores europeus aceitaram o inevitável e se calaram.

Em 1968, o governo trabalhista de Harold Wilson chegou à conclusão inescapável em relação aos eventos de novembro de 1956 e anunciou que as forças britânicas seriam retiradas, em caráter permanente, de várias bases, portos, entrepostos, atracadouros de abastecimento e outros estabelecimentos da era imperial mantidos até então pelo país a “leste de Suez” — notadamente, o espetacular porto natural de Aden, na península Arábica. O país não tinha mais condições de exercer poder e influência em regiões ultramarinas. De maneira geral, tal desfecho foi recebido com alívio na Grã-Bretanha: conforme previra

Adam Smith, em 1776, no crepúsculo do primeiro Império Britânico, abrir mão da “esplêndida e ostentadora equipagem imperial” era o melhor meio de conter dívidas e propiciar ao país a possibilidade de “adaptar visões e planos futuros à verdadeira mediocridade das circunstâncias presentes”.

A segunda lição dada por Suez, conforme parecia à grande maioria da sociedade britânica, era que o Reino Unido jamais deveria voltar a se opor a Washington. Isso não queria dizer que os dois países concordariam sempre — em se tratando de Berlim e da Alemanha, por exemplo, Londres estava bem mais disposta a fazer concessões a Moscou, fato que gerou certo esfriamento nas relações anglo-americanas entre 1957 e 1961. Mas a demonstração de que não era possível contar com o apoio incondicional de Washington levou Macmillan à conclusão oposta a que chegou o seu contemporâneo francês, De Gaulle. A despeito de qualquer hesitação, por mais ambivalentes que se sentissem diante de determinadas ações dos EUA, os governos britânicos, a partir daquele momento, haveriam de aderir, com toda lealdade, aos posicionamentos norte-americanos. Somente assim poderiam exercer influência sobre as escolhas americanas e garantir o apoio dos EUA aos interesses britânicos em momentos decisivos. Esse realinhamento estratégico haveria de ter grandes implicações para a Grã-Bretanha e para a Europa.

As conseqüências da crise de Suez foram sentidas pela sociedade britânica durante muito tempo. Na Grã-Bretanha, principalmente na Inglaterra, um clima de otimismo predominou no início dos anos 50. A eleição de um governo conservador, em 1951, e os primeiros indícios de crescimento econômico haviam dissipado a melancolia igualitária dos primeiros anos do pós-guerra. No início do reino da nova rainha, os ingleses desfrutavam de um breve período de conforto e de uma sensação de bem-estar da qual se orgulhavam. Os ingleses foram os primeiros a conquistar o Everest (1953) — notadamente com o auxílio de um guia colonial nativo — e a correr a milha em menos de quatro minutos (1954). Além disso, foram os britânicos, fato frequentemente lembrado no país, que realizaram a fissura do átomo, inventaram o radar, descobriram a penicilina, projetaram a turbina a jato etc.

A atmosfera daqueles anos — exageradamente batizada de “Nova Era Elisabetana” — está bem retratada no cinema da época. Os filmes britânicos mais conhecidos, rodados na primeira metade dos anos 50 — comédias como *Genevieve* (1953) ou *Rivais na Conquista* (1954) —, retratam o sul da Inglaterra como uma região alegre, vibrante, próspera e autoconfiante. Ambientes e personagens já não são cinzentos ou oprimidos, e, sob outros aspectos,

tudo permanece rigidamente tradicional: todos são inteligentes, jovens, educados, respeitosos, reverentes; todos pertencem à classe média e se expressam bem. Tratava-se de uma Inglaterra onde as debutantes ainda eram recebidas na Corte (ritual obsoleto e cada vez mais absurdo, finalmente suprimido pela rainha em 1958); onde um em cada cinco parlamentares do Partido Conservador estudara em Eton; e onde, em 1956, o percentual de universitários cujas famílias pertenciam à classe operária não superava os índices de 1925.

Além de comédias inofensivas, o cinema inglês daqueles anos esbanjava saúde, devido a um bom cardápio de filmes de guerra: *The Wooden Horse* (O cavalo de madeira) (1952), *Mar* (1953), *Labaredas do Inferno* (1954), *Os Sobreviventes* (1955), *A Batalha do Rio da Prata* (1956). Baseados, com maior ou menor grau de fidelidade, em episódios de heroísmo britânico durante a Segunda Guerra Mundial (com ênfase na guerra naval), esses filmes eram um prazeroso lembrete dos motivos que os britânicos tinham para se sentirem orgulhosos de si mesmos — e auto-suficientes. Sem glorificar o combate, essas películas cultivavam a imagem mitológica da guerra da Grã-Bretanha, ressaltando a importância da camaradagem a despeito de classe social e profissão. Quando tensões sociais ou distinções de classe eram invocadas, o tom costumava ser jocoso e cético, em vez de conflituoso ou indignado. Somente em *O Mistério da Torre* (1951), a mais cáustica das comédias de Ealing, transparece algo além de uma insinuação de comentário social — e, nesse caso, temos uma modalidade inglesa de “poujadismo”: os ressentimentos e os sonhos dos mansos e medíocres.

A partir de 1956, entretanto, o tom começou a se tornar visivelmente sombrio. Filmes de guerra tais como *A Ponte do Rio Kwai* (1957) e *A Retirada de Dunquerque* (1958) sugeriam questionamentos e dúvidas, como se o legado de confiança de 1940 estivesse começando a ruir. Já em 1960, *Afundem o Bismarque*, um filme de guerra feito nos moldes antigos, parecia estranhamente antiquado e contrário à mentalidade vigente. A nova atmosfera foi estabelecida pela pioneira peça teatral, de autoria de John Osborne, intitulada *Look Back in Anger* (*Odeio essa mulher*) foi o título do filme em português), que estreou em Londres em 1956 e foi transformada num filme (bastante fiel) dois anos depois. Nesse drama de frustração e desilusão, o protagonista, Jimmy Porter, sente-se sufocado por uma sociedade e um casamento que ele não é capaz de abandonar nem mudar. Porter achincalha a esposa, Alison, por sua formação burguesa. Ela, por sua vez, sente-se encurralada entre o marido mal-humorado, originário da classe operária, e o velho pai, resquício da era

colonial, um homem atordoado e ferido por um mundo que ele não mais compreende. Conforme Alison o adverte: “O senhor está aborrecido porque tudo mudou. Jimmy está aborrecido porque tudo continua igual. E nem o senhor nem ele são capazes de encarar esse fato.”

Esse diagnóstico filmico do estado de espírito instável dos britânicos, por ocasião da crise de Suez, talvez fosse um tanto simplista, mas captava uma verdade. Quando a versão em filme de *Look Back in Anger* chegou aos cinemas, foi acompanhada de uma série de filmes que traziam preocupações similares, a maioria dos quais baseados em romances ou peças escritas na segunda metade da década de 1950: *Almas em Leilão* (1959), *Tudo Começou no Sábado* (1960), *A Solidão do Corredor de Longa Distância* (1962), *Ainda Resta uma Esperança* (1962), *This Sporting Life* (Esta vida esportiva) (1963). Nos filmes rodados no início dos anos 50, figuravam atores bem vestidos, pertencentes à classe média, e que falavam com o sotaque da BBC — Kenneth More, Dirk Bogarde, John Gregson, Rex Harrison, Geoffrey Keene —, ou então simpáticos “tipos” londrinos geralmente encarnados por atores judeus especializados em papéis coadjuvantes (Sidney James, Alfie Bass, Sidney Tafler ou Peter Sellers). Filmes feitos mais tarde, os chamados “dramas de cozinha”, devido à franqueza com que expunham a vida cotidiana, estrelavam uma nova legião de atores mais jovens — Tom Courtenay, Albert Finney, Richard Harris e Alan Bates. Tais filmes eram geralmente ambientados em comunidades operárias do norte da Grã-Bretanha, com sotaques e linguagens condizentes. E representavam a Inglaterra como um mundo dividido, amargurado, cínico, preconceituoso e carrancudo, um mundo de ilusões perdidas. Os únicos pontos em comum entre os filmes do início dos anos 50 e do início dos anos 60 eram que as mulheres quase sempre desempenhavam papéis secundários, e todos os personagens eram brancos.

Se as ilusões imperiais só pereceram com o advento de Suez, a confiança insular da Inglaterra já estava sitiada havia algum tempo. O desastre de 1956 tão-somente acelerou o colapso. O simbolismo atinente à primeira derrota da seleção inglesa de críquete diante de uma equipe caribenha (em 1950, e no “solo sagrado” do jogo, na sede do críquete em Londres) calou fundo, três anos mais tarde, quando a seleção inglesa de futebol levou uma goleada no estádio nacional — diante da equipe da pobre Hungria, e por um placar inusitado de 6 x 3. Nos dois esportes internacionais que os ingleses haviam espalhado mundo afora, a própria Inglaterra já não era a força suprema.

Esses indicadores não-políticos de decadência nacional causaram impacto ainda maior porque a Grã-Bretanha era, então, uma sociedade um tanto quanto apolítica. O Partido Trabalhista inglês, oposição na época da crise de Suez, não foi capaz de aproveitar o fracasso de Eden, pois o eleitorado já não filtrava os acontecimentos através de uma perspectiva político-partidária. A exemplo do restante da Europa Ocidental, os britânicos estavam cada vez mais interessados em consumo e entretenimento. O interesse em religião diminuía, e com isso o gosto por qualquer tipo de mobilização. Harold Macmillan, político conservador dotado de instintos liberais — um oportunista político disfarçado de cavalheiro ruralista eduardiano —, era o líder ideal para aquele momento de transição, propalando recuo colonialista no exterior e próspera tranquilidade no país. Os eleitores mais idosos sentiam-se bastante satisfeitos com tal resultado; somente os jovens mostravam-se cada vez mais desiludidos.

O recuo imperialista contribuiu diretamente para a crescente ansiedade britânica acerca da perda de rumo do país. Na ausência da glória imperial, a Comunidade das Nações servia à Grã-Bretanha, principalmente, enquanto fonte de provisão de alimentos. Graças às prerrogativas desfrutadas pela comunidade (i.e., tarifas favoráveis às importações provenientes de países integrantes da comunidade), os gêneros alimentícios originários da Comunidade das Nações eram baratos e, no início dos anos 60, somavam quase a terça parte do valor total das importações do Reino Unido. Mas as exportações da Grã-Bretanha para os países da comunidade apresentavam *queda* contínua, pois a maioria dessas exportações seguia para a Europa (em 1965, pela primeira vez, o comércio britânico com a Europa superaria o volume de negócios realizados com a Comunidade das Nações). Após o fiasco em Suez, o Canadá, a Austrália, a África do Sul e a Índia perceberam o declínio britânico e redirecionaram sua política e transações comerciais: para os EUA, para a Ásia e para a região que em breve passaria a ser chamada de “Terceiro Mundo”.

Quanto à situação da própria Grã-Bretanha, os EUA talvez fossem o aliado indispensável, mas não podiam prover os britânicos de nova motivação, muito menos de identidade nacional renovada. Ao contrário, a dependência da Grã-Bretanha em relação aos Estados Unidos ilustrava a debilidade e o isolamento da nação. E assim, embora poucos elementos do instinto, da cultura e da educação britânica apontassem para a Europa continental, ficava cada vez mais evidente para muitos políticos e cidadãos britânicos — inclusive para o

próprio Macmillan — que, de alguma forma, o futuro do país estava do outro lado do canal da Mancha. Para onde mais, senão para a Europa, poderia a Grã-Bretanha se voltar, a fim de resgatar o prestígio internacional?

O “projeto europeu”, se é que de fato existiu além da imaginação de alguns idealistas, já estava sem força em meados dos anos 50. A Assembléia Nacional francesa vetou a proposta de um exército europeu, e com isso qualquer discussão sobre o incremento da coordenação entre as nações da Europa. Diversos acordos regionais que seguiam o modelo do Benelux foram firmados — principalmente o “Mercado de Trabalho Comum Nórdico” (em 1954); porém, nada mais ambicioso estava na pauta. Defensores da cooperação européia só contavam com a nova Comunidade Européia da Energia Atômica (Euratom), anunciada na primavera de 1955; mas essa — à semelhança da Comunidade Européia do Carvão e do Aço — era uma iniciativa francesa, e o sucesso do empreendimento baseava-se, sintomaticamente, no mandato restrito e técnico da agência. Se os britânicos se mantinham céticos acerca das perspectivas de uma união européia, tal percepção não era absolutamente insensata.

O impulso para um novo começo partiu, como seria de se esperar, dos países do Benelux, os mais experientes em termos de uniões fronteiriças e os que menos perderiam em consequência da diluição de identidades nacionais. Àquela altura, estava claro para grandes estadistas europeus — sobretudo Paul-Henri Spaak, ministro das Relações Exteriores da Bélgica — que a integração política ou militar não era viável, ao menos não no presente. Em todo caso, em meados dos anos 50, a inquietação européia se desviara marcadamente das preocupações militares observadas na década anterior. Parecia evidente que a ênfase deveria recair sobre a integração *econômica* européia, arena na qual os interesses nacionais e a cooperação poderiam ser buscados em conjunto, sem ofender sensibilidades tradicionais. Spaak, ao lado do colega holandês, convocou uma reunião em Messina, em junho de 1955, com o intuito de considerar essa estratégia.

Os participantes do encontro de Messina eram os seis integrantes da CEEA e mais um “observador” britânico (de baixo escalão). Spaak e seus colaboradores apresentaram um conjunto de sugestões relacionadas à união alfandegária, acordos comerciais e outros projetos bastante convencionais de coordenação transnacional, tudo apresentado muito cuidadosamente, para não ferir

as suscetibilidades da Grã-Bretanha e da França. Após Messina, as negociações prosseguiram no âmbito de um comitê internacional de planejamento presidido pelo próprio Spaak, cuja missão era apresentar recomendações expressas em prol de maior integração econômica na Europa, de um “mercado comum”. Contudo, em novembro de 1955, os britânicos se retiraram, assustados diante da perspectiva de uma espécie de Europa pré-federal, de cuja criação o Reino Unido desde sempre suspeitara.

Os franceses, no entanto, decidiram seguir em frente. Quando, em março de 1956, o comitê presidido por Spaak apresentou formalmente uma recomendação favorável ao Mercado Comum, Paris assentiu. Os observadores britânicos continuaram descrentes. É certo que tinham ciência dos riscos, caso ficassem fora do esquema; como observou uma comissão do governo britânico, confidencialmente, poucas semanas antes que as recomendações de Spaak viessem a público, “se as potências de Messina concretizarem a integração econômica sem a presença do Reino Unido, isso implicará a hegemonia alemã na Europa”.¹¹⁴ Porém, apesar desse fato, da pressão exercida pelo anglófilo Spaak e da fragilidade internacional da libra (evidenciada poucos meses depois na crise de Suez), Londres não foi capaz de se posicionar ao lado dos “europeus”. Quando, em 25 de março de 1957, o tratado que estabeleceu a Comunidade Econômica Européia (e a Euratom, a agência de energia nuclear) foi assinado em Roma, entrando em vigor a partir de janeiro de 1958, a nova CEE — com sede em Bruxelas — incluía os mesmos seis países que haviam formado a Comunidade do Carvão e do Aço, sete anos antes.

Não se deve exagerar a importância do Tratado de Roma. O documento configurava, de modo geral, uma declaração de boas intenções futuras. Os signatários fixavam um cronograma de redução e harmonização de tarifas, ventilavam a possibilidade de futuros alinhamentos cambiais e concordavam em planejar trânsito livre de mercadorias, moedas e mão-de-obra. A maior parte do texto constituía uma base para a criação de procedimentos destinados ao estabelecimento e à garantia de regulamentação futura. A única inovação verdadeiramente significativa — a criação, nos termos do Artigo 177, do Tribunal de Justiça Europeu, ao qual os tribunais dos diversos países submeteriam causas para decisão final — se mostraria extremamente importante nas décadas vindouras, mas passou quase despercebida à época.

A CEE resultou de uma situação de fraqueza, e não de força. Conforme o relatório de Spaak, redigido em 1956, ressaltava: “A Europa, que no passado detinha o monopólio da indústria e obtinha recursos importantes junto às

possessões ultramarinas, hoje em dia se vê numa situação externa enfraquecida, com a sua capacidade de influência diminuída e o potencial de progresso perdido em meio à divisão.” Foi precisamente por *ainda* não compreenderem a situação sob essa ótica que os britânicos declinaram de ingressar na CEE. A idéia de que o Mercado Comum Europeu fazia parte de uma estratégia calculada, cujo propósito era contrapor a força crescente dos Estados Unidos — noção que em décadas futuras ganharia certa credibilidade nos círculos políticos de Washington —, é portanto bastante absurda: a recém-criada CEE dependia totalmente da segurança propiciada pelos EUA, sem a qual os países membros jamais poderiam abraçar a integração econômica e, ao mesmo tempo, se eximir da preocupação com a defesa comum.

Mesmo entre os países membros, nem todos estavam satisfeitos com as novas propostas. Na França, muitos deputados conservadores (inclusive os seguidores de De Gaulle) votaram contra a ratificação do Tratado de Roma alegando “questões nacionais”, enquanto alguns socialistas e radicais de esquerda (inclusive Pierre Mendès-France) se opunham à formação de uma “pequena Europa” sem a presença tranquilizadora da Grã-Bretanha. Na Alemanha, o próprio ministro da Fazenda de Adenauer, Ludwig Erhard, entusiasta do livre-comércio, continuava a criticar uma “união alfandegária” neomercantilista que pudesse prejudicar o relacionamento da Alemanha com a Grã-Bretanha, restringir o fluxo comercial e distorcer os preços. Na visão de Erhard, a CEE era uma “asneira macroeconômica”. Como observara um estudioso perspicaz, a questão poderia muito bem ter chegado a outro desfecho: “Se Erhard estivesse no comando da Alemanha, o resultado, provavelmente, seria a criação de uma Associação Anglo-germânica de Livre-comércio, sem qualquer componente agrícola, e os efeitos da exclusão econômica haveriam de obrigá-la a entrar no esquema”.¹¹⁵

Mas não foi isso que aconteceu. E o formato final da CEE teve uma certa lógica. No decorrer dos anos 50, houve um incremento no comércio entre os países do Oeste Europeu continental. E, em todos esses países, o maior volume de negócios era com a Alemanha Ocidental, de cujos mercados e produtos a recuperação econômica se tornara cada vez mais dependente. Além disso, no pós-guerra, todos os Estados europeus estavam profundamente envolvidos em questões econômicas: por meio de planejamento, regulamentação, metas de crescimento e toda espécie de subsídio. No entanto, a promoção das exportações, o redirecionamento de recursos de indústrias antigas para novas, o incentivo a determinados setores (como agricultura ou

transporte) — tudo isso exigia cooperação internacional. Nenhuma das economias do Oeste Europeu era auto-suficiente.

Essa tendência a uma coordenação mutuamente vantajosa foi, portanto, movida por interesses nacionais, não pelos propósitos da Comunidade do Carvão e do Aço criada por Schuman, organismo que, nos anos em questão, era irrelevante em termos de formulação de política econômica. O ânimo para proteger e fomentar os interesses locais que antes de 1939 havia levado os Estados europeus a se voltar para questões internas agora propiciava a aproximação entre essas mesmas nações. A remoção de obstáculos e as lições do passado recente talvez tenham sido os fatores que mais facilitaram tal mudança. Os holandeses, por exemplo, não estavam satisfeitos com a perspectiva das altas tarifas externas da CEE, que iriam inflacionar os preços locais e, à semelhança dos vizinhos belgas, viam com apreensão a ausência dos britânicos. Mas não podiam correr o risco de perder os seus principais parceiros comerciais.

Os interesses germânicos eram mistos. Na condição de principal país exportador europeu, a Alemanha demonstrava crescente interesse na instalação do livre-comércio na Europa Ocidental — ainda mais porque a indústria alemã perdera mercados importantes no Leste Europeu e já não contava com territórios coloniais a serem explorados. Mas, para a Alemanha, uma união alfandegária européia que funcionasse à base de proteção tarifária restrita a seis países não constituía, necessariamente, um objetivo político racional, como Erhard bem entendia. Como os ingleses, ele e muitos outros alemães talvez preferissem uma área européia de livre-comércio mais ampla e menos controlada. Mas Adenauer jamais romperia com a França, por mais divergentes que fossem os interesses das duas nações. E ainda havia a questão da agricultura.

Na primeira metade do século XX, um número excessivo e ineficiente de camponeses europeus produzia alimentos que mal bastavam para suprir um mercado sem a capacidade de lhes custear a subsistência. O resultado tinha sido pobreza, emigração e fascismo rural. Nos anos carentes que sucederam à Primeira Guerra Mundial, programas de diversas naturezas foram implementados a fim de estimular e assistir agricultores de terras produtivas a produzir mais. Com o propósito de reduzir a dependência de gêneros alimentícios importados do Canadá e dos EUA (cujas transações eram efetuadas em dólares), foi priorizada a produção bruta, em vez da eficiência. Os agricultores não precisavam temer a volta da deflação verificada antes da guerra: somente em 1951 a produção agrícola da Europa retornou aos níveis

constatados antes da guerra, e, entre o protecionismo e os subsídios de preços, a renda dos produtores estava, efetivamente, assegurada. Os anos 40 foram, por assim dizer, uma era de ouro para os produtores agrícolas europeus. Ao longo da década de 1950, embora o excedente de mão-de-obra rural continuasse a escoar para novos empregos urbanos, a produção continuou a crescer; os camponeses europeus tornavam-se cada vez mais eficientes. Mesmo assim, continuavam a se beneficiar de algo que, na prática, configurava um sistema previdenciário público permanente.

O paradoxo era especialmente marcante na França. Em 1950, o país ainda era um grande importador de alimentos, em termos líquidos. Mas nos anos seguintes a produção agrícola nacional registrou grande incremento. A produção francesa de manteiga aumentou em 76% entre 1949 e 1956; a produção de queijo cresceu 116% entre 1949 e 1957. A de açúcar de beterraba subiu 201% entre 1950 e 1957. No mesmo período, as safras de cevada e milho obtiveram aumentos impressionantes, respectivamente de 348% e 815%. A França agora não era apenas auto-suficiente, mas contava com excedentes na produção de gêneros alimentícios. O terceiro Plano de Modernização, abrangendo o período de 1957 a 1961, propiciou mais investimentos em carne, laticínios, açúcar e trigo (principais produtos do norte da França e da bacia de Paris, onde a influência dos poderosos sindicatos agrícolas franceses era mais marcante). Enquanto isso, o governo francês, sempre consciente do significado simbólico da terra na vida pública francesa — e da clara importância do voto rural —, procurou manter os subsídios aos preços e buscar mercados para a exportação da produção nacional de alimentos.

Esse fator desempenhou papel de destaque na decisão francesa de ingressar na CEE. O principal interesse da França num mercado comum europeu era o acesso preferencial que tal mecanismo propiciaria a mercados estrangeiros — especialmente o alemão (ou britânico) — de carne, laticínios e cereais. Tal possibilidade, aliada à promessa de subsídios de preços e ao compromisso dos parceiros europeus com a compra do excedente da produção agrícola francesa, foi o que convenceu a Assembléia Nacional a votar a favor do Tratado de Roma. Em contrapartida à disposição de abrir o mercado interno às exportações alemãs de produtos não-agrícolas, os franceses praticamente depositaram o sistema nacional de garantias rurais nas costas dos parceiros da CEE, aliviando Paris, a longo prazo, de um peso financeiro quase intolerável (e politicamente explosivo).

Esse é o pano de fundo da notória Política Agrícola Comum (PAC) da CEE, inaugurada em 1962 e formalizada em 1970, após uma década de negociações. À medida que os preços fixados europeus se elevavam, *toda* a produção europeia de gêneros alimentícios tornava-se cara demais para competir no mercado mundial. Eficientes indústrias holandesas de laticínios não se achavam em melhores condições do que pequenas propriedades rurais alemãs de baixa produtividade, pois todas estavam agora sujeitas a uma estrutura comum de preços. No decorrer dos anos 60, a CEE dedicou-se à formulação de uma série de práticas e regras destinadas a lidar com esse problema. Metas de preços seriam fixadas para todos os gêneros alimentícios. Então tarifas externas adotadas pela CEE elevariam aos patamares europeus o custo de produtos agrícolas importados — geralmente calculado com base em preços praticados pelos produtores mais caros e menos eficientes da Comunidade.

Todo ano, a CEE passaria a comprar o excedente agrícola dos países membros, por valores de 5% a 7% inferiores aos “preços-meta”. A CEE, então, iria escoar o excedente, subsidiando a sua revenda fora do Mercado Comum, a preços inferiores aos praticados na União Europeia. Esse procedimento flagrantemente ineficiente resultava de velhas práticas de negociação. As pequenas propriedades rurais alemãs precisavam de subsídios pesados para continuar funcionando. Agricultores franceses e italianos não praticavam preços demasiadamente elevados, mas ninguém se atrevia a instruí-los a restringir a produção, muito menos a pedir que aceitassem vender seus produtos a preços de mercado. Em vez disso, cada país atendia às necessidades de seus produtores agrícolas e repassava o custo dos subsídios aos consumidores urbanos e, principalmente, aos contribuintes.

A PAC não foi algo sem precedentes. Em fins do século XIX a Europa já impunha tarifas parcialmente análogas a cereais baratos, importados dos Estados Unidos. No início da década de 1930, nos piores momentos da Depressão, houve diversas tentativas de apoiar os preços agrícolas através da compra de excedentes ou de compensações financeiras pagas a agricultores para diminuir a produção. Segundo um acordo firmado entre Alemanha e França em 1938 e jamais implementado, a Alemanha se comprometia a receber as exportações agrícolas francesas em troca da abertura do mercado interno francês para produtos químicos e manufaturados alemães (durante a guerra, uma exposição em Paris dedicada a “La France européenne” destacava a riqueza agrária da França e os benefícios que adviriam da participação do país na Nova Europa de Hitler).

A agricultura moderna jamais esteve livre de proteções politicamente motivadas. Mesmo os EUA, cujas tarifas externas entre 1947 e 1967 foram reduzidas em 90%, excluíram (e ainda excluem) a agricultura dessa liberalização comercial. E produtos agrícolas, desde o início, ficaram fora das deliberações do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas. A CEE, portanto, nada teve de singular. Mesmo assim, as consequências negativas da Política Agrícola Comum foram singulares. À medida que os produtores europeus se tornavam mais eficientes (a garantia de rendimentos mais elevados lhes propiciava investir em melhores equipamentos e fertilizantes), a oferta passou a superar em muito a procura, principalmente em se tratando de produtos favorecidos pela política agrícola, nitidamente defensora da produção de cereais e da criação de animais domésticos, especialidades da grande indústria agrícola francesa, e pouco se fazia em prol do cultivo de frutas, azeitonas e legumes do sul da Itália.

Enquanto, no final da década de 1960, os preços de gêneros alimentícios caíam em todo o mundo, os preços da CEE se mantinham isolados, em níveis absurdamente altos. Poucos anos após a Política Agrícola Comum entrar em vigor, milho e carne produzidos na Europa eram vendidos a valores 200% acima dos praticados mundialmente. A manteiga européia era oferecida a um preço 400% superior. Em 1970, a PAC empregava quatro em cada cinco administradores do Mercado Comum, e a agricultura consumia 70% do orçamento, situação estranha em se tratando de alguns dos Estados mais industrializados do mundo. País algum, isoladamente, poderia suportar um conjunto de políticas tão absurdo; porém, ao transferir esse peso para a Comunidade como um todo e atrelá-lo aos objetivos abrangentes do Mercado Comum, todos os governos nacionais haveriam de obter ganhos, ao menos a curto prazo. Somente os desvalidos que viviam em centros urbanos (e agricultores que não pertenciam à CEE) perderam com a PAC, mas as populações urbanas carentes ao menos obtiveram outras compensações.

Àquela altura, a maioria dos países do Oeste Europeu *não* era membro da CEE. Um ano depois que o Mercado Comum foi inaugurado, os britânicos — ainda na tentativa de evitar o surgimento de um bloco europeu supranacional — sugeriram que a CEE fosse expandida, através da criação de uma zona industrial de livre-comércio que incluísse os países membros da CEE, outros países europeus e a Comunidade Britânica das Nações. De Gaulle, como seria de se esperar, rejeitou a idéia. Em resposta, e a partir da iniciativa do Reino Unido, vários países reuniram-se em Estocolmo, em novembro de 1959, e criaram a Associação Européia de Livre-Comércio (AELC). Os países

participantes — Áustria, Suíça, Dinamarca, Noruega, Suécia, Portugal e Reino Unido, mais tarde acompanhados pela Irlanda, Islândia e Finlândia — eram, em sua maioria, prósperos e periféricos, e entusiastas do livre-comércio. À exceção de Portugal, a agricultura desses países, embora de pequena escala, era extremamente eficiente e voltada para o mercado mundial.

Por esses motivos, e em virtude das ligações estreitas com Londres (especialmente no caso dos países escandinavos), tais nações não viam grande utilidade na CEE. Mas a AELC era (e continua sendo) uma organização minimalista, uma reação aos defeitos de Bruxelas, em vez de constituir uma alternativa real. A Associação não passava de uma zona de livre-comércio para itens *industrializados*; produtos agrícolas ficavam de fora, e buscavam os seus próprios níveis de preços. Alguns dos Estados membros de menor porte, tais como a Áustria, Suíça ou Suécia, tinham condições de explorar mercados de nicho, pois fabricavam itens industrializados de elevado valor agregado e atraíam muito turismo. Outros, a exemplo da Dinamarca, dependiam sensivelmente da Grã-Bretanha, como mercado consumidor de carne e laticínios.

Mas a própria Grã-Bretanha necessitava de um mercado muito maior, aonde canalizar a sua exportação de itens manufaturados, do que a ela propiciavam os pequenos parceiros escandinavos e alpinos. Percebendo o inevitável — embora ainda com esperança de influenciar a formulação da política da CEE —, o governo de Harold Macmillan, em julho de 1961, seis anos após o afastamento desdenhoso de Londres das conversações realizadas em Messina, candidatou-se formalmente ao ingresso na Comunidade Econômica Européia. A Irlanda e a Dinamarca, países cujas economias tinham ligação umbilical com a economia do Reino Unido, também se candidataram. Não é possível saber se a candidatura britânica teria sido bem-sucedida — a maioria dos países membros da CEE ainda queria a inclusão da Grã-Bretanha, mas esses mesmos países, com boa justificativa, desconfiavam do compromisso de Londres com os objetivos centrais do Tratado de Roma. A questão, contudo, ficou inconsequente — De Gaulle, como já vimos, vetou publicamente em janeiro de 1963 a entrada da Grã-Bretanha. É uma indicação da velocidade com que os eventos se desenrolaram depois da crise de Suez o fato de a rejeição do ingresso da Grã-Bretanha numa comunidade européia até então desacreditada ter provocado o seguinte registro desesperado no diário de Macmillan: “É o fim [...] de tudo pelo que venho trabalhando há tantos anos. Toda a nossa política interna e externa está arruinada.”

Os britânicos tinham poucas opções senão empreender nova tentativa, o que foi feito em maio de 1967 — e, seis meses mais tarde, a Grã-Bretanha foi novamente alvo do veto de um presidente francês, tranqüilamente revanchista. Afinal, em 1970, após a renúncia e o subsequente falecimento de De Gaulle, as negociações entre a Grã-Bretanha e a Europa foram abertas pela terceira vez, agora culminando com uma candidatura bem lograda (em parte porque o comércio britânico com a Comunidade das Nações estava tão reduzido que Londres já não pressionava uma Bruxelas relutante a garantir benesses comerciais para países que não pertencessem à CEE). Todavia, em 1973, quando Grã-Bretanha, Dinamarca e Irlanda finalmente ingressaram, a Comunidade Econômica Européia já estava estruturada e esses países não tinham condições de influenciá-la, conforme a antiga esperança dos líderes britânicos.

A CEE era um consórcio franco-germânico no qual Bonn garantia as finanças e Paris ditava as políticas. Por conseguinte, o desejo da Alemanha Ocidental de integrar a Comunidade Européia custou caro, mas durante várias décadas Adenauer e seus sucessores pagariam o preço sem se queixar, agarrando-se à aliança com a França — para a surpresa dos britânicos. Os franceses, nesse ínterim, passaram para a Europa o custo dos subsídios agrícolas, sem pagar o preço da perda da soberania. Esta última preocupação sempre se destacava na estratégia diplomática francesa — em Messina, nos idos de 1955, o ministro das Relações Exteriores francês, Antoine Pinay, deixara bem claro o objetivo da França: instituições administrativas supranacionais eram aceitáveis desde que subordinadas a decisões unânimes na esfera intergovernamental.

Tendo em mente tal objetivo, De Gaulle intimidou os demais Estados membros da Comunidade Econômica Européia durante a primeira década da instituição. Segundo os termos originais do Tratado de Roma, todas as grandes decisões (exceto a admissão de novos integrantes) deveriam ser tomadas com base no voto da maioria do Conselho de Ministros, órgão intergovernamental. Porém, em junho de 1965, ao se retirar do debate intergovernamental até que os demais líderes concordassem em adaptar o financiamento agrícola da CEE às exigências francesas, o presidente francês atrapalhou os trabalhos da Comunidade. Após resistir durante seis meses, os demais países cederam; em janeiro de 1966, a contragosto, ficou acordado que no futuro o Conselho de Ministros não mais poderia aprovar medidas com base no voto majoritário.

Foi a primeira violação do tratado original e uma notável demonstração do poder bruto da França.

Contudo, os primeiros feitos da CEE foram impressionantes. Já em 1968, as tarifas dos países membros da Comunidade tinham sido revogadas, bem antes da data programada. O comércio entre os seis países membros quadruplicou no mesmo período. A mão-de-obra agrícola decresceu continuamente, a um índice anual de cerca de 4%, enquanto a produção agrícola por trabalhador, durante os anos 60, subiu 8,1% ao ano. No final da primeira década de existência da CEE, e a despeito da sombra de De Gaulle, a Comunidade Econômica Européia havia adquirido uma aura de inevitabilidade, motivo pelo qual outros Estados europeus começaram a se apresentar visando ao ingresso.

Mas havia problemas também. Uma união alfandegária dispendiosa e auto-complacente, dirigida a partir de Bruxelas por uma administração centralizada e um Executivo que não era eleito para o cargo, não configurava um ganho genuíno para a Europa, nem para o resto do mundo. Na verdade, a rede de acordos protecionistas e subsídios indiretos posta em prática por determinação da França não condizia, absolutamente, com o espírito e as instituições da estrutura comercial internacional que surgira nas décadas seguintes a Bretton Woods. Na medida em que o sistema de governo na CEE era (consideravelmente) moldado no francês, o legado napoleônico de tal sistema não constituía bom presságio.

Finalmente, a influência da França sobre a Comunidade Européia nos primeiros anos de sua existência contribuiu para a formação de uma nova “Europa”, vulnerável à imputação de ter reproduzido todas as piores características do Estado-nação em escala subcontinental: havia sempre o risco, nunca pequeno, de que o preço a ser pago pela recuperação da Europa Ocidental fosse um provincianismo eurocêntrico. Apesar da crescente riqueza, o mundo da CEE era um tanto quanto trivial. Sob certos aspectos, era, na verdade, bem menor do que o mundo conhecido de franceses ou holandeses, quando seus respectivos Estados-nações se abriram para povos e locais longínquos e ultramarinos. Dadas as circunstâncias da época, esse fato pouco importava para a maioria dos europeus ocidentais, que, de modo geral, não tinha muitas opções. Mas, com o tempo, o fato produziria uma visão de “Europa” nitidamente paroquial, com preocupantes implicações futuras.

Em março de 1953, a morte de Josef Stalin tinha precipitado uma luta de poder entre os ansiosos herdeiros do líder soviético. A princípio, o chefe da polícia secreta, Lavrenti Beria, despontava como provável herdeiro único do ditador. Mas, por esse exato motivo, os colegas tramaram seu assassinato, em julho daquele mesmo ano, e após um breve desvio que passou por Georgi Malenkov, Nikita Krushev — que estava longe de ser o nome mais conhecido no círculo íntimo de Stalin — foi confirmado, dois meses mais tarde, no cargo de primeiro-secretário do Partido Comunista da União Soviética. Isso foi algo irônico: a despeito de suas tendências psicóticas, Beria defendia reformas e até o que à época ainda não era chamado de “desestalinização”. No breve período entre a morte de Stalin e o momento em que Beria foi detido, este repudiou a Conspiração dos Doutores, soltou alguns prisioneiros do Gulag e até propôs reformas nos Estados-satélites, para a perplexidade dos líderes do partido nesses países.

A nova liderança, supostamente coletiva, mas com Krushev surgindo cada vez mais como *primus inter pares*, não tinha muita alternativa senão seguir o caminho defendido por Beria. A morte de Stalin, após longos anos de repressão e empobrecimento no país, precipitara amplos protestos e clamores por mudança. Ao longo de 1953 e 1954 ocorreram rebeliões em campos de trabalho da Sibéria — em Norilsk, Vorkuta e Kengir; foram necessários tanques, aviões e vários destacamentos de tropas para que o Kremlin conseguisse controlar os levantes. Porém, depois de restabelecida a “ordem”, Krushev voltou à estratégia de Beria. De 1953 a 1956, cerca de 5 milhões de prisioneiros foram libertados do Gulag.

Nas democracias populares, a era pós-Stalin foi marcada não apenas pela rebelião de 1953 em Berlim (ver Capítulo 6), mas pela oposição, mesmo em postos imperiais avançados conhecidos pela timidez, como a provinciana Bulgária, onde trabalhadores de fábricas de cigarro rebelaram-se em maio e junho daquele mesmo ano. O domínio soviético jamais chegou a ser ameaçado, mas as autoridades em Moscou levaram bastante a sério a escala do descontentamento público. A tarefa que agora se apresentava a Krushev e seus colegas era enterrar Stalin e seus excessos, sem pôr em risco o sistema construído pelo terror stalinista e as vantagens obtidas pelo partido com o monopólio do poder.

A estratégia de Krushev, segundo transpareceu nos anos seguintes, tinha quatro prioridades. Primeiramente, como já foi visto, era preciso estabilizar as relações com o Ocidente, na sequência do rearmamento da Alemanha, da

incorporação desta à OTAN e do advento do Pacto de Varsóvia. Ao mesmo tempo, Moscou começou a buscar contatos com o mundo “não-alinhado” — a começar pela Iugoslávia, que Krushev e o marechal Bulganin visitaram em maio de 1955 (apenas um mês depois da assinatura do Tratado do Estado Austríaco), a fim de reaquecer as relações entre a União Soviética e a Iugoslávia, depois de um “inverno” que durou sete anos. Em terceiro lugar, Moscou começou a incentivar os reformistas que integravam os quadros do partido em países-satélites, passando a permitir a crítica discreta dos “erros” da velha guarda stalinista e a reabilitação de algumas de suas vítimas e ainda acabando com o ciclo de julgamentos forjados, detenções em massa e expurgos.

Foi nesse contexto que Krushev, com toda cautela, avançou em direção ao quarto (e a seu ver derradeiro) estágio de reforma controlada: o rompimento com o próprio Stalin. O cenário para tal evento foi o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, no qual Krushev proferiu o hoje célebre “discurso secreto”, denunciando os crimes, erros e o “culto” ao secretário-geral. Em retrospecto, o discurso assumiu uma aura mítica, mas o significado contemporâneo do documento não deve ser exagerado. Nikita Krushev era comunista, leninista e, tanto quanto os seus contemporâneos, acreditava na liderança do partido. Ele se impôs o difícil objetivo de reconhecer e detalhar os feitos de Stalin, enquanto responsabilizava a pessoa de Stalin por tais atos. Para Krushev, sua tarefa era confirmar a legitimidade do projeto comunista depositando críticas e responsabilidades sobre o corpo do velho líder.

O discurso, proferido em 25 de fevereiro, era inteiramente convencional quanto à extensão e à linguagem. Dirigido à elite do partido, restringia-se a descrever as “perversões” da doutrina comunista de que Stalin era culpado. O ditador foi acusado de “ignorar as normas da vida partidária e passar por cima dos princípios leninistas de liderança partidária coletiva”: o que significava que ele tomara decisões isoladamente. Os colegas subordinados a Stalin (entre os quais Krushev se incluía desde o início dos anos 30) ficavam, portanto, eximidos de responsabilidade pelos excessos criminosos do ditador e, o que era mais importante, pelo fracasso de sua política. Krushev assumiu o risco calculado de apresentar o detalhamento da escala dos fracassos pessoais de Stalin (chocando e ferindo as sensibilidades dos fiéis seguidores presentes), a fim de resguardar e até elevar o status imaculado de Lenin, o sistema leninista de governo e os próprios sucessores de Stalin.

O “discurso secreto” alcançou o objetivo a que se propunha, ao menos no âmbito do PCUS. Pôs fim à era stalinista, reconhecendo suas monstruosidades e seus desastres, enquanto preservou a ficção de que a atual liderança comunista estava isenta de responsabilidade. Sendo assim, Krushev manteve-se no poder e, em certa medida, teve carta branca para reformar a economia soviética e enxugar o aparato do terror. Os stalinistas da velha guarda estavam agora marginalizados — Molotov foi removido do cargo de ministro das Relações Exteriores, em junho, às vésperas de mais uma visita de Tito a Moscou. Quanto aos contemporâneos de Krushev, e jovens funcionários como Leonid Brejnev, eram tão culpados quanto Krushev por colaborarem com os crimes cometidos por Stalin e, portanto, não estavam em condições de negar as afirmações de Krushev ou de lhe atacar a credibilidade. O processo de “desestalinização” programada convinha a quase todos.

Mas o ataque de Krushev a Stalin não podia ficar em segredo, e neste ponto estavam as sementes do fracasso da investida. O discurso só seria publicado oficialmente na União Soviética em 1988, mas em poucos dias os serviços ocidentais de inteligência souberam do documento. O mesmo ocorreu com os Partidos Comunistas ocidentais, embora não tivessem conhecimento das intenções de Krushev. Como consequência, em poucas semanas, os boatos da denúncia que Krushev fizera contra Stalin circulavam amplamente. O efeito foi inebriante. Para os comunistas, a denúncia de Stalin e seus atos causava perplexidade e preocupação; mas também causava alívio. A partir daquele momento, na visão de muita gente, os comunistas já não precisavam se desculpar ou negar as piores acusações feitas pelos que os criticavam. No Ocidente, alguns integrantes e simpatizantes do partido se desligaram, mas outros permaneceram, com a fé renovada.

No Leste Europeu, o impacto da denúncia de Krushev contra Stalin foi ainda mais marcante. Lido no contexto da recente reconciliação entre o líder soviético e Tito e da dissolução por ele efetuada, em 18 de abril, da agonizante Cominform, o repúdio que Krushev dirigia a Stalin parecia sugerir que Moscou passava a ver com bons olhos os diferentes “caminhos do socialismo” e rejeitava o terror e a repressão como ferramentas de controle comunista. Agora, acreditava-se, seria possível falar abertamente — pela primeira vez. Conforme o escritor tcheco Jaroslav Seifert explicou, por ocasião de um Congresso de Escritores realizado em Praga em abril de 1956: “Mais uma vez, ouvimos neste congresso que os escritores precisam dizer a verdade. Isso

significa que nos últimos anos eles não escreveram a verdade [...]. Tudo isso agora acabou. O pesadelo foi exorcizado.”

Na Tchecoslováquia — onde líderes comunistas mantiveram silêncio absoluto acerca de seu próprio passado stalinista —, a lembrança do terror ainda era por demais recente para que os boatos vindos de Moscou se transformassem em ação política.¹¹⁶ O impacto da onda de choque de “desestalinização” na vizinha Polônia foi bem diferente. Em junho, o Exército polonês foi chamado para debelar uma manifestação na cidade de Poznan, no oeste do país, deflagrada (à semelhança dos protestos registrados em Berlim três anos antes) por disputas a respeito de salários e carga de trabalho. Mas a ação do Exército apenas provocou insatisfação generalizada, durante todo o outono, isso num país onde o processo de sovietação nunca fora levado a termo com a completude verificada em outros locais, e onde a maior parte dos líderes do partido haviam sobrevivido ilesos aos expurgos do pós-guerra.

Em outubro de 1956, preocupado com a perda da simpatia popular, o Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos decidiu remover o marechal soviético Konstanti Rokossovski do seu cargo de ministro de Defesa da Polônia e expulsá-lo do Politburo. Ao mesmo tempo, o partido elegeu Władisław Gomułka para o posto de primeiro-secretário, substituindo o stalinista Bolesław Bierut. Tratava-se de um gesto simbólico e dramático: Gomułka estivera preso alguns anos antes, e por pouco escapara de ser julgado. Ele representava, para o povo polonês, a face “nacional” do comunismo polonês, e a promoção foi recebida como um ato de desafio implícito cometido por um partido forçado a optar entre o seu eleitorado nacional e a alta autoridade de Moscou.

Foi assim, certamente, que os líderes soviéticos enxergaram a questão. Krushev, Mikoian, Molotov e outras três figuras do alto escalão voaram para Varsóvia, em 19 de outubro, com o objetivo de impedir a nomeação de Gomułka, proibir a remoção de Rokossovski e restaurar a ordem na Polônia. Com o intuito de deixar claras as intenções dos visitantes, Krushev também instruiu uma brigada de tanques soviéticos a se deslocar em direção a Varsóvia. Mas, numa discussão acalorada com o próprio Gomułka, iniciada ainda na pista do aeroporto, Krushev concluiu que os interesses soviéticos na Polônia seriam mais bem servidos se a nova condição do Partido Comunista Polonês fosse aceita, em vez de forçar uma situação que, certamente, provocaria confrontos violentos. Gomułka, por sua vez, garantiu aos russos que era capaz de reassumir o controle e que não tinha a menor intenção de deixar o

poder, retirar a Polônia do Pacto de Varsóvia ou exigir que as tropas soviéticas saíssem do país.

Considerando a desproporção de poderes entre Krushev e Gomulka, o sucesso do novo líder polonês, ao conseguir evitar que uma catástrofe se abatesse sobre o país, foi notável. E Krushev tinha percebido, claramente, as intenções do interlocutor — conforme ele explicou ao Politburo soviético, ao retornar a Moscou no dia seguinte, o embaixador soviético em Varsóvia, Ponomarenko, estava “de todo enganado em sua avaliação de Gomulka”. Talvez o controle comunista na Polônia custasse algumas trocas de pessoal e a liberalização da vida pública, mas Gomulka era fiel partidário e não tinha qualquer intenção de entregar o poder às ruas ou aos opositores do partido. Além disso, Gomulka era realista: se *ele* não conseguisse acalmar a turbulência na Polônia, a alternativa era o Exército Vermelho. “Desestalinização”, conforme Gomulka bem compreendia, não queria dizer que Krushev planejasse abrir mão da influência territorial ou do monopólio político exercido pela União Soviética.

O “outubro polonês”, portanto, teve um desfecho inesperadamente benigno — poucas pessoas à época souberam quão perto Varsóvia chegou de uma segunda ocupação soviética. Na Hungria, entretanto, os eventos tomariam rumo diferente, fato que não ficou imediatamente óbvio. Já em julho de 1953, a liderança stalinista húngara fora substituída (por iniciativa de Moscou) por um comunista com tendências reformistas, Imre Nagy. Nagy, a exemplo de Gomulka, fora expurgado e detido no passado, e portanto tinha pouca responsabilidade pela onda de terror e desgoverno que acabara de assolar o país; com efeito, seu primeiro ato como líder do partido foi apresentar, com o apoio de Beria, um programa de liberalização. Campos de detenção e de trabalho seriam fechados, e os camponeses teriam permissão para deixar as fazendas coletivas, se assim desejassem. De modo geral, a agricultura receberia mais incentivos, e metas industriais impraticáveis seriam abandonadas; na típica linguagem velada de uma resolução confidencial do Partido Comunista Húngaro datada de 28 de junho de 1953, “[a] política econômica fantasiosa revelava certa jactância, bem como a disposição de correr riscos, visto que o desenvolvimento forçado da indústria pesada pressupunha recursos e matérias-primas que, de certa maneira, simplesmente não existiam”.

É verdade que Nagy não era uma alternativa convencional, na visão de Moscou. Em setembro de 1949, ele havia criticado a linha ultra-stalinista de Mátyás Rákosi e era um dos dois únicos membros do Politburo húngaro que

se opuseram à execução de László Rajk. Isso, somado às críticas feitas por Nagy à coletivização rural, levaram-no à expulsão da liderança do partido e à “autocrítica” pública, ocasião em que o húngaro reconheceu sua “atitude oportunista” e incapacidade de seguir a linha do partido. Contudo, Nagy era uma escolha lógica, chegada a hora de introduzir mudanças num país onde a elite política, a exemplo da economia, tinha sido arrasada pelos excessos stalinistas. Sob o regime de Rákosi, entre 1948 e 1953, cerca de 480 figuras públicas haviam sido executadas — sem contar Rajk e outras vítimas comunistas; e naqueles mesmos anos mais de 150 mil pessoas (numa população de menos de 9 milhões) tinham sido detidas.

Nagy permaneceu no posto até a primavera de 1955. Naquela época, Rákosi e outros poderosos do partido, que vinham tentando solapar o colega problemático desde que este voltara ao poder, conseguiram convencer Moscou de que Nagy não seria capaz de manter um firme controle da situação, precisamente no momento em que a União Soviética enfrentava a ameaça de uma expansão da OTAN e a vizinha Áustria estava prestes a se tornar um Estado independente e neutro. O Comitê Central Soviético então condenou os “desvios direitistas” de Nagy, que foi removido do cargo (e mais tarde expulso do partido), e Rákosi e seus amigos voltaram ao poder em Budapeste. Esse recuo diante das reformas, apenas a oito meses do discurso de Krushev, indica (por antecipação) o pouco que o líder soviético pretendia interferir na normalidade do exercício do poder comunista, ao dismantelar a reputação de Stalin.

Durante cerca de um ano, o “grupo de Nagy”, extra-oficialmente, funcionou no Partido Comunista Húngaro como uma espécie de oposição informal “pró-reforma”, a primeira do gênero no comunismo do pós-guerra. Enquanto isso, era a vez de Rákosi atrair a antipatia de Moscou. Krushev, como já vimos, pretendia restabelecer ligações com a Iugoslávia. Porém, durante a histeria anti-Tito registrada em tempos passados, Rákosi desempenhara um papel fundamental. Não era por acaso que a acusação de “titoísmo” pesara de modo tão proeminente nos julgamentos forjados realizados na Hungria, principalmente no julgamento do próprio Rajk — na ocasião, o Partido Comunista Húngaro assumira o papel da promotoria e a liderança partidária realizara tal tarefa com entusiasmo.

Rákosi, portanto, começava a causar constrangimento, tornando-se um anacrônico empecilho aos projetos soviéticos. Em junho de 1956, quando negociações de alto nível entre a União Soviética e a Iugoslávia estavam sendo realizadas em Moscou, parecia ser uma provocação desnecessária manter no

poder em Budapeste um stalinista não-reformado e associado a uma época ruim — ainda mais porque os feitos de Rákosi no passado e a sua intransigência no presente começavam a provocar protestos públicos na Hungria. Apesar dos esforços de Rákosi — em março de 1956, ele veiculou no jornal húngaro *Szabad Nép* uma denúncia contumaz contra Beria e seu tenente de polícia Gábor Peter, seguindo de perto o estilo de denúncia que Kruschev fizera do “culto à personalidade” e celebrando o “desmascaramento” desses indivíduos, por terem perseguido inocentes —, seu momento havia passado. Em 17 de julho de 1956, Anastas Mikoian tomou um avião para Budapeste e, sem cerimônia, destituiu Rákosi de suas funções, pela última vez.

Para o cargo de Rákosi os soviéticos promoveram Ernő Gerő, um húngaro da mais pura linhagem stalinista. A medida demonstrou ser um equívoco; Gerő não foi capaz de gerir mudanças, nem de impedi-las. Em 6 de outubro, num gesto para agradar sobretudo a Belgrado, as autoridades de Budapeste permitiram um novo sepultamento público dos restos mortais de László Rajk e de outras vítimas do já mencionado julgamento forjado. Béla Szász, um dos sobreviventes do julgamento de Rajk, assim se expressou ao lado do túmulo:

Executado em consequência de acusações forjadas, László Rajk jazeu sete anos em cova não-identificada. No entanto, sua morte tornou-se um sinal de alerta para o povo húngaro e para o mundo inteiro. Pois as centenas de milhares de pessoas que passam por seu esquife querem honrar não apenas o morto; essas pessoas têm a esperança apaixonada e a firme determinação de enterrar uma época. A ilegalidade, a arbitrariedade e a deterioração moral daqueles anos vergonhosos devem ser sepultadas para sempre; e o perigo representado por húngaros que governavam através da força e do culto à personalidade deve ser para sempre banido.

Era um tanto irônica a simpatia agora despertada pelo destino de Rajk, sendo ele próprio responsável pela morte de tantas vítimas (não-comunistas) inocentes. Mas, irônico ou não, o novo sepultamento de Rajk provocou a centelha que haveria de inflamar o levante húngaro.

Em 16 de outubro de 1956, universitários na cidade provinciana de Szeged organizaram a Liga dos Estudantes Húngaros, independente das organizações estudantis comunistas oficiais. No decorrer de uma semana, organizações estudantis brotaram por todo o país, culminando, em 22 de outubro, com um manifesto de “Dezesseis Itens” redigido pelos alunos da Universidade Técnica

de Budapeste. As reivindicações estudantis abrangiam reformas industriais e agrárias, mais democracia e o direito à livre expressão, bem como o fim das inúmeras restrições e regras mesquinhas que pautavam a vida sob o regime comunista. Contudo, as exigências também incluíam algo mais ameaçador: o desejo de ver Imre Nagy na posição de primeiro-ministro, Rákosi e seus companheiros julgados pelos crimes cometidos e as tropas soviéticas retiradas da Hungria.

No dia seguinte, 23 de outubro, em Budapeste, estudantes começaram a se reunir na praça do Parlamento, para reiterar as reivindicações. O regime não sabia como reagir: Gerö, num primeiro momento, proibiu a manifestação; mais tarde, a autorizou. Depois que o protesto foi realizado (naquela mesma tarde), Gerö denunciou o encontro e seus organizadores em discurso transmitido pela rádio húngara (naquela mesma noite). Uma hora depois, indignados, os estudantes derrubaram a estátua de Stalin no centro da cidade; então, tropas soviéticas entraram em Budapeste para atacar a multidão e o Comitê Central Húngaro se manteve reunido durante toda a noite. Na manhã seguinte, às 8h13, surgiu o anúncio de que Imre Nagy fora nomeado primeiro-ministro da Hungria.

Se os líderes do partido esperavam que a volta de Nagy traria o fim da revolução, estavam redondamente enganados. É certo que Nagy desejava, ardentemente, restaurar a ordem: uma hora após assumir o poder, declarou estado de lei marcial. Em conversas com Suslov e Mikoian (que chegaram de avião de Moscou naquele mesmo dia), Nagy e outros representantes da liderança húngara insistiram em negociar com os manifestantes. Conforme o relato dos russos, feito durante uma reunião extraordinária do Praesidium do Partido Soviético, em 26 de outubro, János Kádár¹¹⁷ lhes explicara que era possível e importante distinguir entre as massas fiéis, alienadas do partido em decorrência de erros cometidos no passado, e os contra-revolucionários armados, que o governo de Nagy pretendia isolar.

A distinção proposta por Kádár talvez tenha convencido alguns líderes soviéticos, mas não refletia a realidade húngara. Organizações estudantis, conselhos de trabalhadores e “comitês nacionais” revolucionários surgiam, espontaneamente, por todo o país. Choques entre a polícia e os manifestantes provocavam contra-ataques e linchamentos. Contrariando a orientação de alguns integrantes, a liderança do partido húngaro, inicialmente, recusou-se a reconhecer o levante como revolução democrática, insistindo em considerá-lo “contra-revolução”, e portanto perdendo a oportunidade de cooptar o

movimento. Somente em 28 de outubro, quase uma semana após os protestos iniciais, Nagy foi para o rádio propor uma trégua para os confrontos armados, admitir a legitimidade e o caráter revolucionário das manifestações, prometer o desmantelamento da polícia secreta e anunciar a iminente saída das tropas soviéticas de Budapeste.

A liderança soviética, em que pesassem as dúvidas, decidiu endossar a nova abordagem adotada pelo líder húngaro. Suslov, em relato feito no dia da transmissão radiofônica do discurso de Nagy, apresentou as novas concessões como o preço a ser pago para submeter o movimento das massas ao controle do partido. Mas os eventos na Hungria transcorriam em ritmo mais acelerado do que Moscou previra. Dois dias depois, em 30 de outubro, após os ataques à sede do Partido Comunista em Budapeste e a morte de 24 indivíduos que defendiam o edifício, Imre Nagy voltou a falar pela rádio húngara. Desta vez, anunciou que seu governo passaria a se alicerçar na “cooperação democrática entre os partidos de coalizão, renascidos em 1945”. Em outras palavras, Nagy estava formando um governo multipartidário. Longe de confrontar a oposição, o líder húngaro começava a basear a sua autoridade cada vez mais no próprio movimento popular. Na afirmação final, ao celebrar uma Hungria “livre, democrática e independente”, ele até omitiu, pela primeira vez, o desacreditado adjetivo “socialista”. E apelou publicamente a Moscou, solicitando “o começo da retirada das tropas soviéticas” de Budapeste e de toda a Hungria.

O jogo de Nagy — a crença sincera de que conseguiria restaurar a ordem na Hungria e assim evitar a ameaça tácita de uma intervenção soviética — recebeu o apoio de outros comunistas do Conselho. Mas Nagy já não tomava a iniciativa. Comitês revolucionários populares, partidos políticos e jornais haviam surgido por todo o país. O sentimento anti-russo era geral, e freqüentes eram as referências à supressão da revolta húngara de 1848-1849, levada a termo pela Rússia imperial. E, o mais importante, a liderança soviética perdia a confiança em Nagy. Na tarde de 31 de outubro, quando o líder húngaro anunciou que daria início às negociações para garantir a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia, seu destino foi provavelmente selado.

Kruschev e seus companheiros sempre acharam que, na Hungria — assim como anteriormente ocorrera na Polônia —, seria preciso intervir, caso a “contra-revolução” escapasse ao controle. Mas, segundo parece, houve certa relutância em exercer tal opção. Ainda em 31 de outubro, o Praesidium do Comitê Central declarou a disposição de “abrir as devidas negociações” com a

liderança húngara no que se referia à retirada das tropas soviéticas do território húngaro. Porém, no momento em que a concessão era feita, chegavam relatos de protestos estudantis em Timisoara (Romênia) e de “sentimentos hostis” expressos por intelectuais búlgaros que simpatizavam com os revolucionários húngaros. A situação começava a sugerir o efeito da contaminação que os líderes soviéticos temiam havia muito tempo, o que os levou a adotar uma nova abordagem.

Por conseguinte, um dia depois de prometer negociar a retirada das tropas, o Praesidium soviético foi advertido por Krushev de que tal medida estava agora fora de cogitação. “Os imperialistas” interpretariam o recuo como prova da fraqueza soviética. Ao contrário, a URSS precisava “tomar a iniciativa, a fim de restaurar a ordem na Hungria”. Portanto, divisões do Exército soviético, estacionadas na Romênia e na Ucrânia, receberam ordens para se deslocar até a fronteira húngara. Ao tomar conhecimento disso, o primeiro-ministro húngaro convocou o embaixador soviético (Iuri Andropov) e informou-lhe que, em protesto à recente movimentação das tropas soviéticas, a Hungria, por iniciativa própria, renunciava à participação no Pacto de Varsóvia. Naquela noite, 1º de novembro, às 19h50, Nagy anunciou na rádio húngara que a Hungria se tornara um país neutro e pedia à ONU que reconhecesse o novo status da nação. A declaração de Nagy contou com grande aprovação interna; os Conselhos dos Trabalhadores de Budapeste, em greve desde o início do levante, responderam por meio de um chamado para a volta ao trabalho. Finalmente, Nagy havia conquistado a maioria dos húngaros que anteriormente desconfiavam de suas intenções.

Na mesma noite em que Nagy fez o pronunciamento histórico, János Kádár foi levado secretamente a Moscou, onde Krushev convenceu-o da necessidade da formação de um novo governo em Budapeste, com apoio soviético. De qualquer maneira, o Exército Vermelho entraria na cidade e restauraria a ordem; restava saber a quais húngaros caberia a honra de colaborar com a URSS. Qualquer relutância por parte de Kádár em trair Nagy e os compatriotas húngaros foi superada pela insistência de Krushev de que os soviéticos agora sabiam que fora um erro instalar Gerö, em julho passado. Tal erro não se repetiria, depois que a ordem voltasse a Budapeste. Krushev, então, partiu para Bucareste, a fim de se encontrar com líderes romenos, búlgaros e tchecos e coordenar o planejamento da intervenção na Hungria (um dia antes, uma delegação de nível hierárquico inferior havia se reunido com líderes poloneses). Nesse ínterim, Nagy continuou a protestar contra a crescente

movimentação militar soviética e, em 2 de novembro, pediu ao secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, que intermediasse a situação entre a Hungria e a URSS e buscasse o reconhecimento do Ocidente quanto à neutralidade húngara.

No dia seguinte, 3 de novembro, o governo de Nagy abriu (ou pensou que estivesse abrindo) negociações com autoridades militares soviéticas acerca da retirada das tropas. Porém, naquela mesma noite, ao retornarem ao quartel-general do Exército soviético, em Tököl, na Hungria, os integrantes da delegação húngara foram imediatamente detidos. Pouco tempo depois, às quatro horas da manhã do dia 4 de novembro, tanques soviéticos atacaram Budapeste, seguidos uma hora depois por uma comunicação de rádio, transmitida do leste da Hungria, sob ocupação soviética, que anunciava a substituição de Imre Nagy por um novo governo. Em resposta, o próprio Nagy transmitiu pelo rádio um discurso final, dirigido ao povo húngaro, conclamando resistência contra o invasor. Em seguida, Nagy e os companheiros mais próximos se refugiaram na Embaixada da Iugoslávia, em Budapeste, onde receberam asilo.

Não restava a menor dúvida quanto ao resultado da ofensiva militar: apesar da intensa resistência, as forças soviéticas tomaram Budapeste em 72 horas, e o governo de János Kádár foi empossado em 7 de novembro. Alguns Conselhos de Trabalhadores sobreviveram por mais um mês — Kádár preferia não confrontá-los diretamente —, e greves esporádicas perduraram até 1957; de acordo com um relatório secreto submetido ao Comitê Central Soviético em 22 de novembro de 1956, a produção das minas de carvão da Hungria tinha sido reduzida a 10% da capacidade total. Mas em um mês as novas autoridades sentiram-se suficientemente confiantes para tomar iniciativas. Em 5 de janeiro, a pena de morte foi estabelecida para o crime de “provocação de greve”, e teve início um período de intensa repressão. Além dos 2.700 húngaros que pereceram na luta, outros 341 foram julgados e executados nos anos seguintes (a última sentença de morte foi levada a cabo em 1961). Ao todo, cerca de 22 mil húngaros receberam sentenças prisionais (muitos por cinco anos ou mais) por terem participado da “contra-revolução”. Outros 13 mil foram enviados para campos de internação e um número bem mais elevado perdeu o emprego ou foi mantido sob intensa fiscalização, até que a anistia geral fosse declarada, em março de 1963.

Estima-se que 200 mil pessoas — mais de 2% da população — tenham fugido da Hungria em consequência da ocupação soviética, a maioria jovens e muitas delas pertencentes à elite profissional e instruída de Budapeste e da

região urbanizada, a oeste do país. Fixaram-se nos EUA (que recebeu cerca de 80 mil refugiados húngaros), na Áustria, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Suíça, França e em muitas outras regiões. Durante algum tempo, o destino de Nagy e seus companheiros permaneceu incerto. Depois de ficarem quase três semanas na Embaixada da Iugoslávia em Budapeste, foram ludibriados, durante uma suposta saída, em 22 de novembro, sendo imediatamente detidos pelas autoridades soviéticas e levados para uma prisão na Romênia.

Vários meses se passaram até que Kádár decidisse o que fazer com os antigos amigos e camaradas. A maioria das represálias contra jovens operários e soldados que haviam participado da luta nas ruas foi mantida em sigilo, para evitar o protesto internacional; mesmo assim, houve petições internacionais por clemência no caso de diversas figuras proeminentes, tais como os escritores József Gáli e Gyula Obersovszky. O destino do próprio Nagy era questão das mais delicadas. Em abril de 1957, Kádár e os companheiros decidiram trazer Nagy e seus “cúmplices” de volta à Hungria, para serem submetidos a julgamento, mas as sessões foram adiadas até junho de 1958, e, finalmente, realizadas em regime estritamente secreto. Em 15 de junho de 1958, todos os acusados foram considerados culpados de fomentar a contra-revolução e receberam penas de morte, ou de longos períodos de encarceramento. Os escritores István Bibó e Árpád Göncz (futuro presidente da Hungria pós-comunista) foram condenados à prisão perpétua. Outros dois — József Szilágyi e Géza Lozonczy — foram mortos no cárcere, antes do início do julgamento. Imre Nagy, Pál Maléter e Miklós Gimes foram executados no alvorecer do dia 16 de junho de 1958.

O levante húngaro, rebelião efêmera e desesperada num pequeno posto avançado do Império Soviético, produziu um impacto devastador no perfil dos interesses mundiais. Em primeiro lugar, foi uma lição bastante prática para os diplomatas do Ocidente. Até então, os Estados Unidos, embora reconhecessem oficialmente a impossibilidade de resgatar do controle soviético os países-satélites do Leste Europeu, continuavam a incentivar na região o “espírito de resistência”. Segundo constava do *paper* de política nº 147 (de dezembro de 1953) do Conselho de Segurança Nacional, ações secretas e apoio diplomático destinavam-se a “criar condições que viabilizassem a possível libertação dos [países-] satélites num momento futuro favorável”. No entanto, um documento confidencial posterior, redigido em julho de 1956, relatando as

rebeliões ocorridas naquele ano, enfatizaria: “[O]s Estados Unidos não estão dispostos a recorrer à guerra a fim de eliminar o domínio soviético sobre os satélites” (NSC5608/1 “U.S. Policy toward the Soviet Satellites in Eastern Europe”).¹¹⁸

Na verdade, desde a repressão à revolta de Berlim, em 1953, o Departamento de Estado concluíra que a União Soviética permaneceria, por enquanto, com o controle total da “zona” sob sua responsabilidade. “Não-intervenção” era a *única* estratégia disponível ao Ocidente na Europa Oriental. Mas os rebeldes húngaros não tinham como saber disso. Muitos contavam, sinceramente, com o apoio do Ocidente, incentivados pelo tom firme da retórica norte-americana e por transmissões da Rádio Europa Livre, cujos locutores (eles mesmos refugiados) incentivavam os húngaros a pegar nas armas e prometiam apoio internacional a qualquer instante. Quando tal apoio não se concretizou, os rebeldes derrotados, com toda razão, reagiram com amargura e descontentamento.

Ainda que os governos do Ocidente quisessem fazer mais, as circunstâncias do momento eram extremamente desfavoráveis. No mesmo dia em que o levante húngaro teve início, representantes da França e da Grã-Bretanha estavam em Sèvres, em conversações secretas com os israelenses. A França, especialmente, preocupava-se com problemas localizados no norte da África; conforme Christian Pineau, ministro das Relações Exteriores, explicou, em 27 de outubro, através de um memorando estritamente confidencial dirigido ao representante francês no Conselho de Segurança da ONU: “A respeito da questão húngara, é essencial que a minuta de resolução a ser apresentada ao Conselho de Segurança não contenha qualquer disposição capaz de interferir com nossas ações na Argélia [...]. Somos particularmente contrários à formação de uma comissão de inquérito.” Quatro dias mais tarde, o ministro das Relações Exteriores britânico, Selwyn Lloyd, escreveu ao primeiro-ministro, Anthony Eden, em tom semelhante, em resposta à sugestão encaminhada pelo embaixador britânico em Moscou, de que Londres apelasse diretamente à liderança soviética, solicitando a desistência da intervenção na Hungria: “Não creio que seja este o momento para esse tipo de mensagem.”

Conforme Krushev, em 28 de outubro, havia explicado aos colegas do Praesidium do Comitê Central, “os franceses e ingleses estão em apuros no Egito”.¹¹⁹ Quanto a Eisenhower, este se encontrava na última semana de uma campanha eleitoral — no dia em que foi reeleito ocorreram em Budapeste algumas das lutas mais ferozes. O Conselho de Segurança Nacional só se voltou

para a Hungria três dias após a invasão soviética; o Conselho demorou em avaliar a verdadeira extensão dos atos de Nagy, principalmente o abandono do governo unipartidário, visto que se tratava de um país pouco importante para o grande esquema estratégico dos EUA (a recente crise na Polônia merecera muito mais atenção em Washington). E quando a Hungria entrou na pauta do CSN, numa reunião realizada em 8 de novembro, o consenso geral — desde Eisenhower até os escalões inferiores — era de que a culpa de tudo cabia aos franceses e ingleses. Se não houvessem invadido o Egito, a União Soviética não teria cobertura para avançar contra a Hungria. A administração de Eisenhower estava com a consciência tranqüila.

Os líderes soviéticos, então, perceberam a vantagem e dela se aproveitaram. Aos olhos dos comunistas, a verdadeira ameaça imposta por Nagy não era a liberalização da economia, nem o relaxamento da censura. Nem mesmo a declaração húngara de neutralidade, embora considerada “provocadora” em Moscou, foi o motivo da queda de Nagy. O que o Kremlin não podia aceitar era o fato de o Partido Comunista Húngaro abrir mão do monopólio do poder, “papel fundamental do partido” (algo que Gomulka, na Polônia, jamais permitira). Tal desvio da prática soviética foi a ponta de um filão democrático que haveria de representar a ruína de partidos comunistas em toda parte. Foi por isso que em todos os demais Estados-satélites os líderes comunistas concordaram tão prontamente com a decisão de Krushev quanto ao afastamento de Nagy. Quando, em 2 de novembro, o Politburo tcheco se reuniu e declarou-se disposto a fazer uma contribuição concreta à “manutenção da democracia popular na Hungria, recorrendo a tudo que para tal se faça necessário”, o sentimento era indubitavelmente autêntico e sincero.¹²⁰

Até mesmo Tito, finalmente, concordou que a suspensão do controle exercido pelo partido na Hungria e que o colapso do aparato estatal de segurança estabeleciam um exemplo perigoso. De início, o líder iugoslavo aceitou bem as mudanças ocorridas na Hungria, considerando-as novas provas do processo de “desestalinização”. Porém, já em fins de outubro, o curso dos eventos em Budapeste fez com que o líder iugoslavo começasse a mudar de idéia — a proximidade com a Hungria, a presença de uma numerosa minoria húngara na região de Voivodina (território iugoslavo) e os riscos de contágio pesavam na mente de Tito. Quando, em 2 de novembro, Krushev e Malenkov se deram o trabalho de tomar um avião até o retiro de Tito numa ilha do Adriático, a fim de informá-lo da invasão iminente, Tito mostrou-se ansioso, mas compreensivo. Sua principal preocupação era de que o Estado fantoche a ser

instalado na Hungria não incluisse Rákosi e outros stalinistas não-reformados. Nesse particular, Krushev sentia-se feliz em satisfazê-lo.

Krushev ficou bem menos satisfeito quando, passados apenas dois dias, Tito ofereceu asilo a Nagy, a 15 integrantes do seu governo e às respectivas famílias. Ao que parece, a decisão iugoslava foi tomada no ardor da crise húngara, e com base na suposição de que não interessava aos russos fazer mártires. Porém, quando os líderes soviéticos expressaram insatisfação diante do asilo oferecido pela Iugoslávia, e especialmente depois da captura de Nagy e de seus companheiros ao sair da Embaixada iugoslava com uma promessa de salvo-conduto feita pelo próprio Kádár, Tito se viu numa posição nada confortável. Em público, o líder iugoslavo continuava a expressar aprovação ao novo governo de Kádár; mas, extra-oficialmente, não escondia o desagrado diante dos acontecimentos.

O precedente da livre interferência da URSS em assuntos de um Estado comunista irmão não suscitou a estima da liderança soviética por parte dos iugoslavos. As relações entre Moscou e Belgrado voltaram a se deteriorar, e o regime iugoslavo começou a se voltar para o Ocidente e para os países asiáticos não-alinhados. A reação de Tito à invasão soviética da Hungria foi, portanto, mista. A exemplo dos líderes soviéticos, Tito sentia-se aliviado com a restauração da ordem comunista; mas o método abria um precedente perigoso e ainda causava constrangimento.

Em outros locais a reação foi bem menos ambivalente. Depois que vazou para o Ocidente, o discurso secreto de Krushev marcou o fim de uma certa fé comunista. Mas também permitiu a possibilidade de reforma e renovação pós-stalinista e, ao sacrificar o próprio Stalin a fim de preservar a ilusão da pureza revolucionária leninista, Krushev oferecera aos membros do partido e aos companheiros progressistas um mito ao qual podiam se ater. No entanto, a luta desesperada nas ruas de Budapeste desfez quaisquer ilusões em torno desse novo, “reformado” modelo soviético. Mais uma vez, a autoridade comunista mostrara-se inequivocamente apoiada em nada além do fuzil e do tanque. O resto era dialética. Os partidos comunistas ocidentais começaram a sofrer hemorragias. Entre 1955 e 1957, de acordo com os registros do próprio Partido Comunista Italiano, cerca de 400 mil membros abandonaram as fileiras. Conforme Togliatti explicara aos líderes soviéticos no auge da crise húngara, “os eventos na Hungria se desenvolveram de tal modo que dificultam em muito a nossa ação esclarecedora no partido; dificultam também a obtenção de consenso a favor da liderança”.

Na Itália, tanto quanto na França, na Grã-Bretanha e em outros países, foram os membros mais jovens e instruídos do partido que debandaram.¹²¹ Tais indivíduos, a exemplo dos intelectuais de esquerda que não eram comunistas, tinham sido atraídos tanto pela promessa de reformas pós-Stalin na URSS quanto pela revolução húngara em si, caracterizada pela presença de Conselhos de Trabalhadores, iniciativas estudantis e pela noção de que um partido governante que pertencesse ao bloco soviético poderia acolher e se adaptar a novos rumos. Hannah Arendt, por exemplo, considerava o surgimento dos conselhos (e não o resgate dos partidos políticos implementado por Nagy) a verdadeira insurgência da democracia contra a ditadura, da liberdade contra a tirania. Finalmente, segundo parecia, era possível falar de comunismo e liberdade ao mesmo tempo. Como mais tarde diria Jorge Semprún, àquela época um jovem comunista espanhol que trabalhava na clandestinidade em Paris: “O discurso secreto nos libertou; deu-nos ao menos a oportunidade de nos livrarmos do [...] sono da razão.” Depois da invasão da Hungria, esse momento de esperança se foi.

Alguns observadores ocidentais tentaram justificar a intervenção soviética, ou ao menos explicá-la, aceitando a alegação oficial comunista de que Imre Nagy comandara uma *contra*-revolução — ou fora por ela arrastado; Sartre, tipicamente, insistia que o levante húngaro tinha sido marcado por um “espírito direitista”. Mas, a despeito das motivações dos insurgentes, em Budapeste e outras localidades — motivações essas que eram bem mais variadas do que se sabia à época —, não foi a revolta dos húngaros, mas a repressão dos soviéticos o que mais impressionou os observadores internacionais. O comunismo, a partir de agora, seria sempre associado à opressão, e não à revolução. Durante quarenta anos a esquerda ocidental contemplara a Rússia, perdoando e até admirando a violência bolchevique como o preço a ser pago pela autoconfiança revolucionária e pela marcha da História. Moscou era o espelho favorável das ilusões políticas desses indivíduos. Em novembro de 1956, o espelho quebrou.

Num memorando com data de 8 de setembro de 1957, o escritor húngaro István Bibó observou que, “ao esmagar a revolução húngara, a URSS tinha desferido um golpe violento, talvez mortífero, em movimentos simpatizantes (em defesa da paz; das mulheres; da juventude; dos estudantes; dos intelectuais etc.) que contribuíam para o fortalecimento do comunismo”. A percepção de Bibó se mostrou sensata. Livre do estranho magnetismo do terror stalinista, e exposto em Budapeste, em toda a sua mediocridade blindada, o

comunismo soviético perdeu o fascínio para a maioria dos simpatizantes e admiradores ocidentais. Na tentativa de escapar do “fedor do stalinismo”, ex-comunistas, tais como o poeta francês Claude Roy, voltaram “as narinas para outros horizontes”. Depois de 1956, os segredos da História já não podiam ser encontrados nas fábricas sombrias, nem nas ineficazes fazendas coletivas das democracias populares, e sim em outros locais, mais exóticos. Uma minguada minoria de apologistas não-reformados do leninismo agarrava-se ao passado; mas, de Berlim a Paris, uma nova geração de progressistas ocidentais buscava consolo e exemplo fora da Europa, nas aspirações e turbulências de regiões que ainda não eram chamadas de “Terceiro Mundo”.

Também no Leste Europeu as ilusões se esfacelaram. Conforme se vê no relato de um diplomata britânico em Budapeste, registrado em 31 de outubro, no auge do primeiro assalto da luta: “É simplesmente um milagre os húngaros terem resistido e repellido esse ataque diabólico. Eles jamais se esquecerão, nem perdoarão.” Mas os húngaros não foram os únicos a confrontar o recado dos tanques soviéticos. Estudantes romenos saíram às ruas, manifestando apoio aos vizinhos húngaros; intelectuais na Alemanha Ocidental foram presos e levados a julgamento por terem criticado as ações soviéticas; na URSS, foram os eventos de 1956 que rasgaram a venda que encobria os olhos de comunistas até então ferrenhos, como o jovem Leonid Pliusch. Uma nova geração de intelectuais dissidentes, homens como Paul Goma, na Romênia, ou Wolfgang Harich, na RDA, brotou dos escombros de Budapeste.

A diferença na Europa Oriental, evidentemente, era que os cidadãos desiludidos de um regime desacreditado não podiam se voltar para terras distantes, nem reaquecer a fé revolucionária no calor de longínquas rebeliões campestinas. Tais cidadãos eram obrigados a viver e conviver com regimes comunistas em cujas promessas já não acreditavam. Para os europeus do leste, os eventos de 1956 foram a destilação de um acúmulo de decepções. As expectativas em relação ao comunismo, brevemente renovadas com a promessa de “desestalinização”, foram extintas; assim como extintas estavam as esperanças de auxílio por parte do Ocidente. Enquanto as revelações que Kruschev fizera a respeito de Stalin, ou as medidas hesitantes que visavam à reabilitação de vítimas dos julgamentos montados pareciam até então indicar que o comunismo continha em si mesmo as sementes da renovação e da libertação, depois dos acontecimentos na Hungria o sentimento dominante era de cínica resignação.

Tal situação não foi desprovida de benefícios. Precisamente porque as populações da Europa Oriental comunista agora se mostravam cordatas e a

ordem fora restaurada, a liderança soviética da era Krushev viria a permitir um certo grau de liberalização local — por ironia, principalmente na Hungria. Ali, no rastro das retaliações impostas aos revoltosos e simpatizantes de 1956, Kádár estabeleceu um modelo de Estado comunista “pós-político”. Por terem aceito, sem questionar, o monopólio do partido sobre poder e autoridade, os húngaros foram agraciados com um grau limitado (porém autêntico) de liberdade — para produzir e consumir. Não se pedia que as pessoas acreditassem no partido, muito menos nos líderes, apenas que se abstivessem de qualquer manifestação de oposição. Silêncio era visto como consentimento tácito.

O resultante “comunismo *goulash*” garantiu a estabilidade da Hungria; e a lembrança do que se passara na Hungria garantiu a estabilidade do restante do bloco, ao menos ao longo da década seguinte. Mas isso teve um custo. Para a maioria das pessoas que viviam sob o comunismo, o sistema “socialista” perdera qualquer perspectiva radical, progressista ou utópica anteriormente a ele atribuída, uma perspectiva que fazia parte do fascínio despertado pelo regime — especialmente nos jovens — ainda no início dos anos 50. Agora o sistema era apenas um meio de vida a ser tolerado. Isso não queria dizer que o regime não sobreviveria por muito tempo — pouca gente, depois de 1956, era capaz de prever um fim próximo para o sistema soviético de governo. A bem da verdade, havia um certo otimismo a esse respeito *antes* dos eventos daquele ano. Mas, depois de novembro de 1956, os Estados comunistas da Europa Oriental, a exemplo da própria União Soviética, iniciaram um declínio que se estenderia ao longo de décadas, um crepúsculo de estagnação, corrupção e cinismo.

Também os soviéticos pagariam um preço por isso — de várias maneiras, 1956 representou a derrota e o colapso do mito revolucionário cultivado com tanto sucesso por Lenin e seus herdeiros. Conforme, muitos anos mais tarde, em 11 de novembro de 1992, Boris Ieltsin haveria de admitir, num discurso pronunciado diante do Parlamento húngaro: “A tragédia de 1956 [...] será sempre mácula indelével no regime soviético”. Mas isso não era nada comparado ao preço que os soviéticos tinham imposto às suas vítimas. Em 16 de junho de 1989, passados 33 anos, numa Budapeste que celebrava a transição para a liberdade, centenas de milhares de húngaros participaram de outra cerimônia de (re)sepultamento: desta vez os homenageados eram Imre Nagy e seus companheiros. Um dos que discursaram ao lado da tumba de Nagy foi o jovem Viktor Orbán, futuro primeiro-ministro do país. “É consequência direta da sangrenta repressão à Revolução”, ele disse à multidão reunida, “o fato de termos de assumir o ônus da insolvência e buscar uma saída para o

asiático ao qual fomos empurrados. Verdadeiramente, em 1956, o Partido Socialista dos Trabalhadores na Hungria roubou o futuro da juventude de hoje.”

104 O ditador português Antônio de Oliveira Salazar foi perguntado, em 1968 (sete anos após o início da rebelião angolana, em 1961), quando vislumbrava a independência das colônias portuguesas na África (Angola e Moçambique): “É um problema para séculos”, ele respondeu. “Dentro de quinhentos anos. E, nesse ínterim, elas terão de continuar a participar no processo de desenvolvimento” (ver Tom Gallagher, *Portugal. A Twentieth-Century Interpretation* (Portugal. Uma interpretação à luz do século XX), 1983, p. 200). Mas, convém lembrar, a rejeição de Salazar ao mundo moderno, com base em determinados princípios, é lendária: por quase toda a década de 1950, ele conseguiu impedir que a Coca-Cola entrasse no país, algo que nem os franceses foram capazes de fazer.

105 A reivindicação francesa, por vezes, tinha procedência: Félix Eboué, governador-geral da África Equatorial Francesa, em 1945, era um alto funcionário colonial francês — e era negro.

106 De acordo com algumas fontes, De Gaulle desencorajava discussões abertas acerca de autonomia, com receio de que colonos europeus, notadamente na Argélia, aproveitassem a ocasião para romper com a França e estabelecer um Estado segregacionista, segundo o modelo sul-africano. A apreensão não era infundada, conforme os eventos subsequentes demonstrariam.

107 Para amigos e inimigos, a encarnação de Ho Chi Minh como ícone comunista internacional foi confirmada, em 14 de janeiro de 1950, quando Mao e Stalin foram os primeiros a reconhecer a recém-declarada República Democrática do Vietnã.

108 Os eventos aqui aludidos são retratados, memoravelmente, no filme de Gilles Pontecorvo *A Batalha de Argel* (1965).

109 O referendo estabeleceu uma nova Quinta República. Três meses mais tarde, De Gaulle foi eleito o seu primeiro presidente.

110 Quando, em 1960, abandonaram o Congo, os belgas deixaram no país apenas trinta congoleses com formação superior, para preencher 4 mil cargos administrativos importantes.

111 Entre 1954 e 1962, 2 milhões de soldados franceses serviram na Argélia, 1,2 milhão dos quais através de recrutamento militar.

112 Citado por Fernand L’Huillier em *Dialogues Franco-Allemandes 1925-1933* (Diálogos franco-germânicos 1925-1933) (Estrasburgo, 1971), pp. 35-36.

113 O canal sempre esteve em território egípcio e, inquestionavelmente, fazia parte do Egito. Porém, a maior parte das receitas recolhidas pelo canal destinava-se à companhia de capital estrangeiro.

114 Citado por Alan Milward em *The European Rescue of the Nation-State* (O resgate europeu do Estado-nação) (Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1992), p. 429.

115 Andrew Moravcsik, *The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht* (A escolha para a Europa: Propósito social e poder do Estado, de Messina a Maastricht) (Ithaca, Cornell University Press, 1998), p. 137.

116 A liderança stalinista continuou firme no posto, os julgamentos prosseguiram (a portas fechadas) por mais dois anos e em 1º de maio de 1955 uma estátua de Stalin, grande e grotesca, foi posicionada numa colina voltada para Praga. A “desestalinização” só chegaria à Tchecoslováquia na década seguinte, com conseqüências dramáticas.

117 Kádár, libertado da cadeia por Nagy três anos antes, foi nomeado primeiro-secretário do Partido Comunista Húngaro em 25 de outubro, substituindo Gerő, cujas forças de segurança haviam disparado contra manifestantes desarmados na praça do Parlamento, naquela mesma manhã.

118 “Política dos EUA para os satélites soviéticos no Leste Europeu”. (N. do T.)

[119](#) O fato de o líder soviético ter conhecimento disso já em 28 de outubro, três dias antes do início da invasão anglo-francesa, sugere que o serviço de inteligência soviético era mais eficaz do que os aliados ocidentais temiam à época.

[120](#) Até mesmo Gomulka, na Polônia, concordou prontamente com os argumentos soviéticos. Na Polônia, o fato de Nagy abandonar o Pacto de Varsóvia *era* motivo de apreensão — o receio dos poloneses de uma possível revisão territorial por parte da Alemanha gerava um interesse especial nos esquemas de segurança garantidos pelas armas soviéticas. Vale observar, todavia, que durante uma reunião com Krushev, em maio de 1957, Gomulka em vão tentou dissuadir o líder soviético de levar Nagy a julgamento.

[121](#) Em organizações marcadamente retrógradas, como o Partido Comunista Francês (que durante muito tempo negava ter conhecimento das denúncias de Krushev contra Stalin), muitos deixaram o partido nem tanto devido ao que estava ocorrendo no bloco soviético, mas porque a liderança local proibia qualquer discussão a respeito do assunto.

pós-escrito:

Um Conto de Duas Economias

“A Alemanha é uma terra apinhada de crianças. É aterrorizante a idéia de que, a longo prazo, os alemães possam ter sido os vencedores da guerra, no fim das contas.”

Saul Padover, 1945

“Evidentemente, se tivéssemos conseguido perder duas guerras mundiais, cancelado todas as nossas dívidas — em vez de devermos quase 30 milhões de libras —, nos livrado de todos os nossos compromissos internacionais e não mantido tropas no exterior, talvez fôssemos tão ricos quanto os alemães.”

Harold Macmillan

“A prosperidade e a força da economia britânica, que [o chanceler do Erário do Reino Unido] Butler comemorou em diversos discursos, em 1953 e 1954, foi a última onda de prosperidade que chegou ao litoral britânico, na esteira do avanço da economia alemã, à frente da flotilha européia. Em retrospecto, 1954 parece o último grande verão das ilusões, para o Reino Unido.”

Alan Milward

Uma característica impressionante da história da Europa Ocidental no pós-guerra foi o contraste entre o desempenho econômico da Alemanha Ocidental e da Grã-Bretanha. Por duas vezes, no período correspondente a uma geração, a Alemanha foi uma potência derrotada — com cidades arrasadas, a moeda destruída, a força de trabalho do sexo masculino dizimada ou confinada, o serviço de transportes e a infra-estrutura pulverizados. A Grã-Bretanha foi o

único Estado europeu a sair inequivocamente vitorioso da Segunda Guerra Mundial. Não obstante os danos causados pelas bombas e as perdas de vidas humanas, a estrutura do país — rodovias, ferrovias, estaleiros, fábricas e minas — sobrevivera intacta à guerra. Contudo, já no início dos anos 60, a República Federal era o dínamo próspero e efervescente da Europa, ao passo que a Grã-Bretanha era uma retardatária de baixa performance, com uma taxa de crescimento muito inferior à do restante da Europa Ocidental.¹⁴⁷ Já em 1958, a economia da Alemanha Ocidental era maior do que a britânica. Aos olhos de muitos observadores, o Reino Unido estava a caminho de se tornar o doente da Europa.

As fontes dessa irônica inversão de destino são instrutivas. O pano de fundo do “milagre” econômico alemão dos anos 50 foi a recuperação verificada nos anos 30. Os investimentos dos nazistas — em comunicações, na fabricação de armamentos e veículos, nas indústrias ótica, química, de engenharia leve e metais não-ferrosos — foram feitos para uma economia voltada para a guerra; mas os benefícios vieram vinte anos mais tarde. A economia de mercado social idealizada por Ludwig Erhard tinha raízes nas políticas de Albert Speer — com efeito, a carreira de muitos dos jovens administradores e planejadores que no período do pós-guerra galgaram cargos elevados nos setores privado e público na Alemanha Ocidental começou sob o regime de Hitler; esses indivíduos trouxeram às comissões, às autoridades responsáveis por planejamento, bem como às empresas da República Federal, políticas e práticas defendidas pelos burocratas nazistas.

A infra-estrutura essencial do setor empresarial alemão sobreviveu ilesa à guerra. Fábricas, bancos, companhias seguradoras e distribuidoras voltaram a operar já no início dos anos 50, abastecendo com produtos e serviços um mercado internacional voraz. Até mesmo o marco alemão, cada vez mais valorizado, não impediu o progresso do país. O marco forte barateou a importação de matérias-primas e não restringiu a procura estrangeira por produtos alemães — tipicamente de valor alto, avançados em termos técnicos e vendidos pela qualidade, não pelo preço. Em todo caso, durante as primeiras décadas do pós-guerra, a competição era pouca: se empresas suecas, francesas ou holandesas queriam determinada ferramenta ou produto de engenharia, não havia alternativa a não ser comprar o item à Alemanha, e ao preço estipulado.

Os custos empresariais alemães eram mantidos em níveis baixos, por meio de investimentos contínuos em métodos de produção novos e eficientes — e devido a uma força de trabalho submissa. A República Federal beneficiou-se

de uma oferta quase inesgotável de mão-de-obra de baixo custo — jovens engenheiros habilidosos que fugiam da Alemanha Oriental, operadores de máquinas e operários de linhas de montagens semi-capacitados provenientes dos Bálcãs, trabalhadores não-especializados vindos da Turquia, Itália e outros países. Todos sentiam-se gratos por receber salários fixos, pagos numa moeda forte, em troca de trabalho estável, e — à semelhança de uma passiva geração anterior de trabalhadores alemães herdada dos anos 30 — não pretendiam criar caso.

Para ilustrar os resultados basta recorrer aos dados de um único setor industrial. Já na década de 1960, os fabricantes de carros alemães haviam construído uma reputação de qualidade e confiabilidade, tanto que companhias como a Mercedes-Benz, em Stuttgart, e a BMW, em Munique, vendiam carros cada vez mais caros para um mercado quase cativo, de início, no país, e aos poucos no exterior. O governo de Bonn apoiava esses “campeões nacionais” abertamente, assim como os nazistas o fizeram antes, alimentando-os nos primeiros anos com bons empréstimos e incentivando o nexo financeiro-empresarial que abastecia as empresas alemãs de recursos para investimento.

No caso da Volkswagen, o alicerce já estava implantado desde 1945. A exemplo de grande parte da indústria alemã no pós-guerra, a Volkswagen se beneficiou das vantagens de uma economia de livre-mercado — em particular, da crescente procura por seus produtos —, sem passar pelas dificuldades de concorrência ou de gastos com pesquisa, desenvolvimento ou reequipagem. A companhia recebera recursos ilimitados antes de 1939. O nazismo, a guerra e a ocupação militar tinham se beneficiado com a Volkswagen — o governo militar aliado era simpático à Volkswagen exatamente porque a capacidade produtiva da empresa fora desenvolvida antes da guerra e podia ser logo posta em marcha. Não havia concorrência interna de peso para o Fusca, quando a procura por carros produzidos em massa para uso de toda a família decolou e, mesmo a um preço fixo e baixo, os carros geravam lucros — graças aos nazistas a companhia não tinha dívidas antigas a saldar.

Também na Grã-Bretanha havia um “campeão nacional” — a British Motor Corporation (BMC), conglomerado de diversos fabricantes de carros antes independentes, por exemplo a Morris ou a Austin, e que mais tarde uniu-se à Leyland Motors, criando a British Leyland (BL). Ainda na década de 1980, a BL vendia seus produtos como tipicamente britânicos: “Dirija a bandeira — compre um Austin Morris.” E, à semelhança dos fabricantes alemães, os

britânicos enfatizavam cada vez mais o mercado externo. Mas aí acabavam as semelhanças.

Depois da guerra, vários governos britânicos sucessivos instaram a BMC (exercia-se menos influência sobre as subsidiárias britânicas das companhias norte-americanas Ford e General Motors) a vender o maior número possível de unidades no exterior — como parte da busca desesperada por rendimentos em moeda estrangeira que compensassem as imensas dívidas de guerra do país (a meta oficial de exportação estabelecida pelo governo, em fins de 1940, era de 75% de toda a produção britânica de automóveis). Para atender à meta, a BMC, propositadamente, preteriu controle de qualidade em favor da aceleração da produção. A resultante qualidade sofrível dos carros britânicos pouco importava, de início. As empresas britânicas contavam com um mercado cativo: a procura, quer no país, quer na Europa, excedia a oferta disponível. E os fabricantes na Europa continental não conseguiam competir em termos de volume: em 1949, o Reino Unido produziu mais veículos de passageiros do que o restante da Europa somado. Todavia, uma vez consolidada, a reputação da indústria automobilística britânica, de baixa qualidade e mau atendimento, não pôde mais ser superada. Em grandes números, os compradores europeus deixaram de adquirir carros britânicos, tão logo alternativas produzidas internamente, e de qualidade superior, tornaram-se disponíveis.

Quando, finalmente, decidiram atualizar a frota e modernizar as linhas de produção, as empresas automobilísticas britânicas não dispunham de instituições financeiras ligadas a elas às quais recorrer para obtenção de investimentos ou empréstimos, no estilo germânico. Tampouco (ao contrário da Fiat, na Itália, ou da Renault, na França) podiam contar com o Estado para suprir os déficits. No entanto, sob forte pressão política de Londres, os fabricantes britânicos construíram montadoras e centros de distribuição em regiões anti-econômicas — com o intuito de obedecer a políticas públicas regionais e atender a políticos e sindicatos locais. Mesmo depois que essa estratégia economicamente irracional foi abandonada, e um certo grau de consolidação foi alcançado, os fabricantes britânicos de automóveis permaneceram fragmentados: em 1968, a British Leyland consistia de sessenta montadoras distintas.

Os governos incentivavam, ativamente, a ineficiência dos produtores britânicos. Depois da guerra, as autoridades distribuíam aos fabricantes escassos estoques de aço, com base em fatias de mercado existentes *antes da guerra*, portanto congelando um setor importante da economia e penalizando produtores novos e potencialmente mais eficientes. A garantia de matéria-

prima, a procura artificialmente elevada por qualquer produto que fosse fabricado e a pressão política a favor da adoção de condutas economicamente ineficientes somaram-se para levar as empresas britânicas à bancarrota. Já em 1970, produtores europeus e japoneses tomavam os mercados britânicos, vencendo o concorrente em qualidade e preço. A crise do petróleo registrada no começo dos anos 70, a entrada na CEE e o fim dos últimos mercados britânicos protegidos nas possessões e colônias finalmente destruíram a indústria automotiva britânica independente. Em 1975, a British Leyland, a única fabricante independente de carros no país, ruiu e teve de ser salva por meio de uma estatização. Alguns anos depois, os setores lucrativos da BL seriam adquiridos por uma ninharia... e pela BMW.

O declínio e eventual desaparecimento do setor automotivo britânico independente corresponde à experiência econômica britânica como um todo. A princípio, a economia britânica não se saiu tão mal: em 1951, a Grã-Bretanha ainda era o maior centro industrial da Europa, produzindo o dobro da França e da Alemanha somadas. O país oferecia pleno emprego e registrava crescimento, embora em ritmo menos acelerado do que outras nações. Contudo, a Grã-Bretanha sofria de duas sérias desvantagens, uma resultante de uma infelicidade histórica, a outra, fruto de uma auto-imposição.

A crise endêmica da balança de pagamentos do Reino Unido decorria, em grande medida, de dívidas acumuladas para financiar a guerra de seis anos contra a Alemanha e o Japão, ao que devem ser acrescidos os gastos enormes relativos ao custeio de um esquema eficaz de defesa, no período do pós-guerra (8,2% da renda nacional em 1955, enquanto a Alemanha gastava menos da metade dessa cifra). A libra esterlina — ainda unidade importante de transações internacionais na década de 1950 — encontrava-se supervalorizada, o que dificultava as vendas externas britânicas, que precisavam atingir volumes que compensassem o déficit crônico da libra em relação ao dólar. País insular, totalmente dependente da importação de gêneros alimentícios e matérias-primas básicas, a Grã-Bretanha, historicamente, compensara tal vulnerabilidade estrutural por meio do acesso privilegiado a mercados protegidos no âmbito do império e da Comunidade das Nações.

Mas essa dependência de mercados e recursos distantes, vantagem no início do pós-guerra, enquanto o restante da Europa estava envolvido no esforço de recuperação, tornou-se séria desvantagem depois que a Europa — e especialmente a zona da CEE — começou a prosperar. Os britânicos não tinham como competir com os EUA, nem (mais tarde) com a Alemanha, em qualquer

mercado externo não protegido, e as exportações britânicas para a própria Europa ficavam ainda mais atrás das exportações de outros produtores europeus. Em 1950, o valor das vendas de produtos industrializados britânicos no exterior representava 25% do total mundial; vinte anos mais tarde, constituía apenas 10,8%. Os britânicos haviam perdido a sua fatia do mercado mundial, e os fornecedores tradicionais — na Austrália, Nova Zelândia, no Canadá e nas colônias africanas — também começavam a buscar outros mercados.

Até certo ponto, o relativo declínio econômico britânico foi, portanto, inevitável. Mas a contribuição feita pela própria Grã-Bretanha a esse processo não deve ser subestimada. Mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a indústria britânica já conquistara a merecida reputação de ineficiência, de repousar sobre os louros do passado. O problema não era a supervalorização dos britânicos. Ao contrário. Conforme observou Maynard Keynes, num comentário sardônico a respeito das perspectivas econômicas britânicas no pós-guerra: “O salário mínimo neste país é (de modo geral) 2 xelins por hora; nos EUA é 5 xelins por hora [...]. Nem mesmo a célebre ineficiência da indústria britânica será capaz (espera-se) de anular, em grandes setores da indústria, toda essa diferença básica de custo em seu favor, embora tenha conseguido fazê-lo em alguns casos importantes [...]. As estatísticas disponíveis sugerem que, mesmo jamais tendo fabricado o produto, batemos o mundo inteiro em custos.”¹⁴⁸

Um problema era a força de trabalho. As fábricas britânicas eram operadas por homens (e algumas mulheres) tradicionalmente organizados em centenas de sindicatos profissionais estabelecidos há muito tempo: em 1968, a administração das fábricas automotivas da British Leyland precisava negociar, separadamente, cada detalhe relacionado a carga horária e salários com 246 sindicatos distintos. Isso numa época em que havia pleno emprego. Na verdade, a manutenção do pleno emprego era o maior objetivo social de todos os governos britânicos naqueles anos. A determinação de evitar a volta aos horrores dos anos 30, quando homens e máquinas deterioraram devido à inatividade, superava qualquer consideração de crescimento, produtividade ou eficiência. Os sindicatos — e, de modo especial, os representantes sindicais — jamais tiveram tanto poder, nem antes nem depois daquele momento. Greves — a um só tempo, sintoma de militância trabalhista e também gestão incompetente — eram endêmicas na vida industrial britânica no pós-guerra.

Ainda que a liderança sindical na Grã-Bretanha houvesse seguido o exemplo alemão, dispondo-se a manter relações trabalhistas amigáveis e aceitar restrições salariais em troca de investimento, estabilidade e expansão, é improvável que a maioria dos empregadores morderse a isca. Na década de 1930, o futuro primeiro-ministro, o trabalhista Clement Attlee, identificara, corretamente, o mal-estar econômico britânico como um problema decorrente de baixo investimento, ausência de inovação, imobilidade de mão-de-obra e gerenciamento medíocre. Porém, uma vez empossados, Attlee e seus sucessores pouco puderam fazer para deter o estrago. Enquanto a indústria germânica herdara todas as vantagens das mudanças geradas pelo nazismo e pela guerra, as tradicionais indústrias britânicas, incapazes de competir, herdaram a estagnação e um profundo receio de mudar.

Nas décadas do pós-guerra, a indústria têxtil, a mineração, a construção naval, os setores do aço e da engenharia leve — todos precisavam de reestruturação e reequipagem; mas, do mesmo modo como optaram por atender aos sindicatos em vez de combater práticas ineficientes de trabalho, os gerentes de fábricas na Grã-Bretanha preferiram operar num ciclo de subinvestimento, pesquisa e desenvolvimento limitados, salários baixos e diminuição de clientela, em vez de arriscar um novo começo, com novos produtos, em novos mercados. A solução não era óbvia. Keynes, mais uma vez: “Se, por um lamentável engano geográfico, a Força Aérea norte-americana (é tarde demais para esperar tanto do inimigo) destruísse todas as fábricas situadas no litoral nordeste e em Lancashire (num momento em que somente os diretores estivessem presentes e mais ninguém), não teríamos o que temer. De que outra maneira poderíamos recuperar a experiência exuberante, necessária, ao que parece, para o sucesso, eu não saberia conjecturar.”

Na França, uma herança similar de administração incompetente e inércia foi superada por meio de investimento público e agressivo planejamento. Os governos britânicos, entretanto, restringiram-se à negociação coletiva, gestão da demanda e exortação. Para um Estado que a partir de 1945 nacionalizara grandes setores da economia e que, já em 1970, gastava 47% do PIB, tal cautela parece constituir estranho paradoxo. Mas o Estado britânico, embora fosse proprietário ou operador da maior parte dos setores de transporte, saúde, educação e comunicações, jamais exibiu ambições estratégicas de abrangência nacional, e, na prática, a economia seguia os seus próprios mecanismos. Coube a uma geração posterior de reformistas adeptos do livre-mercado — e a um primeiro-ministro conservador radicalmente avesso ao

Estado — aplicar toda a força do governo central para enfrentar o problema da estagnação econômica da Grã-Bretanha. Mas, àquela altura, algumas das censuras dirigidas à “velha” e mal adaptada economia britânica começavam a se voltar, por motivos diferentes, também para a vacilante economia alemã.

[147](#) Na década de 1960, a economia alemã cresceu ao ritmo de 9% ao ano, e a economia britânica, a 2,6%, o índice mais baixo no mundo desenvolvido, excetuando-se a Irlanda — que à época estava longe de ser “desenvolvida”.

[148](#) Citado por Peter Hennessy, *Never Again. Britain 1945-1951* (Nunca mais. Grã-Bretanha 1945-1951) (1993), p. 117.

O Fim de Caso

“Revolução é um ato da grande maioria da sociedade contra o comando de uma minoria.

É acompanhada de uma crise do poder político e do rompimento do aparato de coerção.

Portanto, não precisa ser realizada pela força das armas.”

Jacek Kuroń e Karel Modzelewski, Carta Aberta ao Partido (março de 1965)

“Todo partido comunista tem liberdade para aplicar os princípios do marxismo-leninismo e do socialismo em seu respectivo país, mas não tem liberdade para se desviar desses

princípios, caso pretenda continuar a ser um partido comunista.”

Leonid Brejnev (3 de agosto de 1968)

“Somente depois da Primavera de Praga, em 1968, foi possível ver quem era quem.”

Zdeněk Mlynář

“Yesterday came suddenly.”

Paul McCartney

Os anos 60 no bloco soviético foram, necessariamente, vivenciados de maneira bem diversa do que no Ocidente. Após 1965, o processo de “desestalinização” provocou a reivindicação de mudanças, assim como a descolonização e o fiasco em Suez o fizeram no Ocidente, mas o sufocamento da rebelião húngara deixara claro que reformas só seriam realizadas sob a égide do partido. E isso serviu para lembrar que a mola-mestra do comunismo era a autoridade de Moscou; o que contava eram a disposição e as políticas da

liderança soviética. Até ser derrubado, em 1964, Nikita Krushev definia a história da metade oriental da Europa.

A geração de líderes soviéticos contemporâneos de Krushev ainda acreditava na luta internacional das classes. Na realidade, foi a visão romântica das lembranças revolucionárias soviéticas projetadas por Krushev nas rebeliões da América Latina que o levou a dar o passo em falso que produziu a crise de Cuba, em 1962, e acarretou a queda do próprio Krushev. A divergência com a China, que veio à tona em 1960 e propiciou aos críticos esquerdistas de Moscou uma alternativa “maoísta” ao modelo soviético, não foi apenas uma luta por primazia geopolítica; foi também um embate sincero pela alma da “revolução mundial”. Sob esse aspecto, a rivalidade com Pequim colocou os líderes moscovitas do período pós-Stalin numa posição contraditória. Na condição de terra natal da revolução anticapitalista, Moscou continuava a divulgar suas ambições subversivas e a insistir na autoridade plena do partido, tanto na URSS quanto nos países-satélites. Por outro lado, o Kremlin prosseguia favorecendo a coexistência com as forças ocidentais — e com os seus próprios cidadãos.

Os anos de Krushev registraram melhorias concretas. A partir de 1959, o “Curso Breve” de Stalin já não era a fonte autorizada de história soviética e teoria marxista.¹⁸⁴ O reino do terror diminuiu, mas as instituições e práticas por ele geradas continuaram firmes: o Gulag ainda existia e dezenas de milhares de prisioneiros políticos ainda definhavam em campos de detenção e no exílio — a metade dos quais era ucraniana. Sob o comando de Krushev, as leis da era de Stalin que restringiam a mobilidade empregatícia foram abandonadas, a jornada de trabalho diária foi encurtada, o salário mínimo e um sistema de licença-maternidade foram introduzidos, além de um esquema nacional de pensão (estendido aos lavradores que trabalhavam em fazendas coletivas). Em suma, a União Soviética e os países-satélites mais avançados se tornaram Estados previdenciários embrionários, ao menos em forma.

No entanto, as reformas mais ambiciosas pretendidas por Krushev não geraram os esperados excedentes de gêneros alimentícios (outro motivo que levou os colegas a se livrarem do líder soviético em outubro de 1964). O cultivo de terras até então “virgens” no Cazaquistão e no sul da Sibéria foi desastroso: meio milhão de toneladas de solo arável perdiam-se todos os anos, uma terra totalmente inadequada ao plantio forçado de grãos; e quando havia o que colher, o produto muitas vezes vinha misturado com ervas daninhas. Numa mistura tragicômica de planejamento centralizado e corrupção local, os

chefões comunistas no Quirguistão instavam os agricultores que trabalhavam em fazendas coletivas a cumprir as cotas de produção comprando gêneros em estabelecimentos locais. Foram registrados distúrbios em consequência de problemas no fornecimento de gêneros alimentícios em cidades provincianas (notadamente em Novocherkassk, em junho de 1962). Em janeiro de 1964, na sequência da fracassada safra de 1963, a URSS foi obrigada a importar grãos do Ocidente.

Ao mesmo tempo, as microfazendas particulares, esporadicamente incentivadas por Krushev, obtinham um sucesso quase constrangedor: no início dos anos 60, os 3% do solo que eram propriedade particular geravam mais do que a terça parte da produção agrícola da União Soviética. Já em 1965, dois terços das batatas consumidas na URSS e três quartos dos ovos vinham de propriedades rurais particulares. Na União Soviética, tanto quanto na Polônia ou na Hungria, o “socialismo”, para sobreviver, dependia da economia interna “capitalista” e ilegal, a cuja existência o regime fazia vista grossa.¹⁸⁵

As reformas econômicas dos anos 50 e 60 foram, desde o princípio, uma tentativa espasmódica de remendar um sistema estruturalmente defeituoso. Na medida em que implicavam uma certa disposição de descentralizar as decisões econômicas ou autorizar uma efetiva produção privada, tais reformas, na visão da velha guarda, linha-dura, eram uma afronta. Mas, de qualquer forma, a liberalização empreendida por Krushev e, mais tarde, por Brejnev não representava uma ameaça imediata à rede de poder e proteção da qual o sistema soviético dependia. Na realidade, precisamente por estarem sempre subordinadas às prioridades políticas, no âmbito do bloco soviético, as melhorias econômicas alcançavam objetivos tão reduzidos.

Já a reforma cultural era uma outra questão. Lenin sempre se preocupava mais com críticos do que com princípios; e os herdeiros de Lenin não foram diferentes. A oposição de ordem intelectual, fosse ela mais difundida no partido ou fora dele, era algo que afetava, profundamente, a sensibilidade dos líderes comunistas, inclusive Krushev. Em 1956, tanto na União Soviética quanto em outras regiões, após as primeiras denúncias de Krushev contra Stalin, o otimismo foi geral em relação ao relaxamento da censura e ao surgimento de um espaço para a dissensão e a crítica cautelosa (naquele mesmo ano, Boris Pasternak submeteu em vão o manuscrito do romance *Doutor Jivago* ao periódico literário *Novy Mir*). Mas o Kremlin logo demonstrou apreensão diante do que considerava constituir permissividade cultural; três anos antes do XX Congresso do Partido, Krushev já proferia discursos

públicos exaltados, defendendo o realismo socialista nas artes e fazendo graves ameaças aos críticos do movimento, caso prosseguissem a menosprezá-lo, mesmo em retrospecto. Simultaneamente, em 1959, as autoridades reprimiram sacerdotes da Igreja Ortodoxa e seguidores da Igreja Batista, expressões de dissidência cultural que contavam com relativa liberdade desde a queda de Stalin.

Entretanto, o próprio Krushev, se não os companheiros, era sempre imprevisível. O XXII Congresso do PCUS, em outubro de 1961, revelou a extensão da ruptura entre a China e a URSS (no mês seguinte, os soviéticos fecharam a Embaixada na Albânia, sede europeia de Pequim) e, na competição por influência global, Moscou dispôs-se a apresentar um novo perfil aos seguidores internacionais, agora confusos e hesitantes. Em 1962, um professor secundário, Aleksandr Soljenitsin, recebeu permissão para publicar seu romance pessimista e implicitamente subversivo, *Um Dia na Vida de Ivan Denissovitch*, no *Novy Mir* — o mesmo periódico que rejeitara Pasternak menos de seis anos antes.

A tolerância relativa que existiu nos últimos anos de Krushev não chegou a incluir a crítica direta à liderança soviética: é certo que a obra posterior de Soljenitsin jamais teria autorização para ser publicada, nem mesmo no auge do “degelo”. Mas, comparado à situação anterior, o início dos anos 60 foi uma época de liberdade literária e de prudente experimentação cultural. Porém, com o golpe no Kremlin, ocorrido em outubro de 1964, tudo mudou. Os que conspiraram contra Krushev exasperavam-se com o fracasso da política do líder e com seu estilo autocrático; mas, acima de tudo, era a inconsistência de Krushev que os incomodava. O próprio primeiro-secretário talvez soubesse, exatamente, o que era permissível ou não, mas havia o risco de que terceiros compreendessem mal a aparente tolerância do líder. Erros talvez fossem cometidos.

Poucos meses após assumir o controle, a nova liderança instalada no Kremlin começou a pressionar os intelectuais. Em setembro de 1965, dois jovens escritores, Andrei Siniavski e Iuli Daniel, foram presos. Sob os pseudônimos, respectivamente, de Abram Tertz e Nikolai Arjak, tinham conseguido contrabandear para o Ocidente várias obras de ficção. Tertz-Siniavski também haviam publicado — no exterior — um breve ensaio crítico sobre a literatura soviética moderna, intitulado *Sobre o Realismo Socialista*. Em fevereiro de 1966, os dois foram levados a julgamento. Uma vez que lei alguma na União Soviética proibia a publicação de obras no exterior, as autoridades alegaram

que o conteúdo das obras era, por si só, prova do crime de atividade anti-soviética. Os dois escritores foram considerados culpados e condenados a cumprir pena em campos de trabalho forçado: Siniavski a sete anos (embora tenha sido libertado depois de seis anos) e Daniel a cinco.

Ainda que uma campanha da imprensa difamando os dois autores houvesse atraído a atenção do público para o destino dos réus, o julgamento de Siniavski-Daniel foi realizado a portas fechadas. Contudo, os procedimentos jurídicos foram gravados secretamente e transcritos por diversas pessoas que haviam sido admitidas ao tribunal, sendo publicados em russo e inglês no ano seguinte, fato que provocou petições internacionais e pedidos de soltura para os acusados.¹⁸⁶ O aspecto incomum do caso era que, a despeito de toda a brutalidade das décadas de Stalin, ninguém até então havia sido preso *apenas* com base no conteúdo de escritos (ficcionais). No passado, mesmo quando provas materiais eram livremente forjadas, os intelectuais sempre tinham sido acusados com base em *atos*, não em simples *palavras*.

Por ter sido contrastado com a relativa liberalidade dos anos de Krushev, o tratamento dispensado a Siniavski e Daniel gerou protestos sem precedentes dentro da própria União Soviética. O movimento dissidente das últimas décadas da União Soviética tem início nesse momento: “*samizdat*” (“publicação pelo autor”) começou no ano em que ocorreram as mencionadas prisões, e por causa das prisões; e muitas das principais figuras que integravam os círculos de dissidentes soviéticos nos anos 70 e 80 surgiram por ocasião dos protestos contra o tratamento dado a Siniavski e Daniel. Vladimir Bukovski, então um estudante de 25 anos, foi detido em 1967 por organizar uma manifestação na praça Púchkin em defesa dos direitos civis e da liberdade de expressão. Já em 1963, Bukovski tinha sido preso pela KGB, acusado de portar literatura anti-soviética, e fora enviado a um hospital psiquiátrico para tratamento compulsório. Desta feita, foi condenado a três anos de trabalhos forçados, por “atividades anti-soviéticas”.

O caso Siniavski-Daniel e a reação por ele causada pareciam demarcar, claramente, a situação na União Soviética: o que havia e o que não havia mudado. Segundo quaisquer parâmetros, exceto os da sua própria história, o regime era estático, repressor e inflexível. A miragem de 1956 se desfizera. As perspectivas de dizer a verdade sobre o passado e de reformar o futuro pareciam distantes. As ilusões da era Krushev estavam destruídas. Não importa qual fosse o perfil apresentado às potências ocidentais, internamente o regime

soviético se acomodava a um longo crepúsculo de estagnação econômica e decadência moral.

No Leste Europeu, nos Estados-satélites do bloco soviético, todavia, as perspectivas de mudança pareciam nitidamente mais propícias. Aparentemente, isso configura um paradoxo. Afinal, se os cidadãos da União Soviética eram impotentes diante da ditadura pós-stalinista, os habitantes da Hungria, da Tchecoslováquia e seus vizinhos estariam duplamente indefesos, pois não apenas viviam sob um regime repressor, mas seus próprios líderes atuavam sob o domínio da verdadeira autoridade na capital imperial. Os princípios do Império Soviético tinham ficado bastante claros em Budapeste, em novembro de 1956. Além disso, na Tchecoslováquia e na Romênia, algumas das vítimas que haviam sobrevivido aos julgamentos forjados realizados no passado ainda padeciam na cadeia, uma década depois.

No entanto, a Europa Oriental *era* diferente — até certo ponto, é claro, porque se tratava de uma recente extensão colonial do domínio comunista. Na década de 1960, o comunismo era a única forma de governo conhecida da maioria dos habitantes da União Soviética; na esteira da Grande Guerra Patriótica o regime chegara mesmo a conquistar certa legitimidade. Porém, mais a oeste, a lembrança da ocupação soviética e da tomada de poder pelos soviéticos ainda estava viva. O simples fato de *serem* fantoches de Moscou, portanto, carecendo de credibilidade local, tornava os líderes do partido nos Estados-satélites mais sensíveis aos benefícios de atender o sentimento nativo.

Isso parecia possível sobretudo porque, na Europa Oriental, entre 1956 e 1968, os indivíduos que criticavam os regimes do partido não eram, em absoluto, anticomunistas. Reagindo à declaração de Sartre, em 1956, de que a revolução húngara fora marcada por um “espírito direitista”, o intelectual refugiado húngaro François Fejtő respondera que eram os stalinistas que se posicionavam à direita. *Eles* eram os “versalheses”. “*Nós* continuamos a ser homens de esquerda, leais às nossas idéias, aos nossos ideais e às nossas tradições.” A insistência de Fejtő na credibilidade da *esquerda* anti-stalinista capta o tom da oposição intelectual do Leste Europeu observado nos 12 anos seguintes. A questão não era condenar o comunismo, muito menos derrubá-lo; antes, a meta era refletir sobre os terríveis erros cometidos e propor uma alternativa de acordo com os termos do próprio comunismo.

Isso constituía “revisionismo”, termo empregado pela primeira vez, nesse contexto, pelo líder polonês Władisław Gomułka durante um encontro do

Comitê Central do Partido Polonês dos Trabalhadores Unidos, realizado em maio de 1957, referindo-se aos intelectuais que o criticavam. Esses “revisionistas” — na Polônia, o mais famoso era o jovem filósofo marxista Leszek Kolakowski — tinham sido, em muitos casos, marxistas ortodoxos até 1956. Não renegaram tal fidelidade da noite para o dia. Em vez disso, passaram os 12 anos seguintes, nas palavras do escritor eslovaco Milan Šimečka, “tentando encontrar o erro do projeto”. A exemplo da maioria dos marxistas ocidentais contemporâneos, os “revisionistas” abraçavam a noção de que era possível distinguir claramente entre a credibilidade do marxismo e os crimes de Stalin.

Para muitos marxistas do Leste Europeu, o stalinismo era uma paródia trágica da doutrina marxista e a União Soviética um desafio permanente à credibilidade do projeto de transformação socialista. Porém, ao contrário da Nova Esquerda ocidental, os revisionistas intelectuais do Leste Europeu continuavam a colaborar com o Partido Comunista, não raro trabalhando no âmbito do partido. É certo que isso decorria, em parte, de necessidade; mas decorria também de autêntica convicção. A longo prazo, tal associação haveria de isolar e até desacreditar os comunistas favoráveis à reforma, principalmente aos olhos de uma geração cada vez mais atenta à atmosfera da nova geração ocidental, cujo ponto de referência não era o passado stalinista, mas o presente capitalista. Contudo, de 1956 até 1968 o movimento revisionista na Europa Oriental propiciou a escritores, cineastas, economistas, jornalistas etc. uma janela de otimismo que se abriu brevemente para um novo futuro socialista.

Na Polônia, o espaço crítico mais importante foi viabilizado pela Igreja Católica, e pela proteção que a Igreja oferecia a quem estivesse sob os seus auspícios — de modo especial na Universidade Católica de Lublin e através dos periódicos *Znak* e *Tygodnik Powszechny*. Era uma particularidade da Polônia, nos anos de Gomułka, o fato de filósofos marxistas e teólogos católicos concordarem quanto à defesa da liberdade de expressão e das liberdades civis — um estágio embrionário de alianças que seriam formadas nos anos 70. Em outros locais, no entanto, o próprio Partido Comunista era o único fórum onde essas críticas podiam ser expressas com segurança. O terreno mais propício à crítica “construtiva” era a gestão comunista da economia.

Um motivo para tanto era que o marxismo convencional fundamentava-se, supostamente, na economia política, de modo que a política econômica (uma vez liberada da mão morta de Stalin) tornou-se uma arena plausível de dissensão intelectual. Outro motivo foi que, à época, muitos intelectuais do Leste

Europeu ainda levavam o marxismo bem a sério e consideravam o problema da economia comunista um ponto de partida teórico vital para a implementação de reformas sérias. Mas a principal explicação era, simplesmente, que no início dos anos 60 as economias dos Estados comunistas europeus começavam a demonstrar os primeiros indícios de mau funcionamento.

As falhas das economias comunistas não eram segredo. Essas economias mal conseguiam prover alimentos para seus cidadãos (na União Soviética, muitas vezes, tal provisão era de fato insuficiente). O sistema priorizava a produção em massa e excessiva de bens industriais primários. Diversos itens — acima de tudo, bens de consumo — para os quais *havia* uma procura crescente não eram produzidos, ou não em quantidades suficientes, ou então não apresentavam a qualidade necessária. E o sistema de distribuição e venda dos bens dessa natureza que chegavam a ser disponibilizados era tão mal gerenciado que a escassez verídica ficava exacerbada por uma escassez induzida: pontos de estrangulamento, sonegação fiscal, corrupção e — no caso de alimentos e outros perecíveis — elevados índices de desperdício.

Na primeira década do pós-guerra, as ineficiências típicas do comunismo tinham ficado parcialmente camufladas pelas necessidades de reconstrução que se impunham ao período. Porém, no princípio dos anos 60, depois da bravata de Krushev — de que o comunismo “ultrapassaria” o Ocidente e que a transição para o socialismo estava concluída —, o hiato entre a retórica do partido e a penúria do cotidiano já não podia ser transposto por meio de exortações à recuperação dos prejuízos causados pela guerra ou ao incremento da produção. E a alegação de que sabotadores — *kulaks*, capitalistas, judeus, espiões ou “interesses ocidentais” — eram responsáveis por impedir o avanço do comunismo, embora ainda ouvida em determinados círculos, estava agora associada à época do terror: uma época que a maioria dos líderes comunistas, seguindo Krushev, mostrava-se ansiosa por deixar para trás. Os problemas, conforme o consenso crescente, estariam no próprio sistema econômico comunista.

Os autodenominados “economistas reformadores” (o termo “revisionista” encerrava conotações pejorativas) eram mais numerosos na Hungria. Em 1961, János Kádár havia declarado que o Estado-partido passaria a supor que quem não lhe fizesse franca oposição o apoiava; e foi portanto sob a égide do regime kádárista que pela primeira vez os críticos da prática econômica comunista sentiram-se seguros para falar.¹⁸⁷ Economistas reformadores admitiram que a coletivização da terra ocorrida nas décadas de 40 e 50 tinha

sido um equívoco. Reconheciam também, embora com mais cautela, que a obsessão soviética por extração e produção em grande escala de bens industriais primários era um empecilho ao crescimento. Em suma, esses economistas assentiam — embora não o fizessem explicitamente — que a aplicação generalizada, em toda a Europa Oriental, da industrialização forçada e da destruição de propriedade privada, conforme levada a termo na União Soviética, fora um desastre. E, o que era mais radical, os reformistas começaram a buscar meios que permitissem às economias comunistas incorporar sinalização de preços e outros incentivos mercadológicos a um sistema coletivista de propriedade e produção.

Durante os anos 60, os debates acerca de reforma econômica na Europa Oriental caminhavam por uma trilha estreita. Alguns líderes do partido mostravam-se suficientemente pragmáticos (ou preocupados) a ponto de reconhecer os erros técnicos do passado — até mesmo a liderança tcheca neostalinista abandonou a ênfase na indústria pesada, em 1961, na metade do desastroso Terceiro Plano Quinquenal. Mas admitir o fracasso do planejamento centralizado ou da propriedade coletiva era outra questão. Economistas favoráveis às reformas, como Ota Sik ou o húngaro János Kornai, tentavam definir uma “terceira via”: uma economia mista em que os fatos inegociáveis da propriedade coletiva e o planejamento central seriam atenuados através de um aumento de autonomia local, alguma sinalização de preços e relaxamento de controles. Os argumentos econômicos, afinal, eram incontroversos: sem as reformas, o sistema comunista haveria de se degenerar, chegando à estagnação e à pobreza — “multiplicando a escassez”, conforme disse Kornai, num célebre ensaio.

Somente na Hungria Kádár respondeu aos críticos, autorizando uma certa medida de reforma concreta: o Novo Mecanismo Econômico, inaugurado em 1968. As fazendas coletivas foram agraciadas com bastante autonomia — e não apenas uma autonomia consentida, mas incentivada — para apoiar a produção em terrenos particulares, paralelamente às atividades coletivas. Alguns monopólios foram rompidos. Os preços de algumas mercadorias foram inseridos no mercado mundial, e flutuavam através de taxas de câmbio múltiplas. Foi autorizada a propriedade particular de pontos de venda no varejo. O objetivo do exercício não era tanto construir uma via funcional intermediária entre dois sistemas econômicos incompatíveis, mas introduzir o máximo de atividade mercadológica (e, assim, esperava-se garantir aos consumidores

uma prosperidade que gerasse satisfação) compatível com o controle político firme praticado pelo alto comando da economia.

Em retrospecto, fica evidente que os reformistas se iludiam, ao supor que a “terceira via” entre o comunismo e o capitalismo fosse realista. Mas isso não decorria de qualquer deficiência formal na análise econômica feita por eles. O verdadeiro erro dos reformistas residia na leitura equivocada e curiosamente ingênua do sistema em que viviam. O que importava para a liderança comunista não era a economia, mas a política. A implicação inelutável das teorias dos reformistas econômicos era de que a autoridade central do Estado-partido precisaria ser enfraquecida, para que a normalidade pudesse retornar à vida econômica. Mas, diante de tal escolha, os Estados-partidos comunistas sempre haveriam de optar pela anormalidade econômica.

Nesse ínterim, porém, os regimes demonstravam interesse, principalmente, em estabilidade. Para tal, havia três modelos emergentes. O primeiro, o “kádárismo”, não era prontamente exportável — e fazia parte da própria estratégia do líder húngaro, para garantir às autoridades do Kremlin que *não havia* um “modelo” húngaro, mas apenas uma solução prática e limitada visando às dificuldades locais. A situação da Hungria era deveras singular, na qual Kádár acenava, cinicamente, com a possibilidade de acesso ao próspero Ocidente para seus compatriotas húngaros ávidos por viajar, algo que seria uma espécie de recompensa por bom comportamento — uma confissão tácita do fracasso do comunismo. O país era agora comandado pela e para a “Nova Classe”, conforme denominada pelo dissidente iugoslavo Milovan Djilas num livro influente publicado em 1957: uma tecnocracia de burocratas e profissionais dotados de educação formal, preocupados, pragmaticamente, em forrar o ninho e garantir a própria sobrevivência. Uma libertação autêntica era impensável, mas a volta à repressão era sumamente improvável.

A Hungria de Kádár — “a melhor barraca do acampamento” — era muito invejada, ainda que apenas esporadicamente imitada. O segundo modelo, a Iugoslávia de Tito, era ainda mais *sui generis*. Não porque a Iugoslávia houvesse evitado os problemas dos países vizinhos. Muitas das falhas econômicas dos satélites soviéticos eram bem conhecidas pelos iugoslavos, um lembrete de que a animação suspensa do país entre Oriente e Ocidente resultava de acaso histórico, e não de opção ideológica. Mas ao longo dos anos 50 e 60 Tito havia introduzido um certo grau de descentralização ao processo decisório, permitindo experiências com a “autonomia” das fábricas e dos trabalhadores.

Essas inovações surgiram em virtude de divisões étnicas e geográficas, e também da necessidade econômica. Num Estado federativo cujas repúblicas e populações constitutivas tinham pouco em comum, além de lembranças tristes e mutuamente antagonistas, a imposição de instruções unificadas e expedidas a partir de Belgrado parecia um retorno a práticas utilizadas antes da guerra. A topografia difícil da região favorecia a iniciativa local, e, graças ao rompimento com Stalin, a versão de ditadura do proletariado praticada pelo próprio Tito já não era pressionada a repetir, com detalhes, os erros cometidos pela União Soviética no caminho da modernidade industrial. Eram essas considerações — e não o projeto socialista criativo e alternativo que os admiradores ocidentais desejavam creditar a Tito naqueles anos — que estruturavam o modelo iugoslavo.

Em todo caso, a Iugoslávia era mesmo diversa: não necessariamente mais branda com os críticos, conforme Djilas e outros descobriram ao divergir da ortodoxia titoísta,¹⁸⁸ porém mais flexível ao lidar com as necessidades e os desejos da população como um todo (também graças ao auxílio oferecido pelo Ocidente). Quando a ensaísta iugoslava Dubravka Ugrešić fala de saudades da Iugoslávia da sua juventude, o que lhe vem à mente são “botinhas de bico fino, capas de chuva de plástico, as primeiras roupas íntimas de náilon [...] a primeira visita a Trieste”. Essa lista de bens de consumo vendidos a preços módicos estaria bem menos acessível à memória, na Bulgária e na Romênia, por exemplo — e “a primeira visita a Trieste” estaria totalmente fora de cogitação. Os iugoslavos não eram prósperos, nem livres, mas tampouco estavam encarcerados num sistema hermético. O “titoísmo” era opressivo, mas não repressivo. Àquela época, essa distinção era importante.

Uma terceira rota para a estabilidade era o “stalinismo nacional”. Foi essa a opção feita pela Albânia — uma sociedade fechada e empobrecida que vivia sob o comando absoluto de um autocrata local pertencente ao partido, um indivíduo paranóico e todo-poderoso. Mas esse era também, cada vez mais, o modelo romeno. Nikita Krushev, que realmente não gostava da Romênia (sentimento comum àquela geração de russos), tentara destinar ao país um papel agrícola singular na distribuição comunista internacional da força de trabalho. Mas, em Bucareste, os líderes do partido não tinham a menor intenção de se limitarem à tarefa de fornecer matérias-primas e gêneros alimentícios às economias comunistas mais prósperas e avançadas.

Tendo desempenhado um papel obsequioso na supressão do levante húngaro, os romenos conseguiram a retirada das tropas soviéticas do

território romeno em 1958 e passaram a trilhar um caminho cada vez mais independente. Sob o comando de Dej e (a partir de 1965) Ceaușescu, a Romênia declinou de se envolver nas rixas de Moscou com a China e chegou a negar a realização em solo romeno de manobras previstas no Pacto de Varsóvia. Os líderes romenos fizeram gestos de amizade a Tito (cujas próprias relações com o Pacto de Varsóvia eram formais, e não amigáveis) e, em 1963, Dej chegou a discursar na Assembléia Nacional iugoslava; e os líderes romenos bancaram a industrialização neo-stalinista do país, com fundos e maquinaria obtidos junto à Europa Ocidental. As transações da Romênia com o Ocidente aumentavam gradualmente, enquanto os negócios com os países do Comecon diminuía — de 70% da totalidade do comércio internacional romeno, no início dos anos 60, para 45%, dez anos mais tarde.

Essa tão alardeada estratégia, do tipo “primeiro a Romênia”, não foi mal recebida internamente — com efeito, um dos mecanismos que o Partido Comunista da Romênia utilizou para compensar suas origens claramente não-romenas foi o de se envolver num manto do nacionalismo. Dej iniciou esse processo, e Ceaușescu apenas o levou adiante. Mas a estratégia foi ainda mais bem-sucedida no exterior. Enquanto a Albânia, que era a representante da China na Europa, não atraía quem quer que fosse, exceto stalinistas nostálgicos e maoístas ensandecidos, a imagem internacional da Romênia comunista era curiosamente positiva. Simplesmente por se distanciarem de Moscou, os homens de Bucareste conseguiram conquistar um grande número de admiradores ocidentais. Em agosto de 1966, a revista *The Economist* chamou Ceaușescu de “De Gaulle do Leste Europeu”.

Em visita a Bucareste, em maio de 1968, o próprio De Gaulle observou que, embora o comunismo de Ceaușescu não fosse apropriado para o Ocidente, era provavelmente adequado à Romênia: “*Chez vous un tel régime est utile, car il fait marcher les gens et fait avancer les choses*” (Para vocês um regime desses é útil, pois faz as pessoas caminharem e faz as coisas avançarem). De Gaulle estava totalmente certo quanto à inadequação do comunismo romeno ao Ocidente. O comunismo na Romênia era particularmente perverso e repressor: ao se distanciarem da União Soviética após 1958, Dej e Ceaușescu livravam-se da necessidade de fazer coro à “desestalinização” e às reformas associadas com a era Krushev. Em contraste com os demais Estados-satélites, a Romênia não deixava qualquer espaço para a oposição interna — nos anos 60, os intelectuais de Bucareste, isolados de sua própria sociedade, não desempenhavam papel algum nos debates domésticos (não havia debates) e

tinham de se contentar com a leitura dos mais recentes *nouveaux romans* publicados em Paris e com a participação indireta numa cultura francesa cosmopolita, com a qual os romenos instruídos sempre haviam declarado uma afinidade especial.

Porém, longe de condenar os ditadores romenos, os governos ocidentais os incentivavam. Depois que a Romênia quebrou o veto soviético e, em janeiro de 1967, reconheceu formalmente a Alemanha Ocidental, as relações se tornaram ainda mais estreitas: Richard Nixon tornou-se o primeiro presidente dos EUA a visitar um Estado comunista, desembarcando em Bucareste em agosto de 1969. O comunismo nacional — “Ele pode ser comuna, mas é nosso comuna” — recompensou Ceaușescu: no devido tempo, a Romênia foi o primeiro país do Pacto de Varsóvia a ingressar no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (em 1971), no Banco Mundial e no FMI (1972), a ser objeto de privilégios comerciais da Comunidade Européia (1973) e a ter o status de nação mais favorecida dos EUA (1975).¹⁸⁹

Os diplomatas ocidentais viam nos autocratas anti-russos de Bucareste as sementes de um novo Tito: esses autocratas eram firmes, confiáveis, cordatos e mais interessados em poder local do que em distúrbios internacionais. Em certo sentido, ao menos, os diplomatas estavam certos. Tito e Ceaușescu, a exemplo de Kádár e da liderança neo-stalinista da RDA, navegaram muito bem entre as dificuldades dos anos 60. Cada um ao seu modo, ambos garantiam autoridade e controle domésticos, enquanto mantinham ao menos uma coexistência pacífica com Moscou. Os líderes comunistas em Varsóvia e Praga não tiveram o mesmo sucesso.

O desfecho pacífico dos levantes poloneses em 1956 teve um preço. Embora as instituições e os escritores católicos tivessem permissão para atuar na Polônia de Gomulka, a oposição dentro do próprio partido era severamente restringida. O Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos continuou profundamente conservador, mesmo tendo conseguido evitar expurgos violentos durante os anos de Stalin. Apreensiva diante da possibilidade de uma repetição dos distúrbios de 1956, a liderança do partido tratava qualquer crítica à sua política como ameaça direta ao monopólio político comunista. O resultado foi uma grande frustração entre os intelectuais “revisionistas”, não apenas com o regime de modo geral, mas com a perda da oportunidade para seguir um novo rumo, a questão inacabada do “Outubro Polônês”.

No verão de 1964, dois alunos de pós-graduação da Universidade de Varsóvia, Jacek Kuroń e Karel Modzelewski, redigiram uma crítica acadêmica ao sistema político e econômico da Polônia Popular. A dissertação era incontestavelmente marxista em tom e conteúdo, mas isso não impediu que os dois fossem expulsos do partido e da União da Juventude Socialista, além de serem acusados nos círculos oficiais de espalhar propaganda antipartidária. Como resposta, os rapazes publicaram uma Carta Aberta ao Partido, encaminhada em março de 1965 ao diretório do partido junto à Universidade de Varsóvia. Na carta, os autores descrevem um regime burocrático, autocrata, surdo aos interesses de todos, exceto à elite governante servida pelo próprio regime, um regime que governava a população ativa de maneira incompetente e censurava qualquer comentário e qualquer crítica. A única esperança da Polônia, Kuroń e Modzelewski concluíam, era uma verdadeira revolução baseada nos conselhos dos trabalhadores, na liberdade de imprensa e na abolição da polícia política.

No dia seguinte à apresentação da carta, os dois jovens foram presos e acusados de propor a derrubada do Estado. Em 19 de julho de 1965, foram condenados, respectivamente, a três e a três anos e meio de detenção. As autoridades melindraram-se, acima de tudo, com os termos impecavelmente marxistas da crítica, com a utilização eficiente de indicadores sociais para apontar o fraco desempenho econômico do regime e com o clamor por uma revolução operária que substituísse a ditadura burocrática vigente (um toque neotrotskista que não ajudou a causa dos autores¹⁹⁰). Antes de mais nada, o partido talvez estivesse decidido a impedir o avanço da combinação de diagnóstico intelectual com ação proletária, conclamada na carta de Kuroń e Modzelewski.

O Caso Kuroń-Modzelewski despertou uma reação profunda na universidade. O julgamento secreto dos dois estudantes causou impacto, e surgiram pedidos não apenas para que eles fossem soltos, mas para que a carta e a dissertação viessem à público. Intelectuais veteranos abraçaram a causa. Leszek Kołakowski, professor de filosofia da Universidade de Varsóvia, dirigiu-se aos alunos do Instituto de História, no ano seguinte, por ocasião do décimo aniversário da sessão plenária do Partido Polonês, realizada em outubro de 1956. O Outubro Polonês fora uma oportunidade desperdiçada, ele explicou. Dez anos mais tarde, a Polônia era uma terra de privilégios, ineficiência e censura. Os comunistas não mais estavam sintonizados com o país, e a repressão

a Kuroń, Modzelewski e à crítica por eles apresentada era sinal do declínio do partido — e da nação.

Kołakowski foi devidamente expulso do partido, tachado de “burguês liberal”, embora seus colegas da Universidade de Varsóvia afirmassem, corajosamente, o reconhecimento internacional das credenciais marxistas dele. Vinte e dois eminentes escritores e intelectuais comunistas poloneses escreveram ao Comitê Central defendendo o “camarada Kołakowski” como porta-voz de uma “cultura socialista e da democracia livre e autêntica”. Todos os 22 foram, então, expulsos do partido. Já na primavera de 1967, a canhestra liderança polonesa, enraivecida pela crítica proveniente da esquerda, havia conseguido suscitar uma autêntica oposição intelectual; e a Universidade de Varsóvia se tornara um centro da rebeldia estudantil — em nome da liberdade de expressão e, entre outras questões, em defesa dos professores perseguidos.

O problema da liberdade de expressão na Universidade de Varsóvia ficou ainda mais complicado em janeiro de 1968. Desde o final de novembro de 1967, o teatro universitário apresentara uma montagem de *Os Antepassados*, peça de autoria de Adam Mickiewicz, considerado o poeta nacional da Polônia. Escrita em 1832, mas perigosamente atual, por retratar a luta de insurgentes no século XIX contra a opressão, a peça vinha atraindo um público participativo e visivelmente engajado. Em fins de janeiro, as autoridades comunistas anunciaram que a produção teria de ser cancelada. Após a última apresentação, centenas de estudantes seguiram em passeata até o monumento a Mickiewicz na capital polonesa, denunciando a censura e exigindo um “teatro livre”. Dois estudantes, Henryk Szlajfer e Adam Michnik, descreveram a situação para o correspondente de *Le Monde* em Varsóvia, cuja reportagem foi transmitida pela Rádio Europa Livre: Michnik e o colega foram expulsos da universidade.

A reação se constituiu de uma onda de petições organizadas pelos estudantes e enviadas ao Parlamento polonês, comunicações de solidariedade expedidas pelo escritório da Associação Polonesa de Escritores, em Varsóvia, e discursos proferidos por Kołakowski e outros ilustres professores e escritores em defesa dos alunos. Referindo-se à “ditadura dos ignorantes”, um escritor denunciou publicamente o tratamento dispensado pelos comunistas à cultura. Em 8 de março, uma assembléia estudantil realizada na Universidade de Varsóvia para protestar contra a expulsão de Michnik e Szlajfer foi violentamente dispersada pela polícia. Três dias depois, surgiram manifestações de estudantes por todo o país, e estourou uma greve na própria Universidade

de Varsóvia. Círculos neo-stalinistas dentro do partido começaram a condenar a perda de controle do PC, alguns indivíduos chegando a alertar Moscou quanto ao risco de um “revisionismo” em estilo tcheco.

O regime de Gomulka reagiu com severidade. A greve e as manifestações foram esmagadas com bastante violência — tamanha violência que um membro do Politburo e dois veteranos ministros de Estado se exoneraram em sinal de protesto. Outros 36 estudantes e seis professores (inclusive Kołakowski) foram desligados da Universidade de Varsóvia. Então, a exemplo do que ocorrera durante a repressão à Primavera de Praga, na vizinha Tchecoslováquia (ver em seguida), as autoridades prenderam os organizadores dos protestos e das petições contra a invasão soviética e os processaram. No decorrer de uma longa série de julgamentos realizados entre setembro de 1968 e maio de 1969, estudantes e outros intelectuais de Varsóvia, Vratislávia, Cracóvia e Łódz foram condenados, recebendo penas que variaram de seis meses a três anos de reclusão, por “participação em organizações secretas”, “distribuição de publicações contrárias ao Estado” e outros crimes. As sentenças mais duras foram dadas a jovens como Adam Michnik, Jan Litynski e Barbara Toruńczyk, que tinham atuado também nos primeiros protestos estudantis.

Um número desproporcional de estudantes e professores detidos, expulsos e condenados na Polônia, entre 1967 e 1969, era de origem judaica, e isso não foi mera coincidência. Desde a volta de Gomulka ao poder, em 1956, a ala conservadora (neo-stalinista) do Partido Comunista Polonês procurava uma oportunidade para anular até as liberalizações mais tímidas por ele introduzidas. Sob a direção de Mieczysław Moczar, ministro do Interior, a oposição interna ao partido havia se reunido em torno da causa do anti-semitismo.

Desde a morte de Stalin até 1967, o anti-semitismo — embora endêmico no Leste europeu e na própria União Soviética — foi mantido fora da retórica comunista oficial. Depois da guerra, na Europa Oriental, a maioria dos judeus sobreviventes partiu para o Ocidente, ou para Israel. Entre os que ficaram, muitos fugiriam (se conseguissem fazê-lo) durante as perseguições promovidas nos últimos anos de Stalin. Ainda havia comunidades judaicas numerosas na Polônia e (especialmente) na Hungria; no entanto, a maioria não era de judeus praticantes e, de modo geral, sequer se considerava judia. No caso dos nascidos depois da guerra, muitos nem sabiam que eram judeus — os pais achavam prudente manter o fato sob sigilo.¹⁹¹

Especialmente na Polônia, um número ainda considerável de comunistas judeus — alguns dos quais ocupando cargos oficiais, outros trabalhando em

universidades e profissões liberais — era, na mais das vezes, indiferente à origem judaica, alguns sendo ingênuos a ponto de supor que tal indiferença fosse compartilhada pelos poloneses de modo geral. Mas esses judeus eram um alvo irresistível para qualquer pessoa que procurasse o caminho que levasse ao poder dentro do partido e à popularidade demagógica no país como um todo.¹⁹² Faltava apenas uma oportunidade, e em junho de 1967 a Guerra dos Seis Dias, entre Israel e os vizinhos árabes, propiciou a chance esperada. O apoio soviético à causa árabe legitimou críticas veementes a Israel, ao sionismo — e aos judeus.

Por conseguinte, num discurso proferido em 19 de junho de 1967, condenando quem houvesse apoiado Israel no conflito então recente, Gomulka, descaradamente, associou os judeus que o criticavam ao Estado sionista: “Quero anunciar que não impediremos cidadãos poloneses de nacionalidade judaica de voltarem [*sic*] para Israel, se assim desejarem. Nossa posição é de que todo cidadão polonês deve ter um país: a Polônia Popular [...]. Aqueles que acharem que estas palavras lhes são dirigidas, independentemente de nacionalidade, que tirem as suas próprias conclusões. Não queremos uma quinta-coluna em nosso país”. A referência aos judeus como quinta-coluna na Polônia foi transmitida pela rádio e pela televisão, e ouvida por milhões de poloneses. A mensagem era inequívoca.

Se Gomulka estava expressando as suas próprias opiniões, procurando bodes expiatórios para os fracassos políticos da década passada ou simplesmente prevendo o empenho de Moczar para derrubá-lo e decidira se adiantar em relação aos oponentes stalinistas, jamais ficou claro. Mas as consequências da decisão foram dramáticas. As autoridades policiais desencadearam uma onda de preconceito contra os judeus — por toda a Polônia, mas de modo especial no partido e nas instituições acadêmicas. Burocratas do partido espalharam boatos de que a escassez econômica e outros problemas eram obra dos comunistas judeus. Foram estabelecidas distinções, abertamente, entre “bons” comunistas, que traziam no coração os interesses nacionais poloneses, e outros (judeus), cuja verdadeira filiação residia fora do país.

Em 1968, pais e familiares dos estudantes presos ou expulsos foram, por seu turno, afastados de cargos oficiais e funções acadêmicas. Nos tribunais, os promotores públicos prestavam atenção aos nomes e às origens dos alunos e professores — procedimento conhecido desde os anos 50, por ocasião do julgamento de Slánský e outros, mas que ocorria pela primeira vez na Polônia comunista. No auge do furor anti-semita, jornais definiam os judeus segundo

critérios extraídos diretamente das Leis de Nuremberg — o que talvez não seja surpreendente, à luz da presença de fascistas poloneses reciclados no seio da ala stalinista do partido do governo.

Os judeus agora eram convidados a deixar o país. Muitos o fizeram, em condições degradantes e com grandes prejuízos pessoais. Dos 30 mil judeus que restavam na Polônia, em 1968 e 1969, cerca de 20 mil se foram, deixando para trás poucos milhares, principalmente os idosos e os jovens — inclusive Michnik e seus colegas, que agora cumpriam penas prisionais. Entre os beneficiários dessa reviravolta incluíam-se Moczar e seus seguidores, que ocuparam as vagas deixadas pelos judeus no partido e no governo. Quem perdeu, além dos judeus poloneses, foram as instituições educacionais do país (que ficaram sem muitos dos melhores intelectuais e professores, inclusive Kolakowski — que não era judeu, mas era casado com uma judia); o próprio Gomulka, que percebeu tarde demais o que havia causado e foi removido do cargo dois anos depois; e a própria Polônia, pois a reputação internacional do país, mais uma vez — e durante anos futuros —, ficou associada ao flagelo da minoria judaica.

A relativa facilidade com que os governantes poloneses conseguiram isolar e destruir os estudantes rebeldes se deu porque os governantes conseguiram separar os intelectuais e seus descontentamentos do resto da nação — estratégia com a qual o anti-semitismo, naturalmente, muito colaborou. É possível que os próprios estudantes tivessem certa responsabilidade nesse processo: na Universidade de Varsóvia, principalmente, foram os filhos e as filhas privilegiados da burocracia polonesa comunista que assumiram papéis de destaque nos protestos e nas manifestações, e as preocupações desses jovens centravam-se, acima de tudo, em questões de liberdade de expressão e direitos políticos. Conforme os inimigos neo-stalinistas logo assinalaram, a intelectualidade dissidente de Varsóvia pouco se importava com as preocupações básicas da população ativa. Em troca, as massas polonesas reagiam com indiferença à perseguição dos judeus e dos estudantes, e especialmente dos estudantes judeus.

Dois anos mais tarde, em 1970, quando o governo elevou em 30% os preços dos gêneros alimentícios e os operários dos estaleiros de Gdansk entraram em greve, a gentileza foi tragicamente (embora não intencionalmente) reciprocada: não havia quem abraçasse a causa. Mas a lição daqueles anos — de que se os trabalhadores e os intelectuais quisessem desafiar o partido, precisariam superar a indiferença mútua e formar uma aliança política — seria, no devido

tempo, bem aprendida e aplicada com consequência histórica, especialmente pelos próprios Adam Michnick e Jacek Kuroń. No menos nesse particular, o ano de 1968 na Polônia teve um resultado positivo, embora retardado. Não se pode dizer o mesmo em relação à vizinha Tchecoslováquia.

No início dos anos 60, a Tchecoslováquia era um híbrido, presa que estava numa transição desconfortável entre o stalinismo nacionalista e o comunismo reformista. Os julgamentos montados e os expurgos ocorridos na década de 1950 chegaram tardiamente a Praga, e o impacto por eles causado foi maior e mais duradouro do que em outras localidades. Não houve rodízio na velha elite stalinista, não houve um Gomulka nem um Kádár tcheco. A velha guarda do regime permaneceu no posto. Duas comissões de inquérito foram instauradas para investigar os julgamentos de Slánský e de outros acusados: a primeira trabalhou de 1955 a 1957; a segunda, de 1962 a 1963. O objetivo de ambas era admitir os crimes cometidos pelo regime no passado recente sem perder o controle do presente.

A curto prazo, esse objetivo foi alcançado. As vítimas dos julgamentos stalinistas foram libertadas e reabilitadas — em muitos casos sob ordens dos mesmos políticos, juízes, promotores e interrogadores que as haviam condenado. Os ex-prisioneiros receberam de volta as carteirinhas do partido, uma quantia em dinheiro, cupons (por exemplo, para obter um carro) e, em alguns casos, até apartamentos. Suas esposas e filhos puderam voltar a se empregar e freqüentar escolas. Porém, a despeito dessa admissão de injustiças cometidas no passado, o partido e a liderança da era de Stalin permaneceram intocáveis.

A exemplo do líder comunista francês, Maurice Thorez, o primeiro-secretário Antonín Novotný esperou vários anos para se certificar da direção do vento, antes de seguir o exemplo de Krushev e denunciar o ditador soviético. A experiência tcheca com o terror stalinista era tão recente e tão extrema que os líderes do partido hesitavam em arriscar a admissão de “erro” — com receio de que as consequências na Tchecoslováquia pudessem ser muito maiores do que os levantes de 1956 na Polônia ou mesmo na Hungria. Portanto, a “desestalinização” na Tchecoslováquia foi retardada ao máximo, propositadamente — até mesmo a estátua monumental de Stalin, acima de Praga, assim como a réplica (bem menor) em Bratislava, capital eslovaca, ficou intacta até outubro de 1962.[193](#)

As conseqüências da revolução social comunista foram sentidas de modo mais intenso na Tchecoslováquia do que em outros locais, em grande parte exatamente porque, conforme já vimos, a sociedade tcheca era de fato desenvolvida e burguesa — em contraste com todos os demais países sujeitados ao domínio soviético. As principais vítimas do terror stalinista na Tchecoslováquia tinham sido intelectuais, geralmente originários da classe média, muitos dos quais judeus. As outras classes da sociedade tcheca não haviam sofrido tanto. A mobilidade social ascendente para os trabalhadores — ou, para ser mais preciso, a mobilidade social descendente para todos os outros — era uma característica típica dos anos 50 em terras tchecas e eslovacas. O percentual de jovens provenientes da classe operária matriculado em estudo superior não-vocacionada na Tchecoslováquia subiu de menos de 10%, em 1938, para 31%, em 1956, e quase 40%, em 1963. No início dos anos 60, a distribuição de renda na Tchecoslováquia era a mais igualitária de toda a Europa soviética.

A liderança comunista havia, portanto, levado a Tchecoslováquia ao “socialismo pleno”, conforme proclamava a nova Constituição de 1960. Entretanto, a façanha fora realizada ao custo de um nível de estagnação inaceitável, mesmo para os padrões soviéticos. Daí a decisão das autoridades, quando do XII Congresso do Partido, realizado em dezembro de 1962, de “adaptar a economia nacional” ao estágio avançado de desenvolvimento socialista em que o país se encontrava — i.e., aceitar o inevitável e permitir um mínimo de reformas não-socialistas, a fim de estimular a economia. Contudo, as mudanças propostas por Ota Sik e outros economistas do partido favoráveis às reformas — por exemplo, a fixação de incentivos aos trabalhadores com base na participação nos lucros da fábrica, e não no cumprimento de planos oficiais ou normas — não eram benquistas pela ala conservadora do partido e só seriam endossadas por ocasião do XIII Congresso, quatro anos mais tarde.

Àquela altura, conforme antigo receio da liderança, o somatório de reabilitação pública, reconhecimento prudente dos erros de Stalin e perspectiva de reformas econômicas (por tímidas que fossem) abria o caminho para um questionamento bem mais sério da camisa-de-força imposta pelo partido à vida pública. As reformas econômicas iniciadas em 1963 talvez não fossem universalmente bem recebidas pelo operariado, mas entre escritores, professores, cineastas e filósofos a idéia do afrouxamento das algemas stalinistas provocou uma avalanche de análises, esperanças e expectativas.

Por conseguinte, um encontro de escritores realizado em Liblice, em 1963, foi dedicado a Franz Kafka. Até então, o tema “Kafka” constituía um tabu: em

parte porque Kafka era um judeu de Praga que escrevia em alemão e, portanto, um lembrete da história perdida da Boêmia; mas, principalmente, por causa da aguçada e constrangedora antevisão da lógica do governo totalitário contida em muitos dos escritos de Kafka. Portanto, a autorização para discutir Kafka parecia pressagiar uma maior liberalização do debate público — da discussão de autores proibidos até a menção de líderes assassinados era um pequeno passo. Em abril de 1963, Ladislav Novomeský, escritor eslovaco reabilitado, fez uma referência aberta e elogiosa durante o Congresso dos Escritores Eslovacos ao “camarada e amigo” Clementis, vítima do julgamento de Slánský. A vontade de falar — de falar do passado — começava a ocupar o centro do palco, embora ainda expressa com cautela, em linguagem “revisionista”: quando o jovem romancista Milan Kundera enviou um artigo para uma revista cultural de Praga intitulada *Literární Noviny*, em junho de 1963, as críticas se restringiam, prudentemente, ao “desvio” stalinista presente na literatura tcheca e à necessidade de revelar a verdade a esse respeito.

A atmosfera relativamente liberal daqueles anos na Tchecoslováquia foi um eco tardio do degelo da era Krushev. Apesar da mudança de tom em Moscou na sequência do golpe de Brejnev, a renascença artística na Tchecoslováquia continuou a se desdobrar, impedida apenas esporadicamente por censura e pressão. Para os estrangeiros, o sintoma mais célebre desse renascimento foi uma onda de novos filmes que, com a devida cautela, abordavam tópicos proibidos alguns anos antes — *Trens Estreitamente Vigiaados* (1966), de Jiří Menzel, sutilmente desafiava o mito fundamental comunista da resistência antinazista durante a guerra, com roteiro escrito em co-autoria com Josef Škvorecký (autor de *Os Covardes*, romance cujo tema semelhante, também abordado com prudência, havia feito a fama do escritor alguns anos antes). Mas dramaturgos, poetas e romancistas — muitos dos quais, inclusive Kundera, trabalhavam também como roteiristas naqueles anos — desempenharam um papel ainda mais importante.

Em 1966, Ludvík Vaculík publicou *O Machado*, relato ficcional baseado nos ideais comunistas do pai do autor — e na subsequente desilusão do filho. Em 1967, outro escritor, Ladislav Mňačko, publicou uma crítica mordaz a Novomeský e à elite burocrática do partido, vagamente disfarçada em forma de romance, com um título revelador: *A Volúpia do Poder*. No mesmo ano, o próprio Kundera publicou *A Brincadeira*, romance neo-existencialista e declaradamente autobiográfico acerca da geração stalinista na Tchecoslováquia. Aqueles anos, “a era da construção do socialismo”, conforme ficaram

oficialmente conhecidos, haviam se tornado presa fácil para a objeção dos intelectuais, e durante o IV Congresso de Escritores Tchecos, ocorrido no verão de 1967, Kundera, Vaculík, o poeta e dramaturgo Pavel Kohout e o jovem dramaturgo Václav Havel atacaram a liderança comunista da época pela devastação material e moral que causara. Esses artistas conclamavam a retomada do legado literário e cultural da Tchecoslováquia e a volta do país à posição central que sempre ocupara numa Europa livre.

O ataque insinuado à liderança da Tchecoslováquia ficou óbvio para todos — certamente, conforme hoje sabemos, o comando no Kremlin já acompanhava a situação em Praga com alguma preocupação: sob o ponto de vista ideológico, Brejnev, havia muito tempo, considerava a Tchecoslováquia o elemento menos confiável do Pacto de Varsóvia. Cientes disso, os stalinistas veteranos do Castelo de Praga tentaram durante muito tempo se manter firmes. Se não conseguiram reprimir com firmeza a oposição intelectual que veio à tona em 1967, não foi por falta de tentativas. Mas foram detidos por duas limitações: a necessidade de insistir nas recém-implementadas reformas econômicas, o que implicava um grau de abertura e tolerância diante de opiniões dissidentes (a exemplo do que ocorrera na Hungria); e as dificuldades que começavam a surgir na Eslováquia.

A Tcheco-Eslováquia (conforme a nomenclatura inicial) sempre fora um Estado inquieto e instável. A minoria eslovaca que habitava o sul e o leste do país era mais pobre e mais rural do que a população tcheca, a noroeste. Libertados do domínio húngaro em 1918, os eslovacos eram os primos pobres na Tchecoslováquia multiétnica durante o período entre as duas guerras mundiais, e nem sempre foram bem tratados por Praga. Sendo assim, muitos líderes políticos eslovacos viram com bons olhos a divisão do país, em 1939, e a criação de um Estado “independente” (e fantoche) patrocinado pelos nazistas, cuja capital era Bratislava. Por outro lado, foram os tchecos da Boêmia e da Morávia, urbanos e decisivamente socialdemocratas, que apoiaram os candidatos comunistas nas eleições do pós-guerra, enquanto os eslovacos católicos permaneceram indiferentes ou contrários.

Ainda assim, a Eslováquia não se saíra mal sob o comunismo. Intelectuais eslovacos foram vítimas de expurgos comunistas, acusados de nacionalismo burguês ou de tramar contra o comunismo (ou alvo de ambas as acusações). E o número reduzido de judeus eslovacos sobreviventes sofreu com os confrades tchecos. Mas havia um número menor de “nacionalistas burgueses”, comunistas, judeus e intelectuais na Eslováquia, e tais indivíduos viviam um tanto

isolados do restante da sociedade. A maioria dos eslovacos era pobre e trabalhava no campo. Para eles, a rápida urbanização e industrialização ocorrida na primeira década do pós-guerra trouxe benefícios concretos. Em contraste com os tchecos, os eslovacos não estavam, em absoluto, insatisfeitos com o destino.

Todavia, o estado de espírito na região eslovaca do país mudou acentuadamente depois de 1960. A nova Constituição “socialista” fazia ainda menos concessões à iniciativa e à opinião local do que a anterior, e a pouca autonomia concedida à Eslováquia durante a reconstrução ocorrida no pós-guerra agora era diminuída. O que gerou conseqüências mais imediatas para a maioria dos eslovacos, entretanto, foi a estagnação da economia (em 1964, o índice de crescimento da Tchecoslováquia era o menor de todo o bloco soviético), que atingiu a indústria pesada da Eslováquia central mais do que qualquer outra região.

Em janeiro de 1967, Novomeský deveria iniciar a implementação das reformas econômicas já atrasadas e recomendadas pelos especialistas do partido. As propostas dos economistas reformadores, relativas à descentralização do processo decisório e ao aumento de autonomia local, foram bem recebidas em Bratislava — embora algumas reformas, tais como os benefícios salariais atrelados a lucros, não fossem atraentes aos trabalhadores não-especializados das ineficientes fábricas eslovacas. Mas o instinto de Novomeský lhe dizia que evitasse afrouxar o controle do partido, e ele então sugeriu emendas às mudanças propostas, com o objetivo de fortalecer as instituições de planejamento central. Isso não apenas sabotava as propostas de Sik e de outros economistas do partido, mas isolava ainda mais a posição eslovaca. Os próprios comunistas eslovacos agora começavam a mencionar a necessidade de federalização e a dificuldade em colaborar com os velhos burocratas comunistas em Praga. Repetindo uma antiga queixa de trabalhadores de limpeza, construtores, professores e varejistas eslovacos, os comunistas sentiam-se menosprezados e ignorados pela maioria tcheca. Falava-se de esquecidas degradações sofridas antes da guerra, bem como de expurgos stalinistas impostos aos comunistas eslovacos.

Nesse ínterim, e pela primeira vez em vários anos, surgiam indícios de problemas de outra natureza. Em 31 de outubro de 1967, um grupo de estudantes da Universidade Técnica de Praga organizou uma manifestação no distrito de Strahov para protestar contra o corte de energia elétrica em seus dormitórios; e os gritos de “Mais luz!” foram corretamente interpretados, pois o sentido das palavras ia além de dificuldades de caráter doméstico. Os

“Eventos de Strahov”, conforme mais tarde foram chamados, foram reprimidos pela polícia com eficácia e violência, mas serviram para agravar a atmosfera já pesada do momento, ainda mais porque pareciam sugerir que um Estado comunista não estaria imune ao ânimo estudantil do Ocidente.

Novomeský, a exemplo de Gomulka na Polônia, não sabia como responder a esses desafios. Carecendo da opção anti-semita, ele pediu a Brejnev que o auxiliasse a lidar com os críticos locais. Mas, quando chegou a Praga em dezembro de 1967, o líder soviético ofereceu apenas a recomendação bastante obscura de que o presidente da Tchecoslováquia agisse conforme achasse adequado: “O problema é seu.” Os companheiros de Novomeský aproveitaram a oportunidade: em 5 de janeiro de 1968, o Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia elegeu um novo primeiro-secretário, Alexander Dubček.

O novo líder era jovem (aos 47 anos, era 16 anos mais moço do que Novomeský), pertencia à ala reformista do partido e, acima de tudo, era eslovaco. Na condição de líder do Partido Comunista Eslovaco durante os três anos anteriores, Dubček, na opinião de muita gente, parecia ser um candidato confiável; embora fosse um típico burocrata comunista, ele haveria de apoiar as reformas e apaziguar os ressentimentos eslovacos. As primeiras medidas de Dubček pareciam confirmar essa leitura: um mês após a sua indicação, a liderança do partido concedeu aprovação irrestrita ao já atrasado programa de reforma econômica. O estilo simples de Dubček agradou sobretudo aos jovens, enquanto a sua inquestionável lealdade ao partido e ao “socialismo” tranquilizava (por ora) o Kremlin e outros líderes comunistas estrangeiros, os quais o observavam com apreensão.

Se as intenções de Dubček pareciam obscuras para os observadores, era porque ele próprio estava longe de saber ao certo que direção tomar. A princípio, essa ambigüidade o favoreceu, pois diversas facções competiam pelo apoio do líder e se dispunham a apoiá-lo. Nas semanas seguintes à eleição, manifestações públicas em Praga exigiam o fim da censura, mais liberdade de imprensa e um inquérito sério sobre os expurgos realizados nos anos 50 e sobre as ações da velha guarda que cercava Novomeský (que permaneceu na presidência do país mesmo depois de ser removido da liderança do partido). Carregado por uma onda de entusiasmo popular, Dubček endossou o clamor pelo relaxamento da censura e deu início ao expurgo de seguidores de Novomeský no partido e no Exército tcheco.

Em 22 de março, Novomeský, relutantemente, renunciou à presidência e foi substituído uma semana depois pelo general Ludvík Svoboda. Cinco dias mais tarde, o Comitê Central adotou um “Programa de Ação”, reivindicando status paritário e autonomia para a Eslováquia, a reabilitação de vítimas e a “democratização” do sistema político e econômico. O partido agora ratificava, oficialmente, o que o programa chamava de “experiência única em comunismo democrático”, “socialismo com um semblante humano”, conforme o experimento ficou popularmente conhecido. Durante algum tempo (o documento falava de um período de transição de dez anos) o Partido Comunista da Tchecoslováquia permitiria o surgimento de outros partidos, com os quais os comunistas competiriam em eleições legítimas. Na realidade, tais idéias não eram originais, mas, pronunciadas publicamente pelos órgãos oficiais do Partido Comunista governante, provocaram um terremoto político. Começara a Primavera de Praga.

Os eventos da primavera e do verão de 1968 na Tchecoslováquia giraram em torno de três ilusões existentes à época. A primeira, difundida no país após a ascensão de Dubček e, especialmente, após o anúncio do Programa de Ação, era de que as liberdades e reformas agora em pauta poderiam ser inseridas no projeto “socialista” (i.e., comunista). Em retrospecto, seria equivocados supor que, em 1968, estudantes, escritores e reformadores do partido pretendessem “realmente” substituir o comunismo pelo capitalismo liberal, ou que o entusiasmo pelo “socialismo com semblante humano” fosse mera concessão ou prática retórica. Ao contrário: a idéia de que existia uma “terceira via”, um socialismo democrático compatível com instituições livres, um regime que respeitasse as liberdades individuais *tanto quanto* as metas coletivas, havia se instalado na imaginação dos estudantes tchecos, assim como o fizera no caso dos economistas húngaros.

A distinção que passou a ser feita entre o stalinismo desacreditado da geração de Novomeský e o idealismo renovado da era Dubček era amplamente aceita — mesmo pelos membros do próprio partido (na verdade, especialmente por eles).¹⁹⁴ Conforme afirmou Jiří Pelikán, em seu prefácio ao *terceiro* relato sobre os julgamentos políticos tchecos (encomendado por Dubček, em 1968, mas suprimido depois que ele caiu), “o Partido Comunista conquistara popularidade e prestígio imensos; o povo se declarava, espontaneamente, a favor do socialismo”.¹⁹⁵ Isso talvez seja um certo exagero, mas não estaria de todo fora de sintonia com a opinião da época. E isso, por sua vez, alimentou uma segunda ilusão.

Se o povo acreditava que o partido era capaz de salvar o socialismo da sua própria história, a liderança partidária supunha que poderia lidar com tal fato sem perder o controle do país. Um novo governo encabeçado por Oldřich Černík foi instalado em 18 de abril e, animada por grandes demonstrações públicas de apreço e apoio (notadamente durante as tradicionais comemorações do Dia do Trabalho), a nova administração relaxou praticamente todas as formas de controle sobre a expressão pública de opinião. Em 26 de junho, a censura sobre a imprensa e a mídia foi abolida oficialmente. No mesmo dia foi anunciado que a Tchecoslováquia iria se tornar um Estado autenticamente federal, compreendendo uma República Socialista Tcheca e uma República Socialista Eslovaca (das reformas introduzidas por Dubček, essa foi a *única* que sobreviveu à repressão subsequente, tornando-se lei, em 28 de outubro de 1968).

Mas, tendo relaxado o controle sobre a opinião, a liderança comunista era agora pressionada, de todos os lados, a prosseguir com a lógica dos seus atos. Por que esperar dez anos para realizar eleições livres e abertas? Agora que a censura fora abolida, por que manter controle e posse estatal da mídia? Em 27 de junho, o periódico *Literární Listy* e outras publicações editaram um manifesto assinado por Ludvík Vaculík, “Duas Mil Palavras”, dirigido a “trabalhadores, agricultores, funcionários de cargos altos, artistas, intelectuais, cientistas e técnicos”. O documento pedia o restabelecimento dos partidos políticos, a formação de comitês de cidadãos para defender e fazer avançar a causa da reforma e apresentava outras propostas cujo propósito era retirar do controle do partido a iniciativa voltada para novas mudanças. A batalha ainda não estava vencida; Vaculík advertia que os reacionários do partido lutariam para resguardar seus privilégios e falava até de “forças estrangeiras intervindo no nosso desenvolvimento”. O povo precisava fortalecer a causa dos reformadores dos próprios comunistas, pressionando-os para avançar mais rapidamente ainda.

Dubček rejeitou o manifesto de Vaculík e a implicação de que os comunistas deveriam abandonar o monopólio sobre o poder. Tendo sido comunista a vida inteira, Dubček não poderia tolerar essa mudança qualitativa crucial (“pluralismo burguês”), e tampouco via qualquer necessidade de fazê-lo. Para Dubček, o próprio partido era o único veículo adequado para levar a termo uma mudança radical, visto que a premissa era preservar os atributos vitais do sistema socialista. Quanto mais popular fosse o partido, maior seria o número de mudanças que ele poderia instituir com segurança. Mas, conforme o

manifesto de Vakuć deixava cruamente claro, a popularidade e a credibilidade do partido haveriam de depender, cada vez mais, da disposição que ele tivesse de implementar mudanças que, em última instância, talvez o afastassem do poder. A falha geológica entre um Estado comunista e uma sociedade aberta estava agora totalmente exposta.

E isso, por sua vez, voltou a atenção nacional, no verão de 1968, para a terceira ilusão, a mais perigosa de todas: a convicção de Dubček de que podia manter Moscou à distância, de que conseguiria garantir aos camaradas soviéticos que nada tinham a temer em virtude dos eventos na Tchecoslováquia — de que, na realidade, eles só tinham a ganhar com a recente popularidade do Partido Comunista tcheco e com a renovação da confiança num projeto socialista rejuvenescido. Esse erro de cálculo fatal ocorreu, primordialmente, porque os reformadores tchecos tinham interpretado mal a lição de 1956. O equívoco de Imre Nagy, eles pensavam, tinha sido o afastamento do Pacto de Varsóvia e a declaração da neutralidade da Hungria. Enquanto a Tchecoslováquia permanecesse fiel ao Pacto e inequivocamente aliada a Moscou, Leonid Brejnev e seus colegas certamente deixariam os tchecos em paz.

Porém, por volta de 1968, a União Soviética preocupava-se menos com segurança militar do que com a possibilidade de o partido perder o controle sobre o monopólio. Já em 21 de março, numa reunião do Politburo soviético, o líder do partido ucraniano, Petro Shelest, queixava-se de contaminação em consequência do exemplo tcheco: boatos provenientes de Praga causavam um impacto negativo no estado de espírito dos jovens ucranianos, Shelest informava. Naquele mesmo mês, durante um encontro em Dresden, líderes poloneses e alemães orientais apresentaram queixas semelhantes aos companheiros soviéticos (Gomułka, cheio de problemas internos, mostrou-se particularmente indignado com as críticas, correntes em Praga, à guinada polonesa em direção ao anti-semitismo). Sem que Praga soubesse, o chefe da KGB, Iuri Andropov, já começava a falar da necessidade de “medidas militares concretas”; e, em abril, o ministro da Defesa soviético, Andrei Grechko, foi discretamente autorizado a elaborar um plano contingencial para a realização de operações militares na Tchecoslováquia — um esboço do que seria a “Operação Danúbio”.

A cada novo passo liberalizante dado em Praga, Moscou ficava mais apreensiva. Dubček deve ter percebido tal fato: em 4 e 5 de maio, ele e outros comunistas tchecos visitaram Moscou, onde receberam das mãos de líderes do bloco oriental um cardápio de queixas sobre determinados fenômenos

ocorridos em seu país. Mas, embora Dubček insistisse que o partido detinha o controle total da situação e que, por mais livre que o discurso tcheco se tornasse, a possibilidade de o país descumprir obrigações fraternais estava fora de cogitação, a confiabilidade do Exército tcheco começava a ser questionada, e a imprensa tcheca, livre de censura, publicava textos de dissidentes soviéticos. Estudantes russos em visita a Praga liam e ouviam autores e tomavam conhecimento de pontos de vista há muito tempo proibidos na Rússia. Praga se tornava uma janela para o Ocidente.

Já em julho de 1968, Moscou chegara à conclusão de que os eventos de Praga escapavam ao controle do partido — o que, de fato, parecia ser o caso. Em 10 de julho, numa reunião de líderes da URSS, Polônia, Alemanha Oriental, Bulgária e Hungria realizada em Moscou — mas sem a presença dos tchecos —, foi acordado o envio de uma “carta fraternal” ao Partido Comunista da Tchecoslováquia, advertindo-o do risco de uma contra-revolução e arrolando medidas a serem tomadas: “A situação na Tchecoslováquia põe em risco interesses vitais e comuns a outros países socialistas.” Duas semanas mais tarde, os líderes soviéticos e tchecos se encontraram na fronteira tcheco-soviética, em Čierna nad Tisou, e Dubček tentou, mais uma vez, convencer Brejnev de que, ao realizar reformas, o Partido Comunista não estava pondo em risco a sua própria posição, mas, na realidade, fortalecendo seu apoio junto ao público.

O líder soviético não apenas não se convenceu, como deixou a reunião duvidando das intenções de Dubček. O Pacto de Varsóvia anunciou manobras iminentes próximas à divisa tcheca. Durante um encontro do Pacto em Bratislava em 3 de agosto (ao qual Ceaușescu declinou de comparecer), Brejnev propôs a doutrina que a partir de então a ele ficaria associada: “Todo partido comunista tem liberdade para aplicar os princípios do marxismo-leninismo e do socialismo em seu respectivo país, mas não tem liberdade para se desviar desses princípios, caso pretenda continuar a ser um partido comunista [...]. O enfraquecimento de qualquer elo do sistema mundial socialista afeta, diretamente, todos os países socialistas, e estes não podem contemplar tal situação com indiferença”.

Esse pronunciamento, uma asserção um tanto velada do direito do Kremlin de agir *preventivamente* para conter ameaças ao socialismo em qualquer país socialista, deve ter feito Dubček parar para pensar. Mas ele pouco podia fazer e, portanto, continuou a insistir que suas reformas domésticas não representavam qualquer ameaça ao sistema socialista. Em 13 de agosto, em conversa

telefônica com um Brejnev desconfiado, Dubček deteve-se em explicações de que tentava suprimir críticas do povo à União Soviética, e disse que “a questão não poderia ser resolvida com diretivas vindas de cima”. Se soubesse que, secretamente, cinco colegas do Praesidium tcheco, em 3 de agosto, haviam entregue uma carta aos russos, descrevendo uma ameaça iminente à ordem comunista na Tchecoslováquia e solicitando intervenção militar, Dubček talvez demonstrasse outro tipo de sentimento.¹⁹⁶

A decisão soviética de invadir a Tchecoslováquia só foi tomada oficialmente em 18 de agosto. Consta que Brejnev estava relutante — percebendo intuitivamente que, por mais fácil que fosse a vitória, os abalos por ela causados poderiam ser problemáticos; mas a invasão se tornara inevitável muito antes daquela data. Os líderes soviéticos previam que no próximo XIV Congresso do Partido Comunista da Tchecoslováquia a ala reformista do partido assumiria o poder, e àquela altura os soviéticos deveras temiam o efeito contagioso que o exemplo tcheco teria sobre os vizinhos. Segundo as palavras de Grechko, ao informar aos líderes militares soviéticos a decisão de invadir: “A invasão acontecerá mesmo que resulte na Terceira Guerra Mundial”. Mas os líderes soviéticos sabiam muito bem que esse risco não existia, e não apenas porque Washington estava ocupada com o Vietnã. Não mais do que cinco semanas antes, Washington e Moscou tinham assinado um Tratado de Não-proliferação Nuclear; os EUA não haveriam de pôr em xeque ganhos dessa natureza para defender alguns milhões de tchecos equivocados. E assim, em 21 de agosto de 1968, 500 mil soldados do Pacto de Varsóvia — provenientes da Polônia, Hungria, Bulgária, RDA e União Soviética — avançaram contra a Tchecoslováquia.¹⁹⁷

A invasão deparou com certa resistência passiva e muita manifestação nas ruas, especialmente em Praga; contudo, em atendimento ao apelo urgente do governo tcheco, não houve outros confrontos. A recepção hostil foi objeto de surpresa para a liderança soviética, que fora levada a crer que seus tanques contariam com o apoio generalizado. Tendo, inicialmente, detido Dubček e seus principais companheiros, que foram transportados até Moscou e obrigados a assinar um documento que revogava partes do programa tcheco e concordava com a ocupação soviética do país, o Kremlin se viu forçado a admitir que os reformadores tinham o apoio dos tchecos e dos eslovacos e a permitir que mantivessem a responsabilidade formal pelo país, ao menos durante algum tempo. Agir de outra maneira seria flagrante imprudência.

Todavia, a repressão às reformas de Praga — “normalização”, conforme o processo ficou conhecido — começou imediatamente. O XIV Congresso do Partido foi cancelado, a censura foi reintroduzida e as discussões sobre a implementação do Programa de Ação foram sustadas. Entre os líderes soviéticos, havia bastante apoio à idéia de impor em Praga uma ditadura militar. Era essa a preferência não apenas de Andropov e Shelest, mas também — de forma reveladora — de Walter Ulbricht, da RDA; Todor Zhivkov, da Bulgária; e Gomulka, da Polônia. Mas Brejnev optou por manter Dubček no cargo por mais alguns meses, dar continuidade à federalização do país (com o objetivo de separar os eslovacos — cuja principal reivindicação estava agora atendida — dos tchecos, que eram mais radicais), aguardar pelo desenlace dos eventos e manter a presença do Pacto de Varsóvia, por precaução.

Houve manifestações estudantis esporádicas em defesa das reformas, e nas cidades industriais da Boêmia e da Morávia surgiu, com breve duração, uma rede de conselhos de trabalhadores modelada pelos conselhos húngaros de 1956 (no auge, em janeiro de 1969, esses conselhos declaravam contar com a representação de um em cada seis integrantes da força de trabalho nacional, embora fossem muito fracos na Eslováquia). E ocorreu o suicídio de Jan Palach, estudante da Universidade Carolina, que aos vinte anos de idade se imolou nos degraus do Museu Nacional, na praça Wenceslau, em Praga, em protesto contra a invasão soviética e os eventos subseqüentes. Palach viveu três dias antes de falecer, em 19 de janeiro de 1969, em consequência das queimaduras. O funeral do estudante, em 25 de janeiro, foi ocasião de luto nacional — por Palach e pela perda da democracia na Tchecoslováquia.

Na próxima vez que manifestantes pró-democracia saíram às ruas, em 17 de abril de 1969 (depois de uma vitória da Tchecoslováquia sobre a Rússia numa partida de hóquei), o Kremlin aproveitou a oportunidade para remover Dubček e substituí-lo por um de seus antigos companheiros, Gustav Husák. Sendo eslovaco e ex-vítima de julgamento montado (detido no tempo de Stalin, sob a acusação de “nacionalismo”), Husák era o candidato ideal para livrar o país da heresia reformista, sem provocar acusações de volta ao stalinismo. A repressão que seguiu foi menos óbvia do que a anterior, mas bastante eficaz. Os julgamentos públicos foram evitados; porém, no decorrer dos dois anos seguintes, o Partido Comunista da Tchecoslováquia foi expurgado de todos os elementos “não-confiáveis” (nove em cada dez dos membros expulsos eram tchecos). Homens e mulheres que tiveram participação ativa na Primavera de Praga foram “entrevistados” e convidados a assinar declarações em que

renunciavam às suas próprias ações e rejeitavam as reformas de Dubček. A maioria assinou. Os que se recusaram perderam seus empregos e, ao lado de parentes e filhos, se tornaram párias. Sem sombra de dúvida, o grupo mais numeroso de vítimas era constituído de pessoas (fosse dentro ou fora do partido) que tinham desempenhado papéis de destaque nos anos recentes: jornalistas, apresentadores de televisão, ensaístas, romancistas, dramaturgos, diretores de cinema e líderes estudantis.¹⁹⁸

A “triagem” e expulsão desses intelectuais eram realizadas por burocratas de escalões inferiores, policiais e funcionários do partido — muitas vezes, companheiros das próprias vítimas. O objetivo era extrair confissões banais — nem tanto para incriminar as vítimas, mas para humilhá-las e assim garantir a colaboração desses indivíduos no processo de submissão de uma sociedade obstinada. Circulou a mensagem de que, em 1968, o país tinha passado por uma psicose coletiva, que falsos profetas haviam se aproveitado da “histeria” e que a nação precisava ser redirecionada, com firmeza, para o caminho certo, induzida pela isca dos bens de consumo e subjugada pelo bordão da vigilância onipresente.

Evidentemente, a ameaça de violência estava sempre implícita, mas o fato de raramente ser aplicada apenas contribuía para a humilhação coletiva. Mais uma vez, conforme ocorrera em 1938 e em 1948, a Tchecoslováquia era obrigada a ser cúmplice da sua própria derrota. Em 1972 — com poetas e dramaturgos obrigados a limpar caldeiras e lavar janelas; professores universitários empilhando tijolos; os estudantes mais inoportunos expulsos; os arquivos policiais cheios de “confissões” úteis e comunistas favoráveis às reformas intimidados ou exilados — a “ordem”, segundo as palavras de um ensaio brilhante e amargo escrito por uma vítima do processo de normalização, havia sido “restaurada”.¹⁹⁹

Houve pequenas ondas de protesto por todo o bloco soviético. Em 25 de agosto de 1968, manifestantes na Praça Vermelha contrários à ocupação da Tchecoslováquia incluíam Pavel Litvinov (neto do ministro das Relações Exteriores de Stalin) e Larissa Daniel (esposa do romancista soviético preso). As unidades de exércitos do Leste Europeu engajadas na invasão da Tchecoslováquia tinham sido informadas de que estavam defendendo o país contra uma invasão promovida por alemães ocidentais e norte-americanos; mais tarde, algumas tropas precisaram ser discretamente retiradas, pois a sua lealdade — especialmente no caso das unidades húngaras que ocupavam a Eslováquia — tornou-se extremamente duvidosa. Na Polônia, conforme já vimos, a

repressão registrada em Praga, a um só tempo, estimulou protestos estudantis e fortaleceu as autoridades na repressão a tais protestos. Em abril de 1969, em Riga, capital da Letônia, uma estudante judia, Ilia Rips, imolou-se em protesto ao tratamento dispensado pelos soviéticos a Dubček. A atitude dos próprios tchecos e eslovacos, que até então eram os povos mais pró-Rússia do bloco soviético, agora se alterara irrevogavelmente, para uma postura de sornio consentimento.

Mas tudo isso foi contido com facilidade. O Kremlin provara o seu ponto de vista — de que a soberania dos Estados-irmãos socialistas era limitada e que qualquer deslize no monopólio que o partido exercia sobre o poder poderia provocar uma intervenção militar. A impopularidade interna ou externa era um preço baixo a ser pago pela estabilidade que as medidas tomadas haveriam de garantir no futuro. Depois de 1968, a segurança da zona soviética ficou solidamente confirmada pela disposição demonstrada por Moscou a recorrer à força, se necessário. Porém, nunca mais — e foi essa a verdadeira lição de 1968, primeiro para os tchecos e, no devido tempo, para todos —, nunca mais seria possível afirmar que o comunismo se alicerçava no consentimento popular, ou na legitimidade de um partido reformado, ou mesmo nas lições da História.

Em Praga, a estripação do movimento reformista deixou um gosto particularmente azedo. Poucos meses antes, muitos dos expurgadores mais entusiasmados tinham formado fileira com os defensores mais veementes de Dubček — “Somente depois da Primavera de Praga, em 1968”, escreveu Zdeněk Mlynář, um dos principais reformadores do Partido Comunista, “foi possível ver quem era quem”. A aparente facilidade com que, de início, Dubček, em seguida, o partido e, finalmente, toda a sociedade ruíram diante dos senhores soviéticos e seus contratados locais não foi apenas humilhante (comparações nada lisonjeiras foram feitas com a situação da Hungria 12 anos antes); a mencionada facilidade projetou, retroativamente, uma luz de dúvida sobre os ideais e as esperanças da própria era das reformas.

Refletindo, anos mais tarde, sobre suas lembranças do dia 21 de agosto de 1968, quando as tropas do Exército Vermelho invadiram uma reunião dos líderes do Partido Comunista tcheco e um soldado se pôs atrás de cada membro do Politburo, Mlynář recordava que, “num momento daqueles, o conceito que se tem do socialismo vai por água abaixo. E, ao mesmo tempo, sabe-se que tal conceito tem alguma relação direta com a arma automática apontada

para as costas da pessoa”. Foi essa relação que marcou o momento crítico na história do comunismo, mais até do que a tragédia húngara de 1956.

A ilusão de que era possível reformar o comunismo, de que o stalinismo tinha sido um desvio, um equívoco que ainda poderia ser corrigido, de que os ideais básicos do pluralismo democrático poderiam, de certa maneira, ainda ser compatíveis com as estruturas do coletivismo marxista — essa ilusão foi esmagada pelos tanques em 21 de agosto de 1968, e jamais pôde ser renovada. Alexander Dubček e seu Programa de Ação não foram um princípio, mas um fim. Radicais ou reformistas jamais voltariam a recorrer ao partido para a concretização de suas aspirações ou implantação de seus projetos. O comunismo da Europa Oriental seguia aos trancos, sustentado por uma estranha aliança firmada entre empréstimos internacionais e baionetas russas: a carcaça pútrida só foi, finalmente, levada embora em 1989. Mas a alma do comunismo tinha morrido vinte anos antes: em Praga, em agosto de 1968.

O desfecho dos anos 60 foi negativo por toda parte. O fim do longo ciclo de crescimento e prosperidade verificado durante o pós-guerra afastou a retórica e os projetos da Nova Esquerda; a ênfase otimista na alienação pós-industrial e a natureza fria da vida moderna logo seriam substituídas por uma atenção renovada em empregos e salários.²⁰⁰ No Oriente, a mensagem dos anos 60 era de que já não se podia trabalhar dentro “do sistema”; no Ocidente, não havia alternativa melhor. Nos dois lados da Cortina de Ferro, as ilusões foram postas de lado. Somente os verdadeiros radicais permaneceram irredutíveis na decisão de ficar de fora do consenso político — compromisso que, na Alemanha e na Itália, bem como nos EUA e na América Latina, levou-os à clandestinidade, à violência e ao crime.

Sob o ponto de vista prático, a curto prazo, os feitos registrados nos anos 60 pareceram bastante pífios. Jovens obtiveram o direito ao voto a partir dos 18 anos — primeiro, na Grã-Bretanha, depois em outros locais. Com variado grau de sucesso, as universidades tentaram elevar o nível de suas instalações e programas acadêmicos e se tornar mais abertas às reivindicações estudantis. Ao longo da década seguinte, o acesso ao divórcio, aborto e controle de natalidade foi facilitado em quase todos os países, e restrições ao comportamento sexual — divulgado ou praticado — quase desapareceram. No Statuto dei Lavoratori, surgido em maio de 1970, trabalhadores italianos conquistaram o direito à proteção contra demissões injustas. No total, essas mudanças

constituíam uma latente transformação cultural da sociedade europeia, mas não configuraram, em absoluto, a “revolução” vislumbrada pelas palavras de ordem e ações da geração de 1968.[201](#)

Na realidade, a tal revolução sempre fora autodestrutiva. Os mesmos movimentos que pretendiam desprezar e abominar a “cultura de consumo” foram, desde o início, objeto de consumo cultural, refletindo uma ampla disjunção entre retórica e prática. As pessoas em Paris ou Berlim que declaravam, agressivamente, a intenção de “mudar o mundo” eram muitas vezes as que mais se dedicavam a obsessões provincianas e até corporais — pressagiando a política solipsista do “eu” que predominaria na década seguinte. Os “anos 60” haviam se tornado objeto de culto antes mesmo do final da década.

Mas, se os anos 60 se foram sem causar grande remorso e deixaram poucos monumentos duradouros, isso se deu talvez porque as alterações que a década introduziu foram tão abrangentes que até pareceram naturais e, no início dos anos 70, absolutamente normais. No princípio da década, parecia que a Europa era comandada por e para velhos. A autoridade, fosse no quarto, no lar, nas ruas, nos estabelecimentos educacionais, nos locais de trabalho, na mídia e na política, seguia inquestionável. No entanto, dez anos depois, os velhos (Churchill, Adenauer, De Gaulle) estariam mortos. A autoridade tinha sido destituída na maioria das esferas da vida social, ou então só era reconhecida na ruptura. Em alguns locais — França, Itália — a transição fora bastante drástica. Em outros países — talvez na Grã-Bretanha — a transição ocorreu ao longo de alguns anos, e sua dimensão só poderia ser devidamente avaliada em retrospecto.[202](#)

Uma das ilusões da época dizia respeito à noção de que os anos 60 eram um tempo de aguçada consciência política. “Todo mundo” (ou todo mundo com menos de 25 anos que freqüentasse um estabelecimento educacional e fosse atraído por idéias radicais) estava nas ruas, engajado em alguma causa. A deflação das causas — e a desmobilização observada nas décadas seguintes — confere, em retrospecto, um ar de fracasso a uma década de frenética atividade política. Mas, sob determinados aspectos importantes, os anos 60 foram, na verdade, uma década vital pelo motivo oposto: a década foi o momento em que europeus das duas metades do continente começaram a *dar as costas* à política ideológica.

Por conseguinte, os *slogans* e projetos da geração dos anos 60, longe de despertar uma tradição revolucionária cuja linguagem e cujos símbolos esses mesmos projetos tentavam revigorar, podem hoje ser vistos como um canto

do cisne. Na Europa Oriental, o interlúdio “revisionista” e seu trágico desenlace despediram as derradeiras ilusões da prática marxista. No Ocidente, teorias marxistas e paramarxistas pairavam muito acima de qualquer vínculo com a realidade local, fato que as desqualificava de qualquer papel futuro num debate público sério. Em 1945, a direita radical se descredenciou como veículo legítimo de expressão política. Já em 1970, a esquerda radical começava a imitá-la. Um ciclo de 180 anos de política ideológica na Europa chegava ao fim.

184 Embora tenha sido substituído por uma nova versão mitificada, na qual o próprio Stalin e seus crimes passavam um tanto quanto despercebidos.

185 A credibilidade do sistema soviético residia, em grande medida, na capacidade de obter resultados da terra. Durante a maior parte do tempo, ao longo dos oitenta anos de vida do referido sistema, a agricultura esteve em situação de emergência, de um jeito ou de outro. Tal fato não teria causado espécie a um europeu no século XVIII, tampouco a um observador africano no século XX; mas os padrões da União Soviética eram tidos como bem mais elevados.

186 Um ano após ser solto, Siniavski emigrou para a França, onde lecionou literatura russa, na Sorbonne. Daniel ficou na Rússia, onde faleceu em 1988.

187 Embora o mais conhecido economista reformador dos anos 60 fosse um tcheco, Ota Sik, foi a escola húngara que exerceu maior influência e causou o impacto de ordem mais prática.

188 Džilas ficou preso durante quatro anos, quando *A Nova Classe* surgiu no Ocidente, e foi novamente detido, por mais quatro anos, pouco após a primeira soltura.

189 Richard Nixon não foi, absolutamente, o último norte-americano a se deixar levar pelo ditador romano. O senador George McGovern, em visita à Romênia realizada em 1978, ficou impressionado com Nicolau Ceaușescu e o elogiou, apontando-o como “um dos principais líderes mundiais que defendiam o controle de armas”; e, ainda em setembro de 1983, quando a verdade terrível do regime de Ceaușescu já era amplamente conhecida, o vice-presidente George Bush descreveu-o, memoravelmente, como “um dos bons comunistas europeus”.

190 A tradução francesa da Carta Aberta, que circulou em Paris no ano seguinte, foi distribuída pela Jeunesse Communiste Révolutionnaire, organização trotskista.

191 Entre os 30 mil judeus (aproximadamente) que em meados dos anos 60 viviam na Polônia, menos de 7.500 pertenciam às organizações judaicas oficiais.

192 Em 1966, uma edição em polonês da falsificação anti-semita intitulada *Protocolos dos Sábios de Sião* circulou oficialmente entre grupos do partido, nas universidades e no Exército.

193 Novomeský não era o único que receava uma reação negativa. Em 5 de abril de 1963, o líder comunista italiano, Palmiro Togliatti, enviou uma mensagem secreta pedindo a Novomeský e seus companheiros que adiassem a notícia da reabilitação de Slánský e outras vítimas de julgamentos até que as eleições italianas houvessem ocorrido. Conforme o líder do PCI bem sabia, não eram apenas os tchecos que tinham bons motivos para se indignar diante da colaboração dos líderes no abafamento das injustas execuções judiciais, em grande escala, ocorridas havia apenas dez anos.

194 Em dezembro de 1967, os membros do partido constituíam 16,9% da população da Tchecoslováquia — percentual mais elevado do que em qualquer outro Estado comunista.

195 Jiří Pelikán, org., *The Czechoslovak Political Trials: The Suppressed Report of the Dubček Government's Commission of Inquiry, 1968* (*Os julgamentos políticos na Tchecoslováquia: O relato suprimido da Comissão de Inquérito do governo Dubček*) (Stanford, 1971), p. 17.

[196](#) A solicitação nada teve de espontânea. Duas semanas antes — numa reunião secreta realizada perto do lago Balaton, na Hungria, tendo como anfitrião János Kádár —, Vasil Bil'ak (um dos oponentes de Dubček na liderança do Partido Comunista Tcheco) foi informado por Shelest que Moscou gostaria de receber uma “carta-convite”. A carta que seguiu explicitava que o partido havia “perdido o controle”, mencionava a possibilidade de um “golpe contra-revolucionário” e os “riscos para o socialismo”, antes de solicitar a “intervenção e a assistência” de Moscou. E concluía: “Pedimos que a nossa declaração seja tratada com o máximo de confidencialidade, e por isso nos dirigimos aos senhores, pessoalmente, em russo”.

[197](#) Porque Ceaușescu recusou-se a participar da invasão ou permitir que as tropas do Pacto de Varsóvia atravessassem território romeno, o contingente búlgaro precisou ser transportado pelo ar até a Ucrânia. A presença búlgara não justificava uma operação tão trabalhosa, mas a importância de dividir a responsabilidade do ataque com o maior número possível de Estados-irmãos pesou mais do que outras considerações.

[198](#) Depois de 1989, transpareceu o fato de que, nos anos correspondentes ao período de normalização, a polícia secreta da Tchecoslováquia estabelecera uma unidade especial para monitorar e seguir os judeus do país: um eco do passado da própria Tchecoslováquia e também da Polónia. As autoridades não tinham deixado de perceber que apenas um dos principais companheiros de Dubček se recusara a assinar o documento de Moscou renunciando às próprias ações. Tratava-se de František Kriegel — o único judeu do grupo.

[199](#) Milan Šimečka, *Obnovení Pořádku* (A Restauração da Ordem), (Bratislava, 1984 — imprensa clandestina). Oitenta mil tchecos e eslovacos fugiram para o exílio após a invasão soviética.

[200](#) A geração resultante da explosão demográfica no pós-guerra jamais careceu de emprego. Foi a geração seguinte, nascida depois de 1953, que ingressou no mercado de trabalho exatamente quando o emprego se tornava escasso. Não deve surpreender, portanto, o fato de que, na geração seguinte, a política fosse bastante diversa.

[201](#) Somente na Espanha, onde o ciclo de protesto social perdurou até meados dos anos 70, quando se fundiu com o movimento em prol da volta à democracia parlamentar, os distúrbios da década de 1960 anunciaram uma autêntica transformação política — assunto que será tratado no Capítulo 16.

[202](#) O Caso Profumo, na Grã-Bretanha, em 1963 — um saboroso escândalo envolvendo sexo, classe social, drogas, raça, política e espões que absorveu o país durante meses —, seria impensável poucos anos depois. Os pequenos pecados da elite decadente talvez continuassem a despertar um interesse lascivo, mas depois dos anos 60 já não conseguiam *abalar*.

Recessão: 1971-1989

O Novo Realismo

“Não existe essa coisa de sociedade. Existem homens e mulheres, e existem famílias.”

Margaret Thatcher

“Os franceses começam a entender que é a atividade empresarial que gera riqueza,
determina nosso padrão de vida e estabelece a nossa posição nos *rankings* globais.”

François Mitterrand

“Ao final do experimento de Mitterrand a esquerda francesa parecia carente de idéias,
esperanças e apoio, mais do que nunca, em toda a sua história.”

Donald Sassoon

Toda revolução politicamente importante é renunciada por uma transformação do cenário intelectual. As reviravoltas ocorridas na Europa na década de 1980 não foram uma exceção. A crise econômica do início dos anos 70 minou o otimismo das décadas do pós-guerra na Europa, rachando partidos políticos tradicionais e trazendo novas questões para o centro do debate político. A discussão política verificada nos dois lados da Guerra Fria acabava, de maneira decisiva, com hábitos mentais que remontavam a décadas — e com uma velocidade surpreendente criava novos hábitos. Para o bem ou para o mal, nascia um novo realismo.

A primeira vítima da mudança de estado de espírito foi o consenso que até então caracterizava o Estado no pós-guerra, ao lado da economia neokeynsiana que reforçava as trincheiras intelectuais desse mesmo Estado. No final da década de 1970, o Estado previdenciário europeu começava a contabilizar os custos do seu próprio sucesso. A geração resultante da explosão

demográfica do pós-guerra entrava na meia-idade, e os técnicos em estatística que trabalhavam para os governos já advertiam sobre os custos inerentes à aposentadoria dessa geração — problema que ficava ainda mais próximo no horizonte orçamentário graças à redução generalizada da idade em que as pessoas se aposentavam. Entre os alemães na faixa etária de 60 a 64 anos, por exemplo, em 1960, 72% trabalhavam em tempo integral; vinte anos depois, apenas 44% dos homens nessa faixa ainda estavam empregados. Na Holanda, a queda foi de 81% para 58%.

Em poucos anos, a maior geração até então registrada na história da Europa deixaria de contribuir para o Tesouro Nacional e passaria a extrair montantes imensos — fosse na forma de pensões ou, indiretamente, mas com impacto comparável, exigindo cada vez mais dos serviços médicos e sociais fornecidos pelo Estado. Além disso, sendo também a geração mais bem nutrida de todos os tempos, provavelmente haveria de viver mais. E a essa preocupação agora somava-se o gasto crescente com seguro-desemprego, que por volta de 1980 se tornou fator de grande impacto no orçamento de todos os Estados do Oeste Europeu.

A apreensão geral não deixava de ter fundamento. Os Estados previdenciários no pós-guerra apoiavam-se em duas suposições implícitas: que o crescimento econômico e a geração de emprego (e, portanto, a receita governamental) continuariam nos níveis elevados dos anos 50 e 60; e que os índices de natalidade permaneceriam bem acima do nível de reposição, garantindo o provimento de novos contribuintes para custear a aposentadoria dos pais — e dos avós. As duas suposições eram agora questionáveis, mas o erro no cálculo demográfico constituía a questão mais premente. Já no início de 1980, na Europa Ocidental, o índice de reposição populacional de 2,1 crianças por cada mulher só era alcançado ou superado na Grécia e na Irlanda. Na Alemanha Ocidental, o índice era de 1,4 criança por mulher. Na Itália, a proporção em breve cairia a níveis ainda inferiores: enquanto, em 1950, 26,1% dos italianos — mais do que um em cada quatro — tinham menos de 14 anos, em 1980 o índice era de 20%, ou um em cada cinco. Em 1990, tal índice decrescera para 15%, ou seja, um em cada sete.²⁵⁶

Na próspera Europa Ocidental, parecia que dentro de duas décadas não haveria gente suficiente para pagar as contas — e a prosperidade em si mesma despontava como a culpada, ao lado dos anticoncepcionais eficazes e do crescente número de mulheres trabalhando fora de casa.²⁵⁷ A consequência foi que valores cada vez mais elevados tinham de ser cobrados daqueles que

podiam pagar. O custo da provisão de pensões e seguro em alguns países (primordialmente na França) pesava bastante sobre os empregadores — questão grave numa época de desemprego endêmico. Mas a preocupação mais imediata era o ônus acarretado ao Tesouro Nacional: enquanto percentual do PIB, a dívida governamental em meados dos anos 80 alcançava níveis nunca registrados — 85%, no caso da Itália. Na Suécia, em 1977, a terça parte do produto nacional era consumida por gastos sociais, ônus orçamentário que só podia ser compensado por déficits ou então através do aumento de impostos que pesariam sobre os mesmos eleitores — empregados, funcionários públicos e profissionais liberais — dos quais o consenso socialdemocrata até então dependera.

Desde a década de 1930, as políticas públicas fundamentavam-se num inquestionável consenso “keynesiano”. A suposição era de que planejamento econômico, déficit financeiro e pleno emprego eram desejáveis e mutuamente sustentáveis. Os críticos desse consenso propunham duas linhas de argumentação. A primeira, simplesmente, era que o conjunto de serviços sociais e provisões aos quais os europeus ocidentais se habituaram não tinha como ser sustentado. O segundo argumento, apresentado com maior veemência na Grã-Bretanha — onde a economia nacional cambaleara, de crise em crise, durante quase todas as décadas do pós-guerra —, era que, sustentável ou não, o Estado intervencionista representava um empecilho ao crescimento econômico.

O Estado, insistiam esses críticos, deveria se manter o mais distante possível do mercado de bens e serviços. Não deveria deter a propriedade dos meios de produção, não deveria alocar recursos, não deveria exercer nem incentivar monopólios e não deveria fixar preços nem rendas. Na visão desses “neoliberais”, os serviços então fornecidos pelo Estado — seguro, habitação, pensão, saúde e educação — poderiam ser providos com mais eficiência pelo setor privado, pagos pelos cidadãos com renda não mais direcionada (equivocadamente) para insumos públicos. Na opinião de um dos expoentes do liberalismo do livre-mercado, o economista austríaco Friedrich Hayek, nem mesmo os Estados mais bem administrados são capazes de processar dados com a devida eficiência e convertê-los em políticas benéficas: no próprio ato de pesquisar informações econômicas, as administrações as distorcem.

Tais idéias não eram novas. Eram as verdades de uma geração anterior de liberais pré-keynesianos, formados pelas doutrinas de livre-mercado da economia neoclássica. Em épocas mais recentes, essas doutrinas eram conhecidas dos estudiosos em virtude do trabalho de Hayek e seu discípulo norte-

americano, Milton Friedman. Mas, com a Depressão dos anos 30 e o *boom* em função de demanda nos anos 50 e 60, essas doutrinas tinham sido, de modo geral, descartadas, ao menos da Europa, como politicamente míopes e economicamente anacrônicas. A partir de 1973, entretanto, ressurgiram os teóricos do livre-mercado, vociferantes e confiantes, atribuindo a recessão econômica endêmica e suas conseqüências nefastas ao “governo inchado” e à mão pesada de impostos que esse tipo de governo impunha à energia e iniciativa nacionais. Em vários locais, essa estratégia retórica atraiu muitos jovens eleitores que não tinham experimentado as conseqüências negativas dessas mesmas idéias quando elas estiveram em voga meio século antes. Mas somente na Grã-Bretanha os discípulos de Hayek e Friedman conseguiram assumir o controle da política pública e pôr em prática uma transformação radical na cultura política do país.

É bastante irônico que isso tenha ocorrido na Grã-Bretanha, pois a economia do Reino Unido, embora intensamente regulada, talvez fosse a menos “planejada” da Europa. Constantemente, o governo manipulava os mecanismos de preço e “sinais” fiscais, mas o único aspecto da vida econômica britânica guiado por ideologia eram as estatizações introduzidas pelo governo trabalhista após 1945. E embora o argumento a favor da “propriedade estatal dos meios de produção, distribuição e troca” (Cláusula IV da Constituição do Partido Trabalhista, promulgada em 1918) tenha sido mantido como política partidária, a maioria dos líderes trabalhistas defendia tal argumento apenas da boca para fora (quando o fazia).

A essência do Estado previdenciário britânico não estava no “coletivismo” econômico, mas nas instituições sociais universalizadas do país, firmemente ancoradas no reformismo dos liberais contemporâneos de Keynes, no início do século XX. O que importava para a maioria dos eleitores britânicos, tanto da esquerda quanto da direita, não era planejamento econômico nem propriedade estatal, mas assistência médica gratuita, educação pública gratuita e transporte público subsidiado. Tais serviços não eram de alta qualidade — o custo da gestão do Estado previdenciário na Grã-Bretanha era, na realidade, mais baixo do que em outros locais, graças a serviços carentes de financiamento, um sistema de pensão inadequado e pobre provisão de habitação —, mas eram vistos como um direito. Por mais que fossem julgados ineficientes e deficitários, e condenados por críticos neoliberais, esses bens sociais continuavam a ser politicamente intocáveis.

O moderno Partido Conservador, de Winston Churchill a Edward Heath, tinha abraçado o “contrato social” britânico com um entusiasmo quase comparável ao dos “socialistas” keynesianos pertencentes ao Partido Trabalhista, e durante muitos anos manteve os pés fincados no centro (afinal, foi Churchill quem observara, em março de 1943, que “não há melhor investimento para qualquer comunidade do que dar leite aos bebês”). Quando, em 1970, Edward Heath reuniu um grupo de defensores do livre-mercado em Selsdon Park, nas imediações de Londres, para discutir estratégias econômicas para um futuro governo conservador, o breve e ambivalente flerte com as propostas moderadas do grupo fez desabar sobre ele uma tempestade de críticas. Acusado de querer voltar ao primitivismo pré-histórico da selva econômica, o “Homem de Selsdon” bateu em retirada.

Se o consenso político britânico desmoronou na década seguinte, não foi devido ao confronto ideológico, mas em consequência do continuado fracasso dos governos de *todas* as bandeiras na identificação e implementação de uma estratégia econômica bem-sucedida. A partir da idéia de que as agruras econômicas da Grã-Bretanha resultavam de crônica carência de investimento, ineficiência administrativa e contínuas disputas trabalhistas sobre salários e demarcação funcional, governos trabalhistas e conservadores tentaram substituir a anarquia das relações industriais britânicas por um consenso planejado, no estilo austro-escandinavo ou alemão — uma “Política de Preços e Rendas”, conforme ficou conhecida na Grã-Bretanha, com o típico minimalismo empírico.

E fracassaram. O Partido Trabalhista não foi capaz de impor a ordem industrial, porque seus tesoueiros nos sindicatos do setor industrial optaram por confrontos nas fábricas (que aliás eles tinham boas chances de vencer), à moda do século XIX, em vez de contratos negociados e assinados em Downing Street que os deixariam de mãos amarradas durante anos. Os conservadores, notadamente a administração de Edward Heath, de 1970 a 1974, saíram-se ainda pior, graças à desconfiança (justificada e historicamente comprovada) em determinados setores da classe operária britânica — especialmente os mineradores de carvão — diante de qualquer tratativa com ministros tóris. Portanto, quando, em 1973, Heath sugeriu o fechamento de várias minas de carvão e tentou impor restrições legais aos poderes dos sindicatos para iniciar disputas trabalhistas (algo que o Partido Trabalhista havia proposto e depois abandonado, alguns anos antes), seu governo foi boicotado por uma onda de greves. E quando convocou uma eleição para decidir, segundo as suas

próprias palavras, “quem governa o país”, Heath perdeu por pouco para Harold Wilson, que, prudentemente, declinou de empunhar o cassete.

Somente no governo trabalhista do sucessor de Wilson, James Callaghan, de 1976 a 1979, uma nova política despontou. Impelido por necessidades prementes e pelas condições de um empréstimo concedido pelo FMI, Callaghan e o chanceler do Erário (o temível Denis Healey) começaram a se afastar das verdades centrais da prática governamental no pós-guerra. Os dois embarcaram num programa de reestruturação que reconhecia a inevitabilidade de certos níveis de desemprego; reduzia os repasses financeiros sociais e os custos de mão-de-obra, pois protegia os operários especializados, enquanto permitia o surgimento de uma periferia desfavorecida de empregados contratados em regime de meio expediente, desprotegidos e não-sindicalizados; e que visava a controlar e reduzir a inflação e os gastos do governo, mesmo à custa de austeridade econômica e crescimento desacelerado.

Nenhum desses objetivos foi abertamente declarado. O governo trabalhista afirmou até o fim que se mantinha fiel aos seus valores básicos e que defendia as instituições do Estado previdenciário, embora estivesse pondo em prática uma guinada cuidadosamente planejada, tentando concretizar, furtivamente, os tipos de reformas que seus predecessores não tinham conseguido fazer valer. A estratégia não funcionou: o Partido Trabalhista logrou tão-somente alienar os seus próprios seguidores, e não recebeu crédito algum pelos feitos realizados. Já em agosto de 1977, devido, em parte, aos grandes cortes em gastos públicos efetuados pelo governo trabalhista, o nível de desemprego no Reino Unido excedia 1,6 milhão e continuava a crescer. No ano seguinte, durante o “Inverno do Descontentamento” britânico (1978-1979), os grandes sindicatos realizaram uma série de greves orquestradas contra o “seu próprio” governo trabalhista: o lixo deixou de ser recolhido e os mortos deixaram de ser sepultados.[258](#)

O primeiro-ministro James Callaghan parecia estar fora de sintonia: em resposta à pergunta de um jornalista sobre a crescente inquietação do setor industrial, ele anunciou, lepidamente, que não havia motivo para preocupação, com isso ensejando uma célebre manchete de jornal — “Crise? Que crise?”; a situação contribuiu para que Callaghan perdesse a eleição da qual ele não pôde escapar na primavera seguinte. É bastante irônico que o Partido Trabalhista precisasse disputar a histórica eleição de 1979 valendo-se da plataforma de que *não havia* arquitetado uma crise social quando se afastara, de modo radical, das convenções econômicas (visto que fora isso, precisamente, que o

partido fizera), enquanto o Partido Conservador foi empurrado de volta ao poder sob a vibrante liderança de uma mulher que insistia que os males britânicos necessitavam, exatamente, de um tratamento radical.

Margaret Thatcher era uma candidata implausível ao papel revolucionário que haveria de encarnar. Nascida em Grantham, pequena cidade provinciana de Lincolnshire, era filha de um sisudo casal metodista, donos de mercearia. Sempre foi conservadora: seu pai integrara a Câmara de Vereadores local como conservador; a jovem Margaret Roberts (conforme então se chamava) ganhou uma bolsa de estudos para Oxford — onde estudou química — e chegou à presidência da Sociedade Conservadora da universidade. Em 1950, aos 25 anos, disputou (e foi derrotada) as Eleições Gerais, como candidata do Partido Conservador, a candidata mais jovem a concorrer no país. Química e, mais tarde, advogada tributarista, teve seu primeiro ingresso no Parlamento em 1959, conquistando assento pelo município de Finchley, maciçamente conservador, o qual continuaria a representar até entrar para a Câmara dos Lordes, em 1992.

Até conseguir bater conservadores bem mais experientes e, em 1975, conquistar a liderança do partido, Margaret Thatcher era conhecida na Grã-Bretanha como ministra da Educação do governo conservador de Heath, a ministra que, para atingir metas de cortes orçamentários, aboliu a distribuição de leite grátis nas escolas britânicas, decisão (tomada com relutância) que seria o primeiro indício da sua futura trajetória. Todavia, essa imagem pública flagrantemente desfavorável não constituiu um empecilho ao avanço de Mrs. Thatcher — sua disposição de cortejar e confrontar a impopularidade não a prejudicou diante dos colegas, e talvez tenha sido até um atrativo.

E o fascínio de Mrs. Thatcher era inegável. Na verdade, uma surpreendente variedade de estadistas durões na Europa e nos EUA confessavam, extra-oficialmente, achá-la bastante sensual. François Mitterrand, bem versado no assunto, certa vez a descreveu como tendo “olhos de Calígula e boca de Marilyn Monroe”. Ela era capaz de oprimir e intimidar demonstrando menos piedade do que qualquer político britânico desde Churchill, mas também seduzia. De 1979 a 1990, Margaret Thatcher oprimiu, intimidou — e seduziu — o eleitorado britânico, levando-o a realizar uma revolução política.

“Thatcherismo” significava diversas coisas: redução de impostos, livre-mercado, livre-iniciativa, privatização de indústrias e serviços, “valores vitorianos”, patriotismo, “o indivíduo”. Algumas dessas questões — as políticas

econômicas — configuravam extensões de propostas que já circulavam tanto em meios conservadores quanto trabalhistas. Outras, principalmente, os temas “morais”, eram mais populares entre conservadores pertencentes a comunidades rurais do que entre o eleitorado como um todo. Mas foram questões que surgiram após uma reação contra o libertarianismo dos anos 60, e agradaram a muitos admiradores de Mrs. Thatcher, tanto na classe operária quanto na classe média: homens e mulheres que jamais tinham se sentido à vontade em companhia da intelectualidade progressista que dominava os interesses públicos naqueles anos.

Mas, acima de tudo, thatcherismo significava “governo firme”. No final dos anos 70, discutia-se muito a suposta “ingovernabilidade” da Grã-Bretanha, a percepção generalizada de que a classe política perdera o controle, não apenas da política econômica, mas do local de trabalho e até das ruas. O Partido Trabalhista, tradicionalmente vulnerável à imputação de ser incapaz de dirigir a economia, agora, depois do “Inverno do Descontentamento”, via-se exposto à acusação de ser incapaz de dirigir o Estado. Na campanha eleitoral de 1979, os tóris alardearam não apenas a necessidade de rigor econômico e gestão financeira adequada, mas também a ânsia da nação por líderes fortes e confiantes.

A primeira vitória de Margaret Thatcher numa eleição não foi muito notável, para os padrões históricos. A bem dizer, sob a liderança de Mrs. Thatcher o Partido Conservador jamais conquistou muitos votos. Mas os conservadores não venceram, propriamente, as eleições; antes, assistiram à derrota dos trabalhistas, quando muitos eleitores do Partido Trabalhista passaram a apoiar o Partido Liberal, ou então se abstiveram de votar. Sob essa luz, a pauta radical de Margaret Thatcher e a determinação de fazer valer tal pauta podem ser vistas como incongruentes com o mandato nacional, um rompimento inesperado e até arriscado com a antiga tradição britânica de governar o mais perto possível do centro político.

No entanto, em retrospecto, parece claro que nisso residiu, precisamente, o sucesso de Margaret Thatcher. A recusa a ceder, mesmo quando suas políticas monetaristas pareciam fracassar (aos conservadores que, em outubro de 1980, imploraram que ela retrocedesse em suas políticas, ela respondeu: “Podem dar meia-volta, se quiserem. A dama não volta atrás”); a pronta adoção do apelido de “Dama de Ferro” a ela conferido pelos soviéticos; a satisfação visível com que desafiava e derrotava uma fieira de adversários, desde a junta militar argentina, na Guerra das Malvinas, até o líder do Sindicato dos

Mineradores, Arthur Scargill; a bolsa erguida agressivamente contra os líderes da Comunidade Européia reunidos, enquanto ela exigia “nosso dinheiro de volta”: tudo isso indica, claramente, que a principal qualidade política de Mrs. Thatcher era, exatamente, a obstinação, a recusa peremptória à concessão, características que tanto enfureciam os que a criticavam. Conforme apontavam todas as pesquisas de opinião, até quem desaprovava as políticas do thatcherismo muitas vezes confessava uma certa admiração pela mulher. Os britânicos voltavam a ser *governados*.

Na realidade, e considerando tudo o que ela dizia sobre o indivíduo e o mercado, Margaret Thatcher dirigiu um renascimento notável (e um tanto desconcertante) do Estado britânico. Em administração, Mrs. Thatcher era, por instinto, centralizadora. Para garantir que suas disposições prevalecessem em todo o país, reduziu poderes e orçamentos dos governos locais (a Lei do Governo Local, de 1986, dismantelou as autoridades municipais britânicas, transferindo-lhes o poder de volta a Londres, exatamente quando o restante da Europa implementava uma grande *descentralização* do poder). A direção da política educacional e do planejamento econômico regional foi revertida para departamentos do governo central submetidos a controle político direto, enquanto os próprios ministérios do governo viam a sua tradicional autonomia cada vez mais cerceada por uma primeira-ministra que dependia mais de um pequeno grupo de amigos e assessores do que da elite do funcionalismo público.

Instintivamente (e com razão), Margaret Thatcher suspeitava que essa elite, a exemplo da elite educacional e judiciária, preferisse o velho paternalismo subsidiado pelo Estado. No contexto das complexas convenções da política britânica, sempre provida de espírito de classe, Mrs. Thatcher — emergente da baixa classe média que demonstrava uma queda pelo empresariado *nouveau riche* — não era muito benquista pela ilustre elite governante do país, e a recíproca era absolutamente verdadeira. Tóris da velha guarda ficavam abismados diante do desprezo que a primeira-ministra demonstrava pela tradição e por práticas passadas: no frenesi de privatização, o ex-primeiro-ministro, Harold Macmillan, acusou-a de estar vendendo a “prata da casa”. O predecessor de Mrs. Thatcher, Edward Heath, que, indignado, havia se referido às negociatas de um empresário britânico corrupto como “o lado inadmissível do capitalismo”, abominava Mrs. Thatcher e sua política. Ela pouco se importava.

A revolução do thatcherismo fortaleceu o Estado, fomentou o crescimento do mercado — e dedicou-se a desmanchar os elos que anteriormente uniam

Estado e mercado. Mrs. Thatcher destruiu para sempre a influência pública exercida pelos sindicatos britânicos, aprovando leis que limitavam a capacidade de os líderes sindicais organizarem greves e, em seguida, fiscalizando o cumprimento de tais leis pelos tribunais. Em 1984-1985, durante um confronto bastante simbólico entre o Estado poderoso e uma malfadada comunidade de proletários da indústria, a primeira-ministra esmagou uma iniciativa violenta e emocional do Sindicato Nacional dos Mineradores que visava boicotar a política governamental de fechamento de minas ineficientes e suspensão de subsídios à indústria local.

A liderança dos mineradores era incompetente, a causa perdida, e a greve se prolongou mais por desespero do que por estratégia. Mas o fato de Margaret Thatcher ter vencido uma batalha que Edward Heath perdera (e da qual sucessivos líderes trabalhistas se esquivaram) tornou-a imensamente fortalecida — e fortalecida ela ficou também após o fracasso do IRA num atentado contra a vida da primeira-ministra, ocorrido em plena vigência da referida greve. Mrs. Thatcher, a exemplo dos melhores revolucionários, teve sorte com os inimigos. Estes permitiram que ela declarasse ser a única a falar em nome dos humildes, frustrados, submetidos a uma regulamentação excessiva, gente que por ela estava sendo libertada de décadas de domínio por parte de interesses constituídos e de parasitas que se beneficiavam de subsídios provenientes da generosidade do contribuinte.

Não resta dúvida de que o desempenho econômico da Grã-Bretanha *melhorou* durante os anos do governo Thatcher, após um período inicial de declínio, entre 1979 e 1981. Graças a uma crise econômica que “apertou” empresas ineficientes, e graças ao incremento da concorrência e ao constrangimento dos sindicatos, a produtividade do setor empresarial e os lucros aumentaram sensivelmente. O Tesouro foi reabastecido com a receita originária da venda de patrimônio nacional (venda que só poderia ser realizada uma única vez). Nada disso fizera parte da plataforma de Thatcher, em 1979, e a privatização, em si mesma, não era uma idéia com raízes ideológicas — afinal, tinha sido o Partido Trabalhista que, em 1976, vendera o interesse nacional na British Petroleum (atendendo às ordens do FMI). Porém, já em 1983, os benefícios políticos e financeiros da liquidação do patrimônio estatal levaram a primeira-ministra a inaugurar um leilão nacional que duraria uma década, “libertando” produtores e consumidores.

Tudo, ou quase tudo, foi para o leilão de privatização. Na primeira rodada, foram as empresas e unidades menores, sobretudo do setor industrial, sobre

as quais o Estado detinha controle parcial ou integral. Em seguida, foram os monopólios “naturais”, como a rede de telecomunicações, o serviço de energia e o transporte aéreo, a começar pela venda da British Telecom, em 1984. O governo também vendeu grande parte do “estoque” habitacional do país construído no pós-guerra: a princípio, para os próprios inquilinos, e, mais tarde, a qualquer interessado. Entre 1984 e 1991, os valores das privatizações realizadas no Reino Unido corresponderam à terça parte do patrimônio privatizado em todo o mundo.

A despeito desse aparente desmanche do setor público, a fatia do PIB britânico correspondente aos gastos públicos foi, em 1988, praticamente, idêntica (41,7%) à registrada dez anos antes (42,5%), apesar das promessas de Mrs. Thatcher de “retirar das costas do povo o peso do Estado”. Isso ocorreu porque o governo conservador foi obrigado a pagar somas inusitadas a título de seguro-desemprego. O índice “escandalosamente” elevado de 1,6 milhão de desempregados que em 1977 tanto prejudicara o governo de Callaghan em 1985 chegara à casa dos 3,25 milhões, e permaneceu um dos mais altos da Europa durante todo o restante do mandato de Mrs. Thatcher.

Muitos dos que perderam empregos em indústrias ineficientes (e até então subsidiadas), por exemplo, a indústria do aço, a mineração de carvão, os setores têxtil e de construção naval, jamais voltariam a se empregar e, na prática, seriam dependentes do Estado pelo resto da vida. Se, em alguns casos (especialmente na indústria do aço), os empregadores se transformaram em empresas privadas lucrativas, isso decorreu menos do milagre da privatização do que do fato de o governo de Margaret Thatcher os ter livrado de elevados custos fixos originados pela força de trabalho, “socializando” o custeio de mão-de-obra excedente na forma de desemprego subsidiado pelo Estado.

É possível dizer algo positivo sobre a privatização de determinadas indústrias e serviços. Durante muitos anos, bens econômicos vitais tinham permanecido nas mãos do setor público, sem grandes considerações sobre investimento ou modernização. Tais indústrias e serviços dispunham de pouquíssimos recursos financeiros, o seu desempenho era protegido contra a pressão tanto por parte da concorrência quanto do consumidor, sendo que os administradores se viam amarrados pela inércia burocrática e pela intromissão política.²⁵⁹ Graças a Mrs. Thatcher, surgiu na Grã-Bretanha um mercado bem maior para bens, serviços e, finalmente, trabalho. Passou a haver mais opção e mais competição de preços (embora isso demorasse mais tempo e continuasse deficiente). Quando John Major, sucessor de Mrs. Thatcher,

deixou a Grã-Bretanha fora do “capítulo social” do Tratado Constitutivo da União Européia, Jacques Delors o acusou de transformar o Reino Unido em “paraíso para o investimento estrangeiro”, acusação da qual os defensores do *thatcherismo* podiam perfeitamente se considerar os felizes culpados.

Enquanto *economia*, então, a Grã-Bretanha da era Thatcher foi mais eficiente. Mas, enquanto *sociedade*, a Grã-Bretanha sofreu uma implosão, com catastróficas conseqüências a longo prazo. Ao desprezar e desmontar todos os recursos de propriedade coletiva, ao insistir, com veemência, numa ética individualista que descartava qualquer bem não quantificável, Margaret Thatcher danificou seriamente a tessitura da vida pública britânica. Cidadãos foram transformados em acionistas, ou “especuladores”, e suas relações interpessoais com a coletividade passaram a ser medidas com base em patrimônio e reivindicações, e não em serviços e deveres. Uma vez que tudo, desde empresas de ônibus até o fornecimento de energia elétrica, estava nas mãos do setor privado, o espaço público se tornou o espaço do mercado.

Se — conforme afirmava Mrs. Thatcher — “não existe essa coisa de sociedade”, então, com o passar do tempo, as pessoas haveriam de perder o respeito por bens definidos socialmente. E assim ocorreu, pois a Grã-Bretanha no final da Era Thatcher começou a assumir algumas das piores características do modelo norte-americano que a Dama de Ferro tanto admirava. Os serviços que permaneciam ligados ao setor público ficavam à míngua, enquanto a riqueza se acumulava nos setores “emancipados” da economia — especialmente em Londres, onde banqueiros e acionistas muito se beneficiaram do “Big Bang”[260](#) de 1986, quando os mercados financeiros britânicos foram liberados e abertos à concorrência internacional. Os espaços públicos ficaram ao deus-dará. O índice de delitos e delinquência cresceu na proporção do aumento da fatia da população relegada à pobreza permanente. A riqueza privada foi acompanhada, como costuma acontecer, pela esqualidez pública.[261](#)

Mas o alcance de Margaret Thatcher tinha limites. O típico eleitor de Thatcher — caricaturado como um agente do mercado imobiliário, com cerca de trinta anos, residente nos subúrbios a leste de Londres, com pouca educação formal, mas bom salário, que passava férias no exterior, era proprietário de bens (casa, carro, um punhado de ações de fundos mútuos e contando com esquema privado de pensão), privilégios com os quais seus pais só podiam sonhar — havia ingressado no mundo do individualismo do *thatcherismo*. Mas tanto esse eleitor quanto sua família dependiam inteiramente do Estado

para a provisão de serviços essenciais: educação gratuita, assistência médica praticamente gratuita e transporte subsidiado. Portanto, quando Mrs. Thatcher e seu sucessor, John Major, sussurraram a possibilidade de privatizar o Serviço Nacional de Saúde, ou de cobrar pela educação pública, o apoio da população evaporou — precisamente junto aos setores prósperos e vulneráveis que haviam sido atraídos pelo *thatcherismo*.

Cinco anos após a saída de Mrs. Thatcher, John Major conseguiu levar a termo a privatização dos serviços ferroviários. Os conservadores se animaram diante da perspectiva de mais lucros obtidos com a venda do patrimônio público para o setor privado; mas o motivo principal dessa privatização foi a necessidade de Major parecer estar privatizando *seja lá o que fosse* — àquela altura, Mrs. Thatcher já havia vendido praticamente tudo, e a privatização se tornara o único programa do Partido Conservador. Mas a incompetência e a prevaricação observadas nos procedimentos, bem como os desastres subsequentes — culminando numa série de trágicos acidentes de trem que poderiam ter sido evitados —, contribuíram para causar, dois anos depois, não apenas a derrota do governo conservador, mas o fim de um ciclo de privatizações e a descrença em relação às manifestações mais extremas do próprio *thatcherismo*.

Entre as principais vítimas de Margaret Thatcher figurou o próprio Partido Conservador. Ao final do mandato da Dama de Ferro, o partido tóri — o partido “natural” da situação havia quase um século — já não tinha um programa, nem líderes e, aos olhos de muita gente, tampouco alma. Tal julgamento pode parecer excessivamente severo tratando-se de uma mulher que conduziu o partido a três sucessivas vitórias eleitorais e governou praticamente sozinha durante quase 12 anos. Mas esse é, precisamente, o ponto: Margaret Thatcher governou *sozinha*. Segundo as palavras de Frederico, o Grande: “O povo diz o que quer, e então eu faço o que quero”. Qualquer colega que discordasse dela, na mais insignificante das questões, e que portanto não era “um de nós”, era atirado às trevas.

A maioria dos contemporâneos de Mrs. Thatcher, sem falar do grupo de estadistas veteranos do partido que ela isolou assim que pôde, era constituída por *conservadores* autênticos, muitos dos quais ainda se lembravam das ferrenhas divisões políticas ocorridas nos anos do entreguerras e receavam despertar o demônio da luta de classes. Thatcher era *radical*, determinada a destruir e inovar; desprezava concessões. Para ela, a luta de classes, devidamente atualizada, era a essência da política. As políticas da primeira-ministra,

tantas vezes açodadas, eram secundárias aos seus objetivos, e tais objetivos, por sua vez, eram em grande medida uma função do seu estilo pessoal. O *thatcherismo* tinha mais a ver com o *como* governar e menos com o que fazer. Os conservadores que a sucederam, perdidos no cenário inóspito do pós-*thatcherismo*, não tinham políticas, nem objetivos — e nenhum estilo. [262](#)

Talvez Margaret Thatcher tenha destruído o Partido Conservador, mas ela merece crédito pela salvação e pelo renascimento do Partido Trabalhista. A curto prazo, evidentemente, Mrs. Thatcher esmagou seus oponentes trabalhistas — na realidade, ela não teria concretizado as mudanças que concretizou não fosse a espantosa incompetência dos trabalhistas. Embora, em 1979, alguns líderes do Partido Trabalhista compreendessem os problemas diante deles, eles não demonstravam convicção, nem capacidade de persuasão. Com Thatcher no poder, o movimento trabalhista britânico entrou numa década de grande agitação. O centro militante e unionista do partido tinha uma visão de mundo comparável à de Mrs. Thatcher, mas enxergada pelo outro lado do espelho: a Grã-Bretanha deveria optar entre um Estado protecionista, coletivista, igualitário e regulador, de um lado, ou mercados abertos, livre concorrência, recursos privatizados e um mínimo de bens e serviços públicos, do outro. Mais uma vez, as opções, graças à Dama de Ferro, eram claras: socialismo ou capitalismo.

À semelhança dos moderados conservadores, os moderados do Partido Trabalhista desesperavam-se. Alguns — particularmente Roy Jenkins, ex-presidente da Comissão Européia — deixaram o partido e formaram um efêmero Partido Socialdemocrata, que mais tarde se fundiria com o Partido Liberal, o eterno terceiro partido britânico. Mas a maioria, embora temerosa, permaneceu no partido. E o pessimismo tinha fundamento. Sob a liderança de Michael Foot, intelectual interessante mas político ineficaz, o partido disputou as eleições gerais de 1983 tendo como plataforma um programa flagrantemente anacrônico, destinado a anular não apenas o *thatcherismo* mas também muitos compromissos assumidos por governos trabalhistas do passado. Prevvia-se o recuo do Reino Unido diante do cenário econômico internacional (e o recuo da inabalável lealdade aos EUA). Não haveria privatizações, mercado aberto, “Europa” ou qualquer outro projeto estrangeiro. Segura detrás dos muros de uma economia fechada, a esquerda britânica, finalmente, construiria a Nova Jerusalém tantas vezes criticada pelos colegas.

O manifesto do Partido Trabalhista nas eleições de 1983 foi qualificado de modo sucinto e com grande antevisão por um parlamentar desiludido com o

partido como “a carta suicida mais longa da História”. Animada com a recente vitória na Guerra das Malvinas, na qual havia logrado construir um monopólio do partido sobre a noção de “patriotismo” e, mais uma vez, demonstrado sua inusitada satisfação diante de confrontos,²⁶³ Mrs. Thatcher venceu as eleições de junho de 1983, por uma diferença que foi quase um recorde. O Partido Trabalhista perdeu mais de 3 milhões de eleitores, e 160 assentos no Parlamento. A fatia do eleitorado trabalhista caiu para 27,6%, o pior desempenho do partido desde a Primeira Guerra Mundial. Se o povo britânico queria o que Mrs. Thatcher estava vendendo é questão que permanece controversa (o eleitorado conservador não cresceu), mas, com toda certeza, *não queria* a alternativa oferecida.

Foram necessários 14 anos e três novos líderes para que o Partido Trabalhista se recuperasse da catástrofe de 1983. Politicamente, em algumas fortalezas regionais (especialmente em Liverpool), o partido precisava isolar e destruir a influência de trotskistas e outros ativistas da esquerda radical. Sociologicamente, o partido precisava encarar a própria incapacidade de se manter atualizado em relação aos anseios e às aspirações da nova classe média, cujo apoio era imprescindível para que os trabalhistas voltassem ao poder, uma classe média que se tornara mais numerosa do que o evanescente proletariado industrial e os empregados do setor público de cujo eleitorado o Partido Trabalhista (a exemplo de todos os partidos socialdemocratas) sempre dependera. Intelectualmente, os líderes trabalhistas precisavam encontrar um novo conjunto de objetivos políticos — e uma nova linguagem para apresentá-los.

Em meados dos anos 90, essas metas tinham sido alcançadas — ainda que apenas em aparência. O partido mudou de nome, passando a se chamar *Novo Trabalhismo*, em 1996, um ano depois que o novo líder, Tony Blair, finalmente convenceu os companheiros a abandonar a Cláusula IV, que comprometia o partido com a nacionalização. Quando, afinal, em 1997, os trabalhistas voltaram ao poder, derrotando um exausto Partido Conservador, ninguém falou de anular a revolução realizada pelo thatcherismo. Em vez disso, a campanha do Novo Trabalhismo, focalizada quase exclusivamente no eleitorado conservador marginal e inconstante, atacou o valor alto dos impostos, a corrupção e a ineficiência — os mesmos alvos dos ataques de Mrs. Thatcher na geração anterior.

Se Tony Blair e seus companheiros depuseram um véu dos mais discretos sobre a Era Thatcher, não foi por acaso. O sucesso de Blair dependia

diretamente de um triplo legado de Mrs. (agora lady) Thatcher. Em primeiro lugar, ela “normalizou” o desmantelamento radical do setor público (no que dizia respeito a indústria e serviços) e promoveu a substituição desse setor por uma Grã-Bretanha “privatizada” e empreendedora, cujos louvores Blair cantava com satisfação. Em segundo lugar, ao longo de tal processo, Mrs. Thatcher havia destruído o velho Partido Trabalhista, facilitando a tarefa dos que lutavam pela reforma da instituição; Blair tão-somente colheu os frutos do trabalho desses companheiros. E, em terceiro lugar, como já foi visto, a aspereza e a intolerância de Thatcher diante de dissidência e discordância racharam o Partido Conservador, inviabilizando-lhe a eleição.

Seguindo Thatcher de perto, Tony Blair compartilhava muitos dos preconceitos da Dama de Ferro, ainda que em tom menos abrasivo. Tanto quanto ela, ele abominava o velho vocabulário político. No caso dele, isso significava que qualquer discurso acerca de “classe”, antiquada categoria social, seria substituído por “raça” ou “gênero” no jargão do Novo Trabalhismo. A exemplo de Mrs. Thatcher, Blair demonstrava pouca tolerância diante de decisões descentralizadas ou de dissidência interna. Tanto quanto ela, ele preferia se cercar de empresários do setor privado.²⁶⁴ E, embora o Novo Trabalhismo se mantivesse vagamente comprometido com a “sociedade”, a liderança partidária que seguia Blair desconfiava tanto do “Estado” quanto os mais doutrinários seguidores de Thatcher.

Eis, portanto, a dimensão dos resultados de Margaret Thatcher. Ela não apenas destruiu o consenso do pós-guerra, mas formulou um novo consenso. Antes de Mrs. Thatcher chegar ao poder, a política pública britânica baseava-se na noção de que o Estado era a fonte natural da legitimidade e da iniciativa. Quando ela saiu de cena, tal entendimento começava a se tornar minoritário, mesmo no seio do Partido Trabalhista britânico, nitidamente voltado para o Estado. Pela primeira vez em duas gerações, o papel do Estado foi posto em discussão, e cada vez se ouvia menos vozes em sua defesa, ao menos no âmbito da política oficial. É certo que havia quem acreditasse que a revolução do thatcherismo provocara o caos, e que a volta dos serviços para a administração estatal direta (se não a propriedade pública dos meios de produção) ainda era desejável. Mas, depois de Mrs. Thatcher, a opinião dessas pessoas carecia de argumentos — e, exceto no caso de bens sociais básicos, como educação e assistência médica, tais argumentos já não contavam com toda a simpatia popular.

Às vezes se diz que o papel desempenhado por Thatcher nessas mudanças tem sido exagerado, que, de qualquer modo, as circunstâncias teriam impellido a Grã-Bretanha na direção do thatcherismo, pois já começava a acabar o gás do pacto social firmado no pós-guerra. Talvez. Mas, mesmo em retrospecto, é difícil imaginar quem, senão Mrs. Thatcher, poderia ter encarnado o papel que ela representou. A própria *escala* da transformação por ela implementada, para o bem ou para o mal, precisa ser reconhecida. A qualquer pessoa que adormecesse na Inglaterra em 1978 e acordasse vinte anos depois o país pareceria muito estranho, totalmente diferente do que era, e marcantemente diferente do restante da Europa.

A França também mudou drasticamente ao longo daqueles mesmos anos, e algumas das conseqüências foram idênticas. Porém, enquanto na Grã-Bretanha as principais premissas do consenso do pós-guerra foram destruídas por uma revolução de direita, na França foram o renascimento e a transformação da esquerda não-comunista que quebraram o molde político. Durante muitos anos, a política francesa ficara refém de dois atrativos paralelos e opostos: o Partido Comunista, na esquerda, e o gaullismo, na direita. Ao lado de companheiros mais jovens, tanto da esquerda quanto da direita, comunistas e gaullistas personificaram e levaram adiante uma tradição tipicamente francesa segundo a qual aliança política era determinada por região, profissão e religião.

Essa rigidez da sociologia política francesa, intacta desde meados do século XIX, começava a ser abalada, conforme já vimos, pelas mudanças sociais e culturais dos anos 60. A esquerda já não podia contar com o voto maciço do proletariado. A direita já não se unia em torno da pessoa e da aura de De Gaulle, que falecera em 1970; e a medida fundamental do conservadorismo político na França — a tendência de eleitores conservadores a serem católicos praticantes — começava a sofrer em conseqüência do declínio na prática religiosa da população, ao passo que igrejas em vilarejos e pequenas cidades francesas perdiam paroquianos, e sobretudo os filhos dos paroquianos, para os grandes centros urbanos.

Mas uma mudança maior estava em curso. Ao longo dos anos 70 e no início dos anos 80, a tradicional sociedade francesa, bem como um antigo estilo de vida — conhecido, afetuosamente, como *la France profonde, la douce France, la bonne vieille France, la France éternelle* —, parecia, para os franceses,

estar desaparecendo a olhos vistos. A modernização da agricultura nas décadas de 1950 e 1960 e a migração de filhos e filhas de camponeses para as cidades vinham despovoando as zonas rurais francesas. A economia revitalizada operava uma transformação no trabalho, nos hábitos de viagem e no lazer de uma nova classe de residentes urbanos. Rodovias e ferrovias que durante décadas acumularam mato e detrito foram reconstruídas, redesenhadas ou substituídas por uma nova rede nacional de transportes. As próprias cidades, que sobreviviam há muito tempo em meio ao desleixo e à falta de investimento, tornavam-se populosas e vibrantes.

Nem sempre os franceses se sentiam bem com o ritmo das mudanças. Movimentos políticos surgiram para protestar contra a aceleração do processo de urbanização da vida social, o crescimento das cidades e o esvaziamento das zonas rurais. Um legado dos anos 60 — o renovado interesse em línguas e culturas regionais — parecia ameaçar a própria integridade territorial e a unidade da França. Aos olhos de contemporâneos temerosos, o país parecia estar, ao mesmo tempo, se modernizando e rachando ao meio. Mas o Estado permanecia acima do embate. Na Grã-Bretanha, a relação entre um Estado que tudo abraçava e uma economia ineficiente, na qual Margaret Thatcher depositava uma ênfase tão negativa, parecia óbvia para muita gente. Mas na França era o próprio Estado que parecia deter a chave do renascimento econômico do país. Os dirigentes eram a elite intelectual da nação, e os planejadores se viam como uma classe de funcionários públicos de carreira, imparciais e imunes às efêmeras paixões ideológicas e convulsões sociais do país. Na França, a política dividia a nação diante da questão de *quem* assumiria o poder e com quais objetivos sociais; mas, em torno da questão de *como* o poder seria exercido, era notável o consenso prático.

De 1958 a 1969, o Estado francês tinha sido governado por Charles de Gaulle. O estilo conscientemente tradicional do presidente e o seu declarado descaso pelos detalhes do planejamento econômico não foram empecilhos à mudança. Ao contrário: foi sob a camuflagem de uma Constituição semi-autoritária, confeccionada segundo as exigências de um militar autocrata e carismático, que a França deu início à tumultuada modernização que contribuiu para a deflagração dos protestos de 1968 — na realidade, foi uma desconcertante mescla de autoridade paterna tradicional e mudanças sociais desestabilizadoras que ocasionou os protestos.

Os adversários e críticos de De Gaulle exploraram bastante a maneira “anti-democrática” pela qual o general tomara e exercera o poder — “*le coup d'état*

permanent”, conforme disse François Mitterrand, num panfleto publicado em 1965; mas os recursos e ornamentos de um poder presidencial praticamente irrestrito foram igualmente do agrado dos sucessores do general, de todas as inclinações políticas. E o sistema de eleições presidenciais diretas lançava uma sombra sobre as eleições legislativas quinquenais realizadas no país, valorizando a habilidade política e a personalidade individual de candidatos em torno dos quais os partidos precisavam se reagrupar. Foi nesse cenário que o formidável Mitterrand brilhou.

François Mitterrand, a exemplo de Margaret Thatcher, era candidato implausível para o papel que viria a desempenhar na condução dos interesses do país. Nascido numa família de católicos praticantes, originária do sudoeste da França (região conservadora), Mitterrand cursou a Faculdade de Direito, na década de 1930, e foi ativista de direita, tendo atuado em alguns dos movimentos antidemocráticos mais extremistas da época. Durante grande parte da Segunda Guerra Mundial, trabalhou como funcionário do governo colaboracionista de Vichy, tendo mudado de lado a tempo de poder se declarar, no pós-guerra, membro da Resistência. Sua carreira parlamentar e ministerial na Quarta República foi construída em diversos partidos de pequeno porte, de centro-esquerda, nenhum dos quais aliado ao marxismo tradicional.

Mesmo quando disputou e perdeu as eleições presidenciais em 1965, ocasião em que contou com o apoio dos partidos da esquerda oficial, Mitterrand não era, absolutamente, o candidato das esquerdas, e fez questão de se manter distante. Somente após a implosão do velho Parti Socialiste, em 1969, na sequência da humilhação eleitoral em 1968, Mitterrand começou a tramar o próprio papel no renascimento do Parti: uma tomada de poder, posta em prática em 1971, com o surgimento do novo Partido Socialista, liderado por Mitterrand e uma nova geração de jovens ambiciosos recrutados para servi-lo.

A relação entre Mitterrand e os resquícios da nobre herança socialista francesa era mutuamente útil. O partido precisava de Mitterrand: o bom desempenho na eleição presidencial de 1965, quando ele conquistou o apoio de 27% dos eleitores registrados (inclusive muitos em redutos conservadores do leste e do oeste do país) e levou De Gaulle a um segundo turno, revelou-o um ganhador de votos — já em 1967, durante eleições legislativas, distintivos e fotos de Mitterrand venderam bem. O país entrava numa nova era de política televisionada e personalizada — conforme comentou Michel Durafour, prefeito de St. Etienne, expressando pesar, em 1971: “A França vive apenas na

expectativa da próxima eleição presidencial”. Mitterrand seria um coringa para a esquerda.

Por sua vez, Mitterrand precisava dos socialistas. Carecendo de uma organização própria e bastante maculado pelos acordos e escândalos da Quarta República a cujos governos ele havia servido, esse oportunista inveterado usou o Partido Socialista para se reciclar como um homem da esquerda engajada, enquanto se mantinha distante da bagagem doutrinária que pesava sobre a velha esquerda. Certa vez, ele assim definiu as suas alianças religiosas: *“Je suis né chrétien, et je mourrai sans doute en cet état. Dans l'intervalle...”* (“Nasci cristão, e sem dúvida morrerei como tal. Nesse ínterim...”). Com o mesmo tipo de cinismo, ele poderia ter acrescentado que nascera conservador e como tal morreria, mas que entrementes se tornara socialista.

Esse casamento por interesse funcionou melhor do que as duas partes imaginavam. Ao longo da década de 1970, enquanto o Partido Trabalhista britânico declinava, os socialistas franceses estavam às vésperas do seu maior sucesso. Os dois obstáculos ao ressurgimento de uma esquerda majoritária na França tinham sido o carisma pessoal de De Gaulle e o receio de muitos eleitores de que um governo de esquerda fosse dominado por comunistas. Já em 1970, De Gaulle estava morto; dez anos mais tarde, mortas estavam também as perspectivas dos comunistas. Com relação à morte de De Gaulle, não se pode dar crédito a Mitterrand, mas o fim das perspectivas comunistas foi, indubitavelmente, façanha sua.

Admitindo a lógica da necessidade e carecendo da sutileza ideológica de seus predecessores autenticamente socialistas, Mitterrand, a princípio, alinhou aos comunistas o novo Partido Socialista por ele criado; em 1972, Mitterrand formou com os comunistas uma coalizão eleitoral protegida por um Programa Comum anticapitalista com redação vaga. Nas eleições de 1977, os comunistas, partido dominante da esquerda desde 1945, ficaram 10 pontos percentuais abaixo dos socialistas de Mitterrand. Somente então Georges Marchais, o apagado secretário-geral do PCF, começou a se dar conta do erro que o seu partido cometera ao alinhar o próprio destino ao do partido jovem e energético fundado por Mitterrand — decisão tomada, em parte, sob a influência otimista e ecumênica do “eurocomunismo”; mas era tarde demais.

Quando melhorou o desempenho registrado em 1965 nas eleições presidenciais de 1974 (ocasião em que perdeu de Giscard d’Estaing por pequena margem, tendo concorrido como o candidato das esquerdas unidas), Mitterrand havia criado uma máquina eleitoral extraordinária, transformando o

Partido Socialista num movimento abrangente que despertou interesse em todo o espectro da sociedade francesa, inclusive católicos, mulheres, fazendeiros e pequenos negociantes, todos anteriormente hostis aos socialistas.²⁶⁵ Com o passar dos anos, a imagem do líder havia se tornado mais afável: na primavera de 1981, por toda a França, grandes painéis publicitários exibiam o retrato de Mitterrand com filtro suave, tendo ao fundo a mesma paisagem rural e bucólica antes predileta da propaganda pétainista, estampada naqueles mesmos painéis, com a promessa “*La Force Tranquille*” — “A Força Tranquila”.

Os comunistas, nesse ínterim, mostravam-se enfraquecidos — a invasão do Afeganistão pela União Soviética em 1979 foi vergonhosa, e vergonhosa também foi a queda dos comunistas nas pesquisas. Ao longo da década de 1970, o Partido Comunista deixara de ser uma estrela fixa no firmamento ideológico: o prestígio do partido ruíra junto aos votos, mesmo no “Cinturão Vermelho” industrial de Paris, área dominada pelos comunistas desde meados dos anos 20. No entanto, Marchais estava decidido a se candidatar nas próximas eleições presidenciais, em parte por hábito, em parte por orgulho, mas sobretudo devido à crescente consciência da necessidade de livrar o PCF do abraço mortal dos camaradas socialistas.

No primeiro turno da eleição presidencial de 1981, os dois candidatos conservadores, Giscard d’Estaing e o jovem Jacques Chirac, somados, venceram Mitterrand e Marchais (este último tendo conquistado apenas 12,2% dos votos). Mas no segundo turno, disputado duas semanas mais tarde pelos dois candidatos mais votados, Mitterrand conseguiu o apoio de socialistas, comunistas, ambientalistas e até de trotskistas (que normalmente se recusavam a cooperar), conquistou mais do que o dobro da fatia obtida no primeiro turno e derrotou Giscard, tornando-se o primeiro socialista eleito (diretamente) chefe de Estado na Europa. Mitterrand logo dissolveu o Parlamento e convocou eleições legislativas, nas quais o seu partido esmagou comunistas e direitistas, garantindo a maioria absoluta na Assemblée Nationale. Os socialistas detinham controle total da França.

As comemorações espontâneas das vitórias dos socialistas foram algo sem precedentes. Para as dezenas de milhares de seguidores de Mitterrand (em sua maioria jovens) que dançavam nas ruas, tratava-se da “*grand soir*”, a véspera da revolução, o limiar de um rompimento radical com o passado. Com base, estritamente, nos dados eleitorais, tal hipótese era estranha. A exemplo de surpresas eleitorais ocorridas no passado — a vitória da Frente Popular

Francesa, em abril de 1936, com a qual a façanha de Mitterrand foi prontamente comparada, ou a eleição de Margaret Thatcher, em 1979 —, a votação francesa em 1981 não foi radicalmente redistribuída. Na realidade, na primeira votação, Mitterrand saiu-se *pior* do que nas disputas anteriores pela presidência, em 1965 e 1974.

As diferenças foram que, no segundo turno, os eleitores de esquerda demonstraram grande disciplina (unindo-se no apoio a Mitterrand, em vez de se absterem em teimosia sectária) e a *direita* ficou dividida. Dos que votaram em Chirac no primeiro turno da eleição de 1981, 16% cederam o voto a Mitterrand, duas semanas depois — em vez de reelegerem o então presidente, Giscard d'Estaing, com quem os gaullistas que apoiavam Chirac muito antipatizavam. Se a direita não tivesse assim se dividido, não teria havido presidente Mitterrand, nem vitória socialista nas eleições legislativas que se seguiram — nem *grand soir* de expectativas radicais.

Cumprir esse fato porque muito dependia do resultado da eleição de 1981. Em retrospecto, fica evidente, conforme o próprio Mitterrand bem sabia, que seu grande feito, em 1981, foi “normalizar” o processo de alternância na República Francesa, possibilitando aos socialistas serem tratados como um partido de governo. Mas para os seguidores que apoiaram Mitterrand em 1981 o quadro parecia bastante diverso. Para estes, o objetivo não era normalizar a alternância de poder no futuro, mas assumir e exercer o poder aqui e agora. Levavam a sério as promessas do líder relacionadas às transformações radicais, bem como a sua disposição de eliminar não apenas a corrupção e o marasmo dos anos de Giscard, mas o próprio sistema capitalista. Excluídos do poder havia muito tempo, os militantes socialistas franceses podiam agora continuar a sonhar com revolução.

E a esquerda não exercia o poder na França havia muitas décadas; na realidade, *jamaís* havia exercido o poder sem ser impedida por parceiros de coalizão, por banqueiros que se recusavam a cooperar, por crises cambiais, agências internacionais e por uma série de outras desculpas cujo objetivo era explicar o fracasso da implantação do socialismo. Em 1981, segundo constava, nada disso valia, e não haveria desculpa para retrocessos. Além do mais, a relação entre controle do Estado e implementação de mudanças revolucionárias estava de tal modo entranhada na cultura política radical da França que o simples fato de vencer a eleição foi visto como sinal de iminente confronto social.

A exemplo do próprio Marx, a esquerda francesa identificava toda mudança *concreta* com revolução política, de modo geral, e com a grande Revolução Francesa, em particular. Por conseguinte, surgiram comparações efusivas com 1871 e até com 1791. Nada do que Mitterrand dissera na campanha levava os seguidores mais convictos a pensar de modo diferente. Para derrotar os comunistas e a ala esquerda do seu próprio partido, Mitterrand roubara-lhes as vestes revolucionárias. A campanha eleitoral suscitara expectativas às quais ele agora precisava corresponder.

Portanto, os anos de Mitterrand iniciaram com uma agenda ambiciosa e radical: uma mistura de reformas sociais moralmente edificantes e tardias (entre as quais a extinção da pena de morte era a mais importante) e um programa fantasmagórico de legislação “anticapitalista”. Os salários foram corrigidos, a idade mínima para aposentadoria baixou e a carga horária de trabalho foi reduzida. Mas o elemento crucial do programa foi um plano de estatização sem precedentes. Em seu primeiro ano de gestão, o novo governo socialista do primeiro-ministro Pierre Mauroy passou para o controle estatal (entre outros): 36 bancos, duas grandes financeiras, cinco das maiores empresas industriais da França (inclusive a Thomson-Brandt, a maior fabricante nacional de produtos elétricos e eletrônicos), bem como o Unisor e o Sacilor, grandes grupos franceses que atuavam nos setores do ferro e do aço.

Não havia por trás dessas medidas qualquer estratégia econômica. Falava-se de revigorar a lenta economia francesa com a injeção de capital proveniente do governo, mas essa idéia não era nova, tampouco exclusivamente socialista; o primeiro-ministro Chirac, já nos anos 70, havia contemplado brevemente projetos similares. A principal função das estatizações de 1981 e 1982, a exemplo dos controles cambiais que as acompanharam, era simbolizar a *intenção* anticapitalista do novo regime, confirmar que as eleições de 1981 haviam mudado mais do que a equipe do governo.

Na realidade, desde o início, ficou evidente para os interessados que os bancos estatais, por exemplo, só poderiam funcionar se contassem com “autonomia total de decisão e ação”, portanto anulando os objetivos reguladores e distributivos que haviam sido invocados para justificar a transferência desses mesmos bancos para o Estado. Essa concessão pragmática ilustra o maior obstáculo à “revolução” de Mitterrand. Durante um ano, o novo regime tentou, bravamente, apresentar um perfil radical para a França e para o mundo. A princípio, o esforço convenceu — Jacques Attali, assessor especial de Mitterrand, observou que representantes do governo dos EUA (sempre alertas para

identificar qualquer tipo de retrocesso) declaravam enxergar poucas diferenças entre as políticas econômicas da França e da União Soviética.

Contudo, para a França, seguir um caminho “socialista” em 1982 significava impor não apenas controles cambiais, mas um elenco de medidas que isolassem o país de seus parceiros comerciais e situassem a economia numa posição quase autárquica. Retirar a França dos mercados financeiros internacionais talvez não fosse tão impensável como mais tarde seria: em 1977, a capitalização de mercado da IBM, sozinha, era o dobro do valor total da Bolsa de Valores de Paris. Mais significativo era o fato de que tal medida teria provocado a separação e talvez a saída da França da Comunidade Européia, cujos acordos sobre tarifas, mercados e alinhamentos cambiais — sem falar dos planos para um mercado comum — já restringiam bastante as opções disponíveis aos países membros.

Supõe-se que tais considerações ocupassem o pensamento de Mitterrand — somadas, sem dúvida, à evidência de pânico crescente em círculos empresariais e aos sinais de que moeda, valores e indivíduos deixavam o país em caráter de urgência, precipitando uma crise econômica. Em 12 de junho de 1982, o presidente decidiu dar meia-volta. Rejeitando o conselho dos assessores mais radicais, Mitterrand autorizou o governo a congelar preços e salários durante um mês, a cortar os gastos públicos (que tinham aumentado, generosamente, no ano anterior), a elevar a carga tributária e priorizar o combate à inflação (em vez de imprimir dinheiro, conforme ele fora instado a fazer); na realidade, Mitterrand adotou a estratégia do economista conservador Raymond Barre, cujo “Plano” de 1977, jamais implementado, teria introduzido na França uma dose de *thatcherismo* antecipado, e, desde então, deixou de fazer qualquer referência ao “caminho francês para o socialismo”.

Os aliados comunistas do presidente e alguns de seus colegas socialistas mostraram-se profundamente espantados. Mas não deveriam. Pragmático ao extremo, Mitterrand logo percebeu que a França não podia sequer pensar na possibilidade de escolher entre ficar na órbita econômica (e política) ocidental ou se lançar numa duvidosa rota de centro, entre o capitalismo e o comunismo. Transformando uma necessidade temporária em virtude duradoura, Mitterrand se reciclou como líder do “europeísmo”. A França construiria uma sociedade melhor *através* da unificação européia, e não sendo contrária a ela. Em vez de lutar contra o capitalismo, a França inventaria uma versão melhor.

Já em 1984, Mitterrand destituiu do seu governo os quatro ministros comunistas; anunciara publicamente as virtudes de uma economia “mista”;

nomeara um primeiro-ministro jovem e tecnocrata, Laurent Fabius; delegara a gestão econômica, financeira e orçamentária a Jacques Delors, com instruções para estabilizar a economia francesa;²⁶⁶ e, ainda, num discurso importante proferido em abril naquele mesmo ano, propalou a modernização francesa, “à l’américaine”.

Mitterrand tinha a França do seu lado — em 1983, apenas 23% dos eleitores socialistas lamentavam o fracasso na “condução da França à prática socialista”. Se queriam ou não que ele “modernizasse” o país com igual entusiasmo, o fato é que ele o modernizou. Sem abandonar, explicitamente, as menos controversas das suas reformas anteriores — descentralização administrativa, restauração da previdência social, garantia de direitos do trabalho às mulheres e a reforma do Judiciário há muito esperada —, Mitterrand dedicou o restante do seu longo domínio (aposentou-se em 1995, após dois mandatos presidenciais de sete anos, e morreu no ano seguinte, com 80 anos) à realização de obras públicas caras, de estética e utilidade duvidosas; dedicou-se também a resgatar a iniciativa internacional francesa²⁶⁷ e a supervisionar o retorno para o setor privado de muitas indústrias e serviços que ele próprio havia recentemente passado para o setor público.

O impulso inicial para privatizar o imenso setor público francês foi dado pela maioria parlamentar conservadora que saiu vitoriosa das eleições de 1986. Mas sucessivos governos, de todos os naipes, buscaram esse mesmo objetivo — na realidade, os governos socialistas dos últimos anos de Mitterrand foram os que demonstraram mais energia no projeto de privatização. Seguindo o modelo britânico de ofertas públicas, os primeiros bens a serem alienados ao setor privado foram os grandes bancos e a TF1, um dos três canais nacionais de televisão. Em seguida, foram as empresas públicas seguradoras, indústrias químicas e farmacêuticas e os gigantescos conglomerados de petróleo, Total e Elf.

Ao contrário de Mrs. Thatcher e de seus herdeiros, entretanto, os franceses foram cautelosos na venda de serviços públicos, ou de empresas “estratégicas”, como a fábrica de veículos Renault (que pouco tempo antes, em 1985, fora salva da falência por um grande repasse financeiro oferecido pelo Estado). No mercado, assim como no jardim, os franceses desconfiavam daquilo que crescia espontaneamente. Preferiam resguardar a capacidade de intervir, tipicamente, mantendo nas mãos do Estado uma fatia das empresas privatizadas. Por conseguinte, na França, a privatização foi algo marcantemente regulado — as ações com poder controlador eram destinadas a

empreendimentos e empresas nos quais o Estado podia confiar, e durante muitos anos os investidores internacionais se mantiveram desconfiados (com razão). No entanto, para os padrões franceses, as mudanças foram enormes, e o país logo voltou a se alinhar com o desenvolvimento europeu e internacional.

Este talvez seja o momento propício para comentar a onda de privatização que chegou à costa da Europa Ocidental na década de 1980 e varreu o continente no decorrer da década seguinte. A onda não surgiu do nada. Conforme já vimos, a British Petroleum vinha sendo gradativamente vendida, desde 1977; o governo da Alemanha Ocidental se desvencilhara do complexo químico Preussag, por meio de um lançamento público de ações, já em 1959, e vendera a sua participação na Volkswagen poucos anos depois; até o Estado austríaco, ao longo da década de 1950, vendera 40% das ações que possuía de dois bancos privatizados, e abdicara de sua grande participação na Siemens, em 1972.

Mas essas privatizações tinham sido esporádicas e — por assim dizer — *pragmáticas*. O que aconteceu na década de 1980 foi bastante diverso, algo que se impôs aos governos a partir de duas direções opostas. Em primeiro lugar, o crescente desenvolvimento tecnológico — sobretudo nas telecomunicações e nos mercados financeiros — minava os antigos monopólios “naturais”. Se os governos já não podiam monopolizar as ondas de transmissão, nem a movimentação financeira, para o seu uso exclusivo, não fazia o menor sentido que sobre tais segmentos exercesse “posse”. O argumento político ou social em defesa da manutenção de partes de determinados setores — um canal público de televisão, digamos, ou o serviço postal — nas mãos do Estado ainda era forte, mas a concorrência se tornara inevitável.

Em segundo lugar, os governos estavam sendo impelidos a vender bens públicos por necessidades econômicas a serem atendidas a curto prazo. Pressionados pela inflação, pela crise do petróleo de 1979-1980, por grandes déficits anuais e pela crescente dívida pública, ministros da Fazenda viam a alienação do patrimônio público como duplamente benéfica. O Estado se desobrigaria de indústrias e serviços deficitários e as receitas geradas contribuiriam para o equilíbrio do orçamento, ainda que o benefício só valesse por uma única vez. Mesmo que uma indústria ou serviço permanecesse parcialmente nas mãos do setor público, e o Estado, geralmente, ficasse com a parte não-lucrativa rejeitada pelos compradores, a injeção de recursos provenientes da venda das ações poderia ser destinada a investimentos futuros. Por esse motivo, muitos administradores do setor público defendiam essas

vendas parciais, pois se ressentiam do fato de que os lucros por eles gerados costumavam ser desviados para compensar os déficits do orçamento nacional.

Variava muito a forma e a extensão do controle e da propriedade pública na Europa. O setor público industrial era menor na Holanda, Dinamarca e Suécia, e maior na Itália, França, Espanha e Áustria. Excetuando a saúde e os serviços sociais, o segmento da força de trabalho, no início dos anos 80, diretamente empregado pelo Estado variava de 15%, na Alemanha Ocidental, a 28%, na Itália, e correspondia, na Áustria, a quase uma em cada três pessoas. Em alguns países — Áustria, Espanha e Itália — o setor público era organizado em imensos empreendimentos controladores, dos quais o IRI italiano era o maior.²⁶⁸

Em outros locais, os interesses do Estado eram filtrados através de um Banco Nacional de Investimentos — conforme ocorria na Holanda — ou do equivalente belga, a Société Nationale d'Investissement. A indústria do aço contava com diversos tipos de apoio: na Grã-Bretanha, o Tesouro costumava amortizar as dívidas das companhias estatais; na França, o governo oferecia empréstimos a juros baixos e intervinha politicamente para proteger os produtores locais contra a concorrência internacional; na Alemanha Ocidental, os fabricantes de aço pertencentes ao setor privado recebiam subsídios financeiros diretos.

Diante de tamanhas disparidades nacionais, as formas de privatização na Europa variaram significativamente. Entretanto, em todos os casos, a privatização acarretou algum tipo de desregulamentação; liberalização de mercados e introdução de novos instrumentos financeiros capazes de facilitar a venda e a revenda de ações, em empresas parcialmente ou totalmente privatizadas. Na Alemanha Ocidental, onde os principais setores de exportação (carros, engenharia mecânica, indústrias de produtos químicos e eletrônicos) já se encontravam em mãos do setor privado, o obstáculo à eficiência e à concorrência não adveio do controle do Estado, mas de preços fixos elevados e da regulamentação do mercado de trabalho. Na Alemanha, quando ocorreu, a *privatização* foi, primeiramente, responsabilidade da Treuhandgesellschaft, a empresa pública criada em 1990 com o propósito de se desfazer das empresas estatais da Alemanha Oriental.²⁶⁹

Na Itália, o principal obstáculo no caminho da privatização não foram os interesses do Estado, mas os dos partidos políticos. Os democratas cristãos e os socialistas, em particular, usavam o setor estatal e as empresas controladoras pertencentes ao setor público para recompensar colegas e subornar

seguidores, muitas vezes favorecendo-os com contratos e os absorvendo ao *sottogoverno*, uma estrutura de poder submerso que sustentava o comando. Mas, apesar desse grande desincentivo, o setor privado italiano se expandiu continuamente no período em questão, sobretudo em se tratando de fábricas com menos de cem operários — bem mais numerosas na Itália do que na Grã-Bretanha, França ou Alemanha.

Já em 1976, a Corte Constitucional pusera um fim ao monopólio da RAI, a rede de rádio e televisão italiana administrada pelo Estado. Poucos anos depois, a Alfa Romeo, que à época ainda operava sob a égide de uma empresa estatal controladora, foi “absorvida” pela Fiat. Num período de seis anos, as principais empresas controladoras — IRI, INA, ENI e ENEL²⁷⁰ — foram transformadas em empresas públicas de capital aberto. Elas não tinham valor — ao contrário: em 1984, o IRI perdia 4,5 milhões de liras por ano, por cada um de seus 500 mil empregados. Mas puderam emitir bônus convertíveis em ações das companhias controladas, cuja privatização já estava programada.

A situação em países recém-saídos de governos autoritários era bem diferente. O setor público na Espanha pós-Franco, por exemplo, na realidade *expandiu-se*. A fração do PIB correspondente a gastos públicos aumentou continuamente, à medida que os centristas que ocuparam o governo de 1976 a 1982 mantiveram a estratégia do antigo regime: evitar o confronto social através da simples transferência para o Estado de empresas privadas falidas. E os governantes não poderiam ter feito diferente — por vários motivos, esse tipo de estatização era preferência de trabalhadores, patrões, políticos nacionais e autoridades regionais. Em todo caso, um dos principais argumentos para o corte do setor público — de que a manutenção do Estado previdenciário era por demais dispendiosa — não se aplicava a Espanha, Portugal, nem à Grécia. Não havia Estado previdenciário a ser desmantelado.

Todavia, ainda que não tivesse o mesmo nível de serviços sociais e programas de proteção existentes no restante da Europa, o setor público — sobrecarregado com o refugio não lucrativo do capitalismo espanhol, adolescente precoce e mimado — achava-se irremediavelmente onerado. Já em 1976, o INI (Instituto Nacional de Indústria) tinha participação em 747 indústrias (a maioria não lucrativa) e controlava outras 379. Algum tipo de privatização e desregulamentação seria inevitável, caso a Espanha pretendesse se tornar solvente. A exemplo da França, foi um governo socialista que deu início ao processo, criando, em 1987, fundos de pensão privados e, dois anos mais tarde, abolindo o monopólio estatal sobre a televisão.

Em Portugal, depois da revolução, o Artigo 85 da Constituição e uma lei subsequente, de 1977, proibiam expressamente a iniciativa privada nos setores bancário, de seguros, transportes, correios e telecomunicações, produção e distribuição de energia, refino de petróleo e na indústria armamentista. A administração socialista de Mário Soares tentou, em 1983, introduzir certa flexibilidade, permitindo que a iniciativa privada competisse com o Estado nos setores bancário e de seguros, e autorizando a formação de empresas abertas nas indústrias de aço, petróleo, produtos químicos e armamentos. Mas levaria ainda algum tempo até que os demais setores protegidos fossem abertos a graus reduzidos de concorrência.

A Europa mediterrânea — a exemplo da Europa Central pós-comunista poucos anos depois — teria demorado ainda mais para abrir mão do controle estatal, não fosse o impacto da Comunidade/União Européia. Já em 1979, as paridades monetárias fixas do Sistema Monetário Europeu (SME) eram uma limitação — um motivo que levou os governos de Mitterrand a vender o patrimônio público foi a necessidade de tranquilizar os mercados cambiais e manter o valor do franco no nível acordado com o SME. Mas a principal alavanca de Bruxelas se constituiu de regras que estavam sendo estabelecidas para um mercado comum europeu. Este obrigava todas as empresas — públicas e privadas — a observar normas de livre concorrência em âmbito interno e, possivelmente, externo. Na competição por contratos ou negócios não deveria haver favoritismos, nem subsídios disfarçados, nem outros tipos de vantagens para empresas de propriedade ou controle público.

Por mais que, na prática, tais regras fossem contornadas, a sua simples existência obrigava as empresas estatais a terem no mercado um comportamento idêntico ao das empresas privadas — sendo que àquela altura não havia muita razão para manter o envolvimento do Estado nas questões dessas mesmas empresas. A reação italiana foi típica de muitos outros países membros da Comunidade: em 1990, a Itália adotou novas regras que ecoavam as cláusulas relevantes do Ato Único Europeu, determinando que as firmas estatais observassem o princípio de concorrência livre e igualitária, em todas as transações — exceto no caso de empresas ou empreendimentos em que o monopólio estatal fosse “vital às tarefas”, cláusula cuja flexibilidade e imprecisão permitiram que os governos se adaptassem às normas européias e, ao mesmo tempo, permanecessem sensíveis às pressões locais.

A despeito do entusiasmo em Bruxelas (e Londres) pelo aumento da abertura e da “competitividade”, é provável que naqueles anos a febre européia de

privatização tenha causado menos mudanças do que os partidários do programa prometiam ou esperavam. Os críticos tinham prevenido que o resultado não seria o aumento da concorrência, mas apenas a transferência da concentração do poder econômico, da esfera pública para a privada; e foi isso o que aconteceu. Graças a complicados esquemas de propriedade acionária, muitas empresas privadas de grande porte, na França, por exemplo, imitavam a conduta das velhas empresas públicas. Monopolizavam setores inteiros e não eram mais receptivas aos pequenos acionistas do que tinham sido aos contribuintes ou consumidores na época em que existiam sob gestão pública.

Além disso, ironicamente, a privatização e a competição causaram pequeno impacto no dimensionamento do setor estatal. Já vimos que na Grã-Bretanha de Mrs. Thatcher a dimensão do Estado, na verdade, *aumentou*. O mesmo ocorreu em outros locais. Entre 1974 e 1990 (em certa medida, em virtude do desemprego endêmico registrado no setor privado), o índice da força de trabalho empregada no serviço público cresceu: de 13% para 15,1%, na Alemanha; de 13,4% para 15,5%, na Itália; de 22,2% para 30,5%, na Dinamarca. A maioria desses funcionários públicos, entretanto, estava agora no setor terciário, e não na indústria, prestando e administrando serviços (financeiros, educacionais, médicos e de transportes), e não fabricando itens.

A liberalização econômica não sinalizou a queda do Estado previdenciário, nem mesmo o seu declínio, apesar das esperanças dos teóricos, mas ilustrou uma mudança sísmica na alocação de recursos e iniciativas, do setor público para o setor privado. Tal mudança foi muito além de questões técnicas, por exemplo, relacionadas a quem detivesse a propriedade desta ou daquela fábrica, ou ao grau de regulamentação que deveria haver em determinada indústria. Durante quase meio século, europeus viram o Estado e as autoridades públicas desempenharem um papel cada vez mais central nos interesses dos cidadãos. O processo se tornara tão comum que a premissa que o embasava — de que o Estado ativista era uma condição necessária ao crescimento econômico e à melhoria das condições sociais — passou a ser aceita sem questionamento. Sem a revisão cumulativa dessa premissa no decorrer das últimas décadas do século, nem o thatcherismo nem a meia-volta de Mitterrand teriam sido possíveis.

256 Não fosse a curva *ascendente* do índice de natalidade registrada em comunidades de imigrantes asiáticos, africanos e caribenhos, os índices seriam ainda mais baixos.

257 Na Europa Oriental, foi a Hungria, onde a economia paralela (ver Capítulo 18) propiciava a muita gente um padrão de vida mais elevado do que em outros locais do bloco, que primeiro alcançou índices de natalidade comparativamente baixos naqueles mesmos anos.

258 Os níveis mais elevados de indignação e ressentimento foram registrados nos sindicatos de servidores públicos, abrangendo desde coletores de lixo até enfermeiros mal remunerados. Os principais sindicatos da indústria eram mais otimistas diante dos cortes implementados por Callaghan: enquanto o governo trabalhista honrasse a promessa de proteger os operários especializados e deixasse seus privilégios intactos, os líderes sindicais se dispunham a tolerar o abandono da fé demonstrado pelo governo. Mas foram pegos de surpresa quando constataram que esse tipo de acordo não seria possível com Margaret Thatcher.

259 Em 1996 (o último ano em que existiu), a rede ferroviária nacionalizada britânica “gabava-se” de contar com o subsídio mais baixo oferecido ao transporte ferroviário em toda a Europa. Naquele mesmo ano, os franceses planejavam investir em suas ferrovias o equivalente a 21 libras por residente; os italianos, 33 libras; os britânicos, apenas 9.

260 Isto é, “Grande Explosão”. (N. do T.)

261 E a propriedade privada também. Ao romper o elo entre pensões e salários, Thatcher reduziu, drasticamente, a renda da maioria dos seus compatriotas aposentados. Já em 1997, as pensões pagas pelo setor público no Reino Unido correspondiam a apenas 15% da remuneração média, o índice mais baixo em toda a UE.

262 Na década seguinte à aposentadoria da líder, os herdeiros de Margaret Thatcher no manuseio do leme do Partido Conservador decaíram, a começar pelo insípido (John Major), passando pelo presunçoso (William Hague), chegando ao inepto (Iain Duncan Smith). Após o longo reinado da Rainha do Sol, seguiu-se um dilúvio de mediocridade.

263 Conforme ela explicou, durante a Convenção do Partido Conservador Escocês, em 14 de maio de 1982: “É empolgante ter uma verdadeira crise nas mãos, depois de se ter passado a metade da vida política lidando com questões maçantes, como, por exemplo, meio ambiente”.

264 Talvez com uma diferença: enquanto Margaret Thatcher acreditava na privatização como algo relacionado ao bem moral, Tony Blair apenas aprecia a companhia de ricos.

265 Uma pesquisa realizada em 1979 revelou que o perfil do Parti Socialiste de Mitterrand, por incrível que parecesse, refletia o perfil do país como um todo, algo que nenhum outro partido poderia afirmar.

266 Ex-banqueiro e ex-assessor do primeiro-ministro gaullista Jacques Chaban-Delmas, Delors presidiria a Comissão Européia de 1985 a 1995.

267 Mesmo no auge do descontentamento popular com a política governamental, durante o declínio econômico registrado em meados dos anos 80, 57% dos eleitores declaravam-se satisfeitos com a política externa de Mitterrand.

268 Em 1982, o IRI (Istituto per la Ricostruzione Industriale) controlava, entre tantas outras atividades, toda a fabricação nacional de ferro fundido, dois terços da produção de aço especial, a quarta parte da produção de sorvete e 18% da produção de tomates pelados.

269 A meta original da Treuhand era converter o maior número possível das 9 mil firmas existentes na Alemanha Oriental (que empregavam 7 milhões de homens e mulheres) em verdadeiras empresas e liquidar as restantes. Mas, sob pressão política, a Treuhand optou pela reabilitação e consolidação de muitos estabelecimentos deficitários, ironicamente criando um setor semipúblico, subsidiado por fundos estatais. Ver o Capítulo 21.

270 Istituto per la Ricostruzione Industriale, Istituto Nazionale delle Assicurazioni, Ente Nazionale Idrocarburi, Ente Nazionale per L'Energia Elettrica.

O Fim da Velha Ordem

“Não podemos continuar a viver assim.”

Mikhail Gorbachev (dirigindo-se à esposa, março de 1985)

“O momento mais perigoso para um mau governo é quando
começa a se reformar.”

Alexis de Tocqueville

“Não temos a menor intenção de prejudicar ou desestabilizar a RDA.”

Heinrich Windelen, ministro das Relações Interalemãs da Alemanha Ocidental

“A experiência histórica demonstra que, conforme as circunstâncias, os
comunistas eram

forçados a se comportar racionalmente e a fazer concessões.”

Adam Michnik

“Povo, o teu governo volta para ti.”

Václav Havel, discurso presidencial, 1º de janeiro de 1990

O relato tradicional do colapso do comunismo tem início na Polônia. Em 16 de outubro de 1978, Karol Wojtyła, cardeal de Cracóvia, foi eleito para o papado, como João Paulo II, o primeiro polonês a ser papa. As expectativas diante da eleição do novo papa foram absolutamente inusitadas nos tempos modernos. Na Igreja Católica, havia quem o considerasse um provável radical: era jovem (tinha apenas 58 anos quando foi eleito papa, e fora nomeado arcebispo de Cracóvia quando estava na faixa dos 30), mas estivera presente no Concílio Vaticano Segundo. Dinâmico e carismático, ele haveria de concluir o trabalho dos papas João XXIII e Paulo VI, e conduziria a Igreja a uma nova era, atuando como pastor, não como burocrata da cúria.

Enquanto isso, católicos conservadores confiavam na reputação de firmeza teológica e no absolutismo moral e político de Wojtyła, características nascidas de sua experiência como padre e prelado sob o regime comunista. Ali estava um homem que, apesar da reputação de “papa das idéias”, aberto à troca intelectual e ao debate acadêmico, não faria concessões aos inimigos da Igreja. À semelhança do cardeal Joseph Ratzinger, o poderoso líder da Congregação para a Doutrina da Fé (e seu sucessor no papado), Wojtyła teve seu entusiasmo reformista abalado pelo impacto radical produzido pelas reformas de João XXIII. Já na época da eleição, Wojtyła tornara-se um conservador, tanto em questões administrativas quanto doutrinárias.

As origens polonesas de Karol Wojtyła e sua trágica juventude ajudam a explicar a extraordinária força de suas convicções e a natureza especial do seu papado. Aos 8 anos, perdeu a mãe (três anos mais tarde, perderia o único irmão, mais velho, Edmund; seu último parente próximo, o pai, morreu durante a guerra, quando Wojtyła tinha 19 anos). Depois da morte da mãe, foi levado pelo pai ao Santuário Mariano em Kalwaria Zebrzydowska, onde nos anos seguintes fez diversas peregrinações — Zebrzydowska, assim como Czechochowa, é um centro importante do culto à Virgem Maria na Polônia moderna. Aos 15 anos, Wojtyła já era presidente da Congregação Mariana em Wadowice, sua cidade natal, indicação precoce de sua inclinação à veneração de Maria (o que, por seu turno, contribuiu para a sua visão obstinada em relação ao matrimônio e ao aborto).

A perspectiva cristã do novo papa se enraizava no estilo perculiarmente messiânico do catolicismo polonês. Na Polônia moderna, ele via não apenas a combatida frente oriental da verdadeira fé, mas também uma terra e um povo eleitos para servir de exemplo e espada da Igreja na luta contra o ateísmo oriental e o materialismo ocidental.²⁸⁸ Somada ao longo período em que serviu em Cracóvia, isolado das correntes teológicas e políticas ocidentais, essa visão explica, provavelmente, a tendência de Wojtyła a adotar uma postura cristã-polonesa paroquial, por vezes perturbadora.²⁸⁹

Mas isso também explica o entusiasmo sem precedentes por Wojtyła no seu país de origem. Desde o princípio, o novo papa se afastou da aquiescência romana e cosmopolita do seu predecessor, diante da modernidade, do secularismo e da concessão. A campanha de visitas internacionais — com atuações meticulosamente encenadas em imensos espaços abertos, grandes crucifixos e efeitos de luz, som e marcação teatral — não foi realizada sem planejamento. Tratava-se de um Grande Papa, que levava pelo mundo a sua pessoa e a sua

Fé — ao Brasil, México, aos EUA, às Filipinas, à Itália, França, Espanha, e acima de tudo à Polônia.

Deixando de lado a cautelosa *Ostpolitik* dos predecessores, João Paulo II chegou em Varsóvia, em 2 de junho de 1979, para a primeira de três dramáticas “peregrinações” à Polônia comunista. Foi recebido calorosamente por multidões. A presença do papa afirmou e reforçou a influência da Igreja Católica na Polônia, mas o pontífice não estava interessado apenas em endossar a sobrevivência passiva da cristandade diante do comunismo. Para a apreensão dos bispos, ele começou a desestimular católicos na Polônia e outras regiões do Leste Europeu a manter qualquer compromisso com o marxismo, e ofereceu a Igreja não apenas como santuário, mas como pólo alternativo de autoridade moral e social.

Conforme os comunistas poloneses bem sabiam, tal mudança na postura da Igreja Católica — passando da contemporização à resistência — poderia provocar um impacto desestabilizador, impondo um desafio ao monopólio que o partido exercia sobre a autoridade. Isso se deu, em parte, porque os poloneses permaneceram majoritária e entusiasmamente católicos e, em grande medida, por causa da própria pessoa do papa. Mas os comunistas pouco podiam fazer — proibir o pontífice de visitar a Polônia, ou de lá pregar, só reforçaria o fascínio que ele despertava, e alienaria ainda mais os milhões de admiradores. Mesmo depois da imposição da lei marcial, quando o papa voltou à Polônia, em junho de 1983, e se dirigiu aos “compatriotas” na catedral de São João, em Varsóvia, falando de “decepção e humilhação, sofrimento e perda de liberdade”, os líderes comunistas podiam tão-somente observar e ouvir. “A Polônia”, ele disse, para constrangimento do general Jaruzelski, num discurso televisionado, “precisa assumir o seu lugar entre as nações da Europa, entre o Oriente e o Ocidente”.

O papa, conforme Stalin certa vez observou, não tem pelotões. Mas Deus nem sempre está do lado dos grandes batalhões: João Paulo II compensava a falta de soldados com a sua visibilidade — e senso de oportunidade. Em 1979, a Polônia já estava à beira de uma convulsão social. Desde os protestos dos trabalhadores, em 1970, e novamente em 1976, ambos provocados pelos aumentos bruscos nos preços dos alimentos, o primeiro-secretário Edward Gierek fizera de tudo para evitar a insatisfação doméstica — sobretudo, conforme vimos, tomando empréstimos vultosos no exterior e utilizando-os para suprir os poloneses com gêneros alimentícios e outros bens subsidiados. Mas a estratégia começava a falhar.

Graças ao surgimento do KOR de Jacek Kuroń, a oposição intelectual e os líderes dos trabalhadores agora cooperavam muito mais do que no passado. Em resposta ao cauteloso surgimento de sindicatos “livres” (i.e., ilegais) em diversas cidades industriais e litorâneas, a começar por Katowice e Gdansk, os líderes do KOR, em dezembro de 1979, elaboraram uma “Carta dos Direitos dos Trabalhadores”; as reivindicações incluíam os direitos à organização de sindicatos autônomos, não-filiados ao partido, e à greve. A reação previsível das autoridades foi a prisão dos intelectuais ativistas e a demissão dos operários rebeldes — entre os quais o eletricitista, então desconhecido, Lech Wałęsa e outros 14 operários da Elektromontaz, em Gdansk.

Não se sabe ao certo se o movimento semiclandestino pelos direitos dos trabalhadores teria evoluído. Mas é certo que os porta-vozes do movimento foram incentivados pela recente visita do papa, e pela intuição de que o regime hesitaria em reagir com violência, com receio de suscitar a desaprovação internacional. Mas o grupo ainda constituía uma pequena e esporádica rede de ativistas. O que precipitou o apoio das massas foi a tentativa do Partido Comunista — pela terceira vez na mesma década — de resolver as dificuldades econômicas anunciando, em 1º de julho de 1980, um aumento imediato no preço da carne bovina.

No dia seguinte ao anúncio, o KOR declarou-se “agência de informação da greve”. Nas três semanas subseqüentes, greves pipocaram na fábrica de tratores Ursus (cenário dos protestos de 1976) e nas maiores cidades industriais do país, chegando a Gdansk e ao Estaleiro Lenin, em 2 de agosto. Ali, os operários que trabalhavam na construção de navios ocuparam o pátio e constituíram um sindicato extra-oficial, Solidarność (Solidariedade) — liderado por Wałęsa, que em 18 de agosto de 1980 assumiu a frente de um movimento grevista nacional.

A reação instintiva das autoridades — prender os “líderes” e isolar os grevistas — falhou; o próximo passo, então, foi ganhar tempo e dividir os revoltosos. Num gesto sem precedentes, representantes do Politburo foram enviados a Gdansk a fim de negociar com os líderes “sensatos”, isso enquanto Kuroń, Adam Michnik e outros líderes do KOR eram detidos para interrogatório. Mas outros intelectuais — o historiador Bronisław Geremek e o advogado católico Tadeusz Mazowiecki —, que foram a Gdansk ajudar os grevistas na negociação, e os próprios grevistas insistiam em ser representados por um porta-voz da sua preferência: Wałęsa, que cada vez mais se destacava.

O regime foi forçado a ceder. Em 1º de setembro, a polícia liberou todos os que ainda se encontravam detidos e, duas semanas depois, o Conselho de Estado polonês atendeu, oficialmente, à principal exigência dos grevistas: o direito de formar e registrar sindicatos trabalhistas livres. Em oito semanas, a rede informal de greves e sindicatos extra-oficiais, que então existia por toda a Polônia, uniu-se numa só organização, cuja existência as autoridades já não podiam negar: em 10 de novembro de 1980 o Solidariedade tornou-se o primeiro sindicato livre registrado oficialmente num país comunista, com cerca de 10 milhões de associados. No congresso de fundação do sindicato, em setembro do ano seguinte, Walesa foi eleito presidente.

De novembro de 1980 a dezembro de 1981, a Polônia viveu num limbo nervoso e instável. Os assessores de Walesa — preocupados com erros cometidos no passado e atentos para não provocar uma reação por parte da humilhada liderança comunista — recomendavam cautela. Aquela seria uma “revolução contida”. Jacek Kuroń, com as lembranças de 1956 e de 1968 ainda vivas na mente, insistia no compromisso com o “sistema socialista” e reiterava que o Solidariedade reconhecia o “papel de liderança desempenhado pelo partido” — em Varsóvia ou Moscou, ninguém queria propiciar às autoridades a desculpa para enviar os tanques.

Até certo ponto, as contenções impostas pelo Solidariedade a si mesmo compensaram. Questões flagrantemente políticas — desarmamento ou política externa — ficaram fora da agenda pública do sindicato, que, como alternativa, focalizou a estratégia estabelecida pelo KOR de “praticar sociedade”: construir ligações com a Igreja Católica (no que Adam Michnik tinha grande interesse, pois estava decidido a superar o velho anticlericalismo da esquerda polonesa e firmar uma aliança com a revigorada liderança católica); instituir sindicatos locais e conselhos de fábricas; instar o reconhecimento da auto-gestão e dos direitos sociais no local de trabalho (este último em termos emprestados, palavra por palavra, das convenções da Organização Internacional do Trabalho, sediada em Genebra).

Porém, sob o comunismo, mesmo essas táticas cautelosamente “apolíticas” haveriam de confrontar a relutância do partido em conceder *qualquer tipo* de autoridade ou autonomia. Além disso, a economia continuava a implodir: durante o ano de 1981, a produtividade industrial entrou em colapso, enquanto os trabalhadores poloneses recém-sindicalizados realizavam assembléias, protestos e greves, a fim de promover suas reivindicações. Sob a ótica de Varsóvia, e sobretudo de Moscou, o país estava à deriva, e o regime perdia o

controle da situação. A Polônia também se tornava um mau exemplo para os vizinhos. A despeito de toda a prudência dos líderes, o Solidariedade estava fadado a despertar os fantasmas de Budapeste e Praga.

Em fevereiro de 1981, o general Wojciech Jaruzelski fora alçado de ministro da Defesa a primeiro-ministro, substituindo Gierek, que agora caíra em desgraça. Em outubro, Jaruzelski sucedeu Stanisław Kania como secretário do partido. Certo do apoio do Exército, e com a liderança soviética incentivando uma ação firme que sustasse o desvio da Polônia, o general apressou-se a pôr um ponto final numa situação que os dois lados sabiam que não poderia perdurar indefinidamente. Em 13 de dezembro de 1981 — no momento em que conversações sobre desarmamento nuclear entre os EUA e a URSS ocorriam em Genebra — Jaruzelski instituiu a lei marcial na Polônia, supostamente para evitar uma intervenção soviética. Os líderes e assessores do Solidariedade foram levados para a cadeia (embora o sindicato propriamente dito só fosse proscrito no ano seguinte, continuando a existir na clandestinidade.)[290](#)

Em retrospecto, e após os eventos de 1989, a ascensão do Solidariedade aparece como a primeira salva da batalha final contra o comunismo. Mas a “revolução” polonesa de 1980-1981 é mais bem compreendida como a última de uma série de manifestações de trabalhadores, iniciadas em 1970 e direcionadas contra a repressora e incompetente gestão econômica praticada pelo partido. Incompetência descarada, carreirismo e desperdício; aumentos de preços, greves e repressão; surgimento espontâneo de sindicatos locais e ação de intelectuais dissidentes; simpatia e apoio da Igreja Católica: eis os conhecidos fatores constitutivos do renascimento de uma sociedade civil, retratados de modo comovente por Andrzej Wajda em *O Homem de Mármore* (1977) e *O Homem de Ferro* (1981), relatos cinematográficos didáticos sobre a perda das ilusões e o renascimento das esperanças na Polônia comunista.

Mas não passavam disso. Tais fatores não prenunciavam a queda do poder comunista. Como Michnik, Kuroń e outros continuavam a insistir, antes e depois da imposição da lei marcial, o comunismo poderia ser, gradativamente, corroído no interior e na base, mas não derrubado. O confronto direto seria catastrófico, conforme a História já havia demonstrado. Sim, a lei marcial (que vigorou até julho de 1983) e o subsequente “estado de guerra” eram a admissão de um certo tipo de fracasso por parte das autoridades — nenhum outro país comunista fora levado a tais medidas, e o próprio Michnik falava de “desastre para o Estado totalitário” (embora assentisse, ao mesmo tempo, que se tratava de sério “revés para a sociedade independente”). Mas comunismo

era poder, e poder não estava em Varsóvia, e sim em Moscou. Os acontecimentos na Polônia foram um prólogo emocionante da narrativa do colapso do comunismo, mas foram secundários. A verdadeira ação ocorreu em outro local.

A repressão na Polônia contribuiu ainda mais para o esfriamento das relações entre Ocidente e Oriente verificado a partir do final da década de 1970. A “segunda Guerra Fria”, como ficou conhecida, não deve ser exagerada: embora, em dado momento, Leonid Brejnev e Ronald Reagan se acusassem de vislumbrar e até planejar uma guerra nuclear, nem a URSS nem os EUA tinham tal intenção.²⁹¹ Com a conclusão dos Acordos de Helsinque, Washington e Moscou pensavam que o final da Guerra Fria lhes traria benefícios. É verdade que a situação na Europa servia para as duas grandes potências, os EUA agora se comportando como a Rússia tsarista nas décadas subseqüentes à derrota de Napoleão, em 1815: i.e., uma espécie de policial do continente, cuja presença impediria que um poder revolucionário incontrolável provocasse novas comções que abalassem o *status quo*.

No entanto, as relações entre o Oriente e o Ocidente estavam se deteriorando. A invasão do Afeganistão pela União Soviética, em dezembro de 1979, instada pelo ministro das Relações Exteriores, Andrei Gromiko, cujo propósito era restaurar um regime estável e submisso na sensível fronteira sul da União Soviética, provocou o boicote dos EUA aos jogos Olímpicos de Moscou, em 1980 (gentileza paga na mesma moeda, quando o bloco soviético desprezou as Olimpíadas de Los Angeles, em 1984), e levou o presidente Carter, publicamente, a “rever [sua] opinião sobre os objetivos finais dos soviéticos” (*The New York Times*, 1º de janeiro de 1980). A invasão também levou os líderes ocidentais a considerar sábia a decisão, tomada durante uma reunião da OTAN realizada apenas duas semanas antes, de instalar 108 novos mísseis Pershing II e 464 mísseis Cruise na Europa Ocidental — em resposta à instalação de uma nova geração de mísseis SS20, de meio alcance, na Ucrânia. Uma nova corrida armamentista parecia ganhar velocidade.

Ninguém, menos ainda os líderes do Oeste Europeu cujos países, no caso de um confronto nuclear, seriam os primeiros a sofrer, se iludia a respeito da importância dos mísseis nucleares. Enquanto instrumentos de guerra, tais armas eram singularmente inúteis — ao contrário de uma lança, serviam somente para se sentar em cima. No entanto, como mecanismo de contenção,

um arsenal nuclear tinha a sua utilidade — desde que o inimigo se convencesse de que o arsenal poderia, no extremo, ser utilizado. Em todo caso, não havia outro meio de defender a Europa contra um Pacto de Varsóvia que, no início dos anos 80, vangloriava-se de contar com mais de cinquenta divisões de Infantaria armada, 16 mil tanques, 26 mil veículos bélicos e 4 mil aeronaves de combate.

Foi por isso que primeiros-ministros britânicos (tanto Margaret Thatcher quanto seu antecessor, James Callaghan), chanceleres da Alemanha Ocidental e líderes da Bélgica, Itália e Holanda acolheram os novos mísseis e autorizaram a sua instalação. Em seu recém-descoberto entusiasmo pela aliança ocidental, o presidente francês, François Mitterrand, foi particularmente enfático: num discurso contundente proferido diante de um atônito *Bundestag*, em janeiro de 1983, Mitterrand insistiu com os alemães ocidentais quanto à necessidade urgente de agüentar firme e aceitar os mísseis norte-americanos.²⁹²

A “nova Guerra Fria” reabriu uma perspectiva de terror aparentemente desproporcional à importância das questões em jogo — ou às intenções da maioria dos participantes. Na Europa Ocidental, o movimento antinuclear pela paz ressurgiu, fortalecido por uma nova geração de ativistas dos Partidos Verdes. Na Grã-Bretanha, uma animada coleção, decididamente inglesa, de feministas, ambientalistas e anarquistas, ao lado de amigos e parentes, manteve sitiada durante um longo tempo a base de mísseis em Greenham Common — para o espanto de uma cansada guarnição norte-americana.

A oposição era maior na Alemanha Ocidental, onde o chanceler social-democrata Helmut Schmidt foi forçado a ceder, depois que a ala esquerdista do seu próprio partido votou contra os novos mísseis — que foram mais tarde aprovados e instalados pelo seu sucessor, o democrata cristão Helmut Kohl.²⁹³ A miragem de uma zona neutra e “desnuclearizada” na Europa Central ainda era cara a muitos alemães, e membros ilustres do Partido Verde e do Partido Socialdemocrata na Alemanha Ocidental ratificavam os apelos oficiais da Alemanha Oriental contra as armas nucleares — durante uma demonstração em Bonn, em outubro de 1983, o ex-chanceler Willy Brandt exortou uma multidão de 300 mil simpatizantes a exigir que o governo renunciasse, unilateralmente, à instalação de novos mísseis. O chamado “Apelo Krefeld” contra a instalação de mísseis Cruise e Pershing na República Federal colheu 2,7 milhões de assinaturas.

Nem a invasão do Afeganistão, nem o “estado de guerra” na Polônia despertaram na Europa Ocidental preocupação comparável, nem mesmo nos círculos oficiais (inclusive, a primeira reação do chanceler Helmut Schmidt à lei marcial decretada por Jaruzelski foi despachar um representante do alto escalão para Varsóvia, em fevereiro de 1982, a fim de ajudar na superação do “isolamento” polonês).²⁹⁴ Já os pacifistas se preocupavam muito menos com a repressão em Varsóvia do que com a retórica beligerante que emanava de Washington. Embora a decisão da OTAN relativa à instalação de novos mísseis tivesse sido acompanhada pela oferta de negociações em prol da redução dessas mesmas armas (a chamada abordagem “mão-dupla”), cada vez mais tornava-se óbvio que, com o novo presidente, os EUA tinham adotado uma estratégia nova e agressiva.

Grande parte da beligerância de Washington tinha caráter meramente retórico — quando Ronald Reagan exigiu que a “Polônia fosse a Polônia”, ou rotulou Moscou de “Império do Mal” (em março de 1983), estava encenando um papel para a platéia doméstica. Afinal, o mesmo presidente abria conversações sobre redução de armas nucleares e propunha a remoção dos mísseis norte-americanos de alcance médio, se os soviéticos retirassem os deles. Mas, na verdade, os Estados Unidos estavam embarcando num grande programa de rearmamento. Em agosto de 1981, Reagan anunciou que os EUA estocariam bombas de nêutron. A implantação do sistema de mísseis MX, em cumprimento aos Tratados de Limitação de Armas Estratégicas, foi anunciada em novembro de 1982, seguida, cinco meses depois, pela Iniciativa de Defesa Estratégica (“Guerra nas Estrelas”), provocando protesto soviético, sob a correta alegação de que a medida feria o Tratado de Mísseis Antibalísticos, assinado em 1972. A ajuda militar oficial e o apoio clandestino ao Afeganistão e à América Central aumentavam. Em 1985, os gastos dos EUA com defesa subiram 6%, um aumento sem precedentes em tempo de paz.²⁹⁵

Em setembro de 1981, Reagan advertira que, sem um acordo de armas nucleares passível de fiscalização, haveria uma corrida armamentista, e que, se houvesse uma corrida armamentista, os EUA venceriam a prova. E foi o que aconteceu. Em retrospecto, o fortalecimento da defesa norte-americana seria visto como a alavanca maquiavélica que quebrou o sistema soviético e o levou a desmoronar. No entanto, a coisa não foi bem assim. A União Soviética mal podia arcar com os gastos da corrida armamentista na qual embarcara, já em 1974. Mas a bancarota, por si só, não teria derrubado o comunismo.

A “segunda Guerra Fria” e a beligerância pública dos EUA, sem dúvida, aumentaram a pressão sobre um sistema que já dava sinais de mau funcionamento. A União Soviética construíra uma máquina militar que derrotara Hitler, ocupara metade da Europa e acompanhara o Ocidente, arma por arma, durante quarenta anos — mas o preço tinha sido excessivo. No seu auge, o percentual de recursos soviéticos destinados a cobrir gastos militares ficara entre 30% e 40%, quatro ou cinco vezes maior do que os índices norte-americanos. Para muitos especialistas na União Soviética, era evidente que o país não poderia carregar, indefinidamente, tamanho peso. A longo prazo, a conta do projeto de fortalecimento militar teria de ser paga.

Mas, ao menos a curto prazo, é provável que a tensão internacional tenha contribuído para sustentar o regime. Talvez a União Soviética fosse um vilarejo Potemkin com dimensões continentais — o “Alto Volta com mísseis”, segundo a concisa definição de Helmut Schmidt; mas, afinal, o país tinha os tais mísseis, e eles conferiam um certo status e respeito aos proprietários. Além do mais, os veteranos líderes soviéticos, sobretudo o diretor da KGB, Iuri Andropov, levavam a sério a ameaça norte-americana. À semelhança dos colegas em Washington, eles realmente acreditavam que o outro lado contemplava a possibilidade de uma guerra nuclear preventiva. A linha-dura de Reagan e, em particular, a Iniciativa de Defesa Estratégica por ele instituída tornavam a velha guarda da liderança soviética ainda menos disposta a fazer concessões.

O verdadeiro dilema militar que se apresentava aos líderes soviéticos não ocorreu nem na Europa nem em Washington, mas em Cabul. Permito-me discordar da reação de Jimmy Carter quanto à “descoberta” tardia das supostas ambições estratégicas soviéticas, mas a invasão do Afeganistão, em 1979, não abriu uma nova frente na luta do comunismo contra o mundo livre. Na verdade, a questão resultou de uma inquietação interna. O censo soviético de 1979 revelou um aumento sem precedentes da população da Ásia Central soviética (primordialmente muçulmana). No Cazaquistão soviético e nas Repúblicas ao longo da divisa afegã — Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão — os números tinham se elevado mais de 25% desde 1970. Ao longo da década seguinte, enquanto a população da Ucrânia cresceria apenas 4%, a do Tadjiquistão registrou um aumento de quase 50%. A Rússia européia, segundo parecia aos líderes, estava sob ameaça demográfica imposta pelas minorias internas: conforme Leonid Brejnev, já enfermo, admitiu

durante o 26º Congresso do Partido, em fevereiro de 1981, ainda havia “questões de nacionalidade” que precisavam ser abordadas.

Se a ocupação do Afeganistão conseguisse instalar um regime seguro e cordato em Cabul, os líderes soviéticos teriam garantido um duplo sucesso. Teriam reafirmado a presença vacilante de Moscou no Oriente Médio e enviado uma “mensagem clara” a uma nova geração de muçulmanos soviéticos que sonhavam com independência. Mas os soviéticos, é sabido, fracassaram no Afeganistão. Brejnev, Gromiko e seus generais ignoraram não apenas as lições do Vietnã, repetindo muitos erros cometidos pelos americanos, mas também esqueceram os fracassos da própria Rússia tsarista, naquela mesma região, oitenta anos antes. Na realidade, a tentativa desastrosa da URSS de manter um regime fantoche num território hostil e desconhecido provocou a oposição acirrada de guerrilheiros e fanáticos religiosos (*mujahidin*), armados e financiados por fontes externas. E, em vez de “abordar” as questões de nacionalidade do próprio império, a tentativa russa serviu apenas para inflamá-las: as autoridades “marxistas” de Cabul (apoiadas pelos soviéticos) pouco fizeram pela posição de Moscou no mundo islâmico, tanto no país quanto no exterior.

Em suma, o Afeganistão foi uma catástrofe para a União Soviética. O impacto traumático da campanha numa geração inteira de soldados só seria visível mais tarde. No início dos anos 90, estimava-se que um em cada cinco veteranos das guerras afgãs era alcoólatra; na Rússia pós-soviética, muitos dos demais ex-recrutas, incapazes de encontrar trabalho permanente, convergiram para organizações nacionalistas da extrema direita. Porém, muito antes de isso acontecer, os próprios líderes soviéticos já enxergavam a escala do passo em falso. Além do desperdício com homens e equipamentos, a guerra nas montanhas afgãs, que durou uma década, constituiu grande humilhação internacional. E impediria, no futuro próximo, qualquer outra ação do Exército Vermelho além das fronteiras da URSS; conforme Igor Ligachev, membro do Politburo, mais tarde admitiria ao jornalista norte-americano David Remnick: depois do Afeganistão não haveria a menor possibilidade de recorrer à força na Europa Oriental.

É indício de fragilidade o fato de a União Soviética ter se mostrado tão vulnerável ao impacto de somente uma aventura neocolonialista — ainda que tal aventura fosse um fracasso retumbante. Mas o desastre no Afeganistão, a exemplo do custo da crescente corrida armamentista do início dos anos 80, não teria, em si mesmo, induzido o colapso do sistema. Respalhada pelo medo,

pela inércia e pelo auto-interesse dos veteranos que a comandavam, a era de Brejnev, conhecida como “era da estagnação”, talvez perdurasse indefinidamente. Decerto, não havia autoridade que servisse de contrapeso, não havia um movimento dissidente — fosse na União Soviética ou nos Estados-satélites — capaz de derrubar o sistema. Somente um comunista poderia fazê-lo. E foi um comunista quem o fez.

A premissa norteadora do projeto comunista era a fé nas leis da História e nos interesses da coletividade, sempre acima das motivações e dos atos dos indivíduos. É, portanto, irônico e propício que o destino do comunismo, em última análise, fosse definido pelo destino de homens. Em 10 de novembro de 1982, aos 76 anos, Leonid Brejnev, finalmente, faleceu. Seu sucessor, Andropov, já estava com 68 anos e não gozava de boa saúde. Em pouco mais de um ano, antes de implementar qualquer uma das reformas que pretendia, Andropov morreu e foi substituído no Secretariado-Geral por Konstantin Chernenko, já com 72 anos, e com a saúde tão debilitada que o novo líder mal conseguiu concluir o discurso nos funerais de Andropov, em fevereiro de 1984. Passados 13 meses, Chernenko também estava morto.

As mortes sucessivas de três comunistas da velha guarda, todos nascidos antes da Primeira Guerra Mundial, foram um tanto sintomáticas: a geração de líderes do partido que guardava memórias das origens bolcheviques da União Soviética e cujas vidas e carreiras tinham sido marcadas por Stalin começava a desaparecer. A referida geração herdara e comandara uma burocracia autoritária e gerontocrata, cuja grande prioridade era a própria sobrevivência; no mundo em que Brejnev, Andropov e Chernenko tinham crescido, ter morte tranqüila não era um feito insignificante. Entretanto, a partir daquele momento, o mundo seria liderado por homens mais jovens; o instinto destes não era menos autoritário, mas eles não teriam muitas opções, senão enfrentar os problemas da corrupção, estagnação e ineficiência que assolavam o sistema soviético, desde cima até embaixo.

O sucessor de Chernenko, devidamente promovido a secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, em 11 de março de 1985, foi Mikhail Sergeievitch Gorbatchev. Nascido num vilarejo da região sulista de Stavropol, em 1931, Gorbatchev, aos 41 anos, fora eleito para o Comitê Central. Agora, passados apenas 13 anos, liderava o partido. Gorbatchev não era apenas vinte anos mais jovem do que seus predecessores; chegou a ocupar um posto de preminência a uma idade mais jovem do que todos os presidentes norte-americanos que antecederam Bill Clinton. Sua rápida ascensão tinha sido

incentivada e facilitada por Andropov, e o novo líder era visto como um provável reformista.

Reformista, mas não radical. Mikhail Gorbatchev era um típico *apparatchik*.²⁹⁶ Fizera carreira no partido, iniciando como primeiro-secretário da Juventude Comunista do Distrito de Stavropol, em 1956, depois atuando como secretário do comitê das fazendas regionais, e chegando a membro do Parlamento Soviético (eleito em 1970). O novo líder encarnava muitos dos sentimentos da sua geração comunista; jamais criticando abertamente o partido ou as suas políticas, Gorbatchev ficara profundamente sensibilizado e entusiasmado pelas revelações de 1956, mas se decepcionaria com os equívocos da era Krushev e com a repressão e a inércia das subseqüentes décadas de Brejnev.

Mikhail Gorbatchev era, nesse sentido, um clássico comunista com tendências reformistas — não foi coincidência o fato de ter sido amigo íntimo de Zdeněk Mlynář, na Faculdade de Direito de Moscou, no início dos anos 50; Mlynář, como já vimos, desempenhou um papel central na Primavera de Praga, em 1968. Mas, a exemplo de todos os comunistas com inclinações reformistas de sua geração, Gorbatchev era primeiramente comunista e, depois, então, reformista. Conforme explicou ao jornal comunista francês *L'Humanité*, em entrevista concedida em fevereiro de 1986, o comunismo de Lenin continuava sendo um ideal positivo e imaculado. O stalinismo? “Conceito criado por adversários do comunismo e utilizado, em larga escala, para difamar a União Soviética e o socialismo como um todo.”²⁹⁷

Sem dúvida, é isso o que um secretário-geral do Partido Comunista *deveria* dizer, mesmo em 1986. Mas é certo que Gorbatchev acreditava no que dizia, e as reformas por ele iniciadas tinham uma intenção conscientemente leninista — ou “socialista”. Na verdade, em termos ideológicos, é provável que Gorbatchev fosse mais sério do que alguns de seus predecessores soviéticos; não foi por acaso que, enquanto Nikita Krushev havia declarado, notoriamente, que se fosse britânico apoiaria os tóris, para Gorbatchev, o grande estadista estrangeiro fosse Felipe González, da Espanha, cujo modelo de social-democracia mais se aproximava daquele pensado pelo próprio Gorbatchev.

Mais do que qualquer outro indicador, o fato de que as esperanças eram depositadas em Gorbatchev refletia a ausência de oposição interna na União Soviética. Somente o partido poderia limpar a sujeira por ele próprio espalhada, e, por sorte, o partido elegera como líder um homem dotado da energia e da experiência administrativa necessárias para empreender tal esforço.

Além de ter rara formação educacional e muita cultura literária (em se tratando de um burocrata soviético), Gorbachev exibía uma qualidade marcadamente leninista: a disposição de renunciar a certos ideais a fim de alcançar seus objetivos.

As dificuldades que Gorbachev herdara ao se tornar secretário-geral do PCUS não eram mistério. Impressionado com o que tinha visto em viagens realizadas pela Europa Ocidental durante os anos 70, o novo líder pretendia, desde o começo, dedicar seus maiores esforços à reforma da agonizante economia soviética e da corrupção e ineficiência que se emaranhavam no pesado aparato institucional do país. A dívida externa se elevava continuamente à medida que o preço internacional do petróleo, principal item soviético de exportação, caía, desde que alcançara o ponto máximo no final dos anos 70; a referida dívida, que era de 30,7 bilhões de dólares em 1986, chegaria a 54 bilhões de dólares em 1989. A economia, que pouco crescera durante a década de 1970, agora encolhia; sempre aquém em termos de qualidade, a produção soviética era agora inadequada também em termos de quantidade. Metas estabelecidas por um planejamento central arbitrário, endêmica falta de estoque, pontos de estrangulamento no sistema de abastecimento e a ausência de indicadores de preço ou de mercado, na prática, paralisavam qualquer iniciativa.

Em tal sistema, o ponto de partida para a “reforma”, como havia tempo os economistas húngaros e de outras nacionalidades compreendiam, era a descentralização das políticas de preço e do processo decisório. No entanto, medidas como essas deparavam com obstáculos quase insuperáveis. Fora da região do Báltico, quase ninguém na União Soviética tinha qualquer experiência pessoal com agricultura independente ou economia de mercado: como fazer algo; como fixar um preço; como encontrar um comprador. Mesmo depois que a Lei da Atividade de Trabalho Individual, de 1986, autorizou o funcionamento limitado de (pequenas) empresas privadas, poucos foram os que se aventuraram. Três anos mais tarde, havia apenas 300 mil empresários em toda a União Soviética, numa população de 290 milhões.

Além disso, qualquer futuro reformista econômico iria se ver diante do dilema do ovo e da galinha. Se a reforma econômica iniciasse com a descentralização do processo decisório, ou com a concessão de autonomia a empresas locais e o abandono da gestão à distância, como funcionariam produtores, gerentes ou empresários sem um mercado? A curto prazo haveria *mais* escassez do que “estrangulamentos”, à medida que todos revertissem à auto-

suficiência regional e até a uma economia local à base de escambo. Por outro lado, era inviável, simplesmente, anunciar-se um “mercado”. A própria palavra já impunha graves riscos políticos numa sociedade onde o “capitalismo” fora oficialmente condenado e detestado durante décadas (o próprio Gorbachev, até 1987, evitou qualquer menção à economia de mercado, e a partir de então, falava apenas em “mercado socialista”).

O instinto reformador haveria de chegar a um meio-termo: experimentaria a criação — de cima para baixo — de algumas empresas privilegiadas, livres de empecilhos burocráticos e com garantia de suprimento de matérias-primas e trabalho especializado. Essas, segundo o raciocínio, serviriam de modelos bem-sucedidos e até lucrativos para empresas similares: os objetivos eram a modernização controlada e uma progressiva adaptação a mecanismos de fixação de preços e níveis de produção de acordo com a procura. No entanto, tal abordagem estava condenada pela sua própria premissa operacional — de que as autoridades podiam criar empresas eficientes através de disposição administrativa.

É fato que o partido conseguiu criar unidades temporariamente viáveis e até lucrativas, ao canalizar parques recursos para um punhado de fazendas, fábricas, moinhos e serviços modelares, mas somente mediante pesados subsídios e deixando à míngua atividades menos favorecidas. O resultado foi ainda mais distorção e frustração. Nesse ínterim, gerentes de fábricas e diretores locais, sem saber aonde soprava o vento, apostavam na volta da normatização planejada e do controle centralizado e estocavam tudo o que lhes caísse em mãos.

Para os conservadores que criticavam Gorbachev, a história já era antiga. Todos os programas soviéticos de reforma desde 1921 iniciaram do mesmo modo e perderam o fôlego pelos mesmos motivos, a começar pela Nova Política Econômica de Lenin. Reformas econômicas sérias implicavam o relaxamento ou o abandono de controles. Isso não apenas exacerbava os problemas que se esperava solucionar, mas significava precisamente o que dizia: perda de controle. Contudo, o comunismo dependia de controle — na realidade, comunismo *era* controle: controle da economia, controle do conhecimento, controle do movimento, da opinião e das pessoas. Tudo mais era dialética, e dialética — conforme um veterano comunista explicou ao jovem Jorge Semprún, em Buchenwald — “é a arte e a técnica de sempre cair de pé”.²⁹⁸

Gorbachev logo constatou que, para cair de pé durante a luta por ele travada com a economia soviética, seria necessário reconhecer que o enigma

econômico soviético não poderia ser tratado da maneira isolada. Tratava-se do sintoma de um mal maior. A União Soviética era administrada por homens com interesses pessoais nos controles políticos e institucionais de uma economia dirigida; os pequenos absurdos e a corrupção cotidiana dessa economia ensejavam a autoridade e o poder desses mesmos indivíduos. Para que o partido reformasse a economia, primeiramente, teria de reformar a si mesmo.

Tampouco essa idéia era nova — os expurgos periódicos levados a termo por Lenin e por seus sucessores haviam anunciado objetivos semelhantes. Mas os tempos tinham mudado. A União Soviética, por mais repressora e retrógrada, já não era uma tirania totalitária e homicida. Graças aos monumentais projetos de habitação instituídos por Krushev, a maioria das famílias soviéticas agora morava em apartamentos. Embora feias e ineficientes, essas unidades habitacionais de baixo aluguel propiciavam um grau de privacidade e segurança desconhecido de gerações passadas: as pessoas já não estavam tão expostas a informantes, e ficavam menos sujeitas à delação por parte de vizinhos ou contraparentes. Para a maioria dos cidadãos, a era do terror tinha terminado e, ao menos para a geração de Gorbachev, o retrocesso ao tempo das detenções em massa e dos expurgos promovidos pelo partido era impensável.

A fim de acabar com a opressão da burocracia do partido e avançar com os planos de reestruturação econômica, então, o secretário-geral recorreu à “*glasnost*” — “abertura”: o incentivo oficial ao debate público de um restrito elenco de tópicos. Sinalizando ao povo mudanças iminentes e atizando a expectativa popular, Gorbachev construiria um mecanismo com o qual ele e seus companheiros poderiam reduzir qualquer oposição oficial aos seus planos. Também essa era uma estratégia conhecida, inclusive pelos tsares reformistas. Mas, para Gorbachev, a urgência da necessidade de abertura oficial ficou clara em decorrência dos eventos catastróficos de 26 de abril de 1986.

Naquele dia, à 1h23, um dos quatro imensos reatores da usina nuclear de Chernobyl (na Ucrânia) explodiu, liberando na atmosfera 120 milhões de curies de material radioativo — mais de cem vezes a radiação provocada em Hiroshima e Nagasaki, *somadas*. A precipitação radioativa deslocou-se para noroeste, em direção à Europa Ocidental e à Escandinávia, chegando ao País de Gales e à Suécia, expondo cerca de 5 milhões de pessoas aos efeitos da radiação. Além dos trinta operários mortos no local, aproximadamente 30 mil pessoas viriam a morrer em consequência de problemas causados pela

exposição à radiação oriunda de Chernobyl, sendo que foram registrados mais de 2 mil casos de câncer da tireóide entre residentes da vizinhança da usina.

Chernobyl não foi o primeiro desastre ambiental da União Soviética. Em Cheliabinsk-40, centro secreto de pesquisa perto de Ekaterinburg, nas montanhas Urais, um tanque de detritos nucleares explodiu em 1957, poluindo severamente uma área de 8 quilômetros de largura por 100 quilômetros de comprimento. Na ocasião, 76 milhões de metros cúbicos de lixo radioativo correram para a bacia do rio Ural, que ficou contaminada durante décadas. Foi preciso evacuar 10 mil pessoas e destruir 23 aldeias. O reator de Cheliabinsk pertencia à primeira geração de edificações nucleares soviéticas, tendo sido construído por trabalho escravo, entre 1948 e 1951.²⁹⁹

Outras calamidades ambientais causadas pelo homem em escala comparável foram a poluição do lago Baikal; a destruição do mar de Aral; o despejo no oceano Ártico e no mar de Barents de centenas de milhares de toneladas de embarcações nucleares afundadas com seus conteúdos radioativos; e a contaminação de uma área correspondente à superfície da Itália, nos arredores de Norilsk, na Sibéria, por dióxido de enxofre utilizado na produção de níquel. Esses e outros desastres ecológicos resultaram diretamente da indiferença, da má gestão e da política soviética de “corte-e-queima” com os recursos naturais. E nasceram de uma cultura do sigilo. A explosão de Cheliabinsk-40 só foi oficialmente admitida décadas mais tarde, embora houvesse ocorrido a poucos quilômetros de uma grande cidade — a mesma cidade onde, em 1979, centenas de pessoas morreram em consequência de um vazamento de antraz ocorrido numa fábrica de armas biológicas localizada em pleno centro do perímetro urbano.

As deficiências dos reatores nucleares da URSS eram conhecidas dos integrantes do sistema; dois relatórios preparados pela KGB, em 1982 e 1984, apontavam uso de equipamento de qualidade “mediocre” (fornecido pela Iugoslávia) e sérias imperfeições nos reatores 3 e 4 de Chernobyl (este último foi o que explodiu em 1986). Porém, assim como essa informação fora mantida em segredo (e nenhuma providência tomada), a reação instintiva da liderança do partido à explosão de 26 de abril foi nada dizer a respeito — afinal, havia à época 14 usinas semelhantes a Chernobyl em funcionamento por todo o país. Moscou só admitiu que algo desagradável havia se passado quatro dias após o incidente, através de um comunicado oficial que se limitava a duas frases.

Mas não havia como abafar Chernobyl: a apreensão internacional e a própria inabilidade de os soviéticos conterem os danos forçaram Gorbachev, primeiramente, a fazer um pronunciamento público, duas semanas mais tarde, reconhecendo uma parte do que acontecera e, então, a solicitar ajuda e orientação internacional. E, assim como seus compatriotas tomaram conhecimento da escala da incompetência e da indiferença oficial diante da tragédia, Gorbachev foi obrigado a admitir a extensão dos problemas do país. A inépcia, a hipocrisia e o cinismo dos indivíduos responsáveis pelo desastre, bem como a tentativa de abafar o ocorrido, não mais poderiam ser descartados como uma lamentável perversão dos valores soviéticos: tais fatores *eram, por si mesmos*, os valores soviéticos, conforme o líder soviético começava a perceber.

A partir do outono de 1986, Gorbachev mudou a abordagem. Em dezembro daquele ano, Andrei Sakharov, o dissidente mais famoso do mundo, foi libertado da reclusão domiciliar em Górkí (Nijnii Novgorod), prenúncio da liberação em massa de prisioneiros políticos soviéticos que teria início no ano seguinte. A censura foi relaxada — em 1987, ocorreu a publicação mais do que tardia de *Vida e Destino*, de Vassili Grossman (26 anos depois que M. A. Suslov, comissário do partido encarregado de questões ideológicas, previu que o livro só seria liberado em “dois ou três séculos”). A polícia foi instruída a não mais bloquear a transmissão radiofônica estrangeira. E o secretário-geral do PCUS elegeu a ocasião do seu discurso televisionado diante do Comitê Central do partido, em janeiro de 1987, para defender uma democracia mais inclusiva, ignorando os conservadores do partido e dirigindo-se à nação como um todo.

Já em 1987, nove em cada dez residências soviéticas possuíam aparelho de TV, e a tática de Gorbachev foi, inicialmente, um grande sucesso: ao criar uma esfera pública para o debate semi-aberto acerca das agruras do país e ao quebrar o monopólio sobre a informação detido pela casta governamental, ele forçou o partido a fazer o mesmo — e assegurou aos reformistas de dentro do sistema, até então calados, a possibilidade de falar e apoiá-lo. No decorrer de 1987 e 1988, o secretário-geral, quase sem querer, formou no país uma clientela predisposta à mudança.

Floresceram organizações informais: notadamente, o Clube Perestroika, no Instituto de Matemática de Moscou, em 1987, que por seu turno fez nascer o Memorial, cujos integrantes dedicavam-se a “manter viva a memória das vítimas” do passado stalinista. De início perplexas diante da sua própria existência — afinal, a União Soviética ainda era uma ditadura unipartidária —, tais

organizações logo cresceram e se multiplicaram. Por volta de 1988, o apoio a Gorbatchev advinha mais de fora do partido, da recém-emergente opinião pública nacional.

Acontecera que a lógica das metas reformistas de Gorbatchev e a sua decisão, na prática, de recorrer ao apoio da nação contra os conservadores que o criticavam no âmbito da burocracia haviam transformado a dinâmica da *Perestroika*. Tendo iniciado na função de reformador dentro do partido do governo, o seu próprio secretário-geral agora trabalhava cada vez mais contra o partido, ou ao menos tentava se esquivar da resistência do partido à mudança. Em outubro de 1987, Gorbatchev, pela primeira vez, falou publicamente dos crimes stalinistas e advertiu que, se o partido não defendesse a reforma, perderia o papel de liderança na sociedade.

Em junho de 1988, na convenção do partido, o líder reiterou o compromisso com a reforma e o relaxamento da censura e convocou a preparação de eleições abertas para a instituição de um Congresso dos Deputados do Povo no ano seguinte. Em outubro de 1988, Gorbatchev demoveu alguns dos seus principais adversários — sobretudo Igor Ligachev, antigo crítico — e se elegeu presidente do Parlamento soviético (i.e., chefe de Estado), substituindo Andrei Gromiko, o último dos dinossauros. Na retaguarda do partido, Gorbatchev ainda enfrentava forte oposição; mas, no país como um todo, a sua popularidade estava no auge, o que lhe permitiu avançar — embora lhe restassem poucas opções, senão avançar.³⁰⁰

As eleições de maio/junho de 1989 foram as primeiras mais ou menos livres realizadas na União Soviética desde 1918. Não foram eleições multipartidárias — isso só ocorreria em 1993, quando a União já não existia —, e o resultado foi, em grande parte, predeterminado pela restrição de muitos assentos a candidatos do partido e pela proibição de competição interna ao partido para a ocupação desses assentos; mas o Congresso eleito incluía muitas vozes independentes e críticas. Os trabalhos do Congresso eram transmitidos a 100 milhões de telespectadores, e as reivindicações de mais mudanças feitas por Sakharov e outros — principalmente o destronamento do partido, cada vez mais desacreditado — não podiam ser ignoradas, nem mesmo pelo próprio Gorbatchev, a princípio relutante. O monopólio que os comunistas exerciam sobre o poder começava a escapular, e com o estímulo de Gorbatchev o Congresso votaria, em fevereiro do ano seguinte, a remoção da cláusula-chave da Constituição soviética — o Artigo 6 —, que conferia ao Partido Comunista o “papel de liderança”.³⁰¹

O curso da turbulência doméstica soviética entre 1985 e 1989 foi facilitado por uma grande guinada na política externa da URSS sob a liderança de Gorbatchev e seu novo ministro das Relações Exteriores, Edvard Shevardnadze. Desde o princípio, Gorbatchev deixara clara a sua determinação de livrar o país, no mínimo, de grande parte do ônus militar. Um mês após chegar ao poder, Gorbatchev suspendeu o programa soviético de mísseis e se dispôs a realizar negociações incondicionais a respeito de forças nucleares, a começar pela proposta de que as duas superpotências dividissem pela metade seus arsenais estratégicos. Já em maio de 1986, após uma excelente reunião de “cúpula” com Reagan, em Genebra (o primeiro de cinco encontros semelhantes, sem precedentes), Gorbatchev concordou que sistemas nucleares instalados pelos EUA fora de seu território ficassem excluídos das conversações sobre armas estratégicas, se isso contribuísse para o andamento do debate.

Num segundo encontro, realizado em Reykjavik em outubro de 1986, Reagan e Gorbatchev, embora não houvessem chegado a um consenso a respeito de desarmamento nuclear, construíram bases para futuro sucesso. Em fins de 1987, Shevardnadze e o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, já haviam esboçado um Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, assinado e sancionado no ano seguinte. Esse tratado, endossando a “opção zero” defendida por Ronald Reagan, explicitava a aceitação soviética de que uma guerra nuclear na Europa não teria vencedor — e serviu de prólogo a um tratado ainda mais importante, assinado em 1990, que limitava, severamente, a presença e a operação de forças *convencionais* no continente europeu.

Sob a ótica de Washington, naturalmente, as concessões feitas por Gorbatchev relacionadas a armamentos pareciam ser uma vitória de Reagan — e, portanto, na soma zero operada pelos estrategistas da Guerra Fria, configuravam uma derrota para Moscou. Mas, na visão de Gorbatchev, cujas prioridades eram domésticas, garantir um cenário internacional mais estável era em si uma vitória. Permitia-lhe ganhar tempo e conquistar apoio interno para as reformas. O verdadeiro significado dessa sequência de encontros e acordos foi o reconhecimento por parte da URSS de que um confronto militar no exterior não era apenas dispendioso, mas também contraproducente; conforme disse Gorbatchev, em outubro de 1986, em visita à França, “ideologia” não era base adequada para política externa.

Tais idéias refletiam o aconselhamento que o líder começava a receber de uma nova geração de especialistas soviéticos em relações exteriores,

sobretudo o colega Aleksandr Iakolev, para quem ficara claro que a URSS poderia exercer mais controle sobre as relações do país com o exterior através de concessões bem planejadas do que de confrontos inúteis. Em contraste com os problemas insolúveis enfrentados por Gorbachev internamente, a política externa era uma arena na qual o líder exercia controle direto e podia, portanto, efetuar melhorias imediatas. Além disso, costuma-se exagerar o suposto interesse da União Soviética em cuidar das relações exteriores apenas com a outra Grande Potência: Gorbachev atribuía tanta importância às relações com a Europa Ocidental quanto com os EUA — eram frequentes as visitas do líder soviético ao Oeste Europeu, onde travou boas relações com González, Kohl e Thatcher (esta, notoriamente, o considerava um sujeito com o qual “podia negociar”).³⁰²

Na realidade, sob aspectos importantes, Gorbachev considerava-se, acima de tudo, um estadista *européu*, com prioridades européias. O foco na extinção da corrida armamentista e no estoque de armas nucleares estava intimamente ligado a uma nova abordagem diante do papel da URSS enquanto potência distintamente *européia*. “Os armamentos”, declarou Gorbachev em 1987, “devem ser reduzidos a níveis estritamente necessários para fins de defesa. É hora de as duas alianças militares corrigirem seus conceitos estratégicos, direcionando-os mais para os objetivos da defesa. Todos os apartamentos do ‘prédio europeu’ têm o direito a se proteger contra ladrões, mas devem fazê-lo sem destruir a propriedade dos vizinhos”.

Nesse mesmo estado de espírito e pelos mesmos motivos, o líder soviético percebeu, desde o início, a necessidade urgente de retirar a União Soviética do Afeganistão, “ferida que não parava de sangrar”, conforme Gorbachev descreveu a situação durante o Congresso do Partido, em fevereiro de 1986. Cinco meses mais tarde, ele anunciou a retirada de 6 mil soldados soviéticos, remoção concluída em novembro daquele mesmo ano. Em maio de 1988, na sequência de um acordo firmado em Genebra com o Afeganistão e com o Paquistão e garantido pelas duas grandes potências, as tropas soviéticas começaram a deixar o Afeganistão: os últimos soldados do Exército Vermelho partiram em 15 de fevereiro de 1989.³⁰³

Tornara-se evidente que, longe de enfrentar a problemática das nacionalidades soviéticas, a aventura afegã a exacerbava. Se a URSS enfrentava um grupo intratável de minorias nacionais, o problema fora criado por ela própria: foram Lenin e seus sucessores, afinal, que inventaram as diversas “nações” — submissas, às quais eles designaram regiões e repúblicas. Ecoando

práticas imperiais de outros lugares, Moscou fomentara o surgimento — em locais onde conceitos de nacionalidade e nação eram desconhecidos até cinquenta anos antes — de instituições e intelectualidades agrupadas em torno de um centro urbano nacional ou “capital”. Primeiros-secretários dos partidos comunistas no Cáucaso, ou nas repúblicas da Ásia Central, costumavam ser escolhidos entre os respectivos grupos étnicos dominantes. Para salvaguardar seus feudos, esses homens inclinavam-se a se identificar com a “sua própria gente”, em especial depois que começaram a aparecer fissuras na burocracia central. O partido começava a rachar em consequência da força centrífuga de ansiosos administradores locais que protegiam seus próprios interesses.

Parece que Gorbachev não compreendeu muito bem esse processo. “Camaradas”, ele informou ao partido em 1987, “podemos afirmar que, em nosso país, o problema das nacionalidades foi resolvido”. Talvez Gorbachev não acreditasse inteiramente nas suas próprias asserções, mas decerto pensava que algum relaxamento do controle central e o enfrentamento de antigos desafetos seriam o bastante (em 1989, os tártaros da Criméia, por exemplo, foram finalmente autorizados a voltar à sua região de origem, após décadas de exílio na Ásia). Num império continental que se estendia desde o Báltico até o mar de Okhotsk, e que incluía mais de cem grupos étnicos, a maioria dos quais nutria velhos ressentimentos cuja expressão era agora incitada pela *glasnost*, o erro teria consequências graves.

A inadequação da resposta de Gorbachev às reivindicações de autonomia nas margens distantes do Império Soviético não deve surpreender. Conforme já observado, Gorbachev foi, desde o início, um “comunista reformador”, ainda que bastante atípico: simpático à necessidade de mudança e renovação, mas relutante em atacar os princípios centrais do sistema no qual crescera. A exemplo de muita gente da sua geração na União Soviética e em outros locais, Gorbachev acreditava piamente que o único caminho para o progresso passava pelo retorno aos “princípios” leninistas. A idéia de que o próprio projeto leninista estivesse equivocado permaneceu alheia ao líder soviético até bem tarde — somente em 1990 ele, finalmente, permitiu a publicação interna de escritores abertamente antileninistas como, por exemplo, Aleksandr Soljenitsin.

O espírito dos objetivos iniciais de Gorbachev pode ser ilustrado pelo tom inimitável da recém-descoberta tolerância oficial à música pop; conforme expressou o *Pravda*, em outubro de 1986: “O *rock-n-roll* tem direito a existir, mas somente se for melodioso, coerente e bem executado”. Era isso,

precisamente, que Mikhail Gorbachev queria: um comunismo melodioso, coerente e bem executado. As reformas necessárias seriam implementadas e as liberdades “adequadas” seriam concedidas, mas não haveria qualquer tipo de licença não-regulamentada — em fevereiro de 1988, o governo ainda reprimia, severamente, editoras e gráficas independentes.

Uma das curiosidades próprias aos comunistas reformadores é que eles sempre perseguiram o objetivo quixotesco de reformar determinados aspectos do sistema enquanto outros permaneceriam inalterados — introduzir incentivos ao mercado e manter controle por meio de planejamento central; ou permitir maior liberdade de expressão e preservar o monopólio do partido sobre a verdade. Porém, reformas parciais, ou reforma de um setor isolado, eram intrinsecamente contraditórias. “Pluralismo planejado” ou “mercado socialista” eram conceitos fadados ao fracasso. Já a idéia de que o “papel de liderança” do Partido Comunista poderia ser mantido enquanto o partido se livrava das excrescências patológicas acumuladas ao longo de sete décadas de poder absoluto sugere certa ingenuidade política por parte de Gorbachev. Num sistema autoritário, o poder é indivisível — abrir mão de uma parte implicará, no limite, a perda do todo. Cerca de quatro séculos antes, o monarca da dinastia Stuart Jaime I compreendia essas questões bem melhor — conforme a resposta curta que ele deu a presbiterianos escoceses que protestavam contra os poderes investidos nos bispos: “Sem bispo, sem rei”.

Gorbachev e sua revolução controlada foram, em última instância, engolidos pela escala das contradições por eles mesmos geradas. Em retrospecto, o líder observou, com certo arrependimento: “Naturalmente, perturba-me o fato de não ter conseguido manter o processo de *Perestroika* dentro do esquema das minhas intenções”. Mas o esquema e as intenções eram incompatíveis. Uma vez que os pilares da censura, do controle e da repressão foram removidos, tudo o que havia de essencial ao sistema soviético — a economia planejada, a retórica pública, o monopólio do partido — simplesmente ruiu.

Gorbachev não alcançou seu objetivo — um comunismo reformado e eficiente, livre de disfunções. Na realidade, o líder falhou totalmente. Mesmo assim, o que ele fez foi notável. Na URSS, não havia instituições independentes, nem semi-autônomas, em torno das quais críticos e reformadores pudessem se mobilizar: o sistema soviético só poderia ser desmantelado de dentro para fora, e por alguma iniciativa vinda de cima. Ao introduzir um elemento de mudança de cada vez, Gorbachev provocou, gradativamente, a corrosão do

sistema no qual ele mesmo ascendera. Utilizando plenos poderes de secretário-geral do partido, ele desentranhou a ditadura do próprio partido.

Foi uma façanha sem precedentes. Ninguém poderia tê-la previsto em 1984, quando Chernenko faleceu — e ninguém o fez. Gorbachev, na opinião de um de seus conselheiros mais próximos, foi “um erro genético no sistema”.³⁰⁴ Olhando para trás, é tentador concluir que o momento da ascensão de Gorbachev foi incrivelmente oportuno — enquanto o sistema soviético cambaleava, surgiu um líder que percebeu o que estava ocorrendo e conseguiu encontrar uma saída estratégica para o Império. A hora terá feito o homem? Talvez. E Mikhail Gorbachev não era apenas mais um burocrata do partido.

No entanto, é incontestável que ele não sabia o que estava fazendo, e ficaria horrorizado se soubesse. Seus críticos eram mais perspicazes. Por um lado, os linhas-duras do partido odiavam Gorbachev — muitos endossaram com fervor a notória carta publicada pelo jornal *Sovetskaya Rossiya*, em 13 de março de 1988, na qual Nina Andreieva, uma professora de Leningrado, apontava com rispidez (e com razão, conforme ficaria claro) que as novas reformas, inevitavelmente, conduziriam o país de volta ao capitalismo. Por outro lado, Gorbachev jamais contou com o apoio incondicional dos reformistas radicais, que ficavam cada vez mais decepcionados com a aparente indecisão do líder. Uma das fraquezas de Gorbachev era o fato de que, para manter o controle dos eventos, ele se sentia impelido a ocupar o centro sempre que possível, incentivando novas idéias, mas voltando para os braços dos conservadores do partido quando reformadores radicais, como Iakovlev ou Boris Ieltsin, pressionavam-no a ir mais longe. Essas hesitações, a aparente relutância de Gorbachev em defender a lógica das suas próprias iniciativas e sua insistência em não ir longe demais, ou rápido demais, fizeram com que muitos dos seus admiradores se decepcionassem.

O problema foi que, ao abrir mão do monopólio do partido sobre o poder e a iniciativa, Gorbachev, em igual proporção, reduziu também a sua própria influência. Foi, portanto, obrigado a formar alianças táticas e a contemporizar extremismos. Trata-se de um mal conhecido e necessário a políticos democratas, mas, aos olhos de uma nação habituada a setenta anos de ditadura, tais manobras, simplesmente, faziam Gorbachev parecer fraco. A partir dos primeiros meses de 1989, o presidente soviético caiu continuamente nas pesquisas de opinião. No outono de 1990, contava com o apoio de apenas 21% da população.

Muito antes de deixar o poder, portanto, Gorbachev já não estava nas graças do povo. Mas isso ocorria apenas dentro da URSS; no exterior, a “Gorbachevmania” grassava. Nas viagens internacionais, cada vez mais frequentes, Gorbachev era festejado por políticos do Oeste Europeu e aclamado por multidões entusiasmadas. No final de 1988, Margaret Thatcher — uma das fãs mais ardorosas de Gorbachev — declarou o “fim” da Guerra Fria. Sob o ponto de vista da Europa Oriental, a declaração talvez fosse considerada um tanto prematura; mas também no Leste Europeu Mikhail Gorbachev era extremamente benquisto.

Nas “democracias populares” os problemas domésticos do líder soviético, embora devidamente observados, contavam menos do que seus pronunciamentos externos, sobretudo um discurso amplamente divulgado que ele proferiu nas Nações Unidas, em 7 de dezembro de 1988. Após anunciar cortes unilaterais nas forças soviéticas presentes na Europa, Gorbachev advertiu os ouvintes de que “a liberdade de escolha é um princípio universal. Não devem existir exceções”. Isso era mais do que uma simples renúncia à “Doutrina de Brejnev”, era a admissão de que Moscou não recorreria à força para impor a sua versão de “socialismo” aos Estados irmãos. O que Gorbachev estaria consentindo — e foi visto como se já houvesse consentido — era que os cidadãos dos Estados-satélites teriam liberdade para seguir o próprio caminho, fosse este socialista ou não. O Leste Europeu estava prestes a reingressar na História.

Sob a liderança de Mikhail Gorbachev, a União Soviética, a partir de 1985, gradativamente abandonou a supervisão direta dos Estados-satélites. Mas as implicações do crescente distanciamento continuavam incertas. As democracias populares ainda eram comandadas por facções autoritárias do partido, cujo poder fundamentava-se numa grande burocracia repressora. A polícia e o serviço de inteligência dessas “democracias” permaneciam ligados e dependentes do aparato de segurança da própria União Soviética, e continuavam a operar com certa independência em relação às autoridades locais. E, embora os governantes em Praga, Varsóvia ou Berlim Oriental começassem a perceber que já não podiam contar com o apoio incondicional de Moscou, nem eles nem os cidadãos por eles comandados sabiam ao certo o que isso significava.

A situação da Polônia resumia essas incertezas. Por um lado, a determinação de lei marcial havia reiterado o domínio autoritário do Partido

Comunista. Por outro lado, a supressão do Solidariedade e a mordada aplicada aos líderes do sindicato em nada contribuíram para amenizar os problemas subjacentes. Ao contrário: a Polônia ainda acumulava dívidas, mas agora — graças à condenação internacional à repressão — os governantes já não podiam escapar das dificuldades através de empréstimos contraídos no exterior. Com efeito, os líderes poloneses enfrentavam o mesmo dilema que se lhes apresentara na década de 1970, mas suas opções eram agora ainda mais reduzidas.

Nesse ínterim, a oposição tinha sido criminalizada, mas não tinha evaporado. A atividade editorial clandestina prosseguia, assim como palestras, debates, encenações dramáticas e muito mais. O próprio Solidariedade, embora proscrito, manteve uma existência virtual, principalmente depois que o porta-voz mais famoso do sindicato, Lech Walesa, foi libertado, em novembro de 1982 (e agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, *in absentia*, no ano seguinte). O regime não podia se arriscar a proibir uma visita mais do papa, em junho de 1983, depois da qual a Igreja engajou-se ainda mais em atividades clandestinas e semi-oficiais.

A polícia política defendia a repressão; em 1984, num episódio que se tornou notório, ela planejou o seqüestro e o assassinato de um sacerdote radical, o padre Jerzy Popiełuszko — para desencorajar outros. Mas Jaruzelski e a maioria dos colegas sabiam que provocações e confrontos desse tipo já não funcionavam. O enterro do padre Popiełuszko atraiu uma multidão de 350 mil pessoas; e, longe de amedrontar a oposição, o incidente serviu para expor a escala do apoio popular à Igreja e ao Solidariedade, fosse este legal ou não. Em meados dos anos 80, a Polônia aproximava-se rapidamente de uma situação de impasse entre uma sociedade recalcitrante e um Estado cada vez mais desesperado.

A reação instintiva da liderança do partido (em Varsóvia e Moscou) foi propor “reformas”. Em 1986, Jaruzelski, agora presidente, mandou libertar Adam Michnik e outros líderes do Solidariedade, e através de um recém-criado “Ministério da Reforma Econômica” ofereceu uma pequena plataforma de mudanças econômicas destinadas, entre outras metas, a atrair financiamento externo para a dívida nacional da Polônia, que agora se acercava de 40 bilhões de dólares.³⁰⁵ Num estranho aceno para a democracia, o governo, em 1987, começou a indagar aos poloneses que tipo de “reforma” econômica desejavam: “Vocês preferem”, era a pergunta, “um aumento de 50% no preço do pão e de 100% no preço da gasolina ou 60% no preço da gasolina e 100% no

preço do pão?”. Não será surpresa que a resposta da população tenha sido, digamos, “Nenhuma das respostas acima”.

A questão e a decisão de levantá-la ilustram bem a falência política e econômica dos líderes comunistas da Polônia. A bem dizer, é um tanto revelador da queda de credibilidade das autoridades constituídas o fato de o ingresso da Polônia no FMI ter sido viabilizado em parte pelo *consentimento* do próprio Solidariedade. Apesar de proibido, o sindicato manteve a presença no exterior, e foi o escritório do Solidariedade em Bruxelas que aconselhou o diretor-executivo do FMI, em setembro de 1985, a admitir a Polônia — ao mesmo tempo que insistiu que as melhorias parciais introduzidas por Jaruzelski estavam condenadas ao fracasso, e que somente um pacote de reformas profundas poderia se contrapor aos problemas do país.³⁰⁶

Já em 1987, a característica mais impressionante da situação polonesa era a total impotência do partido e de seus componentes. Mesmo não estando diante de qualquer ameaça visível ao seu monopólio sobre o poder, o Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos tornava-se irrelevante. A “contra-sociedade” teorizada por Michnik e outros na década anterior surgia como fonte *real* de autoridade e iniciativa. Depois de 1986, o debate interno da oposição polonesa não versava tanto sobre como ensinar a sociedade a ser livre, mas sobre até que ponto a oposição deveria concordar com o regime, e com que propósito.

Um grupo de jovens economistas da Escola de Planejamento e Estatística de Varsóvia, liderados por Leszek Balcerowicz, já pensava um setor empresarial privado livre de planejamento central — i.e., um mercado; esta e outras propostas eram debatidas intensamente entre poloneses externos ao sistema e amplamente discutidas no exterior. Todavia, as máximas balizadoras do “realismo” político e os objetivos de “autolimitação” que vigoravam em 1980 e 1981 continuavam valendo — o confronto e a violência, que tanto convinham aos linhas-duras do partido, foram meticulosamente evitados. Conversação era uma coisa, “aventura” era outra.

O que precipitou o eclipse final do partido, como seria de se prever, foi uma nova tentativa de “reformular” a economia — ou, mais modestamente, de reduzir a dívida insustentável do país. Em 1987, os preços ao consumidor subiram cerca de 25%; em 1988, a elevação foi de 60%. O mesmo que ocorrera em 1970, 1976 e 1980 ocorreu agora: o aumento brusco dos preços deflagrou uma série de greves, culminando num movimento maciço de piquetes e ocupações, na primavera e no verão de 1988. No passado, carecendo de qualquer

alavancagem em relação à força de trabalho, as autoridades comunistas ou abandonavam os esforços para elevar os preços ou recorriam à força — ou então tomavam ambas atitudes. Agora as autoridades dispunham de uma terceira opção: apelar para a ajuda dos próprios líderes dos trabalhadores. Em agosto de 1988, o general Czesław Kiszczak, ministro do Interior, instou Lech Wałęsa — supostamente, um cidadão comum, mas líder não-declarado de uma organização clandestina — a comparecer a uma reunião em que seria negociado o fim das manifestações protagonizadas pelos trabalhadores. A princípio relutante, Wałęsa finalmente assentiu.

Não foi difícil para Wałęsa sensibilizar os grevistas — a autoridade moral do Solidarnosc crescera desde 1981 —, mas as questões subjacentes permaneciam: o índice de inflação do país se aproximava de 1.000% ao ano. Seguiram-se quatro meses de esporádicos contatos extra-oficiais entre o Solidarnosc e o governo, e a opinião pública em prol da “reforma” se tornava cada vez mais contundente. Navegando sem rumo, as autoridades oscilavam entre ações e ameaças: trocavam ministros, negavam planos para negociações, prometiam mudanças econômicas, ameaçavam fechar o estaleiro de Gdansk. A confiança da população no Estado (no que restava dele) ruiu.

Em 18 de dezembro de 1988, o Solidarnosc criou em Varsóvia um Comitê da Cidadania, com o objetivo de planejar amplas negociações com o governo. Coincidentemente, mas sintomático da situação, havia uma semana que o Gorbachev fizera seu discurso seminal na ONU. Jaruzelski, aparentemente sem alternativas, afinal admitiu o óbvio e forçou o relutante Comitê Central a aceitar o processo de negociação. Em 6 de fevereiro de 1989, os comunistas reconheceram oficialmente o Solidarnosc como parceiro de negociação e inauguraram negociações de “mesa-redonda” com os representantes do sindicato. Os trabalhos duraram até 5 de abril. Naquele dia (mais uma vez, uma semana após importantes acontecimentos na União Soviética, desta feita a realização de eleições abertas para o Congresso de Deputados do Povo), as partes concordaram com a legalização dos sindicatos independentes, com a criação de uma legislação econômica abrangente e, acima de tudo, com a eleição de uma nova Assembléia.

Em retrospecto, o resultado das conversações de mesa-redonda foi o término negociado do comunismo na Polônia, e ao menos para alguns participantes isso já estava claro à época. Mas ninguém imaginava a *rapidez* do desfecho. As eleições de 4 de junho, embora propiciassem um novo elemento de verdadeira escolha, foram manipuladas para garantir a maioria comunista:

a votação para o Senado nacional seria de fato aberta, mas na eleição para a *Sejm* (Assembléia parlamentar) a metade dos assentos estava reservada aos candidatos oficiais (i.e., comunistas). E, ao programar as eleições com tamanha brevidade, o governo esperava capitalizar a desorganização e a inexperiência dos adversários.

Os resultados causaram espanto a todos. Com o apoio de um novo jornal improvisado por Adam Michnik — *Gazeta da Eleição (Gazeta Wyborcza)* —, o Solidariedade conquistou 99 dos cem assentos do Senado e todos os assentos possíveis na *Sejm*. Enquanto isso, apenas dois dos candidatos comunistas que concorriam aos assentos “reservados” garantiram os 50% dos votos necessários. Diante da derrota total e da humilhação pública sem precedentes, os governantes comunistas da Polônia tinham a opção de ignorar a votação, voltar a instituir lei marcial ou aceitar a derrota e entregar o poder.

Nesses termos, a opção era evidente: conforme Gorbachev deixou claro a Jaruzelski numa conversa particular por telefone, a eleição deveria valer. O primeiro pensamento de Jaruzelski foi garantir um acordo que salvasse as aparências, convidando o Solidariedade a compor com ele um governo de coalizão, mas a idéia foi rejeitada. Em vez disso, após algumas semanas de mais negociações, e da tentativa frustrada de nomear um primeiro-ministro comunista, a liderança do partido curvou-se diante do inevitável e em 12 de setembro de 1989 o nome de Tadeusz Mazowiecki foi aprovado para o posto de primeiro chanceler não-comunista da Polônia no pós-guerra (embora os comunistas mantivessem o controle de certos ministérios-chave).

Nesse ínterim, numa astuta manobra política, o grupo de parlamentares ligados ao Solidariedade elegeu Jaruzelski chefe de Estado, assim cooptando os comunistas “moderados” a participar do processo de transição e diminuindo-lhes o constrangimento. No mês seguinte, o governo de Mazowiecki anunciou planos para instituir uma “economia de mercado”, apresentada dentro de um programa de estabilização — o chamado “Plano Balcerowicz” — aprovado pela *Sejm* em 28 de dezembro. No dia seguinte, o “papel de liderança” do Partido Comunista Polonês foi formalmente excluído da Constituição do país. Passadas quatro semanas, em 27 de janeiro de 1990, o próprio partido foi dissolvido.

É importante que a percepção do atropelo que imperou nos últimos meses do comunismo na Polônia não nos oculte a longa e lenta seqüência de eventos precedentes. A maioria dos atores que participaram do drama de 1989 — Jaruzelski, Kiszczak, Walesa, Michnik, Mazowiecki — já estava em cena havia

muitos anos. O país passara de um breve renascimento de relativa liberdade, em 1981, à lei marcial, seguida por um demorado e indefinido purgatório de semitolerância repressiva que, finalmente, desaguou na repetição das crises econômicas da década anterior. A despeito da força da Igreja Católica, da fama do Solidariedade por todo o país e da aversão do povo polonês aos governantes comunistas, estes se agarraram ao poder durante tanto tempo que a queda final foi uma surpresa. A despedida fora demorada.

Na Polônia, a lei marcial e suas conseqüências revelaram os limites e as inadequações do partido; porém, embora a repressão consolidasse a oposição, também a tornou mais cautelosa. Na Hungria, uma cautela comparável adveio de uma experiência bastante diversa. Duas décadas de tolerância ambígua tinham obscurecido as fronteiras da dissensão oficialmente permitida. Afinal, a Hungria foi o Estado comunista onde a cadeia Hilton abriu o seu primeiro hotel detrás da Cortina de Ferro, em dezembro de 1976; onde Billy Graham realizou não apenas um, mas três ciclos de palestras ao longo dos anos 80; e onde, naquela mesma década, dois secretários de Estado dos EUA e o vice-presidente George Bush fizeram visitas (mal disfarçando a sua predileção pelo país). Já em 1988, a Hungria comunista tinha uma imagem francamente “positiva”.

Em parte por esse motivo, a oposição à hegemonia do partido demorou muito a ficar evidente. Dissimulação e manobras pareciam valer a pena, especialmente àqueles que se lembrassem dos eventos de 1956; e a vida na Hungria de János Kádár era tolerável, ainda que insípida. Na realidade, a economia oficial húngara, conforme vimos no capítulo anterior, não apresentava condições superiores à da Polônia, apesar das diversas reformas e dos “Novos Mecanismos Econômicos”. É certo que a economia paralela permitia a muita gente tocar a vida com um padrão mais elevado do que o dos vizinhos da Hungria. No entanto, segundo pesquisas realizadas por estatísticos húngaros, o país padecia de grande desigualdade em termos de renda, serviços de saúde e habitação; mobilidade social e previdência eram aspectos mais atrasados do que no Ocidente; e a longa jornada de trabalho (muita gente tinha dois ou até três empregos), níveis elevados de alcoolismo e distúrbio mental e o índice mais alto de suicídio na Europa Oriental sacrificavam a população.

Havia, portanto, muito espaço para descontentamento. Mas não existia uma oposição *política* organizada. Embora algumas organizações

independentes surgissem ao longo dos anos 80, estas se limitavam a questões ambientais ou a manifestações contrárias ao tratamento dispensado pela Romênia à minoria húngara — questão sobre a qual tais organizações podiam contar com a simpatia tácita dos comunistas (o que explica a tolerância oficial ao Fórum Democrático Húngaro, órgão marcadamente nacionalista, criado em setembro de 1987). A Hungria continuou a ser uma “república socialista” (conforme oficialmente definida na revisão constitucional de 1972). Dissensão e crítica ficavam restritas à esfera interna do partido, embora nas eleições de junho de 1985 candidaturas múltiplas fossem permitidas pela primeira vez, e um punhado de “independentes” que contavam com aprovação oficial tenham sido eleitos. Mas as mudanças mais sérias só teriam início em 1988.

O elemento catalisador da mudança na Hungria foi a frustração dos comunistas mais jovens, os “reformadores” (entusiasmados com as transformações que Gorbachev estava implementando no PCUS), diante da intransigência da já idosa liderança do próprio partido. Em maio de 1988, durante um congresso comunista convocado para discutir o problema, os participantes conseguiram remover da liderança Kádár, então com 76 anos, e substituí-lo por Károly Grósz, o primeiro-ministro. As consequências práticas desse golpe interno restringiram-se a um programa de austeridade econômica destinado a fortalecer as “forças do mercado”; mas o incidente teve grande força simbólica.

János Kádár governara a Hungria desde a revolução de 1956, em cuja repressão desempenhara papel de destaque. A despeito da sua imagem positiva no exterior, Kádár encarnava, para os húngaros, a mentira oficial que existia no cerne do “comunismo *goulash*”: de que o movimento reformador húngaro não passara de uma “contra-revolução”. Kádár era também a encarnação da conspiração silenciosa que cercou o caso de Imre Nagy desde que este foi seqüestrado, julgado secretamente, executado em total sigilo e enterado, três décadas antes.³⁰⁷ O afastamento de Kádár, portanto, parecia sugerir que algo fundamental havia mudado na vida pública húngara — impressão confirmada quando o seu sucessor não apenas permitiu que um grupo de jovens dissidentes comunistas formasse o *Fidesz* (Jovens Democratas), mas também quando, em novembro de 1988, esse mesmo sucessor concedeu autorização oficial à criação de partidos políticos independentes.

Nos primeiros meses de 1989, o Parlamento comunista aprovou uma série de medidas reconhecendo o direito à realização de assembleias livres; sancionando, oficialmente, a “transição” para um sistema multipartidário; e, em

abril, descartando formalmente o “centralismo democrático” do próprio partido. Mais importante ainda foi o fato de os líderes comunistas húngaros — admitindo tacitamente que o partido não tinha como manter o controle do país, a menos que exorcizasse o passado — terem anunciado a intenção de exumar e fazer um novo sepultamento dos problemáticos restos mortais de Imre Nagy. Ao mesmo tempo, Imre Pozsgay e outros reformistas do Politburo húngaro convenceram os colegas a instalar uma comissão de inquérito para investigar os eventos de 1956 e redefini-los, oficialmente: nada de “contra-revolução”, os acontecimentos agora eram definidos como “levante popular contra o governo oligárquico que humilhara a nação”.

Em 16 de junho de 1989 — no 31º aniversário de sua morte —, os restos mortais de Imre Nagy e quatro companheiros foram exumados e enterrados novamente, como heróis nacionais. Cerca de 300 mil húngaros lotaram as ruas, e milhões assistiram à cerimônia ao vivo pela televisão. Entre os que discursaram à beira do túmulo estava Viktor Orbán, jovem líder dos Jovens Democratas, que não pôde deixar de notar que alguns comunistas presentes ao novo sepultamento de Nagy eram os mesmos que poucos anos antes tinham traído a revolução cuja glória eles agora cantavam.

Aconteceu exatamente assim. Uma particularidade da saída húngara do comunismo foi o fato de a ação ter sido conduzida pelos próprios comunistas — só em junho foram realizadas mesas-redondas com os partidos da oposição, em imitação proposital ao precedente polonês. A medida causou certa desconfiança entre húngaros contrários ao comunismo, para quem a ressurreição de Nagy, assim como a sua execução, era uma questão interna do partido que pouco se relacionava com as muitas vítimas do comunismo. Mas seria um equívoco subestimar a força simbólica do novo sepultamento de Nagy. Tratava-se do reconhecimento da derrota, a admissão de que o partido e sua liderança tinham vivido, ensinado e imposto uma mentira.

Quando János Kádár morreu, apenas três semanas depois — no mesmo dia em que a Suprema Corte da Hungria declarou a plena reabilitação de Nagy —, o comunismo húngaro também morreu. Restava apenas acertar as formalidades do enterro. O “papel de liderança” do partido foi abolido; eleições multipartidárias foram marcadas para março do ano seguinte; e no dia 7 de outubro os comunistas — o Partido dos Trabalhadores Socialistas da Hungria — mudaram de nome, passando a se chamar Partido Socialista Húngaro. Em 23 de outubro, o Parlamento, em sua maioria ainda composto por deputados comunistas eleitos sob o antigo regime do partido, votou a mudança do

próprio nome do país, que passaria a se chamar, simplesmente, República da Hungria.

A “revolução” húngara de 1989 teve duas características marcantes. A primeira, como já vimos, é que se tratou da única transição, operada internamente, de um regime comunista para um autêntico sistema multipartidário. A segunda é que, enquanto na Polônia, e depois na Tchecoslováquia, os eventos de 1989 ficaram basicamente circunscritos aos respectivos países, na Hungria a transição teve um papel decisivo no desenlace de outro regime comunista, o da Alemanha Oriental.

Para observadores externos, a República Democrática Alemã parecia um dos regimes comunistas menos vulneráveis, e não apenas devido à suposição universal de que nenhum líder soviético permitiria a queda do país. O ambiente físico da RDA, sobretudo as cidades, talvez parecesse de mau gosto e dilapidado; a polícia de segurança, a *Stasi*, tinha uma presença ostensiva; e o Muro em Berlim continuava a ser um ultraje moral e estético; mas a crença geral era de que a economia da RDA apresentava condições melhores do que a dos vizinhos socialistas. Quando o primeiro-secretário, Erich Honecker, em outubro de 1989, durante as comemorações do 40º aniversário do país, vangloriou-se do fato de a Alemanha Oriental ser uma das dez maiores economias do mundo, consta que seu convidado, Mikhail Gorbachev, tenha pigarreado alto; mas, no mínimo, o regime era eficiente na fabricação e exportação de dados falsos: muitos observadores ocidentais levavam Honecker a sério.

Os admiradores mais entusiasmados da RDA estavam na República Federal. O suposto sucesso da *Ostpolitik* na neutralização de tensões e na facilitação das comunicações humanas e econômicas entre as duas metades da Alemanha levava praticamente toda a classe política a alimentar esperanças de que o mecanismo perdurasse indefinidamente. Na Alemanha Ocidental, as figuras públicas não apenas fomentavam ilusões entre os membros da *nomenklatura* da RDA;³⁰⁸ elas mesmas se iludiam. Simplesmente, de tanto repetir que a *Ostpolitik* estava conseguindo aliviar as tensões no Leste Europeu, elas passaram a acreditar que isso era verdade.

Preocupados com “paz”, “estabilidade” e “ordem”, muitos alemães ocidentais acabaram por compartilhar o ponto de vista dos políticos da Europa Oriental com os quais interagiam. Egon Bahr, ilustre socialdemocrata, explicou,

em janeiro de 1982 (imediatamente após a declaração da lei marcial na Polônia), que os alemães haviam renunciado à reivindicação de unidade nacional em nome da paz, e os poloneses teriam de renunciar à reivindicação de liberdade em nome da mesma “prioridade absoluta”. Cinco anos depois, o influente escritor Peter Bender, discursando durante um simpósio do Partido Socialdemocrata sobre a “*Mitteleuropa*”, insistiria, com orgulho, que “no desejo de *détente* nós temos mais em comum com Belgrado do que com Estocolmo, e com Varsóvia e Berlim Ocidental [ênfase minha] do que com Paris e Londres”.

Anos mais tarde, transpareceria que, por diversas vezes, líderes nacionais do Partido Socialdemocrata da Alemanha (PSA) fizeram declarações confidenciais e comprometedoras a altos funcionários alemães orientais em visita à Alemanha Ocidental. Em 1987, Björn Engholm elogiou as políticas domésticas da RDA como “históricas”, enquanto, no ano seguinte, seu colega, Oskar Lafontaine, prometeu fazer tudo o que estivesse a seu alcance para garantir que o apoio da Alemanha Ocidental aos dissidentes da Alemanha Oriental permanecesse em surdina. “Os socialdemocratas”, ele assegurava aos interlocutores, “devem evitar tudo que implique o fortalecimento de tais grupos”. Em outubro de 1984, conforme registrou um relatório soviético ao Politburo da RDA, “muitos argumentos que haviam sido previamente apresentados por nós aos representantes do PSA agora foram por eles adotados”.³⁰⁹

Talvez sejam compreensíveis as ilusões dos socialdemocratas da Alemanha Ocidental. E eram compartilhadas quase com igual fervor por muitos democratas cristãos. Helmut Kohl, chanceler da Alemanha Ocidental desde 1982, tanto quanto os seus adversários, tinha interesse em cultivar boas relações com a RDA. Em Moscou, em fevereiro de 1984, durante o funeral de Iuri Andropov, Kohl encontrou-se com Erich Honecker — e voltou a se encontrar com ele no enterro de Chernenko, no ano seguinte. Acordos foram firmados entre os dois lados, em relação ao intercâmbio cultural e à remoção de minas na divisa entre as duas Alemanhas. Em setembro de 1987, Honecker tornou-se o primeiro líder alemão oriental a visitar a República Federal. Nesse ínterim, subsídios da Alemanha Ocidental para a RDA continuaram fluindo (mas não havia apoio para a oposição interna na Alemanha Oriental).

Revigorado com o financiamento da Alemanha Ocidental, confiante no apoio de Moscou e livre para exportar para o Ocidente os seus dissidentes mais problemáticos, o regime da Alemanha Oriental talvez tivesse sobrevivido indefinidamente. É certo que parecia imune à mudança: em junho de 1987,

manifestantes em Berlim Oriental que condenavam o Muro e cantavam louvor ao distante Gorbatchev foram sumariamente dispersados. Em janeiro de 1988, o governo não hesitou em prender e expulsar mais de cem manifestantes que relembavam o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht (ocorrido em 1919), exibindo cartazes com as palavras da própria Rosa: “Liberdade é também a liberdade dos que pensam de modo diferente”. Em setembro de 1988, em visita a Moscou, Honecker elogiou publicamente a *Perestroika* instituída por Gorbatchev — mas, ao retornar à Alemanha Oriental, impediu a implementação da política defendida pelo líder soviético.^{[310](#)}

Não obstante os acontecimentos inusitados que se desenrolavam em Moscou, Varsóvia e Budapeste, os comunistas da Alemanha Oriental ainda manipulavam votos ao estilo comum na década de 1950. Em maio de 1989, o resultado oficial das eleições municipais da RDA — 98,85% para os candidatos do governo — foi fabricado de modo tão escandaloso que suscitou, por toda a nação, protestos de sacerdotes, grupos de defesa do meio ambiente e até de críticos internos ao partido do governo. O Politburo, deliberadamente, os ignorou. Mas agora, pela primeira vez, os alemães orientais tinham uma alternativa. Já não eram obrigados a aceitar a situação, nem a correr o risco de detenção, nem a tentar uma fuga perigosa para o Ocidente. Em 2 de maio de 1989, durante o processo de atenuação do controle sobre expressão e sobre o deslocamento de cidadãos dentro da própria Hungria, as autoridades de Budapeste removeram as cercas eletrificadas que existiam ao longo da fronteira ocidental do país, embora a fronteira continuasse formalmente fechada.

Alemães orientais começaram a se deslocar em grande número para a Hungria. Já em 1º de julho de 1989, cerca de 25 mil haviam partido “em férias” para o referido país. Milhares seguiram depois, muitos buscando refúgio temporário nas Embaixadas da Alemanha Ocidental situadas em Praga e Budapeste. Alguns conseguiram cruzar a fronteira austro-húngara (ainda fechada) sem serem interceptados pela polícia encarregada de vigiar as divisas, mas a maioria ficou na Hungria. No início de setembro, havia 60 mil cidadãos da RDA na Hungria — em compasso de espera. Indagado, num telejornal húngaro, transmitido em 10 de setembro, sobre qual seria a reação do governo se algumas daquelas pessoas comessem a caminhar para o oeste, o ministro das Relações Exteriores da Hungria, Gyula Horn, respondeu: “Nós vamos deixar que eles passem sem problemas, e suponho que os austríacos os deixem entrar”. A porta para o Ocidente estava oficialmente aberta: nas 72 horas seguintes, cerca de 22 mil alemães orientais se apressaram em atravessá-la.

As autoridades da Alemanha Oriental protestaram veementemente — a medida tomada pela Hungria implicava o descumprimento de um antigo acordo firmado entre governos comunistas segundo o qual país nenhum serviria de rota de fuga para indivíduos provenientes de vizinhos aliados. Mas as autoridades em Budapeste insistiam no seu compromisso com a assinatura no Ato Final de Helsinque. E a população levou a sério a palavra das autoridades. Ao longo das três semanas seguintes, o comando da RDA confrontou um desastre em relações públicas, visto que dezenas de milhares de seus cidadãos tentaram escapar pela nova saída.

Na tentativa de controlar os eventos, os líderes da RDA ofereceram aos refugiados da Alemanha Oriental que se achavam em embaixadas em Praga e Varsóvia a possibilidade de voltar e cruzar o seu próprio país, com destino à Alemanha Ocidental, num trem lacrado. A proposta, no entanto, apenas exacerbou a crescente humilhação do regime, pois, enquanto passava pela RDA, o trem foi saudado por milhares de pessoas desejosas de nele estar. Cerca de 5 mil pessoas tentaram embarcar durante uma breve parada do trem dos refugiados, em Dresden; e quando a polícia, recorrendo à violência, impediu-lhes o embarque, houve tumulto — tudo acontecendo diante da mídia mundial.

As dificuldades do regime animaram os críticos. Um dia depois que a Hungria abriu as fronteiras, um grupo de dissidentes da Alemanha Oriental sediado em Berlim fundou o Neues Forum (Novo Fórum), seguido, poucos dias depois, por outro movimento, Democracia Agora, ambos reivindicando a “reestruturação democrática” da RDA. Em 2 de outubro, uma segunda-feira, em Leipzig, uma multidão de 10 mil pessoas protestou contra a recusa do regime de Honecker em se reformar — no que constituiu a maior mobilização pública na Alemanha Oriental desde o fatídico levante de Berlim em 1953. Honecker, então aos 77 anos, permanecia intransigente. Os alemães orientais que desejavam emigrar, ele declarou em setembro, tinham sido “chantageados com engodos, promessas e ameaças que os obrigaram a renunciar aos princípios básicos e aos valores fundamentais do socialismo”. Para a crescente ansiedade dos colegas mais jovens — que já não podiam ignorar a escala do desafio que se lhes apresentava —, a liderança parecia estar impotente, paralisada. Em 7 de outubro, por ocasião do 40º aniversário da fundação da RDA, Mikhail Gorbatchev foi convidado a comparecer às comemorações e discursou, advertindo o impassível anfitrião de que “a vida pune aqueles que se atrasam”. De nada adiantou: Honecker se disse satisfeito com a situação.

Incentivados com a visita do líder soviético — sem falar dos acontecimentos no exterior —, manifestantes em Leipzig e outras cidades começaram a realizar protestos freqüentes e “vigílias” em prol de mudanças. As demonstrações às segundas-feiras em Leipzig, que então já haviam se tornado praxe, somaram 90 mil pessoas na semana seguinte ao discurso de Gorbachev, a multidão proclamando — “Nós somos o povo!” — e pedindo o apoio de “Gorby”. Na semana seguinte, a massa foi ainda maior; cada vez mais nervoso, Honecker agora propunha o uso da força para debelar qualquer outra mostra de oposição.

Ao que parece, a perspectiva de um confronto direto unificou a visão dos que criticavam o partido de Honecker. Em 18 de outubro, alguns dos companheiros de Honecker, liderados por Egon Krenze, deram um golpe e removeram do poder o veterano — após 18 anos.³¹¹ O primeiro ato de Krenze foi voar até Moscou, endossar (e buscar o endosso de) Mikhail Gorbachev e voltar a Berlim a fim de preparar uma cautelosa *Perestroika* na Alemanha Oriental. Mas já era tarde. No protesto mais recente em Leipzig, 300 mil pessoas tinham se reunido exigindo mudanças; em 4 de novembro, meio milhão de alemães orientais reuniram-se em Berlim para exigir reformas imediatas. Enquanto isso, naquele mesmo dia, a Tchecoslováquia abriu as suas fronteiras; nas 48 horas seguintes, 30 mil pessoas saíram da Alemanha Oriental cruzando a fronteira tcheca.

Àquela altura, as autoridades já estavam em pânico. Em 5 de novembro, o governo da RDA propôs uma legislação de viagem relativamente liberal, mas a proposta não foi aceita, por ser considerada absolutamente inadequada. Então, numa atitude dramática, os ministros da Alemanha Oriental pediram demissão, seguidos pelo Politburo. Na noite seguinte — 9 de novembro, aniversário da abdicação do cáiser e da Noite dos Cristais —, Krenze e seus companheiros propuseram outra legislação de viagem, para deter a fuga. Em entrevista coletiva transmitida ao vivo pela rádio e pela televisão alemãs, Günter Schabowski explicou que as novas provisões, que entrariam em vigor imediatamente, autorizavam viagens internacionais sem aviso prévio e permitiam o trânsito através dos postos fronteiriços entre as duas Alemanhas. Em outras palavras, o Muro estava aberto.

Antes mesmo do final da transmissão, já havia gente nas ruas de Berlim Oriental se dirigindo para a fronteira. Em questão de horas, 50 mil pessoas entraram em Berlim Ocidental, algumas para sempre, outras apenas para visitar. Na manhã seguinte, o mundo estava mudado. Conforme todos

constatavam, o Muro fora rompido, e a situação era irreversível. Quatro semanas depois, o Portão de Brandemburgo, atravessado na divisa entre as duas Alemanhas, foi reaberto; durante o Natal de 1989, 2,4 milhões (um em cada seis habitantes) de alemães orientais visitaram o lado ocidental. Essa *não era*, decididamente, a intenção dos líderes da RDA. O próprio Schabowski mais tarde explicou que as autoridades não “faziam idéia” de que a abertura do Muro precipitaria a queda da RDA; na verdade, esperava-se o oposto: a medida era vista como o início de um processo de “estabilização”.

Ao tomar a difícil decisão de liberar a fronteira da RDA, os líderes esperavam abrir uma válvula de escape, talvez conquistar uma certa popularidade e, acima de tudo, ganhar tempo para então propor um programa de “reformas”. Afinal, o Muro foi aberto pelo mesmo motivo alegado quando da sua construção na geração anterior: para deter uma hemorragia demográfica. Em 1961, a estratégia desesperada obtivera êxito; em 1989, o mesmo ocorreria, de certa maneira — foi surpreendentemente reduzido o número de alemães orientais que ficaram para sempre em Berlim Ocidental ou emigraram para a Alemanha Ocidental depois que os cidadãos obtiveram a garantia de que, se retornassem, não voltariam a ficar presos. Mas o preço dessa garantia foi além da queda do regime.

Na sequência da queda do Muro, o Partido Socialista Unido recebeu a (agora notória) extrema-unção oferecida a partidos comunistas agonizantes. Em 1º de dezembro, o *Volkskammer* (Parlamento da RDA), através de uma votação de 420 x 0 (com cinco abstenções), decidiu retirar da Constituição da RDA a cláusula que declarava que o Estado era “liderado pela classe dos trabalhadores e pelo Partido Marxista-leninista”. Quatro dias depois, o Politburo novamente se demitiu; um novo líder — Gregor Gysi — foi escolhido; e o nome do partido mudou para Partido do Socialismo Democrático. A velha liderança comunista (inclusive Honecker e Krenze) foi expulsa do partido; conversações com representantes do Neues Forum (consensualmente o grupo mais visível da oposição) foram reiniciadas, e eleições diretas programadas.

Porém, mesmo antes que o último governo da RDA, sob o comando de Hans Modrow, líder do partido em Dresden, começasse a esboçar um “programa de ação partidária”, todos os seus atos e intenções já se mostravam irrelevantes. Afinal, os alemães orientais tinham uma condição inexistente nos casos dos outros povos submissos — não havia uma “Tchecoslováquia Oriental” nem uma “Polônia Oriental” —, e eles não pretendiam esquecê-la. Os objetivos estavam mudando: em outubro de 1989, os manifestantes em Leipzig

gritavam “*Wir sind das Volk*” — “Nós somos o povo”. Em janeiro de 1990, as mesmas multidões proclamavam uma reivindicação algo diferente: “*Wir sind ein Volk*” — “Nós somos *um* povo”.

Uma vez que o fim do comunismo alemão acarretaria, conforme veremos no próximo capítulo, o fim de um Estado alemão — em janeiro de 1990, a questão já não era apenas *sair* do socialismo (muito menos “reformá-lo”), mas *entrar* na Alemanha Ocidental —, é difícil interpretar, em retrospecto, as esperanças das multidões que derrubaram a RDA no outono de 1989. *Fácil*, entretanto, é verificar que nem o partido (a exemplo do que ocorreu na Hungria) nem a oposição (a exemplo da Polônia) podem arrogar a si grande crédito pelos acontecimentos. Já foi visto aqui o quanto o partido demorou a perceber o apuro no qual se encontrava; e os intelectuais que o criticavam não foram mais ágeis.

Em 28 de novembro, Stefan Heym, Christa Wolf e outros intelectuais da Alemanha Oriental expediram uma declaração a favor da “Nossa Terra”, para salvar o socialismo e a RDA e resistir ao que Heym descrevia como o “lixo reluzente” do mundo ocidental. Bärbel Bohley, líder do Neues Forum, chegou a definir a abertura do Muro de Berlim como “infeliz”, porque impediria a “reforma” e precipitara as eleições antes que partidos e eleitores estivessem “prontos”. A exemplo de muitos intelectuais “dissidentes” que viviam na Alemanha Oriental (sem falar dos admiradores na Alemanha Ocidental), Bohley e seus colegas ainda vislumbravam um socialismo reformado, livre da polícia secreta e de um partido hegemônico, e que mantivesse uma distância segura do regime capitalista e predatório situado a oeste. Conforme os eventos comprovariam, a perspectiva era tão irreal quanto a fantasia de Erich Honecker de uma volta à obediência neo-stalinista. O Neues Forum, portanto, condenou a si mesmo à irrelevância política, e os líderes do movimento continuaram a se lamuriar da imprudência das massas.³¹²

O levante alemão de 1989, portanto, talvez tenha sido a única revolução verdadeiramente popular — i.e., das massas — naquele ano (na realidade, a única rebelião popular bem-sucedida da história alemã).³¹³ A queda do comunismo na vizinha Tchecoslováquia, embora simultânea à transformação registrada na Alemanha Oriental, seguiu um caminho bastante diverso. Nos dois países a liderança do partido era rígida e repressora, e a ascensão de Gorbachev foi

tão indesejável ao regime de Praga quanto em Pankow. Mas as semelhanças param por aí.

Na Tchecoslováquia, a exemplo da Hungria, o governo comunista se alicerçava precariamente sobre a memória de um passado roubado. Todavia, enquanto no caso húngaro Kádár, mal ou bem, conseguira se distanciar, e distanciar o partido do legado stalinista, os líderes tchecos não tinham realizado tal transição. Tampouco haviam tentado fazê-lo. A invasão sancionada pelo Pacto de Varsóvia, em 1968, e a subsequente “normalização” prosseguiram com Gustav Husák, no poder desde 1969. E em 1987, quando Husák, aos 75 anos, exonerou-se do cargo de secretário-geral do partido (embora permanecesse presidente do Estado), foi substituído por Miloš Jakeš — mais jovem, é verdade, mas conhecido pelo papel de destaque que desempenhara durante os expurgos realizados no início dos anos 70.

Os comunistas tchecos, na realidade, conseguiram manter um controle total até o fim. Nem a Igreja Católica (cujo papel era sempre bem menor entre os tchecos do que entre os eslavos) nem a oposição intelectual contavam com grande apoio junto à sociedade como um todo. Graças à gestão brutalmente eficiente dos expurgos, a maior parte da intelectualidade do país — dramaturgos, historiadores e comunistas reformadores — fora expurgada não apenas de seus empregos, mas também do olhar do público. Até 1989, alguns dos mais contundentes críticos do comunismo internos à Tchecoslováquia, a começar pelo próprio Václav Havel, eram mais conhecidos no exterior do que no país. Conforme vimos no capítulo passado, a própria organização cívica de Havel, a Carta 77, recrutou menos de 2 mil signatários numa população de 15 milhões.

Claro está, as pessoas não queriam correr o risco de criticar o regime abertamente; mas é preciso admitir que a maioria dos tchecos e eslovacos não estava infeliz com a situação. A economia da Tchecoslováquia, à semelhança da maioria das demais economias do Leste Europeu, desde o princípio dos anos 70, voltara-se propositadamente para a produção de bens de consumo básico. Com efeito, a Tchecoslováquia comunista imitava certos aspectos da sociedade de consumo — sobretudo quanto à programação de TV e às atividades de lazer —, embora o fizesse em escala sofrível. A vida na Tchecoslováquia era monótona, o ambiente se deteriorava e os jovens se indignavam com as autoridades onipresentes e repressoras. Porém, como compensação por não confrontar o regime e por louvar a sua inchada retórica, o povo era deixado em paz.

O regime continha com firmeza e até brutalidade qualquer sinal de dissensão. Manifestantes em Praga e outras localidades que, em agosto de 1988, saíram à rua para marcar o 20º aniversário da invasão foram logo presos; esforços extra-oficiais para realizar em Praga um seminário sobre o tema “Oriente e Ocidente” foram reprimidos. Em janeiro de 1989, no 20º aniversário do suicídio de Jan Palach, na praça Wenceslau, Havel e outros 13 ativistas da Carta 77 foram mais uma vez detidos (embora, em contraste ao tratamento cruel que sofrera anos antes, Havel — agora uma figura internacional cujos maus-tratos seriam motivo de constrangimento para os carcereiros — tenha sido libertado em maio).

Ao longo da primavera e do verão de 1989, à semelhança de manifestações existentes em terras vizinhas, grupos informais surgiram por todo o país: na sequência do Clube da Paz John Lennon, criado em dezembro de 1988, surgiu o protesto das Mães de Praga, em maio de 1989, seguido por demonstrações de ambientalistas, em Bratislava, no mês seguinte. Nenhuma dessas pequenas (e facilmente reprimidas) bolhas de iniciativa cívica representava qualquer ameaça à polícia ou ao regime. No entanto, em agosto, enquanto Mazowiecki ultimava os planos para seu governo em Varsóvia, e pouco antes da abertura das fronteiras húngaras, manifestantes lotaram as ruas da capital tcheca para comemorar, mais uma vez, o fim da Primavera de Praga.

Naquela ocasião, porém, a polícia tcheca foi bem mais contida. O regime de Jakes optara por um certo abrandamento, ao menos aparentando admitir a mudança de atmosfera em Moscou, embora nada alterando de substancial no estilo do comando. Essa mesma estratégia, sem dúvida, explica o distanciamento das autoridades durante a grande demonstração pública seguinte, em 28 de outubro, aniversário da criação do Estado tchecoslovaco, em 1918 (data oficialmente ignorada desde 1948). Mas ainda não se verificavam grandes pressões por parte do povo sobre a liderança comunista — até mesmo o anúncio, em 15 de novembro, de que vistos de saída não mais seriam exigidos em viagens ao Ocidente foi menos uma concessão feita sob pressão do que uma reprise estratégica de mudanças já efetuadas em outros locais.

Foi essa suposta falta de intenção reformadora por parte dos líderes do partido, bem como a ausência de uma eficaz oposição externa — as manifestações realizadas no verão careciam de objetivos comuns e nenhum líder tinha surgido a fim de canalizar o descontentamento para um programa de ação —, que conferiu credibilidade à suspeita generalizada de que o que ocorreu em seguida foi, até certo ponto, a encenação de uma “trama”: uma tentativa feita

por reformistas internos ao governo e à polícia de empurrar o partido agonizante na direção de uma *Perestroika* tcheca.

Em retrospecto, isso não é tão estranho quanto parece. Em 17 de novembro, a polícia de Praga autorizou, oficialmente, uma passeata estudantil pelo centro da cidade, para marcar mais uma data lúgubre: o 50º aniversário do assassinato de um estudante tcheco, Jan Opletal, pelos nazistas. Porém, quando os manifestantes começaram a entoar palavras de ordem contrárias ao comunismo, a polícia atacou, dispersando a multidão e espancando vítimas isoladas. A própria polícia, então, instigou o boato de que — como se fora uma reprise do assassinato de Opletal — um estudante tinha sido morto. Mais tarde constatou-se que se tratava de uma inverdade; mas, nesse ínterim, como seria de se esperar, a notícia enfureceu os estudantes. Nas 48 horas seguintes, milhares de estudantes foram mobilizados, universidades foram ocupadas e multidões acorreram às ruas, para protestar. E agora, no entanto, a polícia apenas observava.

Se houvera, de fato, uma trama, o tiro tinha saído pela culatra. É verdade que os eventos de 17 de novembro e suas conseqüências desalojaram a liderança neo-stalinista do Partido Comunista: em uma semana, todo o *Praesidium*, liderado por Jakes, havia renunciado. Mas os sucessores não gozavam de credibilidade popular e, em todo caso, foram prontamente tragados pela velocidade dos acontecimentos. Em 19 de novembro, Václav Havel, que se achava praticamente em reclusão domiciliar na região rural ao norte da Boêmia, voltou à tumultuada capital, onde os comunistas estavam perdendo o controle, sem que houvesse aparecido alguém que lhes tomasse o poder.

Instalando-se — bem a calhar — num teatro de Praga, Havel e os parceiros da Carta 77 formaram o *Občanské Fórum* (Fórum Cívico), um grupo informal e flexível que em poucos dias se transformou, de uma sociedade de debates, em iniciativa cívica e, daí, em governo paralelo. A discussão no Fórum Cívico foi, em parte, estimulada pelos antigos propósitos dos participantes mais conhecidos; porém, o que mais pesou foi a rapidez espetacular dos eventos que estavam ocorrendo nas ruas. A primeira medida do Fórum foi exigir a exoneração dos responsáveis pela invasão de 1968 e pelas conseqüências de tal ato.

Em 25 de novembro, no dia seguinte à renúncia em massa dos líderes do partido, uma multidão de meio milhão de pessoas reuniu-se no Estádio Letná, em Praga, nem tanto para reivindicar determinadas reformas, mas para marcar uma grande presença, depois de vinte anos de intimidação e silêncio. Naquela mesma noite, Havel foi autorizado a conceder uma inusitada

entrevista transmitida pela televisão tcheca. No dia seguinte, discursou diante de 250 mil pessoas na praça Wenceslau, dividindo o palanque com o primeiro-ministro comunista, Ladislav Adamec — e Alexander Dubček.

Àquela altura já estava claro para os líderes emergentes do Fórum Cívico que, quisessem ou não, estavam à frente de uma revolução. A fim de definir um rumo — e para ter o que dizer às multidões que ocupavam as ruas —, um grupo coordenado pelo historiador Petr Pithart elaborou os “Princípios Programáticos do Fórum Cívico”. O documento contém um resumo dos objetivos gerais do Fórum e constitui uma instrutiva indicação do ânimo e das prioridades dos homens e das mulheres de 1989. “O que queremos nós?”, indaga o programa. 1) Um Estado de direito; 2) Eleições livres; 3) Justiça social; 4) Um governo limpo; 5) Um povo instruído; 6) Prosperidade; 7) Voltar a pertencer à Europa.

A mescla de reivindicações políticas estereotipadas, ideais de natureza cultural e ambiental, bem como a invocação à “Europa”, são características tchecas e devem muito a diversas declarações acerca da Carta 77 feitas ao longo da década anterior. Mas o tom do programa captou muito bem, naqueles inebriantes dias de novembro, o estado de espírito das multidões: ao mesmo tempo, pragmático, idealista e extremamente ambicioso. O ânimo em Praga e no restante do país era também mais otimista do que nas demais “transições” comunistas. Isso resultava da rapidez dos eventos.³¹⁴

Uma semana após a sanguinária repressão das manifestações estudantis, a liderança do partido se demitiu. Na semana seguinte, os grupos Fórum Cívico e Povo Contra a Violência (congênere eslovaco do Fórum) estavam legalizados e já negociavam com o governo. Em 29 de novembro, a Assembléia Federal, respondendo a uma solicitação do Fórum Cívico, extraiu da Constituição tcheca a cláusula essencial que garantia ao Partido Comunista o “papel de liderança”. Então, a gestão de Adamec propôs uma nova coalizão de governo, um acordo, mas os representantes do Fórum Cívico — incentivados por grandes multidões, agora em permanente ocupação das ruas — rejeitaram sumariamente a proposta.

Àquela altura os comunistas não podiam ignorar o que estava acontecendo no exterior: não apenas os companheiros da ex-liderança na Alemanha Oriental tinham sido expulsos em 3 de dezembro, mas Mikhail Gorbachev jantava com o presidente Bush em Malta e os Estados do Pacto de Varsóvia preparavam-se para repudiar publicamente a invasão da Tchecoslováquia por eles levada a cabo em 1968. Desacreditados e desqualificados por seus

próprios mentores, os últimos comunistas tchecos e eslovacos que haviam participado do grupo de Husák, inclusive o primeiro-ministro Adamec, renunciaram.

Após uma “mesa-redonda” que durou apenas dois dias (a mais breve de todas as realizadas naquele ano), os líderes do Fórum Cívico concordaram em integrar o ministério. O primeiro-ministro — o eslovaco Marián Čalfa — ainda era membro do partido, mas a maioria dos ministros — pela primeira vez desde 1948 — não era comunista: Jiří Dienstbier, da Carta 77 (alimentador de fornalha até cinco semanas antes), seria ministro das Relações Exteriores; o advogado católico Jan Čarnogurský seria vice primeiro-ministro; Vladimír Kusý, do Fórum Cívico, seria ministro da Informação; e o até então desconhecido economista e defensor do livre-mercado Václav Klaus ficaria à frente do Ministério da Fazenda. O novo governo foi empossado em 10 de dezembro pelo presidente Husák, que imediatamente renunciou.

O reaparecimento de Alexander Dubček após duas décadas de ostracismo abriu a possibilidade de que Dubček fosse escolhido para substituir Husák na presidência — por um lado, como um símbolo de continuidade das esperanças frustradas em 1968; por outro, para aplacar os ressentimentos dos comunistas e quiçá amansar os linhas-duras que integravam os quadros da polícia e outros serviços. Mas, assim que Dubček começou a fazer pronunciamentos públicos, ficou claro que o pobre líder estava ultrapassado. O vocabulário, o estilo e até os gestos eram típicos dos comunistas reformadores atuantes nos anos 60. Ao que parecia, ele nada aprendera com suas amargas experiências, e ainda falava em ressuscitar um caminho tranqüilo, benéfico e tchecoslovaco para o socialismo. Para as dezenas de milhares de jovens nas ruas de Praga, Brno ou Bratislava, Dubček foi, de início, uma curiosidade histórica, mas logo se tornou irrelevante e irritante.³¹⁵

Por meio de um acordo, Dubček foi eleito presidente da Assembléia Federal. A presidência do país coube ao próprio Václav Havel — idéia implausível e que tinha sido por ele educadamente descartada quando, apenas cinco semanas antes, as multidões nas ruas de Praga conclamavam: “*Havel na Hrad!*” (Havel para o Castelo). Já em 7 de dezembro, entretanto, o dramaturgo chegara à conclusão de que aceitar o cargo talvez fosse a melhor maneira de facilitar a saída do país do comunismo; em 28 de dezembro de 1989, a mesma Assembléia Comunista que sancionara leis que até então haviam consignado Havel e outros a anos de reclusão agora o elegia presidente da República Socialista da Tchecoslováquia. No primeiro dia de 1990, o novo presidente

anistiou 16 mil prisioneiros políticos; no dia seguinte, a própria polícia política foi extinta.

A saída extraordinariamente rápida e pacífica da Tchecoslováquia do comunismo — a chamada “revolução de veludo” — tornou-se possível devido a uma conjunção de circunstâncias. Assim como na Polônia, a oposição intelectual uniu-se, acima de tudo, em decorrência da memória de derrotas passadas e de uma determinação de evitar o confronto direto — não era à toa que a principal organização cívica da Eslováquia se autodenominava Povo contra a Violência. Tanto quanto na RDA, o total fracasso do partido governista logo ficou tão evidente que a alternativa de organizar uma ação na retaguarda foi desde o início descartada.

Mas o desempenho de Havel foi crucial — nenhum outro indivíduo com status público comparável surgiu nos demais países comunistas, e embora a maioria das idéias práticas e até as táticas políticas do Fórum Cívico talvez existissem igualmente na ausência dele, foi Havel quem captou e canalizou o estado de espírito da população, incentivando os companheiros e, ao mesmo tempo, controlando as expectativas da multidão. É impossível superestimar o impacto de Havel e da sua popularidade. À semelhança de Tomáš Masaryk, com quem passou a ser comparado, o pouco carismático Havel era agora considerado por muita gente uma espécie de salvador da pátria. O cartaz carregado por um estudante de Praga que participou dos eventos de dezembro de 1989, numa alusão religiosa talvez involuntária mas bastante adequada, exibia a foto do novo presidente com a seguinte legenda: “Ele se sacrificou por nós”.

Não foram apenas as múltiplas detenções de Havel, nem o seu histórico impecável de oposição ao comunismo, que o colocaram sobre um pedestal; foi também a sua disposição marcadamente apolítica. Os concidadãos não se voltaram para Havel apesar do seu envolvimento com o teatro, mas por causa dele. Conforme comentou um observador italiano, referindo-se ao papel encarnado por Václav no cenário político, sua voz inconfundível permitiu-lhe articular os sentimentos de uma nação silenciada: “*Se un popolo non ha mai parlato, la prima parole che dice è poesia*”.³¹⁶ Exatamente por essas razões, somente Havel — tão cético diante da sedução do capitalismo (ao contrário do ministro da Fazenda, Klaus) — poderia superar o impasse constrangedor entre o falso mas atraente igualitarismo do falecido comunismo e as desagradáveis realidades do livre-mercado.

Na Tchecoslováquia, a superação desse impasse era importante. Apesar de ser, sob vários aspectos, a mais ocidentalizada das nações comunistas

européias, a Tchecoslováquia era também a única que contava com uma cultura política claramente igualitária e com tendências esquerdistas; afinal, tratava-se do único país do mundo onde quase dois eleitores em cada cinco escolheram um Partido Comunista em eleições livres (em 1946). A despeito de quarenta anos de “socialismo real” — e vinte anos de uma anestesiante “normalização” —, algo dessa cultura política sobrevivera: nas primeiras eleições após o período comunista, realizadas em junho de 1990, 14% do eleitorado apoiou o Partido Comunista. Foi a presença duradoura desse razoável núcleo de seguidores do comunismo — somada à penumbra de cidadãos apolíticos cujo descontentamento não era tão grande que justificasse uma postura de protesto — que levou escritores dissidentes, como Ludvík Vaculík, a questionar a probabilidade da concretização de mudanças abrangentes no futuro imediato. A História parecia estar contra os tchecos e os eslovacos: desde 1938, a Tchecoslováquia nunca mais conseguira reassumir o controle do próprio destino.

Portanto, quando, finalmente, em novembro de 1989, o povo tomou a iniciativa, a “revolução de veludo” parecia boa demais para ser verdade. Daí os boatos de tramas e crises orquestradas pela própria polícia, como se a sociedade tchecoslovaca fosse tão insegura que até a iniciativa de destruir o comunismo devesse partir dos próprios comunistas. É bem provável que as desconfiças não tivessem fundamento — todas as evidências surgidas desde então apontam que em 17 de novembro a polícia tcheca, simplesmente, extrapolou os limites. Não foi preciso uma “trama” para fazer a facção governista usar a mão pesada. Em 1989, o povo tcheco, de fato, assumiu o controle do próprio destino.

O caso romeno foi diferente. Na Romênia, parece claro que em dezembro de 1989, uma facção do Partido dos Trabalhadores Romenos que governava o país decidiu que a sua chance de sobrevivência dependia da remoção à força do círculo de Nicolau Ceaușescu. A Romênia, evidentemente, não era um Estado comunista típico. Se a Tchecoslováquia era o mais ocidental dos países-satélites comunistas, a Romênia era o mais “oriental”. Sob Ceaușescu, o comunismo havia degenerado, de um leninismo nacional para uma espécie de província da antiga Pérsia, onde níveis bizantinos de nepotismo e ineficiência eram amparados por uma polícia secreta tentacular.

Comparado à terrível ditadura de Dej durante a década de 1950, o regime de Ceaușescu transcorreu com um índice relativamente baixo de brutalidade explícita; no entanto, as raras insinuações de protesto público — greves nas minas do vale do Jiu, em agosto de 1977, por exemplo, ou, uma década depois, na fábrica de tratores da Estrela Vermelha, em Brasov — foram reprimidas com crueldade e eficiência. Além disso, Ceaușescu podia contar não apenas com uma população intimidada, mas também com a surpreendente ausência de crítica internacional aos seus atos internos: oito meses após prender os grevistas do vale do Jiu (e assassinar os líderes do movimento), o ditador romeno visitaria os Estados Unidos a convite do presidente Jimmy Carter. Mantendo distância em relação a Moscou — já vimos que a Romênia se absteve de participar da invasão da Tchecoslováquia, em 1968 —, Ceaușescu conquistou algum espaço de manobra e até o aplauso internacional, sobretudo nas fases iniciais da “nova Guerra Fria”, nos anos 80. Visto que o líder romeno se apazia em criticar os russos (e em contrariá-los, enviando a equipe romena de ginástica às Olimpíadas de Los Angeles), os americanos e alguns aliados calaram-se diante dos crimes internos cometidos por Ceaușescu.³¹⁷

Os romenos, entretanto, pagaram caro pela condição privilegiada de Ceaușescu. Em 1966, a fim de aumentar a população — antiga obsessão romena —, Ceaușescu proibiu o aborto para mulheres com idade inferior a 40 anos que tivessem menos de quatro filhos (em 1986, a idade foi elevada para 45 anos). Em 1984, a idade mínima para uma mulher se casar foi reduzida para 15 anos. Tornaram-se obrigatórios os exames médicos mensais para todas as mulheres em idade fértil, com o propósito de impedir abortos, que, quando permitidos, só podiam ser realizados na presença de um representante do partido. Médicos em regiões onde o índice de natalidade decrescia tinham os salários reduzidos.

A população não cresceu, mas a morte em consequência de abortos alcançou o índice mais elevado da Europa; sendo o único método disponível de controle de natalidade, abortos ilegais eram amplamente realizados, muitas vezes sob as condições mais abjetas e perigosas. Ao longo dos 23 anos seguintes à lei de 1966, ao menos 10 mil mulheres morreram em consequência de abortos. O índice real de mortalidade infantil era tão elevado que a partir de 1985 os nascimentos só eram registrados oficialmente quando a criança sobrevivia até a quarta semana — era a apoteose do controle comunista sobre a informação. Quando Ceaușescu foi derrubado, o índice de mortalidade de

recém-nascidos era de 25 em cada mil, e havia mais de 100 mil crianças em regime de internato, sob os cuidados do Estado.

O cenário dessa tragédia nacional era uma economia que tinha sofrido um retrocesso proposital, passando da subsistência à pobreza. No início dos anos 80, Ceaușescu decidiu engrandecer ainda mais a reputação internacional do país, amortizando a imensa dívida externa da Romênia. As agências do capitalismo internacional — a começar pelo Fundo Monetário Internacional — ficaram extremamente satisfeitas e rasgaram elogios ao ditador romeno. Foi concedida a Bucareste uma revisão total do calendário de pagamentos da dívida externa romena. Para pagar os credores ocidentais, Ceaușescu aplicou uma pressão implacável e sem precedentes sobre o consumo doméstico.

Em contraste com o que ocorria em outras nações, onde governantes comunistas incontidos tomavam empréstimos no exterior para subornar os cidadãos com prateleiras bem estocadas, o *Conducator* romeno dedicou-se a exportar toda mercadoria disponível produzida domesticamente. Os romenos eram obrigados a usar lâmpadas de 40 watts em suas residências (isso onde havia fornecimento de luz), para que houvesse energia a ser exportada para a Itália e para a Alemanha. Carne, açúcar, farinha, manteiga, ovos e muitos outros itens eram severamente racionados. Para incrementar a produção, foram introduzidas cotas fixas para trabalho compulsório aos domingos e feriados (o *corvée*, conforme o procedimento era conhecido na França durante o *ancien régime*).

O consumo de gasolina era mantido em nível mínimo: em 1986, foi implantado um programa de criação de cavalos, para substituir veículos motorizados. Carroças puxadas a cavalo tornaram-se o principal meio de transporte e a colheita passou a ser feita com ceifeira e foice. Isso era algo verdadeiramente novo: todos os sistemas socialistas dependiam do controle centralizado da falta de estoque induzida, mas na Romênia uma economia baseada em excessivos investimentos em ferramentas industriais desnecessárias foi substituída por uma economia alicerçada na subsistência agrária pré-industrial.

A política de Ceaușescu tinha uma certa lógica macabra. A Romênia conseguiu, de fato, quitar as dívidas junto aos credores internacionais, embora ao custo de reduzir a população à penúria. Mas havia outras facetas do governo de Ceaușescu, nos seus últimos anos, além da economia ensandecida. A fim de controlar melhor a população rural do país — e aumentar a pressão sobre lavradores para produzirem alimentos para exportação —, o regime planejou a “sistematização” das zonas rurais romenas. A metade dos 13 mil vilarejos do

país (selecionados sobretudo entre comunidades minoritárias) seria destruída, e os residentes transferidos para 588 “agrovilas”. Se Ceaușescu tivesse tempo para implementar tal projeto, o pouco que restava da estrutura social do país seria arrasado.

O projeto de “sistematização” rural foi impulsionado pela crescente megalomania do ditador romeno. Sob Ceaușescu, o ímpeto leninista para controlar, centralizar e planejar cada detalhe da vida cotidiana tornou-se tamanha obsessão por homogeneidade e grandeza que superava até o próprio Stalin. A duradoura encarnação dessa ânsia monomaníaca seria a capital do país, destinada a uma reforma imperial sem precedentes desde Nero. O projeto de “renovação” de Bucareste seria abortado pelo golpe de dezembro de 1989, mas muita obra chegou a ser feita, o bastante para deixar a marca indelével da ambição de Ceaușescu na estrutura da cidade. Um bairro histórico no centro de Bucareste do tamanho de Veneza foi totalmente demolido. Quarenta mil edifícios, dezenas de igrejas e monumentos foram destruídos, a fim de abrir espaço para uma nova “Casa do Povo” e para o bulevar da Vitória do Socialismo, com 5 quilômetros de comprimento e 150 metros de largura.

O empreendimento era puro engodo. Detrás das fachadas brancas e reluzentes do bulevar ficavam os conhecidos blocos de concreto pré-moldado, sujos, horrendos. E a fachada caracterizava-se por uma uniformidade agressiva, humilhante e inflexível, a representação visual do regime totalitário. A Casa do Povo, projetada por um arquiteto de 25 anos (Anca Petrescu) para ser o palácio particular de Ceaușescu, era indescritivelmente feia, mesmo para os padrões estéticos do gênero. Grotesca, implacável e de mau gosto, a Casa era, antes de mais nada, *grande* (três vezes maior do que o Palácio de Versalhes...). Situada diante de um semicírculo capaz de conter meio milhão de pessoas, com um salão de entrada do tamanho de um campo de futebol, o palácio de Ceaușescu era (e continua a ser) uma monstruosa metáfora da tirania desenfreada, a contribuição da Romênia ao urbanismo totalitário.

Em seus últimos anos, o comunismo romeno ficou atravessado entre a brutalidade e a paródia. Retratos do líder do partido e de sua esposa eram vistos por toda parte; o louvor de Ceaușescu era cantado em hinos que teriam ruborizado o próprio Stalin (embora, talvez, não a Kim Il Sung, da Coreia do Norte, com quem o líder romeno era por vezes comparado). Uma breve lista de títulos oficialmente aprovados para serem empregados em relatos das façanhas de Ceaușescu incluía: Arquiteto; Formador do Credo; Sábio Piloto; Mastro-

Mor; Nimbo da Vitória; Visionário; Titã; Filho do Sol; Danúbio de Idéias; e Gênio dos Cárpatos.

Os aduladores de Ceaușescu não diziam o que pensavam de tudo isso. Mas é evidente que, já em novembro de 1989 — quando, depois de 67 ovações, ele foi reeleito secretário-geral do partido e declarou, orgulhosamente, que não haveria reformas —, vários dos que o cercavam começaram a considerá-lo um risco: alheio e fora de sintonia, não apenas com a atmosfera contemporânea, mas com o crescente nível de angústia dos seus subalternos. Porém, enquanto contasse com o apoio da polícia secreta, a *Securitate*, Ceaușescu haveria de parecer intocável.

Por conseguinte, foi a própria *Securitate* que precipitou a queda do regime, quando, em dezembro de 1989, tentou demover um famoso pastor protestante húngaro, Lázsló Tökés, da cidade de Timisoara, localizada no oeste do país. A minoria húngara, alvo de muito preconceito e repressão no governo de Ceaușescu, animara-se com os acontecimentos do outro lado da fronteira, na própria Hungria, e demonstrava crescente ressentimento diante dos abusos a que era sujeitada na Romênia. Tökés se tornou símbolo e foco das frustrações dessa minoria; quando, em 15 de dezembro, o regime se voltou contra o pastor, a igreja em que ele se refugiou foi cercada por paroquianos que passaram a noite em vigília, em sinal de solidariedade.

No dia seguinte, quando, inesperadamente, a vigília se transformou em protesto contra o regime, a polícia e o Exército foram mobilizados para disparar contra a multidão. Relatos exagerados do “massacre” foram transmitidos pela Voz da América e pela Rádio Europa Livre e espalhados por todo o país. A fim de debelar o inusitado protesto, que agora já não se restringia a Timisoara mas incluía Bucareste, Ceaușescu regressou de uma visita oficial ao Irã. Em 21 de dezembro, surgiu na varanda da sede do partido, com a intenção de discursar, denunciando a “minoria” de “baderneiros” — mas foi interrompido várias vezes e se calou, perplexo. No dia seguinte, depois de nova tentativa frustrada de se dirigir à multidão, Ceaușescu e sua esposa fugiram de helicóptero, decolando do telhado do prédio do partido.

Então, o poder se afastou bruscamente da esfera do regime. De início, tinha-se a impressão de que o Exército apoiava o ditador, ocupando as ruas da capital e disparando contra manifestantes que tentavam invadir os estúdios do canal nacional de televisão. Mas, a partir de 22 de dezembro, os soldados, agora comandados por uma Frente de Salvação Nacional (FSN) que ocupara o prédio da televisão, mudaram de lado e se viram diante de tropas da

Securitate fortemente armadas. Nesse ínterim, o casal Ceaușescu foi pego, detido e julgado sumariamente. Condenados por “crimes contra o Estado”, foram executados às pressas, no dia de Natal, em 1989.³¹⁸

A FSN foi transformada em conselho governamental provisório e — depois de rebatizar o país, que passou a se chamar, simplesmente, Romênia — apontou o líder da própria Frente, Ion Iliescu, para a presidência. Iliescu, assim como os companheiros da FSN, era um ex-comunista que rompera com Ceaușescu alguns anos antes e tinha fama de “reformador”, ao menos por ter conhecido Mikhail Gorbatchev nos tempos de estudante. Mas a verdadeira qualificação de Iliescu para comandar a Romênia pós-Ceaușescu era a sua capacidade de controlar as Forças Armadas, especialmente a *Securitate*, cujos últimos resistentes abandonaram a luta em 27 de dezembro. Na realidade, além de autorizar, em 3 de janeiro de 1990, o restabelecimento dos partidos políticos, o novo presidente pouco fez para desmontar as instituições do antigo regime.

Conforme os futuros acontecimentos revelariam, a burocracia que atuava sob as ordens de Ceaușescu permaneceu surpreendentemente intacta, descartando apenas a família Ceaușescu e seus cúmplices mais notórios. Foram exagerados os boatos sobre milhares de mortes durante as manifestações e batalhas ocorridas em dezembro — o número de baixas se aproximou de cem —, e ficou evidente que, apesar da bravura e do entusiasmo das multidões em Timisoara, Bucareste e em outras cidades, a luta verdadeira fora travada entre os “realistas”, reunidos em torno de Iliescu, e a velha guarda do círculo de Ceaușescu. A vitória dos primeiros garantiu para a Romênia uma saída tranqüila — deveras, estranhamente tranqüila — do comunismo.

Os absurdos do final da Era Ceaușescu foram rechaçados, mas a polícia, a burocracia e muito da estrutura do partido permaneceram intactas. Os nomes das instituições foram alterados — a *Securitate* foi oficialmente extinta —, mas não as suas premissas e práticas: Iliescu nada fez para evitar os distúrbios ocorridos em Tirgu Mures, em 19 de março, quando oito pessoas foram mortas e cerca de trezentas ficaram feridas, em ataques contra a minoria húngara local. Além disso, depois que a Frente de Salvação Nacional conquistou arrasadora maioria nas eleições de maio de 1990 (tendo, previamente, prometido que não as contestaria) e que, em junho, se viu reeleito presidente, Iliescu não hesitou em transportar mineradores, em ônibus, até Bucareste, com o intuito de espancar estudantes que realizavam um protesto — 21 manifestantes foram mortos e cerca de 650 ficaram feridos. A Romênia ainda tinha pela frente uma longa estrada.

O estilo “golpe palaciano” da revolução romena ficou ainda mais óbvio ao sul, onde o Comitê Central do Partido Comunista da Bulgária, sem qualquer cerimônia, expulsou do poder Todor Zhivkov, este com a avançada idade de 78 anos. Sendo, entre os líderes do bloco comunista, o que estava no poder havia mais tempo (assumira a chefia do partido em 1954), Zhivkov, numa atitude tipicamente búlgara, procurava seguir de perto o modelo russo: no início dos anos 80, ele instituiu o “Novo Mecanismo Econômico”, a fim de melhorar os níveis de produção, e em março de 1987, seguindo a orientação de Moscou, prometeu acabar com o controle “burocrático” da economia, garantindo ao mundo que a Bulgária estava em condições de ter a sua própria *Perestroika*.

Contudo, à medida que se configurava uma nova situação em Moscou, os seguidos fracassos da economia búlgara e a crescente insegurança do comando comunista levaram Zhivkov a buscar uma fonte alternativa de legitimidade doméstica: o nacionalismo étnico. A significativa minoria turca na Bulgária (cerca de 900 mil indivíduos, numa população de menos de 9 milhões) era um alvo tentador: tal grupo não era apenas etnicamente diverso e praticante de uma religião diferente, mas também herdeiro e símbolo de um tempo de odioso domínio otomano, um tempo que somente agora começava a ser esquecido. Assim como acontecera na vizinha Iugoslávia, acontecia na Bulgária: a cambaleante autocracia do partido dirigia toda a força do preconceito étnico contra uma vítima doméstica indefesa.

Em 1984 foi anunciado, oficialmente, que os turcos da Bulgária não eram “turcos”, mas búlgaros forçados a se converter, e que agora resgatariam a sua verdadeira identidade. Ritos muçulmanos (por exemplo, a circuncisão) foram proibidos e considerados ilegais; o uso do idioma turco em transmissões, publicações e na educação foi proibido; e, numa medida particularmente agressiva (e bastante ofensiva), todos os cidadãos búlgaros com nomes turcos foram instruídos a adotar nomes “búlgaros”. O resultado foi desastroso. E a resistência turca se fez presente — o que, por seu turno, provocou um certo grau de oposição entre os intelectuais búlgaros. A comunidade internacional protestou com veemência; a Bulgária foi condenada pela ONU e pelo Tribunal de Justiça Europeu.

Nesse ínterim, os oligarcas comunistas no exterior se distanciaram de Zhivkov. Já em 1989, os comunistas búlgaros estavam mais isolados do que nunca, e um tanto quanto aturdidos com os acontecimentos na vizinha Iugoslávia, onde o partido parecia estar perdendo o controle. A situação chegou a um impasse no verão de 1989, com o êxodo de cerca de trezentos mil

búlgaros de origem turca para a Turquia — mais uma calamidade para as relações públicas do regime, além de ser também uma calamidade econômica, pois começou a faltar mão-de-obra no país.³¹⁹ Quando, em 26 de outubro, a polícia reagiu com violência excessiva contra um pequeno grupo de ambientalistas reunidos num parque em Sófia — prendendo e espancando ativistas do grupo *Ecoglasnost* por terem circulado uma petição —, alguns reformistas liderados pelo ministro das Relações Exteriores, Petar Mladenov, decidiram agir. Em 10 de novembro (não por acaso, no dia seguinte à queda do Muro de Berlim), o infeliz Zhivkov foi destituído.

Seguiram-se os eventos de fácil reconhecimento: libertação de prisioneiros políticos; legalização de partidos políticos; expurgo da Constituição da cláusula relativa ao “papel de liderança” dos comunistas; “mesa-redonda” para planejar eleições livres; mudança do nome do velho partido, agora Partido Socialista da Bulgária; e, no devido tempo, a realização das mencionadas eleições, que — a exemplo da Romênia — foram vencidas com facilidade pelos ex-comunistas (houve queixas generalizadas de fraude eleitoral).

Na Bulgária, a “oposição” política surgira tardiamente, e, tanto quanto na Romênia, constava que fosse até certo ponto fabricada por facções comunistas dissidentes. Mas as mudanças foram concretas. No mínimo, a Bulgária conseguiu evitar a catástrofe que espreitava a Iugoslávia: em 29 de dezembro, em meio a violentos protestos nacionalistas, muçulmanos e turcos passaram a ter direitos plenos e iguais. Já em 1991, um partido predominantemente turco — o Movimento por Direito e Liberdade — garantira apoio eleitoral suficiente para ocupar os assentos que sobravam na Assembléia Nacional.

Por que o comunismo ruiu tão abruptamente em 1989? Não devemos nos deixar iludir pelas sereias do determinismo retrospectivo, por mais sedutoras que sejam. Mesmo que o comunismo estivesse condenado pelos seus próprios absurdos, pouca gente pôde prever o momento e o modo da queda do regime. É certo que a facilidade com que foi derrubada a ilusão do poder comunista revelou que os regimes eram mais fracos do que se supunha, o que propicia um novo entendimento da história anterior do comunismo. Contudo, ilusório ou não, o comunismo durou bastante tempo. Por que não durou mais ainda?

Uma das respostas tem a ver com o “efeito dominó”. Depois que líderes comunistas começaram a cair em determinado país, a legitimidade da liderança em outros países ficou fatalmente comprometida. A credibilidade do

comunismo dependia, em parte, do argumento de que o regime encarnava uma necessidade, era produto lógico do progresso histórico, fato da vida política, presença inevitável na paisagem moderna. Depois que tais noções se mostraram inverídicas — na Polônia, por exemplo, onde o Solidariedade reverteu a História —, por que continuar a acreditar, na Hungria ou na Tchecoslováquia? Já vimos que os exemplos de outras nações pesaram, e muito.

No entanto, a característica marcante da queda do comunismo na Europa não foi propriamente o contágio: todas as revoluções assim se espalham, corroendo a legitimidade das autoridades constituídas ao oferecer exemplos cumulativos. Foi isso o que ocorreu em 1848, 1919 e, em menor escala, em 1968. A novidade de 1989 foi a *rapidez* do processo. Ainda em outubro de 1989, Imre Pozsgay, na Hungria, e Egon Krenze, na Alemanha Oriental, acreditavam carinhosamente que seria possível controlar e gerir as suas versões da *Perestroika*. A maioria dos seus adversários concordava e continuava buscando algum acordo. Já em 1980, Adam Michnik escrevera que “uma sociedade híbrida é concebível, e nessa sociedade a organização totalitária do Estado poderá coexistir com as instituições democráticas”; no verão de 1989, tudo indicava que tal expectativa se concretizasse.

Um novo fator foi o papel desempenhado pela mídia. Húngaros, tchecos e alemães, em particular, assistiam às suas respectivas revoluções nos telejornais noturnos. Para a população de Praga, a transmissão de reprises dos eventos de 17 de novembro constituía uma espécie de educação política instantânea, comunicando uma mensagem dupla: “Eles estão impotentes” e “Nós conseguimos”. Como consequência, o maior trunfo do comunismo — o controle e monopólio sobre a informação — se perdeu. O medo de estar isolado — a impossibilidade de saber se outras pessoas compartilhavam um mesmo sentimento — foi para sempre dissipado. Mesmo na Romênia, a ocupação dos estúdios do canal nacional de televisão representou o momento decisivo do levante. Não por acaso, o destino medonho do casal Ceaușescu foi filmado e transmitido em rede nacional. A prática não era inédita, evidentemente. Ao longo do século XX, estações de rádio e agências de correios eram os primeiros alvos das turbas revolucionárias, de Dublin a Barcelona. Mas a televisão é *imediata*.

A segunda característica marcante das revoluções de 1989 foi a sua natureza pacífica. A Romênia foi a exceção, naturalmente; mas, considerando o caráter do regime de Ceaușescu, isso já deveria ser previsto. A verdadeira

surpresa foi que, mesmo em Timisoara e Bucareste, a escala do derramamento de sangue foi bem menor do que se esperava. Em certa medida, tal fato também resultou da cobertura realizada pela TV. Com toda a população — sem falar do resto do mundo — observando cada passo, os regimes comunistas ficaram tolhidos. Ser assim observado constituía em si uma perda de autoridade e restringia, drasticamente, a gama de opções.³²⁰

Por certo, tais considerações não inibiram as autoridades comunistas na China, que atiraram contra centenas de manifestantes pacíficos na praça Tiananmen, em 4 de junho daquele mesmo ano. Nicolau Ceaușescu não teria hesitado em imitar Pequim, se tivesse condições para tal. E já vimos que ao menos Erich Honecker contemplava algo semelhante. Porém, para a maioria dos colegas, isso já não era uma opção. Em algum momento crucial, todos os regimes autoritários agonizantes hesitam entre repressão e concessão. No caso dos comunistas, a confiança na capacidade de governar se evaporava com tamanha rapidez que as chances de se agarrar ao poder exclusivamente por meio da força começavam a escassear — e as vantagens de fazê-lo ficavam cada vez menos óbvias. Na “conta” do auto-interesse, para a maioria dos burocratas do partido, o saldo relativo às vantagens se aproximava do negativo — era preferível nadar a favor da corrente a ser arrastado pelo vagalhão das mudanças.

A “conta” talvez fosse diferente se as multidões agissem com fúria ou os líderes decidissem se vingar da velha ordem. Mas, por diversos motivos — inclusive o próprio exemplo da praça Tiananmen, cujos eventos ocorreram e foram exibidos pela televisão exatamente no dia das eleições polonesas —, homens e mulheres de 1989 faziam questão de evitar a violência. Com décadas de truculência lhes pesando, e todas as armas e munições do seu lado, os regimes comunistas tinham, na prática, ensinado aos cidadãos o erro e a imprudência que era recorrer à força. E com a polícia distribuindo cacetadas em Berlim e Praga até os momentos finais do velho regime, os eslovacos não eram os únicos a integrar o “Povo Contra a Violência”.

O desagrado para com a violência era o único ponto que muitos revolucionários de 1989 tinham em comum. Tratava-se de um grupo extremamente heterogêneo, mesmo para os padrões da maioria dos levantes anteriores. A composição variava de local para local, mas, tipicamente, o “povo” incluía uma mescla de comunistas reformadores, socialdemocratas, intelectuais liberais, economistas favoráveis ao livre-mercado, ativistas católicos, sindicalistas, pacifistas, alguns trotskistas obstinados e outros mais. Essa diversidade

era, em si mesma, parte da força dos revolucionários, pois constituía, precisamente, o conjunto informal de organizações civis e políticas que costuma hostilizar o Estado unipartidário.

Ao menos uma fissura significativa — a que separava os democratas liberais dos nacionalistas populistas — já podia ser detectada, distinguindo, por exemplo, Mazowiecki de Walesa, ou os Democratas Livres húngaros (de tendência esquerdista e liderados por János Kis e outros intelectuais dissidentes) dos nacionalistas da velha guarda pertencentes ao Fórum Democrático. As multidões de 1989 foram também (como já vimos) caracterizadas por um marcante conflito de gerações. Muitos dos líderes mais experientes da oposição intelectual tinham uma história em comum com os críticos do próprio regime dentro do partido. Para os estudantes e outros jovens, portanto, tais indivíduos pareciam ter sido moldados na mesma fôrma: pertenciam a um passado que não podia e não deveria ser revivido. À imagem do seu líder Viktor Orbán, então com 26 anos, o *Fidesz*, na Hungria, era um partido político originalmente destinado a pessoas com menos de 30 anos.³²¹

As lembranças e as ilusões da “geração de Dubček” não foram compartilhadas pela geração seguinte, que demonstrava pouco interesse em relembrar 1968 ou em preservar os aspectos “positivos” da RDA. A nova geração mostrava-se menos preocupada em envolver os governantes em debates, ou em oferecer alternativas radicais à sua gestão, do que em escapar da opressão. Isso contribuiu para o aspecto carnavalesco de 1989, registrado por alguns observadores na Polónia e na Tchecoslováquia; também contribuiu para a falta de interesse em retaliações violentas. O comunismo agora já não era um obstáculo e sim uma irrelevância.

A melhor ilustração desse fato é a linguagem em que os objetivos de 1989 costumavam ser expressos. O tema “Voltar a fazer parte da Europa” não era novo. Muito antes do comunismo, a metade oriental do continente era a parte da Europa que ansiava por reconhecimento; já a Europa *Ocidental* era aquela que demonstrava “autoconhecimento” e junto à qual se buscava a tão esperada chancela.³²² Com o advento do bloco soviético, o sentimento de que o leste da Europa fora separado das suas raízes tornara-se tema constante da dissidência intelectual e da oposição.

Mas o lamento pela perda da identidade europeia tinha adquirido um significado especial para os europeus orientais nos últimos anos, com o surgimento de algo novo no Ocidente: uma entidade institucional — uma Comunidade Europeia, uma União Europeia — construída em torno de valores

declaradamente “europeus”, com os quais os europeus do leste se identificavam prontamente: direitos individuais, deveres cívicos, liberdade de expressão e movimento. O debate sobre a “Europa” se tornou menos abstrato e, por conseguinte, mais interessante para os jovens. Não mais constituindo um lamento pela cultura perdida da velha Praga ou Budapeste, o tópico agora representava um conjunto de metas políticas concretas e alcançáveis. O antônimo de comunismo não era “capitalismo”, mas “Europa”.

Isso era mais do que uma questão de retórica. Embora apontassem (de modo convincente e até com convicção) as depredações da abstração chamada “capitalismo”, as velhas facções comunistas nada tinham a oferecer em substituição à “Europa” — porque o conceito não representava uma alternativa ideológica, mas, tão-somente, a norma política. Por vezes, a noção aparecia matizada como “economia de mercado”, outras vezes, como “sociedade civil”, mas, em ambos os casos, “Europa” significava — pura e simplesmente — normalidade e o estilo moderno de viver. O comunismo já não era o futuro — argumento que durante seis décadas servira de trunfo para o regime —, mas o passado.

É óbvio que houve variações. Nacionalistas e até alguns conservadores políticos e religiosos — muitos dos quais ativos e influentes em 1989 — mostravam-se menos propensos a pensar na Europa do que na “Polônia”, ou na “Hungria”. E alguns talvez não se interessassem tanto por liberdade ou direitos individuais. As prioridades imediatas do povo também variavam; para tomarmos um exemplo incontestado: a idéia de voltar a fazer parte da Europa era mais importante para mobilizar o sentimento popular na Tchecoslováquia do que na Romênia, onde destituir um ditador e pôr comida na mesa eram prioridades. E embora alguns líderes de 1989 pretendessem, desde o início, desenvolver uma economia de mercado (ao formar o seu primeiro governo, em setembro de 1989, Tadeusz Mazowiecki declarou, memoravelmente: “Procuró o meu Ludwig Erhard!”), outros — sobretudo Havel — preferiam se concentrar nos alicerces cívicos da democracia.

A relevância dessas sutilezas só transpareceria mais tarde. Convém aqui, no entanto, oferecer um comentário sobre a posição dos *Estados Unidos* nesse relato. Os europeus orientais, principalmente os residentes de Berlim Oriental, tinham plena ciência do papel dos EUA na contenção da URSS. Também conheciam as nuances que distinguiram os políticos da Europa Ocidental — que, em sua maioria, não se incomodavam com o comunismo, desde que por ele fossem deixados em paz — de políticos norte-americanos como Ronald

Reagan, que definiam o comunismo como o “Império do Mal”. O Solidariedade era, em grande parte, financiado pelos EUA, e foram os EUA que ofereceram o estímulo oficial mais constante aos manifestantes em Berlim e outros locais — depois que ficou evidente que estes haveriam de vencer.

Mas é errôneo concluir (como, às vezes, se faz) que os povos subjugados da Europa Oriental desejassem se tornar... norte-americanos; muito menos que foi o incentivo ou o apoio dos EUA que precipitou ou facilitou a libertação desses povos.³²³ Os EUA desempenharam um papel notavelmente diminuto nos dramas de 1989, ao menos até que os fatos já estivessem consumados. E o próprio modelo social norte-americano — o “livre-mercado” — apenas esporadicamente era postulado pelas multidões e seus porta-vozes como objeto de admiração e imitação. Para a maioria das pessoas que tinham vivido sob o comunismo, libertação não implicava, em absoluto, qualquer anseio por concorrência econômica desenfreada, muito menos pela perda de serviços sociais gratuitos, de garantia de emprego, de aluguéis baixos ou de qualquer outro benefício propiciado pelo regime. Afinal, na imaginação dos europeus orientais, um dos atrativos da “Europa” era a perspectiva de prosperidade e segurança, liberdade e proteção. A situação ideal era um socialismo com liberdade.

Esses sonhos europeus foram arautos de futuras decepções. Mas pouca gente percebeu isso naquele momento. No mercado de modelos alternativos, o estilo de vida norte-americano ainda era valorizado por uma minoria, e os EUA, a despeito de todo o poder global, estavam muito distantes. A outra superpotência, entretanto, estava diante da porta. Os Estados-satélites do Leste Europeu eram todos colônias do império comunista sediado em Moscou. Portanto, em relação às mudanças ocorridas em 1989, as forças políticas e sociais locais — fossem elas formadas por organizações católicas eslovacas, bandas de *rock* polonesas ou livres-pensadores de qualquer outro país da região — desempenharam um papel limitado. No extremo, era sempre Moscou que cantava as pedras.

Na seqüência inebriante da libertação, muitos europeus orientais menosprezaram a importância de Moscou, para melhor ressaltar a conquista da liberdade. Em janeiro de 1992, József Antall, do Fórum Democrático, agora primeiro-ministro da Hungria, falando a uma platéia húngara, queixou-se de que o Ocidente não reconhecia o papel heróico da Europa Central na queda do comunismo: “Esse amor unilateral precisa acabar, pois nós agüentamos firme, lutamos sem fazer um disparo e vencemos para eles a Terceira Guerra

Mundial”. O relato pungente de Antall, por mais que agradasse aos ouvintes, ignorava a grande verdade de 1989: se as multidões, os intelectuais e os líderes sindicais do Leste Europeu “venceram a Terceira Guerra Mundial”, foi porque, simplesmente, Mikhail Gorbachev permitiu que isso acontecesse.

Em 6 de julho de 1989, Gorbachev discursou diante do Conselho da Europa, em Estrasburgo, e informou aos ouvintes que a União Soviética não impediria as reformas na Europa Oriental: a questão “dependia inteiramente do povo”. Durante um encontro de líderes do bloco oriental, realizado em Bucareste em 7 de julho de 1989, o líder soviético afirmou o direito de todo Estado socialista seguir a própria trajetória, sem interferência externa. Cinco meses mais tarde, num camarote do SS *Maksim Górkí*, nas costas de Malta, Gorbachev garantiu ao presidente Bush que não usaria força para manter os regimes comunistas no poder na Europa Oriental. A posição do líder soviético nada tinha de ambígua. Gorbachev, conforme Michnik observara em 1988, era “prisioneiro do sucesso de sua política externa”. Depois que a metrópole imperial admitira publicamente que não tinha como manter a periferia colonial — e fora universalmente aclamada por tê-lo dito —, as colônias se perderam, e com elas se foram também os colaboradores do império. Bastava determinar o modo e a direção em que tombariam.

Os próprios colaboradores, sem dúvida, compreendiam o que estava acontecendo: entre julho de 1988 e julho de 1989, Károly Grósz e Miklós Németh, principais reformadores do partido húngaro, fizeram quatro visitas a Moscou, com o intuito de se encontrarem com Mikhail Gorbachev. O companheiro Rezső Nyers também conversou com Gorbachev, em Bucareste, em 7 de julho de 1989, no dia seguinte à morte de Kádár, ocasião em que já era evidente que a causa fora perdida. Gorbachev nada fez, diretamente, para precipitar ou instigar as revoluções de 1989; ele apenas saiu do caminho. Em 1849, a intervenção da Rússia selara o destino da revolução húngara (e de outras); em 1898, a abstenção da Rússia contribuiu para o sucesso dos levantes.

Gorbachev fez mais do que abrir mão das colônias. Ao indicar que não interviria, ele solapou a única fonte genuína de legitimidade política disponível aos líderes dos Estados-satélites: a promessa (ou ameaça) de intervenção militar por parte de Moscou. Sem essa ameaça, os regimes locais ficavam politicamente despidos. Talvez, em termos econômicos, os regimes resistssem mais alguns anos, mas também na esfera econômica a lógica do recuo soviético foi implacável; depois que Moscou passou a fixar os preços de suas exportações para os países do Comecon segundo os valores correntes no

mercado internacional (o que ocorreu em 1990), os referidos países, que muito dependiam de subsídios soviéticos, teriam quebrado de qualquer jeito.

Conforme sugere este último exemplo, Gorbachev permitiu a queda do comunismo na Europa Oriental para salvar a Rússia — assim como Stalin criara os regimes-satélites não para o bem dos vizinhos, e sim para garantir a segurança das suas fronteiras ocidentais. Mas Gorbachev cometeu um grave erro tático: dois anos depois, as lições do Leste Europeu seriam utilizadas contra o próprio libertador da região, dentro do seu território natal. Mas, estrategicamente, o feito de Gorbachev foi tão grandioso quanto inusitado. Nenhum outro império territorial registrado pela História abandonou seus domínios de maneira tão súbita, com tamanha elegância e tão pouco derramamento de sangue. A Gorbachev, diretamente, não pode ser atribuído o crédito pelo que ocorreu em 1989 — ele não planejou os eventos, e apenas vagamente entendia a importância dos fatos a longo prazo. Mas ele permitiu e precipitou os acontecimentos. Foi a revolução de Gorbachev.

288 É certo que compete à Igreja Católica condenar os ídolos materialistas e o pecado da soberba. Mas Karol Wojtyła foi bem mais longe. No Vaticano, em suas “Reflexões da Quaresma”, em 1975, três anos antes de se tornar papa, ele anunciou explicitamente que, das duas ameaças à Igreja — consumismo e perseguição —, a primeira era a mais séria e, portanto, a maior inimiga.

289 Vejamos, por exemplo, o apoio inicial por ele oferecido ao projeto de um convento carmelita em Auschwitz, apoio que foi mais tarde retirado, devido ao protesto internacional. Sua impensada descrição da Polônia sob lei marcial como um “imenso campo de concentração” reflete uma limitação similar.

290 Com o incentivo do Vaticano, os EUA haveriam de prover substancial apoio financeiro ao Solidariedade, nos anos em que o sindicato existiu clandestinamente — algumas estimativas chegam a 50 milhões de dólares.

291 Embora, em novembro de 1981, no início de sua gestão, Reagan deixasse escapar a idéia de que uma guerra nuclear na Europa não implicaria uma batalha estratégica. Os aliados de Washington no Oeste Europeu ficaram tão alarmados quanto Moscou e, ao lado de Moscou, protestaram com veemência.

292 Evidentemente, a idéia de instalar Pershings ou Cruises na própria França estava fora de cogitação...

293 A partir de 1990, transpareceu o fato de que, nos anos em questão, ao menos 25 integrantes do Bundestag eram agentes pagos pela RDA.

294 Em 13 de dezembro de 1981, dia em que a lei marcial foi instalada na Polônia, Schmidt estava na RDA, mantendo “conversações de cúpula” com o colega Erich Honecker, e ficou bastante aborrecido, embora menos com a prisão de centenas de dissidentes poloneses do que com o possível impacto “destabilizador” que os acontecimentos na Polónia poderiam causar às relações entre as duas Alemanhas, relações essas cada vez mais salutares.

295 Graças a um PIB em crescimento, os gastos públicos com defesa nos EUA decaíram continuamente, em termos relativos, desde meados dos anos 50 até 1979, mesmo durante os anos do Vietnã.

Depois, a rubrica aumentou drasticamente: como percentual de desembolso federal, os gastos com defesa, em 1987, tinham aumentado 24% em comparação com 1980.

296 Membro da burocracia do Partido Comunista da antiga União Soviética. (N. do T.)

297 Na realidade, a própria família de Gorbachev sofrera intensamente sob o regime de Stalin: os dois avôs do líder foram detidos e exilados durante os expurgos promovidos pelo ditador. Mas o novo líder soviético só admitiria tal fato em novembro de 1990.

298 “*Mais c’est quoi, la dialectique?*” “*C’est l’art et la manière de toujours retomber sur ses pattes, mon vieux!*”, Jorge Semprún, *Quel Beau Dimanche* (Que belo domingo) (Paris: Grasset, 1980), p. 100.

299 O assunto foi tratado no livro de Zhores Medvedev *Nuclear Disaster in the Urals* (Desastre nuclear nos Urais), publicado no exílio, em 1979.

300 Uma pesquisa de opinião realizada alguns meses depois (em janeiro de 1990) apontava que, em termos de apreço popular, Gorbachev vinha logo atrás de Pedro, o Grande — mas muito atrás de Karl Marx e V. I. Lenin...

301 Foi Sakharov quem fez a questão vir à tona, ao exigir — diante das câmeras de TV — a revogação do Artigo 6 e a devolução aos representantes do povo do poder “roubado” pelo partido, em 1918. O próprio Gorbachev, finalmente, desligou o microfone de Sakharov, mas já era tarde.

302 E durante os funerais de Chernenko, em maio de 1985, Gorbachev fez questão de ser apresentado e cumprimentar Alessandro Natta, chefe do Partido Comunista Italiano, até então sempre antipatizado por Moscou.

303 Constituindo um eco irônico do fiasco norte-americano no Vietnã, o regime fantoche instalado em Cabul — agora privado do apoio armado proveniente do exterior — claudicou até 1992 antes de sucumbir (a despeito das garantias externas) às forças dos talibãs.

304 Andrei Gratchev, citado no livro *The Gorbachev Factor* (O fator Gorbachev) (Oxford, 1997), p. 88, de autoria de Archie Brown.

305 Em 1986, os EUA suspenderam o veto ao ingresso da Polônia no FMI, em troca da libertação de todos os prisioneiros políticos ainda detidos e de uma anistia geral.

306 Ver Harold James, *International Monetary Cooperation since Bretton Woods* (Cooperação monetária internacional desde Bretton Woods) (IMF & Oxford University Press, 1996), p. 567.

307 Oficialmente, o local do túmulo de Nagy permaneceu desconhecido durante trinta anos; na realidade, a localização, numa cova não-marcada num canto do Cemitério Municipal de Budapeste, era pública e notória.

308 Na ex-URSS, conjunto de indivíduos, particularmente do Partido Comunista, dentre os quais eram indicados os ocupantes para os altos cargos. (N. do T.)

309 Sou grato ao professor Timothy Garton Ash por esta referência.

310 Ao que parece, Honecker percebera, corretamente, que Gorbachev não haveria de durar muito tempo e, portanto, poderia sem grandes riscos ser ignorado.

311 Três dias após a visita de Gorbachev, Honecker recebeu a visita de um dignitário chinês e comparou a inquietação na RDA à recente “contra-revolução” na China. É possível que Honecker estivesse ao menos contemplando uma reprise alemã do massacre da praça Tiananmen — motivo pelo qual os colegas decidiram destituí-lo.

312 A bem da verdade, os dissidentes na Alemanha Oriental interpretaram mal a ousadia das multidões, em novembro de 1989, achando que o comportamento poderia servir de base para uma nova república socialista. Por outro lado, a fonte dessa interpretação equivocada foi a incapacidade de os dissidentes perceberem o que o “socialismo” viera a significar — bem como o seu próprio investimento na sobrevivência do regime.

313 Sob determinados aspectos, o equivalente polonês ocorrera em 1980-1981 — a transição política verificada na Polónia uma década mais tarde foi uma questão bem mais planejada e negociada.

- 314** O presente autor, que estava em Praga à época, pode atestar a sensação estonteante de que a História estava sendo escrita a cada hora.
- 315** Uma charge estampada num dos efêmeros jornais estudantis publicados em dezembro de 1989 capta perfeitamente o conflito de gerações. Um sujeito gorducho e de meia-idade, vestindo camiseta, encara contrariado, através do espelho no qual se barbeia, uma mulher de aspecto dissoluto que está de pé à porta, com uma camisola suja pendurada ao ombro, rolinhos nos cabelos e um cigarro pendurado nos lábios. “Você não me reconhece?”, ela diz, provocando-o. “Sou seu sonho de 1968.”
- 316** “Se um povo jamais falou, a primeira palavra dita é poesia.” Ferdinando Camon, *La Stampa*, “Tutto Libri”, 16 de dezembro de 1989.
- 317** Ao menos até a ascensão de Mikhail Gorbatchev, quando o Ocidente deixou de precisar de um iconoclasta anti-soviético.
- 318** O julgamento e a execução levada a cabo por um pelotão de fuzilamento foram filmados pela televisão, mas só exibidos dois dias mais tarde.
- 319** Oficialmente, os turcos não existiam: “Não há turcos na Bulgária” (Dimitur Stoyanov, ministro do Interior).
- 320** Essas considerações nem sempre se aplicavam em comunidades rurais remotas e pequenas cidades do interior, onde, até os últimos momentos, a polícia continuou a agir sem qualquer constrangimento decorrente da presença das câmeras de televisão ou da desaprovação popular.
- 321** Um “aceno” para o único “monumento” dos anos 60 que sobrevivera: a idéia de que a juventude é uma condição essencialmente superior — segundo as palavras de Jerry Rubin: “Não confie em ninguém com mais de 30 anos”.
- 322** Essa linha de raciocínio foi desenvolvida por Voltaire, entre outros, e está belamente explicada por Larry Wolff no livro *Inventing Eastern Europe* (Inventando o Leste Europeu) (Stanford, 1994).
- 323** A primeira resposta à declaração da lei marcial na Polônia foi nitidamente morna — até mesmo por parte de Reagan. Somente depois que surgiram, publicamente, críticas veementes (expressas por Henry Kissinger, entre outros) Washington adotou a atitude linha-dura pela qual ficou conhecida.

QUARTA PARTE

Depois da Queda: 1989-2005

A Velha Europa — e a Nova

“Cabe indagar por que a Europa não parece ser capaz de realizar ações decisivas em seu próprio cenário.”
Richard Holbrooke

“*Si c’était à refaire, je commencerais par la culture*” (Se fosse voltar ao início, eu começaria pela cultura).
Jean Monnet

“É sempre possível unir um número considerável de pessoas através do amor, desde que sempre restem outras pessoas para suportar as manifestações de agressividade.”
Sigmund Freud

“Como explicar essa estranha combinação entre o desemprego permanente de 11% da população e a sensação geral de prosperidade por parte da maioria dos habitantes de um país?”
Beatrice Webb (1925)

O temperamento propenso à divisão, típico dos anos 90, não se restringiu aos países do antigo leste comunista. O mesmo ímpeto de escapar das amarras do governo centralizado — ou então se abster de responsabilidade por compatriotas que viviam em províncias distantes — era sentido no Ocidente. Desde a Espanha até o Reino Unido, as unidades territoriais estabelecidas na Europa Ocidental foram objeto de extensa descentralização administrativa, embora todas essas nações conseguissem, ao menos, preservar a forma do Estado nacional.

Em alguns locais, essa propensão centrífuga já despontara havia décadas, conforme vimos no Capítulo 16. Na Espanha, onde uma antiga reivindicação por autonomia na Catalunha ou no País Basco tinha sido reconhecida pela nova Constituição, sobretudo a Catalunha surgira, praticamente, como um Estado-dentro-do-Estado, com sua própria língua, instituições e conselhos governamentais. Graças a uma Lei de Normalização Lingüística (*sic*), de 1983, o catalão ali se tornou o “principal idioma de instrução”; dez anos mais tarde, o *Generalitat* (Parlamento) decretou o uso exclusivo de catalão na pré-escola. Não deve surpreender o fato de que, embora o espanhol castelhano continuasse a ser utilizado em todas as regiões, muitos jovens se sentissem mais à vontade falando catalão.

Nenhuma outra região espanhola alcançaria tal nível de singularidade nacional; e nenhuma outra região tinha a mesma importância no país. Em 1993, a Catalunha, uma das 17 regiões da Espanha, era responsável pela quinta parte do PIB nacional. Mais de um quarto de todo o investimento estrangeiro na Espanha destinava-se à Catalunha, sendo a maior parte para a próspera capital da província, Barcelona; a renda *per capita* em toda a província era mais de 20% superior à média nacional. Se a Catalunha fosse uma nação independente, seria incluída entre as mais prósperas do continente europeu.

Um motivo para o surgimento de uma identidade marcadamente catalã era o ressentimento facilmente despertado pela pesada contribuição que os catalães tinham de fazer para os cofres do Estado, em parte devido à criação, em 1985, de um Fundo Interterritorial de Compensação para auxiliar as regiões mais pobres da Espanha. Mas a Catalunha — a exemplo do País Basco, da Galícia, de Navarra e de outras províncias que reivindicavam autonomia — beneficiou-se ao se afastar da “identidade espanhola”. Franco havia explorado à exaustão a gama de valores nacionais — a glória do império, a honra militar, a autoridade da Igreja espanhola — e, depois da queda do ditador, muitos espanhóis demonstraram pouco interesse na retórica do legado e da tradição.

Com efeito, à semelhança de uma geração anterior de alemães do período pós-autoritário, os espanhóis se mostravam bastante inibidos para “falar em escala nacional”. A identificação regional, por outro lado, estava livre de estigmas autoritários: antes, tal identificação tinha sido perseguida pelo antigo regime e, portanto, podia ser apresentada como um aspecto crucial na transição para a própria democracia. Essa associação entre autonomia, separatismo e democracia era menos evidente no caso basco, onde o ETA seguia a sua trilha

homicida (chegando, em 1995, a planejar atentados contra o rei e o primeiro-ministro). Além disso, enquanto os 6 milhões de catalães prosperavam, os velhos distritos industriais do País Basco declinavam. O desemprego era endêmico e os níveis de renda na região eram inferiores aos da Catalunha, ficando próximos à média nacional.

Se os nacionalistas bascos não se beneficiaram de tais problemas foi porque, em grande medida, muitos dos 2 milhões de habitantes da região eram novos na área — em 1998, somente uma pessoa em cada quatro falava *euskera*, o idioma basco. Previsivelmente, era reduzido o interesse desses indivíduos nos movimentos separatistas: apenas 18% dos bascos expressavam apoio pela independência, preferindo a autonomia regional já conquistada. Até no Partido Nacional Basco a maioria dos eleitores tinha essa mesma opinião. O Herri Batasuna, braço político do ETA, estava perdendo votos para os autonomistas moderados e até para os partidos espanhóis mais tradicionais. Já no final da década, o Batasuna decaía para a condição de partido generalista e periférico, que reunia descontentes do Partido Verde, feministas, marxistas e oponentes da globalização.

Na Espanha, a fragmentação do Estado-nação foi impelida por memórias do passado. Na Itália, tal fragmentação resultou mais de descontentamentos com o presente. As regiões dissidentes da Itália situavam-se, por tradição, no extremo norte: zonas fronteiriças onde a população local fora contemplada com a identidade italiana na memória recente — muitas vezes em consequência de guerras e geralmente a contragosto — e onde a maioria das pessoas ainda preferia falar francês, alemão ou esloveno a italiano. Grande parte da insatisfação existente nessas áreas foi atenuada graças a uma série de acordos que estabeleciam novas regiões autônomas: o vale de Aosta, no noroeste alpino, onde Itália, França e Suíça convergem; o Trentino-Alto Adige, adjacente ao Tirol austríaco; e a Friuli-Venezia Giulia, nas divisas etnicamente instáveis ao longo da fronteira iugoslava (mais tarde eslovena). Essas regiões também se beneficiaram (conforme já vimos, no caso do Alto Adige) de uma série de subsídios regionais e outros incentivos oferecidos pela União Européia, em Bruxelas. Na década de 1990, com mais insumos gerados pelo turismo alpino e a passagem do tempo, a região da Itália próxima à fronteira norte se afastou do cenário político, configurando bolsões regionais num continente regionalizado.

Em seu lugar, entretanto, surgira uma forma bem mais ameaçadora de separatismo regional. Desde 1970, atendendo tardiamente a uma provisão da

Constituição do pós-guerra, a Itália estava subdividida em 15 regiões, além de cinco províncias autônomas (os três distritos fronteiriços e mais a Sardenha e a Sicília). Havia, por certo, um número suficiente de precedentes: em termos de singularidade histórica, o Piemonte, a Úmbria e a Emília tinham argumentos tão sólidos quanto a Catalunha ou a Galícia, e embora as diferenças lingüísticas regionais (tão marcantes até poucas décadas antes) começassem a diminuir, não haviam desaparecido totalmente.

Mas as novas regiões da Itália — em contraste com as da Espanha — eram, em grande medida, uma ficção administrativa. Por mais que se vangloriassem de seus conselhos e autoridades eleitas — e empregassem tanta gente —, as unidades regionais da Itália não conseguiam nem superar a grande identificação típica dos italianos com seu vilarejo natal nem romper o alcance político e sobretudo financeiro da capital. O que a criação de regiões *de fato fez*, contudo, foi lembrar aos italianos da profunda e contínua rixa entre o norte próspero e o sul dependente — e propiciar expressão política ao descontentamento que a divisão provocava.

O resultado foi o advento de algo bastante novo, ao menos no cenário italiano: o separatismo dos prósperos. O norte italiano — especialmente as cidades e vilarejos industriais do Piemonte e da Lombardia, e as bem-sucedidas fazendas e pequenas empresas de Bolonha e arredores — havia décadas era bem mais rico do que o restante do país, e a diferença ficava cada vez maior. No final da década de 1980, o produto bruto *per capita* regional na Lombardia, nos arredores de Milão, apresentava um índice 132% acima da média nacional; na Calábria, a ponta da bota italiana, tal índice correspondia a 56%. Os indicadores de pobreza no Mezzogiorno, no final dos anos 80, eram três vezes mais elevados do que os registrados no norte da Itália. Enquanto o norte e o centro-norte italianos eram comparados, em termos de riqueza e serviços, à França e à Grã-Bretanha, o sul ficava cada vez mais atrás, abrindo um hiato que só seria diminuído (parcialmente) graças a polpudos repasses financeiros.

Ao longo da década de 1980, uma nova aliança política, a Liga Lombarda (depois, Liga do Norte, Lega Nord), surgiu para capitalizar a crença generalizada de que o “sul” vivia à custa do norte. A solução, segundo o carismático fundador da liga, Umberto Bossi, era esvaziar o poder fiscal de Roma, separar o norte do restante do país e, no extremo, conquistar a independência da Lombardia e de seus vizinhos, deixando que o rebotalho empobrecido e parasita do resto do país se virasse sozinho. A semelhança com a Catalunha (com a

Eslovênia, ou mesmo a República Tcheca sob o comando de Václav Klaus) fica evidente.

Nas eleições nacionais da década de 1990, a Liga do Norte conseguiu conquistar um número suficiente de votos na Lombardia e no Vêneto que lhe garantissem uma posição nas coalizões governamentais conservadoras. Ironicamente, no entanto, a manutenção da liga no poder dependia da aliança com o movimento Forza Italia, de Silvio Berlusconi, e com os ex-fascistas do Partido da Aliança Nacional, de Gianfranco Fini — sendo que ambos (sobretudo este último) dependiam, precisamente, do apoio dos eleitores do sul, desvalidos e “subsidiados”, tão desprezados pela liga. Mas, a despeito dessas antipatias mútuas, e da ilusão dos seguidores de Bossi mais irresponsáveis, jamais se cogitou seriamente a divisão da Itália, ou que as províncias italianas se tornassem independentes.

O mesmo se pode dizer da França, onde a presidência de Mitterrand implementou uma limitada descentralização administrativa e deu início a esforços um tanto débeis de espalhar instituições e recursos pelas províncias. Das unidades regionais recém-estabelecidas no país, nem mesmo a Alsácia ou o País Basco francês demonstravam grande interesse em cortar os elos com Paris, apesar das identidades históricas tão distintas que as caracterizavam. Somente na ilha de Córsega surgiu um movimento em prol da separação nacional, baseado numa percepção autêntica de singularidade lingüística e histórica e na asserção implausível de que a ilha haveria de prosperar, caso se tornasse independente do continente. Mas, a exemplo do ETA, o gosto dos nacionalistas cósricos pela violência (e pela luta entre famílias) só era constatado junto a uma minoria.

A diferença no caso da França era que, enquanto em outros locais da Europa políticos e observadores agora celebravam, formalmente, as virtudes da autonomia e do autogoverno local, em Paris o menor rumor de separatismo regional provocava uma avalanche de desprezo neojacobino por todo o espectro político. Além disso, as províncias da França onde o sentimento de diferença era mais acentuado — a Bretanha, por exemplo, ou as montanhas despovoadas do alto Languedoc — eram aquelas que durante muitas décadas mais haviam dependido da generosidade do governo. Tudo, desde gastos com infraestrutura de ligações ferroviárias para trens de alta velocidade até benefícios fiscais para investimento interno, vinha de Paris, e nunca foi grande o apoio para os novos separatistas bretões ou occitanos, em sua maioria militantes idosos que ficaram isolados depois que acabou o entusiasmo dos anos 60. De

modo inverso, áreas mais ricas, tais como a região do Ródano, ao redor de Lyon e Grenoble, talvez houvessem prosperado sozinhas, mas estas tinham há muito perdido qualquer memória de independência e não demonstravam ânimo político por reconquistá-la.

Entretanto, do outro lado do canal da Mancha, na Grã-Bretanha, as “margens” celtas — a despeito da grande dependência econômica em relação a Londres — passaram por uma espécie de renovação nacional. No País de Gales, tal renovação muitas vezes assumiu uma forma cultural, com crescente pressão para que o galês fosse o idioma da educação e da mídia. Somente nas áreas montanhosas e subpovoadas do norte do País de Gales as reivindicações por independência, conforme articuladas pelo partido nacionalista Plaid Cymru, tinham o apoio da população. O sul urbano, contudo, que contava com melhores vias de transporte para a Inglaterra e sólidas ligações políticas com o movimento sindicalista nacional e com os Partidos Liberal e Trabalhista, desconfiava das ambições tacanhas dos nacionalistas que sempre diziam “primeiro o País de Gales”.

O resultado foi que, embora garantissem, de início, um bom avanço nas eleições nacionais de 1974 e, a partir de então, mantivessem uma presença reduzida mas visível, os candidatos do Plaid Cymru jamais conseguiram seduzir os compatriotas para que abraçassem a causa nacionalista. Entre o número relativamente pequeno de eleitores galeses que compareceram às urnas, em março de 1979, para se expressar quanto à outorga de poderes às Assembléias regionais, a maioria se opôs ao pleito. Quando, duas décadas mais tarde, finalmente, a referida outorga se concretizou, o fato não decorreu da exigência dos nacionalistas, mas de uma ampla reforma administrativa implementada pelo primeiro governo trabalhista de Tony Blair — que demonstrou astúcia ao prever que o poder limitado conferido ao novo Parlamento em Cardiff certamente cairia nas mãos das mesmas pessoas que agora o detinham em Westminster.

O desfecho — a criação de uma Assembléia galesa dotada de considerável valor simbólico mas pouco poder efetivo — pareceu, no entanto, satisfazer a aspiração por uma identidade nacional distinta que existia no principado. Afinal, o País de Gales tinha sido anexado à Inglaterra em 1536, durante o reinado de Henrique VIII — ele mesmo descendente de uma dinastia galesa —, e, embora o renascimento do interesse em língua e história galesas fosse autêntico, o fenômeno não deveria ser confundido com um grande resgate de consciência nacional. Se havia indignação ou ressentimento sob a superfície da vida pública galesa, o problema era o aperto econômico, não a frustração

diante das aspirações nacionais. Diante da escolha entre a independência do País de Gales e uma recuperação, sob o domínio inglês, dos vales e vilarejos ligados à mineração, bem como dos portos, devastados pelo retrocesso da industrialização e pelo desemprego, poucos galeses teriam hesitado.

O caso da Escócia era diferente. Também na Escócia, o custo do declínio das antigas indústrias tinha sido terrível, mas o Partido Nacional Escocês (PNE), surgido nos anos 70, contava com uma fatia do eleitorado quatro vezes maior do que a dos colegas galeses. Duas décadas após emergir como partido de “causa única”, nas eleições de 1974 — quando elegeu 11 parlamentares —, o PNE já havia superado os conservadores e já pressionava, seriamente, os alicerces do Partido Trabalhista. Ao contrário dos galeses, os eleitores na Escócia eram *favoráveis* à transmissão de poderes para a esfera local; e, embora tivesse de aguardar até 1997, o Parlamento escocês, em Edimburgo, inegavelmente, representa um país que se considera uma nação diferente e separada, se não um Estado.

O nacionalismo escocês se beneficiou tanto da feliz descoberta de óleo e gás no mar do Norte — fato que levou prosperidade a Aberdeen e à região nordeste — quanto de políticas regionais da CE, as quais permitiram a empresários e administradores escoceses passar por cima de Londres e consolidar elos diretamente com Bruxelas. Mas a Escócia, embora unida à Inglaterra, em 1707, pelo Ato de União, sempre fora uma terra separada. Ali, a noção de identidade dependia menos de diferenças lingüísticas e religiosas (que, embora concretas, pareciam atenuadas para a maioria dos cidadãos) do que de uma estranha mescla de sensação de superioridade e ressentimento.

Por conseguinte, assim como tantos clássicos da literatura inglesa moderna são, na realidade, *irlandeses*, algumas das grandes realizações do pensamento político e social em língua inglesa a partir do Iluminismo, desde David Hume, passando por Adam Smith e chegando a John Stuart Mill e mais além, foram, na realidade, *escoceses*. Não apenas, de certo modo, era Edimburgo a capital intelectual da Grã-Bretanha no início do período de industrialização e Glasgow o centro radical do movimento trabalhista britânico nos primeiros anos do século XX, mas empresários, administradores e exilados escoceses foram responsáveis pela concretização, pelo povoamento e pela gestão de grande parte do Império Inglês. Além disso, a Escócia sempre reivindicara e preservara uma identidade diferente e separada: mesmo no auge da centralização governamental em Londres, a Escócia manteve os seus próprios sistemas educacional e legal.

Uma Escócia independente, portanto, era uma proposição perfeitamente plausível — sobretudo numa União Européia na qual o país não seria, em absoluto, nem o menor nem o mais pobre. Se a maioria da população escocesa, tendo garantido uma certa aparência e alguma substância de independência, pretendia algum dia seguir em frente, é difícil saber. Os limites geográficos, demográficos e materiais que mantêm a Escócia dependente do Reino Unido ainda se fazem presentes, e, no final dos anos 90, parecia que na Escócia, tanto quanto em outros locais, o motor do nacionalismo começava a perder força.

Não está claro se o mesmo pode ser afirmado em relação aos descendentes dos emigrantes escoceses que cruzaram o mar até a Irlanda. O canal que separa a Escócia da Irlanda do Norte tem menos de 80 quilômetros de largura, mas o abismo entre as sensibilidades das duas comunidades permanece imenso. Enquanto o nacionalismo escocês resultava, acima de tudo, do desejo de resistir e repelir os ingleses, o patriotismo dos protestantes da Irlanda do Norte consistia na determinação inabalável de se manter no âmbito da “União”, a qualquer custo. A tragédia dos “distúrbios” irlandeses resultou de objetivos opostos (mas, de resto, idênticos) dos radicais de ambos os lados: o IRA pretendia expulsar as autoridades britânicas da região de Ulster e reintegrar a província à Irlanda católica e independente; os unionistas protestantes e os voluntários paramilitares dedicavam-se a reprimir os “papistas” e preservar, por tempo indeterminado, a ligação de trezentos anos com Londres (ver Capítulo 14).

Se, nos últimos anos do século, tanto os unionistas quanto os que queriam a reintegração de Ulster, finalmente, foram obrigados a entrar em acordo, isso não decorreu de falta de determinação de extremistas nos dois lados. Mas, pelos mesmos motivos que os massacres na Bósnia e no Kosovo acarretaram intervenção externa, o infundável ciclo de atrocidades na região de Ulster não apenas minou a boa vontade das populações locais para com os militantes armados que supostamente as representavam, mas forçou Londres, Dublin e até Washington a intervirem com mais energia do que nunca e exigir ao menos um acordo temporário entre as partes conflitantes.

Não se sabia ao certo se o Acordo da Sexta-feira Santa, assinado em abril de 1998, resolveria o problema nacional da Irlanda. A solução provisória, com a qual os dois lados concordaram (relutantemente), deixava muitas questões em aberto. Na realidade, os termos do acordo intermediado pelos primeiros-ministros da Irlanda e do Reino Unido, com a assessoria do presidente Clinton —

um governo local autônomo, liderado por uma Assembléia sediada em Ulster, na qual a minoria católica teria a sua representação garantida; o fim do monopólio protestante sobre a polícia e outros poderes; a adoção de medidas que visavam à construção de confiança entre as duas comunidades e a criação de uma Comissão Intergovernamental Permanente, para supervisionar a implementação do acordo —, contemplavam muitas questões que poderiam ter sido tratadas vinte anos antes (se houvesse boa vontade de ambos os lados). Mas, na condição de armistício na Guerra dos Cem Anos na Irlanda, o acordo prometia ser respeitado durante algum tempo. E, não pela primeira vez em tais assuntos, os radicais idosos que lideravam a insurgência eram seduzidos pela expectativa da obtenção de cargos oficiais.

Além disso, na década de 1990, a República da Irlanda passou por uma transformação socioeconômica sem precedentes, e agora mal fazia lembrar o “Eire” dos sonhos dos nacionalistas. Na jovem Dublin, com seus impostos reduzidos e seu recente papel de líder multicultural da prosperidade européia pós-nacional, as preocupações sectárias do IRA começavam a ser encaradas do mesmo modo que as obsessões imperiais dos unionistas da Ordem Laranja eram vistas em Londres: estranhas relíquias de uma era passada.

Para qualquer pessoa que conhecesse a história dos maiores Estados do Oeste Europeu, a nova política do particularismo subnacional talvez parecesse simplesmente uma reversão à normalidade, depois do desvio a favor da centralização observado no século anterior. Nesse particular, até mesmo a grande exceção européia comprova a regra: a Alemanha, o maior Estado europeu a oeste da antiga União Soviética, *não* registrou o ressurgimento do separatismo. Isso não decorreu de qualquer peculiaridade histórica, mas do fato de que a Alemanha pós-nazista *já era*, na realidade, uma República federal.

Fossem elas demarcadas, diretamente, em antigos Estados (como no caso da Bavária) ou em combinações territoriais recém-concebidas de principados e Repúblicas antes independentes (como Baden-Württemberg, ou o norte do Reno-Westfália), as *Länder* da Alemanha moderna dispunham de um grau razoável de autonomia financeira e administrativa no que dizia respeito a muitas questões de governo que mais incidem no cotidiano das pessoas: educação, cultura, meio ambiente, turismo, bem como a gestão de estações de rádio e televisão locais. Se é que questões de identidade territorial agradavam aos alemães — e, nesse particular, é provável que o passado da Alemanha fosse um fator inibidor —, as *Länder* vinham bem a calhar.

Na verdade, não foi no maior país do Oeste Europeu, mas num dos menores, que a política de separatismo nacional se mostrou mais candente. A Bélgica, do tamanho do País de Gales, com uma densidade populacional superada apenas pela vizinha Holanda, era o país da Europa Ocidental onde as divisões internas faziam lembrar os acontecimentos registrados no leste pós-comunista. Portanto, a história da Bélgica talvez explique por que, depois que a onda separatista observada no final do século XX se dissipou, os Estados da Europa Ocidental ficaram intactos.

Já na década de 1990, povoados e vales da Valônia se afundavam no declínio pós-industrial. A mineração de carvão, a fabricação de aço, as indústrias de exploração de pedras e metais, a produção têxtil — fontes tradicionais da riqueza industrial belga — haviam praticamente desaparecido: a produção de carvão da Bélgica, em 1998, era inferior a 2 milhões de toneladas por ano, enquanto, em 1961, tal produção chegara a 21 milhões de toneladas. Onde antes ficava a região industrial mais lucrativa da Europa, restavam apenas fábricas decrépitas no vale do Meuse, acima de Liège, e minas sombrias e caladas nos arredores de Mons e Charleroi. Nessas comunidades, a maioria dos ex-mineradores, operários das usinas de aço e suas respectivas famílias agora dependia de um sistema de previdência social administrado na capital bilingüe do país e sustentado — segundo parecia aos nacionalistas flamengos — pelos impostos pagos pelos cidadãos produtivos que viviam no norte.

Ocorreu que Flandres havia prosperado. Em 1947, mais de 20% da força de trabalho flamengo ainda se concentravam na agricultura; cinquenta anos depois, menos de 3% dos belgas falantes de holandês viviam à custa da terra. Entre 1966 e 1975, a economia de Flandres cresceu a um índice inusitado: 5,3% ao ano; mesmo na depressão econômica do final dos anos 70 e início dos 80, a região continuou a crescer, a um ritmo que era quase o dobro do registrado na Valônia. Livres de indústrias obsoletas e do desemprego, cidades como Antuérpia e Ghent prosperaram, registrando crescimento em serviços, tecnologia e comércio, auxiliadas por uma localização geográfica privilegiada, num raio que ia de Milão até o mar do Norte. Havia agora no país mais falantes de holandês do que de francês (na proporção de três para um), e os primeiros produziam mais e ganhavam mais. O norte da Bélgica superara o sul na condição de região dominante — transformação acompanhada pelo aumento de reivindicações políticas por parte dos flamengos, reivindicações que fizessem jus à sua recém-descoberta hegemonia econômica.

Em suma, a Bélgica combinava todos os ingredientes dos movimentos nacionalistas e separatistas existentes pela Europa: antiga divisão territorial³⁷¹ acirrada por igualmente antigas divisões lingüísticas, supostamente insuperáveis (embora muitos residentes das regiões de língua holandesa tenham ao menos noções de francês, a maioria dos valões não fala holandês), e reforçada por evidentes contrastes econômicos. E havia outra complicação: durante a maior parte da breve história da Bélgica, as comunidades empobrecidas das regiões rurais de Flandres foram oprimidas pelos compatriotas urbanos das regiões industrializadas, onde predominava a língua francesa. O nacionalismo flamengo tinha sido moldado pelo ressentimento e pela obrigação de falar francês, pela hegemonia que os falantes de língua francesa exerciam em relação ao poder e à influência e pelo autoritarismo cultural e político da elite francófona.

Os nacionalistas flamengos, portanto, haviam assumido um papel comparável ao dos eslovacos antes da separação da Tchecoslováquia — chegando mesmo a colaborar ativamente com as forças de ocupação durante a Segunda Guerra Mundial, na esperança de catar algumas migalhas de autonomia separatista que porventura caíssem da mesa nazista. Porém, já na década de 1960, os papéis econômicos tinham se invertido: Flandres era agora apresentada pelos políticos nacionalistas não como uma Eslováquia atrasada e desprotegida, mas como uma Eslovênia (ou, conforme prefeririam os flamengos, uma Lombardia): uma nação dinâmica e moderna, encurralada num Estado anacrônico e inepto.

Essas duas identidades autodesignadas — de minoria lingüística reprimida e dinamismo econômico frustrado — estavam agora *ambas* inseridas na política separatista flamenga; portanto, mesmo depois que as antigas injustiças tinham sido postas de lado e as províncias do norte, onde se falava holandês, conquistaram o direito ao uso da língua local no trato de assuntos de caráter público, os ressentimentos e as mágoas, simplesmente, se transferiram para novas questões, imprimindo ao debate sobre políticas públicas na Bélgica uma intensidade — e malignidade — que as questões em si jamais poderiam justificar.

Um dos momentos simbólicos cruciais na “guerra de idiomas” ocorreu nos anos 60 (meio século depois que o holandês foi adotado oficialmente nas escolas, nos tribunais e nos governos locais flamengos, e quatro décadas após o uso do idioma se tornar obrigatório), quando, na Universidade de Leuven (Louvain), estudantes que falavam holandês se opuseram à presença de

professores falantes de língua francesa na referida instituição, situada na província de Flandres-Brabante, onde predominava a língua holandesa. Marchando e gritando palavras de ordem como “*Walen buiten!*” (Fora, valões!), os estudantes conseguiram dividir a universidade, cuja comunidade francófona se dirigiu para o sul, para a Valônia-Brabante, de língua francesa, e ali estabeleceu a Universidade de Louvain-la-Neuve (mais tarde, a biblioteca universitária também foi dividida, e o acervo redistribuído, para prejuízo de ambas as partes).

Bélgica em 2005



Os eventos dramáticos ocorridos em Leuven — constituindo um eco provinciano e chauvinista dos protestos estudantis que aconteciam em outros locais — derrubaram o governo e provocaram uma série de revisões constitucionais (sete ao todo) ao longo dos trinta anos seguintes. Embora elaborados por políticos moderados como concessões para satisfazer às exigências dos separatistas, os ajustes institucionais postos em prática na Bélgica sempre foram vistos por esses mesmos políticos como degraus que levariam à separação final. No fim das contas, nenhum dos lados alcançou seus objetivos, mas eles quase conseguiram dismantlar o Estado unitário belga.

O desenlace revelou uma complexidade bizantina. A Bélgica foi subdividida em três “regiões”: Flandres, Valônia e “Capital-Bruxelas”, cada qual com o seu Parlamento eleito (além do Parlamento nacional). Havia, ainda, as três “comunidades” formalmente instituídas: a de língua holandesa, a de língua francesa e a de língua alemã (esta constituída por cerca de 65 mil falantes de alemão que habitam a Valônia Oriental, perto da fronteira alemã). Também as comunidades tinham os seus Parlamentos.

As regiões e as comunidades lingüísticas não coincidem — na Valônia há falantes de língua alemã e em Flandres há diversas cidades (ou setores de cidades) onde se fala francês. Privilégios especiais, concessões e proteções foram estabelecidos para todos esses contextos, o que representa uma fonte contínua de ressentimento geral. Duas das regiões, Flandres e Valônia, são praticamente monolíngües, salvas as mencionadas exceções. Bruxelas foi declarada oficialmente bilíngüe, ainda que ao menos 85% da população falem francês.

Além das comunidades regionais e lingüísticas, a Bélgica foi dividida em dez províncias (cinco em Flandres e cinco na Valônia). Também a essas províncias foram designadas funções administrativas e governamentais. Mas, no decorrer das diversas revisões constitucionais, a autoridade recaiu cada vez mais sobre a região (em questões de urbanismo, meio ambiente, economia, obras públicas, transportes e comércio exterior) ou sobre a comunidade lingüística (educação, língua, cultura e alguns serviços sociais).

O efeito dessas mudanças foi embaraçoso a ponto de se tornar cômico. A ética lingüística (e a Constituição) agora exigia, por exemplo, que o governo nacional, a despeito de orientação política, fosse “equilibrado”, incluindo ministros de língua holandesa e francesa, e o primeiro-ministro devia ser bilíngüe (e, portanto, geralmente originário de Flandres). A igualdade lingüística na Cour d'Arbitrage (Corte Constitucional) era também obrigatória, e a presidência do órgão mudava, anualmente, alternando representantes das duas comunidades lingüísticas. Em Bruxelas, os quatro integrantes do comitê executivo responsável pela região da capital se reuniam (e falariam o idioma que preferissem) para decidir questões de interesse comum — mas quando se tratasse de assuntos exclusivos das “comunidades” flamenga ou francófona, as reuniões seriam exclusivas, envolvendo apenas os dois respectivos representantes.

A conseqüência foi que a Bélgica já não era um, nem dois Estados, mas uma colcha de retalhos, com autoridades que se duplicavam e se sobrepunham. Ficava difícil formar um governo: havia a necessidade de acordos

multipartidários, dentro e através de regiões; de “simetria” entre coalizões partidárias nacionais, regionais, comunitárias, provincianas e locais; de maioria nos dois grupos lingüísticos principais e de paridade lingüística em cada nível político e administrativo. E quando *era* formado, o governo demonstrava pouca iniciativa: até a política externa — teoricamente uma das maiores responsabilidades do governo nacional — ficava a cargo das regiões, visto que, para a Bélgica contemporânea, política externa significa, sobretudo, acordos comerciais, e estes são prerrogativa regional.

A política dessa convulsão constitucional era tão enrolada quanto a própria reforma constitucional. No lado flamengo, surgiram partidos radicais nacionalistas e separatistas que exigiam mudanças e queriam se beneficiar das novas oportunidades por elas geradas. Quando o Vlaams Blok, herdeiro espiritual dos ultranacionalistas do tempo da guerra, se tornou o principal partido da Antuérpia e de alguns subúrbios ao norte de Bruxelas onde se falava holandês, os partidos “holandeses” mais tradicionais viram-se obrigados a adotar posicionamentos mais sectários, para se manter competitivos.

Do mesmo modo, na Valônia e em Bruxelas, políticos vinculados a partidos tradicionais de língua francesa adotaram uma linha “comunitária” mais dura, para melhor acomodar eleitores valões que se ressentissem do domínio flamengo sobre a pauta política. Como resultado, todos os partidos tradicionais se viram obrigados a se dividir, segundo características lingüísticas e comunitárias: na Bélgica, os Democratas Cristãos (desde 1968), os Liberais (desde 1972) e os Socialistas (desde 1978) existem em duplicata, com um partido para cada comunidade lingüística. O resultado inevitável foi o agravamento da fissura existente entre as comunidades, pois os políticos passaram a se dirigir apenas aos membros de seu próprio grupo lingüístico.³⁷²

Por conseguinte, o preço do apaziguamento dos separatistas lingüísticos e regionais foi elevado. Em primeiro lugar, houve um custo econômico. Não por acaso, no final do século XX, a Bélgica apresentava a maior dívida pública (em relação ao Produto Interno Bruto) da Europa Ocidental — é caro duplicar todos os serviços, todos os empréstimos, todas as subvenções. A prática estabelecida da dispensa de recursos públicos (inclusive subvenções regionais), com bases proporcionais, para recompensar clientes dos diversos “pilares” comunitários era agora aplicada à política da comunidade lingüística: ministros, secretários de Estado, seus assessores, seus orçamentos e seus amigos são universais, mas somente na Bélgica cada um traz consigo um “duplo” lingüístico.

No final do século, “Bélgica” assumira uma natureza nitidamente *pro forma*. Ao entrar no país por alguma auto-estrada, o visitante talvez não enxergasse a placa onde se lia, em letras miúdas, “België” ou “Belgique”. Mas não poderia deixar de ver a placa, em cores, identificando a província (Liège, digamos, ou Flandres Ocidental), muito menos os quadros de informação (em holandês ou francês, mas não nos dois idiomas) indicando Flandres ou Valônia. Era como se as convenções tivessem sido, convenientemente, invertidas: as fronteiras internacionais do país eram mera formalidade, mas as divisas internas eram relevantes e concretas. Por que, então, a Bélgica, simplesmente, não se dividiu?

Três fatores ajudam a explicar a sobrevivência improvável da Bélgica e, de modo geral, a persistência de todos os Estados do Oeste Europeu. Primeiro, com o passar das gerações e a implementação das reformas constitucionais, a causa separatista perdeu a sua urgência. Os velhos “pilares” comunitários — redes sociais e políticas hierarquicamente organizadas que substituíam o Estado-nação — já estavam em declínio. Uma geração de belgas mais jovens mostrava-se menos suscetível a apelos baseados em afinidade sectária, ainda que os políticos mais velhos demorassem a atentar para tal fato.

O declínio da prática religiosa, o acesso à educação superior e o êxodo do campo para a cidade afrouxaram o poder dos partidos tradicionais. Por motivos óbvios, isso era verdade especialmente em relação aos “novos” belgas: centenas de milhares de imigrantes, de segunda e terceira gerações, egressos da Itália, Iugoslávia, Turquia, do Marrocos ou da Argélia. A exemplo dos novos bascos, esses povos têm os seus próprios interesses prementes, e pouco se importam com as velhas pautas dos separatistas. Pesquisas de opinião realizadas nos anos 90 indicavam que a maioria das pessoas, mesmo em Flandres, já não apontava questões regionais ou lingüísticas como as mais preocupantes.

Em segundo lugar, a Bélgica era *rica*. A diferença óbvia entre a Bélgica e outras áreas menos privilegiadas da Europa, onde os nacionalistas conseguiam explorar as sensibilidades comunitárias, é que, para a ampla maioria dos residentes da Bélgica moderna, a vida era a um só tempo tranqüila e abastada. O país está em paz — se não consigo mesmo, ao menos com os vizinhos —, e a mesma prosperidade que sustentou o “milagre flamengo” também amenizou o ressentimento lingüístico. Essa observação se aplica igualmente à Catalunha ou a regiões da Escócia onde os expoentes mais radicais da causa da independência nacional viram seus argumentos minados pelo efeito desmobilizador de uma prosperidade inusitada.

A terceira razão da sobrevivência da Bélgica — e dos demais Estados-nações da Europa Ocidental internamente fragmentados — tem menos a ver com economia do que com geografia, embora os dois fatores estejam intimamente relacionados. Se Flandres ou a Escócia, afinal, permaneceram integrados à Bélgica ou ao Reino Unido, não foi porque carecessem do forte sentimento nacionalista que parecia ter ressurgido em terras antes pertencentes ao mundo comunista. Ao contrário: o desejo de autogoverno era mais vigoroso na Catalunha, digamos, do que na Boêmia; e o abismo que separava flamengos de valões era bem maior do que o existente entre tchecos e eslovacos, ou mesmo entre sérvios e croatas. A diferença residia no fato de que os Estados do Oeste Europeu já não eram unidades nacionais isoladas que exerciam o monopólio da autoridade sobre os seus cidadãos. Faziam parte, cada vez mais, de um outro fenômeno.

O mecanismo formal que permitiu o avanço em direção a uma União Européia total foi deflagrado pelo Ato Único Europeu de 1987, mas o que realmente impeliu o processo foi o fim da Guerra Fria. O Ato Único Europeu comprometia os 12 integrantes da comunidade a implementar, até 1992, a circulação plena e livre de mercadorias, serviços, capital e pessoas — o que não representava uma inovação, pois esses mesmos objetivos já estavam contemplados havia décadas. Foram o Tratado de Maastricht, assinado naquele mesmo ano, e o sucessor, o Tratado de Amsterdã, cinco anos mais tarde, que levaram os membros da União a um conjunto realmente novo de esquemas institucionais e financeiros, e estes foram o resultado direto de circunstâncias externas radicalmente alteradas.



Em Maastricht, foi o tão propalado acordo para a criação de uma moeda comum europeia que captou a atenção do público. Os franceses, com o intuito de superar a ansiedade diante da unificação alemã, atrelaram com firmeza a República Federal ao Ocidente, fazendo com que Bonn concordasse em abandonar o *Deutschmark* a favor de uma unidade monetária europeia comum — o euro —, e comprometendo o Estado alemão (agora aumentado) a operar dentro dos limites de uma União Europeia vinculada a uma rede cada vez mais densa de leis, regras e acordos; Bonn, em contrapartida, insistiu que a nova moeda fosse uma cópia do velho *Deutschmark*, regulada — a exemplo da moeda alemã — por uma diretoria autônoma composta por representantes de bancos centrais e compromissada com os princípios fiscais do Banco Central alemão: inflação baixa, crédito difícil e déficits mínimos. Os negociadores alemães — preocupados com as tendências perdulárias dos países do “Club Mediterranée”, como Itália e Espanha — impuseram condições draconianas para a adoção da nova moeda, e a Comissão Europeia foi autorizada a aplicar multas a governos faltosos.

Sob o comando de Bonn, os ministros da Fazenda europeus estariam, por assim dizer, amarrados ao mastro do euro, como Ulisses, impossibilitados de

se deixar levar pelo canto da sereia entoado por eleitores e políticos que pedissem a facilitação do crédito e o aumento dos gastos públicos. As condições, cujo propósito era garantir que o novo euro fosse tão imune à inflação quanto o próprio *Deutschmark*, não foram universalmente bem recebidas — nos países membros mais pobres, temia-se (com razão) que tais condições inibissem as políticas públicas e talvez até impedissem o crescimento. E assim, para tornar mais palatáveis os termos estipulados em Maastricht, foram oferecidas subvenções em espécie aos governos recalcitrantes: Jacques Delors, presidente da comissão, só faltou subornar os ministros da Fazenda de Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda, prometendo grandes aumentos na concessão de recursos estruturais da UE em troca das suas assinaturas no tratado.

O Reino Unido e a Dinamarca, nesse ínterim, assinaram a parte central do tratado, mas optaram por declinar da moeda comum — por um lado prevendo o impacto restritivo da nova moeda na economia, por outro, devido à ressonância simbólica que a medida teria em nações já um tanto relutantes em entregar o luxo da soberania a agências transnacionais; e, no caso do Reino Unido, porque — como tantas vezes ocorrera no passado — o avanço em direção à União era visto com grande ambivalência, como mais um passo rumo ao estabelecimento de um super-Estado europeu.³⁷³

É certo que o Tratado de Maastricht abusou da “subsidiariedade” — uma espécie de “princípio de parcimônia” para os eurocratas, declarando que “a União (exceto em áreas de sua competência exclusiva) não atua, a menos que a ação se mostre mais eficaz do que a já implementada em nível nacional, regional ou local”. Mas até isso suscitou interpretações diversas: na França, tal noção significava limitar o poder dos organismos supranacionais; para os alemães, implicava privilégios especiais e poderes para os governos regionais; para os britânicos, representava um mecanismo que impedia a integração institucional.

Maastricht produziu três importantes efeitos colaterais. Um deles foi o inesperado impulso que o tratado deu à OTAN. De acordo com as restrições estipuladas, ficava claro (conforme os franceses, ao menos, pretendiam) que os países da Europa Oriental recém-liberados não poderiam ingressar na União Européia no futuro próximo — tampouco eram as suas frágeis instituições legais e financeiras capazes de operar sob as severas regras fiscais impostas pelos membros da União aos atuais e futuros signatários.

Em vez disso, circulava pelos corredores de Bruxelas a sugestão de que à Polônia, Hungria e aos países vizinhos seria oferecida a possibilidade de um

ingresso antecipado na OTAN, como espécie de compensação: um prêmio provisório. O valor simbólico de estender a dimensão da OTAN nesse sentido era, evidentemente, considerável, motivo pelo qual a idéia foi prontamente acolhida pelos novos candidatos a país membro. Os benefícios práticos eram menos óbvios (ao contrário dos danos à relação com Moscou, que foram concretos e imediatos). Mas uma vez que Washington tinha as suas próprias razões para favorecer a expansão da Comunidade de Defesa do Atlântico Norte, um primeiro grupo de nações da Europa Central foi admitido à OTAN poucos anos mais tarde.³⁷⁴

O segundo impacto ocorreu na consciência pública europeia. O Tratado de Maastricht provocou um nível de interesse sem precedentes no até então obscuro funcionamento da União Europeia e na sua burocracia anônima. Embora tenha sido aprovado em todos os países onde foi objeto de sanção eleitoral (ainda que conquistando apenas 50,1% dos votos na França), o tratado suscitou oposição bastante para situar a questão da “Europa” nas pautas políticas domésticas, não raro pela primeira vez. Durante quatro décadas, as instituições e as regras de um novo sistema continental tinham sido planejadas e decididas em surdina, nas pequenas cidades do Benelux, sem qualquer referência ao desejo do povo ou a procedimentos democráticos. Os tempos, segundo parecia, tinham mudado.

A terceira consequência de Maastricht foi que o tratado abriu caminho para a convergência, se não de toda a Europa, ao menos da metade ocidental. O fim da Guerra Fria e o compromisso da UE com um mercado comum acabaram com os impedimentos ao ingresso dos demais integrantes da antiga Área Europeia de Livre-comércio.³⁷⁵ Receosas de ficar fora do espaço comum europeu, a Suécia, a Finlândia e a Áustria se candidataram, pois o compromisso com a neutralidade já não as impedia (ou, no caso da Finlândia, a necessidade de manter boas relações com Moscou).

As negociações relativas à admissão dos novos candidatos foram concluídas em apenas três meses, facilitadas pelo fato de que os três países, além de estáveis e pequenos — o somatório de suas populações correspondia a menos da quarta parte da população da Alemanha —, eram também claramente ricos. O mesmo teria acontecido com os últimos “teimosos”, Noruega e Suíça. Mas, apesar do entusiasmo de líderes empresariais locais, as populações desses dois países votaram contra o ingresso — preocupadas com a perda de autonomia e iniciativa própria, no contexto de uma federação supranacional, e desconfiadas dos benefícios decorrentes da adoção da nova moeda.

Um ceticismo similar marcou uma votação acirrada na Suécia, em novembro de 1994, quando o ingresso na UE foi objeto de plebiscito. Apenas 52,3% dos eleitores votaram a favor, e o fizeram mediante o entendimento de que o país não adotaria a moeda comum (dez anos mais tarde, quando o governo em Estocolmo recomendou que a nação, finalmente, abandonasse a coroa e adotasse o euro, a proposta foi derrotada de modo humilhante, a exemplo do fracasso do governo dinamarquês, em setembro de 2000, quando este apresentou proposta semelhante). A reação de Per Gahrton, representante do Partido Verde no *Riksdag* sueco e opositor ferrenho ao ingresso do país na UE, fez ecoar uma apreensão vigente em toda a Escandinávia: “Naquele dia, o *Riksdag* decidiu transformar a Suécia de nação independente em espécie de província de uma superpotência expansionista e, ao fazê-lo, converteu-se, de órgão legislativo, em conselho consultivo.”

O sentimento de Gahrton era compartilhado por muitos europeus do norte, inclusive alguns que votaram a favor do ingresso. Até os indivíduos pertencentes às elites políticas e empresariais suíças e escandinavas favoráveis à UE, e que não queriam perder a oportunidade de se beneficiar do mercado comum, reconheciam que a opção tinha um custo político e econômico: na intimidade, tais indivíduos admitiam que, se resultasse contrária à sua vontade, a votação não acarretaria um desastre total para seus países. Na Suécia — na Noruega, ou mesmo na Dinamarca e no Reino Unido —, a UE (sem falar da nova moeda integrada) era vista como uma opção, não uma necessidade.

Na Europa Central e Oriental, entretanto, o ingresso na “Europa” era a única alternativa. Qualquer que fosse a sua motivação — modernizar a economia, conquistar novos mercados, obter ajuda estrangeira, estabilizar a política interna, abraçar o “Ocidente” ou apenas evitar a tentação de uma volta ao comunismo —, os novos líderes, de Tallinn a Tirana, tinham os olhos voltados para Bruxelas. A perspectiva de entrar para a UE, com a promessa de riqueza e segurança, era acenada diante dos eleitorados da Europa pós-comunista, agora livres. “Não se deixem seduzir pelos que dizem que o antigo sistema era melhor”, advertiam os líderes. “O sofrimento da transição terá valido a pena: a Europa é o seu futuro.”³⁷⁶

Sob a perspectiva de Bruxelas, no entanto, o quadro era bem diferente. Desde o início, o projeto se mostrava esquizofrênico. Por um lado, era inclusivo, aberto a todos os povos da Europa. A participação na Comunidade Econômica Européia, na Comunidade Européia e, finalmente, na União Européia era direito de qualquer Estado europeu “cujo sistema de governo [fosse]

fundamentado nos princípios da democracia” e que concordasse em aceitar os termos de admissão.

Mas, por outro lado, funcionalmente, a União era exclusiva. Cada novo acordo e tratado impunha exigências cada vez mais complexas aos países membros, em troca da coligação com a família “européia”; e as regras surtiavam um efeito cumulativo, construindo cercas cada vez mais altas, que impediam a entrada de países e povos incapazes de enfrentar os desafios. Portanto, o Tratado de Schengen (1985) foi uma bênção para cidadãos dos Estados participantes, que agora se moviam livremente através das fronteiras abertas dos Estados soberanos. Mas os residentes de países que não pertenciam ao clube de Schengen eram obrigados a fazer fila — literalmente — para aguardar a admissão.

O Tratado de Maastricht, com suas regras rígidas para a adoção da moeda comum e a insistência de que todos os países que desejassem ingressar na União integrassem em seus sistemas de governo o *acquis communautaire*, o crescente código de práticas européias, era a maior zona de exclusão burocrática. O código não apresentava impedimento algum a candidatos nórdicos ou à Áustria, mas era um grande obstáculo a candidatos do Leste Europeu. Comprometida com os termos de sua própria carta patente a acolher os novos europeus, a UE, na prática, tentou adiar-lhes ao máximo o ingresso.

Havia bons motivos para tal. Até os mais prósperos entre os novos candidatos — a Eslovênia, digamos, ou a República Tcheca — eram bem mais pobres do que qualquer membro da UE. O abismo que separava a Europa Oriental da Ocidental era imenso: em 1996, a mortalidade infantil nos Estados do Báltico era o dobro da média do índice registrado nos 15 membros da UE. Na Hungria, a expectativa de vida entre os homens era oito anos inferior à média da UE; na Letônia, 11 anos.

Se Hungria, Eslováquia ou Lituânia — muito menos a Polônia, com 38 milhões de habitantes — fossem admitidas à União em condições comparáveis às dos membros já credenciados, os custos em subsídios, assistência regional, subvenções para infra-estrutura e outros repasses certamente afundariam o orçamento da UE. Em dezembro de 1994, a Fundação Bertelsmann, na Alemanha, publicou um estudo sugerindo que, se os seis países da Europa Central que então se candidatavam ao ingresso (Polônia, Hungria, Eslováquia, República Tcheca, Romênia e Bulgária) fossem admitidos em termos paritários, a despesa com fundos estruturais excederia 30 bilhões de *Deutschmarks* por ano.

Receava-se que a situação provocasse um retrocesso junto aos eleitorados dos países que pagavam a maioria das contas da União, países que certamente seriam convocados a contribuir ainda mais: Holanda, Grã-Bretanha e, principal e perigosamente, a Alemanha. E os países do Leste Europeu a serem beneficiados não tinham condições de oferecer qualquer contrapartida financeira prevista nas normas da UE. O que a Europa pós-comunista precisava era de um Plano Marshall, mas ninguém estava disposto a fazer semelhante oferta.

Além de gerar despesas, os novos recrutas causariam problemas. Seus sistemas legais eram corruptos, ou inoperantes, seus líderes políticos não tinham sido testados, suas moedas eram instáveis, suas fronteiras, porosas. Temia-se que cidadãos carentes e indigentes partissem em bandos para o oeste, em busca de previdência social, ou ficassem onde estavam, contentando-se com salários irrisórios — roubando investidores e empregadores estrangeiros aos antigos países da UE. De um jeito ou de outro, constituiriam uma ameaça. Falava-se que a Europa Ocidental seria “invadida” — eco distante mas inconfundível dos medos que Herder expressava em relação ao “barulho” causado pelos “povos selvagens” do Leste Europeu. Ninguém duvidava que a UE pudesse fazer maravilhas pela Europa Oriental. Mas o que a Europa Oriental faria pela UE?

Com tais preocupações, os europeus ocidentais procrastinaram. Em seguida aos acontecimentos de 1989, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Hans-Dietrich Genscher, propôs, inicialmente, que a União Européia absorvesse o quanto antes todos os países do Leste Europeu, como medida profilática contra uma recaída nacionalista. Mas foi logo contido; e, embora Margaret Thatcher continuasse a instar a expansão imediata (supondo que uma União mais extensa seria, inevitavelmente, diluída numa zona pan-européia de livre-comércio, sonho dos britânicos), foi a abordagem francesa que veio a dominar a estratégia da UE.

A primeira reação de François Mitterrand foi propor uma Confederação Européia — uma espécie de fileira externa, aberta a todos os membros novos, sem obrigações e com poucos benefícios materiais. Anos depois, diplomatas franceses deplorariam a falta de apoio a essa sugestão, lamentando a perda da oportunidade de “colaboração tranqüila” em prol da expansão da UE. Mas, à época, a sugestão era vista como um estratagema óbvio, cujo propósito era encurralar as recém-libertadas nações do Leste Europeu numa falsa “comunidade européia”, mantendo-as indefinidamente longe da

verdadeira comunidade. Václav Havel percebeu tal intenção desde o início, motivo pelo qual logo rejeitou a proposta (tornando-se, durante algum tempo, *persona non grata* no Palácio Élysée).

Então, ao longo dos anos seguintes, as relações entre a Europa Oriental e Ocidental ficaram restritas a trocas bilaterais e acordos comerciais, com alguns países — Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia — fazendo jus ao limitado status de “associado” à UE, nada mais. Todavia, o golpe de Moscou, em 1991, e as guerras dos Bálcãs que eclodiram logo depois canalizaram a atenção ocidental para os riscos de permitir que os países pós-comunistas ficassem sofrendo na incerteza; e ficou decidido, num encontro da UE realizado em Copenhague, em junho de 1993, que, em princípio — e numa data ainda a ser estipulada —, “os países associados da Europa Central e Oriental que o desejassem poderiam se tornar membros da União Européia”.

A decisão pouco amenizou a frustração dos aspirantes à União, cujas transações com Bruxelas e as capitais ocidentais os deixavam “decepcionados”, na expressão discreta da primeira-ministra polonesa, Hanna Suchocka. E, na realidade, os líderes políticos do Leste Europeu passaram o resto da década buscando, com paciência e frustração, o compromisso dos relutantes parceiros ocidentais, prometendo aos seus eleitores que o ingresso na UE estava deveras na pauta, e aproveitando toda e qualquer oportunidade para convencer os interlocutores estrangeiros da urgência do pleito.

Mas a atenção do Ocidente estava voltada para outro ponto. A transição para uma nova moeda comum e a implementação dos planos de integração institucional previstos pelo Tratado de Maastricht eram a principal preocupação de todas as capitais ocidentais européias. Na Alemanha, crescia a apreensão diante dos custos e das dificuldades da integração dos territórios da antiga RDA. Nesse ínterim, a catástrofe na Iugoslávia — que, de início, servira para lembrar aos estadistas ocidentais dos riscos de se subestimar os problemas do pós-comunismo — tornara-se uma obsessão constante.

O olhar dos intelectuais ilustres — sempre um barômetro das variações da moda política — se desviara. Fazia poucos anos que a “Europa Central” fora redescoberta pelos observadores ocidentais, ocasião em que Havel, Kundera, Michnik e seus colegas foram celebrados em editoriais de diários de primeira linha, de Paris a Nova York. Mas a História seguia em ritmo acelerado: Praga e Budapeste, depois da saída milagrosa da tirania, estavam entregues a turistas e empresários. Era mais fácil encontrar Bernard-Henri Lévy e Susan Sontag em Sarajevo. Os 15 minutos de fama da Europa Central tinham

passado e, com eles, qualquer pressão pública para facilitar a absorção da área por instituições ocidentais. Publicamente, políticos e administradores em Bruxelas insistiam no desejo de ver a União se expandir para o leste, quando as condições fossem “propícias”. Extra-oficialmente, eram mais francos. Conforme, em meados dos anos 90, expressou um experiente funcionário da Comissão Européia: “Ninguém aqui fala sério a respeito de expansão.”

Contudo, a expansão estava na pauta. De acordo com as próprias normas da UE, não era permitido negar aos países o direito à candidatura. A Comissão Européia foi, portanto, obrigada a aceitar solicitações encaminhadas pela Hungria e Polônia, em 1994, pela Romênia, Eslováquia, Letônia, Estônia, Lituânia e Bulgária, em 1995, e Eslovênia e República Tcheca, em 1996. Os dez candidatos ex-comunistas, portanto, juntaram-se a Malta e Chipre, que haviam encaminhado candidaturas em 1989, e à Turquia (cuja solicitação se arrastava desde 1987). Todos esses países candidatos agora lotavam uma sala de espera, aguardando para ser atendidos pela União.

Em 1997, o Tratado de Amsterdã acrescentou ao Tratado de Roma uma série de emendas importantes, de caráter técnico, implementando as metas do Tratado de Maastricht e reforçando o propósito da União de desenvolver um programa de cidadania européia e criar instituições pan-europeias capazes de abordar questões como desemprego, saúde, meio ambiente e a ausência gritante de uma política externa comum. Àquela altura, com a moeda comum prevista para entrar em vigor em 1999, a União completara uma década de integração interna, processo que havia absorvido toda a sua energia burocrática. Já não havia desculpa para adiar o tópico bem mais espinhoso da expansão.

A preferência de alguns líderes nacionais e de muitos funcionários experientes da Comissão Européia era pela limitação de candidaturas aos casos mais “fáceis”: países pequenos, como a Eslovênia ou a Hungria, contíguos às fronteiras da União e dotados de economias relativamente modernizadas, nações que representariam um desafio limitado à estrutura institucional e ao orçamento da UE. Porém, logo ficou claro que tal postura seria politicamente imprudente — deixadas à deriva, a Romênia ou a Polônia poderiam chegar em águas perigosamente antidemocráticas; portanto, a partir de 1998, a União Européia inaugurou, oficialmente, o processo de admissão dos dez candidatos do Leste Europeu, e ainda de Chipre. Pouco tempo depois, Malta entrou na lista. A Turquia, no entanto, foi detida.

A partir daquele ponto, a expansão assumiu uma dinâmica própria, apesar dos receios sempre presentes de diversos membros da UE e, a julgar pelas

pesquisas de opinião, apesar também da falta de entusiasmo das populações dos países já filiados. Tiveram início, então, negociações bilaterais, com vistas à admissão, primeiramente, com um núcleo de candidatos — Chipre, República Tcheca, Estônia, Hungria, Polônia e Eslovênia; mais tarde, com os demais — Bulgária, Romênia, Eslováquia, Letônia, Lituânia e Malta. A presença da Polônia no primeiro grupo, a despeito das dificuldades econômicas que isso acarretava, foi explicada pela dimensão e importância do país. Por outro lado, a Eslováquia ficou “relegada” ao segundo círculo devido à estagnação e à corrupção ali instaladas pelo governo autoritário de Mečiar — e como advertência e exemplo para os demais.

Seguiram-se cinco anos de negociações intensas e por vezes difíceis. Bruxelas “baixou em peso” nas capitais dos países candidatos, inundando-as de conselheiros, recomendações, modelos, programas e instruções, num esforço para elevar os padrões das instituições, leis, normas, práticas e serviços locais ao patamar mínimo exigido pela União. Os candidatos, por seu turno, pressionavam ao máximo para obter garantias de que teriam acesso livre aos consumidores da UE, enquanto defendiam o mercado doméstico, para que este não sucumbisse diante das mercadorias e dos serviços mais atraentes e eficientes originários do Oeste Europeu.

O embate foi absolutamente desigual. Enquanto a UE era o antigo e assumido objeto do desejo do Leste Europeu, os (futuros) novos membros pouco podiam oferecer em troca, exceto a promessa de bom comportamento. Portanto, ficou acordado que, embora fossem contemplados com algumas concessões — entre as quais restrições temporárias a compras de terras por estrangeiros, sempre uma questão política delicada —, os novos membros aceitariam que a UE, não obstante o compromisso com um mercado comum, impusesse consideráveis restrições às exportações de mercadorias e, sobretudo, a indivíduos originários dos países candidatos.

Reagindo a estimativas exageradas de prováveis deslocamentos populacionais (um relatório da Comissão Européia publicado em 2000 previa um êxodo anual de 335 mil pessoas, que deixariam os dez Estados candidatos se as fronteiras fossem abertas sem restrições), a maioria dos Estados membros ocidentais insistia na fixação de cotas máximas de europeus orientais que se destinavam ao Ocidente — em flagrante desrespeito ao espírito e mesmo à letra de proclamações e tratados registrados na década anterior. Alemanha, Áustria e Finlândia impuseram limites rígidos durante dois anos, guardando para si a prerrogativa de estender tais limites por mais cinco anos. Bélgica,

Itália e Grécia logo fizeram o mesmo. Somente o Reino Unido e a Irlanda declararam-se dispostos a corresponder ao princípio de “portas abertas” adotado pela União — mas anunciaram que os benefícios previdenciários para trabalhadores provenientes do Leste Europeu seriam mantidos em níveis mínimos.

A extensão de subsídios agrícolas e outros benefícios aos candidatos do Leste Europeu também foram objeto de severas restrições. Em parte, conforme definiu o Relatório de Transição 2003 expedido pela comissão, isso decorreu de “questões levantadas a respeito da capacidade de os países candidatos absorverem e utilizarem, eficientemente, as subvenções que seriam concedidas após a admissão, subvenções essas provenientes dos fundos de coesão e estrutura da UE”. Mas o principal motivo foi, simplesmente, conter os custos da expansão e minimizar a concorrência para os produtores ocidentais. Somente em 2013 os agricultores do Leste Europeu obterão subsídios idênticos aos oferecidos na Europa Ocidental — ocasião em que, segundo as estimativas, a maioria desses agricultores estará aposentada ou já não trabalhará na terra.

Com o término das negociações, os termos acordados e as 97 mil páginas do *acquis communautaire* da União devidamente incorporadas aos códigos governamentais dos países candidatos, a expansão em si foi uma espécie de anticlímax. Tendo esperado 15 anos para ingressar na UE, era compreensível que a maioria dos novos Estados membros não demonstrasse o entusiasmo que teria sido expresso uma década antes. E, a bem da verdade, muitos dos benefícios práticos decorrentes do engajamento com o Ocidente já haviam sido contabilizados — sobretudo na fabricação de carros, atividade em que os antigos Estados comunistas contavam com um provimento de mão-de-obra especializada e barata e na qual indústrias como a Volkswagen, Renault e Peugeot-Citroën investiram maciçamente durante os anos 90. Entre 1989 e 2003, o total cumulativo de investimento estrangeiro na Europa Oriental alcançou 117 bilhões de dólares.

Já no início do século XXI, o investimento econômico na Europa ex-comunista começava, na verdade, a diminuir. Ironicamente, isso resultou em grande parte da iminente expansão da UE. Depois que entrassem para a União, seria mais fácil fazer negócios com países como a Polônia ou a Estônia. E esses países, por sua vez, poderiam vender mais para o Ocidente: a Polônia esperava dobrar a exportação de gêneros alimentícios para os EUA três anos após haver ingressado na União. Mas isso provinha do atraso. Depois que os

candidatos entraram para a UE, verificou-se que salários e outros custos começaram a subir, aproximando-se dos patamares ocidentais. A vantagem de custos que a região demonstrara em relação à Índia ou ao México desapareceu. Margens de lucros — ao menos no setor industrial — começaram a decrescer.

Ao mesmo tempo, graças ao custo elevado da dissolução das economias comunistas, o Leste Europeu, nas vésperas do ingresso, continuava bem atrás dos países da UE. O PIB *per capita*, mesmo nos novos países membros mais prósperos, ficava bem abaixo dos vizinhos ocidentais: na Eslovênia, o índice era de 69% da média da UE; na República Tcheca, 59%; na Hungria, 54%. Na Polônia, o percentual não passava de 41%; na Letônia, o membro mais pobre, 33%. Mesmo que as economias dos novos Estados da UE continuassem a crescer num ritmo médio 2% acima do ritmo dos membros antigos,³⁷⁷ a Eslovênia precisaria de 21 anos para alcançar a França. No caso da Lituânia, seriam necessários 57 anos. Evidentemente, os cidadãos dos antigos Estados comunistas não tinham acesso a esses dados. Contudo, a maioria alimentava poucas ilusões quanto às dificuldades futuras. Quando, numa série de pesquisas de opinião realizadas em 2000, perguntou-se aos tchecos quanto tempo levaria até que sua situação “melhorasse”, 30% dos entrevistados responderam “cinco anos”; 30%, “dez anos”; 30%, “15 anos ou mais”; e 10%, “nunca”.

Todavia, a despeito do justo ceticismo dos beneficiários, as implicações formais da explosiva expansão da UE eram bastante concretas. Quando o tratado de adesão, assinado em Atenas em abril de 2003, entrou em vigor em 1º de maio de 2004, a União Européia cresceu, de uma só vez, de 15 para 25 membros (Bulgária e Romênia ficaram de fora até 2007). A população aumentou em um quinto (embora o incremento da economia fosse inferior a 5%); a massa territorial cresceu também quase um quinto. E as fronteiras orientais da “Europa”, que em 1989 não passavam de Trieste, agora chegavam à região que antes correspondera à URSS.

No alvorecer do século XXI, a União Européia enfrentava uma gama de problemas graves: alguns antigos, alguns novos e outros por ela própria criados. As dificuldades econômicas talvez fossem as mais comuns e, no fim das contas, as menos sérias das preocupações. Com ou sem os novos países membros, a UE continuava a gastar — como sempre — vultosas e desproporcionais

quantias de dinheiro com o setor agrícola. Do orçamento da União, 40% — ou seja, 52 bilhões de dólares, em 2004 — eram destinados, por motivação política, a “pagamentos de subsídios agrícolas”, muitas vezes beneficiando grandes agronegócios mecanizados, na França ou na Espanha, empreendimentos que podiam prescindir de ajuda.

Mesmo após a assinatura de um acordo que reduzia subsídios e introduzia cortes no Programa Agrícola Comum, estimava-se que subvenções destinadas a garantir preços do setor agrícola continuariam a corresponder a mais de uma terça parte dos gastos totais da UE ainda na segunda década do novo século, impondo um ônus insuportável ao orçamento. O problema não era que a União fosse pobre. Ao contrário: a riqueza coletiva e os recursos dos países membros comparavam-se aos dos EUA. Mas o orçamento da UE, segundo um relatório independente encomendado por Bruxelas em 2003, era uma “reliquia histórica”.

A União Européia surgira, meio século antes, como um consórcio alfandegário — um “mercado comum” — aglutinado por pouco mais do que uma tarifa externa. O padrão de gastos da União foi impulsionado e depois contido por acordos de tarifas, preços, subsídios e subvenções. Ao longo dos anos, as ambições da UE se expandiram para as áreas da cultura, do direito, do governo e da política, e a União assumira — em Bruxelas e outros locais — muito da pompa de um governo tradicional.

Porém, enquanto governos convencionais têm a liberdade de levantar recursos para fazer frente a gastos previstos, a União Européia tinha e tem uma capacidade reduzida de geração de receita própria. Os rendimentos da UE decorrem de tarifas alfandegárias fixas, taxação sobre produtos agrícolas, do imposto sobre o Valor Acrescentado³⁷⁸ e, sobretudo, de contribuições dos países membros que não excedam 1,24% da Renda Nacional Bruta (RNB). Portanto, pouco da receita da UE é controlada diretamente pela administração da própria União — e a totalidade da receita é vulnerável a pressões políticas no âmbito interno dos diversos países membros.

Além disso, a maioria desses países membros é mais beneficiária da generosidade da UE do que contribuinte do orçamento. Em 2004, na sequência da expansão oriental, 19 desses membros receberam mais de Bruxelas do que contribuíram. Na prática, o custo da gestão da UE era coberto pela contribuição de apenas seis países: Reino Unido, França, Suécia, Áustria, Holanda e Alemanha. Pondo em risco as perspectivas futuras da União, esses seis

países, em dezembro de 2003, solicitaram à comissão que lhes reduzisse a contribuição para o orçamento do órgão, de 1,24% para apenas 1% da RNB.

Uma União em Contínua Expansão? A União Europeia em 2004



O orçamento da União, mínimo, se comparado ao do menor dos países membros, e alocado principalmente para fundos estruturais, subvenção de preços e para a dispendiosa administração da própria UE, é, portanto, refém permanente, quer dos interesses dos contribuintes, quer dos beneficiários. A eficiência das alavancas da máquina econômica da União depende do consentimento de todas as partes constituintes. Quando todos concordam mais ou menos com o princípio e os benefícios de determinada política — abertura de divisas internas, criação de mercados irrestritos para bens e serviços —, a UE realiza avanços notáveis. Quando um punhado de membros diverge (ou mesmo apenas um, sobretudo em se tratando de um contribuinte de peso), a política fica paralisada — a harmonização de sistemas de impostos, a exemplo da redução de subsídios agrícolas, está na pauta há décadas.

E, por vezes, os ponteiros do relógio andam para trás. Depois de duas décadas de esforços envidados por Bruxelas para eliminar subsídios estatais destinados a “setores campeões” e assim garantir condições justas de competitividade econômica no âmbito da própria Europa, o comissário do mercado

comum (o holandês Frits Bolkestein), em julho de 2004, expressou surpresa ao constatar que a França e a Alemanha voltavam a adotar políticas “protecionistas” típicas dos anos 70, em defesa de empresas locais que se achavam em dificuldade. Mas cumpre lembrar que Paris e Berlim, ao contrário dos comissários de Bruxelas (que não são eleitos para seus cargos), têm eleitores que pagam imposto e que não podem, simplesmente, ser ignorados.

Esses paradoxos são bem apreendidos nas tribulações do euro. O problema da moeda comum não residiu na substituição técnica de diversas moedas nacionais por uma única unidade de referência — tal processo já estava em curso muito antes da extinção do franco, da lira ou do dracma, e se mostrou surpreendentemente tranquilo e indolor;³⁷⁹ o problema estava no pré-requisito da harmonização das políticas econômicas nacionais. A fim de evitar danos morais e riscos concretos atinentes a “parasitas”, Bonn, conforme aqui já foi visto, insistia no que ficou conhecido como “pacto de crescimento e estabilidade”.

Países que desejassem adotar o euro seriam obrigados a manter o déficit público em patamares que não excedessem 60% do Produto Interno Bruto, e não poderiam apresentar déficits orçamentários superiores a 3% do PIB. Qualquer país que deixasse de cumprir tais metas estaria sujeito a sanções, inclusive multas elevadas, a serem impostas pela União. O propósito dessas medidas era assegurar que nenhum governo da zona do euro baixasse a guarda fiscal, estourasse o orçamento e, por conseguinte, onerasse injustamente as economias de outros países da zona do euro, que teriam de assumir o peso da garantia da estabilidade da moeda comum.

Para surpresa geral, os países do sul da Europa, geralmente perdulários, foram disciplinados. A Espanha “se habilitou” para adotar o euro devido ao que um observador espanhol chamou, sarcasticamente, de combinação de *fortuna* e *virtu*: uma melhora da economia permitiu ao governo amortizar o déficit público do país a tempo da adoção da moeda comum, em 1999. Até a Itália conseguiu passar nas provas germânicas (que, com razão, muitos italianos desconfiavam ter sido estipuladas para mantê-los fora do esquema), embora com certo grau de manipulação de dados e com a venda de patrimônio público. Já em 2003, a zona do euro abrangia 12 países, da Irlanda à Grécia.

Mas — conforme muitos cétricos haviam previsto — a pressão da moeda tipo “tamanho único” logo se fez sentir. O recém-criado Banco Central Europeu (BCE), em Frankfurt, manteve, desde o início, um índice de juros relativamente elevado, para sustentar a nova moeda e defendê-la da inflação.

Contudo, as economias dos Estados da zona do euro diferiam entre si, tanto em relação ao nível de desenvolvimento quanto ao ponto em que se encontravam no ciclo econômico. Algumas, como a da Irlanda, prosperavam; outras — notadamente a economia portuguesa — vinham bem atrás, e teriam se beneficiado do aumento da atividade doméstica e das exportações que provavelmente teriam se concretizado se os juros baixassem e a moeda se tornasse menos “dura”.

Sem dispor de poder para implementar tais medidas, o governo de Portugal, para não sofrer multas pesadas, foi forçado pelos termos do “pacto” a reduzir os gastos públicos precisamente quando, segundo a teoria econômica tradicional, deveria gastar mais, para sair da recessão. O quadro não cativou a simpatia do povo; mas ao menos o país podia afirmar que não renegara os termos da adoção da nova moeda: já em 2003, Lisboa conseguira reduzir o déficit público para 59,4% do PIB, e o déficit anual para 2,8%, mantendo-se ligeiramente abaixo dos limites oficiais.

No ano seguinte, entretanto, a França apresentou um déficit de quase 4,1% — e a própria Alemanha, com a economia finalmente pagando o preço da unificação, registrou um déficit de 3,9%, e um endividamento de cerca de 65%. Dada a dimensão dessas respectivas economias, o fato de que nem a França nem a Alemanha obedeciam às regras por elas criadas constituiu um sério desafio ao acordo como um todo. Mas, desta feita, quando a comissão aplicou as penalidades, Paris e Berlim declararam que consideravam economicamente inevitáveis os “déficits temporários” e que não pretendiam pagar as multas, nem mesmo queriam se comprometer com um desempenho muito melhor no ano seguinte.

Os menores Estados da UE — seja aqueles que, a exemplo da Grécia e de Portugal, muito lutaram para conseguir cumprir os termos do “pacto”, seja aqueles que, como Holanda e Luxemburgo, temiam a instabilidade de uma moeda que agora era *deles* também — estrilaram, mas a mensagem era clara. Menos de uma década após ter surgido, o pacto de crescimento e estabilidade estava morto. Quanto, exatamente, o euro sofreria, caso os países participantes dispusessem de mais flexibilidade em seus orçamentos domésticos, era algo incerto. Muitos achavam que o problema não estava nos governos nacionais, mas num Banco Central inflexível e aparentemente insensível, obstinado com sua independência total e ainda engajado nas batalhas antiinflacionárias da década de 1970.

As dificuldades do euro apontavam um defeito maior no projeto europeu: um sistema de governo extraordinariamente canhestro. O problema estava na concepção original. Jean Monnet e seus herdeiros haviam, propositadamente, evitado qualquer esforço no sentido de imaginar, muito menos implementar, um sistema democrático ou federal. Em vez disso, tinham defendido um projeto de modernização da Europa que vinha de cima para baixo: uma estratégia de produtividade, eficiência e crescimento econômico concebido segundo parâmetros de Saint-Simon, gerido por especialistas e pouco atentando para as aspirações dos beneficiários. As energias dos proponentes e defensores do projeto eram, basicamente, canalizadas para as complexas dimensões *técnicas* relacionadas à “construção da Europa”. Quando outras preocupações surgiam, eram sistematicamente adiadas.

Ainda nos anos 90, portanto, a União Européia era administrada segundo parâmetros estabelecidos havia décadas, parâmetros que visavam principalmente à conveniência dos gestores. Em Bruxelas, a comissão comandava uma burocracia substancial, introduzindo políticas e implementando medidas e decisões sujeitas à aprovação de um Conselho de Ministros representantes dos países membros. Um Parlamento europeu de difícil manejo, reunido em Estrasburgo ou Bruxelas e eleito diretamente desde 1979, exercia poderes de supervisão gradativamente mais amplos (no antigo Tratado de Roma, a função do Parlamento era apenas consultiva), mas não tinha poder para tomar iniciativas.

As decisões incontestáveis eram geralmente tomadas em Bruxelas, por especialistas e servidores públicos. Políticas passíveis de afetar eleitorados importantes ou interesses nacionais eram debatidas no Conselho de Ministros e produziam acordos complicados, ou então transações dispendiosas. O que não podia ser resolvido ou acordado simplesmente ficava em suspenso. Os países membros mais importantes — Grã-Bretanha, Alemanha e, sobretudo, a França — nem sempre conseguiam o que queriam, mas o que eles *não* queriam não era aprovado.

Tratava-se de um esquema singular. Nada tinha a ver com a condição dos estados distintos da América do Norte em 1776, todos surgidos como satélites de um único país — a Grã-Bretanha —, cujo idioma, cultura e sistema legal eram por eles compartilhados. Tampouco se comparava à Confederação Suíça, embora tal analogia fosse, por vezes, sugerida; com suas seculares redes de soberanias sobrepostas, seus enclaves administrativos e direitos e privilégios

locais, os cantões suíços fazem lembrar a França do velho regime, sem o rei.³⁸⁰

Os países membros da União Européia, em contrapartida, permaneceram unidades totalmente independentes e separadas, numa associação voluntária à qual os membros, ao longo do tempo, haviam conferido um conjunto de poderes acumulados, sem jamais declarar o princípio que norteava o esquema, nem até onde aquela empreitada comum deveria ir. “Bruxelas” — sede devidamente anônima para uma entidade administrativa indefinida, nem democrática nem autoritária — governava exclusivamente com o consentimento dos governos filiados. Desde o início, “Bruxelas” se apresentara a tais governos como um empreendimento diretamente lucrativo: a Comunidade/União contribuiria com o bem-estar dos membros, sem subtrair-lhes a independência. Mas isso não poderia continuar indefinidamente.

O impasse não resultou da natureza inerentemente complicada do sistema administrativo da União, mas da impossibilidade da manutenção de tal sistema diante de 25 países membros. Até então, a presidência do Conselho de Ministros era trocada semestralmente, e cada país tinha o direito de organizar uma conferência européia bianual para fins de autopromoção — sistema que muito desagradava aos administradores da União. A perspectiva de um “circo” de tais proporções, pulando por 25 capitais, de Lisboa a Liubliana, era absurda. Além disso, um processo decisório criado para atender a seis países membros e já complicado para 12, quanto mais para 15, simplesmente ficaria imobilizado por cinquenta comissários (dois de cada país), ou por um Conselho Europeu que representasse 25 países membros — todos com poder de veto.

As dificuldades foram prenunciadas num encontro em Nice, realizado em dezembro de 2000. Convocado, supostamente, para fixar as bases da expansão e instituir um novo sistema eleitoral para o Conselho de Ministros da UE — um sistema que, ao mesmo tempo, pesasse os votos dos países membros em função do tamanho da população e garantisse a possibilidade de decisões baseadas na maioria dos votos —, o encontro se transformou numa negociata ríspida e até embaraçosa. Os franceses insistiam em manter paridade com a Alemanha (a despeito de uma diferença populacional de 20 milhões de habitantes), enquanto nações como Espanha e Polônia, esta na condição de observadora do encontro, tentavam maximizar sua futura força eleitoral no conselho, vendendo apoio a quem pagasse mais.

A vexatória luta por influência travada em Nice, em que os principais estadistas europeus, como Tony Blair, Jacques Chirac e Gerhard Schröder passaram noites em claro, barganhando e discutindo a conquista de status e prestígio em seu continente comum, ilustrou o preço pago pela negligência em relação às sutilezas constitucionais. Ao conduzir a União a um impasse, o encontro de Nice resultou no estabelecimento de uma Convenção Européia: uma espécie de Assembléia Constituinte (não-eleita) autorizada a produzir um sistema de gestão pertinente para uma “Europa” expandida e, esperava-se, um relato crível dos objetivos do empreendimento. Em decorrência de um certo grau de lobby (agora reconhecido) feito por Paris, a presidência da convenção foi designada ao veterano e sempre vanglorioso Valéry Giscard d’Estaing.

Depois de dois anos de deliberações, a convenção expediu algo que era mais do que um simples esboço, mas bem menos do que uma Constituição. Expurgado do pomposo preâmbulo giscardiano (que ficava muito aquém da elegante concisão do predecessor jeffersoniano, segundo comentários imediatos), o documento preparado pela convenção continha poucas propostas constitucionais clássicas — nada de definições arrebatadoras de liberdade individual, nenhuma declaração esclarecedora sobre a divisão de poderes etc. Sob esse aspecto, como tanta gente havia previsto, o documento foi decepcionante.

Mas o texto de Giscard — que após alguma discussão foi adotado como Tratado Constitucional, em Roma, em 2004 — conseguiu, pelo menos, propiciar uma base para a condução prática dos interesses da União: o aperfeiçoamento dos sistemas de coordenação de atividades relacionadas à defesa e imigração; um resumo simplificado e unificado da legislação da UE; uma Carta dos Direitos Fundamentais para os cidadãos da União, documento cujo propósito era fortalecer a autoridade dos tribunais europeus; bem como um relato claro e até ambicioso da competência formal e da autoridade da União.

Acima de tudo, a Constituição proposta serviria para reduzir — ao longo do tempo — o oneroso sistema de representação nacional na comissão; e criava um sistema de votação para o Conselho Europeu que, após algum regateio, foi aceito por todas as partes e se mostrou demograficamente equitativo. Se as novas disposições contariam com o apoio da maioria quando se tratasse de questões delicadas, era algo que permanecia incerto: ainda mais porque, no que dizia respeito a tópicos realmente controversos, como impostos e defesa, ficou acordada — por insistência da Grã-Bretanha, mas para alívio tácito de muitos outros países — a manutenção do velho mecanismo gaullista do veto. E ninguém duvidava que, a despeito da cuidadosa atribuição de pesos aos

votos, o poder permanecia nas mãos dos países maiores — conforme Ortega y Gasset concluía, já em 1930, a Europa, para todos os efeitos, era “uma trindade: França, Inglaterra, Alemanha”. Porém, ao menos — e supondo-se que a Constituição fosse sancionada em todos os países membros, obstáculo que não foi previsto —, agora seria possível tomar decisões.

Portanto, já em 2004, aparentemente, a União Européia — para surpresa de muitos observadores — havia superado, ou ao menos amenizado, as dificuldades práticas inerentes ao governo de uma comunidade incipiente composta de 25 Estados distintos. Mas o que a União não conseguiu fazer — o que nem a convenção de Giscard, nem os diversos tratados, nem a Comissão Européia e seus vários relatórios e programas, nem as caras publicações e os portais da Internet destinados a esclarecer o povo europeu sobre a União e seus procedimentos sequer começaram a fazer — foi enfrentar a crônica falta de interesse demonstrada pelos europeus.

Se os tecnocratas que construíram as instituições da nova “Europa” exibiam um arrogante descaso pela opinião pública, o sentimento era agora pago na mesma moeda. Lamentando a obsessão dos colegas do Partido Trabalhista pelas técnicas e normas da gestão político-partidária, o primeiro-ministro britânico, Clement Attlee, costumava advertir contra a “falácia fundamental”, a crença de que “é possível, por meio da sofisticação dos mecanismos, fugir à necessidade de se confiar nos seres humanos”.³⁸¹ Mas isso era tão-somente a premissa sobre a qual as instituições da unidade européia no pós-guerra haviam sido construídas, com conseqüências que finalmente se tornavam visíveis. A UE padecia de um grave “déficit democrático”.

A cada nova eleição para o Parlamento europeu o número de eleitores decrescia; as exceções que comprovavam a regra eram as ocasiões em que os pleitos nacionais coincidiam com os da UE e os eleitores mobilizados em torno de questões locais ou nacionais aproveitavam para votar questões européias. Exceto nesses casos, o declínio foi contínuo — na França, a queda foi de 60%, em 1979, para 43%, em 2004; na Alemanha, de 66% para 43%; na Holanda, de 58% para 39%.³⁸²

O contraste entre o nível de interesse demonstrado pelos eleitores em política nacional e seu crescente desinteresse pelo Parlamento, em Estrasburgo, é extremamente sintomático. Nas eleições européias de junho de 2004, a primeira desde a expansão da UE, o número de votantes no Reino Unido foi 20 pontos percentuais inferior ao registrado nas eleições nacionais imediatamente anteriores; na Espanha foram 23 pontos percentuais a menos; Portugal

registrou uma queda de 24 pontos percentuais; a Finlândia, de 39; a Áustria, de 42; e a Suécia, de 43 (índices que contrastam com o comparecimento de 80% do eleitorado nas eleições nacionais suecas).

A tendência é forte demais para ser atribuída a circunstâncias locais. Além disso — e com sérias implicações para o futuro da União —, a tendência foi também constatada nos novos países membros situados na Europa Oriental, mesmo diante da primeira oportunidade de eleger o Parlamento europeu, órgão no qual tais países havia tanto tempo aguardavam para ingressar. Na Hungria, o comparecimento às urnas nas eleições européias de junho de 2004 ficou 32 pontos percentuais abaixo das eleições nacionais anteriores; na Estônia, 31 pontos; na Eslováquia, onde as eleições nacionais tinham registrado a presença de 70% do eleitorado, o segmento de votantes que se deram o trabalho de comparecer às urnas foi de 17%. Na Polônia, o índice de apenas 20% representou um declínio de 26 pontos percentuais em relação às eleições nacionais de 2001, marca mais baixa desde a queda do comunismo.

Por que os europeus, tanto os “mais velhos” quanto os “mais jovens”, se mostravam tão indiferentes aos interesses da União Européia? Em grande parte, devido à crença generalizada de que não tinham como influenciar tais assuntos. A maioria dos governos europeus jamais realizara um plebiscito para determinar se deveria ingressar na UE ou na zona do euro — mesmo porque, nos países onde a questão tinha sido objeto de plebiscito, o resultado fora a rejeição, ou a aprovação por margens mínimas. Portanto, a União não “pertencia” aos seus cidadãos — ela parecia, de certo modo, ficar à margem dos instrumentos usuais da democracia.

E mais: era geral (e correta) a sensação entre os povos europeus de que, de todo os organismos da UE, o Parlamento europeu, com seus 732 membros, era o menos significativo. O poder estava nas mãos de uma comissão, apontada pelos governos nacionais, e de um Conselho de Ministros, constituído de seus representantes. Em suma, era nas eleições *nacionais* que se faziam as escolhas decisivas. Por que perder tempo escolhendo o mico, quando se pode escolher o tocador de realejo?

Por outro lado, como começava a ficar cada vez mais claro até para o cidadão mais simples, os “rostos desconhecidos” de Bruxelas passavam a exercer um poder concreto. Tudo, desde a forma dos pepinos até a cor e os dizeres dos passaportes, era agora decidido em Bruxelas. “Bruxelas” dava (desde subsídios ao leite até bolsas de estudo) e “Bruxelas” tirava (a moeda nacional, o direito a demitir empregados, até o rótulo dos queijos). E, nas últimas

décadas, em algum momento, todos os governos nacionais tinham achado por bem culpar “Bruxelas” por leis ou impostos malquistos pelo povo, ou por políticas econômicas tacitamente defendidas pela capital, mas pelas quais ela relutava em se responsabilizar.

Sob tais circunstâncias, o déficit democrático da União poderia, facilmente, se transformar de desinteresse em hostilidade, isto é, na sensação de que as decisões eram tomadas “lá, por eles”, com conseqüências desfavoráveis para “nós, aqui”, decisões sobre as quais “nós” não podíamos opinar: preconceito alimentado por políticos irresponsáveis e alardeado por demagogos nacionalistas. Não por acaso, nas mesmas eleições europeias de 2004, em que foi registrada uma forte queda no interesse dos votantes, muitos dos que se dispuseram a comparecer às urnas apoiaram candidatos abertamente — e mesmo raivosamente — contrários à UE.

No Oeste Europeu, a própria expansão facilitou esse retrocesso. Na Grã-Bretanha, somados, o eurofóbico Partido da Independência e o Partido Nacional Britânico (defensor da supremacia branca) alcançaram 21% dos votos, prometendo manter o Reino Unido longe da “Europa” e proteger o país da esperada onda de imigrantes e exilados. O Vlaams Blok, na Bélgica, o Dansk Folkeparti (Partido do Povo), na Dinamarca, e a Liga do Norte, na Itália, batiam na mesma tecla — conforme haviam feito no passado, mas agora com mais sucesso.

Na França, a Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen adotou uma postura similar, mas as dúvidas francesas quanto à expansão da UE não se restringiam aos extremos políticos. Era público e notório que na França, de longa data, os poderes políticos constituídos se opunham à expansão da UE, o que causaria uma diluição da influência francesa: Mitterrand, Chirac e seus representantes diplomáticos tinham se empenhado em adiar o inevitável, o máximo possível. A opinião pública confirmava tais sentimentos: numa pesquisa realizada quatro meses antes da data do ingresso dos novos membros na União, 70% dos eleitores franceses declararam a UE “despreparada” para a chegada dos novatos e 55% se opunham totalmente à inclusão (na UE, como um todo, o índice de oposição era 35%).³⁸³

Mas a antipatia pela UE também fez o seu papel no Leste Europeu. Na República Tcheca, o Partido Democrático Cívico — aliado a Václav Klaus e veementemente cético em relação à UE e seus “superpoderes” — foi o grande vitorioso em 2004, conquistando 38% dos assentos designados ao país no Parlamento europeu. Na vizinha Polônia, partidos da extrema direita que não

acreditavam na União saíram-se melhor do que a coalizão de centro-esquerda que governava o país — o que talvez não devesse surpreender, pois, numa pesquisa realizada alguns meses antes, tinha-se verificado que pouco mais da metade do eleitorado polonês considerava a União Européia “algo positivo”.

Contudo, no cômputo geral, a UE é algo positivo. Os benefícios econômicos do mercado comum têm se mostrado concretos, conforme até mesmo os britânicos mais ressabiados com a União tiveram de admitir, sobretudo depois que passou a mania de “harmonização” que havia caracterizado a presidência da Comissão de Jacques Delors. A recém-descoberta liberdade de viajar, trabalhar e estudar em qualquer parte da União foi uma dádiva, especialmente para os jovens. E havia algo mais. Em termos relativos, o chamado fator “social” do orçamento da UE era diminuto — correspondia a menos de 1% do PIB da área européia. Todavia, a partir do final dos anos 80, os orçamentos da Comunidade Européia e da União passaram a apresentar características marcantemente redistributivas, repassando recursos de regiões ricas para regiões pobres e contribuindo para a redução contínua do abismo entre os ricos e o restante da população, na realidade atuando como um substituto dos programas socialdemocratas da geração anterior.³⁸⁴

Recentemente, os cidadãos europeus até conseguiram instituir o seu próprio tribunal. O Tribunal Europeu de Justiça (TEJ), criado em 1952, no mesmo Tratado de Paris que criou a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, começara com a função limitada de garantir que a legislação da CE (o “Direito Comunitário”) fosse interpretada de modo uniforme em todos os países membros. Já no final do século, os juízes do TEJ — originalmente, um de cada país membro — tinham competência para resolver disputas legais entre Estados membros e instituições da UE, e para julgar recursos impetrados contra decisões de tribunais inferiores, ou até de governos nacionais. Na prática, o TEJ assumira vários dos poderes e funções de um Tribunal de Recursos Pan-europeu.³⁸⁵

Conforme sugere esse exemplo do tribunal, a maneira um tanto indireta e muitas vezes inadvertida com que as instituições da UE surgiam tinha as suas vantagens. Poucos advogados ou parlamentares, até mesmo no caso dos Estados mais favoráveis à União e pertencentes ao “núcleo” europeu, estariam dispostos a abrir mão de supremacia jurídica em nível local se isto lhes fosse solicitado desde o início. Do mesmo modo, qualquer “projeto europeu”

claramente articulado (descrevendo as metas e as instituições da União conforme estas mais tarde se desenvolveriam) que tivesse sido apresentado aos eleitores dos Estados do Oeste Europeu teria sido rejeitado.

Assim sendo, a vantagem da idéia de uma união na Europa nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial residia, precisamente, na sua imprecisão. À semelhança de “crescimento” ou “paz” — conceitos com os quais estava intimamente associada no pensamento de muitos dos seus defensores —, a idéia de “Europa” era demasiadamente benigna para atrair uma oposição efetiva.³⁸⁶ No início dos anos 70, quando o presidente francês Georges Pompidou começou a aventar a noção de uma “União Européia”, o ministro das Relações Exteriores, Michel Jobert, perguntou ao colega, Edouard Balladur (futuro primeiro-ministro) o que, exatamente, a idéia significava: “Nada”, respondeu Balladur. “Mas é essa a beleza da coisa.” O próprio Pompidou descartou o conceito como “uma fórmula vaga [...] para evitar disputas doutrinárias paralisantes”.³⁸⁷

Evidentemente, foi essa imprecisão formulista, somada ao extremamente preciso detalhamento das diretivas legais da UE, que gerou o déficit democrático: é difícil para os europeus se importar com uma União cuja identidade permaneceu confusa durante tanto tempo, mas que, paralelamente, parece afetar todos os aspectos da sua existência. E no entanto, a despeito das falhas enquanto sistema de governo indireto, a União apresenta alguns atributos interessantes e originais. Decisões e leis podem até ser aprovadas numa esfera transgovernamental, mas são implementadas por autoridades nacionais. Tudo precisa ser realizado mediante acordo, uma vez que não existem instrumentos de coerção: não há cobradores de impostos na UE; não há policiais na UE. A União Européia, portanto, representa um compromisso incomum: um governo internacional implementado por governos nacionais.

Finalmente, embora a União Européia não disponha de meios nem mecanismos para impedir que os países membros cheguem às vias de fato, a sua própria existência torna a idéia um tanto absurda. A lição de que uma guerra era preço por demais elevado a ser pago para se obter vantagem política ou territorial já havia sido aprendida pelos vencedores depois da Primeira Guerra Mundial, embora tenha sido necessária uma segunda guerra para que a mesma lição fosse assimilada pelo lado *perdedor*. Mas uma terceira guerra na Europa poderia ter acontecido, ao menos nos primeiros anos do pós-guerra, ainda que um terceiro conflito fosse catastrófico e talvez terminal.

No final do século, entretanto, as elites e instituições da União Européia estavam a tal ponto entrelaçadas e interdependentes que um conflito armado, embora sempre possível, tornara-se, de certa maneira, inconcebível. Por isso, a “Europa” era um objeto de desejo para membros aspirantes, tais como a Letônia e a Polônia, um trajeto de fuga do passado e uma apólice de seguro para o futuro. Mas, ironicamente, foi por isso também que os líderes da própria UE se mostraram tão inoperantes diante da realidade da guerra nos Bálcãs.

A humilhação diante da Iugoslávia³⁸⁸ é um lembrete de que a União Européia não consegue escapar de seus defeitos. Por *não* ser um Estado, a União pôde reunir cerca de 450 milhões de pessoas numa mesma comunidade, vagamente articulada, com baixos níveis de dissidência. Mas, por não ser um Estado — porque a lealdade principal dos seus cidadãos permanece comprometida com o país onde se encontram, cujas leis respeitam, cujo idioma falam e ao qual pagam seus impostos —, a UE não dispõe de mecanismo para determinar ou fazer valer seus próprios interesses de segurança.

Isso não quer dizer que a “Europa” não tenha uma política externa comum. Ao contrário, a Comunidade Européia e sua sucessora, a União Européia, há muitas décadas têm demonstrado bastante eficiência ao propor e defender seus interesses em fóruns internacionais e perante concorrentes estrangeiros. No entanto, desde o início, tais interesses têm sido definidos em termos predominantemente econômicos — melhor dizendo, protecionistas. Os ministros da Economia e comissários de comércio têm travado uma batalha campal com Washington a respeito de incentivos fiscais oferecidos a exportadores norte-americanos e de restrições impostas a produtos europeus.

Mais controverso é o fato de que a UE tem lutado e conseguido manter elevadas tarifas externas em defesa dos agricultores europeus subsidiados — restringindo o livre-comércio de mercadorias como açúcar, por exemplo, em detrimento de agricultores na África e na América Central.³⁸⁹ Mas embora deleguem a Bruxelas a responsabilidade de representá-los na Organização Mundial do Comércio e em outros órgãos, os países membros da UE — inclusive os mais poderosos — guardam para si o atributo vital de qualquer Estado moderno. A União Européia não tem exército.

Em certa medida, isso é um acidente da História. No início da década de 1950, muita gente pensava que no futuro os europeus ocidentais poderiam e deveriam administrar seus interesses militares coletivamente — numa reunião da Assembléia do Conselho da Europa, realizada em agosto de 1950, Paul

Reynaud, da França, chegou a defender a criação de um Ministério da Guerra europeu. Mas a derrota da proposta de criação de uma Força Européia de Defesa (ver Capítulo 8) e a incorporação da Alemanha Ocidental à OTAN puseram um ponto final nesses planos (ao menos para uma geração); em vez disso, a Europa Ocidental se aconchegou sob o guarda-chuva nuclear dos EUA.

Após o fim da Guerra da Coréia e do recuo da noção de império, todos os países do Oeste Europeu cortaram os orçamentos de defesa. Na seqüência da queda do comunismo, os gastos com o setor militar diminuíram ainda mais. No final dos anos 80, o índice médio relativo a gastos de defesa incorridos pelos integrantes da OTAN decaía para 3,4% do PIB; em 2003, a Dinamarca despendeu apenas 1,6% do PIB com defesa; a Itália, 1,5%; a Espanha não mais do que 1,4%. Somente franceses e britânicos gastaram bem mais, embora em nenhum desses casos o gasto excedesse 5% — índice desprezível para os padrões históricos.

Além disso, nenhuma das Forças Armadas existentes na Europa estava sob controle “europeu”, nem estaria no futuro próximo, a despeito de planos anunciados em 2000 para uma “Força de Reação Rápida” européia. Embora já existisse há alguns anos a figura do comissário europeu para Relações Exteriores, desde o Tratado de Amsterdã, as funções desse comissário estavam acumuladas (e a autoridade do cargo, portanto, diminuída) com as do alto representante para Política Externa e de Segurança, subordinado diretamente ao Conselho de Ministros da UE. E nem o comissário nem o alto representante tinham autoridade para estabelecer suas próprias políticas, enviar Forças Armadas, falar de política externa ou se manifestar em nome dos ministros, a menos que previamente instruídos. A pergunta sardônica formulada por Henry Kissinger numa década anterior — “Se eu quiser telefonar para a Europa, que número devo chamar?” — não perdera a força.

Mas essas limitações — o fato de que, apesar do tamanho e da riqueza, a UE não era um Estado, muito menos uma grande potência — serviram, paradoxalmente, para realçar a imagem da União, interna e externamente. Nesse particular, a UE começava deveras a fazer lembrar a Suíça, repositório de agências e de cooperação internacional, modelo de estratégias “pós-nacionais” voltadas para a solução de problemas e coesão social: nem tanto uma rede de instituições ou um código de leis, mas um conjunto de valores — “valores europeus” — encarnados na nova Carta dos Direitos Fundamentais.

Se os valores e as regras dessa nova Europa estavam sob pressão no final do século XX, tal pressão não vinha dos Estados já estabelecidos, contra os quais a idéia de “Europa” tinha sido equivocadamente justaposta. Antes, tanto a UE quanto os diversos países membros agora encaravam uma onda de desafios econômicos e sociais sem precedentes, provocada por forças que fugiam ao controle dessas mesmas nações, forças que em sua maioria estavam, de algum modo, associadas com o que começava a ser chamado de “globalização”.

A globalização nada tinha de muito misterioso. Havia, inclusive, precedentes — o impacto de novas e rápidas redes de transporte e comunicações na economia mundial registrado no final do século XIX foi, no mínimo, tão dramático quanto a transformação causada pela Internet e pela desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros, um século mais tarde. Tampouco era novidade a distribuição desigual dos benefícios do livre-comércio — muito menos quando, no final do século XX, assim como nos anos que antecederam 1914, os sistemas de comércio internacional serviam sistematicamente aos interesses dos ricos e poderosos.

Mas, segundo a perspectiva européia, as transformações mais recentes observadas na economia mundial constituíam novidade sob um aspecto importante. No final do século XIX, os Estados europeus apenas começavam a expandir o alcance doméstico: com o tempo, muitos desses Estados seriam proprietários, gestores e reguladores de grandes segmentos da economia. Os gastos do governo — financiados através do recolhimento dos novos impostos progressivos — aumentariam sensivelmente, em parte para custear guerras, mas também para atender às necessidades sociais e previdenciárias sobre as quais o Estado agora assumia responsabilidade.

A internacionalização econômica ocorrida na década de 1990, entretanto, surgiu na seqüência da primeira grande onda de privatizações na Europa e propiciou condições para futuras privatizações (ver Capítulo 17). O Estado europeu agora recuava — primeiramente, na Grã-Bretanha, depois na maioria da Europa Ocidental e, finalmente, no antigo leste comunista —, processo estimulado também pela implementação, depois de 1987, do Ato Único Europeu, com suas provisões de livre concorrência dentro e fora das fronteiras. Através de fusões, aquisições e internacionalização de operações, as empresas agora operavam em escala global. A produção e distribuição de mercadorias, muitas vezes, ficavam fora do controle dos países.

Quanto ao dinheiro, este começava a se multiplicar e migrar de um modo que seria impensável poucos anos antes. Em 1980, a soma de todos os empréstimos bancários internacionais foi de 324 bilhões de dólares; em 1991, esse valor subira para 7,5 trilhões — um incremento de 2.000% em pouco mais de uma década. E isso era só o começo. O controle sobre o movimento do capital — procedimento eliminado pela maioria dos Estados europeus no decorrer dos anos 80 — agora parecia tão antiquado quanto o racionamento de gêneros alimentícios. O *crack* de setembro de 1992 — quando primeiro o Reino Unido e depois a Itália foram forçados a sair do Sistema Monetário Europeu e obrigados a desvalorizar suas moedas, cedendo à pressão de especuladores e investidores institucionais cujas atividades os mencionados países não podiam impedir — foi um momento extremamente simbólico.

As vantagens dessa revolução para a economia internacional eram evidentes. O capital para investimento, não mais restrito a fronteiras nacionais, a regimes de câmbio, nem a regras monetárias locais, fluía livremente aonde se fizesse necessário (e aonde houvesse expectativa de lucro) — já em 1990, 34% da dívida alemã estavam nas mãos de estrangeiros. Mas havia desvantagens também: as indústrias européias, com margens de lucros limitadas pelos salários elevados e os custos gerais indiretos da mão-de-obra especializada na Alemanha, França ou Suécia, agora podiam procurar não apenas investidores internacionais, mas também mão-de-obra mais maleável e barata no exterior.

Em vez de importar para a Europa a mão-de-obra barata existente em países pobres — conforme era feito no passado —, firmas alemãs, britânicas ou francesas agora achavam mais eficiente exportar as fábricas, instalando-as no Brasil ou na Nigéria, em Portugal ou na Romênia, e vender seus produtos, diretamente, para mercados pelo mundo afora. Isso acelerou a desindustrialização da Europa Ocidental, aumentando o desemprego que já era crônico em muitas regiões — e onerando o Estado em termos de seguro-desemprego e outros encargos sociais.

Quando, em abril de 2004, a última mina de carvão na França — em Creutzwald, na região de Mosel — fechou, ninguém sequer sugeriu que os mineradores pudessem encontrar algum outro tipo de trabalho fixo. O desemprego na região de Mosel ficava em torno de 10% da população ativa; mais ao norte, nos antigos vilarejos de mineração situados ao longo da divisa com a Bélgica, o índice chegou a 15%. No total, a França perdeu 1,5 milhão de empregos no setor industrial durante as três últimas décadas do século, a maioria a partir de 1980. A Espanha, que logo deixou de acumular vantagens

por ser à época um dos países mais atrasados da Europa Ocidental, depois da transição para a democracia, perdeu 600 mil empregos em vinte anos. No auge da recessão, registrado em meados da década de 1990, 44% da força de trabalho espanhola com menos de 25 anos estavam desempregados.

Desemprego não era novidade. E considerando a generosa rede previdenciária existente na maioria dos países da UE, o impacto econômico do desemprego sobre os indivíduos e as comunidades não se comparava à devastação ocorrida no período entre as duas guerras mundiais (as consequências psicológicas são outra questão). Mas a novidade sobre os custos sociais dos distúrbios econômicos verificados nos últimos anos do século XX foi que o fenômeno ocorreu em tempos de prosperidade. A privatização e a abertura dos mercados financeiros haviam gerado grande riqueza, ainda que para poucos; em certos lugares — Londres, digamos, ou Barcelona —, as consequências eram absolutamente visíveis. E, graças à diminuição das distâncias e ao aumento na velocidade das comunicações — via computador e mídia eletrônica —, informações sobre o modo de vida das pessoas ficavam prontamente disponíveis a todos.

Foi essa sensação de contraste gritante entre riqueza e pobreza, prosperidade e insegurança, fartura particular e miséria pública que instigou uma crescente desconfiança na Europa em relação às tão propaladas virtudes dos livres mercados e da globalização irrestrita — embora muitos europeus fossem os beneficiários diretos das mudanças por eles próprios agora criticadas. No passado, esse tipo de sentimento — somado à pressão do movimento trabalhista e ao interesse dos políticos — talvez tivesse causado um recuo a alguma forma de protecionismo limitado.

Contudo, os governos estavam agora de mãos amarradas, e o movimento trabalhista, no sentido tradicional, praticamente já não existia. Somente na França a força de trabalho sindicalizada, com o apoio da opinião pública, conseguiu durante algum tempo impedir a venda de empresas estatais: e isso apenas em alguns casos, como a *Electricité de France*, um ícone do setor nacionalizado no pós-guerra cujos empregados constavam entre os remanescentes da antes gigantesca (e comandada pelos comunistas) *Confédération Générale du Travail* (CGT). Nos últimos anos do século, embora o restante do mercado europeu de energia estivesse passando por um processo de desregulamentação, a EdF permaneceu propriedade do Estado.

Mas a CGT, anteriormente o principal sindicato de “colarinho azul” na França, era agora apenas uma sombra do que fora no passado — o movimento

sindical francês, como um todo, tinha perdido dois terços de seus membros, desde 1980 —, e os trabalhadores agora representados já não eram típicos do contingente trabalhista, na França ou em qualquer outro lugar. O trabalho em si havia mudado. Em muitos locais, surgia um novo sistema, composto de quatro classes. No topo ficava a nova camada profissional: metropolitana, cosmopolita, próspera e letrada — não raro ligada a bancos e outros agentes financeiros, os maiores beneficiários da nova economia global. Depois vinha um segundo nível, um núcleo protegido de empregados — em fábricas, empresas de serviços ou no setor público —, com empregos razoavelmente estáveis e muitos benefícios e garantias ainda a salvo.

Um terceiro nível consistia em pequenas empresas e serviços (lojistas, agentes de viagem, alfaiates, técnicos em eletrônica etc.), no mais das vezes de propriedade e operadas por comunidades imigrantes ou seus descendentes (árabes, no caso da França; turcos ou curdos, na Alemanha; sul-asiáticos, na Grã-Bretanha). Aqui cabe acrescentar a respeitável economia do sul da Europa, tipicamente de base familiar. Na Itália, onde tudo, desde sapatos a têxteis e peças de maquinaria, era muitas vezes produzido e distribuído fora do alcance do radar da economia oficial, estimava-se que, em 1997, o setor “informal” contribuísse, no mínimo, com um quarto do Produto Interno Bruto do país. Em Portugal, tal índice — por certo uma estimativa — era de 22%; mas em algumas regiões — como na cidade de Braga, no extremo norte — trabalhadores “extra-oficiais” chegavam a somar 45% da força de trabalho local.

Então havia o quarto nível — o que crescia de modo mais acelerado, formado por indivíduos, contratados (ou não), em empregos que careciam da estabilidade (a longo prazo) que caracterizava o trabalho especializado e dos benefícios que haviam se tornado padrão durante os anos de crescimento nas décadas de 50 e 60. É bem verdade que o índice de desemprego em alguns países — Grã-Bretanha ou Holanda — caíra para patamares auspiciosos, o que, segundo os rumores, comprovava as ações benéficas do mercado livre e globalizado. Mas muita gente que já não constava das estatísticas de desemprego — sobretudo mulheres e jovens — agora desempenhava funções de baixa remuneração, em meio expediente e sem benefícios; ou então trabalhava sob contrato, mas por tempo determinado, em programas subsidiados ou apoiados pelo Estado.

Os cidadãos cujos salários não supriam o seu próprio sustento e o sustento da família ainda podiam recorrer ao Estado previdenciário, e muitos o

fizeram. No Reino Unido, onde a investida do thatcherismo contra o Estado e a sociedade se fez sentir severamente, 14 milhões de pessoas agora viviam na pobreza, inclusive 4 milhões de crianças.³⁹⁰ Uma pessoa em cada cinco dependia de programas de Auxílio Pecuniário ou Crédito-família para se manter acima do limiar de pobreza. A situação dos sem-teto, que ao menos no norte da Europa fora solucionada no final da década de 1950, ressurgia: no decorrer dos governos de Thatcher, o número de sem-teto em Londres cresceu dez vezes. Em meados dos anos 90, esse número chegara a 80 mil. A poucos quilômetros de onde o metro quadrado era um dos mais caros do mundo, determinadas áreas da capital britânica começavam a parecer a “Londres Marginalizada”, notória no final da era vitoriana.³⁹¹

Enquanto, no passado, viradas econômicas positivas costumavam guindar muitos pobres a empregos com melhor remuneração e mais estabilidade, no presente isso já não acontecia. Em outras palavras, a Europa estava gerando uma subclasse, em plena fartura. Conforme já nos anos 60 previra o sociólogo francês André Gorz, o fim da era industrial provocaria o surgimento de uma nova casta de trabalhadores esporádicos, temporários — uma “classe nula, de trabalhadores nulos” —, a um só tempo à margem da vida moderna e, de certo modo, no cerne da vida moderna.³⁹²

A exemplo da sua equivalente norte-americana, a subclasse européia era definida não apenas por pobreza e desemprego (ou subemprego), mas sobretudo (e cada vez mais) por raça: em meados dos anos 90, o índice de desemprego em Londres, entre *negros*, chegou a 51%. Os desvalidos, a exemplo da Europa como um todo no final do século, eram notadamente multinacionais — ou “multiculturais”, conforme a nova nomenclatura, criada em reconhecimento ao fato de que muitos holandeses, alemães ou britânicos de pele escura eram europeus nativos e também filhos, ou mesmo netos, de imigrantes marroquinos, turcos ou paquistaneses. Cidades como Roterdã ou Leicester eram agora multilíngües e multicores, de um modo que teria causado espanto a qualquer um que lá retornasse após uma ausência de apenas duas décadas. Em 1998, jovens brancos eram minoria nas escolas públicas secundárias do centro de Londres.

As maiores cidades da Europa, principalmente Londres, eram agora deveras cosmopolitas. Embora os empregos urbanos bem remunerados ainda se destinassem a europeus (e norte-americanos) brancos, quase todo o trabalho mal remunerado, desde limpeza urbana à puericultura, já não era desempenhado por europeus de “segunda classe”, provenientes do Alentejo ou do

Mezzogiorno, mas por “minorias”, freqüentemente negras ou pardas, sendo que muita gente não tinha carteira de trabalho. De acordo com os números oficiais, o aumento do número de estrangeiros residentes em Londres e no sudeste da Inglaterra entre 1992 e 2002 era de 700 mil; mas o total real era bem mais elevado.

A imigração, embora sempre desestimulada e rigorosamente controlada em toda a Europa Ocidental, ainda era um importante fator demográfico: entre as crianças, já mencionadas, que viviam no centro de Londres em 1998, um terço não usava o inglês como primeira língua. Muitas dessas crianças eram filhos de refugiados, que haviam se multiplicado após as guerras iugoslavas; outras eram filhos de trabalhadores sazonais egressos do sudeste e do centro da Ásia, do Oriente Médio e da África — muitos dos quais em condições de ilegalidade e, portanto, sem documentação.

Na Alemanha, onde as condições para o asilo eram (e continuam sendo) as mais generosas da Europa,³⁹³ mas onde era bastante difícil para os imigrantes obter a cidadania, estimava-se que no final do século havia cerca de 5 milhões de pessoas em tal situação — incluindo familiares e dependentes. No início do século novo, a maioria dos indivíduos que buscava asilo na Alemanha era proveniente do Iraque, da Turquia e de países que constituíam a antiga Iugoslávia, mas havia um número crescente de egressos do Irã, do Afeganistão, da Rússia e do Vietnã.

O temor de que a Europa Ocidental fosse “invadida” por “refugiados carentes”, imigrantes ilegais, exilados etc. contribuía para a total falta de entusiasmo pela expansão da UE. Já na década de 1980, trabalhadores ilegais originários da Polônia se faziam presentes em grandes números na construção civil britânica e alemã. Mas o problema não era tanto a Polônia, nem a Hungria, nem os futuros países membros da Europa Central, e sim as terras a leste. Em 1992, na própria Polônia havia 290 mil imigrantes em situação “irregular”, a maioria vinda da Bulgária, da Romênia e da antiga URSS; a Hungria, com uma população de apenas 10 milhões, abrigava mais de 100 mil exilados. Embora a vida na Hungria — na Eslováquia ou na República Tcheca — fosse dura, não era insuportável, e a distância que separava esses países dos vizinhos ocidentais já começava a diminuir, ainda que lentamente. Entretanto, o abismo entre a Europa Central e o restante da Europa pós-comunista ficava cada vez maior.

Por conseguinte, embora no final dos anos 90 o salário mensal médio na Polônia e na República Tcheca já beirasse 400 dólares, na Bielo-Rússia,

Ucrânia e Romênia o valor ficava em torno de 80; na Bulgária, 70; e na Moldávia, apenas 30 — este último um valor distorcido, pois fora da capital, Chisinau, a renda era mais baixa, numa população em que 48% das pessoas ainda trabalhavam na terra. E, ao contrário da Polônia, ou mesmo da Bulgária, a condição das antigas Repúblicas soviéticas não mostrava sinais de melhora: em 2000, um cidadão da Moldávia em cada dois ganhava menos de 220 dólares por ano — apenas 19 por mês.

Em tais circunstâncias, a única esperança para os moldávios — ucranianos ou mesmo muitos russos que viviam fora dos grandes centros urbanos — era encontrar trabalho no Ocidente. E, portanto, uma grande parte dessa gente — sobretudo mulheres jovens — acabava nas mãos do crime organizado, sendo exportada para a UE, através da Romênia e dos Bálcãs, para ser empregada em oficinas e restaurantes, na melhor das hipóteses, e, na pior e mais frequente, para trabalhar na prostituição — na Alemanha, na Itália ou até na Bósnia, atendendo a uma clientela bem paga de soldados ocidentais, funcionários e “voluntários de ajuda humanitária”. Portanto, “trabalhadores convidados”, recrutados na Moldávia e na Ucrânia, juntavam-se aos ciganos para compor a camada mais baixa da pirâmide multicultural do continente.³⁹⁴

As vítimas do comércio do sexo eram, de modo geral, invisíveis — a exemplo de gerações anteriores de migrantes brancos provenientes das margens da Europa, elas se misturavam facilmente com a maioria local, e por isso era tão difícil para a polícia e para os serviços sociais localizá-las. Porém, a maioria das pessoas que os sociólogos e pensadores franceses descreviam como *les exclus* (“os excluídos”) era perfeitamente visível. Nem tanto de pessoas excluídas de oportunidades de trabalho, mas de “oportunidades de vida”, consistia a nova subclasse: indivíduos fadados a permanecer excluídos da comunidade econômica, com filhos que não recebiam boa educação, famílias isoladas em deprimentes blocos de apartamentos nas periferias das cidades, onde não havia comércio, serviços, nem transporte. Em 2004, um estudo do Ministério do Interior da França concluiu que cerca de 2 milhões de pessoas viviam nessas condições, em guetos urbanos, padecendo de exclusão social, discriminação racial e altos níveis de violência doméstica. Em alguns desses *quartiers chauds*, o desemprego juvenil chegava a 50%; os mais afetados eram os jovens de origem argelina ou marroquina.

Com frequência, essa subclasse era marcada não apenas pela cor, mas também pela fé, pois, além de ser multicultural, a União Européia era agora, cada vez mais, multirreligiosa. Os cristãos continuavam sendo a grande maioria,

embora muitos fossem não-praticantes. Os judeus eram agora pequena minoria, com números significativos apenas na Rússia, França e, em grau bem menor, no Reino Unido e na Hungria. Mas os hindus e, sobretudo, os muçulmanos eram agora uma presença substancial e visível no Reino Unido, na Bélgica, Holanda e Alemanha, bem como nas maiores cidades da Escandinávia, Itália e Europa Central. E — entre as principais religiões presentes na Europa — o número de seguidores do islã crescia rapidamente.

Já nos primeiros anos do século XXI, havia talvez 6 milhões de muçulmanos na França (a maioria vinda do norte da África) e um número quase igual na Alemanha (principalmente de origem turca ou curda). Ao lado dos quase 2 milhões de muçulmanos no Reino Unido (a maioria do Paquistão e de Bangladesh) e de uma presença significativa nos países do Benelux e na Itália, esses números apontavam um total aproximado de 15 milhões de muçulmanos na UE.

A presença muçulmana em comunidades até então predominantemente seculares impunha questões difíceis para a política social: Quais regras adotar para o uso de trajes religiosos ou símbolos nas escolas públicas? Até que ponto o Estado deveria estimular (ou desestimular) instituições e instalações culturais separadas? Seria benéfica a política de apoio às comunidades multiculturais (e, portanto, separadas) ou deveriam as autoridades procurar facilitar ou mesmo induzir a integração? A política oficial francesa defendia a integração cultural e proibia a exibição de símbolos religiosos nas escolas; em outros locais, notadamente na Grã-Bretanha e Holanda, havia mais tolerância à diferença cultural e à identificação religiosa explícita. Mas, por toda parte, as opiniões se dividiam (ver Capítulo 23).

Se tais questões logo passaram para o topo das pautas políticas nacionais e cada vez mais se inseriam nos debates sobre imigração e asilo político, isso se devia à crescente apreensão, em todo o continente, diante do surgimento de uma nova geração de partidos xenófobos. Alguns desses partidos tinham raízes numa era anterior de políticas sectárias ou nacionalistas; outros — a exemplo do Dansk Folkeparti (cujo sucesso foi surpreendente) ou do List Pim Fortuyn, este na Holanda — eram bem recentes. Mas todos tinham se mostrado bastante competentes na manipulação do sentimento “antiimigrante”.

Fosse, como no caso do Partido Nacional Britânico, atacando “minorias étnicas” ou, como a Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen, condenando “imigrantes” — na Alemanha, o termo predileto era “estrangeiro” ou

“forasteiro” —, os partidos da extrema direita conseguiram recrutar muita gente no período em questão. De um lado, o crescimento mais vagaroso, combinado com a vulnerabilidade diante das forças econômicas globais, expunha muitos trabalhadores a um nível de insegurança econômica sem precedentes na memória viva. Por outro lado, as velhas instituições da esquerda já não podiam denunciar essa insegurança sob o rótulo de “classe”; não por acaso, a Frente Nacional muitas vezes obtinha os melhores resultados em distritos que anteriormente eram baluartes do Partido Comunista.

A presença cada vez mais numerosa de uma minoria visível e culturalmente estrangeira — e a perspectiva de mais estrangeiros se valendo da previdência ou roubando “nossos” empregos, depois que fossem abertas as comportas do Leste Europeu — caiu como sopa no mel para a nova direita. Declarando que o “barco está lotado” — ou que os governos haviam vendido o controle das fronteiras em troca de “interesses cosmopolitas”, ou para os “burocratas de Bruxelas” —, demagogos populistas prometiam suspender a imigração, repatriar “estrangeiros” e devolver o Estado aos sofridos cidadãos brancos, marginalizados em seus próprios países.

Comparada ao fascismo da era anterior, essa nova manifestação de xenofobia talvez parecesse branda — mas, na Alemanha, no início dos anos 90, estrangeiros e minorias foram alvo de uma onda de ódio que fez com que alguns observadores expressassem grande preocupação: Günter Grass denunciou a indiferença autocentrada da política cultural da Alemanha Ocidental, bem como o entusiasmo míope do país por uma unidade “imerecida”, argumentando que a responsabilidade pela violência racista (sobretudo nas cidades industriais agonizantes da antiga RDA, onde o sentimento contrário aos estrangeiros era mais intenso) deveria recair sobre os ombros da elite política do país — complacente e amnésica.

Mas mesmo que o nível de violência fosse contido, a escala de apoio popular à nova direita era motivo de grande preocupação. Na vizinha Áustria, sob a liderança de Jörg Haider, jovem e fotogênico líder, o Partido da Liberdade (PL) — herdeiro da Liga dos Independentes, no pós-guerra, mas supostamente livre das associações da Liga com o nazismo — cresceu rapidamente nas pesquisas, apresentando-se como defensor dos “pequenos”, esquecidos pela colaboração mutuamente benéfica dos dois grandes partidos e ameaçados pela multidão de “criminosos”, “drogados” e pela “ralé estrangeira” que invadia a pátria.

Para não descumprir a lei, Haider teve o cuidado de evitar condutas que o identificassem por demais com a nostalgia pelo nazismo. De modo geral, o austríaco (tanto quanto Jean-Marie Le Pen) só revelava seus preconceitos indiretamente — por exemplo, identificando, como exemplos daquilo que o ofendia na vida pública pessoas que por acaso eram judias. Haider e seus seguidores sentiam-se mais à vontade diante de novos alvos, como a União Européia: “Nós, austríacos, não deveríamos responder à UE, nem a Maastricht, tampouco a essa ou àquela idéia internacional, mas sim a esta nossa Pátria.”

Nas eleições legislativas austríacas de 1986, o Partido da Liberdade, liderado por Haider, conquistou 9,7% dos votos. Quatro anos depois, o índice subiu para 17%. Nas eleições de outubro de 1994, o PL abalou a sociedade vienense ao atingir 23%, apenas quatro pontos abaixo do Partido Popular, que governara o país ao longo de 25 anos, desde o final da guerra, e que ainda dominava as províncias rurais da Áustria. Mais assustador foi o fato de que Haider conseguira grande apoio junto ao eleitorado da classe operária de Viena, tradicionalmente socialista. Considerando que (de acordo com pesquisas realizadas em 1995) um austríaco em cada três concordava com a visão de Haider de que “trabalhadores convidados” e outros estrangeiros na Áustria gozavam de benefícios e privilégios em excesso, tais resultados não devem surpreender.

A influência de Haider chegou ao auge no final do século, na esteira das eleições de outubro de 1999, quando seu partido teve o apoio de 27% dos eleitores austríacos, empurrando o Partido Popular para a terceira posição e ficando a apenas 290 mil votos dos socialistas (vencedores). Em fevereiro de 2000, diante do assombro um tanto exagerado dos parceiros europeus da Áustria, o Partido Popular formou um governo de coalizão com o Partido da Liberdade (embora não incluindo o próprio Haider). Mas o novo chanceler austríaco, Wolfgang Schüssel, agira com perspicácia: o Partido da Liberdade era um movimento de protesto, um partido do tipo “fora com eles”, que exercia grande apelo junto “ao povo explorado e cansado de mentiras” (para citar Pierre Poujade, protótipo do populista). Depois que se visse no governo, exposto ao desgaste da administração e obrigado a dividir responsabilidades por políticas impopulares, o partido logo perderia o charme. Nas eleições de 2002, o PL obteve apenas 10,1% dos votos (ao passo que o Partido Popular subira para 43%). Nas eleições européias de 2004, o partido de Haider se viu reduzido a 6,4% do eleitorado.

A ascensão e o declínio de Haider (que, no entanto, manteve a popularidade como governador da Caríntia, sua terra natal) foram emblemáticos da trajetória de outros partidos contrários aos estrangeiros. Depois de conquistar 17% dos votos em 2003, na sequência do assassinato do líder, o List Pim Fortuyn avançou pelas fileiras do governo holandês, mas sua base de apoio desmoronou, não passando de 5% nas eleições seguintes, e a representação parlamentar do partido caiu de 26 para oito. Na Itália, a ascensão da Liga do Norte nos escalões governamentais sob as asas de Berlusconi provocou uma queda brusca do apoio ao partido.

Na Dinamarca, o Dansk Folkeparti, após sair da obscuridade em 1995, tornara-se, em 2001, o terceiro maior contingente parlamentar do país. Mantendo-se longe do governo e focalizando, quase exclusivamente, a questão da imigração, o partido e a líder Pia Kjaersgaard conseguiram alavancar um inusitado poder de influência. Os dois principais partidos dinamarqueses — Liberal e Socialdemocrata — agora competiam entre si, com sua recém-descoberta “firmeza” no que dizia respeito à legislação sobre asilo político e residentes estrangeiros. “Nós”, como disse Kjaersgaard depois que seu partido garantiu 12% dos votos nas eleições de 2001, “estamos no controle da situação”.³⁹⁵

Quase não mais havendo políticos tradicionais, de esquerda ou direita, que ousassem parecer “brandos” diante de tais questões, Kjaersgaard estava certa. Até o diminuto e agressivo Partido Nacional Britânico (PNB) fez sombra às políticas dos governos do Novo Trabalhismo no Reino Unido. Até então sempre à margem — sua melhor atuação recente fora a conquista de 7% dos votos, em 1997, num bairro da zona leste de Londres, onde bengalis haviam tomado o lugar dos judeus na condição de minoria étnica local —, o PNB obteve 11.643 votos (14%), quatro anos mais tarde, em dois bairros de Oldham, antiga cidade de mineração, em Lancashire, onde conflitos raciais haviam explodido pouco tempo antes das eleições.

Esses números eram desprezíveis, se comparados ao que ocorria no continente, e o PNB não chegou nem perto de conquistar um assento parlamentar. Porém, visto que as preocupações do PNB (de acordo com as pesquisas de opinião) pareciam refletir uma apreensão generalizada no país, a extrema direita conseguiu assustar o primeiro-ministro o suficiente para fazer com que ele apertasse ainda mais as provisões do Reino Unido (já pouco generosas) relativas a futuros imigrantes e refugiados. O estado de espírito da época fica evidente quando se constata que o governo do Novo Trabalhismo, mesmo

contando com maioria parlamentar e quase 11 milhões de votos nas eleições de 2001, se deixasse levar pela propaganda desse grupo neofascista que obtivera o apoio de apenas 48 mil eleitores no país: 0,2% dos votos, e apenas 40 mil votos a mais do que o Partido Monstro dos Malucos.

A França foi outra questão. Ali, a Frente Nacional tinha uma causa — imigrantes —, e apoio das massas: 2,7 milhões de votos nas eleições gerais de 1986, e um líder carismático, brilhante em sua capacidade de transformar insatisfação pública em ódio e preconceito político. Sem dúvida, a extrema direita jamais teria se saído tão bem se Mitterrand não houvesse cinicamente introduzido na França, em 1986, um sistema de representação proporcional destinado a garantir o sucesso parlamentar (e, portanto, a visibilidade) da Frente Nacional — e assim dividir e enfraquecer os partidos conservadores franceses.

Mas o fato é que 4,5 milhões de eleitores apoiaram Le Pen nas eleições presidenciais de 1995: número que se elevou a 4,8 milhões em abril de 2002, quando o líder da FN alcançou um sucesso sem precedentes, chegando em segundo lugar nas eleições presidenciais, garantindo 17% dos votos e tirando da competição o candidato da esquerda, o infeliz primeiro-ministro, Lionel Jospin. Na França, também, a conclusão a que chegaram os políticos tradicionais foi de que, de algum modo, deveriam solapar o apoio a Le Pen, apropriando-se de suas preocupações e prometendo medidas duras a respeito de “segurança” e imigração, sem explicitamente recorrer à linguagem de Le Pen — ou ao seu programa (“A França para os franceses” e repatriação para todos os demais).

A despeito das ligações de Le Pen com a antiga tradição política de extrema direita — o apoio que, na juventude, ele oferecera aos poujadistas, sua passagem por organizações obscuras de extrema direita durante a guerra com a Argélia e sua cuidadosamente articulada defesa de Vichy e da causa pétainista —, o movimento por ele encabeçado, a exemplo de movimentos congêneres por todo o continente, não podia ser descartado como, simplesmente, uma regurgitação atávica e nostálgica do passado fascista europeu. Por certo, nem Fortuyn nem Kjaersgaard poderiam ser assim caracterizados. Na verdade, ambos faziam questão de enfatizar o desejo de resguardar a conhecida tolerância de seus respectivos países — ameaçada, afirmavam eles, pelo fanatismo religioso e por práticas culturais retrógradas das novas minorias muçulmanas.

Tampouco era o Partido da Liberdade austríaco um movimento nazista; e Haider não era Hitler. Ao contrário, ele fazia absoluta questão de ressaltar

suas credenciais no pós-guerra. Nascido em 1950, conforme sempre lembrava aos ouvintes, ele tivera “*die Gnade der späten Geburt*”: a sorte de um nascimento tardio. Parte do sucesso de Haider — a exemplo de Christoph Blocher, cujo Partido Popular Suíço conquistou 28% dos votos populares em 2003, com uma plataforma antiimigração e anti-UE — decorria de sua habilidade de inserir um subtexto racista sob a imagem de modernizador, de populista de tendências liberais. Esse perfil agradava aos jovens eleitores: em dado momento, o Partido da Liberdade foi o predileto dos austríacos com menos de 30 anos de idade.³⁹⁶

Na Áustria, assim como na França, foram o medo e o ódio aos imigrantes (na Áustria, aqueles provenientes do leste; na França, do sul — em ambos os casos de terras antes dominadas pelos dois países) que substituíram as velhas obsessões — sobretudo o anti-semitismo — como o elo que une a extrema direita. Mas os novos partidos contrários ao sistema também se beneficiaram de algo mais: mãos limpas. Excluídos do governo, esses partidos não se sujaram com a corrupção que no início dos anos 90 parecia corroer as raízes do sistema europeu. Não apenas na Romênia, na Polônia ou (principalmente) na Rússia, onde a corrupção podia ser explicada como um custo colateral da transição para o capitalismo, mas no centro democrático do continente.

Na Itália, onde desde a guerra os democratas cristãos gozavam de uma relação amigável e lucrativa com banqueiros, empresários, empreiteiros, chefes municipais, funcionários públicos e — segundo muitos boatos — com a Máfia, uma nova geração de magistrados, demonstrando grande coragem, começou a reverter o quadro de décadas de silêncio público. Ironicamente, o primeiro a cair foi o Partido Socialista, derrubado pelo escândalo da *tangentopoli* (cidade do suborno), em 1992, na seqüência de investigações sobre a administração do PS na cidade de Milão. O partido foi humilhado, e o líder, o ex-primeiro-ministro Bettino Craxi, foi obrigado a cruzar o Mediterrâneo e buscar exílio na Tunísia.

Mas os interesses dos socialistas estavam inextricavelmente ligados aos dos democratas cristãos, seus velhos parceiros de coalizão. Os dois partidos ficaram ainda mais desacreditados devido à subsequente onda de prisões e processos, e caiu com eles toda a rede de acertos e conchavos políticos que moldava a política italiana havia duas gerações. Nas eleições de 1994, *todos* os principais partidos políticos do país, exceto os ex-comunistas e ex-fascistas, foram praticamente eliminados — embora, a longo prazo, o único beneficiário desse terremoto político tenha sido um ex-cantor de boate, o magnata da

mídia sensacionalista Silvio Berlusconi, que entrou na política menos para dar continuidade à “limpeza da casa” do que para garantir que seus *próprios* interesses comerciais não fossem atingidos.

Na Espanha, um tipo de escândalo bastante diverso acabou com a carreira política de Felipe González, quando transpareceu, em meados dos anos 90 (graças ao trabalho de uma jovem geração de repórteres dos diários *El Mundo* e *Diario 16*), que o governo de González, entre 1983 e 1987, conduzira uma “guerra suja” contra o terrorismo basco, permitindo e incentivando a ação de esquadrões da morte, que praticavam seqüestros, tortura e assassinatos. Isso ocorria na Espanha e até mesmo do outro lado da fronteira, nas regiões bascas da França, de onde muitas vezes partiam as operações do ETA (ver Capítulo 14).

Diante da reputação do ETA, o fato talvez não bastasse para desacreditar o carismático González — em consequência do cínico estado de espírito do povo nos últimos anos de Franco, muitos contemporâneos de González haviam crescido com uma visão bastante utilitária do Estado e de suas leis —, mas surgiram outras revelações de suborno e tráfico de influência por parte de companheiros de González, práticas que ecoavam o exemplo italiano e suscitavam uma apreensão generalizada sobre a condição moral da ainda incipiente democracia espanhola.

Na França — na Alemanha, ou na Bélgica —, o surto de escândalos que desfigurou a vida pública nos anos 90 sugeria menos a fragilidade das instituições e dos *valores* do que o custo cada vez mais elevado da prática da democracia na modernidade. Política — assessorias, publicidade, consultorias — custa caro. Na Europa, dinheiro público para partidos políticos era severamente limitado pela lei e pela tradição, e, geralmente, só disponibilizado com o objetivo de se concorrer à eleição. Quando precisavam de mais recursos, os políticos, no passado, recorriam às fontes de sempre: membros do partido, sindicatos (de esquerda), empresários e corporações. Mas esses recursos se tornavam escassos: a filiação aos partidos estava em declínio, os sindicatos também, e com o crescente consenso (transpartidário) em relação à política econômica, empresas e indivíduos não viam por que contribuir generosamente para determinado partido.

Talvez seja compreensível que, quase universalmente, os principais partidos políticos da Europa Ocidental comesçassem a buscar meios alternativos de captar fundos — precisamente no momento em que, graças à abolição dos controles e à globalização da economia, havia muito mais recursos

financeiros em circulação. Na França, ficou comprovado que gaullistas e socialistas — a exemplo dos Democratas Cristãos, na Alemanha, e do Novo Trabalhismo, na Grã-Bretanha — haviam conseguido recursos ao longo das últimas duas décadas de várias maneiras escusas: vendendo favores, traficando influência ou, simplesmente, apoiando-se mais insistentemente do que nunca em doadores tradicionais.

A situação foi um pouco mais longe na Bélgica: um escândalo, entre tantos outros — o chamado caso Dassault/Augusta —, servirá de exemplo. No final da década de 1980, o governo belga contratou a compra de 46 helicópteros militares à empresa italiana Augusta e a reforma de aviões F-16 à empresa francesa Dassault. Os concorrentes à obtenção do contrato foram mantidos de fora. Em si mesma, a prática não era incomum, e o fato de que três países estavam envolvidos até confere à questão uma natureza ecumênica e pan-européia.

Porém, mais tarde transpareceu que o Partido Socialista da Bélgica (então no governo) obtivera bons lucros com propinas nos dois negócios. Pouco tempo depois, em 1991, um importante político socialista que sabia demais, André Cools, foi morto num estacionamento, em Liège; outro, Etienne Mange, foi preso em 1995; e um terceiro, Willy Claes, ex-primeiro-ministro da Bélgica, ex-secretário-geral da OTAN (1994-1995) e ministro das Relações Exteriores na ocasião em que os contratos foram fechados, foi condenado, em setembro de 1998, por ter aceito suborno em nome do partido. Um quarto suspeito, o ex-general do Exército Jacques Lefebvre, intimamente envolvido no caso, morreu em circunstâncias misteriosas, em março de 1995.

Se este é um relato tipicamente belga (*“La Belgique”*, segundo Baudelaire, *“est sans vie, mais non sans corruption”*), talvez seja porque a duplicação e a diluição da autoridade constitucional no país produzira não apenas a ausência de fiscalização governamental, mas quase o desmantelamento de grande parte do aparato do Estado, inclusive o sistema de justiça criminal. Em outros locais, exceto na Itália (conforme observado anteriormente), havia pouquíssima evidência de corrupção *pessoal* — a maioria dos crimes e das contravenções era cometida, literalmente, pelo bem do partido³⁹⁷ —, mas diversos homens ilustres foram forçados, de uma hora para outra, a deixar a vida pública.

Entre tais indivíduos constava não apenas González, o ex-primeiro ministro francês Alain Juppé e os líderes históricos dos democratas cristãos na Itália, mas até o ex-chanceler alemão Helmut Kohl, o herói da unificação, cuja reputação ficou manchada quando ele se recusou a divulgar os nomes de

doadores secretos que haviam contribuído para seu partido. Se não contasse com imunidade funcional, o presidente francês Jacques Chirac — prefeito de Paris numa época em que a cidade estava inundada de suborno político e venda de favores — teria, certamente, engrossado as fileiras dos acusados.

Talvez o aspecto mais impressionante desses acontecimentos seja que, em termos relativos, eles causaram *pouco* descrédito ao sistema político como um todo. É bem verdade que o declínio no comparecimento às urnas traduz uma perda de interesse em assuntos públicos, mas o fenômeno já fora detectado décadas antes, com o aumento dos índices de abstenção e a diminuição da intensidade do debate político. A verdadeira surpresa não é o surgimento de um novo grupo de partidos populistas de direita, mas o fato de esses partidos não terem se saído ainda melhor do que antes, aproveitando o desgoverno e a insatisfação existentes desde 1989.

Havia uma razão para tanto. Talvez os europeus tivessem perdido a fé nos políticos, mas no cerne do sistema europeu de governo existe algo que nem os partidos mais radicais ousam confrontar, algo que continua a cativar uma aliança quase universal. Esse algo não é, absolutamente, a União Européia, a despeito dos seus muitos méritos. Tampouco é a democracia: por demais abstrata, nebulosa e talvez excessivamente invocada como objeto de admiração. Tampouco é a liberdade, nem o estado de direito — que há várias décadas já não são seriamente ameaçados no Ocidente, e que já são dados como certos por uma geração mais jovem de europeus, em todos os países membros da UE. O que une os europeus, mesmo quando criticam, veementemente, determinado aspecto do seu próprio estilo de atuar, é o que se convencionou chamar — em revelador contraste com o “American way of life” — de “modelo de sociedade europeu”.

371 A Gallia Belgica de Júlio César atravessava a linha divisória entre os territórios da Gália romana e dos francos, e demarcaria a fronteira entre a Europa latinizada e dominada pela França e o norte germânico.

372 Os principais jornais, *Le Soir* e *De Standaard*, quase não têm leitores fora das comunidades de línguas francesa e holandesa, respectivamente. O resultado é que tais jornais não se preocupam em veicular notícias sobre a outra metade do país. Quando alguém fala holandês na televisão valona (e vice-versa), legendas são introduzidas. Até os letreiros eletrônicos que prestam informações nos trens inter-regionais alternam holandês e francês (ou exibem os dois idiomas, como se vê em Bruxelas). Não é piada dizer que o inglês é atualmente o idioma comum na Bélgica.

373 As pessoas mais versadas em História talvez se recordassem do trecho do *Mémorial de Sainte-Hélène*, do conde de Las Cases, no qual Napoleão Bonaparte, exilado, prevê uma futura “*association européenne*”, com “um código de leis, um sistema de justiça, uma moeda”.

374 Polônia, Hungria e República Tcheca foram admitidas em 1999, a tempo (embora relutantemente) de se comprometerem com o envolvimento da OTAN no Kosovo. Bulgária, Romênia, Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia e Eslovênia foram admitidas em 2004.

375 A recessão econômica do início dos anos 90 também ajudou, contribuindo para o entendimento geral, sobretudo na Suécia, de que os exportadores do país não poderiam sobreviver sem ter acesso irrestrito ao mercado europeu.

376 Ver Capítulo 21. O sofrimento foi real. Depois de 1989, os países do Leste Europeu perderam de 30% a 40% da renda nacional. O primeiro país a recuperar os índices registrados em 1989 foi a Polônia (em 1997); outros só o fariam em 2000, ou mesmo depois.

377 Suposição extremamente otimista. Nos anos subsequentes à admissão da Espanha e de Portugal à CE em 1986, a economia desses países cresceu num ritmo entre 1% e 1,5% mais acelerado do que o restante da Comunidade.

378 Em inglês, Value-Added Tax (VAT). (N. do T.)

379 Em 1º de janeiro de 2002, um total de 600 bilhões de euros foram distribuídos eficientemente e introduzidos nos países da zona do euro, verdadeira façanha técnica.

380 Se os cantões ainda funcionavam bem, isso decorria, em parte, do fato de que a máquina federal era muito bem lubrificada, inclusive à custa de muito dinheiro: na década de 1990, a Suíça ainda era o país mais rico do mundo.

381 Citado por Kenneth Harris, em *Attlee* (Londres, 1984), p. 63.

382 O declínio do número de eleitores holandeses talvez seja particularmente alarmante. Antes o centro do entusiasmo europeu e contribuinte generosa para a CE e a UE, a Holanda, recentemente, vem se retraindo — fenômeno ao mesmo tempo iluminado e acelerado pela ascensão e subsequente assassinato do político direitista Pim Fortuyn.

383 Talvez valha a pena acrescentar que em janeiro de 2004 somente um francês em idade adulta em cada cinquenta era capaz de enumerar os dez novos países membros da UE.

384 Entretanto, isso não ocorreu em todos os locais: no Reino Unido — assim como nos EUA —, a distância entre ricos e pobres aumentou continuamente a partir do final dos anos 70.

385 O TEJ não deve ser confundido com o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, criado sob a égide do Conselho da Europa para fiscalizar o cumprimento da Convenção Européia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, que entrou em vigor em 1953.

386 Na Constituição da Europa, de Giscard, o Artigo 3 (I) estabelece que os objetivos da União são “promover a paz, seus valores e o bem-estar dos povos europeus”.

387 Citado por Andrew Moravcsik em *The Choice of Europe* (A escolha da Europa) (Nova York, 1998), p. 265.

388 Prevista à época, com mordacidade, pelo secretário de Estado dos EUA, Lawrence Eagleburger, que advertiu que os europeus “vão fracassar, e vão aprender uma lição”.

389 A UE não foi a única a subsidiar seus agricultores em detrimento de terceiros. Sequer foi a mais agressiva: Noruega, Suíça, Japão e EUA oferecem mais subsídios em valores *per capita*. Mas a UE, de certo modo, parecia ser mais hipócrita. Enquanto Bruxelas apregoa a virtude pelo mundo afora, suas próprias práticas são muitas vezes bastante seletivas. Os europeus orientais, instruídos a incorporar e adotar uma verdadeira biblioteca de regras expedidas pela União Européia, não deixariam de perceber a frequência com que os governos do Oeste Europeu se esquivam dessas mesmas regras.

390 Em 1995, de acordo com um estudo do Unicef, uma criança britânica em cada cinco vivia na pobreza, comparada com uma em cada dez na Alemanha, e uma em cada vinte na Dinamarca.

391 Recorrendo a critérios ligeiramente distintos para defender uma tese similar, o cientista político de Cambridge John Dunn divide as forças de trabalho dos países ricos em três grupos: “Os que sabem muito bem se cuidar no mercado, individualmente [...], os que se seguram, apenas porque pertencem a unidades sobreviventes de ação coletiva com uma vantagem perante ameaças, fora de proporção do

valor do trabalho individual de cada [...], e os que estão afundando, porque ninguém escolheria lhes pagar muito pelo seu trabalho”. Dunn, *The Cunning of Unreason, Making Sense of Politics* (A esperança da irracionalidade, fazendo sentido da política) (Londres, 2000), p. 333.

392 Gorz, como convinha a um homem do seu tempo e inclinação política, supunha que essa nova classe, por seu turno, fomentaria uma nova geração de movimentos sociais radicais. Até o momento há poucas evidências de que isso ocorra.

393 Somente no ano de 1992, a República Federal abriu as portas para quase 250 mil refugiados iugoslavos. A Grã-Bretanha admitiu 4 mil; a França, apenas mil.

394 No final do século XX, viviam na Europa cerca de 5 milhões de ciganos: quase 50 mil na Polónia; 60 mil na Albânia; meio milhão na Hungria; e talvez 600 mil na Bulgária, na antiga Iugoslávia e na República Tcheca; e ao menos 2 milhões na Romênia. Os ciganos eram alvo de preconceito e abuso em todos os países em que viviam (sem falar de locais como a Grã-Bretanha, onde a entrada deles era proibida).

395 O Dansk Folkeparti nasceu de uma dissidência do Partido Progressista Dinamarquês, por seu turno resultante dos movimentos contrários aos impostos surgidos no início dos anos 70 (ver Capítulo 14) e considerado, por uma nova geração de radicais, excessivamente “brando” em relação à UE e aos imigrantes.

396 Na Suíça, onde o preconceito contra os imigrantes era geral nos cantões de língua alemã, o racismo nem sempre se escondia no subtexto: um cartaz de campanha eleitoral estampava um conjunto de rostos escuros acima da legenda: “Os suíços estão ficando negros.”

397 Com uma exceção: Edith Cresson — ex-primeira ministra francesa filiada ao Partido Socialista, e mais tarde comissária da UE — contribuiu para o descrédito de toda a comissão, quando foi revelado, em 1999, que ela se valera de seu poder, em Bruxelas, para inventar uma consultoria muito bem remunerada para seu antigo dentista.

A Europa como Estilo de Vida

“Um Serviço de Saúde gratuito é o exemplo triunfal da superioridade da ação coletiva e da iniciativa pública aplicadas a um segmento da sociedade no qual os princípios comerciais são os mais ignóbeis.”
Aneurin Bevan

“Queremos que o pessoal da Nokia sinta que somos todos parceiros, não patrões e funcionários. Talvez seja essa a maneira europeia de trabalhar, mas funciona conosco.”
Jorma Ollila (diretor presidente da Nokia)[416](#)

“Os europeus querem ter a certeza de que o futuro não trará aventuras. Eles já tiveram aventuras demais.”
Alfons Verplaeste (diretor do Banco Nacional da Bélgica, 1996)

“Aos Estados Unidos deve-se ir quando se é jovem e solteiro. Mas quando chega a hora de crescer, convém voltar à Europa.”
(Empresário húngaro, respondendo a pesquisa de opinião, 2004)

“A sociedade moderna [...] é uma sociedade democrática que deve ser observada sem arroubos de entusiasmo nem de indignação.”
Raymond Aron

A crescente multiplicidade da Europa no final do século XX — a variada geometria de suas regiões, países e da UE; as perspectivas e os estados de espírito contrastantes do cristianismo e do islamismo, as duas principais religiões do continente; a velocidade inusitada das comunicações e das trocas dentro e além das fronteiras da Europa; a multiplicidade de fissuras que confundem divisões nacionais ou sociais anteriormente bem demarcadas; incertezas tanto em relação ao passado quanto ao futuro — dificulta o discernimento de um padrão de experiência coletiva. O fim do século XX na Europa carece da homogeneidade implícita nas definições confiáveis observadas no *fin-de-siècle* anterior.

Ainda assim, surgia uma identidade nitidamente européia, perceptível em muitos padrões de vida. Em termos de cultura erudita — sobretudo nas artes cênicas —, o Estado mantivera o papel de financiador, ao menos na Europa Ocidental. Museus, galerias de arte, companhias de ópera, orquestras e corpos de baile dependiam consideravelmente, em alguns países exclusivamente, de generosas subvenções anuais feitas com dinheiro público. A exceção infame da Grã-Bretanha no período pós-Thatcher, quando a loteria aliviou o Tesouro Nacional de uma parte do ônus inerente ao apoio cultural, é enganosa. As loterias eram tão-somente mais um mecanismo para levantar receita junto ao público: ocorre que, sob o ponto de vista social, elas são também mais regressivas do que os órgãos captadores convencionais.⁴¹⁷

O custo elevado desse tipo de financiamento público suscitou dúvidas a respeito da manutenção de subvenções vultosas por tempo indeterminado, especialmente na Alemanha, onde durante os anos 90 alguns governos regionais começaram a questionar a escala generosa dos desembolsos. Na Alemanha, o subsídio público costumava cobrir mais de 80% dos custos operacionais de teatros ou companhias de óperas. Mas, nesse nível, a cultura estava intimamente relacionada a status e identidade regional. A cidade de Berlim, apesar do déficit crescente e da estagnação no recolhimento de receita, sustentava três companhias em tempo integral: a *Deutsche Oper* (antiga Ópera de Berlim Ocidental); a *Staatsoper* (antiga Ópera de Berlim Oriental) e a *Komische Oper*, às quais se somavam a Orquestra de Câmara e a Filarmônica de Berlim. Todas dependiam de considerável apoio do setor público. Frankfurt, Munique, Stuttgart, Hamburgo, Düsseldorf, Dresden, Freiburg, Würzburg e muitas outras cidades alemãs continuavam a apoiar excelentes companhias de balé ou de ópera, pagando salários anuais, com todos os benefícios, bem como pensões a artistas, músicos e pessoal técnico. Em 2003, havia na Alemanha

615 mil pessoas classificadas oficialmente como “artistas” — em dedicação exclusiva.

Na França, também, as artes (sobretudo o teatro) floresceram em cidades provincianas distantes entre si — graças a subsídios distribuídos diretamente a partir de um fundo único, centralizado no Ministério da Cultura. Além de construir a biblioteca que lhe tomou o nome bem como outros monumentos, o presidente Mitterrand gastou somas sem precedentes desde o reinado de Luís XIV, não apenas no Louvre, na Ópera de Paris e na Comédie Française, mas também em museus e centros de arte regionais, companhias de teatro sediadas no interior do país e na criação de uma rede nacional de *cinémathèques* cujo propósito era abrigar e exhibir filmes clássicos e modernos.

Enquanto na Alemanha a arte erudita era orgulhosamente cosmopolita (Vladimir Derevianko, o diretor russo da Ópera e Balé de Dresden, encomendou obras a William Forsythe, coreógrafo norte-americano, para atender ao entusiasmado público alemão), na França, o objetivo principal das subvenções artísticas era preservar e exhibir a riqueza cultural da própria nação — a *exception culturelle* francesa. A alta cultura na França resguardava uma função reconhecidamente pedagógica, e o cânone do teatro francês ainda se achava rigidamente inculcado no ensino nacional. Jane Brown, diretora de uma escola londrina que em 1993 proibiu uma excursão de alunos que iriam assistir a uma montagem de *Romeu e Julieta*, alegando que a peça era politicamente incorreta (“ostensivamente heterossexual”, segundo ela), não teria conseguido consolidar uma carreira do outro lado do canal.

A escala do financiamento público talvez fosse mais impressionante na França e na Alemanha, mas o Estado era a principal — e na maioria dos casos a única — fonte de apoio às artes em toda a Europa. Na realidade, a “cultura” era a última área importante da vida pública na qual o Estado nacional, em vez da União Européia ou da iniciativa privada, podia desempenhar papel de destaque como provedor de um (quase) monopólio. Mesmo na Europa Oriental, onde a geração anterior tinha bons motivos para temer as implicações de se permitir que o governo controlasse a vida cultural, o empobrecido tesouro público era a única alternativa para fazer frente ao impacto nocivo das forças de mercado.

Sob o comunismo, as artes cênicas tinham sido valorizadas, mas não eram arrojadas; de modo geral, mostravam-se tecnicamente aptas, mas quase sempre cautelosas e conservadoras — qualquer pessoa que visse *A Flauta Mágica* encenada, digamos, em Viena e em Budapeste, não deixaria de perceber

o contraste. Porém, depois do comunismo, embora houvesse um bom índice de experimentação que se valia de orçamentos modestos (Sófia, em especial, tornou-se um celeiro de exóticos experimentos pós-modernos em coreografia e montagem), quase não havia recursos, e muitos dos melhores músicos, bailarinos e mesmo atores partiram para o Ocidente. Entrar para a Europa também podia significar tornar-se provinciano.

Outro motivo para tal era que o público que prestigiava a arte erudita europeia era agora europeu: nas grandes cidades, companhias nacionais atuavam diante de platéias cada vez mais internacionais. A nova casta de funcionários transnacionais que se comunicavam facilmente através de fronteiras e idiomas tinha recursos e tempo para viajar livremente à procura de diversão e cultura, assim como quem vai em busca de roupa ou emprego. Críticas a uma determinada exposição, peça ou ópera surgiam na imprensa de diversos países. Um espetáculo de sucesso em dada cidade — por exemplo, Londres ou Amsterdã — podia contar com espectadores vindos de Paris, Zurique ou Milão.

Se as novas platéias cosmopolitas seriam deveras sofisticadas — ou apenas abastadas — era questão um tanto controversa. Eventos tradicionais, como o Festival Anual de Salzburgo ou as apresentações periódicas do Ciclo do Anel, em Bayreuth, ainda atraíam um público mais velho, versado não apenas no material encenado mas também nos rituais sociais correspondentes. Mas o momento favorecia esforços no sentido de popularizar material tradicional, tornando-o acessível ao público jovem, cuja familiaridade com os clássicos (e com o idioma original) não podia ser considerada certa; ou então se encomendavam obras originais e acessíveis, voltadas para a nova geração.

Para aqueles que as aceitavam, as produções operísticas transpostas para ambientações modernas, as companhias vanguardistas de dança e as exposições de arte pós-moderna ilustravam a transformação ocorrida no cenário cultural europeu, que se tornara jovem, inovador, atrevido e, acima de tudo, popular — conforme convinha a uma indústria que tanto dependia da generosidade do setor público e, portanto, tinha o dever de alcançar e tentar agradar um grande número de pessoas. No entanto, para aqueles que não aceitavam esse tipo de arte, o novo cenário cultural de Londres (a chamada “Brit Art”) — à semelhança dos controversos balés de William Forsythe encenados em Frankfurt, ou das estranhas “adaptações” operísticas ocasionalmente montadas em Paris — confirmava a previsão pessimista de que tudo estava pior.

Sob essa ótica, a “alta” cultura européia — que antes contava com a familiaridade do público diante do cânone comum — agora explorava as inseguranças culturais de um público novato, incapaz de distinguir entre o bom e o ruim (mas que haveria sempre de reagir com entusiasmo aos ditames da moda). Ao contrário do que os pessimistas afirmavam, a situação não era inusitada — as aspirações vulneráveis dos novos-ricos incultos tinham sido objeto de troca literária e teatral, ao menos desde Molière. A novidade, entretanto, era a escala continental da guinada cultural. A configuração das platéias, de Barcelona a Budapeste, era agora extraordinariamente uniforme e, portanto, uniforme era também o material ofertado. Para os críticos, isso apenas ratificava o óbvio: que as artes e sua clientela estavam engatadas num abraço mutuamente prejudicial — cultura européia e lixo europeu.

Se a crescente união dos europeus tornava os beneficiários mais cosmopolitas ou simplesmente lhes mesclava os respectivos provincianismos, não era questão apenas para as páginas eruditas do *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ) ou do *Financial Times* (FT). O FAZ, o FT, o *Le Monde* e, em menor grau, o *La Repubblica* italiano eram agora jornais autenticamente europeus. A imprensa sensacionalista de grande circulação, entretanto, permanecia firmemente circunscrita aos idiomas e fronteiras nacionais. Mas o número de leitores desse tipo de jornal decrescia em todos os locais (sendo maior na Grã-Bretanha e menor na Espanha), de modo que as tradições nacionais do jornalismo popular importavam menos agora do que no passado — exceto, mais uma vez, na Inglaterra, onde a imprensa popular aticava e explorava a eurofobia. No Leste Europeu e na península Ibérica, a longa ausência de uma imprensa livre fez com que a população, sobretudo fora das grandes cidades, ficasse excluída da era da imprensa — transitando, diretamente, do pré-letramento à mídia eletrônica.

Esta — principalmente a televisão — tornara-se agora, para a maioria dos europeus, a grande fonte de informação, idéias e cultura (erudita e popular). O mesmo que ocorreu com os jornais ocorreu com a televisão: os britânicos eram os que mais assistiam à TV, mantendo-se no topo dos índices de audiência, seguidos de perto por portugueses, espanhóis, italianos e — embora bem mais atrás — por europeus do leste. As emissoras de televisão tradicionalmente estatais passaram a enfrentar a concorrência de companhias comerciais e de canais transmitidos por satélite, mas garantiam elevados índices de audiência. Em sua maioria, essas emissoras seguiram o exemplo da imprensa escrita e diminuíram drasticamente a cobertura do noticiário internacional.

Como resultado, a televisão europeia no final do século XX apresentava um curioso paradoxo. A programação oferecida pouco variava de um país para outro: filmes importados e comédias, reality shows, programas de auditório em que prêmios são distribuídos aos participantes; estes e outros programas comuns podiam ser assistidos em todo o continente, a diferença estando no fato de os programas importados serem dublados (conforme ocorre na Itália), legendados ou exibidos com o som original (opção mais freqüente em países pequenos ou multilíngües). O estilo de apresentação — nos telejornais, por exemplo — tornou-se sumamente parecido, muitas vezes uma cópia do modelo dos noticiários norte-americanos.⁴¹⁸

Por outro lado, a televisão continuou a ser um veículo nitidamente *nacional*, e até insular. Por conseguinte, a televisão italiana era, inequivocamente, *italiana* — dos programas de variedades (de estilo um tanto ultrapassados) e entrevistas (nada espontâneas) à célebre beleza das apresentadoras e aos ângulos ousados de que se valiam as câmeras para focalizar jovens pouco vestidas. Na vizinha Áustria, os *talk shows* produzidos localmente eram revestidos de seriedade moral, contrastando com o quase-monopólio que a Alemanha exercia sobre o restante da programação. Na Suíça (como na Bélgica), cada região do país tinha os seus próprios canais de TV, utilizando idiomas diferentes, cobrindo eventos distintos e operando em estilos bastante diversos.

Conforme denunciavam os críticos, a BBC, no ímpeto de concorrer com os canais comerciais, abandonara a estética e os princípios de dias passados, quando a emissora atuava como árbitro moral da nação e pedagoga benevolente. Porém, apesar de haver baixado os padrões de qualidade (ou, talvez, precisamente por esse motivo), a BBC parecia mais britânica do que nunca. Para quem duvidasse, bastaria comparar uma reportagem, um debate ou um espetáculo transmitido pela BBC com programas congêneres na Antenne 2, francesa, ou na TF1: o que havia mudado, dos dois lados do canal, era bem menos marcante do que havia permanecido inalterado. As preocupações intelectuais ou políticas, as atitudes contrastantes em relação à autoridade e ao poder continuavam tão singulares e distintas quanto o eram meio século antes. Numa época em que a maioria das atividades coletivas e organizações comunitárias se achavam em declínio, a televisão era o que a maioria da população de cada país tinha em comum. E servia, eficazmente, para reforçar disparidades nacionais e altos níveis de ignorância mútua.

Exceto durante graves momentos de crise, os canais de TV demonstravam pouco interesse por eventos ocorridos em países vizinhos — interesse bem

menor, inclusive, do que fora o caso nos primórdios da televisão, quando o fascínio pela tecnologia e a curiosidade sobre o semi-estrangeiro propiciaram inúmeros documentários e “transmissões externas” realizadas a partir de cidades e litorais exóticos. Mas, visto que a Europa era agora algo conhecido e — à exceção do conturbado e empobrecido sudeste — nada tinha de exótica para a maioria dos telespectadores, os programas sobre viagens veiculados pela TV europeia passaram por um processo de “globalização”, voltando o olhar para horizontes longínquos, em detrimento do restante da Europa — supostamente território familiar, mas, na prática, bastante desconhecido.

Grandes espetáculos públicos — funerais em estilo imperial realizados na França; casamentos e mortes da realeza na Grã-Bretanha, Bélgica, Espanha ou Noruega; homenagens póstumas, celebrações e retratações presidenciais em diversas regiões pós-comunistas — eram questões estritamente locais, transmitidas para o público doméstico e assistidas em outros locais apenas pelas minorias representativas.⁴¹⁹ Os resultados de eleições ocorridas na Europa só eram cobertos pelos meios de comunicação de massa se tivessem algum componente impactante ou implicações transcontinentais. Em sua maioria, os europeus pouco sabiam do que se passava nos países vizinhos. A notável falta de interesse nas eleições europeias não decorria apenas de desconfiança ou tédio diante das elucubrações que partiam de Bruxelas; tal desinteresse era subproduto natural da mentalidade não-europeia verificada na maioria dos europeus.

Havia, entretanto, uma exceção universal: o esporte. Um canal de TV via satélite — o Eurosport — dedicava-se à transmissão de uma grande variedade de eventos esportivos, em várias línguas europeias. Todas as emissoras nacionais, da Estônia a Portugal, dedicavam grande espaço de tempo à transmissão de competições esportivas, muitas das quais em âmbito europeu, mas nem sempre envolvendo a equipe local ou nacional. O interesse por esportes de massa cresceu de modo dramático nas últimas décadas do século, embora o número de pessoas que compareciam aos estádios, de modo geral, houvesse diminuído; em três países mediterrâneos havia suficiente procura para justificar a existência de bons jornais diários, inteiramente voltados aos esportes (*L'Equipe*, na França; *Marca*, na Espanha; e *Gazzetta dello Sport*, na Itália).

Embora muitos países ainda se orgulhassem da prática de esportes e da realização de eventos esportivos tipicamente nacionais — hóquei sobre o gelo, na República Tcheca; basquetebol (curiosamente) na Lituânia e Croácia; a *Volta da França* e o torneio anual de tênis, em Wimbledon —, em termos

continentais esses eventos eram minoritários, ainda que atraíssem milhões de espectadores (a *Volta da França* foi o único evento esportivo cujo índice de audiência ao vivo aumentou ao longo das décadas). Na Espanha, a tourada despertava pouco interesse entre os jovens, embora revivida, nos anos 90, como elemento da “indústria do patrimônio” destinado a levantar fundos. Até o críquete, o icônico esporte de verão praticado pelos ingleses, em termos de entretenimento, perdera terreno, a despeito dos esforços para tornar o jogo mais interessante, mais empolgante — e para acabar com as partidas que duravam cinco dias, divertidas para os praticantes, mas comercialmente desastrosas. O que, realmente, unia a Europa era o futebol.

Nem sempre fora assim. O jogo era praticado em todos os países europeus, mas nas primeiras décadas do pós-guerra os jogadores permaneciam próximos à terra natal. Os espectadores acompanhavam os jogos das ligas domésticas; em alguns lugares, as relativamente infreqüentes partidas internacionais eram tratadas como reprises apaixonadas da história militar. Nos anos em questão, ninguém que assistisse a um jogo de futebol entre, por exemplo, Inglaterra e Alemanha ou Alemanha e Holanda (quanto mais entre Polônia e Rússia) teria qualquer ilusão sobre o Tratado de Roma e a idéia de “união crescente”. A referência histórica relevante era, explicitamente, a Segunda Guerra Mundial.

Nas primeiras décadas do pós-guerra, os atletas egressos de diferentes países europeus pouco se conheciam e, de modo geral, jamais se encontravam fora do campo; quando, em 1957, o atacante galês John Charles fez história ao deixar o Leeds United pelo Juventus de Turim, pelo valor inaudito de 67 mil libras esterlinas, a notícia foi manchete nos dois países. Já em plenos anos 60, havia poucos estrangeiros nos times, exceto na Itália, onde empresários inovadores começavam a caçar talentos no exterior. Na década de 1950, a gloriosa equipe do Real Madrid vangloriava-se de contar com a presença do inigualável húngaro Ferenc Puskás, mas o caso de Puskás nada tinha de típico. Depois da invasão soviética, o capitão da seleção nacional da Hungria fugira de Budapeste e adquirira cidadania espanhola. Antes disso, a exemplo de qualquer outro jogador húngaro, Puskás era praticamente desconhecido fora de seu país de origem — consta que, em novembro de 1953, quando Puskás surgiu à frente do time húngaro, no Estádio de Wembley, em Londres, um dos adversários ingleses teria dito: “Olha só aquele gorducho! Nós vamos arrasar esse time” (a Hungria venceu por 6 x 3, sendo aquela a primeira vez que a Inglaterra perdeu uma partida em casa).

Na geração seguinte, o Juventus, o Leeds, o Real Madrid e todos os principais clubes de futebol europeus contavam com um plantel cosmopolita, recrutado em diversos países diferentes. Qualquer jovem talentoso, nativo da Eslováquia ou da Noruega, antes fadado a fazer uma carreira em Košice ou Trondheim, com atuações esporádicas na seleção nacional, agora contemplava a possibilidade de jogar nas superligas, adquirindo visibilidade, experiência e excelente salário, em Newcastle, Amsterdã ou Barcelona. Em 2005, o técnico da equipe inglesa era sueco. O Arsenal, líder do *ranking* inglês no início do século XXI, era dirigido por um francês. O time titular do célebre clube sediado ao norte de Londres incluía jogadores da França, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Islândia, Irlanda, Holanda, Espanha, do Brasil, da Costa do Marfim e dos EUA — além da Inglaterra. O futebol se tornou um esporte sem fronteiras, fosse em relação aos jogadores, técnicos ou espectadores. Clubes da moda, como o Manchester United, aproveitaram o sucesso no campo para criar uma “imagem” que podia ser (e era) muito bem vendida, de Lancashire à Letônia.

Determinadas estrelas do futebol — nem sempre os jogadores mais talentosos, mas os fisicamente mais atraentes, com belas esposas e instigante vida particular — assumiram papéis na vida pública européia e nos jornais populares, papéis antes reservados às estrelas de cinema e à pequena nobreza. Quando, em 2003, David Beckham (jogador inglês com dotes técnicos limitados, mas com talento incomparável para a autopromoção) se transferiu do Manchester United para o Real Madrid, o fato foi manchete de telejornais em todos os países membros da União Européia. A atuação vexatória de Beckham na Eurocopa de Futebol, realizado em Portugal no ano seguinte — quando o capitão do time inglês perdeu dois pênaltis, antecipando a saída humilhante da seleção inglesa da competição —, pouco abalou o entusiasmo dos fãs.

Mais revelador foi o fato de que a saída da equipe inglesa não causou qualquer impacto perceptível nos índices de audiência registrados no Reino Unido por ocasião das partidas restantes, entre times de países pequenos (Portugal, Holanda, Grécia e República Tcheca), nas quais os fãs ingleses não tinham interesse direto. A despeito do incrementado ardor que se observava em partidas internacionais, com bandeiras desfraldadas e competição entre as torcidas, a obsessão comum pela idéia de assistir aos jogos — qualquer jogo — pesava mais do que fidelidades específicas.⁴²⁰ Nos picos de audiência, as transmissões feitas pela BBC dos jogos realizados em Portugal naquele verão atraíram 25 milhões de telespectadores apenas no Reino Unido. A Euro.com,

página oficial do campeonato na Internet, registrou 40 milhões de visitas e meio bilhão de páginas HTML foram visitadas durante a competição.

O futebol se adaptou bem à sua nova popularidade. Trata-se de um divertimento indubitavelmente igualitário. Sem precisar de outros equipamentos além de uma simples bola, o futebol pode ser jogado em qualquer lugar e por qualquer pessoa, ao contrário do tênis, da natação ou do atletismo, esportes que exigem um certo nível de renda, ou então instalações esportivas públicas, nem sempre disponíveis em muitos países europeus. Ter altura acima da m dia ou ser musculoso não constituem vantagens — ao contrário —, e o jogo não é muito perigoso. Enquanto atividade profissional, o futebol havia tempo já figurava como alternativa de baixa remuneração para rapazes da classe operária que viviam em cidades industriais; agora o jogo se tornara um caminho de acesso aos escalões superiores da prosperidade urbana.

Além disso, por mais talentosos e populares que sejam, os jogadores fazem parte de um time. Portanto, não podem ser transubstanciados (como Raymond Poulidor, o ciclista francês que se tornou c ebre na condição de eterno perdedor) em símbolos do esforço nacional frustrado. Devido   sua pouca ambigüidade, o futebol não se presta ao uso metafórico e quase metafísico por vezes imposto ao beisebol nos Estados Unidos. E o jogo se mant m aberto a qualquer homem (e, cada vez mais, a qualquer mulher), de um modo que já não se constatava em esportes coletivos profissionais praticados nos EUA, por exemplo. Em suma, o futebol é um tipo de jogo bastante *europeu*.

Enquanto alvo da atenção do público europeu, o futebol, às vezes se dizia, era não apenas um substituto da guerra, mas também da política. Sem d vida, o esporte ocupava mais espaço nos jornais, e políticos em toda parte faziam questão de homenagear atletas vitoriosos e demonstrar conhecimento de suas façanhas. Mas, cumpre registrar, a política européia havia perdido o caráter competitivo; o desaparecimento das antigas narrativas-mestras (socialismo x capitalismo; proletários x proprietários; imperialistas x revolucionários) não queria dizer que determinadas questões de políticas públicas já não mobilizassem ou dividissem a opinião, mas dificultou a definição de escolhas e alianças políticas, segundo os termos partidários tradicionais.

Os antigos extremos políticos — de direita e esquerda — agora freqüentemente se uniam: por exemplo, opondo-se aos estrangeiros e temendo a integração européia. O anticapitalismo — remodelado de modo implausível como antiglobalização, como se o capitalismo estritamente *doméstico* fosse uma espécie diferente e menos ofensiva — era atraente tanto para reacionários

ativistas quanto para radicais internacionalistas. Quanto à política dominante, as velhas divergências entre partidos de centro-direita e centro-esquerda haviam, em grande medida, desaparecido. Em relação a um leque de questões contemporâneas, socialdemocratas suecos e neogaullistas franceses, por exemplo, tinham mais em comum entre si do que com os respectivos antepassados ideológicos. A topografia política da Europa havia se alterado drasticamente nas duas décadas anteriores. Embora se continuasse a pensar em termos de “esquerda” e “direita”, as distinções entre uma e outra já não eram claras.

O partido político à moda antiga foi uma das vítimas dessas mudanças, com filiações decrescentes e menos eleitores comparecendo às urnas, conforme já vimos. Outra baixa foi uma instituição europeia quase tão venerável, o intelectual enquanto figura pública. O *fin-de-siècle* anterior testemunhara o surgimento do intelectual politicamente engajado — em Viena, Berlim, Budapeste e sobretudo em Paris: homens como Theodor Herzl, Karl Kraus ou Léon Blum. Um século mais tarde, no cenário europeu, seus sucessores, se não estivessem inteiramente ausentes, ocupariam uma posição cada vez mais marginal.

Muitas foram as razões para o desaparecimento do intelectual no continente (a espécie sempre fora rara na Grã-Bretanha, onde a presença isolada desses indivíduos costumava ser subproduto do exílio, como no caso de Arthur Koestler ou Isaiah Berlin). Na Europa Central e Oriental, questões que antes mobilizavam a intelectualidade política — marxismo, totalitarismo, direitos humanos ou a economia de transição — agora provocavam uma reação de desânimo e indiferença nas gerações mais jovens. Moralistas idosos, como Havel — ou ex-heróis políticos como Michnik —, estavam irrevogavelmente associados a um passado que poucos se mostravam inclinados a revisitá-lo. O que Czesław Miłosz um dia chamara de “irritação dos intelectuais do Leste Europeu” diante da obsessão norte-americana por objetos de consumo estritamente materiais agora se voltava cada vez mais contra os próprios cidadãos europeus.

Na Europa Ocidental, a função exortatória do intelectual não havia desaparecido totalmente — leitores da imprensa de qualidade alemã ou francesa ainda se mostravam suscetíveis aos ardorosos sermões políticos feitos por Günter Grass ou Régis Debray —, mas havia perdido o propósito. Os moralistas podiam condenar muitos pecados específicos, mas não havia um objetivo ou ideal geral cuja causa pudesse mobilizar seguidores. O fascismo, o comunismo e a guerra tinham sido expurgados do continente, além da censura e da

pena de morte. O aborto e o controle da natalidade estavam agora quase universalmente disponíveis; o homossexualismo era permitido e praticado abundantemente. Os estragos causados pelo livre-mercado capitalista, em nível global ou local, continuavam na mira dos intelectuais, mas, na ausência de um consistente contraprojeto anticapitalista, o debate era mais propício aos consultores do que aos filósofos.

A única arena em que os intelectuais ainda podiam combinar seriedade moral e prescrições políticas universais era a de relações internacionais, livres das concessões da formulação de políticas domésticas, e onde certo e errado, vida e morte ainda prevaleciam. Durante o conflito na Iugoslávia, intelectuais da Europa Ocidental e Oriental “empunharam o bastão”. Alguns, como Alain Finkielkraut, em Paris, se identificaram de corpo e alma com a causa croata. Alguns poucos — sobretudo na França e na Áustria — condenaram a intervenção ocidental, por eles considerada uma afronta dos EUA à autonomia sérvia, uma agressão baseada (segundo esses mesmos críticos) em relatos exagerados, ou mesmo falsos, de crimes inexistentes. A maioria defendia a intervenção na Bósnia ou no Kosovo por uma questão de princípio, estendendo as posições baseadas em direitos apresentados pela primeira vez vinte anos antes e enfatizando as práticas genocidas das forças sérvias.

Mas, a despeito de toda a crise, nem mesmo a Iugoslávia foi capaz de reconduzir intelectuais ao centro da vida pública. Em Paris, Bernard-Henri Lévy era convidado ao Palácio Élysée para assessorar o presidente, assim como, esporadicamente, Tony Blair convidava seus jornalistas britânicos prediletos e outros literatos da corte. Todavia, esses exercícios de construção de imagem política, cuidadosamente encenados não tinham qualquer efeito na formulação das políticas: nem a França nem a Grã-Bretanha, e tampouco os seus aliados, se deixavam levar por pressões dos intelectuais a ponto de alterar qualquer planejamento. E os intelectuais engajados já não conseguiam desempenhar o papel antes crucial na mobilização da opinião pública, conforme ficou evidente durante a ruptura atlântica, em 2003.

O público europeu (ao contrário de certos estadistas) opunha-se maciçamente à invasão do Iraque pelos norte-americanos, levada a cabo naquele ano, e às linhas gerais da política externa do presidente George W. Bush. Mas a onda de nervosismo e raiva suscitada por tal oposição, embora compartilhada e expressa por muitos intelectuais europeus, não dependeu destes para ser articulada ou organizada. Alguns escritores franceses — Lévy, mais uma vez, ou Pascal Bruckner — recusavam-se a condenar Washington; de um lado,

por receio de parecerem antiamericanos; de outro, por simpatizarem com a posição de Washington contrária ao “islamismo radical”. Porém, tais intelectuais não foram ouvidos.

Figuras antes influentes, como Michnik e Glucksmann, instavam os leitores a apoiar a política de Washington em relação ao Iraque, argumentando, a partir dos seus próprios escritos anteriores sobre o comunismo, que uma política de “intervencionismo liberal” em defesa de direitos humanos se justificava, com base em princípios gerais, e que os EUA estavam agora, tanto quanto no passado, na vanguarda da luta contra o mal de natureza política e o relativismo moral. Convencendo-se de que o presidente norte-americano conduzia a política externa do país em sintonia com as razões por eles próprios apontadas, os intelectuais ficaram surpresos quando se viram isolados e ignorados por seus leitores tradicionais.

Mas a irrelevância de Michnik ou Glucksmann nada tinha a ver com o carácter particular de suas opiniões. Um destino idêntico aguardava os intelectuais que seguiram o caminho oposto. Em 31 de maio de 2003, Jürgen Habermas e Jacques Derrida — dois dos escritores/filósofos/intelectuais mais famosos da Europa — publicaram no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* um artigo intitulado “Unsere Erneuerung. Nach dem Krieg: Die Wiedergeburt Europas” (Nossa Renovação. Depois da Guerra: o Renascer da Europa), em que argumentavam que o caminho perigoso sendo então trilhado pelos EUA era um alerta urgente para a Europa: uma oportunidade para os europeus repensarem a sua identidade comum, recorrendo aos valores compartilhados no Iluminismo e assumindo uma postura européia diante das questões mundiais.

O ensaio de Habermas e Derrida foi impresso, propositadamente, para coincidir com a publicação, por toda a Europa Ocidental, de ensaios semelhantes escritos por figuras públicas igualmente renomadas: o de Umberto Eco, em *La Repubblica*; o de seu colega italiano, o filósofo Gianni Vattimo, em *La Stampa*; o do presidente da Academia Alemã de Artes, o suíço Adolf Muschg, no *Neue Zürcher Zeitung*; o do filósofo espanhol, Fernando Savater, em *El País*; e o de um norte-americano solitário, o filósofo Richard Rorty, no *Süddeutsche Zeitung*. Em qualquer momento do século anterior, uma iniciativa intelectual dessa magnitude, veiculada em jornais tão ilustres e levada a termo por figuras de prestígio comparável, configuraria um grande acontecimento público: um manifesto e um chamado às armas que teria reverberado pela comunidade política e cultural.

Mas a iniciativa de Habermas e Derrida, embora articulasse sentimentos dos quais muitos europeus compartilhavam, passou praticamente despercebida. Não recebeu o tratamento de notícia, e tampouco foi citada por simpatizantes. Ninguém pediu aos autores que empunhassem suas canetas e apontassem o caminho a ser seguido. Os governos de um número significativo de Estados europeus, inclusive da França, Alemanha, Bélgica e, mais tarde, da Espanha, sem dúvida, viam com bons olhos as opiniões expressas nos mencionados ensaios, mas a nenhum desses governos ocorreu a idéia de convidar os professores Derrida ou Eco para uma consultoria. O projeto fracassou. Cem anos após o Caso Dreyfus, cinquenta anos após a apoteose de Jean-Paul Sartre, os principais intelectuais da Europa haviam feito uma convocação — mas ninguém se apresentou.

Seis décadas após o final da Segunda Guerra, a Aliança do Atlântico, firmada entre a Europa e os Estados Unidos, estava em desalinho. De certo modo, a situação era o resultado previsível do fim da Guerra Fria — embora pouca gente desejasse o desmantelamento da OTAN, a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido, e os objetivos futuros eram incertos. A Aliança sofreu ainda mais no decorrer da guerra na Iugoslávia, pois generais dos EUA se ressentiam de dividir o processo decisório com colegas europeus que hesitavam em tomar a iniciativa e ofereciam pouco suporte prático no campo.

Acima de tudo, a OTAN ficou sob uma pressão sem precedentes, imposta pela reação de Washington aos ataques de 11 de setembro de 2001. O unilateralismo inflexível e grosseiro do presidente Bush (“Quem não está conosco está contra nós”), o descaso diante da oferta de ajuda encaminhada pelos aliados da OTAN e o avanço dos EUA na Guerra do Iraque, apesar da imensa oposição internacional e da ausência de autorização da ONU, fizeram com que os Estados Unidos — tanto quanto o “terrorismo” contra o qual o país havia declarado guerra sem fim — passassem a representar uma importante ameaça à paz e à segurança mundial.

A distinção entre a “Velha Europa e a Nova Europa”, que o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, com o objetivo de apartar os aliados na Europa, dizia haver identificado na primavera de 2003, pouco elucidava sobre as divisões internas do continente europeu e se mostrou profundamente equivocada. Somente na Polônia os EUA puderam contar com o respeito e apoio da população. Em outras regiões da Europa, tanto da velha quanto da nova, as

políticas norte-americanas voltadas ao Iraque e muitas outras eram bastante malvistas.⁴²¹ Mas o fato de um veterano funcionário do governo dos EUA se atrever a dividir os europeus desta maneira, poucos anos depois que estes tinham começado a se unir, e com tanta dificuldade, levou muita gente a concluir que os EUA eram o problema mais grave a ser enfrentado pela Europa.

A OTAN fora criada para compensar a incapacidade da Europa Ocidental de se defender sem a ajuda norte-americana. O fracasso contínuo dos governos europeus em constituir a sua própria força militar eficaz foi responsável pela sobrevivência da organização. A partir do Tratado de Maastricht, assinado em 1993, a União Européia finalmente admitiu a necessidade de uma política externa e de segurança comum, embora não se soubesse como definir ou implementar tal política. Mas, dez anos depois, a UE estava prestes a estabelecer uma Força de Reação Rápida, composta por 60 mil indivíduos, para realizar intervenções e missões de paz. Incentivados pela França, e flagrantemente contrariando Washington, os governos europeus logo chegariam a um acordo sobre a criação de um sistema autônomo de defesa capaz de agir fora da esfera e independentemente da OTAN.

Mas o abismo entre os dois lados do oceano Atlântico não era apenas uma discordância em relação a exércitos. Nem dizia respeito a divergências econômicas, embora a União Européia agora tivesse peso bastante para pressionar o Congresso dos EUA e determinadas indústrias norte-americanas, visando à conformidade de normas e regulamentação impostas pela União, sob pena de os americanos perderem mercado — fator que pegou de surpresa muitos congressistas e empresários nos EUA. Não apenas a Europa já não era ofuscada pelos EUA, mas a relação, na realidade, se invertera. Os investimentos diretos europeus nos EUA em 2000 chegaram a 900 bilhões de dólares (contra menos de 650 bilhões em investimentos diretos norte-americanos na Europa); quase 70% de todo o investimento estrangeiro nos EUA partia da Europa; e companhias multinacionais européias eram agora proprietárias de diversos produtos americanos icônicos, inclusive Brooks Brothers, Random House, cigarros Kent, Pennzoil, Bird's Eye e os Dodgers, time de beisebol de Los Angeles.

No entanto, a concorrência econômica, embora tensa, não deixava de ser uma espécie de aproximação. O que de fato apartava os dois continentes era um crescente desacordo em relação a “valores”. Nas palavras do *Le Monde*: “A comunidade transatlântica de valores está ruindo.” Sob o olhar da Europa, os Estados Unidos — que haviam se tornado relativamente conhecidos ao longo

da Guerra Fria — começavam a parecer algo bastante estranho. A religiosidade sincera de muitos norte-americanos — refletida no presidente “renascido” — era incompreensível para a maioria dos cristãos europeus (embora não para os devotos vizinhos muçulmanos). O apego dos norte-americanos às armas de uso pessoal, inclusive rifles semi-automáticos, fazia a vida nos EUA parecer arriscada e anárquica, enquanto, na opinião da grande maioria dos observadores europeus, o recurso freqüente e insensível à pena de morte situava os EUA fora dos limites da civilização moderna.⁴²²

A tudo isso somaram-se o crescente menosprezo de Washington por tratados internacionais, a visão singular dos norte-americanos a respeito de tudo (desde aquecimento global até direito internacional) e, principalmente, a postura facciosa diante da crise entre Israel e a Palestina. Em nenhuma dessas questões a política norte-americana mudou de rumo após a eleição do presidente George W. Bush, em 2000. O processo de afastamento entre os dois lados do Atlântico havia começado muito antes, mas o tom mais ríspido da nova administração confirmou, para muitos observadores europeus, algo de que já suspeitavam: que as desavenças eram mais do que simples diferenças de opinião sobre determinados pontos da política. Tratava-se de um acúmulo de evidências de um antagonismo cultural básico.

A idéia de que a América do Norte era culturalmente diferente — ou inferior, ou ameaçadora — nada tinha de original. Em 1983, o ministro da Cultura francês, Jack Lang, advertiu que a série *Dallas*, grande sucesso da televisão, representava séria ameaça à identidade francesa e européia. Nove anos depois, quando *Parque dos Dinossauros* estreou nos cinemas franceses, o comentário de Lang foi repetido por um dos seus sucessores (aliás, um conservador). Quando, na primavera de 1992, a EuroDisney foi inaugurada, a radical diretora de teatro parisiense, Ariane Mnouchkine, foi mais além, e avisou que o parque da Disney seria uma “Chernobyl cultural”. Mas essas reações configuravam a conhecida conversa fiada do esnobismo intelectual e da insegurança cultural, misturada — na França e em outros locais — com uma boa dose de nostalgia nacionalista. No quinquagésimo aniversário do Dia D, Gianfranco Fini, líder do Partido da Aliança Nacional (ex-fascista) na Itália, disse ao diário italiano *La Stampa*: “Espero que não pensem que estou justificando o fascismo, caso eu indague se, com o desembarque norte-americano, a Europa não perdeu parte da sua identidade cultural.”

No início do século XXI, o novo componente da situação foi que tais sentimentos começaram a se tornar comuns, e haviam passado da periferia política

para o centro da vida européia. A profundidade e a abrangência do sentimento antiamericano na Europa contemporânea excederam tudo o que se viu durante a Guerra do Vietnã, ou mesmo no auge dos movimentos pela paz ocorridos no início da década de 1980. Embora em muitos países a maioria das pessoas ainda acreditasse que a relação entre os dois lados do Atlântico pudesse ser preservada, em 2004, três em cada quatro europeus (em determinados países, sobretudo na Espanha, Eslováquia e, surpreendentemente, na Turquia, essa proporção era ainda maior) consideravam “indesejável” a liderança mundial norte-americana.

Em parte, o fenômeno podia ser atribuído à antipatia generalizada pelas políticas e pela pessoa do presidente George W. Bush, em contraste com o afeto de que Bill Clinton, seu predecessor, gozara. É verdade que muitos europeus se indignaram com o presidente Lyndon Johnson, no final dos anos 60; contudo, seus sentimentos sobre a guerra no Sudeste da Ásia, de modo geral, não tinham causado aversão aos EUA ou aos norte-americanos. Quarenta anos depois, era comum a sensação, por todo o continente (inclusive entre os britânicos, que, com contumácia, se opuseram à entusiasmada identificação do primeiro-ministro com o aliado americano), de que havia algo errado com o tipo de lugar que a América do Norte estava se tornando — ou, como muitos agora afirmavam, sempre fora.

Na realidade, as supostas qualidades “antiamericanas” da Europa tornavam-se, rapidamente, o principal fator comum da identidade européia. Valores europeus contrastavam com valores norte-americanos. A Europa era — ou deveria tentar ser — tudo o que os EUA não eram. Em novembro de 1998, Jérôme Clément, presidente da Arte, emissora franco-alemã de TV dedicada à cultura e às artes, advertiu que a “criatividade européia” era o único baluarte contra o canto das sereias do materialismo americano, e apontava o exemplo da Praga pós-comunista, cidade que corria o risco de sucumbir a “*une utopie libérale mortelle*” (“uma utopia liberal mortal”) sob o domínio dos livres mercados e da sedução do lucro.

Nos primeiros anos do pós-comunismo, a exemplo do restante da Europa Oriental, Praga sem dúvida se confessaria culpada de desejar tudo o que fosse norte-americano, desde a liberdade individual até a abundância material. E ninguém que visitasse as capitais do Leste Europeu, de Tallinn a Liubliana, deixaria de perceber a nova elite de jovens, de ambos os sexos, vestidos no rigor da moda, dirigindo-se com pressa a reuniões ou ao comércio, em carros novos e caros, desfrutando a utopia liberal dos pesadelos de Clément. No

entanto, mesmo os europeus do leste se distanciavam do modelo norte-americano — em parte por respeito ao recente ingresso na União Européia, e em parte devido à crescente aversão a certos aspectos da política externa dos EUA; porém, cada vez mais, o motivo do afastamento era que, enquanto sistema econômico e modelo de sociedade, os Estados Unidos já não pareciam apontar o caminho do futuro.⁴²³

No leste da Europa, o antiamericanismo extremado continuava a agradar uma minoria. Agora, em países como Bulgária ou Hungria, tal sentimento se tornara um meio indireto e politicamente aceitável de expressar nostalgia pelo comunismo, bem como (conforme tanto ocorrera no passado) uma alternativa útil ao anti-semitismo. Contudo, mesmo entre os observadores e políticos que pertenciam à cultura dominante, já não era comum apontar instituições e práticas norte-americanas como fonte de inspiração ou algo a ser copiado. Durante muito tempo, os EUA pareceram ser uma espécie de nova era — o futuro da Europa. Agora se tornaram um lugar como outro qualquer. É certo que muitos jovens ainda sonhavam em ir para a América do Norte. Mas, conforme um húngaro que havia trabalhado durante alguns anos na Califórnia disse a um entrevistador: “Aos Estados Unidos deve-se ir quando se é jovem e solteiro. Mas quando chega a hora de crescer, convém voltar à Europa.”

A imagem da América do Norte como terra da juventude e da aventura — e da Europa novecentista como paraíso de indivíduos maduros e avessos a risco — era bastante corrente, sobretudo na própria América. E, de fato, a Europa estava envelhecendo. Em 2004, entre os vinte países do mundo com os números mais elevados de pessoas com mais de 60 anos, apenas um não se situava na Europa (o Japão). Em muitos países europeus, o índice de natalidade era bem inferior ao de mortalidade. Na Espanha, Grécia, Polônia, Alemanha e Suécia, o índice de fertilidade era inferior a 1,4 filho por mulher. Em determinadas regiões da Europa (na Bulgária e na Letônia, por exemplo, ou na Eslovênia), o índice se aproximava de 1,1, o mais baixo do mundo. Extrapolados até 2040, tais dados sugeriam que em muitos países europeus a população teria uma redução de um quinto, ou até mais.

Nenhuma das explicações para o decréscimo de fertilidade parecia dar conta da incipiente crise demográfica européia. Países pobres, como a Moldávia, e ricos, como a Dinamarca, enfrentavam o mesmo desafio. Em países católicos, como Itália e Espanha, os jovens (casados ou solteiros) muitas vezes residiam

com os pais até os 30 anos, enquanto na Suécia luterana os jovens tinham as suas próprias residências e acesso a um generoso auxílio à infância oferecido pelo Estado, bem como à licença-maternidade. Porém, embora os escandinavos tivessem mais filhos do que os europeus do Mediterrâneo, as diferenças entre os índices de fertilidade eram menos marcantes do que as semelhanças. E, por toda parte, os números seriam ainda menores, não fossem os imigrantes vindos de fora da Europa, que empurravam para cima os índices demográficos e se mostravam bem mais inclinados a procriar. Na Alemanha, em 1960, o número de crianças nascidas de pai ou mãe estrangeira não passou de 1,3% do total anual. Quarenta anos depois, tal número crescera para uma criança em cada cinco.

O cenário demográfico na Europa não era, na verdade, muito diverso do verificado do outro lado do Atlântico — no início do novo milênio, o índice de natalidade nos EUA também decaía, ficando abaixo do índice de mortalidade. A diferença era que, nos EUA, o número de imigrantes era tão elevado — e a grande maioria destes era composta de jovens adultos — que a fertilidade geral nos Estados Unidos superaria em muito a da Europa no futuro próximo. E embora as baixas perspectivas demográficas significassem que tanto os EUA quanto a Europa teriam dificuldades em cobrir a previdência social e outros compromissos nas décadas seguintes, os sistemas previdenciários europeus eram incomparavelmente mais generosos e, portanto, enfrentavam uma ameaça maior.

Os europeus estavam diante de um dilema aparentemente simples: o que aconteceria se (quando?) não houvesse jovens suficientes trabalhando para custear uma comunidade cada vez maior de aposentados cuja expectativa de vida era agora muito mais longa do que no passado, cidadãos que não pagavam impostos e que oneravam os serviços médicos?⁴²⁴ Uma solução seria reduzir os benefícios da aposentadoria. Outra era elevar a idade mínima para o recebimento de tais benefícios — i.e., fazer as pessoas trabalharem mais tempo antes de se aposentar. Uma terceira alternativa era recolher mais impostos dos salários da população ativa. Uma quarta opção, considerada somente na Grã-Bretanha (e sem grande zelo), era imitar os EUA e incentivar, ou mesmo obrigar, os cidadãos a obter previdência social junto ao setor privado. Todas essas escolhas continham um potencial politicamente explosivo.

Na opinião de muitos críticos dos Estados previdenciários europeus e defensores do livre-mercado, o maior problema da Europa não era o déficit

demográfico, mas a rigidez econômica. Não é que não houvesse, ou não fosse haver, um número suficiente de trabalhadores — é que havia leis demais protegendo salários e empregos, ou então garantindo pagamentos de seguro-desemprego e pensão tão elevados que a população economicamente ativa carecia de estímulo para trabalhar. Se essa “inflexibilidade do mercado de trabalho” fosse confrontada e as dispendiosas provisões sociais fossem reduzidas ou privatizadas, então mais gente ingressaria na força de trabalho, o peso sobre empregadores e contribuintes seria aliviado e a “euro-esclerose” poderia ser sanada.

Enquanto diagnóstico, isso era, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso. Não restava dúvida de que algumas das compensações do Estado previdenciário negociadas e cristalizadas no auge do crescimento registrado durante o pós-guerra agora constituíam um grande peso. Na Alemanha, qualquer trabalhador que perdesse o emprego tinha direito a 60% do último salário pelos próximos 32 meses (67%, se tivessem filhos). Depois desse período, os pagamentos mensais caíam para 53% (ou 57%) do último salário — por tempo indeterminado. Não era patente que tal segurança desestimulasse as pessoas a buscar trabalho remunerado, mas o sistema teve o seu preço. Para os empregadores da maioria dos países da UE (sobretudo na França), uma penumbra de regulamentações destinadas a proteger os interesses dos cidadãos empregados dificultava a demissão de funcionários contratados em tempo integral, e a conseqüente relutância dos empregadores contribuiu para a manutenção de elevados níveis de desemprego juvenil.

Por outro lado, apesar de serem extremamente reguladas e inflexíveis em relação aos padrões americanos, as economias européias não eram, necessariamente, ineficientes ou improdutivas. Em 2003, aferidas em termos de produtividade por hora trabalhada, as economias da Suíça, Dinamarca, Áustria e Itália se comparavam à dos EUA. Pelo mesmo critério, Irlanda, Bélgica, Noruega, Holanda e França (*sic*) produziam mais do que os EUA. Mas se, no cômputo geral, a América era mais produtiva, se os norte-americanos fabricavam mais, prestavam mais serviços e ganhavam mais dinheiro, era porque um percentual mais elevado de indivíduos contava com trabalho remunerado; os americanos trabalhavam mais horas do que os europeus (trezentas horas a mais por ano, em média, em 2000); e tinham menos feriados e férias mais curtas.

Enquanto os britânicos tinham direito, por lei, a 23 dias de férias remuneradas anualmente, os franceses a 25 e os suecos a 30 ou mais, muitos

americanos precisavam se contentar com menos da metade desses dias de férias pagas, dependendo do local onde vivessem. Os europeus haviam optado por trabalhar menos, ganhar menos — e viver melhor. Em troca de impostos extremamente elevados (outro empecilho ao crescimento e à inovação, aos olhos dos críticos anglo-americanos), os europeus recebiam assistência médica gratuita, ou quase gratuita, aposentadoria precoce e uma prodigiosa gama de serviços sociais e públicos. Até o ensino médio (inclusive), os europeus eram mais bem educados do que os norte-americanos. Tinham uma vida mais segura e — talvez por esse motivo — mais longa, gozavam de melhor saúde (embora nisso gastassem bem menos)⁴²⁵ e registravam um número bem inferior de indivíduos em estado de pobreza.

Esse era, então, o “Modelo Social Europeu” — sem dúvida, bastante caro. Mas, para a maioria dos europeus, promessa de estabilidade no emprego, escala progressiva de impostos e repasses sociais vultosos representavam um contrato tácito entre governo e cidadãos, bem como entre os próprios cidadãos. Segundo as pesquisas anuais conhecidas como “eurobarômetro”, uma grande maioria de europeus achava que a pobreza era causada por circunstâncias sociais, não por incapacidade individual. Além disso, os europeus se mostravam mais dispostos a pagar impostos mais elevados, se estes fossem direcionados ao combate à pobreza.

Como seria de se supor, tais sentimentos eram generalizados na Escandinávia. Mas eram também quase tão prevalentes na Grã-Bretanha, Itália e Espanha. Existia um consenso internacional, abrangendo todas as classes sociais, sobre o dever do Estado de proteger os cidadãos contra os revezes do mercado: nem a empresa nem o Estado podiam tratar os empregados como unidades de produção descartáveis. Responsabilidade social e vantagem econômica não deveriam ser mutuamente exclusivas — “crescimento” era louvável, mas não a qualquer custo.

Esse modelo europeu existia em mais de um estilo — o “nórdico”, o “renano”, o “católico” —, apresentando variações em cada um deles. O que elas tinham em comum não era um conjunto específico de serviços ou de práticas econômicas, tampouco um determinado nível de envolvimento estatal. Antes, tratava-se de um entendimento — por vezes (mas nem sempre) articulado em documentos e leis — do equilíbrio adequado e possível ao Estado moderno entre direitos sociais, solidariedade cívica e responsabilidade coletiva. Os resultados talvez parecessem bem diversos, digamos, na Itália e na Suécia. Mas o consenso social por eles agregado era visto por muitos

cidadãos como um compromisso formal — quando, em 2004, o chanceler socialdemocrata da Alemanha introduziu alterações nos pagamentos da previdência nacional, seguiu-se uma grande onda de protestos, conforme ocorrera com um governo gaullista dez anos antes, quando propôs reformas similares na França.

Desde a década de 1980, houve várias tentativas de se chegar a alguma conclusão sobre a escolha entre a solidariedade social européia e a flexibilidade econômica à moda norte-americana. Uma jovem geração de economistas e empresários, alguns dos quais haviam cursado faculdades de administração de empresas nos EUA ou trabalhado em firmas americanas e se decepcionado com o que, a seu ver, constituía a inflexibilidade do ambiente empresarial europeu, conseguiu convencer os políticos sobre a necessidade de “otimizar” procedimentos e incentivar competição. Na França, a “*Gauche Américaine*”, cujo nome calhava tão bem, dispôs-se a libertar a esquerda do seu complexo anticapitalista sem, no entanto, perder a consciência; na Escandinávia, discutia-se (embora nem sempre fosse reconhecido) o efeito inibidor dos impostos elevados, mesmo nos círculos socialdemocratas. A direita fora levada a aceitar o argumento a favor da previdência pública; a esquerda agora admitiria as virtudes do lucro.

O esforço para juntar o que havia de melhor nos dois lados se sobrepunha (não por mera coincidência) à busca de um projeto que substituísse o extinto debate entre capitalismo e socialismo, o qual formara o núcleo da política ocidental durante mais de um século. O resultado, durante um breve momento (no final dos anos 90), foi a chamada “Terceira Via”: a suposta mescla de entusiasmo pela produção capitalista irrestrita e de considerações relativas aos resultados sociais e ao interesse coletivo. Isso nada tinha de novo: acrescentava pouco à noção de “Economia do Mercado Social”, definida por Ludwig Erhard, na década de 1950. Mas política, em especial a política pós-ideológica, tem a ver com *forma*; e foi a forma da Terceira Via, modelada a partir da auspiciosa “triangulação” da direita e da esquerda proposta por Bill Clinton e articulada, principalmente, pelo Novo Trabalhismo de Tony Blair, que conquistou os observadores.

Blair, evidentemente, contou com certas vantagens, específicas do tempo e lugar em que ele se achava. No Reino Unido, Margaret Thatcher tinha transferido as metas políticas para a extrema direita, e os predecessores de Blair na liderança trabalhista tinham conseguido destruir a velha guarda do partido. Num contexto pós-Thatcher, Blair parecia, de fato, progressista e “europeu”,

apenas por falar positivamente sobre a vantagem dos serviços públicos bem distribuídos; nesse ínterim, a tão propalada admiração de Blair pelo setor privado e o cenário econômico propício às empresas que as políticas dele tentavam criar situavam-no firmemente no lado “americano”. Blair falava com ardor a respeito de levar a Grã-Bretanha para dentro da Europa, mas insistia em manter o país isento das proteções sociais previstas na legislação europeia e da harmonização fiscal implícita ao “mercado comum” da União.

A Terceira Via foi “vendida” *tanto* como solução pragmática aos dilemas econômicos e sociais *quanto* como importante avanço conceitual, após décadas de estagnação teórica. Os admiradores da Terceira Via no continente, esquecendo-se das “terceiras vias” abortadas nos passados dos seus respectivos países — sobretudo a célebre “terceira via” fascista da década de 1930 —, logo compraram a idéia. Sob a liderança de Jacques Delors (1985-1995), a Comissão Europeia mostrara-se ligeiramente preocupada com a criação e aplicação de normas — substituindo o legado perdido do socialismo burocrático em estilo fabianista pela noção de “Europa”. Também Bruxelas parecia precisar de uma Terceira Via, uma história edificante que fosse capaz de situar a União entre a invisibilidade institucional e o excesso regulatório.⁴²⁶

A política de visual novo de Blair não sobreviveria durante muito tempo à decisão desastrosa de comprometer o seu país e a sua reputação com a invasão do Iraque, em 2003 — medida que serviu apenas para lembrar aos observadores internacionais que a Terceira Via do Novo Trabalhismo estava inextricavelmente relacionada à hesitação do Reino Unido quanto à opção pela Europa ou pelos Estados Unidos. E as evidências de que a Grã-Bretanha (assim como os EUA) registrava um aumento sensível no número da população pobre — em contraste com o restante da UE, onde a pobreza pouco (ou nada) aumentava — diminuíam, severamente, o apelo do modelo britânico. Mas a Terceira Via estava destinada a uma vida curta. A própria expressão implicava a presença de dois extremos — o capitalismo de mercado ultralivre e o socialismo estatal —, sendo que nenhum dos dois existia mais (e o primeiro fora sempre um produto da imaginação doutrinária). A necessidade de uma grande virada teórica (ou retórica) era coisa do passado.

Por conseguinte, a privatização, no início da década de 1980, tinha sido controversa, provocando ampla discussão sobre a abrangência e a legitimidade do setor público, questionando a viabilidade dos objetivos socialdemocratas e a legitimidade moral do tema “lucro” na produção de bens públicos. Já em 2004, entretanto, privatização era questão absolutamente pragmática.

No leste da Europa, tratava-se de condição necessária para ingresso na UE, em conformidade com as restrições impostas por Bruxelas, visando coibir a concessão de subsídios públicos que distorcessem o mercado. Na França ou na Itália, a venda de patrimônio público era agora realizada como mecanismo para ajuste de contas a curto prazo, mecanismo esse cujos propósitos eram reduzir o déficit anual e observar as regras da eurozona.

Até mesmo os projetos da Terceira Via apresentados pelo próprio Tony Blair — a semiprivatização do metrô de Londres, por exemplo, ou a introdução de “concorrência” nos serviços hospitalares — foram implementados como planos de eficiência de custos, gerando benefícios para o orçamento nacional. Na medida que tivessem algum elemento de princípio social, isso era lembrado, sem grande convencimento, de maneira secundária. Mas o apelo de Blair diminuía com o passar do tempo (conforme ficaria patente na escala reduzida da terceira vitória eleitoral do primeiro-ministro, em maio de 2005). Apesar dos cortes nas despesas do governo, da opção por ficar de fora do contrato social europeu, da redução dos impostos cobrados às empresas e do incentivo ao investimento interno por meio de todo tipo de “adoçante”, o Reino Unido continuava improdutivo. Medido com base em produção por hora, o desempenho britânico ficava sempre abaixo dos parceiros da UE, “esclerosados” e limitados pelas regulamentações.

Além disso, um projeto do Novo Trabalhismo para evitar a iminente crise dos esquemas de pensão europeus carentes de recursos — que consistia em repassar o encargo para o setor privado — já estava fadado ao fracasso menos de uma década após a sua fogosa implementação. No Reino Unido, a exemplo dos EUA, as empresas que investiram seus fundos de pensão num mercado de ações nervoso tinham poucas perspectivas de poder honrar, a longo prazo, seus compromissos com os empregados, sobretudo porque estes — tanto quanto os pensionistas que dependiam dos recursos públicos — agora viviam bem mais tempo. Ficava evidente que a maioria jamais receberia pensão integral... a menos que se forçasse o Estado a voltar a atuar no setor previdenciário e, assim, complementar o déficit. A Terceira Via começava a parecer um golpe.

No início do século XXI, o dilema que se apresentava aos europeus não era o socialismo ou capitalismo; Esquerda contra direita; nem a Terceira Via. Tampouco era “Europa” contra “Estados Unidos”, uma vez que, para a maioria das

pessoas, a opção mental já fora feita a favor da Europa. O dilema era, na verdade, uma questão — a questão — que a História introduzira na pauta em 1945 e que, em surdina, continuava a monopolizar a atenção dos europeus: Qual seria o futuro dos Estados europeus? Teriam eles um futuro?

Já não era possível voltar ao mundo do Estado-nação autônomo, independente, que nada compartilhava com o vizinho, a não ser a fronteira. Poloneses, italianos, eslovenos, dinamarqueses — até os britânicos — eram agora europeus. E europeus eram também milhões de síques, bengaleses, turcos, árabes, hindus, senegaleses e outros tantos. Em termos de vida econômica, todo cidadão cujo país pertencesse à União Européia — ou desejasse pertencer — era agora, irrevogavelmente, europeu. A UE tornara-se o maior mercado interno do mundo, a maior prestadora de serviços e a única fonte de autoridade dos países membros em todas as questões de regulamentação econômica e códigos legais.

Num mundo onde as vantagens comparativas de recursos naturais limitados — energia, minérios, solo cultivável e até localização — contavam menos do que as políticas favoráveis à educação, à pesquisa e ao investimento, era extremamente importante que a União tomasse cada vez mais a iniciativa nessas áreas. Assim como os Estados tinham sido vitais na instituição dos mercados — criando regras para troca, emprego e deslocamento —, agora era a UE que criava tais normas; e graças à moeda comum a UE também exercia quase um monopólio sobre os mercados monetários. A única atividade econômica vital legada à iniciativa nacional e não à européia era a estipulação de índices de tributação — e isso por insistência do Reino Unido.

Mas os homens não vivem em mercados, e sim em comunidades. Nos últimos séculos, tais comunidades têm se agrupado, voluntariamente ou (com mais frequência) sob coerção, em Estados. Após as experiências de 1914 e 1915, europeus de todas as regiões sentiram a necessidade do Estado: a política e a pauta social da década de 1940 refletem essa ansiedade acima de qualquer outra coisa. No entanto, com o advento da prosperidade econômica, da paz social e da estabilidade internacional, tal necessidade aos poucos desapareceu, sendo substituída pela desconfiança quanto à intrusão da autoridade pública e pelo desejo da autonomia individual e da suspensão de restrições à iniciativa privada. Além disso, na era das superpotências, o destino da Europa parecia estar fora das mãos do continente europeu. Portanto, os Estados europeus pareciam, cada vez mais, algo supérfluo. Todavia, desde 1990 — e

principalmente desde 2001 —, os Estados parecem ter voltado a ter grande importância.

No início da Idade Moderna, o Estado tinha duas funções, intimamente relacionadas: recolher impostos e fazer guerra. A Europa — a União Européia — não é um Estado. Não recolhe impostos e não tem capacidade bélica. Como já vimos, foi preciso muito tempo para que a UE pudesse ter o simples embrião de uma capacidade militar, quanto mais uma política externa. Durante a maior parte do meio século que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial, isso não foi uma desvantagem: a perspectiva de empreender outra guerra na Europa era algo abominável à maioria dos europeus, e a defesa do continente contra o único inimigo possível fora contratada do outro lado do Atlântico.

Porém, depois de 11 de setembro de 2001, os limites de uma receita pós-nacional para um futuro melhor europeu ficaram evidentes. Afinal, o Estado europeu tradicional não apenas fazia guerra no exterior, mas zelava pela paz internamente. Isso, conforme Hobbes há muito tempo já sabia, é o que confere ao Estado a sua legitimidade singular e insubstituível. Em países onde violência política contra cidadãos desarmados fora endêmica no passado recente (Espanha, Reino Unido, Itália e Alemanha), a importância do Estado — da polícia, do Exército, dos serviços de inteligência e do aparato judicial — jamais foi esquecida. Na era do “terrorismo”, para a visão da maioria dos cidadãos, o monopólio do Estado sobre a força constitui uma garantia positiva.

A segurança dos cidadãos é tarefa do Estado. E não havia qualquer sinal de que Bruxelas (a União Européia) assumiria, ou poderia assumir, tal responsabilidade no futuro próximo. Sob esse aspecto vital, o Estado continuava a ser o representante legítimo dos seus cidadãos, de tal modo que a união transnacional de europeus, a despeito de todos os passaportes e Parlamientos, jamais poderia se equiparar a ele. Os europeus podiam se valer da liberdade de recorrer das decisões dos seus respectivos governos aos juízes da UE, e muita gente se admirava de que os tribunais na Alemanha ou na Grã-Bretanha aceitassem, prontamente, julgamentos que emanavam de Estrasburgo ou Luxemburgo. Mas, quando se tratava de manter o soldado e o bombardeiro à distância, a responsabilidade e, portanto, o poder continuavam em Berlim ou Londres. O que, afinal, deveria fazer uma cidadã européia se sua casa fosse bombardeada? Chamar um burocrata?

Legitimidade é função de capacidade: por exemplo, até certo ponto, o fato de o Estado desarticulado e ultrafederal da Bélgica às vezes parecer incapaz de garantir a segurança dos cidadãos tem suscitado o questionamento da sua

legitimidade. E, embora a capacidade do Estado comece com as armas, estas não são o único pré-requisito, nem mesmo hoje em dia. Enquanto o Estado — em vez de uma entidade transestatal — pagar pensões e seguro-desemprego e educar as crianças, o monopólio estatal sobre alguma forma de legitimidade política prosseguirá inconteste. No decorrer do século XX, o Estado-nação europeu assumiu muitas responsabilidades pela previdência, segurança e pelo bem-estar dos cidadãos. Nos anos recentes, o Estado descartou a função de supervisionar a moralidade privada e descartou também alguma — embora não toda — iniciativa econômica. O restante permanece intacto.

Legitimidade é também função de território. A União Européia, conforme diversos observadores já apontaram, é um animal absolutamente original: é definida territorialmente sem constituir entidade territorial homogênea. Suas leis e normas são válidas em todo o território, mas os cidadãos de um país membro não podem votar nas eleições nacionais de outro (embora sejam livres para votar em pleitos locais e europeus). A abrangência geográfica da União é bastante contrabalançada pela sua relativa irrelevância no cotidiano dos europeus, se comparada ao país natal ou de residência destes. É certo que a União é grande prestadora de serviços econômicos e de outra natureza. Mas isso define os cidadãos da UE como consumidores, não participantes — “uma comunidade de cidadãos passivos (...) governados por estranhos” —, e, portanto, existe o risco de comparações nada lisonjeiras com a Espanha ou a Polônia pré-democrática, ou com a inerte cultura política da Alemanha Oriental no tempo de Adenauer: precedentes nada promissores para uma empreitada tão ambiciosa.

Cidadania, democracia, direitos e deveres são intimamente ligados ao Estado — sobretudo em países que têm uma tradição viva de participação ativa dos cidadãos em assuntos públicos. A proximidade física é importante: para participar do Estado é preciso se sentir incluído. Mesmo numa era de trens supervelozes e comunicação eletrônica em tempo real, não parece claro como é possível alguém em Coimbra, digamos, ou Rzeszow ser um cidadão ativo da *Europa*. Para o conceito preservar algum sentido e para os europeus se manterem utilmente politizados, a referência destes, no futuro próximo, deve continuar a ser Lisboa ou Varsóvia: não Bruxelas. Não por caso, na era moderna, Estados gigantescos — China, Rússia, EUA — ou foram governados por um regime autoritário ou se mantiveram decididamente centrífugos, com cidadãos cada vez mais desconfiados da capital federal e de suas obras.

As aparências, portanto, enganaram. A União Européia, em 2005, não havia substituído as unidades territoriais convencionais e não o faria no futuro próximo. Seis décadas após a derrota de Hitler, as múltiplas identidades, soberanias e regiões que somadas definiam a Europa e sua história certamente se sobrepunham e se intercomunicavam mais do que nunca. O que havia de novo, e portanto bem mais difícil de ser captado pelos observadores externos, era a possibilidade de ser francês e europeu, ou catalão e europeu — ou árabe e europeu.

As nações e os Estados independentes não tinham desaparecido. Assim como o mundo não convergia para uma norma única, “norte-americana” (as sociedades capitalistas desenvolvidas exibiam um grande leque de formas sociais e atitudes bastante diversas tanto em relação ao mercado quanto ao Estado), também a Europa continha uma gama de povos e tradições. A ilusão de que vivemos num mundo pós-nacional ou pós-estatal advém da atenção exagerada ao processo econômico “globalizado”... e da suposição de que fenômenos transnacionais operam em todas as esferas da vida humana. Vista exclusivamente sob a ótica da produção e da troca, a Europa, de fato, se tornara um grande fluxograma de ondas transnacionais. Mas, vista como local de poder e legitimidade política, ou de afinidades culturais, a Europa continuava a ser o que sempre fora: um somatório de diferentes partículas estatais. O nacionalismo veio e foi embora;⁴²⁷ mas as nações e os Estados permaneceram.

Considerando o que os europeus fizeram uns com os outros na primeira metade do século XX, isso foi algo notável. Contemplando os escombros de 1945, por certo, ninguém poderia ter previsto tal desenlace. Na verdade, o renascimento dos sofridos povos europeus e suas culturas e instituições nacionais, a partir das ruínas deixadas pelos trinta anos de guerra no continente, pode ser considerado uma façanha ainda maior do que o sucesso coletivo na formação da União transnacional. Esta, afinal, já estava na pauta européia muito antes da Segunda Guerra e, com efeito, teve a sua criação facilitada pela devastação causada pelo conflito. Mas a ressurreição da Alemanha, da Polônia ou da França, sem falar da Hungria ou da Lituânia, parecia bem menos provável.

Ainda menos previsível — de fato, impensável, poucas décadas antes — foi o surgimento da Europa, no alvorecer do século XXI, como modelo de virtudes internacionais: uma comunidade de valores e um sistema de relações interestatais exibidos por europeus e não-europeus como exemplo para a

imitação geral. Até certo ponto, tratava-se de uma contracorrente, uma decepção cada vez maior diante da alternativa norte-americana — mas a reputação foi merecida. E ensejou uma oportunidade sem precedentes. Para que a nova imagem da Europa, livre de pecados e vicissitudes do passado, sobrevivesse aos desafios do futuro, entretanto, tudo dependeria muito de como os europeus responderiam aos não-europeus, em seu meio e ao longo das suas divisas. Nos anos turbulentos do início do século XXI, a questão permanecia em aberto.

No amanhecer da era nacionalista, 170 anos antes, o poeta alemão Heinrich Heine tinha estabelecido uma distinção reveladora entre dois tipos de sentimento coletivo: “Nós [os alemães]”, ele escreveu:

recebemos ordens para nos tornar patriotas, e nos tornamos patriotas, pois fazemos tudo o que os nossos governantes nos mandam fazer. Entretanto, não devemos comparar esse tipo de patriotismo à emoção que recebe o mesmo nome aqui na França. O patriotismo de um francês significa que seu coração arde e, com tal ardor, o órgão se expande a tal ponto que o amor abraça não apenas o parente mais próximo, mas toda a França, todo o mundo civilizado. O patriotismo de um alemão significa que seu coração se contrai e encolhe, como couro no frio, e o alemão, por conseguinte, odeia tudo o que é estrangeiro, e já não quer se tornar cidadão do mundo, um europeu, mas apenas um alemão provinciano.

A França e a Alemanha, é claro, já não eram as referências críticas. Mas a escolha proposta por Heine, de duas modalidades de patriotismo, remete, diretamente, à condição europeia contemporânea. Se a Europa que surgia procedesse a uma guinada “germânica”, contraindo-se, como couro no frio, num provincianismo defensivo — algo sugerido pelos plebiscitos realizados na França e na Holanda, na primavera de 2005, quando as respectivas maiorias rejeitaram a proposta da “Constituição europeia” —, a oportunidade seria perdida, e a União Europeia jamais iria além das suas origens funcionais, jamais passaria do somatório e do fator comum mais elevado relativo aos interesses estanques dos seus diversos membros.

Mas, se o patriotismo europeu pudesse encontrar um meio de superar a si mesmo, de captar o espírito da França idealizada por Heine, expandindo-se para “abraçar todo o mundo civilizado”, então algo a mais seria possível agora. O século XX — o século dos EUA — testemunhara o mergulho da Europa no

abismo. A recuperação do Velho Continente foi um processo lento e incerto. Sob determinados aspectos, jamais se completaria: os EUA teriam o maior Exército e a China fabricaria mais produtos, a preços mais baixos. Contudo, nem os EUA nem a China dispunham de um modelo útil a ser universalmente copiado. Apesar dos horrores do passado recente — e, em grande medida, por causa desses horrores —, eram os *européus* que agora se encontravam em condições de oferecer ao mundo alguns conselhos sobre como evitar a repetição dos erros por eles próprios cometidos. Pouca gente poderia prever tal condição sessenta anos antes, mas o século XXI talvez seja da Europa.

416 Em *The United States of Europe. The New Superpower and the End of American Supremacy* (Os Estados Unidos da Europa. A nova superpotência e o fim da supremacia norte-americana) (Nova York, 2004), p. 131.

417 A Grã-Bretanha não esteve sozinha. Numa semana de setembro de 2004, a loteria espanhola — El Gordo — captou 5.920.293 euros.

418 Embora ainda não sujeitos ao molde norte-americano de reunir um homem de cor branca (como âncora), um homem de cor negra (para falar de esportes), uma mulher de cor branca (notícias leves e reportagens) e um meteorologista (cujo gênero e cor da pele eram opcionais).

419 A morte da princesa Diana e suas mórbidas conseqüências podem parecer uma exceção a essa regra, mas, embora muitos europeus tenham assistido aos funerais pela TV, o interesse logo se desfez. A estranha efusão de pesar registrada foi um fenômeno estritamente britânico.

420 A exceção notória ficava por conta de um pequeno grupo de fanáticos torcedores alemães e (sobretudo) ingleses que viajavam para assistir às partidas internacionais e cujo interesse explícito era em brigar — para perplexidade geral.

421 Em janeiro de 2003, por iniciativa dos primeiros-ministros espanhol e britânico, oito governos europeus (Grã-Bretanha, Espanha, Portugal, Dinamarca, Itália, Polônia, Hungria e República Tcheca) assinaram uma declaração conjunta de solidariedade com os EUA. Poucos meses depois, os húngaros e os tchecos expressariam, sigilosamente, arrependimento e mágoa por terem assinado o documento sob pressão do primeiro-ministro espanhol, José María Aznar. Um ano depois Aznar seria removido do cargo pelos eleitores espanhóis, sobretudo por ter levado a Espanha a fazer parte da “coalizão” para invadir o Iraque — ao que a nação se opunha em peso.

422 “É verdade que os americanos costumavam exibir grandes cartazes com os dizeres ‘Ama Teu Próximo’, mas as estatísticas que registram o quanto eles matam e estupram o próximo são de abismar qualquer país europeu.” T. R. Reid, *The United States of Europe* (Os Estados Unidos da Europa) (Nova York, 2004), p. 218.

423 A nova classe empresarial instalada no Leste Europeu, cumpre observar, alimentava-se e se vestia com produtos europeus e utilizava serviços telefônicos também europeus. Para ser moderno, já não era preciso imitar os EUA. Ao contrário, bens de consumo fabricados nos Estados Unidos passaram a ser desprezados como “fora de moda” ou “sem graça”.

424 Na França, em 1960, havia quatro trabalhadores para cada pensionista. Em 2000, havia dois. Em 2020, se a tendência atual se mantiver, haverá apenas um.

425 Em 2004, o custo com saúde absorvia 8% do PIB na Suécia, contra 14% nos EUA. Na Suécia, quatro quintos desse custo eram cobertos pelo governo; nos EUA, o governo federal assumia menos de 45% do custo. O restante pesava diretamente sobre as empresas norte-americanas e seus empregados. Quarenta e cinco milhões de americanos não tinham seguro-saúde.

[426](#) Sob a liderança dos sucessores de Delors, o pêndulo oscilou: a comissão continua ativa como sempre, mas seus esforços estão voltados para a desregulamentação dos mercados.

[427](#) Na Europa, mas não nos Estados Unidos. Em pesquisas internacionais realizadas no final do século XX, o número de norte-americanos que se diziam “muito orgulhosos” de seu país excedia 75%. Na Europa, apenas irlandeses e poloneses demonstravam ardor patriótico comparável; em outras regiões, o número de “muito orgulhosos” variava entre 49% (entre os letões) e 17% (entre os ex-alemães ocidentais).

EPÍLOGO

Da Casa dos Mortos

ENSAIO SOBRE A MEMÓRIA EUROPÉIA MODERNA

“O problema do mal será o grande problema da vida intelectual da Europa no pós-guerra — assim como a morte se tornou o grande problema depois da última guerra.”

Hannah Arendt (1945)

“Esquecer, eu diria, inclusive, o erro histórico, é fator crucial na criação de uma nação; portanto, o progresso do estudo da História é muitas vezes um risco à identidade nacional [...]. A essência de uma nação é o fato de os indivíduos terem muito em comum, e também o fato de terem esquecido muitas coisas.”

Ernest Renan

“Todo o trabalho histórico sobre os eventos deste período terá de ser realizado ou considerado em relação aos eventos ocorridos em Auschwitz [...]. Aqui, todo historicismo chega ao limite.”

Saul Friedlander

Para os judeus, concluiu Heinrich Heine, o batismo é o “ingresso para se entrar na Europa”. Mas tratava-se, então, de 1825, quando o preço do ingresso no mundo moderno correspondia ao abandono de um legado opressivo de

diferença e isolamento judaicos. Hoje, o preço do ingresso para se entrar na Europa mudou. Numa mudança irônica, que Heine — com suas insinuações proféticas de “tempos selvagens e sombrios, ribombando em nossa direção” — teria apreciado melhor do que ninguém, os que desejam se tornar europeus plenos no início do século XXI precisam, primeiramente, assumir um legado novo e bem mais opressivo. Hoje, a referência européia relevante já não é o batismo. É o extermínio.

O reconhecimento do Holocausto é o nosso ingresso para a Europa. Em 2004, o presidente Kwasniewski, da Polônia, na tentativa de pôr um ponto final num capítulo doloroso do passado polonês e alinhar a Polônia com seus parceiros da UE, reconheceu, oficialmente, o sofrimento dos judeus poloneses durante a guerra, inclusive o extermínio de judeus pelas mãos dos próprios poloneses. No ano seguinte, até o sociável presidente Iliescu, da Romênia, para atender à ambição do país de se filiar à União Européia, foi obrigado a admitir algo que tanto ele quanto seus colegas negavam com veemência havia muito tempo: que a Romênia também fizera o seu papel na destruição dos judeus da Europa...

É certo que há outros critérios para se participar plenamente da família européia. A insistência da Turquia em negar o “genocídio” da sua população armênia, em 1915, será um empecilho à candidatura do país à União Européia, assim como a Sérvia continuará a penar à porta da Europa até que a classe política local assuma a responsabilidade pelos extermínios em massa e outros crimes praticados durante as guerras iugoslavas. Mas o motivo pelo qual esses tipos de crime contêm hoje tamanho peso político — e o motivo pelo qual a “Europa” arrogou a si a responsabilidade de zelar para que tais crimes sejam levados a sério e de definir como “europeus” as pessoas que os levam a sério — é que esses crimes são exemplos parciais (no caso, respectivamente, antes e após o fato) do crime *fundamental*: a tentativa de um grupo de europeus de exterminar todos os membros de outro grupo de europeus, aqui, em solo europeu, num tempo que ainda pertence à memória viva.

A “Solução Final de Hitler para o problema judaico” na Europa não é apenas fonte crucial da jurisprudência internacional do pós-guerra — “genocídio” ou “crimes contra a humanidade”. O conceito também afere a postura moral (e, em alguns países europeus, a postura legal) dos que o julgam. Negar ou subestimar o *Shoah* — o Holocausto — é se colocar fora dos limites do discurso público civilizado. É por isso que políticos tradicionais evitam, ao máximo possível, a companhia de demagogos como Jean-Marie Le Pen. Hoje, o

Holocausto é bem mais do que apenas um fato inegável sobre um passado que os europeus já não podem ignorar. No momento em que a Europa se prepara para deixar para trás a Segunda Guerra Mundial — no momento em que os últimos memoriais são inaugurados, os últimos ex-combatentes e vítimas homenageados —, a memória resgatada dos judeus mortos na Europa tornou-se a garantia da humanidade restaurada do continente. Nem sempre foi assim.

Nunca foi mistério o que ocorreu com os judeus da Europa. O fato de que cerca de 6 milhões deles tinham sido exterminados durante a Segunda Guerra Mundial já era aceito amplamente poucos meses após o fim do conflito. O punhado de sobreviventes, quer nos campos de deslocados de guerra, quer nos seus países de origem, era um testemunho implícito do número de mortos. Dos 125 mil judeus removidos da Áustria, 4.500 voltaram depois da guerra. Na Holanda, onde havia 140 mil judeus antes da guerra, 110 mil foram deportados — dos quais menos de 5 mil retornaram. Na França, dos 76 mil judeus (em sua maioria nascidos no exterior) deportados entre 1940 e 1944, menos de 3% sobreviveram. Mais a leste, os números são ainda piores: na Polônia, de uma população de mais de 3 milhões de judeus, 97,5% foram dizimados. Na própria Alemanha, em maio de 1945, restavam apenas 21.450 dos 600 mil judeus que viviam no país.

Os que regressaram não foram exatamente bem-vindos. Depois de anos de propaganda anti-semita, as populações locais, em toda parte, não apenas se mostravam inclinadas a culpar os “judeus”, no sentido abstrato, por qualquer sofrimento, como também lamentavam constatar a volta de homens e mulheres cujos empregos, bens e apartamentos tinham sido roubados por essas mesmas populações. Em Paris, no 4º arrondissement, em 19 de abril de 1945, centenas de pessoas protestaram quando um judeu deportado, de volta à cidade, tentou recuperar a posse do seu apartamento (já ocupado). Antes de ser disperso, o protesto quase degenerou em violência, com a multidão gritando: “*La France aux français!*” O respeitável filósofo católico francês Gabriel Marcel, sem dúvida, não teria recorrido a esse tipo de linguagem, mas não se envergonhou de escrever, alguns meses depois, no periódico *Témoignage Chrétien*, que “os judeus” tinham a “presunção” e o ímpeto de “tomar conta de tudo”.

Não é de surpreender que a futura ministra do governo francês, Simone Weil, escrevesse, ao voltar de Bergen Belsen: “Tínhamos a sensação de que

nossa vida nada valia; e o pior é que éramos tão poucos.” Na França (assim como na Bélgica), membros da Resistência que haviam sobrevivido à deportação e agora retornado foram tratados como heróis: os salvadores da honra da pátria. Mas os judeus deportados não por questões políticas, mas raciais, não podiam servir a tais propósitos. Seja como for, De Gaulle (a exemplo de Churchill) se mostrou estranhamente cego diante da especificidade racial das vítimas de Hitler, entendendo o nazismo no contexto do militarismo prussiano. Em Nuremberg, o promotor francês François de Menthon não se sentia à vontade com o próprio conceito de “crimes contra a humanidade” — preferia a expressão “crimes contra a paz” — e, durante todo o julgamento, não fez qualquer referência à deportação ou ao assassinato dos judeus.⁴²⁸

Quase três anos depois, em 11 de janeiro de 1948, um editorial do *Le Monde*, intitulado “Os Sobreviventes dos Campos de Extermínio”, conseguiu aludir de modo tocante a “280 mil deportados, 25 mil sobreviventes”, mas sem mencionar uma única vez a palavra “judeu”. De acordo com uma legislação aprovada em 1948, o termo “*déportés*” só podia ser aplicado a cidadãos franceses ou residentes deportados por razões políticas ou por resistir às forças de ocupação. Não se fazia qualquer distinção quanto ao campo para onde a pessoa era enviada, nem ao destino que lhe era reservado após a chegada. Por conseguinte, crianças judias trancafiadas em trens e despachadas para Auschwitz para morrer na câmara de gás constavam dos documentos oficiais como “deportados políticos”. Com uma ironia mordaz, embora não intencional, essas crianças, na maioria filhos e filhas de judeus nascidos no exterior e que haviam sido separados dos pais à força, por ação de policiais franceses, seriam homenageadas em documentos e placas, por terem “morrido pela França”.⁴²⁹

Na Bélgica, partidos católicos integrantes do primeiro Parlamento no pós-guerra protestaram contra a idéia de pagar qualquer indenização a “judeus detidos por simples razão racial” — a maioria dos quais, insinuava-se, atuava no mercado negro. Com efeito, na Bélgica, a exclusão dos judeus de qualquer benefício no pós-guerra foi levada mais adiante. Visto que 95% dos judeus deportados do país eram estrangeiros ou apátridas, uma lei aprovada no pós-guerra estabeleceu que — a menos que tivessem lutado em movimentos organizados de resistência — judeus sobreviventes com paradeiro na Bélgica depois da guerra não teriam direito a qualquer tipo de assistência pública. Em outubro de 1944, as autoridades belgas designaram, automaticamente, nacionalidade “alemã” a todo sobrevivente judeu que se encontrasse no país e

que não pudesse comprovar cidadania belga. Teoricamente, o procedimento abolia as diferenças “raciais” observadas durante o conflito — mas também transformava judeus sobreviventes em inimigos estrangeiros que podiam ser detidos e cuja propriedade seria confiscada (e só devolvida em janeiro de 1947). Essas decisões tinham, ainda, o benefício de marcar esses judeus para uma eventual devolução à Alemanha, agora que já não estavam sob a ameaça do nazismo.

Na Holanda, onde segundo o jornal da Resistência holandesa, *Vrij Nederland*, os próprios nazistas se espantaram com a disposição com que cidadãos e líderes civis locais colaboraram na sua própria humilhação, os poucos judeus que regressaram não foram, absolutamente, bem-vindos. Uma judia, Rita Koopman, lembra-se de ter sido assim recebida: “Muitos de vocês voltaram. Agradeçam por não terem ficado aqui — sofremos muita fome!” É verdade que os holandeses sofreram imensamente no “Inverno de Fome”, entre 1944-1945, e as tantas casas desocupadas pelos judeus deportados, principalmente em Amsterdã, serviram de valioso estoque de lenha e outros materiais. Contudo, durante a guerra, apesar da entusiasmada cooperação da burocracia holandesa com o esforço de identificação e caça aos judeus no país, no pós-guerra, as autoridades — com a consciência tranqüila — não se sentiram na obrigação de oferecer qualquer tipo de indenização aos judeus. Em vez disso, numa atitude bastante autocomplacente, fizeram questão de se recusar a distinguir os cidadãos holandeses a partir de critérios raciais (ou quaisquer outros), e assim “congelaram” os judeus do país numa situação de anonimato e invisibilidade. Nos anos 50, os primeiros-ministros católicos da Holanda chegaram a se esquivar de contribuir com a construção de um monumento internacional, em Auschwitz, descartando a iniciativa como “propaganda comunista”.

Na Europa Oriental, é claro, se admitir o sofrimento dos judeus era algo praticamente fora de cogitação, muito menos admissível era o pagamento de indenização. Nos primeiros anos do pós-guerra, os judeus da região se preocupavam, acima de tudo, em sobreviver. Em agosto de 1946, Witold Kula, polonês não-judeu, descreveu uma viagem de trem, de Łódź a Wrocław, na qual testemunhou o escárnio anti-semita dirigido a uma família judaica: “O intelectual polonês médio não percebe que na Polônia de hoje um judeu não pode dirigir carro, não se arrisca a viajar de trem, não se atreve a mandar o filho numa excursão da escola; tampouco pode ir a locais remotos; prefere as grandes cidades e será imprudente se sair a caminhar à noite. Depois de seis

anos de tormento, só mesmo um herói seria capaz de continuar a viver numa atmosfera dessas.”

Após a derrota da Alemanha, muitos judeus no leste da Europa levaram adiante a estratégia de sobrevivência adotada durante a guerra: escondiam sua identidade judaica de colegas, vizinhos e até dos próprios filhos, esforçando-se ao máximo para se integrar ao mundo do pós-guerra e assumindo ao menos a aparência de uma vida normal. E isso não ocorreu apenas na Europa Oriental. Na França, embora novas leis proibissem a retórica abertamente anti-semita corrente na vida pública durante o período anterior à guerra, o legado de Vichy prevalecia. Os tabus da geração seguinte não haviam se instalado, e o comportamento que no futuro seria censurado ainda era aceitável. Conforme ocorrera nos anos 30, a esquerda não se mostrou imune. Em 1948, o parlamentar comunista Arthur Ramette apontou determinados políticos judeus de destaque — Léon Blum, Jules Moch, René Mayer — a fim de compará-los com parlamentares do seu próprio partido: “Nós, comunistas, só temos nomes franceses” (afirmação tão inconveniente quanto inverídica).

Em tais circunstâncias, para a maioria dos judeus da Europa, as opções pareciam extremas: partir (para Israel, depois que o país passou a existir, ou para os EUA, depois que este país abriu suas portas, em 1950) ou ficar calado e, na medida do possível, invisível. Por certo, muitos judeus tinham o ímpeto irresistível de falar, de testemunhar. Segundo suas próprias palavras, Primo Levi era impelido por uma “energia narrativa, absoluta e patológica” para escrever o que acabara de vivenciar. Mas o destino do próprio Levi é elucidativo. Quando, em 1946, Levi encaminhou *É Isto um Homem?*, relato de sua prisão em Auschwitz, à principal editora de esquerda na Itália, a Einaudi, o manuscrito foi rejeitado prontamente: a narrativa da perseguição e sobrevivência de Levi, a começar pela deportação como judeu e não como membro da Resistência, não condizia com os edificantes relatos italianos de oposição antifascista em nível nacional.

É Isto um Homem? foi publicado, então, por uma editora menor, com tiragem de apenas 2.500 exemplares — a maioria dos quais ficou encalhada num depósito em Florença, sendo destruída na grande enchente que se abateu sobre a cidade vinte anos depois. As memórias de Levi só foram publicadas na Grã-Bretanha em 1959, ocasião em que *É Isto um Homem?* vendeu apenas algumas centenas de exemplares (e a edição norte-americana, intitulada *Survival in Auschwitz* [Sobrevivência em Auschwitz] só começou a vender bem vinte anos depois). A Gallimard, editora de maior prestígio na França, durante

muito tempo, declinou de adquirir qualquer escrito de Levi; somente após a morte deste, em 1978, seu trabalho e sua importância começaram a ser reconhecidos na França. Assim como não se falava do assunto, Primo Levi permaneceu calado durante vários anos. Em 1955, ele observou que se tornara “indelicado” falar dos campos de concentração: “Corre-se o risco de ser acusado de se fazer de vítima, ou de atentar contra o pudor.” Giuliana Tedeschi, outra sobrevivente italiana de Auschwitz, faz a mesma observação: “Encontrei gente que não queria saber de coisa alguma, porque os italianos, afinal, também haviam sofrido, inclusive os que não tinham ido para os campos [...]. Costumavam dizer: ‘Pelo amor de Deus, já acabou’, e por isso fiquei calada durante muito tempo.”[430](#)

Nem mesmo na Grã-Bretanha o Holocausto era discutido em público. Assim como para os franceses o campo de concentração representativo era Buchenwald, com seus bem organizados comitês de presos políticos comunistas, na Grã-Bretanha, o ícone do campo de concentração nazista não era Auschwitz, mas Bergen-Belsen (libertado por tropas britânicas); e os sobreviventes esqueléticos filmados e exibidos em noticiários da TV no fim da guerra nem sempre eram identificados como judeus.[431](#) Também na Grã-Bretanha, no pós-guerra, os judeus muitas vezes preferiam manter a discrição e guardar para si as próprias memórias. Escrevendo, em 1996, sobre sua infância inglesa na condição de filho de sobrevivente de campo de concentração, Jeremy Adler lembra-se que, embora em casa o Holocausto não fosse tabu, em outros locais o tópico era visto como inadequado: “Meus amigos podiam se gabar do pai ter lutado com Monty,[432](#) no deserto. As experiências do meu pai não podiam ser mencionadas. Até recentemente, tais experiências não eram reconhecidas. Na Grã-Bretanha, o ciclo — da repressão à obsessão — demorou quase cinquenta anos para ser fechado”.[433](#)

Em retrospecto, o que mais impressiona é o caráter universal do esquecimento. O Holocausto dos judeus foi apagado da mente não apenas em locais onde havia bons motivos para não se pensar nele — como na Áustria, digamos (cuja população correspondia a apenas um décimo do total da Alemanha antes da guerra, mas que proveu um em cada dois guardas lotados em campos de concentração), ou na Polônia; mas também na Itália — onde a maior parte da nação não tinha motivos para se envergonhar do Holocausto — ou na Grã-Bretanha, onde os anos da guerra eram vistos com orgulho e até com certa

nostalgia. O rápido início da Guerra Fria também contribuiu, evidentemente.⁴³⁴ Mas havia também outras razões. Para a maioria dos europeus, a Segunda Guerra Mundial nada teve a ver com os judeus (exceto pelo fato de estes terem sido culpados pela deflagração do conflito), e qualquer sugestão de que o sofrimento dos judeus deveria ocupar um lugar de honra causava profundo ressentimento.

O Holocausto era apenas uma das muitas coisas que as pessoas queriam esquecer: “No período de vacas gordas do pós-guerra [...] os europeus se protegeram detrás de uma amnésia coletiva” (Hans-Magnus Enzensberger). Entre concessões feitas a administradores fascistas e forças de ocupação, colaboracionismo com determinadas agências e governantes, humilhações pessoais, privações materiais e tragédias familiares, milhões de europeus tinham bons motivos para virar as costas ao passado recente, ou se valer de memória seletiva. O que o historiador francês Henry Rousso mais tarde denominaria “síndrome de Vichy” — a dificuldade, durante décadas, de se admitir o que de fato ocorrera durante a guerra, e o desejo irresistível de bloquear a memória, ou reconstruí-la de maneira a não corroer os frágeis elos da sociedade do pós-guerra — não foi, absolutamente, exclusividade da França.

Todos os países da Europa que foram ocupados desenvolveram a sua versão da “síndrome de Vichy”. As privações sofridas pelos italianos durante a guerra, por exemplo, seja no país, seja nos campos prisionais, fizeram com que a atenção do público se desviasse do sofrimento que os próprios italianos haviam causado a outros povos — nos Bálcãs, por exemplo, ou nas colônias italianas na África. Os relatos de guerra que holandeses e poloneses construíram para si mesmos haveriam de sustentar a auto-imagem nacional durante décadas — os holandeses, particularmente, enfatizando a imagem de nação que havia resistido, ao mesmo tempo que tentavam esquecer que 23 mil holandeses tinham se apresentado como voluntários para as Waffen-SS: o maior contingente da Europa Ocidental. Até a Noruega teve de engolir a lembrança de que, antes ou depois de abril de 1940, mais de um em cada cinco oficiais do país haviam aderido, voluntariamente, à Nasjonal Samling (Força Nacional) neonazista de Vidkun Quisling. Mas, enquanto libertação, resistência e deportações — e até derrotas heróicas, como Dunquerque ou o Levante de Varsóvia, em 1944 — podiam ser utilizadas na construção de mitos nacionais, no Holocausto nada havia de “útil”.⁴³⁵

Na realidade, sob certos aspectos, era mais fácil para os *alemães* encarar e reconhecer a escala do crime por eles cometido. Não a princípio, é claro; já

vimos como o processo de “desnazificação” fracassou. O ensino da História nos primórdios da República Federal parava no Império Guilhermino. Com a rara exceção de um estadista como Kurt Schumacher — que, já em junho de 1947, advertia seus compatriotas que melhor seria aprender logo a “falar de uma vez por todas a respeito dos judeus na Alemanha e no mundo” —, as figuras públicas germânicas, nos anos 40 e 50, evitavam qualquer referência à Solução Final. O escritor norte-americano Alfred Kazin observou o fato de que, para seus alunos, em Colônia, em 1952, “a guerra acabou. A guerra era um assunto evitado. Nenhuma palavra sobre a guerra era pronunciada por meus alunos”. Quando os alemães ocidentais olhavam o passado, sua atenção se fixava nas lembranças do seu próprio sofrimento: pesquisas de opinião realizadas no final dos anos 50 revelaram que a imensa maioria dos entrevistados considerava a ocupação aliada no pós-guerra “a pior época de suas vidas”.

Conforme alguns observadores já previam em 1946, os alemães conseguiram se distanciar de Hitler, esquivando-se de punição e responsabilidade moral ao oferecerem o Führer ao mundo como bode expiatório. De fato, era *considerável* o ressentimento diante do que Hitler havia causado — mas diante do mal que ele causara aos alemães, e não do mal que os alemães tinham causado aos outros. Na opinião de muitos alemães naqueles anos, atentar contra os judeus não tinha sido o maior crime de Hitler, mas o maior *erro*: numa pesquisa realizada em 1952, quase dois em cada cinco adultos na Alemanha Ocidental não hesitaram em informar aos pesquisadores que achavam “melhor” para a Alemanha não ter judeus em seu território.

Atitudes como essas eram facilitadas pela relativa ausência de “lembretes” das atrocidades nazistas; os nazistas tiveram o cuidado de situar os principais campos de extermínio longe do “Velho Reich”. Não que a proximidade, em si, fosse o suficiente para despertar sensibilidade. O fato de Dachau ser subúrbio de Munique, cujo acesso se dava via ônibus urbano, não aumentou o entendimento quanto ao que se passava lá: em janeiro de 1948, o Parlamento da Bavária aprovou, por unanimidade, um projeto para que o local onde ficava o campo nazista se convertesse num *Arbeitslager*, campo de trabalho forçado para “elementos indolentes e anti-sociais”. Conforme observou Hannah Arendt, ao visitar a Alemanha, em 1950: “Por toda parte percebe-se que não existe reação quanto ao que ocorreu, mas é difícil dizer se isso decorre da recusa intencional de lamentar o passado ou se é expressão autêntica de incapacidade emocional.” Em 1955, um tribunal de Frankfurt absolveu um tal dr.

Peters, gerente-geral de uma empresa que fornecia gás Zyklon-B para a SS, alegando “insuficiência de provas” de que o gás tinha sido empregado para matar deportados.

Ao mesmo tempo, entretanto, os alemães — singularmente na Europa — não podiam negar o que haviam feito com os judeus. Podiam evitar o assunto; podiam insistir no seu próprio sofrimento; podiam empurrar a culpa para um “punhado” de nazistas, mas não podiam se esquivar da responsabilidade e atribuir o crime de genocídio a outro povo. Até Adenauer, que publicamente se limitava a exprimir pesar pelas “vítimas” judaicas sem jamais apontar os algozes, foi obrigado a assinar o tratado de indenizações com Israel. E embora nem britânicos, nem franceses, nem mesmo seus compatriotas italianos demonstrassem interesse pelas memórias de Primo Levi, *O Diário de Anne Frank* (há que se reconhecer, trata-se de um documento mais acessível) iria se tornar o livro de bolso mais vendido na Alemanha, com mais de 700 mil exemplares até 1960.

O que deflagrou o autoquestionamento, conforme já vimos, foi uma série de julgamentos resultantes de investigações tardias de crimes cometidos pelos alemães na Frente Oriental. Tendo início em Ulm, em 1958, com processos contra membros de “Grupos de Intervenção” que operavam durante a guerra, seguidos pela detenção e condenação de Adolf Eichmann e culminando nos julgamentos de guardas de Auschwitz, realizados em Frankfurt, entre dezembro de 1963 e agosto de 1965, esses processos foram a primeira oportunidade, desde o fim da guerra, para os sobreviventes dos campos falarem em público de suas experiências. Ao mesmo tempo, a Lei da Caducidade (concedida à República Federal), que estabelecia o limite de vinte anos em caso de assassinato, foi estendida (mas ainda não suspensa).

Tal mudança de atitude foi movida, em grande parte, por uma onda de vandalismo anti-semita registrada no final dos anos 50 e pelo acúmulo de evidências de que os jovens alemães ignoravam totalmente o Terceiro Reich: os pais nada lhes diziam, e os professores evitavam o assunto. Em 1962, dez *Länder* da Alemanha Ocidental anunciaram que, a partir de então, a história dos anos 1933-1945 — inclusive o extermínio dos judeus — seria conteúdo obrigatório em todas as escolas. A suposição inicial de Konrad Adenauer no pós-guerra foi, portanto, revertida: a saúde da democracia alemã agora exigia que o nazismo fosse lembrado, não esquecido. E, cada vez mais, focalizava-se o genocídio e os “crimes contra a humanidade”, e não os “crimes de guerra”, aos quais o socialismo nacional até então tinha sido associado. A nova geração

se conscientizava da natureza — e da escala — das atrocidades nazistas. Revistas populares, como *Stern* e *Quick*, já não poderiam diminuir a magnitude dos campos de concentração, conforme o fizeram nos anos 50; tampouco poderiam elogiar os “bons” nazistas. Uma certa consciência pública da inadmissibilidade, da indecência do passado germânico recente começou a se consolidar.

Mas não se deve exagerar a dimensão da mudança. Na década de 1960, um chanceler da Alemanha Ocidental (Kiesinger) e um presidente da República Federal (Hans Lübke) eram ex-nazistas — contradição flagrante da auto-imagem da República de Bonn, devidamente registrada por jovens observadores, conforme vimos no Capítulo 12. E uma coisa era dizer a verdade sobre os nazistas, outra era admitir a responsabilidade coletiva do povo alemão, tema sobre o qual a maioria da classe política se mantinha calada. Além disso, enquanto o número de alemães ocidentais que acreditavam que Hitler teria sido um dos maiores estadistas da Alemanha “se não fosse a guerra” diminuiu de 48%, em 1955, para 32%, em 1967, este último índice (embora composto, predominantemente, por entrevistados idosos) era desanimador.

A verdadeira transformação ocorreu na década seguinte. Uma série de eventos — a Guerra dos Seis Dias, entre Israel e os árabes, em 1967; o chanceler Brandt ajoelhando-se diante do Memorial do Gueto de Varsóvia; o assassinato de atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique, em 1972; e, finalmente, a transmissão da minissérie *Holocausto* pela televisão alemã, em janeiro de 1979 — contribuiu para situar os judeus e seu sofrimento no topo da lista de questões públicas na Alemanha. E entre esses eventos, a minissérie foi, de longe, o mais importante. Autêntico produto da televisão comercial norte-americana — história simples, personagens bidimensionais, narrativa estruturada para causar o máximo de impacto emocional —, a minissérie *Holocausto* (conforme observado no Capítulo 14) foi execrada e abominada por cineastas europeus, de Edgar Reitz a Claude Lanzmann, que a acusaram de transformar a história alemã em telenovela americana e de tornar acessível e compreensível algo que deveria permanecer indescritível e impenetrável.

Mas essas mesmas limitações explicam o impacto do programa. A minissérie foi transmitida para toda a Alemanha Ocidental, em quatro noites consecutivas, e teve uma audiência estimada em 20 milhões de telespectadores — bem mais da metade da população adulta. A transmissão coincidiu com o julgamento de ex-guardas do campo de extermínio de Majdanek: um lembrete aos telespectadores de que o assunto ainda não havia se esgotado. O impacto no público foi enorme. Cinco meses mais tarde, o *Bundestag* votou a

suspensão da Lei da Caducidade em caso de assassinato (registre-se, porém, que o futuro chanceler Helmut Kohl votou contra a suspensão). A partir daquele momento, os alemães estariam entre os europeus mais bem informados acerca do *Shoah* e à frente de todos os esforços para preservar a consciência pública em relação ao crime cometido pelo país. Enquanto em 1968 apenas 471 escolas visitaram Dachau, no final dos anos 70 o número anual de visitas excedia 5 mil.

Saber — e reconhecer publicamente — o que os alemães tinham feito com os judeus quatro décadas antes foi um avanço considerável, mas situar essa questão na história da Alemanha e da Europa continua a ser um dilema, conforme o “embate dos historiadores” ocorrido nos anos 80 haveria de demonstrar. Alguns estudiosos conservadores, entre os quais o até então respeitado historiador Ernst Nolte, mostravam-se insatisfeitos com a insistência em se tratar Hitler, seu movimento e seus crimes como algo singular, *sui generis*. Se quisermos entender o nazismo, eles insistiam, precisamos situá-lo no seu tempo e lugar. Segundo Nolte, a ascensão do nacional-socialismo e de algumas de suas práticas mais grotescas foram, acima de tudo, uma reação ao bolchevismo: seguiram e, em certa medida, imitaram o exemplo da ameaça representada por Lenin e seus herdeiros. Isso não minimiza os crimes do nazismo, argumentou Nolte, em notório artigo publicado no *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, em junho de 1986, mas sem o precedente bolchevique tais crimes não podem ser devidamente explicados. Chegara o momento de reconsiderar a era nazista, situando o Holocausto num quadro mais abrangente de genocídios modernos.

A reação a Nolte partiu, principalmente, de Jürgen Habermas, que — à semelhança de Enzensberger, Günter Grass e outros integrantes da “geração cética” — tinha idade suficiente para se lembrar do nazismo e, portanto, desconfiava profundamente de qualquer tentativa de “limitar” as responsabilidades germânicas. “Absurdo”, Habermas respondeu a Nolte: a questão do nazismo não é “situá-lo” ou “historicizá-lo” — essa era, exatamente, a tentação à qual alemão algum teria o direito de ceder. O crime nazista — o crime germânico — era singular: singular em escala, singular em ambição, singular em sua malignidade insondável. No sentido pretendido por Nolte, a contextualização, somada à conseqüente e implícita relativização da responsabilidade alemã, era simplesmente proibida.

Mas a postura inabalável de Habermas estabeleceu um parâmetro que poucos compatriotas seus (inclusive historiadores, para quem comparação e

contexto são a seiva vital da disciplina) poderiam seguir por muito tempo. O novo destaque do Holocausto no debate público alemão — culminando, nos anos 90, em abundantes demonstrações de remorso por erros do passado, com os alemães se rendendo ao que o escritor Peter Schneider chamou de “espécie de autodesprezo moralista” — não poderia durar indefinidamente. Pretender que cada nova geração de alemães vivesse para sempre oprimida pela sombra de Hitler, exigir que cada nova geração assumisse a responsabilidade pela memória da culpa germânica e fazer dessa culpa a própria medida da identidade nacional era o mínimo que se poderia pedir — mas era também querer demais.

Em outros locais da Europa Ocidental o processo de relembrar e admitir teve, primeiramente, de vencer ilusões autocentradas — processo que, de modo geral, envolveu duas gerações e várias décadas. Na Áustria — onde a minissérie *Holocausto* foi transmitida apenas dois meses após ter sido exibida na Alemanha, mas onde o impacto foi incomparavelmente menor —, somente quando transpareceu, em meados dos anos 80, que o presidente do país, Kurt Waldheim, participara da brutal ocupação da Iugoslávia pelas mãos da Wehrmacht durante a guerra, os austríacos (alguns deles) começaram a questionar seriamente (embora de modo limitado) o passado nazista do país. Na verdade, o fato de Waldheim ter sido Secretário-geral da ONU, sem que ninguém na comunidade internacional se desse o trabalho de examinar-lhe a ficha de guerra, alimentou as suspeitas de muitos austríacos de que estavam sendo avaliados segundo parâmetros bastante rigorosos. Afinal, no pós-guerra, a Áustria tivera um chanceler judeu (o socialista Bruno Kreisky), o que jamais acontecera com os alemães.

Mas ninguém esperava muito dos austríacos. A relação despreocupada destes com a história recente — ainda na década de 1990, quase dois austríacos em cada cinco ainda consideravam o país vítima de Hitler, e não cúmplice, e 43% dos austríacos achavam que o nazismo tinha “facetas boas e más” — tão-somente confirmava os seus próprios preconceitos e os preconceitos de terceiros.⁴³⁶ Já no vizinho alpino da Suíça, a situação era outra. A partir de 1945, ao longo de quarenta anos, a Suíça teve passe livre em virtude do seu posicionamento durante a guerra. Não apenas foi esquecido que a Suíça envidara grandes esforços para impedir a entrada de judeus no país, como também, na ficção popular e em filmes, o país era representado como refúgio seguro e acolhedor para qualquer perseguido que conseguisse alcançar

suas fronteiras. Os suíços se deleitavam com sua consciência tranqüila, a admiração e a inveja do mundo.

Na realidade, por volta de 1945, os suíços só haviam admitido a entrada de 28 mil judeus no país — 7 mil dos quais antes do início da guerra. Os refugiados que chegavam ao país durante o conflito não obtinham permissão de trabalho — eram sustentados com contribuições cobradas de judeus residentes e abastados. Somente em junho de 1944 as autoridades em Berna reconheceram oficialmente que a solicitação da Suíça (encaminhada a Berlim em outubro de 1938) — de que a letra “J” fosse estampada nos passaportes de todos os judeus alemães (para dificultar-lhes o ingresso na Suíça) — foi um ato de “intolerável discriminação racial”. Se esse fosse o ponto máximo da má conduta suíça, não haveria muito que criticar — Londres e Washington jamais solicitaram qualquer identificação nos passaportes dos judeus, mas, em se tratando de amparar refugiados de origem judaica, os registros britânicos e norte-americanos nada têm do que se orgulhar. No entanto, os suíços foram muito mais longe.

Infelizmente, conforme ficou claro no decorrer de investigações oficiais conduzidas na década de 1990, a Suíça não apenas traficou ouro roubado e fez contribuições substanciais para o esforço de guerra germânico (ver Capítulo 3), mas bancos e seguradoras do país embolsaram grandes somas de dinheiro pertencente a correntistas judeus ou a beneficiários de apólices de seguro de vida de parentes executados. Num acordo secreto firmado com a Polônia comunista no pós-guerra — que só veio a público em 1996 —, Berna chegou a propor a transferência de contas bancárias de judeus poloneses mortos para as novas autoridades em Varsóvia, em troca de indenizações a serem pagas a instituições financeiras e empresas suíças expropriadas depois que os comunistas tomaram o poder.⁴³⁷ Quando surgiu esse tipo de evidência, a reputação imaculada do país se desfez e, tão cedo, nenhum montante pago (de má vontade) nem “fundos destinados às vítimas” haverão de resgatar a boa imagem da Suíça. Em 13 de setembro de 1996, um editorial publicado no jornal alemão *Die Zeit* — observando que a Suíça, finalmente, fora encoberta pela “longa sombra do Holocausto” — cheirava forte a *Schadenfreude*. Mas era pura verdade.

A imagem nobre da Holanda durante a guerra — onde quase a totalidade da população teria “resistido” e se empenhado em obstruir os planos alemães — fora questionada e desacreditada bem antes, e por iniciativa local. Em meados dos anos 60, histórias da Segunda Guerra Mundial publicadas em edições de

múltiplos volumes disponibilizavam bastante informação sobre *fatos*, no que dizia respeito à experiência da Holanda durante a guerra, inclusive à questão das deportações, mas evitavam detalhar o *quem*, o *como* e o *porquê* da catástrofe dos judeus. Seja como for, pouca gente leu esses compêndios. Porém, em abril de 1965, um historiador holandês — Jacob Presser — publicou a obra *Ondergang* (Decadência), o primeiro relato completo do extermínio dos judeus da Holanda; somente em 1965, 100 mil exemplares do livro foram vendidos, provocando uma torrente de interesse público pelo tema.⁴³⁸ Em pouco tempo, o livro foi seguido por uma avalanche de documentários para a televisão, seriados sobre a ocupação durante a guerra — um destes, *De Bezetting* (A ocupação), iria ao ar durante duas décadas — e por uma mudança na postura oficial. Foi em 1965 que um governo holandês, pela primeira vez, contribuiu para o Memorial de Auschwitz — embora somente sete anos mais tarde a Holanda, finalmente, concordasse em pagar aos judeus deportados sobreviventes a pensão que desde 1947 era concedida a membros da Resistência e outras vítimas do nazismo.

Assim como no caso germânico, o que deflagrou o interesse holandês no passado oculto foram os julgamentos em Israel e na Alemanha no início dos anos 60. E na Holanda, tal qual em outros locais, os integrantes da geração do pós-guerra mostraram-se curiosos sobre a história recente e um tanto quanto céticos em relação às versões dos eventos que lhes haviam sido apresentadas — ou melhor, que não haviam sido apresentadas — pela “geração calada”, isto é, a geração dos seus pais. As mudanças sociais dos anos 60 contribuíram para a derrubada do muro de silêncio oficial no que dizia respeito à ocupação: a quebra de tabus sociais e sexuais — que, em partes da Holanda, sobretudo em Amsterdã, teve implicações das mais perturbadoras para uma sociedade até então conservadora — acarretou desconfiância diante de outras práticas correntes e truísmos culturais. Para alguns grupos de leitores, o texto-base do Holocausto holandês — o diário de Anne Frank — passou a ser lido sob uma ótica bastante diferente: afinal, Anne e sua família foram entregues aos alemães pelos vizinhos holandeses.

No final do século, os anos entre 1940 e 1945 haviam se tornado o período mais estudado da história holandesa. Mas, embora a verdade sobre o papel dos holandeses na identificação, detenção, deportação e morte de seus compatriotas judeus tenha se tornado público nos anos 60, foi preciso mais tempo até que as implicações desse fato fossem assimiladas: somente em 1995 um chefe de Estado — a rainha Beatriz — reconheceu publicamente a tragédia dos

judeus holandeses, durante uma visita a Israel. Talvez somente em meados dos anos 90, quando a força de paz da ONU integrada por holandeses permitiu, placidamente, que milícias sérvias caçassem e executassem 7 mil muçulmanos, em Srebrenica, a lição, finalmente, tenha sido aprendida. Um debate nacional, há tanto tempo adiado, sobre o preço que os holandeses pagaram por seu legado de ordem, cooperação e obediência pôde, afinal, ter início.

Em sua defesa, os holandeses — assim como belgas, noruegueses e italianos (depois de setembro de 1943) e a maioria do Leste Europeu ocupado — alegaram que, embora a cooperação de burocratas, policiais e outros com as autoridades das forças de ocupação fosse vergonhosa, a iniciativa sempre vinha de cima: dos alemães. Hoje isso já não consta como verídico, e em alguns locais — sobretudo em territórios como a Eslováquia ou a Croácia (ou a Hungria, nos últimos meses da guerra), onde governos fantoches implementavam os seus próprios projetos criminosos — a alegação jamais passou de meia-verdade. Porém, nas regiões ocupadas da Europa Ocidental, com uma importante exceção, não havia regimes popularmente acreditados, não havia governos nacionais legítimos em exercício de plena autoridade e, portanto, responsáveis por seus atos. Os alemães não poderiam ter feito o que fizeram na Noruega, na Bélgica ou na Holanda ocupada sem a colaboração da população local (no único país — a Dinamarca — onde tal colaboração não se deu, os judeus sobreviveram). Mas, em todos esses casos, eram os alemães que davam as ordens.

A exceção, obviamente, é a França. E é a torturante, há muito tempo renegada e incompleta memória do papel da França na guerra — do regime de Vichy e do ativo papel de cúmplice por ele desempenhado no projeto nazista, sobretudo quanto à Solução Final — que tem empanado todos os esforços da Europa no pós-guerra para confrontar a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto. Não é que a conduta da França fosse a pior. É que a França era extremamente importante. Até 1989, Paris — por razões discutidas neste livro — ainda era a capital intelectual e cultural da Europa, talvez mais do que nunca, desde o Segundo Império. A França era, também, o Estado mais influente do Oeste Europeu continental, graças aos feitos de Charles de Gaulle, que reintroduziu o país nos salões do poder internacional. E foi a França — e estadistas franceses, instituições francesas e interesses franceses — que fez avançar, segundo a vontade francesa, o projeto de um continente unido. Enquanto a França não encarasse o passado, uma sombra haveria de pairar sobre a nova Europa — a sombra de uma mentira.

O problema de Vichy tem explicação simples. Em julho de 1940, o regime do marechal Pétain foi eleito pelo último Parlamento da Terceira República; tratava-se, portanto, do único regime do período da guerra que podia afirmar alguma continuidade, por mais espúria que fosse, com as instituições democráticas do período anterior à guerra. Ao menos até o final de 1942, a grande maioria de franceses e francesas considerava Vichy e suas instituições a autoridade legítima na França. E para os alemães, Vichy era uma grande conveniência — poupava-lhes o trabalho de instalar um dispendioso regime de ocupação num país de grande extensão, como a França, e lhes garantia tudo de que precisavam: aceitação da derrota, “indenizações de guerra”, matérias-primas, mão-de-obra barata... e muito mais.

Ocorreu que Vichy fez mais do que acomodar a si e aos seus cidadãos à derrota da França e dirigir o país segundo as conveniências da Alemanha. Sob a liderança de Pétain e seu primeiro-ministro, Pierre Laval, a França deu início aos seus próprios projetos colaboracionistas: notoriamente, a adoção das “leis raciais”, em 1940 e 1941, sem qualquer pressão por parte da Alemanha para fazê-lo, e do esquema segundo o qual as próprias autoridades francesas arrebanhariam a população judaica do país (a começar pelos muitos estrangeiros judeus que residiam na França), segundo cotas estabelecidas pelas autoridades nazistas, depois que a Solução Final foi implementada. Em consequência dessa bem-sucedida afirmação de autonomia administrativa francesa, a maioria dos judeus deportados da França jamais deparou com um uniforme estrangeiro até ser entregue aos alemães, para o transporte derradeiro até Auschwitz, partindo dos terminais ferroviários em Drancy (ao norte de Paris). Até aquele momento, tudo ficava a cargo dos próprios franceses.

Após a Libertação, apesar de toda a censura despejada sobre Pétain e seus companheiros, a contribuição do regime de Vichy ao Holocausto raramente foi invocada, e certamente não pelas próprias autoridades francesas no pós-guerra. Não foi apenas o fato de os franceses conseguirem isolar “Vichy” num canto da memória nacional, retirando o episódio de circulação. Simplesmente, os franceses jamais estabeleceram qualquer ligação entre Vichy e Auschwitz. Vichy havia traído a França. Colaboracionistas haviam cometido traição e crimes de guerra. Mas “crimes contra a humanidade” não faziam parte do léxico jurídico francês. Eram práticas dos alemães.

A situação ainda era essa vinte anos mais tarde. Quando este autor estudou a história da França, no Reino Unido, no final dos anos 60, a literatura

acadêmica — bastante escassa — do período de Vichy quase não abordava a dimensão “judaica”. Os estudos sobre Vichy, na França e em outros locais, tentavam estabelecer se o regime de Pétain era “fascista” ou “reacionário”, e até que ponto o referido regime representava uma continuidade ou um rompimento com o passado republicano do país. E existia também uma respeitável escola de historiadores franceses que defendia a tese de que o “escudo” de Pétain tinha protegido a França de um processo de “polonização” — como se Hitler pretendesse tratar as conquistas ocidentais com a ferocidade bárbara com que castigou o Leste Europeu. E qualquer questionamento do mito de uma Resistência heróica, presente por todo o país, ainda era tabu — quer em historiografia, quer na vida nacional.

A única concessão que as autoridades francesas fizeram à mudança de estado de espírito observada no exterior ocorreu em dezembro de 1964, quando a Assembléia Nacional, tardiamente, incorporou a categoria de “crimes contra a humanidade” (definidos, pela primeira vez, pelos acordos de Londres, em 8 de agosto de 1945) à legislação francesa e os declarou imprescritíveis. Mas isso nada tinha a ver com Vichy. Era uma reação ao Julgamento de Auschwitz, que então transcorria em Frankfurt, e destinava-se a facilitar qualquer perseguição futura, em solo francês, a indivíduos (alemães ou franceses) envolvidos diretamente nos esquemas de extermínio montados pelos nazistas. O quanto ainda faltava para que se decidisse reabrir, oficialmente, a questão da responsabilidade *coletiva* da França ficou óbvio, em 1969, quando o governo proibiu a televisão francesa de transmitir *O Desgosto e a Piedade*, de autoria de Marcel Ophuls.

O filme de Ophuls, um documentário sobre a ocupação de Clermont Ferrand, na região central da França, durante a guerra, baseava-se em entrevistas gravadas com franceses, britânicos e alemães. O filme quase não tocava no Holocausto, e pouco falava de Vichy: o tema era a venalidade generalizada e o colaboracionismo diário praticados nos anos da guerra. Ophuls expunha o autocomplacente relato da Resistência construído no pós-guerra. Mas isso já era demais para as autoridades, no último ano da presidência de De Gaulle. E não apenas para as autoridades: quando, dois anos depois, o filme foi, finalmente, liberado, não para ser exibido em televisão nacional mas num pequeno cinema do Quartier Latin, em Paris, uma mulher de meia-idade teria dito, ao sair da sala de projeção: “Vergonhoso — mas o que se pode esperar? Ophuls é judeu, não é?”

Vale ressaltar que na França, singularmente, o avanço no que concerne ao enfrentamento honesto da história do período da Segunda Guerra resultou do trabalho de historiadores *estrangeiros*, dois dos quais — Eberhard Jäckel, na Alemanha, e Robert Paxton, nos EUA, cujos livros mais importantes foram publicados entre o final dos anos 60 e meados dos anos 70 — foram os primeiros a utilizar fontes alemãs para demonstrar até que ponto os crimes de Vichy foram cometidos por iniciativa francesa. Nenhum estudioso nativo sentia-se à vontade para abordar o tema: trinta anos após a Libertação da França, o sentimento nacionalista ainda se mostrava bastante aguçado. Ainda em 1976, ao tomar conhecimento dos detalhes de uma exposição cujo objetivo era homenagear as vítimas francesas de Auschwitz, o Ministère des Anciens Combattants (Ministério dos Ex-combatentes) solicitou algumas alterações — os nomes que constavam da lista “careciam da devida ressonância francesa”.⁴³⁹

Tendo em vista a situação na França durante aqueles anos, é provável que esses sentimentos tivessem mais a ver com orgulho ferido do que com “simples” racismo. Até 1939, a França era uma grande potência internacional. Porém, em três décadas, o país sofreu uma derrota militar devastadora, uma ocupação humilhante, duas perdas coloniais sangrentas e vexatórias e (em 1958) uma mudança de regime que foi quase um golpe de Estado. *La Grande Nation* acumulava tantas perdas e humilhações desde 1914 que a atitude compensatória de afirmar a honra nacional em toda e qualquer ocasião se tornara profundamente arraigada. Episódios inglórios — ou piores que isso — eram despachados por um buraco na memória. Afinal, Vichy não era o único fato que os franceses queriam tanto deixar para trás — ninguém queria falar das “guerras sujas” na Indochina e na Argélia, muito menos da tortura praticada pelo Exército nesses locais.

A saída de De Gaulle pouco alterou esse contexto, embora uma geração mais jovem de franceses e francesas demonstrasse interesse reduzido em glória nacional e nenhum comprometimento pessoal com os mitos que cercavam a história recente da França. Sem dúvida, nos anos seguintes, os franceses se fizeram mais cientes do Holocausto e se mostraram mais sensíveis diante do sofrimento dos judeus, de modo geral — em parte, graças à indignação que se seguiu à notória entrevista coletiva concedida por De Gaulle, em 27 de novembro de 1967, depois da vitória de Israel na Guerra dos Seis Dias, quando o presidente francês se referiu aos judeus como “um povo seguro de si e dominador”. E o documentário *Shoah*, de 1985, rodado pelo diretor

francês Claude Lanzmann, causou um impacto dramático no público francês, apesar (ou talvez por isso) de abordar quase exclusivamente o extermínio dos judeus no Leste Europeu.

Mas, ainda que os historiadores franceses — no rastro dos colegas estrangeiros — agora estabelecessem que, inquestionavelmente, os indivíduos que governaram a França durante a guerra tinham sido responsáveis pelo destino dos judeus deportados do solo francês, a atitude oficial francesa jamais se alterou. Desde Georges Pompidou (que presidiu o país de 1969 a 1974), passando por Valéry Giscard d'Estaing (1974-1981) e chegando a François Mitterrand (1981-1995), a linha se manteve inalterada: o que fora feito pelo ou sob o regime de Vichy era problema de Vichy. O fenômeno Vichy ocorrera na França e fora produzido por alguns franceses, mas Vichy tinha sido um interlúdio autoritário na história da República francesa. Vichy, em outras palavras, não era a “França” e, portanto, a consciência pública do país se mantinha tranqüila.

O presidente Mitterrand (nascido em 1916), último chefe de Estado francês que vivenciou a guerra quando adulto, tinha motivos especiais para observar essa distinção artificiosa. Ex-servidor público que atuara em Vichy, Mitterrand, mais tarde, construiu a carreira política, em grande medida, ocultando os comprometimentos e as ambigüidades de sua própria biografia e projetando essas mesmas ambigüidades no país como um todo. Em ocasiões públicas, o presidente evitava, de propósito, qualquer referência a Vichy; e, embora nunca relutasse em falar do Holocausto de modo geral — fosse em Jerusalém, em 1982, ou na França, no quinquagésimo aniversário do arrebanhamento de 12.884 judeus parisienses, levado a cabo em julho de 1942 —, jamais deixou escapar qualquer insinuação de que a França tinha contas a pagar.

O tabu que Mitterrand reforçou, encarnou e, sem dúvida, teria defendido até a morte foi, finalmente, quebrado (conforme tantas vezes ocorreu com essa questão) por uma série de julgamentos. Em 1994, após passar quase cinquenta anos escondido, Paul Touvier — ativista da milícia de Vichy durante a guerra — foi preso e levado a julgamento, acusado do assassinato de sete judeus franceses, em Lyon, em junho de 1944. Touvier, em si, não era peixe grande: não passava de pequena engrenagem da máquina de Vichy e colaborador de Klaus Barbie, o chefe da Gestapo em Lyon capturado e julgado em 1987. Mas o processo de Touvier — e as provas que apontavam a colaboração das autoridades de Vichy com a Gestapo e o papel desempenhado por elas na

deportação dos judeus — serviu como uma espécie de sucedâneo de outros julgamentos que jamais ocorreram: sobretudo o de René Bousquet, chefe de polícia em Vichy. A instauração de um processo contra Bousquet, que em 1942 negociou pessoalmente com autoridades alemãs a entrega de judeus, teria propiciado à França a oportunidade de encarar a verdade sobre Vichy. E não apenas sobre Vichy, pois no pós-guerra Bousquet viveu impune na França durante várias décadas, protegido por amigos em altos escalões — inclusive o próprio Mitterrand. Porém, antes de ser levado a julgamento, Bousquet foi convenientemente assassinado (por um “demente”), em junho de 1993.

Na sequência da condenação de Touvier, e na ausência de Bousquet, o Judiciário francês, finalmente, reuniu coragem (após o falecimento de Mitterrand) para indiciar, prender e processar outra figura importante: Maurice Papon. Ex-ministro de Estado e chefe de polícia durante a gestão de De Gaulle, Papon fora secretário-geral da região administrativa de Bordeaux durante a guerra. O cargo era estritamente burocrático, e sua passagem por Bordeaux a serviço de Pétain em nada atrapalhou o sucesso da carreira de Papon como servidor público no pós-guerra. Todavia, enquanto estivera em Bordeaux, Papon havia autorizado a detenção e o envio dos judeus da região para Paris, de onde foram deportados. Em consequência de tal fato — agora definido pelas leis francesas como crime contra a humanidade —, Papon foi processado em 1997.

O julgamento de Papon, com seis meses de duração, não revelou novas provas — a não ser sobre ele próprio, que demonstrou impressionante falta de piedade ou remorso. E, obviamente, o julgamento foi realizado com cinquenta anos de atraso, sendo tarde demais para punir o octogenário Papon por seus crimes, tarde demais para vingar as suas vítimas, tarde demais para salvar a honra do país. Diversos historiadores franceses, convocados a depor como especialistas, declinaram de comparecer. Sua função, insistiam eles, era relatar e explicar o que se passara na França cinquenta anos antes, não utilizar tal conhecimento num processo criminal.⁴⁴⁰ Contudo, o julgamento foi exemplar. Ficou evidenciado, de maneira conclusiva, que a tênue distinção entre “Vichy” e “França”, meticulosamente estabelecida por todos, de De Gaulle a Mitterrand, nunca existira. Papon era um francês que tinha servido ao regime de Vichy e à subsequente República francesa, sendo que ambas as instâncias tinham pleno conhecimento das atividades do servidor na Prefeitura de Bordeaux e pouco se incomodaram com o fato.

E mais, Papon não agiu sozinho — na verdade, tanto o homem quanto as ações praticadas eram lugares-comuns. A exemplo de muitos outros, Papon assinou sentenças de morte de gente que ele sequer conhecia e cujo destino lhe era indiferente. O aspecto mais interessante do caso de Papon (e do de Bousquet, também) foi o porquê de terem sido necessários quase cinquenta anos para que a França os localizasse — e por que, no final do século, a crosta de silêncio, finalmente, rachou. Muitas são as explicações, nem todas lisonjeiras para a classe política francesa, ou para a mídia nacional. Mas a passagem do tempo, somada à importância psicológica atinente ao final de uma era, talvez seja a explicação mais pertinente.

Enquanto esteve no governo, François Mitterrand encarnou a incapacidade nacional de falar abertamente sobre a vergonha que foi a ocupação. Com a saída de Mitterrand, tudo mudou. Seu sucessor, Jacques Chirac, tinha apenas 11 anos quando a França foi libertada, em 1944. Poucas semanas após assumir o poder, no 53º aniversário do já citado recolhimento de judeus parisienses, fato sobre o qual Mitterrand sempre procedera com discrição, o presidente Chirac quebrou um tabu de cinquenta anos e, pela primeira vez, admitiu francamente o papel desempenhado pela França no extermínio dos judeus da Europa. Dez anos mais tarde, em 15 de março de 2005, no recém-inaugurado Museu do Holocausto, em Jerusalém, o primeiro-ministro de Chirac, Jean-Pierre Raffarin, declarou solenemente: *“La France a parfois été le complice de cette infamie. Elle a contracté une dette imprescriptible qui l’oblige”* (“A França foi, por vezes, cúmplice dessa infâmia. Ela contraiu uma dívida imprescritível que a mantém sob obrigação”).

No final do século XX, a centralidade do Holocausto na identidade e na memória da Europa Ocidental parecia garantida. É verdade que restavam alguns indivíduos e organizações — os “revisionistas” — que insistiam em demonstrar que o extermínio em massa dos judeus não poderia ter acontecido (embora tais revisionistas atuassem mais nos Estados Unidos do que na própria Europa). Mas esses indivíduos ficavam confinados às margens políticas — e a insistência na impossibilidade técnica do genocídio, involuntariamente, celebrava a própria enormidade do crime nazista. Entretanto, a amplitude com que os europeus agora reconheciam, ensinavam e memorizavam a perda dos judeus trazia consigo outros riscos.

Em primeiro lugar, havia sempre o perigo de um retrocesso. De vez em quando, até políticos alemães tradicionais expressavam frustração diante do peso da culpa nacional — já em 1969, o líder social-cristão bávaro Franz-Josef Strauss extravasara publicamente, o pensamento de que “um povo que alcançou tamanho sucesso econômico tem o direito de não mais precisar ouvir falar de ‘Auschwitz’”. Os políticos, evidentemente, têm os seus motivos.⁴⁴¹ O que talvez tenha sido mais indicativo de uma iminente guinada cultural foi o impulso generalizado, no princípio do século XXI, para se retornar à questão do sofrimento germânico, após anos de atenção às vítimas judaicas.

Artistas e críticos — entre os quais Martin Walser, contemporâneo de Habermas e voz literária influente na República Federal durante o pós-guerra — começavam a discutir um outro “passado não-mencionado”: não o extermínio dos judeus, mas o outro lado da história recente da Alemanha, pouco reconhecido. Por que, perguntavam esses indivíduos, passados tantos anos, não devemos falar das cidades alemãs incendiadas, ou mesmo da verdade constrangedora de que a vida na Alemanha de Hitler (para os alemães) nada tinha de desagradável, ao menos até os últimos anos da Segunda Guerra? Por que devemos falar do que a Alemanha fez aos judeus? Já falamos disso há décadas; já se tornou rotina, hábito. A República Federal, em todo o mundo, é, declaradamente, uma das nações mais pró-judeus; por quanto tempo mais teremos (nós, alemães) de olhar para trás? Novos livros sobre os “crimes dos Aliados” — o bombardeio de Dresden, o incêndio de Hamburgo e o afundamento de navios de alemães refugiados durante a guerra (tema de *Passo de Caranguejo*, romance de Günter Grass publicado em 2002) — venderam muitos exemplares.

Em segundo lugar, o recente destaque do Holocausto nos relatos oficiais do passado europeu acarretava o perigo de um outro tipo de problema, pois a verdade mais desconcertante da Segunda Guerra Mundial foi que o que ocorreu com os judeus entre 1939 e 1945 importou menos para a maioria dos protagonistas do que as sensibilidades futuras gostariam que fosse o caso. Se, durante décadas, muitos europeus conseguiram ignorar o destino dos vizinhos judeus, não foi porque estivessem se roendo de culpa e reprimindo lembranças insuportáveis. Foi porque — exceto nas mentes de um punhado de nazistas veteranos — a questão central da Segunda Guerra Mundial não era os judeus. Mesmo para os nazistas, o extermínio dos judeus fazia parte de um ambicioso projeto de depuração e reassentamento racial.

A tentação compreensível de se ler a década de 1940 com base no conhecimento e nos sentimentos existentes meio século depois, portanto, incita a reescritura do relato histórico, situando o anti-semitismo no centro da história da Europa. De que outra maneira, afinal, haveremos de explicar o que se passou na Europa naqueles anos? Mas fazer isso é fácil demais — e, de certa maneira, reconfortante demais. Vichy foi aceitável para a maioria dos franceses após a derrota em 1940, por exemplo, não porque o povo francês gostasse de viver sob um regime que perseguia os judeus, mas porque a gestão de Pétain permitia aos franceses continuar vivendo numa ilusão de segurança e normalidade, com um mínimo de perturbação. O modo como o regime tratava os judeus era indiferente: os judeus não tinham grande importância. E, em grande medida, o mesmo se passava na maioria das regiões ocupadas.

Hoje em dia essa indiferença pode causar revolta — sintoma de que havia algo seriamente errado com a condição moral da Europa na primeira metade do século XX. E será correto lembrar que, em todos os países europeus, houve quem *percebesse* e tentasse vencer a indiferença dos seus concidadãos quanto ao que acontecia com os judeus. Mas, se ignorarmos essa indiferença e supormos que a maioria dos europeus vivenciou a Segunda Guerra Mundial tal e qual os judeus — como *Vernichtungskrieg*, guerra de extermínio —, então estaremos adquirindo mais um estrato de memória equivocada. Em retrospecto, “Auschwitz” é o fato mais importante para se saber da Segunda Guerra Mundial. Mas não era assim que as coisas pareciam à época.

Tampouco assim parecia no leste da Europa. Para os europeus orientais, tardiamente livres, depois de 1989, do peso da interpretação oficial que o comunismo conferia à Segunda Guerra, a preocupação ocidental com o Holocausto dos judeus, típica de *fin-de-siècle*, traz consigo implicações problemáticas. Por um lado, após 1945, a Europa Oriental tinha muito mais do que se lembrar — e se esquecer — do que a Europa Ocidental. Havia mais judeus na metade oriental do continente, e ali mais judeus foram mortos; a maior parte do extermínio ocorreu nessa região e um número bem maior de habitantes locais participou do morticínio. Por outro lado, no pós-guerra, as autoridades constituídas do Leste Europeu se esmeraram muito mais em apagar a memória pública do Holocausto. Não é que os horrores e os crimes de guerra na Frente Oriental fossem minimizados — ao contrário, eram repetidos pela retórica oficial e preservados em memoriais e livros escolares em todo lugar. É que os judeus não faziam parte do relato.

Na Alemanha Oriental, onde o ônus da responsabilidade pelo nazismo foi imputado, unicamente, aos herdeiros de Hitler — os alemães ocidentais —, o novo regime não pagou indenizações aos judeus, mas aos soviéticos. Em livros escolares da RDA, Hitler era apresentado como instrumento do capitalismo monopolista que se apoderava de territórios e provocava guerras para defender grandes interesses comerciais. O “Dia da Lembrança”, inaugurado por Walter Ulbricht, em 1950, não homenageava as vítimas da Alemanha, mas os 11 milhões de “combatentes que tombaram lutando contra o fascismo de Hitler”. Antigos campos de concentração localizados em solo da Alemanha Oriental — notadamente, Buchenwald e Sachsenhausen — foram convertidos, durante algum tempo, em “campos especiais de isolamento”, destinados a prisioneiros políticos. Muitos anos mais tarde, depois que Buchenwald foi transformado em memorial, o livro de informações sobre o campo apontaria como objetivos do “fascismo alemão” a “destruição do marxismo, a represália pela perda da guerra e o terror contra todos os oponentes”. No mesmo livreto, fotografias da rampa de seleção, em Auschwitz, tinham como legenda uma frase do comunista alemão Ernst Thälmann: “É sério o objetivo da burguesia de aniquilar o partido e toda a vanguarda da classe operária.”⁴⁴² Tais palavras só foram retiradas depois da queda do comunismo.

Uma versão idêntica dos eventos podia ser constatada por toda a Europa comunista. Na Polônia, era impossível negar ou minimizar o que acontecera nos campos de extermínio em Treblinka, Majdanek e Sobibor. Mas alguns desses lugares já não existiam — os alemães tinham envidado esforços extraordinários para destruí-los, antes de fugir do avanço do Exército Vermelho. E onde as provas sobreviveram — como em Auschwitz, a poucos quilômetros de Cracóvia, a segunda maior cidade polonesa —, novos significados lhes foram atribuídos. Embora 93% do milhão e meio de pessoas mortas em Auschwitz fossem judeus, o museu ali estabelecido sob o regime comunista do pós-guerra listava as vítimas apenas por nacionalidade: poloneses, húngaros, alemães etc. É certo que os colegiais poloneses passavam diante das fotografias horrendas, viam os montes de sapatos, cabelos e óculos. Mas não lhes era informado que a maioria daqueles itens pertencia a judeus.

Evidentemente, havia o Gueto de Varsóvia, cuja vida e morte eram, de fato, lembradas no exato local onde o gueto existiu. Mas a revolta dos judeus, em 1943, foi ofuscada na memória polonesa pelo Levante de Varsóvia, protagonizado pelos próprios poloneses no ano seguinte. Na Polônia comunista, embora ninguém negasse o que os alemães tinham feito aos judeus, o assunto

não era muito discutido. A “recaptura” da Polônia pelos soviéticos, somada à crença generalizada de que os judeus haviam acolhido e até facilitado a ocupação comunista, confundiu a lembrança popular da ocupação alemã. E, além disso, o sofrimento da Polônia durante a guerra diluiu a atenção local ao Holocausto judeu e, até certo ponto, com este competiu — o tema da “comparação de sofrimento” envenenaria as relações entre poloneses e judeus durante muitas décadas. A justaposição era sempre inadequada. Três milhões de poloneses (não-judeus) morreram na Segunda Guerra Mundial, índice proporcionalmente inferior ao registrado em regiões da Ucrânia, ou entre os judeus, embora seja um número absolutamente terrível. Havia, porém, uma diferença. Para os poloneses, era difícil sobreviver durante a ocupação alemã, mas, em princípio, era viável. Para os judeus, era possível sobreviver durante a ocupação alemã — mas, em princípio, inviável.

Onde regimes fantoches haviam colaborado com os chefes supremos nazistas, as vítimas foram devidamente homenageadas. Mas pouca atenção era canalizada ao fato de que a grande maioria dessas vítimas era composta por judeus. Havia categorias nacionais (“húngaros”) e, principalmente, categorias sociais (“trabalhadores”), mas identidades étnicas e religiosas eram propositalmente evitadas. A Segunda Guerra Mundial, conforme já visto (Capítulo 6), foi rotulada e ensinada como um combate ao fascismo; a dimensão racista do conflito foi ignorada. Após 1968, o governo da Tchecoslováquia se deu o trabalho de fechar a Sinagoga Pinkus, em Praga, e encobrir com tinta as inscrições das paredes onde se liam os nomes dos judeus tchecos mortos no *Shoah*.

Ao reescrever a história recente da região durante o pós-guerra, as autoridades comunistas, sem dúvida, puderam contar com antigas reservas de sentimento anti-semita — motivo pelo qual as mencionadas autoridades se empenharam em suprimir evidências desse sentimento, mesmo em retrospecto (durante os anos 70, censores poloneses sempre proibiam alusões ao anti-semitismo verificado no país no período entre as duas guerras). Mas, se em retrospecto os europeus do leste prestavam menos atenção ao sofrimento dos judeus, não foi apenas por indiferença, ou por preocupação com a própria sobrevivência. Foi porque os comunistas, por seu turno, impuseram tanto sofrimento e injustiça que se criou uma nova camada de ressentimento e memórias.

Entre 1945 e 1989, o acúmulo de deportações, prisões, julgamentos forjados e processos de “normalização” tornou quase todos no bloco soviético

perdedores, ou então cúmplices da perda de alguém. Muitos apartamentos, lojas e outras propriedades roubadas de judeus mortos ou alemães expulsos foram, alguns anos depois, novamente expropriados, em nome do socialismo; o resultado foi que, depois de 1989, a questão da indenização por perdas passadas se perdeu num emaranhado de datas. As pessoas deveriam ser indenizadas por perdas incorridas quando os comunistas tomaram o poder? E quem seriam os beneficiários, se as restituições fossem implementadas? Aqueles que se apossaram dos bens após a guerra, em 1945, e que voltaram a perdê-los poucos anos depois? Ou a restituição deveria ser feita aos herdeiros dos indivíduos cujos negócios e apartamentos tinham sido confiscados ou roubados entre 1938 e 1945? Qual seria a data-chave? 1938? 1939? 1941? Cada data apresentava definições politicamente sensíveis de legitimidade nacional ou étnica, bem como precedência moral.⁴⁴³

E ainda havia dilemas típicos da história interna do próprio comunismo. Deveriam os indivíduos que convidaram os tanques russos para esmagar o Levante da Hungria, em 1956, ou reprimir a Primavera de Praga, em 1968, ser indiciados por crimes? Logo em seguida às revoluções de 1989, muita gente achava que sim. Mas algumas das vítimas eram ex-líderes comunistas. Quem merecia a atenção da posteridade: desconhecidos camponeses eslovacos e húngaros expulsos de suas propriedades ou os burocratas comunistas que os expulsaram, mas que foram também vitimados poucos anos depois? Quais vítimas — quais memórias — teriam prioridade? Quem haveria de decidir?

A queda do comunismo, portanto, acarretou uma torrente de memórias amargas. As discussões acaloradas sobre como dispor dos arquivos secretos da polícia foram apenas uma dimensão do caso (ver Capítulo 21). O verdadeiro problema era a tentação de aniquilar a memória do comunismo, invertendo-a. O que antes fora oficialmente verdadeiro agora era totalmente desacreditado — tornando-se, por assim dizer, oficialmente falso. No entanto, esse tipo de quebra de tabu tem os seus riscos. Antes de 1989, todo anti-comunista era tachado de “fascista”. Mas se o “antifascismo” não passava de mais uma mentira comunista, era agora tentador ver com simpatia *todos* os anticomunistas até então desacreditados, inclusive os fascistas. Escritores nacionalistas que haviam atuado na década de 1930 voltaram à moda. Em diversos países, Parlamntos pós-comunistas aprovaram moções de elogio ao marechal Antonescu, da Romênia, ou a seus equivalentes, em outras regiões dos Bálcãs e da Europa Central. Execrados até recentemente como nacionalistas, fascistas e colaboracionistas do nazismo, esses indivíduos agora teriam

estátuas erigidas em louvor ao heroísmo por eles demonstrado durante a guerra (o Parlamento romeno chegou a honrar Antonescu com um minuto de silêncio).

Com a retórica desacreditada do antifascismo, outros tabus caíram. O papel do Exército Vermelho e da União Soviética podia agora ser discutido sob um prisma diferente. Os recém-libertados Estados bálticos exigiam que Moscou reconhecesse a ilegalidade do Pacto Molotov-Ribbentrop e a destruição unilateral que Stalin causou à independência desses Estados. Os poloneses, finalmente (em abril de 1995), tendo conseguido que os russos admitissem que os 23 mil oficiais poloneses dizimados na Floresta de Katyn tinham sido mortos pela ação do Ministério do Interior da União Soviética, e não pela Wehrmacht, exigiam que os investigadores do Estado polonês tivessem pleno acesso aos arquivos russos. Até maio de 2005, nenhuma das duas exigências tinha sido atendida pela Rússia, e as lembranças continuavam a causar indignação.⁴⁴⁴

Os russos, no entanto, tinham as suas próprias lembranças. Sob a ótica dos países-satélites, a versão soviética da história recente era claramente falsa, mas para muitos russos tal versão continha mais do que um pinga de verdade. A Segunda Guerra Mundial *foi* uma “Grande Guerra Patriótica”; os soldados e civis soviéticos *foram*, em números absolutos, as maiores vítimas do conflito; o Exército Vermelho liberou *sim* dos horrores do domínio germânico extensas regiões do Leste Europeu; e a derrota de Hitler *foi* motivo de plena satisfação e alívio para a maioria dos cidadãos soviéticos — e de outros também. Depois de 1989, muita gente na Rússia ficou perplexa diante da aparente ingratidão de nações antes consideradas fraternais, nações que em 1945 tinham sido libertadas do jugo alemão graças ao sacrifício das forças soviéticas.

Mas, apesar de tudo, a memória russa estava dividida. Na realidade, a divisão assumiu forma institucional, com duas organizações civis sendo criadas para promover relatos críticos diametralmente opostos do passado comunista do país. A Memorial foi fundada em 1987 por dissidentes liberais, com o objetivo de descobrir e publicar a verdade sobre a história soviética. As principais preocupações dos integrantes da organização eram o abuso dos direitos humanos e a importância de reconhecer o que tinha sido feito no passado, para evitar situações reincidentes no futuro. A Pamiat’, criada dois anos antes, também se propunha a resgatar e honrar o passado (o nome da organização significa “memória”, em russo), mas aí terminam as semelhanças. Os fundadores da Pamiat’, dissidentes anticomunistas, mas nada liberais, pretendiam construir uma versão melhorada do passado russo: sanitizada das

“mentiras” soviéticas, mas também livre de outras influências alheias à tradição russa, principalmente da influência “sionista”. Em poucos anos, a Pamiat’ se estendera, envolvendo-se na política nacional, manuseando a história esquecida e “distorcida” da Rússia como arma para repelir ataques “cosmopolitas” e intrusos.

Uma política de ressentimentos em relação ao passado — por mais que estes se diferenciasssem entre si e fossem até contraditórios — constituiu o último elo entre o antigo centro soviético e seus domínios imperiais. Centro e periferia compartilhavam de mágoa porque a comunidade internacional lhes subestimava os sofrimentos e as perdas. E as vítimas do Gulag? Por que não foram contempladas com indenizações e homenagens, como as vítimas e os sobreviventes da opressão nazista? E os milhões para os quais a opressão nazista na guerra se transformou em opressão comunista no pós-guerra, sem qualquer intervalo perceptível? Por que o Ocidente prestou tão pouca atenção?

O desejo de nivelar o passado comunista e condená-lo na íntegra — ler tudo, de Lenin a Gorbachev, como um conto de ditadura e crimes, uma narrativa contínua de regimes e repressão impostos por estranhos ou perpetrados em nome do povo por autoridades não-representativas — implicava outros riscos. Em primeiro lugar, tratava-se de uma prática histórica errônea que eliminava dos registros o entusiasmo e o comprometimento autênticos observados em décadas pregressas. Em segundo lugar, a nova ortodoxia tinha implicações políticas contemporâneas. Se os tchecos (croatas, húngaros ou qualquer outro povo), não tiveram participação ativa no lado obscuro do seu passado recente, se a história do Leste Europeu desde 1939 (ou, no caso da Rússia, de 1917 a 1991) era exclusivamente obra de terceiros, então o período como um todo se tornava uma espécie de parênteses no relato nacional, situação comparável ao lugar ocupado por Vichy na consciência francesa no pós-guerra, mas abrangendo um tempo bem mais longo e um arquivo ainda mais sombrio, repleto de memórias negativas. E as conseqüências seriam semelhantes: em 1992, durante o Festival de Cinema de Karlovy Vary, autoridades da Tchecoslováquia proibiram a exibição de um documentário da BBC sobre o assassinato de Reinhard Heydrich, ocorrido em Praga, em 1942, porque a película mostrava cenas “inaceitáveis” de tchecos apoiando o regime nazista durante a guerra.

Como resultado dessa reordenação pós-comunista da memória na Europa Oriental, o tabu relativo à comparação entre comunismo e nazismo começou a

ruir. Na realidade, políticos e estudiosos passaram a insistir na comparação. No Ocidente, a justaposição era alvo de controvérsia. A questão não era o confronto direto entre Hitler e Stalin: pouca gente agora questionava a natureza monstruosa de ambos os ditadores. Mas a sugestão de que o comunismo — antes e depois de Stalin — deveria ser situado na mesma categoria que o fascismo ou o nazismo trazia consigo implicações constrangedoras para o passado do próprio Ocidente, e não apenas na Alemanha. Na visão de muitos intelectuais do Oeste Europeu, o comunismo era a variante fracassada de um legado progressista comum. Mas, para seus colegas do Centro e do Leste Europeu, o comunismo era a aplicação bem-sucedida das patologias criminais do autoritarismo do século XX, e assim deveria ser lembrado. A Europa podia estar unida, mas a memória europeia permanecia profundamente assimétrica.

A solução ocidental para o problema das lembranças difíceis da Europa foi fixá-las, literalmente, em pedra. Já nos primeiros anos do século XXI, haviam surgido por toda a Europa Ocidental, de Estocolmo a Bruxelas, placas, memoriais e museus em homenagem às vítimas do nazismo. Em alguns casos, como já vimos, antigos locais foram, por assim dizer, “retocados”, mas muitos eram novos. Alguns vislumbravam uma função flagrantemente pedagógica: o Memorial do Holocausto, inaugurado em Paris, em janeiro de 2005, reuniu dois locais já existentes: o Memorial do Mártir Judeu Desconhecido e o Centro de Documentação Judaica Contemporânea. Com um muro de pedra onde estão gravados os nomes de 76 mil judeus deportados da França para campos de extermínio nazistas, o Memorial do Holocausto faz reverberar tanto o Memorial do Vietnã, nos EUA, quanto — em escala bastante reduzida — as aspirações do Museu e Memorial do Holocausto em Washington, D.C., ou o Yad Vashem, em Jerusalém. Em sua grande maioria, essas instalações dedicam-se — em parte ou no todo — à memória do Holocausto: a mais impressionante delas foi inaugurada em Berlim, em 10 de maio de 2005.

A mensagem explícita desse recente conjunto de memoriais estabelece um contraste marcante com a ambivalência e a omissão de uma geração anterior de monumentos lapidados. O Memorial de Berlim, ocupando uma área de 19 mil metros quadrados ao lado do Portão de Brandemburgo, é o mais explícito de todos: longe de homenagear, ecumenicamente, as “vítimas do nazismo”, a instalação se intitula Memorial dos Judeus Exterminados na Europa.⁴⁴⁵ Na Áustria, jovens que por motivos ideológicos não quiserem prestar serviço

militar podem trabalhar no *Gedenkdienst* (Serviço Comemorativo, criado em 1991), como estagiários e guias nas principais instituições relacionadas ao Holocausto. Não resta dúvida de que os europeus ocidentais — sobretudo os alemães — têm agora muitas oportunidades de confrontar a plenitude do horror do seu passado recente. Conforme o chanceler alemão Gerhard Schröder lembrou aos ouvintes, no 60º aniversário da libertação de Auschwitz: “A lembrança da guerra e do genocídio faz parte da nossa vida. Nada poderá alterar isso: essas lembranças fazem parte da nossa identidade.”

Outros locais, entretanto, continuam sombrios. Na Polônia, onde o recém-criado Instituto da Memória Nacional se esforça para incentivar a investigação acadêmica de qualidade sobre temas históricos controversos, o arrependimento oficial pelo tratamento que o país dispensou à minoria judaica tem suscitado objeções veementes. Estas podem ser exemplificadas pela lamentável reação do vencedor do Prêmio Nobel da Paz e herói do Solidariedade, Lech Walesa, à publicação, em 2000, do livro de Jan Tomasz Gross, *Vizinhos*, influente estudo realizado pelo historiador norte-americano de um massacre de judeus levado a cabo pelos vizinhos poloneses: em entrevista transmitida por rádio, Walesa queixou-se de que Gross pretendia semear a discórdia entre poloneses e judeus. É um “escritor medíocre [...]”. Um judeu que quer ganhar dinheiro”.

A dificuldade de se incorporar a destruição dos judeus à memória contemporânea da Europa no período pós-comunista é bem ilustrada pela experiência da Hungria. Em 2001, o governo de Viktor Orbán instituiu o Dia da Lembrança do Holocausto — 16 de março (aniversário do estabelecimento do gueto, em Budapeste, em 1944, durante a guerra). Três anos depois, o sucessor de Orbán como primeiro-ministro, Péter Medgyessy, inaugurou o Centro e Memorial do Holocausto, numa casa de Budapeste onde, no passado, judeus ficavam detidos. No entanto, esse Centro do Holocausto costuma estar quase vazio, sendo o acervo visitado por um pequeno fluxo de visitantes — muitos dos quais são estrangeiros. Enquanto isso, do outro lado da cidade, os húngaros afluem à *Terrorhaza*.

A *Terrorhaza* (Casa do Terror), conforme o nome indica, é um museu dos horrores, onde é mostrada a violência oficial, a tortura, a repressão e a ditadura na Hungria, entre 1944 e 1989. Essas datas são significativas. Conforme apresentada aos milhares de colegiais e outros visitantes que percorrem celas policiais sombrias (reproduzidas no estilo do Museu Madame Tussaud) e câmaras de tortura e interrogatório que no passado funcionavam ali mesmo (a

Casa do Terror fica na sede do antigo Serviço Secreto), a versão da história da Hungria contada na *Terrorhaza* não distingue entre os matadores que integravam o Partido da Cruz de Flechas, detentor do poder na Hungria de outubro de 1944 a abril de 1945, e o regime comunista instalado depois da guerra. No entanto, aos integrantes da Cruz de Flechas — e à chacina de 600 mil judeus húngaros, com a qual eles contribuíram ativamente — são destinadas apenas três salas. O restante do espaçoso edifício é dedicado a uma grande mostra de crimes do comunismo, amplamente ilustrada e decididamente sectária.

A mensagem nada subliminar da *Terrorhaza* é que o comunismo e o fascismo se equivalem. Mas eles *não* se equivalem: a apresentação e o conteúdo da Casa do Terror de Budapeste deixam bem claro que, aos olhos dos curadores do museu, o comunismo não apenas durou mais tempo, mas foi muito mais nocivo do que o nazismo que o precedeu. Para muitos húngaros da geração anterior, tal visão é plausível, pois coincide com a experiência vivida por eles. E tal mensagem é confirmada por legislação húngara aprovada no período pós-comunista que proíbe a exibição pública de *qualquer* representação do passado antidemocrático do país: não apenas a suástica e a cruz de flechas, mas também a estrela vermelha, bem como a foice e o martelo, antes onipresentes. Em vez de avaliar as distinções existentes entre os regimes representados por esses símbolos, a Hungria — segundo as palavras do primeiro-ministro Orbán, proferidas na inauguração da Casa do Terror, em 24 de fevereiro de 2002 — “bateu a porta na cara do doentio século XX”.

Mas não é fácil fechar essa porta. A Hungria, a exemplo do restante da Europa Central e Oriental, ainda está exposta a contracorrentes.⁴⁴⁶ Os mesmos Estados bálticos que exigem que Moscou reconheça que os tratou de maneira injusta têm se mostrado nitidamente morosos no questionamento de suas próprias responsabilidades: desde que conquistaram a independência, nem a Estônia, nem a Letônia nem a Lituânia abriram um processo sequer contra criminosos de guerra que sobrevivem em seu meio. Na Romênia — apesar de o ex-presidente Iliescu admitir a participação do país no Holocausto —, o Memorial das Vítimas do Comunismo e da Resistência Anticomunista, inaugurado em Sighet, em 1997 (com o apoio do Conselho da Europa), celebra diversos ativistas da Guarda de Ferro que atuaram antes e durante a guerra, bem como outros fascistas e anti-semitas romenos, agora “reciclados” como mártires da perseguição comunista.

Para justificar a insistência em “equivalência”, os observadores que atuam no Leste Europeu apontam para o culto da “vítima” na política cultural

contemporânea praticada no Ocidente. Estamos passando da história dos vencedores para a história das vítimas, eles afirmam. Muito bem, sejamos então coerentes. Mesmo que o nazismo e o comunismo tivessem propósitos totalmente distintos — mesmo que, segundo a formulação de Raymond Aron, haja “diferença entre uma filosofia cuja lógica é monstruosa e uma filosofia à qual pode ser atribuída uma interpretação monstruosa” —, tal constatação não ofereceria às vítimas grande consolo. O sofrimento humano não deve ser avaliado de acordo com os objetivos dos algozes. Segundo esse raciocínio, para os que ali são punidos ou mortos, um campo comunista não é melhor nem pior do que um campo nazista.

Comparativamente, a ênfase em “direitos” (e respectiva indenização) na jurisprudência internacional moderna e na retórica política propicia um argumento para os que pensam que *suas* agruras e perdas passaram despercebidas — e não foram compensadas. Na Alemanha, alguns conservadores, seguindo a deixa da condenação internacional à “limpeza étnica”, retomaram as reivindicações das comunidades alemãs expulsas de suas terras no final da Segunda Guerra Mundial. Por que, perguntam eles, seriam aquelas pessoas consideradas vítimas menores? O que Stalin fez aos poloneses — ou, mais recentemente, o que Milošević fez aos albaneses — não seria o mesmo que o presidente da Tchecoslováquia, Benes, fez aos alemães dos Sudetos depois da Segunda Guerra Mundial? Nos primeiros anos do novo século, em círculos respeitáveis, falava-se de construir em Berlim outro memorial: o Centro Contra Expulsões, um museu dedicado a todas as vítimas de limpeza étnica.

Essa recente deformação, que sugere que *todas* as formas de se fazer vítimas são comparáveis, e até intercambiáveis, e que portanto merecem lembranças equivalentes, suscitou vigorosa objeção por parte do último sobrevivente entre os comandantes do levante do Gueto de Varsóvia, Marek Edelman, quando este assinou uma petição, em 2003, opondo-se ao centro proposto. “Que tipo de lembrança? Será que eles sofreram muito? Sofreram porque perderam suas casas? Claro que é triste ser forçado a abandonar a própria casa e a própria terra, mas os judeus perderam suas casas e seus parentes. Expulsões causam sofrimento, mas existe muito sofrimento no mundo. Os doentes sofrem, mas ninguém constrói monumentos em sua homenagem” (*Tygodnik Powszechny*, 17 de agosto de 2003).

A reação de Edelman é um lembrete oportuno dos riscos que corremos ao exagerarmos o culto da homenagem — e ao substituirmos as vítimas pelos algozes enquanto foco de atenção. Por um lado, em princípio, não há limite para

as memórias e experiências que merecem ser lembradas. Por outro, preservar o passado em edifícios e museus é também um modo de contê-lo e até esquecê-lo — relegando a terceiros a responsabilidade pela memória. Enquanto havia homens e mulheres cujas lembranças se baseavam em experiência própria, talvez a questão não fosse tão premente. Mas agora, conforme, aos 81 anos, Jorge Semprún fez lembrar aos companheiros, na ocasião do 60º aniversário da libertação de Buchenwald, em 10 de abril de 2005, “o ciclo da memória viva está chegando ao fim”.

Mesmo que a Europa *pudesse*, de algum modo, se agarrar, indefinidamente, à memória viva de crimes cometidos no passado — objetivo que os memoriais e museus tentam, embora inadequadamente, alcançar —, isso pouco importaria. A memória é, naturalmente, controversa e sectária: a admissão de uma pessoa é a omissão de outra. E, enquanto guia do passado, a memória fica a desejar. A primeira Europa do pós-guerra foi construída, propositadamente, com base na “desmemória” — no esquecimento como estilo de vida. No entanto, desde 1989, a Europa vem sendo construída com base num excedente de memória: na lembrança pública institucionalizada como fundação da identidade coletiva. A primeira construção não conseguiu resistir — tampouco poderá a segunda. Alguma medida de omissão e até esquecimento é condição necessária para a saúde cívica.

Fazer tal afirmação não significa defender a amnésia. Primeiramente, uma nação precisa se lembrar de algo, antes de poder começar a esquecer esse algo. Só depois que compreenderam Vichy como realmente foi, e não conforme haviam optado por lembrar, os franceses puderam deixar Vichy de lado e seguir adiante. O mesmo é verdadeiro em relação aos poloneses no que respeita à lembrança confusa da presença dos judeus que entre eles viviam. O mesmo será verdadeiro em relação à Espanha, que nos vinte anos subsequentes à transição do país para a democracia manteve um véu tácito encobrendo a lembrança dolorida da Guerra Civil. O debate público sobre esse conflito e as suas conseqüências apenas inicia.⁴⁴⁷ Somente depois que aceitaram e digeriram a enormidade do seu passado nazista — um ciclo de sessenta anos que compreendeu negação, educação, debate e consenso — puderam os alemães começar a conviver com tal passado, i.e., a deixá-lo para trás.

O instrumento da lembrança, em todos esses casos, não foi a memória em si mesma. Foi a *História*, nos dois sentidos: como passagem de tempo e como estudo profissional do passado — sobretudo este último. O mal, principalmente o mal na escala praticada pela Alemanha nazista, jamais pode ser

lembrado satisfatoriamente. A própria enormidade do crime torna incompleto o ato de lembrar.⁴⁴⁸ A implausibilidade inerente ao crime — a dificuldade de concebê-lo na tranquilidade do retrospecto — é um convite à redução e até à negação. Impossível de ser lembrado como de fato foi, o crime se torna passível de ser lembrado equivocadamente. Contra esse assalto a memória, sozinha, é indefesa: “Somente o historiador, com sua paixão austera pelo fato e pela prova, elementos centrais à sua vocação, pode, efetivamente, atuar como sentinela.”⁴⁴⁹

Ao contrário da memória, que afirma e reforça a si mesma, a História contribui para a desilusão do mundo. A maior parte do que a disciplina tem a oferecer é incômodo e até perturbador — motivo pelo qual nem sempre é politicamente aconselhável manusear o passado como um cassete moral para espantar ou censurar um povo em consequência de pecados por ele cometidos. Mas a História precisa ser aprendida — e, periodicamente, reaprendida. Numa piada corrente na era soviética, um ouvinte telefona para a Rádio Armênia e pergunta: “É possível prever o futuro?” Resposta: “Sim, sem problema. Sabemos exatamente como será o futuro. Nosso problema é o passado: está sempre mudando.”

E está mesmo — e não apenas em sociedades totalitárias. Contudo, a investigação e o questionamento rigorosos dos passados rivais da Europa — e do lugar ocupado por esses passados no entendimento coletivo que os europeus têm deles mesmos — têm sido uma das (não cantadas) realizações e fontes da unidade européia nas últimas décadas. Trata-se de uma realização, no entanto, que haverá de falhar, se não for incessantemente reiniciada. A bárbara história européia recente, o “outro” obscuro contra o qual a Europa no pós-guerra foi diligentemente construída, já escapa da memória dos jovens europeus. Na próxima geração, memoriais e museus estarão acumulando poeira — sendo visitados, como os campos de batalha da Frente Ocidental hoje em dia, apenas por aficionados e parentes.

Se em anos vindouros quisermos nos lembrar por que nos pareceu tão importante construir um determinado tipo de Europa a partir dos crematórios de Auschwitz, somente a História poderá nos ajudar. A nova Europa unida pelos signos e símbolos de seu terrível passado é uma façanha, mas será sempre devedora do passado. Se os europeus quiserem preservar esse elo vital, se o passado da Europa continuará a prover o presente da Europa de aconselhamento e propósito moral, o passado terá de ser reensinado a cada nova

geração. A “União Européia” pode ser uma resposta à História, mas jamais poderá ser um substituto.

428 O promotor norte-americano, Telford Taylor, posteriormente, se disse impressionado com o fato, mas admitiu que, à época, não se deu conta — admissão das mais reveladoras. Ver Telford Taylor, *The Anatomy of the Nuremberg Trials* (A anatomia dos julgamentos de Nuremberg) (Nova York, 1992), p. 296.

429 Na cidade de Pithiviers, perto de Orléans, onde crianças judias arrebanhadas em Paris eram mantidas até serem despachadas para o leste, foi construído um monumento, em 1957, com a seguinte inscrição: “*A nos déportés morts pour la France.*” Somente em 1992 a municipalidade local afixou uma nova placa, mais correta, embora menos reconfortante, onde se lê: “Em memória de 2.300 crianças judias detidas no campo de Pithiviers, de 19 de julho a 6 de setembro de 1942, antes de serem deportadas e exterminadas em Auschwitz.”

430 Giuliana Tedeschi é citada por Nicola Caracciolo em *Uncertain Refuge: Italy and the Jews During the Holocaust* (Refúgio incerto: A Itália e os judeus durante o Holocausto) (University of Illinois Press, 1995), p. 121.

431 Na Grã-Bretanha, no período pós-guerra, uma pessoa extremamente magra ou debilitada costumava ser descrita como alguém que “parece ter saído de Belsen”. Na França, os castelos dos horrores em parques de diversão eram chamadas de “Buchenwald” — como incentivo ao voyeurismo.

432 General Bernard Montgomery. (N. da E.)

433 Ver o *Times Literary Supplement* de 4 de outubro de 1996. Os judeus não foram os primeiros na Grã-Bretanha a optar por discrição no que dizia respeito ao Holocausto. Durante a guerra, o governo de Churchill decidiu não utilizar na propaganda contra a Alemanha informações sobre os campos de extermínio, com receio de que isso aumentasse o sentimento anti-semita — já bastante elevado em algumas áreas de Londres, conforme haviam registrado os relatórios de inteligência elaborados durante a guerra.

434 Sobretudo nos EUA. Em 1950, a Comissão dos Deslocados de Guerra, instituída pelo Congresso, afirmou que “as unidades das Waffen-SS do Báltico devem ser consideradas separada e diferentemente, em termos de propósito, ideologia, atividades e qualificações, da SS alemã. Portanto, a comissão não as considera um movimento hostil ao governo dos Estados Unidos”. As Waffen-SS do Báltico tinham sido uma das forças mais brutais e entusiasmadas em relação à tortura e ao extermínio dos judeus na Frente Ocidental; porém, dadas as novas circunstâncias da Guerra Fria, as Waffen-SS eram constituídas pelos “nossos” nazistas. Sou grato ao professor Daniel Cohen, da Universidade de Rice, por esta informação.

435 Exceto, logicamente, em Israel.

436 Em outubro de 1991, após a profanação de túmulos no cemitério judeu de Viena, o Instituto Galup realizou uma pesquisa entre os austríacos para identificar a atitude destes em relação aos judeus: 20% pensavam que “cargos de autoridade” não deveriam ser ocupados por judeus; 31% declararam que “não gostariam de ter um vizinho judeu” e 50%, na íntegra, concordaram com a afirmação de que “os judeus são responsáveis pela perseguição por eles sofrida no passado”.

437 Os poloneses concordaram de bom grado — para tais propósitos, Varsóvia não via qualquer impedimento à definição de judeus como poloneses...

438 Em 1968, *Ondergang* foi publicado em língua inglesa sob o título *The Destruction of the Dutch Jews* (A destruição dos judeus holandeses).

439 Ver Sonia Combe, *Archives interdites: Les peurs françaises face à l'histoire contemporaine* (Arquivos proibidos: Os medos franceses diante da história contemporânea) (Paris: Albin Michel, 1994), p. 14.

440 O professor Paxton, da Universidade da Colúmbia, que cerca de 25 anos antes dera início à investigação histórica dos crimes cometidos por Vichy (quando a maioria dos colegas franceses desenvolviam outros projetos), demonstrou uma visão menos monástica da sua missão profissional e prestou um depoimento importante.

441 Quando o presidente dos EUA, Ronald Reagan, em visita à Alemanha Ocidental, em 1985, foi aconselhado a evitar o cemitério militar de Bitburgo (onde há muitos túmulos de integrantes da SS) e, em vez disso, render homenagem a algum campo de concentração, o chanceler Kohl escreveu-lhe, advertindo que o ato “causaria sérios danos psicológicos aos sentimentos amigáveis que os alemães nutriam pelos Estados Unidos”. Os norte-americanos cederam: Reagan visitou Belsen e Bitburgo...

442 Citado por Ian Buruma no artigo “Buchenwald”, *Granta* 42, 1992.

443 Quando, em 1991, o Parlamento tcheco votou a favor da restituição de propriedade tomada após a guerra, os benefícios foram limitados, explicitamente, àquelas expropriadas depois de 1948 — com o intuito de excluir os alemães dos Sudetos expulsos entre 1945 e 1946, antes que os comunistas tomassem o poder.

444 Sob o governo do presidente Putin, a Rússia continua a insistir que os Estados bálticos foram libertados pelo Exército Vermelho e, em seguida, aliaram-se, voluntariamente, à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

445 O monumento não deixou de gerar controvérsia: além do grande número de pessoas que desaprovou a sua concepção abstrata, houve quem, a exemplo de Eberhard Diepgen, prefeito cristão-democrata da cidade, o criticasse por contribuir para a imagem de Berlim como “a capital do arrependimento”.

446 Em março de 2004, 84 escritores húngaros, inclusive Péter Esterházy e György Konrád, desligaram-se do Sindicato Nacional dos Escritores em sinal de protesto diante da tolerância do sindicato em relação ao anti-semitismo. O motivo específico da saída foram os comentários do poeta Kornel Döbrentei, na sequência da outorga do Prêmio Nobel de Literatura ao sobrevivente do Holocausto Imre Kertész. O prêmio, segundo Döbrentei, configurou “dinheiro dado por questão de consciência” para um autor que apenas alimentava o “gosto pelo terror”, gosto esse demonstrado pela “sua própria minoria”.

447 A última estátua de Franco, em Madri, foi removida, discretamente, no alvorecer de 17 de março de 2005, diante de uma centena de espectadores.

448 “Nós, os sobreviventes, não somos as verdadeiras testemunhas [...]. Nós somos [...] uma minoria anômala: somos aqueles que, graças às nossas omissões, aos nossos atributos ou à sorte, não afundamos. Os que o fizeram, os que se viram diante da Górgone, não puderam voltar para contar a história, ou voltaram mudos.” Primo Levi, *The Drowned and the Saved* (Os afogados e os sobreviventes) (Nova York, 1988), p. 84.

449 Yosef Hayim Yerushalmi, *Zakhor: Jewish History and Jewish Memory* (Zakhor: História judaica e memória judaica) (Seattle, 1982), p. 116.

CRÉDITOS DAS FOTOGRAFIAS

Primeira Parte

- Foto 1 (cadáveres em Bergen-Belsen): George Rodger/Time Life/Getty Images;
- Foto 2 (vingança soviética, 1946): AKG Images.
- Foto 3 (julgamento de Mihailovic, 1946): John Phillips/Time Life/Getty Images;
- Foto 4 (vingança francesa, 1944): Bettmann/Corbis.
- Foto 5 (escassez de carvão, Londres, 1947): Harry Todd/Fox Photos/Getty Images;
- Foto 6 (assistência social, Londres, 1946): Topical Press Agency/Getty Images.
- Foto 7 (carregamento de açúcar fornecido pelo Plano Marshall): Edward Miller/Keystone/Getty Images;
- Foto 8 (Plano Marshall, Grécia): Bettmann/Corbis;
- Foto 9 (charge, URSS recusando o Plano Marshall): Alain Gesgon/CIRIP.
- Foto 10 (golpe tcheco, 1948): Bettmann/Corbis;
- Foto 11 (a Iugoslávia de Tito, 1948): Walter Sanders/Time Life/Getty Images;
- Foto 12 (bloqueio de Berlim, 1948): AKG Images.
- Foto 13 (Schuman, Bevin e Acheson): Keystone/Getty Images;
- Foto 14 (Stalin com uma menina): Wostok Press.
- Foto 15 (levante de Berlim, 1953): AKG Images;
- Foto 16 (julgamento de Rajk, 1949): Bettmann/Corbis;
- Foto 17 (trabalhadores no Gulag, 1949-1953): Wostok Press.
- Foto 18 (Sartre em Leningrado, 1954): AFP/Getty Images;
- Foto 19 (Aron na REL, 1952): Archives familiales, Raymond Aron, Rádio Europa Livre.

Segunda Parte

- Foto 1 (Kruschev na URSS): Wostok Press;
- Foto 2 (Nagy, Tildy e Malet): AFP/Getty Images;
- Foto 3 (construção do Muro de Berlim, 1961): AKG Images.
- Foto 4 (cartaz de Fassbinder): Ronald Grant Archive;
- Foto 5 (Adenauer e o Muro de Berlim, 1961): AKG Images.
- Foto 6 (holandeses retirados da Indonésia, 1949): Magnum/Henri Cartier Bresson;

- Foto 7 (prisioneiros franceses, Indochina, 1954): Gamma/J.C. Labbe Collection/Katz Pictures.
- Foto 8 (protesto, canal de Suez, 1956): ECPAD;
- Foto 9 (De Gaulle no poder, 1958): Loomis Dean/Time Life/Getty Images;
- Foto 10 (cartaz da OSE): Alain Gesgon/CIRIP.
- Foto 11 (belgas deixando o Congo, 1960): Gamma/Keystone/Katz Pictures;
- Foto 12 (charge do Império Britânico, de Vicky, 1962): Vicky/Evening Standard 6.12.1962/Centro de Estudo de Charges e Caricaturas, Universidade de Kent.
- Foto 13 (carro na Tchecoslováquia, 1959): Bettmann/Corbis;
- Foto 14 (carro na Grã-Bretanha e mulheres, 1960): Magnum/Bruce Davidson;
- Foto 15 (Bardot na praia): George W. Hales/Getty Images.
- Foto 16 (planejamento urbano, Glasgow, 1953): Haywood Magee/Getty Images;
- Foto 17 ("juventude transviada", 1955): Popperfoto;
- Foto 18 (Beatles, 1964): John Leongard/Time Life/Getty Images.
- Foto 19 (greve estudantil na França, 1968): Magnum/Bruno Barbey;
- Foto 20 (greve de trabalhadores italianos, 1969): Bettmann/Corbis;
- Foto 21 (Primavera de Praga, 1968): Bettmann/Corbis.

Terceira Parte

- Foto 1 (cartaz de Baader-Meinhof): AKG Images;
- Foto 2 (terroristas das Brigadas Vermelhas): Bettmann/Corbis.
- Foto 3 (terroristas do ETA, 1982): Magnum/Harry Gruyaert;
- Foto 4 (crianças em Belfast, 1976): Davis Factor/Corbis.
- Foto 5 (trabalhadores imigrantes portugueses, França, 1970): J. Pavlosky/Rapho;
- Foto 6 (mulheres italianas em marcha pelo divórcio, 1974): Contrasto/Katz Pictures.
- Foto 7 (Juan Carlos e Franco, 1971): Bettmann/Corbis;
- Foto 8 (vendedora de jornal em Lisboa): Magnum/Jean Gaumy.
- Foto 9 (Brandt em Erfurt, 1970): AKG Images;
- Foto 10 (Mitterrand e Thatcher, 1984): Bryn Colton/Assignments Photographers/Corbis.
- Foto 11 (João Paulo II na Polônia, 1979): Topham Picture Library;
- Foto 12 (Michnik em Gdansk, 1984): Wostok Press;
- Foto 13 (Gorbachev em Praga, 1987): Peter Turnley/Corbis.
- Foto 14 (trem com refugiados da Alemanha Oriental): Marc Deville/Gamma/Katz Pictures;
- Foto 15 (manifestação estudantil em Praga, 1989): Lubomir Kotek/AFP/Getty Images;
- Foto 16 (Havel e Dubček, 1989): Chris Niedenthal/Time Life/Getty Images.
- Foto 17 (estátua de Lenin, Hungria, 1990): Wostok Press.

Quarta Parte

- Foto 1 (Ieltsin e Gorbachev, 1991): Wostok Press;
- Foto 2 (McDonald's em Moscou, 1990): Sergei Guneiev/Time Life/Getty Images.
- Foto 3 (consequências de Chernobyl, Bielo-Rússia): Magnum/Paul Fusco;
- Foto 4 (desastre do mar de Aral, 1997): Magnum/Francesco Zizola;
- Foto 5 (manifestação na Ucrânia, 1991): Alain/Nogues/Sygma/Corbis.
- Foto 6 (pobreza cigana, Bucareste, 1996): Wostok Press;
- Foto 7 (comércio de sexo no Leste Europeu, 2002): Sasha Bezzubov/Corbis;
- Foto 8 (OTAN em exposição na Hungria, 1997): Wostok Press.
- Foto 9 (comemoração na Sérvia, 1389-1989, em 1989): Wostok Press;
- Foto 10 (túmulos do massacre em Srebrenica): Danilo Krstanovic/Reuters;
- Foto 11 (refugiados albaneses, 1999): David Brauchli/Getty Images.
- Foto 12 (Turquia e a UE, 2004): European Press Photo Agency/Kerim Okten;
- Foto 13 (cartaz francês "Contra a UE"): Alternative Libertaire.
- Foto 14 (Haider, 1995): Viennareport/Sygma/Corbis;
- Foto 15 (Kjaersgaard, 1998): Dean Francis/Sygma/Corbis;
- Foto 16 (Blair e a reforma do Serviço Nacional de Saúde, 2004): David Bebbber/Reuters/Corbis.
- Foto 17 (marroquinos na Espanha, 2000): J. M. Bendich/Sygma/Corbis;
- Foto 18 (imigrantes somalis na Itália, 1997): Magnum/John Vink.
- Foto 19 (Chirac numa comemoração): Jacques Langevin/Sygma/Corbis;
- Foto 20 (Schröder numa comemoração): Arnd Wiegmann/Reuters.

Cartaz de "Procurados" do Grupo Baader-Meinhof, 1972 (Ulrike Meinhof e Andreas Baader, primeira fila, à esquerda). Radicais que operavam fora do Parlamento na Alemanha recorreram ao terrorismo para "arrancar o véu" que encobria a República Federal e expor "a civilizada tecnologia do extermínio da Nova Ordem de Bretton Woods".





Primeiro dia do julgamento, em abril de 1982, de 63 integrantes das Brigadas Vermelhas acusados de matar o ex-chanceler italiano Aldo Moro. Na Itália, terroristas de esquerda enfatizavam ligações (ilusórias) com o proletariado, mas eram os terroristas de direita que representavam um perigo maior (e matavam mais pessoas).



Membros do ETA ("Pátria Basca e Liberdade"), 1982. Indignados com o seu próprio isolamento em relação à próspera população local (que incluía muita gente vinda de outras regiões da Espanha) e movidos pela miragem de um "País Basco independente", na década de 1980, terroristas do ETA mataram em média 34 pessoas por ano.



“[...] Achei uma pedra pra tacar num soldado [...]. Quando crescer vou andar bem armado [...]”
(Cantiga de criança em Belfast, por volta de 1976). Os confrontos que duraram trinta anos,
entre três segmentos – terroristas do IRA, terroristas protestantes e o Exército britânico – res-
ultaram em cerca de 2 mil mortes.



Trabalhadores portugueses desembarcando na França, 1970. Já em 1973, os estrangeiros somavam 11% da força de trabalho francesa. Na Alemanha Ocidental, havia quase 3 milhões de “trabalhadores convidados”, a maioria proveniente de países mediterrâneos. O “milagre econômico” europeu dependeu muito da contribuição desses migrantes – e das remessas de dinheiro que eles faziam para seus países de origem.



Italianas apoiando a reforma da Lei do Divórcio, 1974. No pós-guerra, a legislação previdenciária da Europa Ocidental beneficiava, sobretudo, trabalhadores empregados e famílias. Questões importantes para as mulheres – aborto, controle de natalidade, divórcio – tiveram de esperar até o final dos anos 60, no norte da Europa, e o final dos 70, em outras regiões.



Francisco Franco e seu sucessor ungido, o príncipe Juan Carlos, em outubro de 1971. O generalíssimo (que faleceu em 1975) ficaria decepcionado com o pupilo: ao se tornar rei, Juan Carlos impediu um golpe militar, em 1981, e se revelou grande (e benquisto) defensor da democracia na Espanha.



As primeiras eleições legislativas realizadas em Portugal, abril de 1975. Em retrospecto, a transição para uma democracia parlamentarista na Europa mediterrânea parece tranqüila e até inevitável. À época, porém, muita gente, tanto de esquerda quanto de direita, ficou decepcionada com o desenlace da situação.



O chanceler Willy Brandt – e o primeiro-ministro da RDA, Willi Stoph –, em Erfurt, março de 1970, durante as primeiras conversações entre as duas Alemanhas. A Ostpolitik de Brandt criou elos e diminuiu tensões na Europa Central – mas, para algumas pessoas, a Alemanha Ocidental parecia estar legitimando e até apoiando os vizinhos comunistas.



“Olhos de Calígula e boca de Marilyn Monroe.” O sucesso de Margaret Thatcher em arrancar da CEE uma vultosa compensação orçamentária a favor da Grã-Bretanha se deveu à sua habilidade de conquistar e intimidar não apenas o eleitorado britânico mas também homens experientes (e cétricos), como François Mitterrand.



João Paulo II em sua primeira visita à Polônia, junho de 1979. Embora, ao contrário do que supunham tantos admiradores, Karol Wojtyła não tenha derrubado sozinho o comunismo, sua contribuição para a descrença do regime na Polônia foi imensa.



Adam Michnik em Gdansk, 1984. Michnik foi um dos críticos mais corajosos e originais do comunismo na Europa Oriental. Muito influente foi a ênfase por ele conferida à ação não-violenta e à erosão interna do comunismo, em vez da tentativa de confrontar ou derrubar o regime.



Mikhail Gorbatchev se deliciando com a adulação do povo – Praga, abril de 1987. O último líder soviético nunca foi tão popular na URSS quanto o era no Ocidente, mas o sucesso no exterior o incentivou a implementar reformas internas, talvez indo além das suas intenções iniciais.



Refugiados da Alemanha Oriental num trem lacrado, passando por Praga a caminho do Ocidente, novembro de 1989. A Revolução Bolchevique teve início com Lenin atravessando a

Alemanha num trem lacrado; portanto, transportar cidadãos comunistas para a liberdade nesse tipo de veículo era mais do que adequado.



Praga, novembro de 1989. Até mesmo a “Revolução de Veludo” teve um prólogo brutal. Mas, fora da Romênia, as transições de 1989 transcorreram com poucos incidentes de grande violência – talvez porque muitas facções comunistas soubessem, melhor do que os críticos, que o regime estava condenado.



Alexander Dubček e Václav Havel, Praga, 24 de novembro de 1989. Planos para indicar Dubček à presidência da Tchécoslováquia na era pós-comunismo foram logo abortados: para os revolucionários de 1989 – que escolheram Havel –, o herói do “comunismo reformado” era tão irrelevante e obsoleto quanto o próprio stalinismo.



